Alberto Sousa Lamy

1865 - 1916

volume 2

Monografia de Ovar

Freguesias
de São Cristóvão
e de São João de Ovar

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

1865-1916

Volume 2

2.ª Edição, revista, actualizada e aumentada

Do Autor

- *Monografia de Ovar*. 2 volumes.
  Tipografia Guerra. Viseu, 1977.
- *Crónicas Vareiras*
  No *Terras do Var*, de 25/2/1983 a 10/1/1993.
- *Centenário da Imprensa Ovarense*. 1883-1983.
  Edição da «Sem Margem», 1983.
- *A Ordem dos Advogados Portugueses.*
  História, Órgãos, Funções.
  Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, 1984.
- *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*
  Edição da Misericórdia de Ovar, 1984.
- *Advogados. Elogio e Crítica.*
  Edição da Livraria Almedina, Coimbra, 1984.
- «Datas da História de Ovar»
  No *João Semana*, desde 15/7/1985.
- «Dicionário da História de Ovar»
  No *Terras do Var*, de 25/12/1985 a 25/8/1992, e no *Notícias de Ovar*, desde 1/2/1996.
- *Monografia de Refojos*
  Freguesia do Concelho de Santo Tirso.
  Tipografia Guerra, Viseu, 1987.
- *O Visconde de Ovar (1782-1856)*
  Edição do Rotary Clube de Ovar, 1987.
- *A Academia de Coimbra. 1537-1990.*
  História. Praxe. Boémia e Estudo.
  Partidas e Piadas. Organismos Académicos.
  Edição do «Rei dos Livros», 1990.
- *Os advogados na Literatura Portuguesa*
  Edição do Rotary Clube de Ovar, 1992.
- «Cadernos de História»
  No *Jornal de Ovar*, desde 10/6/1994.
- *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar.*
  1896-1996 (1.º Centenário)
  Edição dos Bombeiros Voluntários de Ovar, 1996.

Para publicação:

- *Advogados e Juízes na Literatura e na Sabedoria Popular.* 3 volumes.
  Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

Alberto Sousa Lamy

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

1865-1916

Volume 2

2001

Se nada mais souberdes,
conhecei ao menos
a história da vossa terra

VÍTOR HUGO

Averiguar qual foi a existência
das gerações que passaram,
eis o mister da história

Alexandre Herculano

Capítulo XVI

O ARALISMO REFORMISTA
1865-1876

O Presidente da Câmara dr. Manuel Arala (1866-1887).
A Família Arala e Costa. Os caciques

O dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, o mais discutido, atacado e admirado político ovarense da segunda metade do século XIX, foi Presidente da Câmara de 2 de Fevereiro de 1866 a 2 de Fevereiro de 1887.

Opulento proprietário e capitalista, poderoso cacique, dominou a cidade e concelho de Ovar durante mais de duas décadas, conseguindo fomentar contra si uma campanha de ódios inigualável, mas também levando a cabo uma política de melhoramentos, numa espécie de *fontismo* regional.

Datas principais da vida deste eminente político, chefe íntegro e austero:

1829 – Nasce a 25 de Março, filho de Manuel de Oliveira Arala, que foi *sargento-mor* da vila de Ovar (4-8-1813/1834) e pessoa da *governança* no miguelismo, e de sua segunda mulher Ana Caetano do Bom Sucesso, neto paterno de José de Oliveira Arala e de Joana Rodrigues, e neto materno de Domingos Rosário Costa, que foi *capitão-mor* da vila de Ovar e Presidente duma câmara *vintista* (1822-1823), e de Maria Joana Pereira de Pinho.

1847 – Seu irmão, dr. Francisco de Oliveira Arala, toma posse a 2 de Julho do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Ovar.

1851 – Conclui, com 22 anos, o seu curso de direito a 23 de Outubro.

1862 – Ataca duramente, no *Campeão das Províncias*, o Administrador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa.

1865 – Chefia a revolta popular de 27 de Julho contra a projectada venda a talhões dos pinheiros da Estrumada.

1866 – Eleito, toma posse a 2 de Fevereiro do cargo de Presidente duma câmara *regeneradora* para o biénio de 1866-1867, tendo como vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo, e, entre os vereadores, o dr. José Narciso de Morais Ferreira. Só abandonará esta presidência a 2 de Fevereiro de 1887, sendo o cidadão que ocupou mais tempo este cargo – 21 anos – dos 36 aos 57 anos, presidindo a 10 câmaras.

1867 – Filia-se no partido *reformista*. É inaugurada a escola do Conde de Ferreira, que terminará os seus dias em 1960.

1868 – Eleito, toma posse a 22 de Fevereiro, pela 2.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara (*reformista*) para o biénio de 1868-1869, tendo como vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo, e, entre os vereadores, o dr. José Narciso de Morais Ferreira e Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.
A 22 de Março foi eleito *pela primeira vez deputado* pela *oposição reformista*, vencendo o candidato governamental João Crisóstomo de Abreu e Sousa.
O dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, seu adversário político, escreve as *Memórias e Datas*, onde o ataca impiedosamente.

1869 – Terminam as obras da estrada de Ovar à praia do Furadouro e têm início as obras da estrada de Ovar a S. Vicente (1869-1875). Têm lugar a 11 de Abril as célebres *eleições dos rijões*, sendo derrotado o dr. Manuel Arala, candidato governamental, e eleito João Carlos Assis Pereira de Melo, de Estarreja, candidato da *oposição histórica*, que obteve 2.909 votos contra 2.379 dados ao seu antagonista.

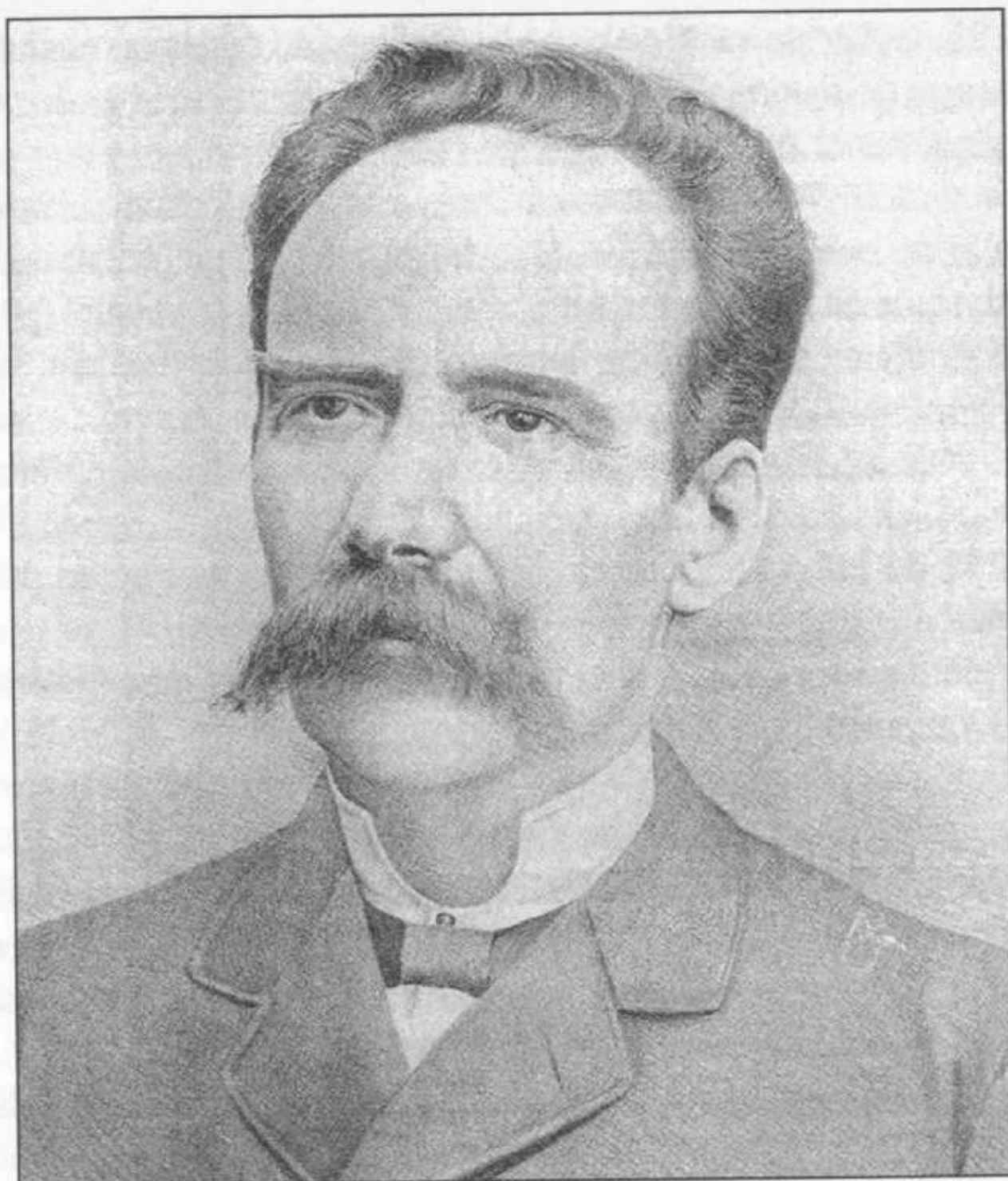
1870 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 3.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *reformista* para o biénio de 1870-1871, continuando como seu vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo, e tendo entre os seus vereadores, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.
É ainda eleito procurador à Junta Geral do distrito para o mesmo biénio.
A 11 de Abril teve lugar o levantamento contra as medidas tributárias (*a carnificina de Ovar*). Apoiou, nas eleições de deputados, de 4 de Setembro, o candidato *governamental histórico*, dr. Manuel Marques Pires, abade da freguesia de Válega.

1871 – É construído o mercado.

1872 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 4.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *reformista* para o biénio de 1872-1873, sendo seu vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo, e, tendo entre os seus vereadores, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.
É eleito procurador à Junta Geral do distrito para o mesmo biénio.

1874 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 5.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *reformista* para o biénio de 1874-1875, continuando a acompanhá-lo aqueles dr. José Ferreira de Araújo (*vice-presidente*) e Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.
É eleito procurador à Junta Geral do distrito para o mesmo biénio.
É iluminada a vila pela primeira vez.

1875 – É inaugurado o teatro a 31 de Outubro e verifica-se o alargamento da comarca (decreto de 23 de Dezembro), com a anexação das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda.

1876 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 6.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *reformista* para o biénio de 1876-1877, continuando a ter como vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo, e, entre os vereadores, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.

Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa.

É ainda eleito procurador à Junta Geral do distrito para o mesmo biénio.

A comarca de Ovar passa a 2.ª classe por decreto de 2 de Setembro. Após o *pacto da Granja*, a 7 de Setembro, que fundiu os partidos reformista e histórico, o dr. Manuel Arala abandonou aquele partido ingressando no regenerador. Foi chefe local deste partido de 1876 a 1895 e de 1897 a 1901.

É criada a estação telégrafo-postal e inicia-se a expropriação da casa da família Teixeira de Pinho (1876-1880).

1877 – A 8 de Julho é inaugurado o abastecimento de águas à vila.

1878 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 7.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *regeneradora* para o biénio de 1878-1879, sendo ainda acompanhado pelo dr. José Ferreira de Araújo, como vice-presidente, e por Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.

É ainda eleito procurador à Junta Geral do distrito para o mesmo biénio.

Seu irmão, dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, toma posse do cargo de Administrador do Concelho, que ocupará em 1878 e 1879.

É eleito, a 13 de Outubro, *pela segunda vez deputado*, obtendo 2.925 votos em igual número de votantes!

Faleceu no Porto, a 21 de Novembro, o benemérito padre Manuel Eliano Gomes Ferrer.

1879 – A 21 de Agosto verifica-se o alargamento do concelho com anexação das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda. Tem início a *estrada de baixo*, ligando Ovar às freguesias do norte (1879-1886).
Eleito *pela terceira vez deputado*, pela *oposição*, a 19 de Outubro, obtendo 2.371 votos contra 826 do seu adversário, o dr. Manuel Marques Pires, abade da freguesia de Válega, candidato do partido governamental (*progressista*).
1880 – Eleito, toma posse a 2 de Janeiro, pela 8.ª vez, da Presidência da Câmara *regeneradora* para o biénio de 1880-1881, tendo como vice-presidente o dr. José Ferreira de Araújo e como vereador Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.
1881 – A 31 de Julho verifica-se o primeiro grande incêndio da praia do Furadouro.
A 21 de Agosto é eleito *pela quarta vez deputado*, pelo governo, obtendo 1.199 votos em igual número de votantes!
Seu irmão, dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, toma posse novamente do cargo de Administrador do Concelho, que ocupará de 1881 a 1885.
1882 – Eleito, toma posse a 2 de Fevereiro, pela 9.ª vez, do cargo de Presidente da Câmara *regeneradora* para o quadriénio de 1882-1885, tendo como vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, e, entre os seus vereadores, o dr. José Baptista de Almeida Pereira Zagalo.
1883 – O primeiro semanário da cidade, *O Ovarense*, sai a lume a 22 de Julho e começa a atacar duramente o dr. Manuel Arala.
A 24 de Agosto principia a questão médica entre a Câmara *aralista* e o dr. António Pereira da Cunha e Costa.
A 15 de Outubro é inaugurada a primeira Escola do Padre Ferrer.
1884 – A 28 de Maio a comarca de Ovar passa a 1.ª classe.
Eleito *pela quinta vez deputado*, pelo governo, a 29 de Junho, obtendo 1.271 votos em 2.767 votantes; o candidato votado em 2.º lugar obteve 601 votos.
1885 – Após a reunião do partido progressista, a 3 de Junho, na Casa do Carril, da família Coentro, inicia-se uma luta renhida entre *cachingós* (regenerado-res/aralistas) e *limonadas* (progressistas).
1886 – Eleito, toma posse pela 10.ª vez da Presidência da Câmara *regeneradora* para o quadriénio de 1886-1889, tendo como vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, e, entre os seus vereadores, António Joaquim de Oliveira Valente e António Soares Pinto.
A 12 de Abril o Administrador substituto do Concelho, dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, apossa-se do recenseamento eleitoral.
A 25 de Junho surge *O Povo de Ovar* do dr. Francisco Fragateiro; em Outubro e Novembro verificam-se graves distúrbios em Ovar; a 9 de Outubro é lavrado o *pacto de Cabanões* entre o dr. Manuel Arala e a família Fragateiro; a 18 deste mês a câmara *aralista* dirige uma representação ao Rei contra os caceteiros *progressistas*.
No dia das eleições camarárias, a 14 de Novembro, o dr. Manuel Arala é enforcado, em efígie, na Praça.

1887 – A 7 de Janeiro o dr. Manuel Arala é atacado, com outros cidadãos, aquando da eleição dos quarenta maiores contribuintes. Após 21 anos de *aralismo*, toma posse da presidência da câmara *progressista*, a 2 de Fevereiro, o dr. António Pereira da Cunha e Costa. A partir de 1 de Março, *O Ovarense* começa a ridicularizar os discursos feitos pelo dr. Manuel Arala quando deputado; a 6 deste mês é eleito deputado pela primeira vez o dr. Barbosa de Magalhães. A 6 de Agosto o deputado regenerador Pinheiro Chagas faz uma interpelação pró-aralista na Câmara; a 6 de Dezembro realiza-se o julgamento dos progressistas implicados no ataque aos quarenta maiores contribuintes (absolvidos).

1888 – O deputado João Marcelino Arroio, a 30 de Abril, faz uma interpelação na Câmara a favor do dr. Manuel Arala.

1890 – A 13 e 14 de Janeiro lavra grande regozijo entre os aralistas pela queda do ministério progressista.
Nas eleições de 30 de Março, o dr. Manuel Arala, que se achava na *reserva* do partido regenerador local, é eleito *pela sexta vez deputado*.

1892 – Aparece a 18 de Fevereiro *A Folha de Ovar*, regeneradora. O dr. Manuel Arala entra na campanha eleitoral de 23 de Outubro a favor do candidato regenerador, Ferreira do Amaral (*cesto de Santo António*).

1894 – O dr. Manuel Arala candidata-se nas eleições tumultuosas de 15 de Abril.

1900 – A 12 de Novembro é dissolvida a câmara progressista e o dr. Manuel Arala, acompanhado duma marcha *aux flambeaux*, segue para Lisboa, no comboio correio.

1901– Faleceu, solteiro, com 72 anos, a 28 de Abril. Na Câmara de Deputados, na sessão nocturna de 30 desse mês, elogiaram-no o dr. Albino Maria de Carvalho Moreira, o Presidente do Conselho Hintze Ribeiro, e Albano de Melo, seu adversário político; a Câmara Municipal de Ovar, na sessão de 1 de Maio, por proposta do Presidente regenerador Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, lança na acta um voto de profundo sentimento e gratidão.
No funeral de 29 de Abril toma parte o antigo deputado dr. Jaime Magalhães de Lima. «Os funerais do dr. Arala, realizaram-se pelas 10 horas da manhã do dia 29, saindo o préstito fúnebre da sua casa para a igreja matriz. Há muito que Ovar não presenceia manifestação lúgubre tão eloquente como a que, ao nosso chefe, se fez» (*A Discussão*, de 5/5/1901). Contrariando esta descrição, informará *A Defesa*, a 21 de Novembro de 1920 – o funeral do dr. Manuel Arala teve um pequeno acompanhamento, «reduzido, menor do que o dum modesto lavrador de aldeia».

1910 – A comissão municipal administrativa *republicana*, presidida pelo dr. Pedro Chaves, na sessão de 24 de Outubro resolve dar à antiga Rua dos Campos o nome de dr. Manuel Arala.

Deste homem, honesto e inteligente, que foi o mais perfeito condutor de homens que em Ovar floresceu, que procurou aplicar na sua terra natal a medicina social do tipo que ANTÓNIO SÉRGIO chamou «do António Maria (Fontes Pereira de Melo)», a medicina da realização de *obras públicas*, que foi acusado pela oposição de não res-

peitar as regras do jogo limpo (*fair play*), de *paternalismo*, de *caciquismo*, que foi um dos que fizeram a história de Ovar de 1865 a 1901, dirá o seu biógrafo amigo ANTÓNIO DIAS SIMÕES numa obra (*Ovar – Biografias*, 1917) em que é necessário «dar desconto ao autor, que pende para o elogio» (GUILHERME G. DE OLIVEIRA SANTOS, *Para a história de Ovar e de S. Vicente de Pereira*, 1975):

«Ele possuía com efeito, aquela autoridade que é fundada na justiça e que nunca é perigosa quando exercida por quem dela sabe fazer bom uso – a autoridade dos verdadeiros chefes políticos ciosos da ordem e disciplina do partido que dirigem e que, uma vez perdida, dá lugar à irremediável desagregação das mais fortes organizações políticas, como sucedeu pouco depois da sua morte com o partido regenerador de Ovar».

O dr. Manuel Arala, cuja obra revela uma administração de indiscutível cariz autocrático, teve um clã, uma corte, uma *entourage*, quer na *domus municipalis*, quer no partido regenerador, que o cultivou e que ele cultivou, clientela que acompanhou as flutuações e fortuna do seu patrono, com excepção de alguns *barões* que acenderam antagonismos, levando a retaliações violentas, a desforços bruscos.

A *Família Arala*, família ovarense das mais ilustres, descende de José de Oliveira Arala (vereador em 1797, 1801, 1809 e 1820), filho de Manuel de Oliveira Arala e de Maria de Oliveira, da estrada da Ribeira, que casou com Joana Rodrigues, da Rua da Lagoa dos Campos, filha de António Rodrigues Regalado e de Helena Rodrigues.

Filhos do casal José/Joana:

– Maria Benedita de Oliveira Arala, que casou com o coronel de milícias José Soares Barbosa da Cunha, filho do dr. Fernando José Marques Soares e de Mariana Inácia de Sá Pacheco Varela.

– Manuel de Oliveira Arala († a 21/6/1842), que casou (18/2/1821) com Ana Caetano do Bom Sucesso, filha de Domingos do Rosário Costa, que foi sargento-mor (1797-1811), capitão-mor (1811-1834) e Presidente da Câmara (1822-1823), e de sua primeira mulher, Maria Joana Pereira de Pinho, neta paterna do capitão Luís da Costa e Silva e de Bonifácia Maria da Silva, e neta materna de Francisco de Pinho e de Caetana Maria, do lugar de Vilarinho, de Válega.

Foi vereador na monarquia absoluta (1802, 1807 e 1811), vereador *liberal* (1821/22 e 1823) e *miguelista* (1833/34), e *sargento-mor* (4/8/1813-1834). Sua mulher faleceu a 22 de Maio de 1857.

Filhos do casal Manuel/Ana:

– Ana Augusta do Bom Sucesso da Costa Arala (†1869)

– Dr. Francisco de Oliveira Arala (†6/11/1850), licenciado em direito (1845), que foi *Presidente da Câmara Municipal* (desde 12/7/1847).

– Dr. José Maria de Oliveira Arala (†1847), licenciado em direito (1846).

– Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa (25/3/1829 - †28/4/1901), que foi *Presidente da Câmara Municipal* (2/2/1866-2/2/1887) e seis vezes eleito *deputado.*

– Maria Augusta de Nazareth.

– Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala (1825 - †23/8/1898), que casou, a 25 de Abril de 1864, com Maria José da Conceição Estevão Folha e Arala († a 9/12/1892), filha de João Estevão Rodrigues Folha e de Maria José da Conceição Folha, da estrada da Ribeira.

Dr. Domingos Arala. 1825-1898

Foi Administrador do Concelho em 1878-1879 e novamente em 1881-1885.

Filhos do casal dr. Domingos/Maria José:

– Júlia Estevão Arala, que nasceu a 9 de Novembro de 1866 e casou com o juiz desembargador dr. Francisco António Pinto. Deste casal nasceram os engenheiros António Arala Pinto e Domingos Arala Pinto.

– Maria Adelaide Estevão Arala Chaves († a 17/4/1956), que casou, a 17 de Agosto de 1901, com o dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, filho do dr. Eduardo Augusto Chaves e de Irene Umbelina Ferraz Chaves, neto paterno de Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente e de Maria José de Aguiar, e neto materno de Bernardo Ferraz de Abreu e de Maria José de Sousa Lamy.

– Maria Eduarda Estevão Arala e Almeida († a 16/7/1908), que casou, a 30 de Abril de 1898, com o dr. José Nogueira Dias de Almeida (1854 - †1917), filho de João de Almeida Dias e de Maria Nogueira de Almeida.

A base dos partidos regenerador e progressista era constituída em cada concelho pelos *chefes políticos locais*, os *notáveis*, os *patrões locais*, os *influentes eleitorais*, os *caciques*, «do velho termo indiano que designava os *chefes dos peles-vermelhas*», cujo trabalho consistia «no decorrer da campanha eleitoral a obter a todo o preço os votos da sua localidade e a distribuir em seguida os favores políticos locais». Era «o tradicional *fulanismo*, que Miguel Unamuno considerava característico da política liberal peninsular». O *cacique* obtinha o voto do eleitor prometendo-lhe o apoio às suas pretensões: livrar o filho do serviço militar, obter a redução das suas contribuições, conseguir-lhe um pequeno emprego, arranjar-lhe a sua rua, etc. A população agrícola do concelho foi a aliada tradicional dos caciques monárquicos.

O dr. Domingos Arala e suas filhas.

De 1866 a 1910 floresceu em Ovar o *regime cacique*, tendo sido grandes influentes eleitorais os drs. Manuel de Oliveira Arala e Costa, *regenerador*, e Joaquim Soares Pinto, *progressista*. O *caciquismo* ainda continuou a ser o pesadelo da república e de 1910 a 1926 o dr. Pedro Chaves foi acusado, por monárquicos e republicanos evolucionistas e centristas, de ser um *cacique*.

Dr. Manuel Arala.

As obras de que necessitava a cidade surgiram à custa do *caciquismo*, dos prestígios políticos pessoais. Haja em vista os melhoramentos conseguidos pelos drs. Arala (1866-1886) e Pedro Chaves (1910-1926)! Do primeiro se poderá dizer que nenhum ovarense fez mais para modificar a face de Ovar e da sua freguesia.

Mudança da corrente do ribeiro das Luzes (estio de 1866). A Rua da Estação (2/7/1866). O calcetamento das ruas a macadame (por volta de 1866). A reconstrução da ponte da Ruela (1867)

Antigamente a confluência do ribeiro do Cáster com o das Luzes era pegada à ponte comum a ambos. «Porém, no estio de 1866 lhe mudaram a corrente, levando-a direita pelas *Hortas de Baixo*, na extensão de 230 metros, à largura no fundo de 6 metros». Os trabalhos duraram de 27 de Agosto a 16 de Outubro do mesmo ano, «correndo a água ao meio dia» (João Frederico, *Memórias e Datas*).

A pequena porção do álveo do rio, abandonado pela abertura do novo canal, foi concedida à Câmara Municipal de Ovar, dado o seu pouco valor e nenhuma utilidade.

Edificada no meio de pinhais a estação dos caminhos-de-ferro de Ovar, tornou-se necessário ligá-la à vila. A estrada de Ovar à estação, cujos terrenos por onde havia de passar foram avaliados em Maio de 1864, custou às Obras Públicas 4.867$670 reis, e, tendo sido iniciada a 6 de Março daquele ano, foi concluída a 2 de Julho de 1866.

«A circunstância de ter de ficar esta estrada na sua maior extensão encaixilhada entre muros de alvenaria por seguir sobre um terreno de areia extremamente solta, a falta de pedra própria para o empedrado e outras condições tornaram mais dispendioso a construção deste ramal» (*Relatório anual acerca das obras públicas do distrito de Aveiro referido ao ano económico de 1864-1865*), embora as expropriações tivessem sido pagas pela câmara.

À Rua da Estação, desde a Senhora da Graça, foi dado em 1910 o nome de *Rua Gomes Freire de Andrade*.

Por volta de 1866 iniciou-se o calcetamento das ruas de Ovar pelo sistema de macadame, que duraria até 1914 (início da calçada a paralelepípedos).

A ponte da Ruela, situada entre o Largo de S. Pedro e a capela da Senhora da Graça, foi reconstruída em 1867, à custa da Câmara, iniciando-se os trabalhos a 9 de Dezembro desse ano. Seria destruída pela cheia de 9 de Fevereiro de 1879.

Uma Semana Santa agitada – gritaria e espancamentos na Igreja! (1867)

No ano de 1867 a Irmandade dos Passos deliberou celebrar com a pompa e magnificência do antigo costume os ofícios da Semana Santa. Mas, «dada a irreverência com que o povo deste concelho, mal educado desde tempos remotos, se apresenta no templo, tira todo o merecimento à festividade, por que, em vez de satisfazer esta ao seu fim – edificar e moralizar, dá infelizmente ocasião à desmoralização pelo nenhum

respeito que se observa no templo», a irmandade pediu que fosse requisitada uma força para polícia da igreja nos dias de 5.ª e 6.ª feira Maior.

A força armada não veio e as consequências foram relatadas pelo Administrador do Concelho:

«Não me consta que em parte nenhuma do reino, pelo menos em nenhuma das muitas, de que tenho conhecimento, se converta o templo em arraial ou praça de touros, onde a algazarra e a gritaria não se faria ouvir mais escandalosa nem onde nunca presenciei que as mulheres chegassem ao excesso de tirarem dos pés os socos e chinelos para se espancarem. Não há lugares destinados, nem para os diferentes sexos, nem para as classes».

A procissão realizada nesse ano de 1867 pela Irmandade dos Passos teve a concorrência extraordinária de mais de 12.000 pessoas, o que foi explicado pela existência dos comboios. Para o policiamento da procissão vieram 10 praças de Infantaria 18 comandados por um furriel.

Ovar no distrito do Douro (1867-1868). O partido reformista (1867-1876). As eleições de deputados – O primeiro mandato do dr. Manuel Arala (1868); as eleições dos rijões (1869) de 13 de Março de 1870 e o deputado Assis Pereira de Melo; as eleições de 18 de Setembro de 1870 e o deputado dr. Marques Pires; as eleições de 1871 e o deputado Assis Pereira de Melo; o deputado Pereira da Costa (1874)

O decreto de 10 de Dezembro de 1867, de duração efémera, suprimindo o distrito de Aveiro, colocou o concelho de Ovar no distrito do Douro. Durante um mês (o decreto foi declarado sem efeito a 14 de Janeiro de 1868), o concelho de Ovar foi senhor *civilmente* de quatro paróquias (Arada, Ovar, Souto e Válega) e *eclesiasticamente* de seis (Arada, Maceda, Ovar, Souto, S. Vicente e Válega).

Em 1867 o Duque de Loulé visitou a praia da Torreira, embarcando no cais da Ribeira de Ovar num cortejo de 14 barcos; em 1868 o dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, nas suas *Memórias e Datas*, deu-nos uma descrição pormenorizada da freguesia e vila de Ovar, com sua praça, seus largos, edifícios públicos, templos, artes e indústrias e sua mata; em 1875, PINHO LEAL, no 6.º volume do *Portugal Antigo e Moderno* descreveu minuciosamente Ovar; no mesmo ano, JOÃO MARIA BAPTISTA, no 3.º volume da *Corografia Moderna do Reino de Portugal* descreveu também a vila de Ovar.

Em Junho de 1867, à volta de Sá da Bandeira, criou-se o partido *reformista* (*intuito de reformar*), apoiando uma política de economia e de tendência mais radical do que o partido histórico, do seio do qual saíra. A 22 de Julho de 1868 subiu ao poder o 1.º ministério reformista, presidido por Sá da Bandeira e tendo como Ministro do Reino o Bispo de Viseu, D. António Alves Martins.

O dr. Manuel Arala filiou-se neste partido em 1867 e nele se manteve, como seu chefe incontestado, até à sua fusão com o histórico, pelo pacto da Granja, em 7 de Setembro de 1876.

Desde a revolta popular de 27 de Julho de 1865 o dr. Manuel Arala, auxiliado pelo dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, que fora demitido do seu cargo de Administrador do Concelho e que se lhe unira com todos os elementos de que dispunha, teve de travar luta, primeiramente como regenerador e depois como reformista, contra aqueles que formaram em Ovar o que se designou *primeiro partido progressista*. A figura mais saliente deste grupo de *progressistas históricos* ou de *históricos* foi o dr. João Frederico Teixeira de Pinho, que viria a falecer, com 52 anos, a 11 de Julho de 1870.

Donde provinha a animosidade do dr. Manuel Arala aos históricos? Segundo ANTÓNIO DIAS SIMÕES (*Ovar – Biografias*, 1917), a Câmara Municipal difamara em *papéis públicos* os drs. Aralas e estes acusaram-na, publicamente, de várias irregularidades, «o que deu lugar a que todos os seus membros fossem julgados em polícia correccional perante o juiz de direito da comarca de Aveiro e condenados em seis dias de prisão, que vieram cumprir para as cadeias da vila de Ovar. O julgamento realizou-se em 10 de Dezembro de 1862 e a sentença condenatória começou a ser cumprida no dia imediato».

João Frederico que requereu, na sessão camarária de 26 de Janeiro de 1866, que se lhe pagasse o ordenado de facultativo, por não haver incompatibilidade entre este emprego e o de administrador, viu o seu requerimento indeferido a 1 de Fevereiro. Vingança política?

A 22 de Março de 1868 tiveram lugar eleições para deputados (em número de 179), achando-se o concelho de Ovar dividido em cinco assembleias eleitorais: a de *Arada*, abrangendo a freguesia de Maceda, e com o local da votação na igreja; a da *sala das sessões camarárias*, compreendendo os eleitores na área a poente das pontes de João de Pinho, Senhora da Graça e Casal (tirando uma linha divisória, que cortava ao meio as referidas pontes); a da *sala contígua ao tribunal* e que servia para a recolha e deliberações dos jurados, compreendendo todos os outros eleitores da freguesia de Ovar; a do *Souto*, abrangendo a freguesia de S. Vicente, com o local da votação na igreja; e a de *Válega*, com o local também na igreja.

No círculo de *Ovar*, n.º 56, travou-se luta renhida entre o candidato *governamental*, o futuro general João Crisóstomo de Abreu e Sousa, apoiado pelo partido histórico local (na oposição no concelho), e o candidato da *oposição reformista*, o ovarense e Presidente da Câmara dr. Manuel Arala.

Os históricos, que ainda não tinham esquecido o golpe de 27 de Julho de 1865 e as perseguições de que tinham sido alvo, procuraram impedir o ingresso do seu conterrâneo na Câmara de Deputados, apoiados pelo político liberal José da Costa Sousa Pinto Basto, natural de Oliveira de Azeméis e com grande influência no distrito de Aveiro.

Segundo *O Povo de Ovar* (de 16/10/1892), no dia do entrudo «estando na praça desta vila um grupo de progressistas os aralistas promoveram uma grave desordem donde saiu ferido António Soares Pinto. Então apareceu o sr. Arala e disse: *é o que sucede a quem quer ir contra a opinião do concelho*».

Nestas eleições, que foram asperamente criticadas pelos progressistas, foi eleito deputado *pela 1.ª vez*, o dr. Manuel Arala.

Mais tarde, referindo-se a estas eleições, *O Ovarense* (de 3/6/1894) diria: – «Todos se lembram de que até 1868 as eleições em Ovar foram sempre serenas, ordeiras. Votava-se livremente, desconhecia-se até a entidade *caceteiros*. Em 1868 foi a primeira eleição das arruaças e apareceram em acção os cateteiros – Melos, Laborins e outros. Sabe-se bem quem os comandava, quem organizou esse bestial plano, para afugentar da urna o então partido histórico, de que o progressista de hoje é a continuação».

Progressistas históricos e reformistas nada perdoavam uns aos outros e tudo lhes servia para denegrir os chefes dos adversários. Em 1868 teve grande ressonância a *querela* contra o deputado do círculo, dr. Manuel Arala, por no dia 29 de Agosto desse ano, na estação do caminho-de-ferro de Ovar, ter ofendido por palavras um agente da autoridade, o empregado do posto fiscal Anacleto de Almeida, «em sua presença, publicamente, no exercício das suas funções».

O que havia acontecido? Segundo a participação de 1 de Setembro do guarda ao Administrador do Concelho, dr. João Manuel Ferreira de Silva Fragateiro, «pelas cinco horas da manhã, e depois de desembarcarem os passageiros do comboio do correio, exigi a abertura de dois baús, bagagem do deputado de Ovar, Senhor Manuel Arala; este senhor acedeu ao pedido, mas dum modo inconveniente, chegando a oferecer-me bofetadas, dizendo que ia embora para me não quebrar a cara mesmo na estação».

A câmara de Deputados, em 1869, visto ter sido dissolvida, não chegou a tomar conhecimento deste processo crime intentado no juízo de Ovar contra o deputado dr. Manuel Arala, que veio a ser amnistiado pelo decreto de 13 de Outubro daquele ano.

A 11 de Abril de 1869 tiveram lugar as eleições para deputados (em número de 107), formando Estarreja e Ovar o círculo n.º 33 que tomou a designação do primeiro destes concelhos.

No círculo uninominal de Estarreja (n.º 33), digladiaram-se dois candidatos: João Carlos Assis Pereira de Melo, de Estarreja, pela *oposição histórica*, e o dr. Manuel Arala, pelo *governo reformista*.

As eleições, que ficaram conhecidas pelas *eleições dos rijões*, vieram a ser ganhas por João Carlos Assis Pereira de Melo que obteve 2.910 votos contra 2.383 do dr. Manuel Arala, isto é, uma maioria de 527 votos.

Resultados do círculo		**Dr. Assis**	**Dr. Arala**
Estarreja:	Beduído	849	4
	Canelas	738	1
	Veiros	512	82
	Pardilhó	662	73
Ovar:	Ovar	1	1.923
	Válega	148	300
		2.910	2.383

Na sessão da Câmara de Deputados de 30 de Abril de 1869 foi proclamado deputado, pelo círculo n.º 33 (Estarreja) o cidadão João Carlos Assis Pereira de Melo que em 5.288 listas contadas obteve 2.909 votos contra 2.379 do seu adversário.

O dr. Manuel Arala, Presidente da Câmara e candidato pela 2.ª vez, teve a seu favor quase toda a população ovarense, enquanto o seu antagonista era protegido no concelho pelo dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro, Administrador do Concelho, e pelos regedores de Arada e Ovar.

O Administrador substituto do Concelho requisitou uma força de 25 praças para obstar a qualquer desordem na ocasião da eleição, mas o candidato governamental dr. Manuel Arala impugnou esta requisição, comprometendo-se pelo sossego público, o que não conseguiu nas assembleias eleitorais dos Paços do Concelho.

Assim é que, na manhã de Domingo de 11 de Abril, quando alguns eleitores da freguesia de Arada, acompanhados de outros de Ovar, entre os quais se destacavam o dr. João Frederico Teixeira de Pinho e José Fragateiro de Pinho Branco, se achavam agrupados na sala das sessões da Câmara Municipal onde já funcionava uma das mesas da assembleia eleitoral, na disposição de votarem contra o dr. Manuel Arala, os cidadãos José Pacheco Polónia, dos Campos, Francisco de Oliveira Graça, o *Ruivo*, José Damião de Oliveira Vinagre e António Rodrigues Conde, o *Lume*, da Rua da Fonte, dirigiram àqueles eleitores, segundo a *querela* dada pelo delegado do procurador régio, «algumas expressões como que estranhando-lhes estarem ali como presos, seguindo-se depois troca de palavras de parte a parte».

Chegou nessa ocasião o dr. Manuel Arala que, batendo as palmas para pedir silêncio e atenção, afirmou «que desejava ser deputado, mas eleito livremente». Logo a seguir os cidadãos José Pacheco Polónia, Francisco de Oliveira Graça, Manuel de Oliveira Melo, da Rua da Fonte, e outros, «levantaram um tumulto, e soltando vozes de fora, fora, (*e mata, mata*), principiaram a expulsar da sala da Assembleia aqueles eleitores de Arada, e os que com eles estavam, e em seguida a impeli-los pelas escadas abaixo», aos encontrões.

«Não satisfeitos com os trazerem de tropel até à praça, ainda ali juntamente com João José de Lima da Praça, António de Oliveira Salvador das Ribas, Manuel Casca de S. Donato, Fernando Pacheco dos Campos, e outros os perseguiram, ameaçando uns, e maltratando outros, de maneira que os impediram de exercerem os seus direitos políticos naquela eleição» (*querela citada*).

Segundo a *oposição* foi espancado, à bengalada, o regedor de Arada, Manuel Francisco de Assunção, o *Manuel de Dentro*, que ficou gravemente ferido e teve de ser levado em braços para sua casa, sem sentidos, e foi também agredido o regedor Teotónio Maria de Carvalho Magalhães, que passado pouco tempo falecia vítima das violências cometidas.

Para a *oposição histórica* o tumulto foi originado pelo arrais da *Panela* e do *Guerra* e por um brasileiro, favoráveis ao dr. Manuel Arala. Segundo *O Povo de Ovar* (de 31/7/1892), «os caceteiros, fazendo tocar uma buzina por João Caroço para alarmar o povo, impediram a oposição de acercar-se das urnas, chegando até a espancar José de Matos, que ia a entrar na assembleia da casa da câmara acompanhado por José Fragateiro de Pinho Branco e João Lopes de Oliveira Ramos». Para *O Ova-*

rense (de 12/6 e 20/11/1887 e de 6/5/1888) os eleitores *oposicionistas* foram corridos à pedra.

Por sua vez, a Administração do Concelho, a 13 de Abril de 1869, informou que «os tumultuosos correram vários cidadãos, que salvaram-se de não serem espancados, por recolherem-se e fecharem-se em algumas casas, que os agressores tentaram arrombar, mas não o conseguiram».

Apresentada queixa no tribunal da comarca pelos cidadãos Bernardo André de Oliveira, lavrador, José Joaquim Duarte, lavrador, da Rua do Bajunco, padre José Rodrigues Quatorze, Manuel Francisco de Assunção, regedor da freguesia de Arada, abade Manuel Vicente Pereira, da mesma freguesia, e ainda pelo regedor Teotónio Maria de Carvalho Magalhães, o delegado do procurador régio, dr. Albino António Leite de Resende, deu a sua querela a 5 de Maio de 1869.

Por despacho de 27 de Julho o juiz, dr. António Soares de Albergaria, dado não se ter provado «que algum cidadão, recenseado eleitor, fosse impedido de votar na eleição de Deputado por este círculo» e «antes se provou que tanto naquele dia, como no dia imediato ali foram votar com toda a liberdade todos os cidadãos, que quiseram usar do seu direito», chegou à conclusão que não havia «fundamento para indiciar pessoa alguma no indicado crime».

Daí que para o histórico dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO este juiz fosse «a vergonha da magistratura portuguesa» (*Memórias e Datas*). Para este mesmo historiador «o Arala prevendo uma completa derrota, para ele a mais vergonhosa como candidato governamental, apelou para o punhal dos sicários, que desempenharam o seu papel *artisticamente*. De facto, ao começar a eleição na mesa presidida pelo famigerado bacharel Francisco Pereira da Cunha e Costa, levantaram o conflito dando de improviso sobre o ex-regedor de Arada, a quem maltrataram, bem como outros notáveis cidadãos, inermes e despercebidos, a quem desejavam assassinar mesmo junto à urna!... Os maltrapilhos vociferando injúrias e praticando outras muitas violências eleitorais fizeram com que a oposição abandonasse a eleição, contra a qual protestam *solenemente* os homens sensatos e amantes da legalidade» (*Campeão das Províncias*, de 14/4//1869). Comentando esta informação de João Frederico, este jornal acrescentava que «não havia de esperar o contrário. As nossas previsões aí ficam justificadas. O sr. Arala não podia vencer por os meios legais, e a sua gente recorreu à violência. Não bastaram o suborno e a corrupção. Era preciso restabelecer o império do cacete, e fazer reviver em 1869 as cenas de sangue, que condenaram para todo o sempre os excessos de 1845».

Destas *eleições dos rijões*, porém, fica-nos a certeza de que foram os adeptos do dr. Manuel Arala, com ou sem a sua concordância, que promoveram as desordens para evitar que os eleitores oposicionistas de Ovar e Arada votassem, apoiando-se para tanto em *caceteiros* que não se coagiam de ir até ao espancamento.

Em Ovar o candidato oposicionista só obteve um voto!

Se houve muito exagero na descrição das eleições durante o *aralismo-reformista* (1868-1876), que a falta de imprensa local avolumou, também é verdade que muito do que se escreveu mais tarde correspondeu a realidade desses tempos, em que *reformistas camarários* e *históricos oposicionistas* travaram duras lutas, que muitas vezes transformaram em desordens sangrentas. Com elas o dr. Manuel Arala foi conseguin-

do um número cada vez maior de inimigos pessoais e políticos, que só aguardavam uma oportunidade para a vingança, alijando-o do poder.

Nestas eleições, de 11 de Abril de 1869, foi eleito deputado pelo círculo de Mafra o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do primeiro Visconde de Ovar.

A 13 de Março de 1870, no ministério histórico do Duque de Loulé e sendo Ministro da Justiça José Luciano de Castro, tiveram lugar novas eleições para deputados (em número de 107).

Pelo círculo uninominal de Estarreja (n.º 33), que abrangia os concelhos de Ovar e de Estarreja, foi eleito deputado o cidadão João Carlos de Assis Pereira de Melo, que obteve 3.409 votos. Pelo círculo de Mafra foi novamente eleito o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva.

A 18 de Setembro de 1870 realizaram-se eleições para deputados (em número de 107), travando-se a luta no círculo uninominal de Estarreja (n.º 33), entre o candidato *governamental*, o abade da freguesia de Válega, dr. Manuel Marques Pires, e o candidato da *oposição*, João Carlos Assis Pereira de Melo. O dr. Manuel Arala, Presidente da Câmara *reformista*, apoiou a candidatura do dr. Marques Pires, do partido *histórico*, sem contudo abdicar das suas ideias políticas.

Segundo *O Campeão das Províncias* (de 24/9/1870), as eleições de 18 de Setembro de 1870 foram escandalosas no concelho de Ovar: o candidato *governamental*, dr. Manuel Marques Pires, protegido pelo dr. Manuel Arala, obteve no concelho de Ovar 2.720 votos contra 39 do *oposicionista* João Carlos Assis Pereira de Melo. Só não votaram 330 eleitores! Os partidários do dr. Manuel Arala «expulsaram da urna os eleitores oposicionistas; e ao sr. Fragateiro intimaram-no, para que se retirasse, sob pena de morte!!! Estamos em pleno reinado de caceteiros! É o sr. Arala a comandar o esquadrão».

Na reunião de apuramento foi apresentado um protesto por 250 eleitores do concelho de Ovar contra os actos praticados na assembleia de voto.

O abade de Válega, vencedor das eleições, «um dos melhores jurisconsultos da província do Douro, e um sacerdote exemplaríssimo» (PINHO LEAL), nasceu na Póvoa de Baixo, freguesia de S. Tiago de Beduído, do concelho de Estarreja, aos 25 de Dezembro de 1918, filho de Manuel Marques Pires e de Maria Valente da Conceição, formou-se em direito a 3 de Julho de 1843 e recebeu no ano seguinte, a 1 de Junho, as ordens de presbítero, doutorando-se em teologia na Universidade de Coimbra em 1845. Foi despachado para Válega a 3 de Dezembro de 1856 e colocado nesta freguesia a 28 de Janeiro de 1857, tendo sido nomeado vigário da vara do 3.º distrito da comarca eclesiástica da Feira. Advogado, deixou fortuna, falecendo aos 11 de Maio de 1899, com 80 anos de idade, após ter paroquiado Válega durante 42 anos.

Pelo círculo de Mafra foi eleito o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do primeiro Visconde de Ovar.

Nas eleições para deputados (em número de 108) de 9 de Julho de 1871, pelo círculo uninominal de Estarreja (n.º 33), foi eleito deputado o cidadão João Carlos de Assis Pereira de Melo que em 4.801 votantes obteve 4.779 votos.

Pelo círculo de Mafra continuou a ser eleito o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva.

Em 1872 ficaram célebres as crónicas de Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, a quem Ovar ficaria a dever a Misericórdia, e que, segundo o dr. ZAGALO DOS SANTOS *(Ovar na literatura e na arte*, 1962), «criaram-lhe na pessoa do chefe político local – que era o todo poderoso de então – uma animadversão que não soube ocultar, chegando mesmo a procurá-lo em casa de seus pais para lhe bater». Com o pseudónimo de FREDERICO VAZ, o dr. Francisco Baptista Zagalo escreveu, durante os anos de 1872 e 1873, no *Diário da Tarde*, folha fundada no Porto em 1871 e destinada a bater os jesuítas e seus agentes, críticas acerbas ao clero, de carácter antijesuítico, e ao despotismo, visando com estas o dr. Manuel Arala.

Finalmente, no ministério regenerador de Fontes Pereira de Melo, realizaram-se a 12 de Julho de 1874 eleições para deputados (em número de 108). No círculo uninominal de Estarreja (n.º 33), foi eleito deputado o cidadão José Frederico Pereira da Costa, que obteve 2.784 votos em 2.785 votantes!

José Frederico Pereira da Costa, filho do primeiro Visconde de Ovar, o tenente- general efectivo António da Costa e Silva, e de sua mulher Teresa da Conceição de Oliveira, neto paterno de José da Costa e Silva e de Leandra Pereira Ramos, neto materno de Francisco José de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira, nasceu a 17 de Outubro de 1819, foi deputado por Estarreja (1874-1878 e 1881) e por Aveiro (1884), e par do reino também por esta cidade.

Nestas eleições de 1874 foi eleito pelo círculo de Mafra, mais uma vez, o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, irmão do deputado eleito pelo círculo de Estarreja, aquele José Frederico Pereira da Costa.

A escola do Conde de Ferreira (1868-1960)

A 24 de Março de 1866 faleceu no Porto o 1.º Conde de Ferreira, Joaquim Ferreira dos Santos, que no seu testamento dispôs de parte da sua enorme fortuna - 144 contos – para a construção de 120 escolas primárias, para ambos os sexos, em vilas cabeças de concelho, incluindo habitação para os professores.

Ovar foi umas vilas contempladas, aceitando o legado de 1.200$000 reis e obrigando-se a construir a casa para a escola e vivenda para o professor, conforme a planta que havia sido remetida à câmara pelo governo civil do distrito.

Por decreto de 10 de Agosto de 1867, a Casa e Celeiro do Castelo que estavam no Largo do Cruzeiro da Graça, num monte de areia e viradas para a igreja matriz, foram cedidas à câmara, expressamente para a edificação da Escola do Conde de Ferreira. A demolição da Casa e do Castelo começou a 26 de Agosto de 1867, tomando a câmara posse no dia 29 desse mesmo mês,

A obra foi arrematada por 1.090$000 reis a António de Sousa, natural de Viana do Castelo, que ainda recebeu os materiais antigos, no valor de 300 a 400$000 reis e 30 pinheiros da mata avaliados em 90$000 reis, comprometendo-se a concluir o edifício no prazo de 10 meses; a mobília foi comprada por 15$900, em Dezembro de 1868, a José Joaquim dos Reis.

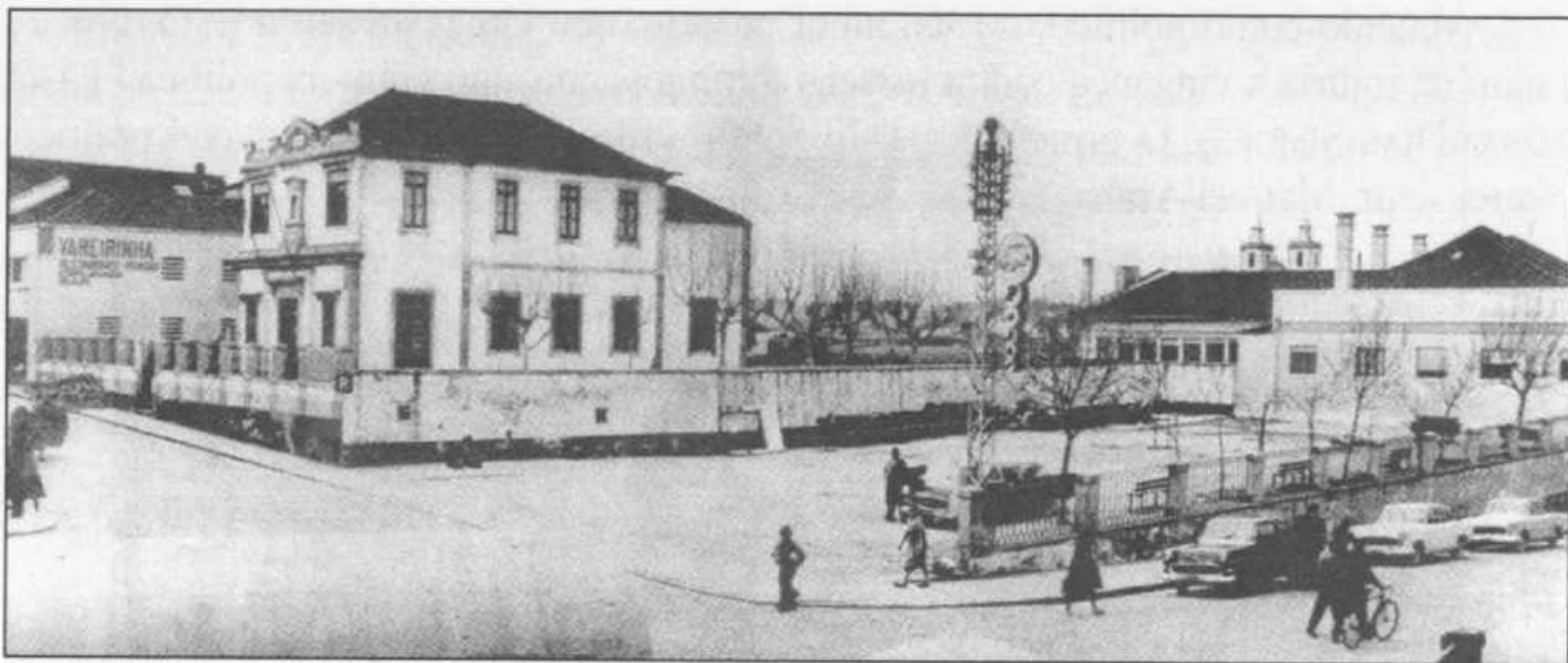
A Escola do Conde de Ferreira, obra *imperfeita e que não acreditava nada o au-*

Largo Serpa Pinto, com a Escola Conde de Ferreira, ao fundo, do lado direito, edifício de rés-do-chão tendo a sul o mercado.

tor do risco (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*), ficou concluída a 20 de Julho de 1868. Em 1884 estava em estado deplorável, inabitável.

Após obras de reparação, veio a ficar com 1.º andar.

A escola veio a ser demolida em 1960 para dar lugar ao novo tribunal, construído de 1961 a 1966. Foi, então, transferida para o antigo edifício do hospital camarário, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, onde já funcionou em 1959/1960.

Largo Serpa Pinto, com a Escola Conde de Ferreira, ao fundo, do lado direito, edifício com 1.º andar continuando a ter a sul o mercado.

Escola do Conde de Ferreira, com nova portaria. 1868-1960.
Reprodução de João Cunha

Memórias e datas para a história da vila de Ovar (1868), do dr. João Frederico Teixeira de Pinho. A Família Teixeira de Pinho. Historiadores de Ovar. Monografias

Foi o médico e político dr. João Frederico Teixeira de Pinho quem primeiro se dedicou à história de Ovar. Nato nesta cidade, a 15 de Agosto de 1818, filho do boticário e cirurgião Pedro António Teixeira de Pinho e de Maria Cândida de Jesus Pimentel, concluiu a sua formatura (1840) na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, casando com Olímpia Adelaide Cardoso de Carvalho, filha do dr. António Bernardino de Carvalho e de Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho († na Rua da Ponte, em 1860, com 35 anos).

Em 1868, após porfiadas indagações e estudos, escreveu as *Memórias e datas para a história da vila de Ovar*, «um trabalho de séria investigação, apenas ofuscado pela paixão política quanto às figuras e acontecimentos do seu tempo» (MIGUEL DE OLIVEIRA), «retrato fiel do seu amor ao trabalho e do seu temperamento impulsivo, tão seco e tão agreste que nem aos seus perdoava» (ZAGALO DOS SANTOS).

Uma insignificante parte das *Considerações gerais* foi publicada no semanário *A Voz do Douro*, editado no Porto por 1870-1871; a quase totalidade do trabalho – quase até ao princípio das *Investigações subsidiárias* – veio a lume no bi-semanário de Oliveira de Azeméis *O Jornal do Povo*, de 25 de Outubro de 1881 a 17 de Agosto de 1883; o semanário local *O Ovarense* publicou as *Considerações gerais* com início a 6 de Outubro de 1889 e ainda desde 11 de Junho de 1916; por último, na sessão de 2 de Janeiro de 1959, a Câmara Municipal, por proposta do Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy, deliberou publicar as *Memórias e datas*.

Colocado no partido médico de Ovar, a 30 de Junho de 1840, o dr. João Frederico foi Administrador do Concelho em 1865, chefe do partido histórico (1865-1870) e adversário intransigente do dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, tendo falecido na Rua da Fonte, apenas com 52 anos, a 11 de Julho de 1870.

«Vencido como político, no seu amor próprio, deu largas ao seu doesto, procurando na injúria a vingança contra os seus inimigos, que só o eram na politica» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES). O principal visado com o seu ódio foi aquele notável político ovarense dr. Manuel Arala.

Dr. João Frederico.
1818-†1870

A respeito da obra do dr. Teixeira de Pinho escreveu o dr. PEDRO CHAVES (*in*: *Pátria*, de 8/1/1925): - «respiguei num livro de apontamentos da família que possuo, começado em 1799 e onde o dr. João Frederico, por sua vez, respigou a maior parte das antiguidades a que alude nas suas *Memórias e Datas*, só lhe faltando a *memória* para dizer, com probidade, onde encontrara a papinha feita».

LOURENÇO MARIA DE OLIVEIRA VAZ (1835-†1883) teria continuado a história de Ovar de João Frederico. Assim o declarou o dr. José Delfim de Sousa Lamy em carta ao director do *Notícias de Ovar* sobre este poeta ovarense e publicada nesse semanário a 9 de Dezembro de 1948: - «A meu Pai foi oferecido o valioso manuscrito pelas irmãs do falecido poeta, de quem foi compadre e amigo. Li esse manuscrito e recordo-me de recomendar a meu Pai (*Delfim José de Sousa Lamy*) para o ter bem guardado. Quando, porém, ele faleceu, procurei o manuscrito, mas não o encontrei, sabendo então que fora emprestado por meu Pai, não sei a quem, mas não mais, infelizmente, regressou à sua procedência».

Em 1910 a Câmara Municipal republicana deu à Travessa de S. Lourenço o seu nome.

A *Família Teixeira de Pinho* chegou a ser proprietária de três boticas em Ovar. A casa onde se localizava uma delas, na Rua do Cruzeiro da Graça, pertenceu ao boticário do hospital José Manuel Teixeira de Pinho, que casou com Luísa Leonor de Je-

sus Pimentel, e faleceu a 30 de Junho de 1866. Cidadão liberal, foi referido por Júlio Dinis na sua carta particular a Custódio Passos, de 11 de Maio de 1863.

Após a sua morte, a botica, que foi objecto duma célebre expropriação polémica (1876-1880), pela câmara *regeneradora* presidida pelo dr. Manuel Arala, para no seu terreno ser construído o chafariz principal do abastecimento de águas a Ovar, passou a ser administrada por sua filha Rita Rosa Teixeira de Pinho, que casou com Luís Flávio de Lima, escrivão da Administração do Concelho, e faleceu, no estado de viúva, a 18 de Março de 1878, com 60 anos.

A filha do casal Rita/Luís Flávio de Lima, Maria Lúcia Fonseca, casou com Manuel Álvares Martins da Fonseca, que foi escrivão da Administração do Concelho (12/ /1/1866-1875).

Pedro António Teixeira de Pinho foi escolhido, por provisão de 5 de Dezembro de 1821, para cirurgião efectivo do hospital, casou com Maria Cândida de Jesus Pimentel, e faleceu a 1 de Junho de 1849.

Filhos do casal Pedro António/Maria Cândida:

– dr. António Isaac Teixeira de Pinho (1816-†1875)

– dr. João Frederico Teixeira de Pinho (1818-†1870), que sucedeu a seu pai como cirurgião do hospital em 1849.

Foi, assim, o médico e político dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO quem primeiro se dedicou à história da sua terra natal.

Só meio século após a feitura dos *Memórias e datas* é que apareceu um novo trabalho sobre história local: *Ovar – Biografias* (1.ª edição, 1917; 2.ª edição, 1970), de ANTÓNIO DIAS SIMÕES (1870-†1922).

O padre MANUEL RODRIGUES LÍRIO (1881-†1953), polemista, homem de jornais e de investigações históricas, publicou duas obras sobre a história religiosa local – *Os Passos* (1922) e *Monumentos e instituições religiosas* (1926).

O padre AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO (1881-†1975), natural da freguesia de S. Miguel do Souto, Santa Maria da Feira, publicou em folhetim, no jornal *Tradição*, da Feira, de 4 de Maio de 1935 a 27 de Fevereiro de 1937, a *Resenha histórica das freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*.

O dr. ANTÓNIO BAPTISTA ZAGALO DOS SANTOS (1884-†1957), que foi gerente da agência do Banco Nacional Ultramarino e colaborador dos semanários *A Pátria*, *O Povo de Ovar* e *Notícias de Ovar*, publicou no *Arquivo do Distrito de Aveiro* os artigos: «O brasão e a carta de armas dos Brandões», «Imprensa Periódica do distrito de Aveiro», «Um oratório do século XVIII» e «Pigeiros – Garfa de Ovar». A sua obra *Ovar na literatura e na arte*, concluída em 1952, veio a ser publicada pela Câmara Municipal em 1962.

O padre MIGUEL AUGUSTO DE OLIVEIRA (1897-†1968), natural de Válega, publicou no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, uma série de artigos sob o título «A vila de Ovar. Subsídios para a sua história até ao século XVI» (de 1935 a 1938 e em 1942). Em 1967, a Câmara Municipal publicou a sua obra *Ovar na Idade Média* que, praticamente, é uma 2.ª edição, revista e aumentada, dos artigos inseridos naquele *Arquivo do Distrito de Aveiro*; e, em 1981, o seu trabalho *Válega*, que já tinha sido publicado no semanário *O Concelho de Estarreja*, de Pardilhó, em folhetim, de 1921 a 1923.

O padre AIRES CÉSAR PINTO RODRIGUES DE AMORIM, que nasceu em Esmoriz, a 3

de Julho de 1919, dedicou-se à história local, principalmente da sua freguesia, sendo autor de artigos inseridos no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, em *Aveiro e o seu distrito*, e em *Espinho. Boletim Cultural*, da monografia *Esmoriz e a sua história* (1986), das *Achegas para o estudo da história local* (1989), e *Da arte da xávega de Espinho a Ovar* (1999).

Padre Aires de Amorim. 1919-1999

Investigador consciencioso, estudou minuciosamente a história esmorizense, vindo a falecer em Alvarelhos, Santo Tirso (actualmente, concelho da Trofa), onde era pároco, a 23 de Setembro de 1999, com 80 anos.

Em 1944, fora ordenado sacerdote, na Sé do Porto, e, em 1975, obtivera a sua licenciatura na Faculdade de Letras.

O dr. ALBERTINO ALVES PARDINHAS, licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, professor das Escolas Industriais e Comerciais de Ovar, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, onde se reformou em 1987, nasceu a 30 de Janeiro de 1922, em Cortegaça, filho de Albertino Alves Pardinhas e de Palmira Alves Pereira, tendo casado (1946) com Aurora Francisca Sá Tenente Pardinhas.

Dr. Albertino Pardinhas.

Publicou, em 1980, a *Monografia de Cortegaça. Apontamentos para a história da Honra, do Couto e do Concelho (extinto) desta milenária povoação e outras memórias mais recentes*. Segunda edição desta apreciada obra surgiria em 1992.

Em 1996, foi distinguido pela Câmara Municipal de Ovar com a Medalha de Mérito Municipal Prata; e, no ano seguinte, recebeu a Medalha de Ouro da Vila de Cortegaça.

Seu irmão, o padre dr. MANUEL ALVES PARDINHAS, nasceu em Cortegaça, a 27 de Fevereiro de 1925. Após a conclusão do curso de Teologia (1947) no Seminário do Porto, licenciou-se em teologia na Universidade de Salamanca, e em direito na Universidade de Coimbra. Nesta, foi director da revista *Estudos* do CADC e pertenceu aos quadros do Orfeon Académico.

Dr. Manuel Pardinhas.

Foi professor do Seminário Maior, no Porto, durante cerca de 20 anos, e professor de religião e moral no Liceu Alexandre Herculano (1957-1993).

Escreveu *Roteiro do Brasil* (1954), *Capas Negras nos Açores* (1960), *Rosa Rosas com Perfil* (1992), *Minha Terra Nossa Gente* (1993) e *Para um Álbum Diocesano* (1995).

A 20 de Setembro de 1997, comemoraram-se as Bodas de Ouro da sua ordenação sacerdotal.

O dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, que nasceu em ovar, a 1 de Maio de 1924, colaborador do *Notícias de Ovar*, é, por sua vez, o autor da monografia *O Furadouro – O Povoado, O Homem e o Mar*, de 1984.

Finalmente, o dr. ALBERTO MANUEL MATOS DE SOUSA LAMY, que também nasceu em Ovar, a 19 de Novembro de 1934, advogado, autor da *Monografia de Ovar*, em 2 volumes, de 1977, do *Centenário da Imprensa Ovarense* (1883-1983), de 1983, da *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*, de 1984, d'*O Visconde de Ovar (1782-1856)*, de 1987, e da *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar* (1996), publicou *Crónicas Vareiras*, no *Terras do Var* (69 artigos, de 25 de Fevereiro de 1983 a 10 de Janeiro de 1993), e tem em publicação as *Datas da História de Ovar*, no *João Semana*, desde 15 de Julho de 1985, e o *Dicionário da História de Ovar*, no *Notícias de Ovar* desde 1 de Fevereiro de 1996.

Além destes historiadores:

– Dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO 1818-1870
– ANTÓNIO DIAS SIMÕES 1870-1922
– Padre MANUEL RODRIGUES LÍRIO 1881-1953
– PADRE AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO 1881-1975
– Dr. ANTÓNIO BAPTISTA ZAGALO DOS SANTOS 1884-1957
– Padre MIGUEL AUGUSTO DE OLIVEIRA 1897-1968
– Padre AIRES CÉSAR PINTO RODRIGUES DE AMORIM 1919-1999
– Dr. ALBERTINO ALVES PARDINHAS 1922-
– Dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA 1924-
– Dr. ALBERTO MANUEL MATOS DE SOUSA LAMY 1934-

Padre José Ribeiro de Araújo. 1883-1953

dedicaram-se também ao estudo dos povos e da terra ovarense o padre JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO (1883-†1953), natural de Perosinho, Vila Nova de Gaia, autor das *Poalhas da história da freguesia e igreja de Ovar* (1952);

JOÃO FERNANDES ARADA E COSTA (1917-†1989), que escreveu inúmeras crónicas, intituladas «Nem tudo o tempo levou», no semanário *Notícias de Ovar*, e foi o autor da *História religiosa de Ovar– Algumas achegas*, de 1967; o dr. MANUEL PIRES BASTOS, abade de Ovar, que nasceu em Loureiro, Oliveira de Azeméis, a 7 de Maio de 1935; e o dr. ARMANDO DE ALMEIDA FERNANDES, natural de Bretiande, Lamego, consagrado historiador e medievalista, que publi-

cou artigos no *Notícias de Ovar* e no *João Semana* (neste, «Algumas notas toponímicas ovarenses», desde 1 de Agosto de 1993).

A Câmara da presidência de Guedes da Costa, sendo vereador do pelouro da Cultura o dr. Manuel Laranjeira Vaz, publicou o *Arquivo Municipal de Ovar*; e a directora da Biblioteca Municipal, dr.ª Ângela Castro, organizou e compilou as *Memórias da urbe* (1994).

A 1.ª monografia foi escrita, em 1868, pelo dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO - as *Memórias e datas para a história da vila de Ovar*.

O segundo trabalho respeitante ao concelho de Ovar foi a monografia de *Válega*, do padre MIGUEL AUGUSTO DE OLIVEIRA, escrita quando este tinha 24--26 anos.

Dr. Armando de Almeida Fernandes. In: João Semana, *de 15/4/1990*

A terceira obra referente ao concelho é de autoria do padre AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO, a *Resenha histórica das freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*, publicada no jornal *Tradição* entre 1935 e 1937. O seu autor paroquiou a freguesia de S. Vicente, de 20 de Abril de 1910 a Janeiro de 1955.

A 1 de Agosto de 1977, foi colocada à venda a *Monografia de Ovar*, do dr. ALBERTO MANUEL MATOS DE SOUSA LAMY.

Em 1980, o dr. ALBERTINO ALVES PARDINHAS publicou a *Monografia de Cortegaça*. Apontamentos para a história da *Honra*, do *Couto* e do *Concelho* (extinto) desta milenária povoação e outras memórias mais recentes. Segunda edição surgiria, como se referiu, em 1992.

Finalmente, em 1986, o padre AIRES CÉSAR PINTO RODRIGUES DE AMORIM publica uma monografia de Esmoriz. *Esmoriz e a sua história* é uma edição da Comissão de Melhoramentos desta freguesia.

De 1868 até à actualidade, no decurso de mais de 130 anos, só meia dúzia de cidadãos deram a lume trabalhos monográficos das freguesias do concelho de Ovar: dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, padre MIGUEL DE OLIVEIRA, padre AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO, dr. ALBERTO SOUSA LAMY, dr. ALBERTINO ALVES PARDINHAS e padre AIRES DE AMORIM:

- *Memórias e datas* (Ovar) 1868
- *Válega* 1921-1923
- *Resenha histórica* (S. Vicente) 1935-1937
- *Monografia de Ovar* 1977
- *Monografia de Cortegaça* 1980
- *Esmoriz e a sua história* 1986

As freguesias de Cortegaça, Esmoriz e Ovar (S. Cristóvão e S. João), S. Vicente

e Válega estão representadas na literatura histórica concelhia. Só as freguesias de Arada e Maceda não têm ainda trabalhos monográficos de carácter geral.

Um lugar, uma praia, da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, mereceu também um trabalho monográfico. É *O Furadouro – O povoado, o homem e o mar*, do dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, editado (1984) pela Câmara Municipal de Ovar.

Bordados e rendas. Os esteireiros

Em 1868 os bordados em branco de Ovar «sobressaem em todo o reino» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*); em 1877, segundo MARQUES GOMES (*O distrito de Aveiro*), os bordados em branco da vila «têm fama no distrito. As rendas de bilros quase rivalizam com as de Viana e Peniche.

Em 1912, porém, achava-se já extinta a indústria de *bordados e rendas* (bilros, croché, crivo, etc.) que pelo desenho e pelo primor da execução lograram grande fama em todo o País, onde se falava com apreço nos bordados e rendas de Ovar.

Em 1868 os artefactos de esteireiro em Ovar «montam ainda a reis 1.200$000 apesar da grande quebra que tem havido nesta indústria, outrora florescente» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*).

A indústria dos esteireiros estava reduzida em 1914 a dois fabricantes de esteiras – Pedro Margarido, da Rua do Loureiro e José Maria Soares de Sousa, da Rua Júlio Dinis.

Se *esteireiro* é o fabricante ou vendedor de esteiras, *esteira* é um «tecido grosseiro feito de matérias vegetais justapostas, entrançadas ou entrelaçadas».

Trajes de Ovar dos meados do século XIX. | Fotos de Mário Almeida
Edição da Casa Carvalho e Stúdio Almeida

A estrada de Ovar ao Furadouro (1869-1871). Diligências e *char-à-bancs*. As quatro estradas do mar. A estrada de Ovar a S. Vicente (1869-1875)

A comunicação entre Ovar e a praia do Furadouro era feita por um carreiro de pé--posto através da mata e do areal, o que a tornava difícil e demorada.

O caminho de areia solta, que partia da Rua das Almas até a Costa, era denominado já em 1796 o *caminho do mar*. «Desde Março até Novembro aquele pequeno saará (*o caminho*) é calcado continuamente por centenares de pessoas, transferindo-se mais de metade da população para ali. Pescas, estrumes, óleo de peixe, tudo de lá é transportado em abundância para este concelho e outros muitos mais» (sessão camarária de 23 de Dezembro de 1864).

Atendendo a que por este caminho se transportava não só o peixe para consumo e exportação, mas também grande quantidade de adubos para a agricultura, o Presidente João de Castro Corte-Real, na sessão de 28 de Abril de 1864, propôs a construção duma estrada em sua substituição, o que foi aprovado pela câmara e pelo conselho municipal, que autorizaram ainda um pedido para se contrair um empréstimo de 12.600$000 reis. Na sessão de 23 de Dezembro daquele ano a câmara, com o Administrador do Concelho, deliberou que a estrada devia ter a largura das de 2.ª ordem e a extensão de 4.376 metros.

À falta de recursos, para pagar aquele empréstimo, «resolveu-se cobrar 80 reis por cada carro e 20 reis por cada cavalgadura que transitassem pela estrada do Furadouro, outro tanto por cada rasa de sal em qualquer dos Cais do concelho, dez tostões por cada barco de sardinha e metade por cada bateira, que viessem do sul e ainda um pataco por cada carro, de fora do concelho, que transitasse na vila» (Zagalo dos Santos, *in*: *Notícias de Ovar*, de 11/11/1948).

Estrada do Furadouro (anos de 1910). Postal datado de Outubro de 1913

Ainda se procurou vender os pinheiros da mata municipal o que originou a revolta popular de 1865, a queda de João de Castro e a vinda para o poder do dr. Manuel Arala, a quem coube fazer a estrada, em duas fases: a 1.ª dos Campos ao Carregal, a 2.ª do Carregal à praia.

A 2 de Dezembro de 1867 o dr. Manuel Arala informou a Câmara que tinha recebido uma carta de José da Costa Sousa Pinto Basto, participando-lhe que, de acordo com o deputado pelo círculo de Ovar, António José Bento da Rocha, conseguira o adiantamento de 6.000$000 reis do governo para a estrada. Com esta quantia fez-se a primeira parte da estrada, com 1.620 metros, que foi entregue à Câmara, em auto, a 27 de Novembro de 1869, com a obrigação de continuá-la.

O segundo lanço da estrada foi arrematado a 17 de Julho de 1870 por Francisco António do Amaral e Cyrne, pela importância de 3.348$000 reis, com o encargo de a dar pronta ao cabo de 8 meses.

A estrada, melhoramento que muito beneficiou a principal e quase única indústria da freguesia – a da pesca no Furadouro – foi aformoseada em 1879, de Ovar ao Carregal, com a plantação de eucaliptos de ambos os lados. Do Carregal à praia não foi possível fazer vingar quaisquer árvores.

Na sessão de 1 de Novembro de 1928, o vice-presidente da comissão administrativa, Afonso José Martins Júnior, propôs a substituição do macadame por paralelepípedos, o que foi aprovado por unanimidade, e o vereador António Ferreira Brandão, dado ser impossível aquela substituição sem que desaparecessem os eucaliptos, propôs que estes fossem vendidos em hasta pública, o que foi também aprovado por unanimidade. Os eucaliptos foram então objecto de várias arrematações e substituições por plátanos, entre 1929 e 1933.

Em 1930 foram arrematados os paralelepípedos para a estrada do Furadouro.

Estrada do Furadouro.
In: O Povo de Ovar, *de 30/5/1939*

Na sessão de 27 de Novembro de 1923 foi aprovado, por unanimidade, que à estrada que liga Ovar com a praia do Furadouro, vulgarmente chamada *Estrada do Furadouro*, se lhe desse oficialmente esta denominação. A 13 de Setembro de 1935 foi inaugurada a iluminação de toda a estrada; em 1960 começou a ser utilizada a pista para ciclistas e peões construída pela Junta Autónoma; em 1968 começou a ser alargada a faixa de rodagem de 6 para 7 metros e recoberta com tapete betuminoso.

Em 1979, a Câmara Municipal deu o nome de *Avenida da Régua* à parte da Estrada do Furadouro que liga o Alto Saboga com o cruzamento do Carregal; e, a 25 de Julho de 1984, nas *comemorações da elevação de Ovar a cidade*, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou a *Avenida do Emigrante*, ligando o Carregal à praia do Furadouro (Praça da Varina). Esta última designação tinha sido aprovada, pela Câmara Municipal, a 21 de Março desse ano.

Estrada do Furadouro (anos de 1950).
In: *José Augusto de Almeida,* Ovar antigo

Em 1884, já macadamizada, a estrada era percorrida por diligências e *char-à-bancs* para passageiros e mobílias que partiam da estação do caminho-de-ferro e da Praça para o Furadouro de meia em meia hora. «O Painço com o riper, o Matacães, o Cerejeira, o Manuel do Bento e mais tarde, o Loureiro e o Clemente, a quatro vinténs, em vinte minutos punham uma pessoa à porta do Senhor da Piedade, embarcando-a a Cal de Pedra» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 3/5/1951).

Em 1917 o preço da carreira para a praia era de 4 vinténs, mas os alquiladores não conduziam senão o passageiro que pagasse 15 centavos, o que originou protestos na imprensa local (*Ideal Vareiro*, de 11/7/1917).

Desde 8 de Setembro de 1912 ficou estabelecida uma carreira diária de automóveis entre Ovar e o Furadouro, carreira essa feita por dois automóveis, um pertencente a Abel Guedes de Pinho, o *Abel das Máquinas, dos Gabões e das barbas*, e outro a

Manuel Joaquim Rodrigues. «Tentaram bater os velhos alquiladores e abriram carreiras de carros ligeiros, mas a breve trecho puderam ver que era melhor tê-los nas cocheiras do que andar a fazer quilómetros para aquecer» (*In*: *Notícias de Ovar*, de 3/5/1951).

Em 1924 foi inaugurado o serviço de transportes entre Ovar e a praia por uma camioneta, sendo o preço de cada passagem de 2$00 e gastando-se seis minutos no percurso. «Foi sob a égide de uma Companhia que se adquiriu a primeira camioneta para passageiros» com um serviço quase rudimentar. «O senhor António de Arada, mais conhecido por *o da Velo*, pachorrento como um beduíno, desastrado, bondoso até ao inconcebível, montou as primeiras carreiras horárias. Mas o material era fraco e foi caindo até quase à miséria e a energia do proprietário era nula para se impor aos abusos de todos e um serviço, quando não regular, pelo menos tolerável. Choveram protestos, clama-se, grita-se e entretanto melhora-se a pavimentação Ovar-Furadouro, agora francamente boa. E por contrato de venda, aliás um pau por um olho para o senhor António, a concessão passa para as unhas da Empresa de Vale de Cambra, que, melhorando ano a ano os seus serviços, assegura uma série de carreiras úteis, bem remuneradas no verão, mas regular canudo durante o inverno» (*Idem*).

As cidades de Ovar e de Esmoriz, a vila de Cortegaça e a freguesia de Maceda estão actualmente ligadas às suas respectivas praias por estradas denominadas *do mar*. A de Ovar à praia do Furadouro, como referimos, foi construída entre 1869 e 1871; a *estrada do mar* de Esmoriz foi inaugurada a 2 de Setembro de 1917; a estrada de Cortegaça à praia veio a ser inaugurada a 7 de Setembro de 1930; e a estrada da praia de Maceda foi estreada a 29 de Junho de 1970 pelo Governador Civil de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães, e pelo Presidente da Câmara Municipal de Ovar, Francisco Correia de Almeida.

Entre 1869 e 1875 foi construída a estrada de S. Vicente, pela câmara presidida pelo dr. Manuel Arala, tendo contribuído para mesma João Rodrigues de Oliveira Santos.

A Guarda Fiscal (1869)

Desde 23 de Dezembro de 1869 a costa de Cortegaça a S. Jacinto ficou a pertencer à secção n.º 9 (Porto) das alfândegas marítimas, tendo os fiscais a residência em Pardelhas; a partir de 1 de Setembro de 1881, pelo Regulamento Geral das Alfândegas e contribuições indirectas, a costa de Ovar ficou abrangida por duas secções: a de Mira ao Furadouro e a desta praia ao Senhor da Pedra, tendo os seus chefes as residências, respectivamente, em Aveiro e Espinho.

Em 1977, Ovar tinha dois postos da *Guarda Fiscal*, um na cidade e outro na praia do Furadouro, que pertenciam à secção de Aveiro, à 1.ª Companhia (Vila Nova de Gaia) do 3.º batalhão (Porto). No concelho ainda se situava o posto de Esmoriz pertencente à secção de Vila Nova de Gaia, da 1.ª Companhia do 3.º batalhão.

Em 1985, o concelho tinha cinco postos da *Guarda Fiscal*: os de Esmoriz (1 cabo e 4 soldados) e o do Furadouro (1 cabo e 6 soldados), e três postos para garantia de

direitos alfandegários (depósitos francos) – o da *Toyota* (1 cabo e 5 soldados), o da *Philips* (1 cabo e 7 soldados), e o da *Volvo/Hillman* (1 cabo e 9 soldados).

A 4 de Outubro de 1988, encerraram os postos do Furadouro e de Esmoriz (a portaria n.º 517/89, de 7 de Junho, extinguiu o Posto Fiscal do Furadouro).

O levantamento contra as medidas tributárias – a carnificina de Ovar (1870). O administrador do concelho dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro (1868/1870 e 1871)

A 11 de Agosto de 1869 terminou os seus dias o 1.º ministério *reformista*, da presidência de Sá da Bandeira. Seguiu-se-lhe um ministério *histórico* presidido pelo Duque de Loulé, no qual ocupou a pasta da Fazenda o político Anselmo Braancamp, da ala conhecida pela *unha Branca*. Este, dada a situação desesperada do tesouro, procurou remediá-la, nomeadamente com o aumento da contribuição predial, e, atendendo à desigualdade das contribuições, o governo ordenou arrolamentos prediais, o que desagradou ao contribuinte.

Esta medida, justa e necessária, foi rudemente atacada, havendo quem propalasse que, ciente o governo do valor real das propriedades, o imposto aumentaria na proporção desse valor. Em Ovar, o Presidente da Câmara dr. Manuel Arala, filiado no partido *reformista*, então na oposição, foi acusado de ter enviado agentes para a freguesia de Arada para levantar o povo quando se procedia à reforma das matrizes. Com a finalidade de criar embaraços ao ministério histórico os reformistas, em Ovar e em outros dois ou três concelhos, «longe de dizer ao povo qual o fim das avaliações dos prédios, propalavam e insinuavam que os peritos vinham arrolar as galinhas, os cevados, os bois e os filhos que cada casa tinha, para que de tudo se pagasse contribuição e inclusivamente das janelas das casas; que todos os rapazes eram obrigados a assentar praça» (*In*: *Ovarense*, de 30/4/1893).

Para os aralistas, foi uma calúnia insensata atribuir os fuzilamentos de Arada-Ovar ao dr. Manuel Arala, que os acusara no parlamento através dos deputados Bandeira Coelho e Francisco de Albuquerque (*Discussão*, de 26/7/1896).

O que é certo é que se verificaram desordens e acontecimentos graves na freguesia de Arada e em Ovar, que originaram mortes e feridos.

Em fins de Março de 1870 começou a verificar-se alguma agitação na freguesia de Arada, onde os habitantes recebiam os louvados com bastante relutância, alegando que eram de fora da povoação, e mostravam má disposição contra o escrivão da fazenda do concelho de Ovar, António da Costa Morais.

O Administrador do Concelho, dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro, que recebeu ordens superiores para acompanhar e auxiliar a comissão de arrolamento, protegendo-a dos que se opunham à continuação dos seus trabalhos, tentou, por meios suasórios, acalmar os ânimos, o que conseguiu por alguns dias. No dia 8 de Abril, porém, quando se achava no lugar da Murteira, da freguesia de Arada, a falar ao povo, fazendo-lhe ver as vantagens do arrolamento e os inconvenientes que podiam resultar-lhe da sua oposição, apareceu o almocreve Manuel Fernandes de Oliveira, do lugar

do Monte, da dita freguesia, que principiou, – segundo o que consta da *querela* de 2 de Maio de 1870 do delegado do procurador régio na comarca de Ovar, dr. Albino António Leite de Resende –, «por fazer jogo com um pau para espantar os cavalos, e intimidar o cocheiro, que tinham ali conduzido o Administrador, para que se retirasse», acabando por ameaçar com o mesmo pau, que levantou ao ar, o próprio Administrador que interviera a admoestá-lo para que fosse mais prudente e respeitador das autoridades. O almocreve, contudo, não atendeu às advertências e continuou com as ameaças, «dizendo que não queria saber de autoridades».

Este e outros factos levaram a Administração do Concelho a requisitar uma força que, comandada pelo tenente-coronel Queiroz e composta de 83 praças de infantaria n.º 18, onze cavalos e vinte praças de caçadores 9, veio estacionar em Ovar.

Manuel Marques, viúvo, da Murteira, Arada, recusou dar aboletamento aos soldados na casa que habitava, e António Joaquim Ribeiro, também da Murteira, procurou impedir o aboletamento da força militar que tinha sido mandada para Arada.

Na manhã do dia 12 de Abril, ao sinal de toque de sinos a rebate na freguesia de Arada e noutras vizinhas da comarca da Vila da Feira, reuniu-se muito povo naquela freguesia com o fim de opor-se a que a comissão de arrolamento predial, que há dias aí funcionava, continuasse os seus trabalhos. António Luís Barbosa, de Travanca, e o abade desta freguesia, foram acusados de terem excitado e acompanhado o povo à sedição e tumulto no dia 12 de Abril.

Cerca das 10 horas, quando o escrivão da fazenda do concelho de Ovar se achava em Arada, acompanhado de uma força do destacamento de infantaria n.º 18, tocou a rebate o sino da capela do Senhor do Calvário, do lugar do Outeiral, e logo três soldados, seguidos do escrivão, correram para a capela «em cuja frente estavam conversando mansa e pacificamente» (segundo o *despacho de pronúncia* de 11 de Junho de 1870 do juiz dr. António Soares de Albergaria. Segundo a *querela* de 25 de Abril desse ano, do delegado dr. Albino António Leite de Resende, «dois homens estavam tocando o sino a rebate para amotinar o povo, e, travando-se conflito entre eles, resultou ser morto um dos tocadores do sino por um soldado à ordem do Escrivão da Fazenda, segundo uns, ou por ele mesmo, segundo outros») José Francisco da Silva, do lugar do Olho Marinho, e Bernardo Luís dos Reis, do Outeiral, ambos da freguesia de Arada.

O escrivão António da Costa Morais gritou para os soldados – *morra, morra, que é cabeça de motim* – e imediatamente um dos soldados disparou a arma para o local onde estavam os dois cidadãos de Arada, e a bala batendo na parede da capela na altura de um metro e oito centímetros resvalou e feriu o Bernardo; outro soldado correu sobre o José, que fugia, disparou-lhe um tiro à queima-roupa, de que lhe resultou a morte pouco depois, e não satisfeito com isso quis ainda feri-lo com a baioneta (*querela* de 27/4/1870).

Espalhando-se logo a notícia deste triste acontecimento, ao toque de sinos a rebate e aos gritos de uma irmã do morto que bradava contra o escrivão da fazenda, o povo enfurecido, de Arada e das freguesias próximas do concelho da Feira, dirigiu-se ao local onde já se encontrava o escrivão no meio da tropa e, em altos brados, pediu a sua cabeça, dando ao mesmo tempo vivas à tropa, mostrando por este modo que todo o seu rancor era somente contra aquele.

O comandante da força, para subtrair o escrivão da fúria popular e salvá-lo de morte iminente, resolveu retirar-se prudentemente da freguesia de Arada para Ovar. Durante o trajecto a força foi «sempre acompanhada por grande multidão de povo (cerca de 2.000 pessoas, armadas de diferentes armas, especialmente paus), de diferentes sexo e idades», que nunca a ofendeu, antes conteve e admoestou «algum mais furioso, quando via que queria arremessar alguma pedra contra o referido Escrivão» (*despacho de pronúncia* de 11/6/1870).

Porém, ao chegar a tropa que escoltava os funcionários à Rua da Fonte, no local onde nesta desemboca a Rua dos Pelames, e quando o povo se aglomerava mais sobre ela, pretendendo tomar-lhe os lados e a frente, alguém arremessou, dum quintal ou casa próxima, uma pedra que feriu na cabeça o aspirante Francisco de Castro Sequeira Corte-Real, natural de Ovar. Seguiram-se mais duas pedras, também para o meio da tropa, que não atingiram ninguém.

O comandante da força, prevenido destas pedradas, mandou fazer alto e deu ordens de calar baionetas. «Infelizmente, no meio do alarido e das vozearias, o último pelotão não compreendeu a voz do comandante e julgou que se lhe mandava fazer fogo» (resposta do Duque de Loulé na Câmara dos Deputados a 23 de Abril de 1870, à interpelação do deputado por Fafe, António Augusto Ferreira de Melo. Segundo o *despacho de pronúncia* citado, «sem serem obrigados pela necessidade da legítima defesa») e disparou alguns tiros contra aquela massa de povo, de que resultou a morte de Bernardino Marques dos Santos, solteiro, do lugar de Lourido, da freguesia de Espargo, do concelho da Vila da Feira, Ana Pereira, do lugar de S. Martinho de Arada, Ana Fernandes, solteira, do lugar da Preguiça e Manuel Pereira de Resende, do lugar dos Poços, estes três da freguesia de Arada (a Ana Pereira e o Manuel Pereira de Resende faleceram no hospital em consequência dos ferimentos recebidos, aquela em 12 e este em 14. José Nunes, o *Rola*, da Pedreira, Arada, e um moleiro dos Pelames, de Ovar, foram acusados de terem atirado as pedras à tropa), e ferimentos graves nas pessoas de Maria Soares Jorge, casada, do lugar do Monte, Maria Joaquina, casada, do lugar da Preguiça, ambas da freguesia de Arada, José Rodrigues de Assunção, casado, do lugar da Igreja, da freguesia de Travanca, e Manuel Francisco de Oliveira, do lugar da Laranjeira, da freguesia de Espargo, ambos do concelho da Vila da Feira.

Com os tiros, a multidão dispersou-se em direcções diversas, e, poucos dias depois, veio a reflexão e o trabalho dos arrolamentos pôde seguir o seu curso ordinário na freguesia de Arada completamente sossegada.

Na sessão de 23 de Abril da Câmara dos Deputados, respondendo a uma interpelação do deputado por Fafe, António Augusto Ferreira de Melo, o Presidente do Conselho e Ministro do Reino, Duque de Loulé, historiou os acontecimentos ocorridos em Arada.

A 25 do mesmo mês o delegado do procurador régio na comarca de Ovar, dr. Albino António Leite de Resende, deu a sua *querela* contra os soldados do Regimento de Infantaria n.º 18, António da Fonseca, António Martins, Francisco Gonçalves, João Lopes, José Lopes, Joaquim Monteiro, Joaquim Pereira de Aguiar, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Manuel de Matos e Manuel de Oliveira, pelo crime de homicídio voluntário praticado em quatro cidadãos e pelo crime de homicídio frustrado em outros quatro.

No dia 27 o mesmo delegado deu nova *querela*, ora contra dois soldados do Regimento de Infantaria n.º 18 e contra o escrivão da fazenda António da Costa Morais, e contra todos os mais autores e cúmplices do crime de homicídio voluntário praticado na pessoa de José Francisco da Silva e do crime de homicídio frustrado na de Bernardino Luís dos Reis.

A 11 de Junho o juiz dr. António Soares de Albergaria lavrou o seu *despacho de pronúncia*.

No conhecimento judicial a que se procedeu pelas sedições e insurreições populares contra o arrolamento predial e pessoal da freguesia de Arada, o Administrador do Concelho dr. Fragateiro acusou os cidadãos José Leite Novo, das Relvinhas, Murteira, Miguel Marques, do Carrascal, Manuel Alves Jorge, de S. Martinho, Manuel Marques, da Murteira, António Joaquim Ribeiro, também da Murteira, António Luís Barbosa e o abade de Travanca, José Nunes, o *Rola*, da Pedreira, e Manuel da Costa Leite, o da *Soledade*, de Espargo, e seu irmão António da Costa Leite, da Cruzinha, Arada. Todos estes indiciados vieram a ser amnistiados, por decreto de 6 de Junho de 1870.

A imprensa *reformista*, na oposição, aproveitou os acontecimentos de 12 de Abril de 1870 para verberar o procedimento do governo, atacando o dr. João Manuel Ferreira de Silva Fragateiro, Administrador do Concelho, António da Costa Morais, escrivão da fazenda, e ainda a força estacionada em Ovar comandada pelo tenente-coronel Queiroz.

Para os *reformistas*, foram os históricos governamentais os autores dos factos desastrosos e estúpidos do 12 de Abril, os autores dos assassinatos da carnificina de Ovar, *mancha indelével no reinado de D. Luís I* (*Primeiro de Janeiro*, de 14/4/1870. O dr. Fragateiro, que foi acusado pelo inspector dos arrolamentos, de responsável pelos fuzilamentos, ter-se-ia abespinhado «com alguns moradores pela frioleira de não lhe tirarem o chapéu» – *Discussão*, de 26/7/1896).

Por essa altura «um dito, que correu o país, e revelador dum carácter, veio coroar a obra oficial. O sr. José Luciano disse: – *O governo estava apopléctico, cairia, se não fosse a sangria de Arada* –. É histórico» (*Idem*).

Difícil se torna hoje saber toda a verdade, especialmente a causa das desordens, dada a parcialidade das duas facções militantes que se acusaram mutuamente, com os exageros habituais. Parece-nos, porém, que nem *históricos-governamentais*, senhores da Administração do Concelho, nem *reformistas-oposicionistas*, senhores da Câmara Municipal, foram a causa principal dos sucessos de Arada-Ovar. Estes foram essencialmente, e talvez unicamente, devidos ao analfabetismo da quase tototalidade do povo de então da freguesia de Arada: homens rudes, ignorantes, incapazes de entenderem as realidades e faltos de compreensão do civismo.

O dr. Francisco António Pinto e o despotismo religioso em Ovar (por volta de 1870). Os «enterridos», com os «senhoricos» e a «irmandade do capote». A canalha e as novenas do Infante. As Capelas de Santa Joana e da Senhora da Conceição (1873)

O juiz desembargador Francisco António Pinto, filho de José Pinto e de Maria Gomes, naturais da Cordinhã, concelho de Cantanhede, nasceu em Ovar, a 6 de Janeiro de 1851, casou com Júlia Estevão Arala, filha do dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala e de Maria José da Conceição Estevão Folha e Arala, e veio a falecer, a 14 de Janeiro de 1919, em Sintra.

Juiz Desembargador dr. Francisco António Pinto. 1851-1919

Formado em 1875, exerceu a advocacia em Ovar até 1877, tendo sido o autor do livro *Despotismo*, onde foca, designadamente, a vida religiosa na sua terra natal por volta de 1870, as brutalidades escolares (o que era a escola primária em Ovar por volta desse ano), e as eleições aralistas.

O dr. Francisco António Pinto, a respeito do que denominou *despotismo religioso*, deu-nos uma ideia pessimista mas muito interessante da vida religiosa em Ovar, cujo povo era fervorosamente católico, intolerante e supersticioso, fanático e reaccionário. A população da, então, vila, constituída por pescadores e camponeses, era presa fácil da influência do padre.

«Por essa época, e na efervescência do fanatismo excitado pelas missões, apareceu um dia no mercado semanal um vendedor de laranjeiras, que, para encarecer a sua mercadoria, abriu uma laranjeira sanguínea, desconhecida ainda na localidade, e mostrou a cor do sumo, apontando as plantas que tinha daquela casta. Dentre os circunstantes houve um fanático que viu milagre na rubicunda cor do sumo da laranja. Apo-

derou-se dum gomo dela, e correu a mostrá-la pelas ruas, levantado na mão direita, no meio da turba, que se lhe juntou.

Num instante se forjou a lenda: «a laranjeira que produziu aquele fruto fora plantada em sexta-feira santa; e o sumo sanguíneo era o próprio sangue de Cristo, que ali se vertia em expiação do grande pecado de *trabalhar no dia santo!...*».

O mísero pomicultor teve de sumir-se, para não remir com o seu sangue o pecado do herege, que plantou a laranjeira numa sexta-feira santa! (*O Despotismo*, 1912).

«A Igreja era o salão de honra para toda a vizinhança; e nos dias solenes da Semana Santa ou do Coração de Maria, era permitido levar um pequeno farnel de pão e água, para que ninguém se arredasse da casa de Deus» (*Idem*).

«As promessas e *devoções* de novenas eram frequentes e a propósito do mais absurdo medo. Um dia, um fragateiro de visita à sua terra, quis festejar o sueto com um grande papagaio, dos que lá chamavam *saloias*; e, com intenção velhaca, prendeu à cauda da máquina volante uma lanterna com vidros de cores, e fê-la subir em segredo, ao lado da povoação, a horas mortas da noite.

No dia seguinte, era certo e sabido de toda a gente que um sinal no céu anunciava o próximo *fim do mundo*; e, na efervescência do terror, prometiam-se novenas e realizavam-se penitências e devoções para expiar pecados mínimos!

O pároco e os missionários eram mimoseados com pão de ló, vinho do Porto, rapé e charutos, para se restaurarem da fadiga das confissões e práticas religiosas. As *beatas* tomavam a seu cargo os pecados das alminhas do purgatório; e faziam jornadas entre os diversos altares da igreja matriz, aplicando directamente os joelhos ao chão, até deixarem rasto de sangue no pavimento das naves. E esta profanação não lançava interdito ao templo, por ser feita *ad majorem Dei gloriam!...*

As procissões e os *enterridos* (funerais) constituiam as maiores solenidades da vila.

Todo o bom patriota – e só o era o *temente a Deus!* – se sentia obrigado a ir anualmente assistir à grande procissão dos Passos, para se expurgar ali, no santuário da devoção patriótica, de pecados mofentos cometidos por terras alheias, onde havia *maçónicos*» (*Idem*).

Vejamos agora o que nos diz, ainda por volta de 1870, o juiz Francisco António Pinto a respeito dos costumes funéreos da vila e freguesia de Ovar:

«O óbito e os funerais eram solenemente anunciados pelo dobre dos sinos; mas isto não bastava para levar a intimação individuada a todos os interessados na solenidade; e recorria-se então à campainha agitada por um cego, que vagarosamente percorria todas as ruas e arruelas da vila, fazendo paragens amiudadas para declinar bem alto o nome do morto, a morada e a hora do saimento. Esta publicação notificava a toda a vizinhança o acto mais solene, e, por assim dizer, único de valor, da vida do extinto; e por isso, reforçava-se ainda com cartas de convite, dirigidas às pessoas importantes; e mais tarde, foi ampliada pelo emprego dum grosso e longo porta-voz, que levava o aviso, como um trovão, a repercutir-se pelos largos e ruas da vila.

Aos *enterridos* concorria-se em traje solene, de capote ou casaca, conforme a classe do concorrente, quando se não envergava o hábito de irmão terceiro, ou a opa de qualquer outra irmandade; e só então, perante a majestade da morte, se suspendiam ódios já cansados.

Toda a gente ia ao *enterrido*, porque seria muito indecoroso faltar, não para com a família do finado, que às vezes até se desprezava e perseguia por motivos políticos, ou pelo embate de interesses doutra ordem, mas porque era mister fazer a corte ao clero e ser *temente a Deus*.

Era preciso que as confrarias fossem largamente representadas com todas as suas insígnias em devida ordem; e, sobretudo, que não faltasse nem um só irmão terceiro; porque estes, com os seus hábitos talares de estamenha e com o cíngulo franciscano, eram os que mais e melhor representavam os antigos frades de saudosa memória.

Os clérigos acudiam em chusma de toda a parte, se o *enterrido* era declarado *geral*: isto é, se podiam assistir a ele todos os padres que quizessem, mesmo sem convite pessoal, pela espórtula marcada na tabela existente na sacristia e muito conhecida de todos. Enfileiravam-se no préstito cerca de cincoenta, em duas alas, precedendo o esquife, que era sempre levado à mão. Em volta do morto agrupavam-se os *senhoricos* (pessoas de consideração) trajando de casaca e *baromba* (chapéu alto), proclamando e ostentando assim a superioridade social acima dos simples populares, que se estendiam em duas fileiras precedendo as irmandades e formando o agrupamento a que por desprezo se chamava a *irmandade do capote*, por o levarem vestido em traje de cerimónia.

Depois, enquanto o coveiro enterrava o cadáver, distribuia o cangalheiro na sacristia a espórtula aos padres, que às vezes se atropelavam por terem pressa de se retirar já pagos. Entretanto distribuia-se também na sacristia vinho aos concorrentes da *irmandade do capote* – que nunca o desdenhavam, para se desforrarem do desprezo dos *senhoricos*, que se rebaixariam aceitando.

Aos senhores padres distribuia-se vinho do Porto, pão e queijo, se o falecido pertencia a família abonada e devota.

Às crianças que levavam o féretro dos anjinhos davam-se pastéis feitos pelas freiras do convento de Jesus, que ao tempo ainda existiam em Aveiro.

As crianças, desde que podiam correr e saltar, eram designadas pelo nome genérico de *canalha*: era sempre com este epíteto injurioso e deprimente, que se lhe referiam os vizinhos, os parentes e até os pais, quando elas brincavam, em expansões próprias da sua idade.

Só alcançavam o título de *anjinho*, quando morriam; porque então iam ser pajens do Grão-Senhor celeste.

O *enterrido* era uma festa: convidavam-se para levar o *anjinho* à igreja e ao cemitério os escolares que tinham melhor fato e mais tratamento; e mimoseavam-se os convidados com deliciosos pastéis e *vinho fino*. Os sinos repicavam alegremente, quando o préstito entrava no templo; e a família recebia em traje de gala com sorrisos de complacência as felicitações de toda a vizinhança.

O júbilo era ainda maior e mais solene, do que tinha sido o do baptizado! E a mãe, que o desmentisse em lágrimas furtivas assaltando-lhe o sorriso, tinha de confessar-se e penitenciar-se; porque ofendia a Deus com o seu íntimo pesar!!!» (*O Despotismo*).

Por essas alturas era grande a *colheita do Senhor* (mortalidade infantil).

As novenas do *Infante suavíssimo* eram o pagode mais apreciado pelas crianças de Ovar:

«As velhas rabugentas, que eram muitas, ficavam quase todas com as saias pregadas no pavimento da igreja, no fim do ofício da 4.ª, 5.ª e 6.ª feira Santa, porque a *canalha* ia munida de maços para *bater as trevas*, e levavam pregos escondidos que espetavam no pavimento através do fato das vítimas escolhidas, enquanto elas se absorviam na contemplação mística da paixão do Senhor, sem se aperceberm da diabrura.

Toda a *canalha* da vila e do Lamarão se julgava na obrigação de ir à novena do Menino Jesus, munida dum pedaço de pavio, que lá conservavam aceso, enquanto cantavam as loas da cartilha; e com o direito de levarem *a cacheira* para o combate no adro, ao sair da igreja no fim da novena.

Cantando as loas do Menino Jesus numa toada bárbara muito esganiçada, os garotos mais arrevezados aproximavam surrateiramente o seu pavio da cabeleira dos mais pequenos, e lançavam-lhe o fogo, com grande gáudio dos matulões, que ajoelhados ao lado e sufocados de riso abafado interrompiam o cântico, tapando a cara com a mão. Lá fora se liquidariam responsabilidades e mediriam forças» (*O Despotismo*).

Em 1920 as tradicionais Novenas do Infante não se fizeram por motivo dos abusos que se cometiam – a barulheira, o chinfrim tornara-se verdadeiramente intolerável. No ano de 1924 voltaram-se a fazer e foram reeditados os abusos do rapazio na capela da Senhora da Graça.

Costumes dos meados do século XIX.
Foto de Mário Almeida
Edição da Casa Carvalho e Stúdio Almeida

O padre Manuel Gomes Dias, o *Vacas*, fundou a Capela de Santa Joana, situada no Outeiro da Vila.

A licença para a construção desta capela particular foi concedida a 18 de Agosto de 1873.

Pertenceu ao dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, que foi vice-presidente da Câmara Municipal, de 14 de Novembro de 1900 a 2 de Janeiro de 1902 (câmara *regeneradora* presidida por Francisco Joaquim Barbosa de Quadros), e, actualmente, é da Família Vinagre.

Capela de Santa Joana, na Rua dr. José Falcão.

Capela de Senhora da Conceição, no Carril. In: Reis *de 1997*

A Capela particular da Senhora da Conceição, também conhecida por Capela do Carril ou Capela de Santa Eufémia, foi fundada, em 1873, pelo padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro e irmãos.

As brutalidades escolares por volta de 1870. O ensino primário (1844-1877)

O juiz desembargador FRANCISCO ANTÓNIO PINTO, a respeito do que denominou *brutalidades escolares*, deu-nos uma ideia do que era a escola primária em Ovar por volta de 1870:

«Os professores de instrução primária da minha terra, eram então duma insensibilidade própria dos executores da justiça medieval; e juntavam a esta prenda a de serem ao mesmo tempo caprichosos e susceptíveis, como senhores feudais».

Nos dias de lição ordinária «os alunos entravam silenciosamente; atiravam com o chapéu ou barrete para trás da porta; iam a um de fundo beijar a mão do professor; e, cortejando-o com uma mesura, dirigiam-se aos seus lugares, onde se sentavam; abriam os livros e berravam, o mais que podiam, soletrando silabários ou recitando tabuadas, com ritmo em toada melancólica. E ai do que desviasse os olhos do livro,

ou fraquejasse na cantata do estudo. Por essa, ou por qualquer mínima falta, apanhava meia dúzia de bolos com a férula magistralmente vibrada pelo professor, ou por algum aluno por ele escolhido para executor da sua jurisdição. Havia-os que se distinguiam e tornavam temidos e lisonjeados pela *canalha*, como os antigos carrascos».

Quando «o *Snr. Mestre* tinha de escrever alguma coisa da sua vida particular; ou por qualquer outro motivo não desejava ouvir o barulho da *canalha*, dava ordem de silêncio, e encarregava» um tal moreno – alto espadaúdo e moreno, que mais tarde deu em agente secreto de violências eleitorais, tão temido nas assembleias, como o tinha sido na escola, porque desenvolvia com o cacete a mesma agilidade rija, com que na escola zenia e estalava a palmatória – de *tomar sentido*, decretando um, dois ou mais *bolos*, por cada infracção. O vigilante assentava-se num mocho no meio da sala, tendo a palmatória sobre os joelhos; e perscrutava em todas as direcções a causa do mais ligeiro rumor.

As crianças eram então obrigadas não só ao silêncio absoluto, mas também a uma quietação completa, porque o mais pequeno movimento que fizessem era motivo de castigo, que o implacável verdugo lhes infligia, sem que o *Snr. Mestre* se dignasse levantar os olhos da sua escrita. E assim permaneciam de livro aberto e olhos fitos nele, inteiramente imóveis, até que ao déspota aprouvesse retirar a ordem de silêncio ou chamar à lição.

Não havia um dia útil, em que na escola se não aplicassem castigos; e não era raro que o sangue espirrasse das palmas das mãos fustigadas: nesse caso teria o paciente de apanhar pelas nádegas o resto das palmatoadas que o professor decretara».

Tão profundamente «arreigada estava nos costumes a usança da violência no castigo, que nem as meninas lhe escapavam. A Snr.ª Mestra, assentada numa esteira e tendo diante de si em semicírculo as discípulas também assentadas em baixo, conservava sempre ao lado uma cana comprida, com que constantemente sancionava as advertências batendo com ela na cabeça das discípulas; e além disso tinha também a palmatória para os castigos de mais graves delitos.

As Snr.ªs Mestras porém eram muito sabedoras de coroas, terços, ladaínhas e outras rezas cantadas, mas ao certo não se entendiam com tabuada nem contas; e por isso as meninas que tinham de aprender as quatro operações iam *à lição* (à escola do professor) com os rapazes, mas em horas diferentes; e eram tratadas, senão com tamanha dureza, ao menos de modo tal, que algumas voltavam chorosas e com a carita inchada, em consequência da maquinal bofetada de que o professor fazia acompanhar a censura do erro» (*O Despotismo*, 1912).

Estatísticas do ensino primário na freguesia de Ovar

1844. Existem em Ovar dois mestres do ensino primário, dois mestres das aldeias e uma mestra de meninas.

1865. Indivíduos que sabem ler, e que pertencem às classes de artistas, operários, lavradores, trabalhadores, ou outras diferentes profissões e indústrias (segundo as *Informações para a estatística industrial*):

	H	M
do sexo masculino:		
artistas e operários		199
lavradores		297
trabalhadores		14
exercendo diferentes indústrias ou profissões		210
do sexo feminino:		
exercendo artes e ofícios		12
trabalhadoras		0
exercendo diferentes indústrias ou profissões		0
menores de 16 anos:	**H**	**M**
aprendendo artes e ofícios	27	7
trabalhadores	141	16
exercendo diferentes indústrias e profissões	8	0
Total		**931**

1866. Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 28/2/1957) existiam na cidade duas escolas do sexo masculino. Uma situava-se em frente do Cruzeiro de N.ª Sr.ª da Graça, tendo por senhorio a Câmara, e era a ex-residência e celeiros de rendeiros do extinto condado da Feira e depois da Sereníssima Casa do Infantado. «Não oferecia segurança e estava em ruínas». A outra ficava na Rua dos Ferradores e tinha por senhorio o seu professor e proprietário.

1868. JOÃO FREDERICO, nas *Memórias e Datas*, refere que na cidade existiam dois professores régios de ensino primário, um de línguas francesa e inglesa, quatro habilitados naquele mister e uma professora municipal.

1877. Três escolas na cidade, sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino.

O mercado (1871)

Em 1868 o dr. JOÃO FREDERICO (*Memórias e Datas*) escreveu que «faria a câmara um grande serviço à nossa terra se aproveitasse o resto do terreno (*da Casa e Celeiro do Castelo que não tinha sido aproveitada para a Escola do Conde Ferreira*) para um mercado feito no estilo moderno».

Esta ideia foi aproveitada pelo seu inimigo político dr. Manuel Arala: no socalco inferior do terreno foi construído um mercado, cuja plana para as suas barracas estava concluída a 16 de Agosto de 1871, tendo sido arrematada a sua construção nesse mesmo mês.

João Rodrigues de Oliveira Santos – a fábrica de chapéus de S. Vicente de Pereira (1873-1877)

João Rodrigues de Oliveira Santos, o *brasileiro* do lugar de Torre, da freguesia de S. Vicente de Pereira, filho de pais humildes, nasceu a 2 de Março de 1832, tendo emigrado para o Brasil.

Os irmãos João e António Rodrigues de Oliveira Santos, que adquiriram uma grande fortuna no Brasil, edificaram naquele lugar da Torre uma fábrica de chapéus, de feltro e lã, movida a vapor, «precursora das grandes fábricas congéneres de S. João da Madeira».

Principiada em Abril de 1872 a fábrica, a melhor então do género em Portugal e uma das principais da Europa, ficou concluída em Agosto de 1873, podendo produzir diariamente 1.200 chapéus, 400.000 por ano. Atendendo, porém, ao mercado ser reduzido, apenas produzia, por volta de 1873, três mil e quatro mil chapéus por mês.

Além da lenha, usava como combustível o carvão de pedra que vinha de Inglaterra para Aveiro e desta cidade, pela ria, até à Ribeira de Ovar.

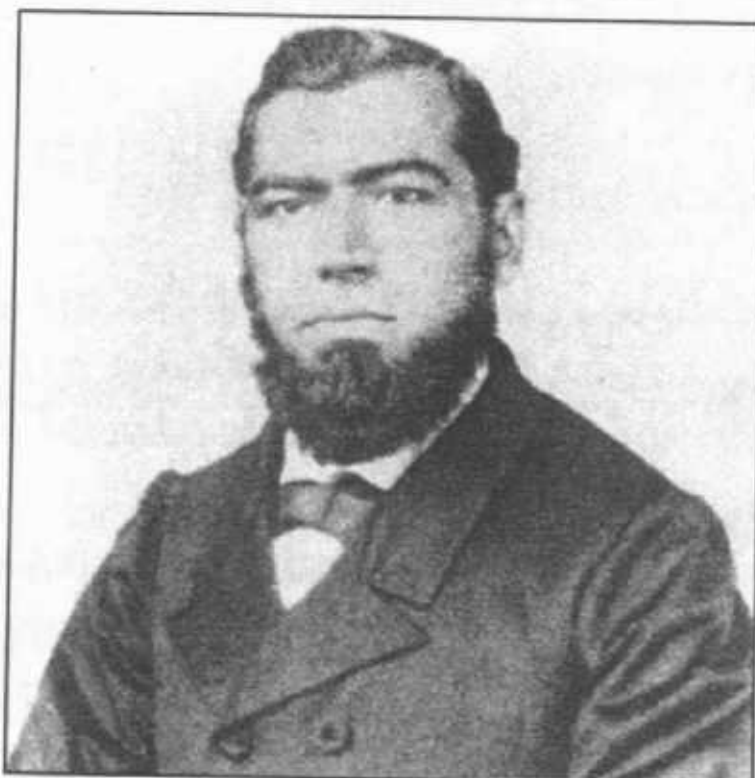
A firma *Santos & Irmão*, que de início empregava 90 operários, veio a encerrar no estado de falência, deixando «em situação financeira ensombrecida» o sócio António Rodrigues de Oliveira Santos «que, cerca de 1877, foi forçado a reemigrar para Terras de Vera Cruz» (GUILHERME G. DE OLIVEIRA SANTOS, *Para a história de Ovar e de S. Vicente de Pereira*, 1975).

O dr. Manuel Arala foi criticado pela oposição histórica, por não ter feito aos industriais Oliveira Santos a concessão de terreno no Carregal para aí, junto à ria, ser construída a fábrica de chapéus.

MARQUES GOMES, em 1877 (*O distrito de Aveiro*), elucida relativamente a esta fábrica que «no lugar da Torre há uma magnífica chapelaria a vapor. Emprega 57 operários e produz o valor de reis 124.000$000».

João Rodrigues de Oliveira Santos, grande demolidor do caciquismo político aralista, usando o pseudónimo de *Alfredo Timbyra*, veio a falecer a 20 de Julho de 1900.

A ele se devem a estrada de Ovar a S. Vicente e a criação, a 18 de Julho de 1888, da escola oficial do sexo feminino na sua freguesia.

João Rodrigues de Oliveira Santos. 1832-1900 In: *Reis de 1996*

O Secretário da Câmara dr. Eduardo Augusto Chaves (1874-1887)

Filho do escrivão da Câmara Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente e de sua 2.ª mulher, Maria José de Aguiar, foi também escrivão camarário de 14 de Novembro de 1874 a 4 de Maio de 1887.

Licenciado em direito (1875) – curso de Campos Henriques e João Franco –, casou a 29 de Julho de 1876 com Irene Umbelina Ferraz Chaves, filha de Bernardo Ferraz de Abreu, escrivão de direito da comarca, e de sua mulher Maria José do Nascimento de Sousa Lamy.

Regenerador, ligado ao dr. Manuel Arala, foi atacado duramente no órgão *progressista* local, *O Ovarense*, que a partir de 8 de Fevereiro de 1885 iniciou a publicação das *Cartas do Outro Mundo*, de QUINTINO RABIDO.

Quando os progressistas locais subiram ao poder, em 1887, começaram a implicar com o dr. Eduardo Augusto Chaves que se viu na contingência de pedir a demissão do seu cargo nas sessões camarárias de 26 de Março e 28 de Abril, o que a Câmara aceitou a 4 de Maio. Tinha, entretanto, sido suspenso por, segundo *O Povo de Ovar*, ter criticado a falsificação da guia n.º 23 do recenseamento militar do recrutamento daquele ano.

Dr. Eduardo Augusto Chaves.

Advogado, entre 1895/1897, e *chefe político do partido regenerador* (direita monárquica) no concelho de Ovar, faleceu com 51 anos, a 20 de Maio de 1897, na sua casa de S. Tomé.

A iluminação (1874). Os largos ensaibrados

Deve-se ao dr. Manuel Arala a montagem da 1.ª iluminação pública em Ovar. No orçamento suplementar de 1873-1874, na despesa facultativa, foi incluída a verba de

200$000 reis para iluminar a estrada da estação do caminho-de-ferro à Praça, dado que era, em parte, construída entre pinhais.

A 30 de Janeiro de 1874 adquiriram-se colunas e lampiões à câmara municipal de Lisboa, que então andava mudando o sistema de petróleo para o de gás; em Abril desse ano, provavelmente, deve ter sido inaugurada a iluminação, acendendo-se o 1.º candeeiro à esquina do António Manuel da Costa e Pinho, no local onde esteve situado o café Paraíso; em Maio foram colocados os primeiros candeeiros de iluminação pública na estrada da Praça à estação do caminho-de-ferro, «por ser caminho de muito trânsito».

Os lampiões foram-se estendendo pouco a pouco: à Rua dos Campos, onde vivia o Presidente Arala, às ruas dos seus amigos e correligionários, em 1881-1882. Mais tarde, quando os progressistas subiram ao poder, levaram os lampiões às ruas dos seus partidários.

A oposição criticou este melhoramento na medida em que as câmaras *aralistas* não obrigavam os lampionistas, encarregados do serviço da iluminação, a cumprir as suas obrigações.

Ovar só era iluminada 15 dias por mês, dado que nas noites de luar o lampionista estava dispensado do trabalho. Em 1888 começou a ser iluminado o Furadouro, mas só nas noites sem luar e na época dos banhos.

Em 1874 foram ensaibrados os largos de Ovar.

A primeira sociedade anónima (1874)

Em Ovar foram criadas várias sociedades anónimas, sendo a mais antiga a Sociedade anónima de responsabilidade limitada, com seu teatro e recreio ovarense, fundada em 1874, e a única de que temos notícia no século XIX.

Na 1.ª metade do século XX só foi fundada, em 1912, a Companhia portuguesa de iluminação e tracção de Ovar, com o capital de 10.200$00, dissolvida em 1933.

Na 2.ª metade do século XX começaram a proliferar na cidade: – F. Ramada, Aços e Indústrias, a 16 de Dezembro de 1959; Socotil portuguesa, Malhas e confecções, a 3 de Março de 1964; Rabor, Construções eléctricas, a 1 de Maio de 1965; Soja de Portugal, a 21 de Dezembro de 1967; Bonifácio & Filhos, a 17 de Março de 1969; Ovartur, Sociedade de empreendimentos urbanos e turísticos, de 1 de Março de 1974; e Solmatur, em 1985.

O «Pai Ramos» n'*O Primeiro de Janeiro* (1874). O capitão Oliveira Ramos, professor do Príncipe Real D. Luís Filipe (1907)

A 30 de Maio de 1835, nasceu em Ovar o jornalista João de Oliveira Ramos, filho de Manuel de Oliveira Ramos e de Rosa de Pinho, que «mostrou as suas qualidades de grande publicista tanto nos artigos de polémica como nas crónicas literárias e artísticas. Impondo-se pela sua grande cultura, era estimado pela sua bondade por todos os colegas que lhe chamavam *Pai Ramos*» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasi-*

João de Oliveira Ramos. 1835-1909
In: Gazeta Literária, *vol. III, n.º 32, de Abril de 1955*

Professor Manuel de Oliveira Ramos. 1862-1931

leira, vol. XIX), tendo sustentado «ardentes polémicas com António Rodrigues Sampaio e Alexandre Herculano, que reconheceram, no mais aceso do combate, o valor do seu adversário como jornalista» (António Dias Simões).

João de Oliveira Ramos, «embora tenha nascido em Ovar, mudou-se ainda novo para o Porto, onde estudou Farmácia e seguiu, depois, a carreira de jornalista, colaborando desde 1867 no *Jornal do Porto*. Nos anos seguintes dirigiu várias publicações – como o *Progresso Comercial* ou a *Luta* – e, em 1874, ingressou n'*O Primeiro de Janeiro*, que não mais abandonaria».

Foi um dos fundadores e depois presidente, da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, que conserva um seu retrato a óleo, realizado pelo pintor Júlio Costa.

Tendo casado com Maria do Carmo de Oliveira Ramos, veio a falecer no Porto, decano dos jornalistas, a 1 de Abril de 1909, com 74 anos.

Manuel Maria de Oliveira Ramos, filho do notável jornalista João de Oliveira Ramos e de sua mulher, aquela Maria do Carmo, nasceu na freguesia de Válega, a 29 de Setembro de 1862, tendo sido um insigne polígrafo e mestre, jornalista, musicógrafo e professor da Faculdade de Letras. Em 1907, o então capitão Oliveira Ramos leccionou história e literatura portuguesa ao Príncipe Real D. Luís Filipe.

Faleceu em Lisboa, a 16 de Outubro de 1931, coronel reformado do Corpo do Estado-Maior.

Tinha nascido em Válega, dado seu pai se ter estabelecido nessa freguesia como famacêutico e nela ter exercido, também, o magistério, como professor de instrução primária, cargo que abandonou em 1864, tendo sido substituído, então, pelo padre Francisco Marques da Silva.

O alargamento da comarca (1875). Ovar comarca de primeira classe (1884), com a consequente mudança do juiz Macedo

Na sessão de 29 de Maio de 1874, a Câmara, dada a manifesta desproporção do número de freguesias da comarca de Ovar – 4 – em relação às comarcas vizinhas de Santa Maria da Feira – 37 freguesias –, e de Estarreja – 9 freguesias –, entendia que

a comarca devia ser aumentada anexando-lhe as freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda, da comarca de Santa Maria da Feira, e a freguesia de Pardilhó, da comarca de Estarreja.

Quais os fundamentos em que se alicerçava a Câmara de Ovar?

Quanto às 3 freguesias da Vila da Feira pedidas, invocava a Câmara a pequena distância delas a Ovar (11 quilómetros de Esmoriz, 8 de Cortegaça e 6 de Maceda); a facilidade de comunicação através da via férrea e dum caminho, ao lado desta e em linha recta, que a Câmara projectava continuar em macadame após a anexação; as relações comerciais dessas freguesias serem todas com Ovar (era à vila de Ovar que vinham vender os seus produtos, especialmente as cordas que fabricavam para a importante indústria de pesca do Furadouro); os seus povos fazerem os seus contratos nos tabeliães de Ovar; os próprios moradores dessas freguesias terem representado no sentido da anexação ao concelho de Ovar.

No que se refere a Pardilhó, que distava de Ovar 6 quilómetros e cuja comunicação se fazia pela ria e por terra por um caminho em parte de areia, a Câmara invocava as inúmeras relações dessa freguesia com a vila («O peixe da ria que se vende nesta vila é pescado e vendido pela gente de Pardilhó; todos os dias se vêem na Praça desta vila muitas padeiras dali; é nesta vila que os moradores de Pardilhó vendem as suas frutas, ferragens, esteiras, cebolas e muitos outros objectos e trabalham mesmo nesta vila como jornaleiros») e recordava que, antes da última reforma dos círculos, a mesma fazia parte do círculo de Ovar (carta de lei de 23 de Novembro de 1859).

Pelo decreto de 23 de Dezembro de 1875 à comarca de Ovar foram anexadas as freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda. A comarca, com 7 freguesias em razão deste aumento, passou a 2.ª classe por decreto de 2 de Setembro de 1876.

A 6 de Janeiro de 1876, efectuou-se uma manifestação importante em Ovar, por parte destas freguesias anexadas à comarca. Cerca de 400 pessoas destas freguesias, desembarcaram na estação de Ovar, pelas 11 horas da manhã, acompanhadas por uma filarmónica. Com muitas outras pessoas que tinham vindo a pé, e com muito povo de Ovar que aguardava o comboio com outra banda de música, uma multidão que se compunha já de perto de 600 pessoas, seguiu para a Praça e daí até às casas do Administrador do Concelho, do juiz da comarca e do Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, que foi calorosamente vitoriado (ALBERTINO ALVES PARDINHAS, *Monografia de Cortegaça*, 1980).

A 18 de Janeiro de 1884 tomou posse de juiz da comarca o dr. Francisco Rodrigues de Macedo, «criatura antipática, calaceira, que criou na vila e principalmente no mundo dos que viviam do papel selado, uma atmosfera de indisciplina, de sistemática guerra, de permanente assoada. Parecia que apostara matar à fome os escrivães, os advogados, todos quantos de perto com ele eram forçados a viver. Para quebrar tal inquietação, vergonhoso e deprimente estado de coisas, o Dr. Manuel Arala, que detinha a alavanca de uma influência política ainda grande, descobriu a arma que nos convinha: elevar a comarca à primeira classe, permitindo a mudança do magistrado» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 31/12/1953).

E assim o decreto de 29 de Maio de 1884 elevava da 2.ª classe à 1.ª a comarca de Ovar e a 22 de Julho tomava posse o primeiro juiz da nova classe, dr. Cristóvão Pinto Brochado.

Teria sido a incompatibilidade do juiz com toda a gente do foro, referida pelo dr. Zagalo dos Santos, a causa da saída do dr. Francisco Rodrigues de Macedo?

Se atendermos ao que se passou na nova comarca do juiz Macedo, a vizinha Santa Maria da Feira, responderemos afirmativamente: – «A 5 de Maio de 1887 tomou posse como juiz da comarca o dr. Francisco Rodrigues de Macedo, transferido de Ovar. Pelos seus actos e pelas suas maneiras, em breve tempo se incompatibilizou com advogados, funcionários forenses e pessoas que frequentavam o tribunal. Levantou-se celeuma e começava a fermentar a revolta contra o procedimento desse juiz muito desleixado no serviço e demorando os processos, autoritário e pouco atencioso com todos, incluindo os advogados que interrompia no uso da palavra, contestando-lhes os argumentos, rebatendo-lhes as asserções e enxertando perlengas nos discursos proferidos em defesa das partes» (Vaz Ferreira, «Motins na Feira», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVII, 1951).

Mas, por outro lado, a oposição progressista, atacou violentamente a saída do juiz Macedo da comarca de Ovar. *O Século*, *O Primeiro de Janeiro*, os semanários de Estarreja e de Oliveira de Azeméis, afirmaram com certa convicção que se tinha exercido uma vingança torpe, pessoal e partidária, contra a inflexibilidade de carácter e nobreza de convicções de um funcionário integérrimo. Para *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, «nunca a independência da magistratura judicial foi mais rudemente ofendida no nosso país». E um dos advogados da comarca, o dr. Francisco Fragateiro, no seu semanário (*Povo de Ovar*, de 19/9/1886) iria referir-se dois anos depois a «essa campanha ignominissimamente torpe contra o juiz Francisco Rodrigues de Macedo».

Os aralistas (regeneradores locais) foram acusados de promoverem as vergonhosas *arruaças de 9 e 19 de Maio de 1884* contra o juiz Macedo e que ficaram conhecidas pela *campanha das bombas chinesas*. Campanha destinada a desprestigiar a autoridade judicial que não se moldava aos caprichos dos regeneradores, consistiu essencialmente em interromper as audiências com bombas e filarmónicas, sujar as portas da habitação do juiz, untar-lhe as escadas de sebo, tirar-lhe as chaves e insultá-lo em toda a parte.

A 8 de Maio *garotos assalariados* fizeram explodir debaixo da arcada dos Paços do Concelho, quando o juiz Macedo se dirigia ao tribunal, um longo rastilho de bombas.

O dr. José Maria Barbosa de Magalhães criticaria, asperamente, na sessão da Câmara dos Deputados, de 1 de Maio de 1888, a elevação da comarca de Ovar. Respondendo a uma interpelação do político e jornalista João Marcelino Arroio, deputado *regenerador*, afirmou o deputado *progressista* pelo círculo de Ovar:

«S. ex.ª (*o deputado Arroio*) começou por dizer que até aqui as violências em Ovar tinham poupado o poder judicial, mas que nem mesmo esse poupavam agora.

Ora, sr. presidente, todos sabem, e a oposição parlamentar sabe-o melhor do que ninguém, que em parte alguma foi o poder judicial tão ofendido e agravado em Ovar no tempo dos regeneradores; e foi-o, deixem-me lembrar-lhes a verdade toda, na própria casa onde eu estou falando.

Estava nesse tempo administrando justiça em Ovar um juiz ilustrado e recto, inteligente e digno, mas que se não vergava às imposições do mandão regenerador (*dr. Manuel Arala*). Pois contra esse distinto e respeitável magistrado (*o juiz Macedo*) se desencadeou uma furiosa campanha de desacatos, de perseguições e violências, di-

rectas e pessoais, na própria sala do tribunal, e no exercício das suas elevadas funções. E como a nada disso o integérrimo juiz se dobrasse, esta câmara, o poder legislativo prestou-se à violência de alterar a classificação da comarca de Ovar, para que assim o juiz pudesse ser *legalmente* transferido.

Era assim que os regeneradores mantinham o prestígio da autoridade judicial! Era assim que respeitavam a dignidade dos tribunais! Era assim que davam força e independência à administração da justiça! (*Apoiados*).

E vem então dizer-se que até aqui se tinha poupado em Ovar o poder judicial! *Até aqui*, na frase do sr. Arroio, é que nem sequer os magistrados judiciais se pouparam naquela comarca, porque os insultos e as ameaças os perseguiam por toda a parte, na imprensa, nas ruas, no tribunal, e até no parlamento. *Até aqui*, até ao tempo em que o partido progressista subiu ao poder, é que a autoridade judicial em Ovar era desacatada, ofendida e vilipendiada a toda a hora.

Citarei apenas um facto bem conhecido, bem público, que não foi uma simples ofensa individual, cuja responsabilidade se não pudesse estender a todo o partido regenerador, mas que, pelo contrário, revestiu todo o carácter de uma verdadeira manifestação política, promovida e ajudada pela própria autoridade administrativa local, pelo próprio representante do poder central naquela terra.

A sala do tribunal judicial é no mesmo edifício dos paços do concelho.

Por baixo dessa sala há umas lojas que servem para depósito de materiais da câmara.

Pois foi nessas lojas que o então presidente da municipalidade (*o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa*), o chefe do partido regenerador, mandou por seu irmão (*o dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala*), que era administrador do concelho naquela época, postar uma filarmónica com todos os bombos e tambores que pôde encontrar pelas aldeias do concelho, e amontoar uma porção enorme de bombas e morteiros; à hora em que o tribunal estava funcionando, em audiência geral, à hora em que o magistrado judicial estava administrando justiça, estouraram todas as bombas, e rompeu a música num estrondo infernal, que impediu toda a discussão. O juiz teve de interromper a audiência, protestou no protocolo contra este facto estupendo, e pediu ao administrador do concelho que mandasse retirar a música daquele local, onde perturbava o acto solene que se estava praticando.

O administrador negou-se a isso, a música e as bombas continuaram a troar com crescida violência, e a discussão da causa, que era importante, teve de ser adiada, como convinha à política regeneradora.

Mas o que é mais notável ainda é que este acto, não só foi praticado pelo próprio administrador do concelho, e no próprio edifício da câmara municipal, mas até, segundo consta de uns apontamentos encontrados depois na secretaria da câmara, e que se publicaram nos jornais, foi pago pelo cofre do município» – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 1 de Maio de 1888.

O teatro (1875)

A 16 de Dezembro de 1874, na residência que mais tarde foi do dr. José Duarte Pereira do Amaral, foi lavrada a escritura da *Sociedade anónima de responsabilidade limitada, com seu teatro e recreio ovarense*, com a finalidade da construção dum teatro em Ovar.

E em 31 de Outubro de 1875 foi inaugurado o *Teatro Ovarense*, no Largo do Hospital, com uma récita pelos amadores desse tempo que representaram o drama *Pedro*, de MENDES LEAL.

Com o tempo, o teatro passou a ser propriedade de todas as *troupes* que foram surgindo e desaparecendo em Ovar.

Após 1896, dada a apatia e o desinteresse dos accionistas, o teatro passou para a posse dos bombeiros. Logo após a fundação da Associação dos Bombeiros Voluntários (19 de Abril de 1896), esta recebeu de alguns sócios acções do teatro (as acções que possuiam e as que pediram ou compraram. Outras ficaram em poder dos accionistas) e, na posse destas, resolveu tomar conta daquele, começando a usar dele como coisa sua. E, pouco a pouco, os bombeiros foram-se apoderando do edifício, reformando-o por completo e transformando-o, mais tarde, no primeiro cinema de Ovar.

O Largo dos Combatentes da Grande Guerra, tendo à direita o teatro.
Edição Ramos & Camarão

A 1 de Outubro de 1897 a direcção dos bombeiros levou a cabo o 1.º acto de posse declarada do velho teatro, abrindo no pátio duas portas para acesso às galerias e nomeando uma comissão para inventariar o cenário (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Povo de Ovar*, de 7/1/1932).

Desde 1 de Janeiro de 1900 são postos à venda, pela 1.ª vez, bilhetes de plateia e das galerias devidamente numerados; a 9 de Agosto de 1903, dado que as paredes não ofereciam a solidez requerida para uma casa de espectáculo, os bombeiros adjudicaram por 600$000 reis a reconstrução do teatro e a restauração do cenário, tendo

sido, então, também substituídos os bancos da plateia por cadeiras e iluminadas a acetilene a sala e o palco; em 1915 foi inaugurada a iluminação eléctrica (em substituição dos candeeiros de álcool que tinham substituído os de petróleo) e a 21 de Abril de 1918 foram estreadas as novas cadeiras.

Pelo *Teatro Ovarense*, de 1875 a 1944, passaram os nomes mais ilustres da cena portuguesa:

Datas	Companhias	Artistas
15-07-1883	de Lisboa	Taborda
01-08-1883	do Trindade	Ana Pereira
23-07-1890	do actor Firmino	Taborda e Ana Pereira
20-07-1907	de D. Maria	Adelina Abranches
01-01-1913	do Grand Guignol	Adelina Abranches, Aura Abranches e Sacramento
01-10-1918	de Luz Veloso	Maria da Luz Veloso
18-01-1926	-	Chaby Pinheiro e sua mulher Jesuína
26-07-1926	-	Alves da Cunha
22-06-1927	de Ilda Stichini	Ilda Stichini, Raúl de Carvalho e Luz Veloso
16-01-1928	-	Nascimento Fernandes

A 6 de Setembro de 2000, o velho edifício foi destruído, mau grado os esforços do Movimento Pró-Recuperação do Teatro Ovarense.

O telégrafo (1876)

António José Pimenta.

Embora tivesse sido montada e posta a funcionar a 18 de Julho de 1856 a linha telegráfica entre Lisboa e Porto, data somente de 26 de Junho de 1876 a primeira estação telégrafo-postal de Ovar, então com a categoria de 2.ª classe.

Foi concedida, pelo governo, por portaria de 9 de Maio de 1876, com a condição da Câmara fornecer a casa e deitar abaixo, na estrada da mata, os pinheiros necessários para desembaraçar a passagem das linhas para o Porto.

Até 1881 existiam em Ovar duas estações: a *postal*, chefiada pelo dr. João Ferreira de Azevedo, e a *telegráfica*, sob a chefia de José da Silva Pimenta. Nesse ano foram as duas reunidas e entregues à direcão do Pimenta.

Os trabalhos de assentamento da 1.ª linha telegráfica Ovar-Furadouro principiaram em princípios de Agosto de 1888, tendo a linha sido inaugurada a 1 de Setembro de 1889.

Capítulo XVII

O ARALISMO REGENERADOR
1876-1886

O Pacto da Granja (1876). O partido regenerador (1876-1910)

A 7 de Setembro de 1876 reuniram-se na praia da Granja as personalidades mais em evidência dos partidos histórico e reformista e resolveram a fusão dos dois partidos num único, denominado *progressista*. No *pacto da Granja* estiveram presentes Anselmo Braancamp, chefe dos históricos, o Bispo de Viseu Alves Martins, chefe dos reformistas, e José Luciano de Castro.

A instalação solene do novo partido verificou-se a 16 de Dezembro daquele ano e o seu célebre programa esquerdista, de 22 artigos, de liberdade e tolerância, despertou adesões sinceras. Ao partido progressista, «um verdadeiro partido no sentido moderno da palavra, com programa e estrutura bem definidos» (Oliveira Marques), continuador do *setembrismo*, aderiram os históricos e a maior parte dos reformistas.

Entre os adversários da fusão, contou-se o dr. Manuel Arala que, abandonando o partido reformista, ingressou no partido regenerador conservador. Nem outra atitude era de esperar dum político que localmente era atacado pelos históricos...

O novo partido foi chamado ao poder a 2 de Junho de 1879, data em que Anselmo Braancamp organizou o *primeiro ministério progressista* com José Luciano de Castro como Ministro do Reino.

Dos dois grandes partidos monárquicos – o regenerador e o progressista –, o partido regenerador, saído da aclamação feita ao marechal Saldanha na noite de 28 de Abril de 1851 no teatro de S. João do Porto, oficialmente criado em 1857, constituíu a *direita monárquica*, o partido monárquico *conservador*, de homens de mentalidade moderada que se contentavam com reformas liberais atenuadas.

Fundado por Rodrigo da Fonseca, ligado à alta burguesia de negócios, de capital nacional e estrangeiro, o seu programa resumia-se numa fórmula vaga – *desenvolvimento material do país*.

Foram *chefes* deste partido, que teve tal fama que se dizia em Lisboa – *quem não é regenerador é ladrão de si mesmo* –, os seguintes políticos:

1. *Duque de Saldanha* (1851-1860)
2. *Joaquim António de Aguiar* (1860-1874), o *mata-frades*.

3. *António Maria Fontes Pereira de Melo* (1874-1887)
O *rei António Maria* (BORDALO PINHEIRO) faleceu a 23 de Janeiro de 1887. *O Povo de Ovar* lamentou, então, que os progressistas do concelho festejassem a sua morte deitando foguetes e mandando um dos seus principais arruaceiros gritar pelas ruas de Ovar – «Morreu o Fontes o chefe dos ladrões, o protector dos cachingós!». *O Ovarense* repudiou tal afirmação.
4. *António de Serpa Pimentel* (1887-1900)
5. *Conselheiro Hintze Ribeiro* (1900-1907)
6. *Conselheiro Júlio de Vilhena* (1907-1910)
Ainda estudante do liceu, esteve em Ovar (1864), aquando da Rolinada. JOÃO JARDIM DE VILHENA descreveu (*in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943), com o auxílio do dr. ZAGALO DOS SANTOS, o que devia ter sido a sua viagem e estadia fugaz em Ovar.
7. *Conselheiro Campos Henriques* (1910)
Eleito pela facção *conservadora* para chefe do partido regenerador, foi apoiado em Ovar pelo dr. Lourenço de Almeida e Medeiros.
O conselheiro Campos Henriques, Ministro das Obras Públicas, passou a 1 de Janeiro de 1895 na estação de Ovar a caminho de Lisboa, sendo cumprimentado pelos caudilhos regeneradores – dr. António dos Santos Sobreira, dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, dr. José Duarte Pereira do Amaral e Manuel Joaquim Rodrigues, e ainda pelo dr. Eduardo Augusto Chaves, seu particular amigo.
A 26 de Agosto do mesmo ano, a caminho do Porto e Guimarães, foi também alvo de manifestações, acontecendo o mesmo em Agosto de 1902 quando, titular da pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, teve de passar na estação de Ovar a caminho de Lisboa. Foi, então, da Granja até Estarreja acompanhado pelos dr. António dos Santos Sobreira, Presidente da Câmara Municipal, dr. José António de Almeida, Administrador do Concelho, dr. Pedro Chaves, subdelegado do procurador régio, dr. José Duarte Pereira do Amaral, subdelegado de saúde e por João Ferreira Coelho, escrivão-notário.
8. *Conselheiro Teixeira de Sousa* (1910)
Eleito chefe do partido regenerador pela *esquerda* do partido, foi acusado de ser *meio republicano*.

Foram *chefes locais* do partido regenerador:

1. *dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa* (1876-1895)
Chefe indiscutível do partido até 1887, ano em que «alguns homens do partido, vendo o desânimo nas fileiras que podia arrastar ao completo esfacelamento, cuidaram de criar um Centro Regenerador, a fim ou de submeter o Sr. Arala a ouvir a opinião dos influentes na direcção do partido, ou prescindir dele caso se revoltasse. Entre eles figuravam dr. António dos Santos Sobreira, Eduardo Elísio Ferraz de Abreu, dr. Eduardo Augusto Chaves, dr. António Joaquim

de Oliveira Valente, dr. António de Oliveira Descalço Coentro, Francisco Peixoto Pinto Ferreira» (*Povo de Ovar*, de 31/7/1892).

2. *dr. Eduardo Augusto Chaves* (1895-1897)

Amigo do conselheiro Campos Henriques, o protector dos regeneradores locais, foi apresentado como chefe do partido regenerador local em 1895, quer pela *Discussão* quer pelo *Ovarense*.

O dr. António dos Santos Sobreira (*in*: *Discussão*, de 23/5/1897) descreveu-nos a sua entrada na política, num período verdadeiramente caótico: – «Chegado ao poder o ministério *Hintze e Franco*, e, dadas as vicissitudes da política regeneradora no concelho de Ovar, entendeu um grupo de amigos do finado (dos quais fazia parte o mesmo dr. Sobreira) entender-se e dirigir-se ao dr. Eduardo Chaves para tomar a direcção e chefia do grupo político regenerador deste concelho, atentas as suas relações pessoais e íntimas com os então Ministros do Reino (*João Franco*) e Obras Públicas (*Campos Henriques*). Não foi sem maduro exame e reflexão que acedeu aos pedidos». E acrescenta: – «Que dias crudelíssimos o fiz politicamente passar!!!».

O *aralismo*, sem o dr. Manuel Arala, não conseguiu sobreviver, entrando em derrocada por falta de coesão entre os seus *herdeiros* (os *neo-aralistas*), pela luta travada entre estes pela chefia do partido regenerador.

3. *dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa* (1897-1901)

4. *Comissão executiva* (1901-1904)

Após a morte do dr. Manuel Arala, ocorrida a 28 de Abril de 1901, foi eleita, em assembleia magna reunida em casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, uma comissão executiva para dirigir o partido, constituída por três políticos: dr. António dos Santos Sobreira, dr. José António de Almeida e Manuel Joaquim Rodrigues.

5. *dr. José António de Almeida* (1904-1907)

Em virtude do falecimento de Manuel Joaquim Rodrigues, a 5 de Abril de 1904, e ao facto do dr. António dos Santos Sobreira se ter despedido da comissão, ficou como chefe do partido regenerador local.

Em 1907, porém, o dr. Almeida abandona o partido regenerador, filiando-se nas hostes franquistas, pelo que foi ferozmente atacado pela *Discussão*: «Que um homem cheio de responsabilidades emanadas da direcção de um partido se retire da vida activa e abandone a política compreende-se; mas que, sem o menor motivo que possa atenuar sequer o acto, deserte e abandone o exercício do seu comando no intuito de lhe preparar uma derrota, que acredita certa, só porque deseja servir os seus interesses pessoais e pecuniários, merece pelo menos a indiferença de todos os homens qualquer que seja o campo político em que militem» (*Discussão*, de 22/12/1907).

E, a 29 de Dezembro, continuava *A Discussão*: «O *Diário do Governo* de 23, foi portador do seguinte despacho pela secretaria de Estado dos Negócios da Justiça – *José António de Almeida, conservador do Registo Predial e hipotecário na comarca de Vagos transferido para idêntico lugar na comarca de Ovar* –. No frio laconismo deste despacho, acha-se encerrado o veneno da

mais requintada traição política local». O dr. Almeida, «foragido regenerador vai refocilar-se nas *benesses chorudas* da apetecida conservatória».

6. *dr. António dos Santos Sobreira* (1907-1908)

Após a traição política do dr. José António de Almeida, o dr. Sobreira, único membro existente da comissão executiva nomeada aquando do falecimento do dr. Manuel Arala, convidou a 24 de Dezembro de 1907 os regeneradores locais para uma assembleia geral do partido a efectuar a 5 de Janeiro de 1908, na Rua dos Ferradores. Durante este pequeno período de tempo (de Dezembro de 1907 a 5 de Janeiro de 1908) dirigiu o partido em Ovar.

7. *Comissão executiva* (1908-1910)

Presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira, secretariado pelo dr. Alberto de Oliveira e Cunha, abade da freguesia de Ovar, e pelo dr. António da Silva Tavares, subdelegado do procurador régio na comarca, reuniu a assembleia geral do partido regenerador, a 5 de Janeiro de 1908, em casa da viúva de Francisco da Fonseca Soares, na Rua dos Ferradores.

A assembleia geral repudiou e condenou a incorrecção do passo dado pelo antigo vogal da comissão executiva dr. José António de Almeida, que desertou do partido regenerador para se filiar no franquismo. À *morte física* de Manuel Joaquim Rodrigues sucedera a *morte moral* de outro membro da comissão executiva.

Nesta importante manifestação política do partido regenerador ovarense, e no meio de demonstrações de entusiasmo, foi aprovada a seguinte *moção*: – «1. Que seja proclamado chefe honorário do Partido Regenerador de Ovar o conselheiro Artur Alberto de Campos Henriques; 2. Que a direcção superior do partido seja confiada a uma comissão executiva composta de cinco membros; 3. Que sejam nomeados para ela o dr. António dos Santos Sobreira, dr. João Maria Lopes, dr. António de Oliveira Descalço Coentro, dr. António da Silva Tavares e Isaac Júlio Fonseca da Silveira».

Ainda em Janeiro de 1908 reuniu em casa do dr. Sobreira a comissão executiva que escolheu para *presidente* o dr. António dos Santos Sobreira e para *secretário* o dr. António de Oliveira Descalço Coentro.

8. *dr. António dos Santos Sobreira* (1910)

A unidade do partido não pôde manter-se devido às tendências divergentes – *direita* (dr. Sobreira), *esquerda* (Isaac Júlio Fonseca da Silveira) e *franquista* (dr. José António de Almeida) – exacerbadas por rivalidades pessoais.

Aquando da cisão do partido regenerador, o dr. Sobreira ficou com os *henriquistas* (direita), que constituíam o grosso do partido no concelho.

9. *Isaac Júlio Fonseca da Silveira* (1910)

Chefe da esquerda do partido, dos *teixeiristas* ou *sousistas*. Foram também *teixeiristas* António Pinto Lopes Palavra, Francisco de Oliveira Lopes e o dr. Lourenço de Almeida e Medeiros.

Foram órgãos locais do partido regenerador *A Folha de Ovar* (1892-1895), e *A Discussão* (1895-1910). Este último semanário, na contenda dos marechais do par-

tido, declarou-se a 7 de Fevereiro de 1909 pelos *henriquistas* (direita) para em 1910 passar para os *sousistas* (esquerda).

O velho partido regenerador era em 1910 um partido decadente, moribundo, no concelho de Ovar. Nas eleições para deputados de 28 de Agosto desse ano sofreu o golpe de misericórdia – na assembleia de Ovar *poente* obteve 35 votos, apenas 3 mais que a lista republicana, e na assembleia de Válega teve 16 votos!

A Pátria, a 8 de Setembro de 1910, afirmava:

«Manuel de Oliveira Arala, incontestavelmente, no meio local, o político até agora de maior relevo, tendo-o solidamente fundado no apoio popular que lhe fez musculoso o braço, nas horas últimas do seu triunfo e nos anos derradeiros de luta foi o primeiro a empobrecê-lo, afastando-se sistemática e braviamente do alicerce popular que fora a sua aura e o seu poder; e com o seu zelo de *ungido* comprometeu ainda o partido escorraçando capacidades que bem serviriam de lugar-tenentes e herdeiros, desvairado pela obsessão de viver como uma espécie de infalível no seio da grei submissa.

Morto esse chefe de tantos anos, os regeneradores confiados à vária fortuna dum corpo dirigente acéfalo, jamais ergueram a cabeça. Ultimamente, uma deserção repelente (*a do dr. José António de Almeida*), que por aí enxovalhou a familiares do devorismo sem escrúpulos, caindo em meio do partido acabou a obra da decadência. Sem má vontade, sem acrimónia dizemos: – *é partido liquidado em terras de Ovar, o regenerador. Que a terra lhe seja leve...*».

A expropriação da casa da família Teixeira de Pinho (1876-1880). O abastecimento de águas a Ovar (1877-1966)

Segundo Zagalo dos Santos (*in*: *Notícias de Ovar*, de 15/12/1955), «em 1788, a 14 de Janeiro, pediu o povo um real no vinho para se fazerem três chafarizes que o servissem. Em 1797 repetiu-se a súplica a Sua Majestade, desta vez sobrecarregando também a carne. Em 1806 voltou-se à carga, especificando-se que o real sobre o vinho incidiria sobre o vendido na vila e no seu termo». Na provisão de 14 de Novembro de 1814, de D. João VI, faz-se referência à representação da nobreza e povo desta vila a respeito da «necessidade que tinha perpétua de um real em cada quartilho de vinho, que se vendesse na dita vila, se aplicasse o seu produto para se fazer conduzir, à mesma vila, águas salutíferas e saudáveis, e as precisas para distribuirem em fontes e chafarizes que deviam construir».

Tudo em vão! O problema da exploração e canalização de águas em Ovar só principiaria a ser resolvido na sessão de 27 de Junho de 1874 com a informação do Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, de que se tinha encontrado uma nascente de água suficiente para o abastecimento de Ovar.

A Câmara contraiu empréstimos, no total de 8 contos de reis, aos negociantes José de Oliveira Vinagre, do Picoto, e Manuel de Oliveira Barbosa, das Ribas.

Foi a falta absoluta no centro da vila de Ovar dum único chafariz, que levou o município a empreender o abastecimento geral de águas potáveis. «Encontrados os ves-

tígios dum manancial de água pura à distância de 2.300 metros do centro da vila, junto do lugar do Sobral, ao lado da estrada n.º 27 de Ovar ao Carvoeiro, tratou-se logo de proceder às respectivas pesquisas» e «às suspeitas correspondeu a realidade».

Reconhecidas as águas, pelos facultativos do partido, como *puras e potáveis*, e tendo o eng.º António Ferreira de Araújo e Silva (Oliveira de Azeméis, 1843 - Porto, 1908) entregue o projecto na Câmara, esta mandou «proceder à constituição da artéria principal do encanamento, bem como à exploração de águas e edificação do respectivo depósito a origem ou caixa principal».

Posteriormente, António Pereira, da cidade de Aveiro, arrematou os chafarizes no projecto: a 10 de Outubro de 1875 os da Rua do Outeiro e da Ponte Nova por 106$000 reis; a 12 de Março de 1876 o chafariz principal por 839$000 e o chafariz do Largo dos Campos por 240$000 reis.

O projecto e orçamento do chafariz principal foram oferecidos ao município pelo eng.º António Ferreira de Araújo e Silva. Este chafariz, pela sua posição central e aproximação das repartições públicas, ficou «não só o centro da distribuição com os respectivos registos, mas também o registo geral para a distribuição de águas para os incêndios».

A obra foi «projectada de modo que no momento dado, toda a água do abastecimento converge ao chafariz mais próximo do sinistro».

A 26 de Abril foi lançada a primeira pedra do alicerce do chafariz principal no Largo do antigo Cruzeiro da Graça; a 20 de Junho começou a deitar água e a 8 de Julho de 1877 é festivamente inaugurado o formoso fontenário em pedra da Ançã (o auto de inauguração, a fls. 82 do livro de actas da Câmara de 1875-1882, acha-se em branco. A fls. 82 verso, porém, tem 28 assinaturas, entre as quais a do dr. Manuel Marques Pires, abade de Válega).

O chafariz principal, no Largo da Família Soares Pinto, nos finais da Monarquia. Foto de José Tarújo Laranjeira

A 21 de Setembro de 1890 a câmara *progressista*, presidida por António Soares Pinto, inaugurou um fontenário em frente ao prédio do seu vereador, João da Silva Ferreira.

Ovar, de 8 de Julho de 1877 a 24 de Junho de 1966, isto é, quase durante um século!, foi abastecida pelos chafarizes *aralistas*. Nesta data, foi inaugurado o novo abastecimento de águas a Ovar que se deve à Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

Para a localização do chafariz principal foi escolhido pelo eng.º distrital, e aprovado pela Câmara, o lugar onde se situava uma casa, parte de um andar e parte térrea, com pátio e quintal murado e ajardinado na altura do terreno da entrada do Picoto, pertencente a Rita Rosa Teixeira de Pinho, viúva, a sua filha Maria Lúcia Fonseca e ao marido desta, Manuel Álvares Martins Fonseca, que nela residiam.

O desaparecimento da casa da família Teixeira de Pinho, no coração de Ovar, no Largo do Cruzeiro da Graça, dava origem a um magnífico largo para a colocação do chafariz principal que ficava optimamente situado tendo nada menos que cinco ruas convergentes.

Na sessão de 2 de Maio de 1876 a Câmara tomou conhecimento dum requerimento dos proprietários da casa, em que estes afirmavam que a obra projectada não era necessária ou útil, dado que em Ovar existiam fontes públicas em número mais que suficiente para o abastecimento de águas mesmo nos anos mais secos, e que só necessitavam de ser reparadas. Podia-se, assim, evitar a enorme despesa a fazer com o encanamento de água para os chafarizes e com a expropriação da casa. Terminavam os suplicantes por declarar que mesmo que a obra fosse considerada necessária e útil, o chafariz podia ser localizado em outro lugar, como a Praça da Hortaliça, a da louça de Santo António, o Largo do Cruzeiro, a Rua da Praça ou ainda no grande Largo dos Campos.

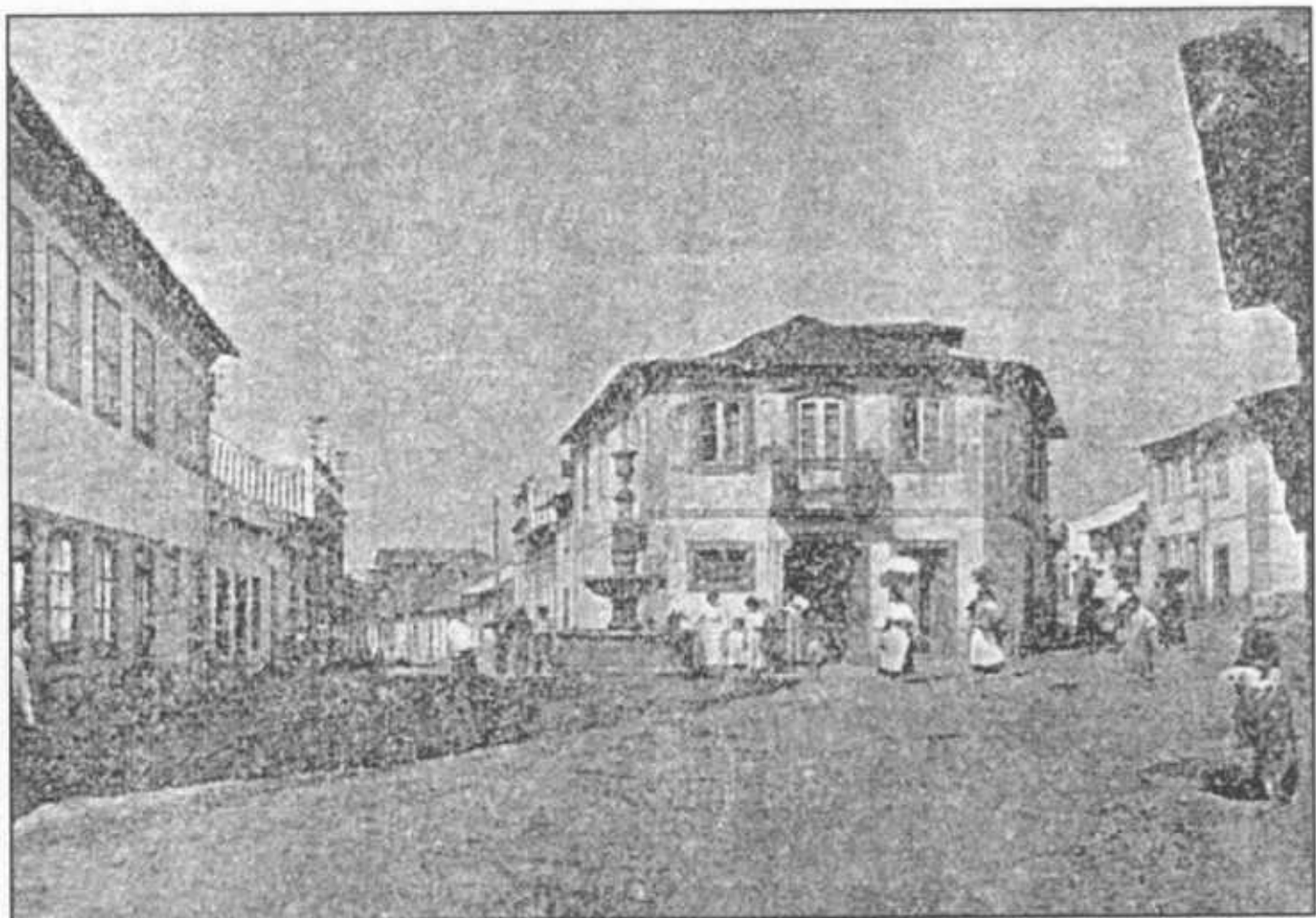
O chafariz principal nos finais da Monarquia. Foto de José Tarújo Laranjeira

A Câmara, na mesma sessão, respondeu que, na verdade, existiam na periferia de Ovar algumas fontes mas «quase na totalidade intermitentes, sem condições algumas de limpeza natural, subterradas, e quase todas inundadas pelas cheias dos dois rios que passam nesta vila, e secas completamente na estiagem».

Daí que os ovarenses fossem obrigados a abrir poços «ao ar livre, geralmente mal limpos, pouco abundantes e sempre com princípios vegetais em putrefacção».

Quanto a uma possível localização do chafariz principal na Praça, único local que poderia corresponder às proporções daquele, entendia a Câmara, por um lado, que ela não tinha capacidade eficiente para o movimento do mercado, e por isso pior ficaria se se lhe roubasse o espaço para o chafariz; por outro lado, tinha o chafariz de ficar desviado da Estrada para a estação e aproximava-se do chafariz dos Campos, não prestando bom serviço.

Não se chegando a acordo, a Câmara requereu a expropriação da casa e do terraço da família Teixeira de Pinho com a finalidade de levar a cabo as obras projectadas e aprovadas para a canalização e abastecimento de águas a Ovar, expropriação que foi declarada de utilidade pública e urgente, por decreto de 16 de Agosto de 1876.

Ainda neste mês de Agosto começam a correr no tribunal da comarca de Ovar *autos cíveis de expropriação*, tendo a expropriante Câmara Municipal constituído seus procuradores os drs. Eduardo Augusto Chaves e Joaquim Vaz de Oliveira, e os expropriados obstinados, que se defenderam com unhas e dentes, os drs. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia e Francisco António Pinto. Por sentença de 5 de Setembro de 1876 foi a casa com o terraço adjudicada à Câmara, que tomou posse dela a 14 do mesmo mês; a 22 de Dezembro de 1877 o juiz dr. Constantino Máximo de Sousa Guedes, por sentença, fixou a indemnização em 2.800$000 reis (valor do prédio expropriado), e condenou a Câmara nas custas do processo.

Chafariz do Outeiro.
In*:* Almanaque de Ovar *para 1918*

A Câmara, na sessão de 11 de Janeiro de 1878, decidiu apelar da sentença; porém, a Relação, em Outubro do mesmo ano, e o Supremo Tribunal de Justiça, a 20 de Agosto de 1880, confirmaram a sentença. Além destes recursos, a Câmara agravou, nos autos de execução de sentença, da decisão do juiz de Ovar que ordenou o levantamento daquela quantia de 2.800$000 reis, fazendo a vida cara aos expropriados.

Os materiais da casa expropriada foram arrematados por José Marques dos Santos, da Rua Direita das Ribas, por 200$000 reis.

Geralmente, toda a expropriação por utilidade pública constitui motivo de revolta e argumento para se maldizer da boa fé da Administração e a expropriação da casa da família Teixeira de Pinho não fugiu à regra, servindo de pretexto à *oposição progressista* local para atacar violentamente o *regenerador* dr. Manuel Arala.

Nas eleições de deputados de 19 de Outubro de 1879 foram distribuídos manifestos ao eleitorado ovarense, em que se atacava a desastrada expropriação e a dispendiosa questão que a Câmara sustentou com os proprietários da casa.

Para a *oposição* não tinha havido um melhoramento: – a construção dos monos de pedra, os chafarizes, inúteis, feios e geralmente sujos, tinha sido uma obra de luxo sem qualquer merecimento; nenhum deles fornecia melhor água do que as fontes existentes no perímetro de Ovar; a maior parte do ano não tinham água suficiente para abastecer a população de Ovar e mesmo durante algum tempo chegava a não haver nenhuma; a água dos mesmos era salobra, imprópria para beber; a canalização, feita de tubos de barro, rompia-se facilmente (no *Ovarense*, de 6/10/1895, escreveu-se: – «Volta e meia o Neptuno embirrava e não deitava água. Lá iam os pobres operários semanas e semanas a consertar os canudos, a vedar os canudos, a limpar os canudos. Só em um ano se gastaram 600$000 reis com o Neptuno»); com a exploração e canalização de águas o dr. Manuel Arala acarretara ao município um encargo superior a

Chafariz do Largo dos Campos, à esquerda.
Edição Alberto Ferreira – Batalha – Porto

13.000$000 reis, e com a expropriação (indemnização, custas, vistorias, procuradores e advogados) despendera a Câmara mais de 3.800$000 reis; finalmente, a expropriação tivera como causa o chefe duma família, Manuel Álvares Martins Fonseca, ter caído no desagrado do dr. Manuel Arala que projectara a obra para reduzir à miséria a família Teixeira de Pinho.

O dr. Manuel Arala teria conseguido a demissão de escrivão da Administração do Concelho daquele Manuel Álvares Martins Fonseca. Daí que para *O Ovarense* (de 23/8/1896), o chafariz «pinga apenas, como as lágrimas da infeliz D. Rita, sacrificada ao furor da vingança e do abuso».

Nos ataques que *O Ovarense* sistematicamente desferiu contra o dr. Manuel Arala, de 1883 a 1886, o abastecimento de águas, especialmente o Neptuno do chafariz principal, foi dos melhoramentos aralistas levados a cabo o mais atingido.

A 23 de Novembro de 1884 o dr. José Lopes Godinho, sob o pseudónimo de *ARTUR TRAMPOLINA*, publicava naquele semanário a seguinte poesia dedicada ao *Régulo*, isto é, ao dr. Manuel Arala, e intitulada *O Neptuno condenado*:

Anda o mísero deus do mar, na Praça
A navegar em seco sobre a taça
Do vasto chafariz;
E sendo n'alma a grande nostalgia
Da bela arte pagã e, noite e dia,
Pede água... o infeliz!

Sentado sobre a pétrea, tosca esfera,
Emporcalhado e hirto (inútil fera!)
Tem o ar dos histriões...
Reuniu hoje o *senado* e praguento
Exclamou: – *Dai-me o húmido elemento,*
Oh, súcia de ladrões!

Tremeram os *curiais* e o seu tirano,
A mata, a *vila*, as vagas do oceano
E os *cônsules* devassos!
E o deus do mar, o velho revoltado,
Vai agora servir (o condenado!)
Como judeu dos Passos.

Em Fevereiro de 1885 João de Oliveira Santos, sob o pseudónimo de *ALFREDO TIMBYRA*, insistia com uma poesia intitulada *Neptuno e a falta de dinheiro*:

Dezóito contos gastos... – ai que mágua! –
Em canos, chafarizes e figuras,
Onde há tantas nascentes de águas puras,
E passam dois riachos fartos de água!...

O censo de 1878. A numeração das portas das casas de Ovar (24 de Janeiro de 1878)

Pelo 2.º censo da população de Portugal, de 1 de Janeiro de 1878, verifica-se que a *freguesia de Ovar* tem 10.447 habitantes (4.741 *H* e 5.706 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a mais populosa do distrito de Aveiro, que tinha 180 freguesias. Seguia-se-lhe a Murtosa.

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 10.439 habitantes era igualmente a primeira do distrito, seguida da Murtosa, Ílhavo, Vagos e Válega.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de S. Cristóvão de Ovar tinha 2.684, sendo a 1.ª do distrito, seguindo-se a Murtosa e Ílhavo.

O concelho, um dos 16 do distrito, com 4 freguesias, tinha 17.505 habitantes (7.955 *H* e 9.550 *M*) de população de facto ou presente e 17.494 de população residente; e 4.543 fogos.

A 24 de Janeiro de 1878 foram mandadas numerar as portas das casas de Ovar, registando-se 3.714 números.

As eleições de deputados – o segundo mandato do dr. Manuel Arala (1878). O conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, Presidente da Câmara dos Deputados (1879). O terceiro (1879) e o quarto (1881) mandatos do dr. Manuel Arala

A 13 de Outubro de 1878 tiveram lugar as eleições para deputados (em número de 108). No círculo n.º 45 (*Ovar*), abrangendo o concelho de Ovar e o julgado de Esmoriz, com 2.925 votantes, foi eleito o dr. Manuel Arala, que obteve igual número de votos.

No círculo n.º 46 (*Estarreja*), foi eleito José Frederico Pereira da Costa, filho do primeiro Visconde de Ovar; e no círculo de Mafra o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, também filho daquele primeiro Visconde de Ovar.

O conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do tenente-general efectivo António da Costa e Silva, 1.º Visconde de Ovar, e de sua mulher Teresa da Conceição de Oliveira, neto paterno de José da Costa e Silva e de Leandra Pereira Ramos e neto materno de Francisco José de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira, nasceu no Porto a 31 de Agosto de 1826.

Membro do partido *regenerador*, foi 11 vezes *deputado*, pelos círculos de Angola (1851 e 1852), *Ovar* (1860), Sintra (1864, 1865 e 1878) e Mafra (1869, 1870 – duas vezes –, 1871 e 1874), *primeiro vice-secretário* da Câmara dos Deputados (1853-1854), *primeiro secretário* (1872-1873 e 1874), *vice-presidente* da mesma Câmara (1875-1878) e seu *presidente*, de 23 de Janeiro a 19 de Junho de 1879. *Par do reino*, por carta régia de 29 de Dezembro de 1881, tomou posse deste lugar a 25 de Janeiro de 1882.

A 19 de Outubro de 1879 tiveram lugar as eleições de deputados (em número de 149), com a vitória do partido governamental (*progressista*).

Estas eleições foram disputadas no círculo n.º 45 (*Ovar*) pelo dr. Manuel Marques

Pires, abade de Válega e advogado, como candidato do partido governamental (*progressista*), e pelo dr. Manuel Arala, Presidente da Câmara, como candidato da *oposição regeneradora.*

A 18 de Outubro o candidato dr. Manuel Marques Pires com outros cidadãos, entre os quais António Manuel da Costa e Pinho, António Pereira da Cunha e Costa, João de Oliveira Baptista, José Fragateiro de Pinho Branco e padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, requerem à Câmara uma modificação no número e localização das assembleias eleitorais do concelho, dado «que não podiam nem deviam continuar a reunir-se num só edifício, o dos Paços do Concelho, as duas assembleias eleitorais, por não convir uma grande aglomeração de povo, num só ponto e muito principalmente em ocasião de eleições em que a paixão partidária a maior parte das vezes se exacerba como já tem acontecido».

A câmara aralista indeferiu o pedido, tendo os requerentes recorrido para o conselho de distrito que, por acórdão de 30 de Janeiro de 1880, deu provimento ao recurso mandando que no concelho de Ovar existissem 4 assembleias: Igreja matriz de Ovar, Capela de S. Pedro, Igreja de Válega e Igreja de Esmoriz.

Anteriormente as assembleias eleitorais do concelho eram três: uma na Igreja de Válega, abrangendo esta freguesia; outra na sala das sessões camarárias, compreendendo a parte da vila que se achava a nascente das pontes da Graça e João de Pinho, aldeias e a freguesia de Arada; e a terceira, na sala contígua ao tribunal, abrangendo a parte restante da vila e a freguesia de S. Vicente.

As eleições foram bastante disputadas e os inimigos do dr. Manuel Arala, cada vez mais numerosos mas ainda não arregimentados, aproveitaram a subida ao poder do ministério progressista para o combaterem acusando-o de que «só soube apoiar o esbanjamento e as folias regeneradoras, e embolsar ao mesmo tempo a gratificação do lugar de deputado». Não foram, porém, felizes e o dr. Manuel Arala veio a ser eleito deputado pelo círculo n.º 45 (*Ovar*) com 2.371 votos (em 3.197 votantes), contra 826 de seu antagonista.

Um protesto formulado pelo delegado do Administrador do Concelho numa das assembleias primárias de Ovar, contra a validade da eleição (irregularidades na constituição da mesa da assembleia da vila e bem assim na progressão dos trabalhos eleitorais nesta assembleia), veio a ser discutido na 5.ª sessão da junta preparatória, a 10 de Janeiro de 1880, tendo então Alves da Fonseca declarado que se o dr. Manuel Arala obteve «772 votos a mais que os necessários para constituirem maioria absoluta (1.599), é evidente que ainda que o aludido protesto tivesse efeito para anular todos os votos que o eleito obtivera naquela assembleia (713), não deixava por isso de ter a maioria absoluta, e assim o protesto em nada influia na validade da eleição». Este parecer foi aprovado, a 10 de Janeiro de 1880, e proclamado deputado o dr. Manuel Arala.

Para a oposição *progressista* local o *aralismo* aguentava-se no poder pelo terror e pelas mescambilhas da comissão de recenseamento eleitoral. Entretanto, o dr. Manuel Arala afirmava em Lisboa, aos seus amigos políticos, que tinha o concelho de Ovar *fechado por uma chave, que guardava no bolso.*

No ministério *regenerador* de Rodrigues Sampaio realizaram-se eleições de deputados (em numero de 149) a 21 de Agosto de 1881, tendo sido eleito no círculo n.º 45

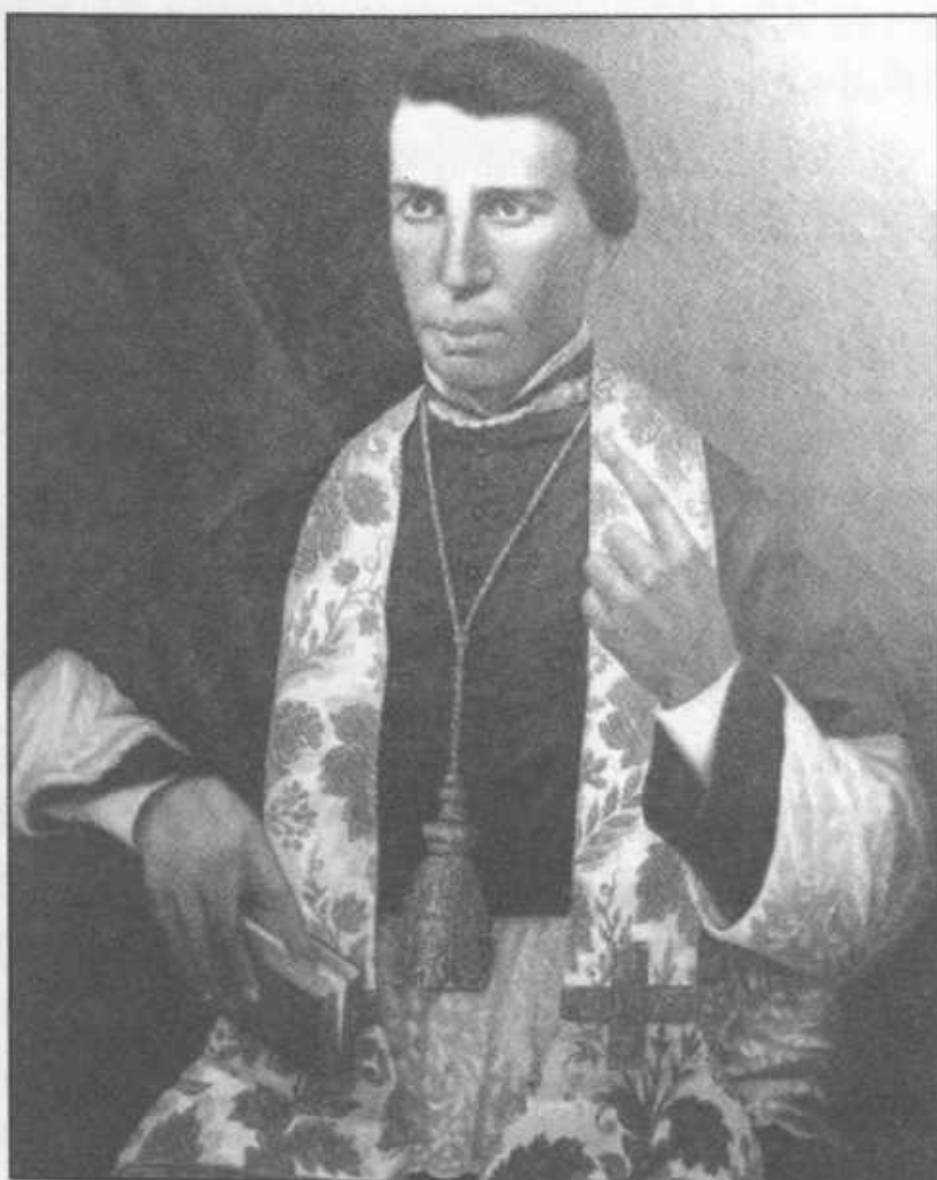
(*Ovar*) o candidato *governamental* dr. Manuel Arala que obteve 1.199 votos em igual número de votantes.

No círculo n.º 46 (*Estarreja*), venceu o filho do primeiro Visconde de Ovar, José Frederico Pereira da Costa.

O padre Gomes Ferrer (1825-1878). As escolas do padre Ferrer (1883 e 1889)

A 25 de Março de 1825 nasceu em Ovar, na Rua dos Lavradores, filho de Leandro Gomes e de Maria Rodrigues Gomes, o padre Manuel Eliano Gomes Ferrer que, ordenando-se no Rio de Janeiro, foi professor dos Carmelitas Descalços com o nome de fr. Manuel de S. Vicente Ferrer e adquiriu uma avultada fortuna no Brasil.

Falecendo no hospital do Terço, no Porto, a 21 de Novembro de 1878, o padre Gomes Ferrer, por testamento feito no Rio de Janeiro, a 18 de Abril de 1871, legou a sua casa à Rua do Ouvidor, n.º 130, bem como o remanescente do seu espólio ao hospital de Ovar, determinando, porém, a criação nesta cidade de duas escolas do ensino primário para pobres, uma na Rua da Oliveirinha e outra na Rua dos Lavradores, e dotando perpetuamente duas orfãs para casamento no dia 16 de Julho de cada ano.

Ao tempo da celebração do testamento, o padre Ferrer possuía uma casa à Rua do Ouvidor, rua principal do Rio de Janeiro, terreno e casas à Rua do Senado, casa e chácara à Rua do Engenho Novo, uma casa em Ovar, um preto africano de nome João, que declarou livre, 6.535$800 e outras importâncias.

O padre Gomes Ferrer.
Fotografia existente na Misericórdia de Ovar.

A Câmara Municipal de Ovar resolveu na sessão de 27 de Julho de 1883 «cumprir com a possível solenidade o encargo que o reverendo benemérito Manuel Eliano Gomes pôs no seu testamento sobre a sua trasladação» e, assim, a 4 de Agosto deste ano efectuou-se a solene transferência dos ossos, exéquias com ofício de grande instrumental e sermão e recolha dos restos mortais no mausoléu construído no cemitério da cidade.

Para este dia a Câmara «convidou todas as autoridades judiciais, administrativas e eclesiásticas e em geral todos os munícipes» a aguardarem na estação dos caminhos de ferro o comboio que do Porto conduziu o féretro acompanhado da comissão nomeada pelo município, constituída do vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, pelo vereador dr. José Baptista de Almeida Pereira Zagalo, pelo secretário da câmara dr. Eduardo Augusto Chaves e pelo padre Francisco Marques da Silva, professor de instrução primária.

Às 8 horas chegou o comboio descendente e o Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, ordenou «que se formasse o préstito e seguisse o cadáver para a Igreja; seguindo na frente as Irmandades, depois os convidados, após estes a ordem terceira, clero e féretro, fechando o préstito a banda de música desta vila, sendo o féretro conduzido por seis pobres e pegando às borlas do caixão seis clérigos (aguardaram na estação e acompanharam o cadáver à Igreja mais de 3.000 pessoas). Chegado o préstito e colocado o caixão na eça armada bem como a Igreja para tal fim, se celebraram os ofícios fúnebres, presidindo a eles o vigário da vara e Pároco da freguesia de Válega, e celebrando a Missa o reverendo Abade desta freguesia, e orando depois da missa o reverendo José Joaquim Ferreira de Estarreja, convidado para isso, sendo estas solenidades acompanhadas de música vocal e instrumental. Aos ofícios, além de todas as autoridades, foram presentes os Párocos de Válega, Ovar, Maceda, S. Vicente e Arada, e o clero desta freguesia, concluídas as quais foi o féretro conduzido ao cemitério desta vila, indo a Câmara incorporada atrás do féretro, e depois de cumpridas as solenidades litúrgicas próximo da campa, foi o caixão introduzido no jazigo privativo daquele benfeitor» (*acta da sessão camarária* de 4 de Agosto de 1883).

O testamento do padre Ferrer «foi impugnado por um dos seus testamenteiros, Estevão José da Silva, na qualidade de inventariante dos bens do falecido, com o fundamento de que aos tribunais brasileiros assistia a competência para anular tal testamento e para excluir de herdeira a Misericórdia de Ovar (entenda-se *hospital*), considerando-a indevidamente com falta de capacidade para receber a herança, como se fosse convento, ordem religiosa ou corporacão de mão morta. O pleito, julgado em primeira instância pelo Juiz de Direito da Provedoria da Corte, foi, por sentença deste, resolvido a favor do já referido testamenteiro e inventariante; mas havendo apelação por parte da Misericórdia de Ovar, administrada pela Câmara Municipal e esta representada pelo seu presidente Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, foi revogada aquela sentença e dado provimento à apelante, que ficou com direito à herança do Padre Ferrer» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES, *Ovar – Biografias*, 1917).

O vencimento no Brasil da causa difícil do legado do padre Ferrer foi um dos benefícios apontados a favor do dr. Manuel Arala, que a teria obtido por influência de amigos seus.

A 9 de Julho de 1883 o dr. Manuel Arala informava o presidente da comissão distrital de Aveiro que do legado do padre Manuel Eliano Gomes Ferrer «recebeu a Câmara 6.500 libras, que, em harmonia com a vontade daquele benemérito cidadão, converteu em inscrições que lhe rendem 1.743$000 para satisfazer o legado anual, durante 30 anos, de 1.200$000 aos parentes do falecido, criar para sempre duas escolas de instrução primária, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, nesta vila, dotar perpetuamente duas orfãs para casamento no dia 16 de Julho de cada ano com 100$000 cada uma, e ainda outros. Desta herança existiam em poder do procurador da Câmara no Rio de Janeiro, Monteiro Braga & Filhos, aproximadamente 23 contos de reis, moeda brasileira, cuja remessa, por mais de uma vez, lhe foi exigida, mas que, abusando da sua qualidade de procurador, não satisfez, abrindo falência e dispondo assim do que só àquele estabelecimento de caridade pertencia, e que tão sagrado devia ser para aquela firma».

A Câmara, para não perder tudo, acordou, em Dezembro de 1893, em receber 643$274 reis, isto é, 6% da quantia que lhe devia (21.442$451 reis – moeda fraca) a extinta firma Monteiro Braga & Filhos.

A 22 de Fevereiro de 1884 foi inaugurado o retrato do benemérito padre Ferrer no hospital de Ovar e, em 1910, à Rua dos Lavradores foi dado o nome de *Rua do padre Ferrer.*

Embora tivesse falecido em 1878, só a 15 de Outubro de 1883 começou a funcionar a 1.ª Escola do Padre Ferrer, a da Rua dos Lavradores, para o sexo feminino.

Por não procurar satisfazer, com brevidade, as determinações do testamento do padre Ferrer, no que se refere à construção das escolas, o dr. Manuel Arala foi combatido, violentamente, pela oposição progressista, que cognominou o chefe regenerador local de *carrasco da instrução*, de *algoz da escola*, de *inimigo da escola*.

João de Oliveira Santos, o ALFREDO TIMBYRA, dedicou-lhe os seguintes versos n'*O Ovarense*, nos quais é julgado pelas crianças dos concelhos vizinhos:

Ó mãe, é certo que há
Um homem tão mau, tão feio,
Que nega aos pobres o meio
Deles aprender a ler?...

– É certo, filha... em Ovar;
Bem perto de nós até!
Nosso Senhor, por quem é,
Nos livre de tão mau homem!

Ó mãe, e se ao vir da mestra,
Ele sai à gente e me pilha?...
– Basta persignar-te, filha,
A cruz afugenta do demo.

A segunda escola primária do padre Ferrer, para o sexo masculino, veio a ser inaugurada, a 11 de Março de 1889, na câmara progressista presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, sendo seu professor o padre Aníbal Ribeiro.

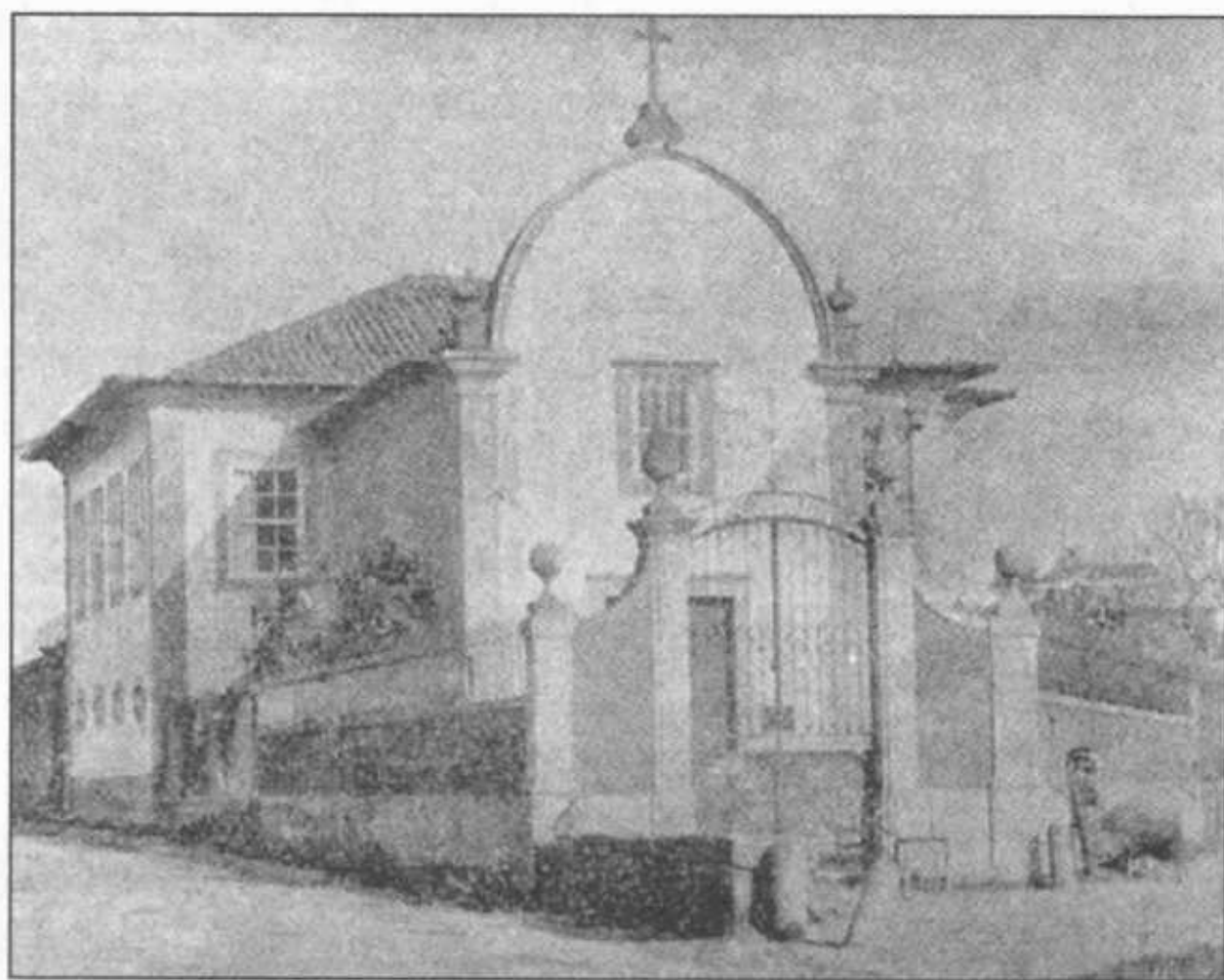
Com a implantação da república e a cedência do legado Ferrer à Misericórdia pela Câmara, na sessão de 7 de Novembro de 1910, as escolas passaram para aquela associação humanitária.

A Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração. A Capela dos Santos Mártires de Marrocos (1878)

A Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração, instalada em 1878 na Igreja, no altar de S. Bartolomeu, que passou a designar-se altar do Coração de Jesus, resultou de uma missão do padre Miguel Ferreira de Almeida.

Foi seu primeiro director o padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro e sua primeira presidente Maria de Jesus Barbosa.

A Capela dos Mártires de Marrocos (1878) foi mandada construir por António da Cruz Ascensão, em comunicação interna com a sua casa sita no lugar da Ponte Nova.

Foi transformada em infantário.

Capela dos Santos Mártires, na Ponte Nova.
In: *Padre MANUEL LÍRIO,* Monumentos e Instituições Religiosas, *1926*

O Administrador do Concelho dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala (1878-1879, e 1881-1885)

O mais opulento proprietário do concelho, nasceu a 30 de Dezembro de 1824, filho do sargento-mor Manuel de Oliveira Arala e de sua mulher Ana Caetano do Bom Sucesso, neto paterno de José de Oliveira Arala e de Joana Rodrigues, da Lagoa dos Campos, neto materno do capitão-mor Domingos do Rosário Costa e de Maria Joana Pereira de Pinho, do Cruzeiro da Ruela, concluiu o seu curso de direito em 1849, tendo casado a 25 de Abril de 1864 com Maria José da Conceição Estevão Folha e Arala, filha de João Estevão Rodrigues Folha e de Maria José da Conceição Folha, da estrada da Ribeira.

O dr. Domingos Arala foi juiz do julgado ordinário de Ovar, sujeito a Oliveira de Azeméis, de 1851 a 1854, Administrador do Concelho em 1878-1879 e novamente em 1881-1885, em ministérios *regeneradores* de Fontes Pereira de Melo, e quando seu irmão, o dr. Manuel Arala, ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal.

Faleceu no lugar da Ribeira, com 74 anos, a 23 de Agosto de 1898. Sua mulher falecera a 9 de Dezembro de 1892.

Rosa Brites na Exposição Universal de Paris (1878). Ovar na Exposição Industrial de Aveiro (1882)

Rosa Gomes dos Santos, filha de Manuel André Boturão e de Maria Gomes dos Santos, que nasceu em 1841 em Ovar, onde faleceu solteira, com 90 anos, a 8 de Abril de 1932, na Rua Eça de Queirós, «foi uma exímia bordadeira e também feitora de flores».

Para a «Exposição Universal de Paris em 1878, foram daqui enviados diversos trabalhos e entre eles umas lindas flores artificiais que obtiveram uma menção honrosa. Foram as mãos de D. Rosa Brites que tal fizeram e mereceram o documento emitido por quem de direito em 21 de Outubro de 78» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Rosa Brites.
Arquivo da Família Sousa Campos

Na Exposição Distrital de Aveiro, promovida pelo Grémio Moderno, em 1882, vários ovarenses apresentaram espécimes de arte ornamental antiga e moderna:

- *objectos de metais preciosos* (Carolina Baldaia, Eduardo Augusto Chaves, Manuel Joaquim Rodrigues, Caetano da Cunha Farraia e Domingos Arala);
- *aprestes de cavalaria* (Carolina Baldaia);

- *escultura decorativa* (Eduardo Augusto Chaves);
- *tecidos e bordados* (Eduardo Augusto Chaves e Francisco de Sousa Ribeiro); e
- *esmaltes, incrustações, porcelanas e vidros* (Eduardo Augusto Chaves e Francisco de Sousa Ribeiro).

O alargamento do concelho (1879). A estrada de Baixo (1879-1886)

A Câmara principiou a tratar do alargamento do concelho na sessão de 8 de Agosto de 1867 e, na sessão de 15 de Março de 1872, apreciando representações das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda pedindo a anexação a Ovar, entendia que aquelas deviam ser deferidas dado que traduziam o interesse e o desejo dos povos. Na verdade, manifestaram vontade de pertencerem ao concelho de Ovar 171 eleitores da freguesia de Esmoriz, 98 da de Cortegaça e 201 da de Maceda.

Resumindo as suas pretensões expansionistas, a Câmara declarava naquela sessão de 15 de Março:

> - «Se perguntarem à vila de Ovar se deseja o aumento do seu concelho dirá que sim: isso é muito natural; se lhe perguntarem se é justo, responderá da mesma maneira; mas se a interrogarem se precisa dele para viver, dirá que não. Existiu muitos anos só, como concelho, e contudo criou estabelecimentos e fez obras, como se não encontram nos outros concelhos».

Na sessão de 25 de Agosto de 1873, sendo-lhe presente o processo de anexação daquelas freguesias, a Câmara repetiu os mesmos argumentos; a 3 de Maio felicitou o deputado pelo círculo e *seu* Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, pela passagem do projecto que mudava de concelho Esmoriz, Cortegaça e Maceda.

A 21 de Junho de 1879 foram anexadas ao concelho as três freguesias e a Câmara viu assim quase satisfeita uma sua aspiração. *Quase*, dado que havia pedido também as freguesias de Souto, Avanca e Pardilhó e a praia da Torreira, desanexada em 1835.

A 15 de Abril de 1857 o município representou a D. Pedro V e à Câmara de Deputados a urgente necessidade de se reparar a *estrada chamada de baixo* «que de Vila Nova de Gaia, se dirige à Vila pela ponte da Barrinha», dado que era a comunicação mais curta e fácil de Ovar ao Porto, sendo que com esta cidade entretinha a vila «um grande comércio, por ser aí o ponto onde convergem as comunicações que se fazem, pelo rio Vouga-Águeda, e Ria de Aveiro». De Ovar para o Porto seguiam as aguardentes e vinhos da Bairrada e de outras partes, azeite de Coimbra, sal das marinhas de Aveiro, cal e sardinha, louças de Ovar e da fábrica da Vista Alegre, chumbo de várias minas, lãs da Beira.

A Câmara de Ovar, «para aliciar os povos de Maceda, Cortegaça e Esmoriz a passar para o seu concelho, prometeu construir uma estrada a macadame» (*O Povo de Cortegaça*, de 1/1/1973) ligando a vila às três freguesias, que vieram a sair definitivamente do concelho da Vila da Feira por carta de lei de 21 de Junho de 1879.

Na sessão de 12 de Julho de 1879, a Câmara *regeneradora* resolveu cumprir a sua

promessa e, aquando das eleições de 19 de Outubro deste ano, o dr. Manuel Arala reafirmou, solenemente, a intenção de construir a estrada, «ao eleitorado de entre Ovar e Espinho, em discurso inflamado, proferido em Cortegaça» no prédio de Bernardo Marques de Oliveira Cardoso, seu lugar-tenente local, no Largo das Praças (ANTÓNIO CARDOSO, *in*: *Notícias de Ovar*, de 31/12/1970).

Os *progressistas* «apresentaram-se a fazer um comício e a intimidar as pessoas com a questão das expropriações dos terrenos para a estrada, etc., etc. Este comício, que foi realizado em casa do Padre José Alves Fardilha, em Cortegacinhas, deu origem, à saída, a muitas cabeças partidas e processos no tribunal». Porém, «antes do dia das eleições, que seriam em 19 de Outubro, a estrada começou-se! De 26 de Agosto a 19 de Outubro não vão sequer dois meses. Pois nesse lapso de tempo tudo foi feito para a estrada começar antes das eleições. Os regeneradores perderam-nas, mas o Dr. Manuel Arala cumpriu a sua promessa. E a estrada veio surgindo, lentamente, por aí fora, como artéria promissora do progresso regional, até que em Março de 1880 cai o governo progressista e sobe ao Poder o Partido Regenerador. Era vê-la então nascer a olhos vistos. Chegada a Cortegaça – zás! – surge uma obstrução progressista; – precisamente o chefe progressista local, o referido Padre José Alves Fardilha, que tinha bastante influência» resolve impedir que a estrada passe por uma sua propriedade, que cortava a meio (lanço entre os Escarris e a Sicor).

«Sabedor do caso, o Dr. Arala desloca-se ao local e interrompendo aí, manda recomeçar do extremo norte da propriedade, dizendo em ar de chalaça: – *é dinheiro que o governo poupa, porque o povo e o tempo farão este bocado*. E assim foi. O Padre José Fardilha teve que desistir da sua teima, porque na faixa correspondente à estrada não podia semear coisa alguma que o povo, fazendo caminho por ali, destruía a sementeira» (*Idem*).

No 1.º trimestre de 1884 foram expropriados mais de 16.000 metros da mata municipal para a construção da estrada Ovar-Bandeira (Gaia); em 1886 a estrada estava concluída até um pouco além da freguesia de Maceda, achando-se a parte restante em via de construção.

Em 1929 principiou a reparação da estrada de Ovar a Cortegaça, a paralelepípedos, que numa extensão de 10 quilómetros se achava em estado deplorável (em meados da década de 1890 a estrada Ovar-Bandeira estava arruinada).

Por despacho do Secretário das Obras Públicas, de 11 de Junho de 1975, foi adjudicada a António Brandão Ferreira Serrano & Filhos, a reparação da estrada nacional n.º 109 entre Ovar, a norte da Cavan, e Maceda.

No final da década de 1850 e na década de 1860 a política de melhoramentos materiais, de orientação *fontista*, deu também a Ovar a ao seu concelho *progresso* material, traduzido sobretudo na melhoria dos transportes e comunicações: a abertura da linha do norte (1864), a leitura de várias estradas e a reparação de outras que puseram em contacto rápido Ovar e as capitais dos concelhos vizinhos. Em 1877 existiam no concelho quatro estradas principais: – a estrada *real* de Ovar a Arouca, a estrada *distrital* de Ovar ao Carvoeiro, e as duas estradas *municipais*: a de Ovar ao Furadouro e a de Esmoriz ao Picoto.

Dr. João Maria Lopes, contador da comarca (1881-1887 e 1890-1929)

Filho do primeiro contador da comarca, José Maria Lopes, e de sua mulher Josefa Augusta Marques da Silva, o dr João Maria Lopes nasceu no Bairro de S. Pedro, a 29 de Outubro de 1859, e formou-se na Escola Médica do Porto, pouco uso fazendo do seu diploma.

Foi, como seu pai, contador da comarca – o segundo –, de 23 de Agosto de 1881 a 1887. Neste ano, os progressistas conseguiram a sua transferência para Armamar, substituindo-o por José Pereira Júnior. Porém, em consequência de uma nova reviravolta política, tomou novamente posse como contador da comarca, a 24 de Fevereiro de 1890, e neste cargo se manteve até 1929.

Dr. João Maria Lopes. 1859-1939

Incansável e dedicado servidor da Ordem Terceira, ocupando o lugar de Ministro desde 1889 até à sua morte, foi um dos 14 sócios fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários, tendo sido seu presidente da direcção (1901/1905, 1907/1909, 1913/ /1919, 1924/1937) e da assembleia geral (1923), e seu primeiro médico (desde 3 de Junho de 1896).

Foi, ainda, primeiro presidente da assembleia geral da Associação de Socorros Mútuos Ovarense (1905-1907), da qual foi também presidente da direcção (1910/1911); e pertenceu à grande comissão apresentada pelo dr. Zagalo para a instalação da Misericórdia.

Em 1908 fazia parte da direcção superior do partido *regenerador* local, sendo um dos cinco membros da comissão executiva. Aderiu à república, em 1910, e, acusado de estar implicado no *complot* monárquico de Ovar, esteve preso em Aveiro em 1911; a 9 de Novembro de 1919, foi eleito secretário da comissão municipal do partido republicano *liberal* de Ovar.

Casou com 67 anos, na Igreja de Ovar, a 2 de Julho de 1927, com Rosa Maria Emília Moura, de 55 anos, e, aposentado desde 1929, faleceu com 79 anos, a 30 de Março de 1939.

O filho do casal, Guilherme Lopes, esteve preso na cadeia de Ovar quando da *Monarquia Nova*, tendo sido condenado, em 1919, em Lisboa, em sete meses de prisão correccional.

O incêndio do Furadouro (1881)

A praia do Furadouro era constituída quase exclusivamente por palheiros e recoletas de madeira. Este tipo de construção, a estreiteza das ruas, a pouca ordem dos barracos, a falta de água, a carência imediata de socorros dada a sua localização a 4 quilómetros e meio de Ovar, a falta de bombeiros e material, e o egoísmo e desinteresse

dos pescadores não proprietários, recusando-se sistematicamente a prestar auxílio, conjugaram-se para que em 31 de Julho de 1881 se produzisse no Furadouro o seu mais violento e pavoroso incêndio, felizmente sem perdas de vidas a lamentar.

O incêndio, descoberto às 9 horas da manhã, começara no palheiro denominado da *Margarida do Viela*, junto à estrada e próximo à capela, e tivera como causa, segundo a versão mais verosímil, um pouco de cinza deixada na lareira. Às 11 horas já tinha concluído a sua devastação: quase metade da povoação piscatória, a do lado norte, num total de 321 casas (*Ovarense*, de 17/7/1887), tinha sido destruída, causando prejuízos que, dada a barateza das construções, foram calculados entre 100 a 120 contos (*Primeiro de Janeiro*, de 2/8/1881).

A fumarada era tão intensa e tão grande que algumas pessoas a viram da Foz.

A Câmara reuniu extraordinariamente a 2 de Agosto, convocada pelo seu Presidente dr. Manuel Arala, acordando: na requisição imediata do eng.º distrital para levantar a planta da área incendiada, arruando as novas edificações que se fizessem para evitar que um novo incêndio se contagiasse a tão grande número de prédios; em promover subscrições à Rainha na qualidade de presidente da Associação dos Socorros dos Inundados, aos poderes públicos, à comissão distrital e ao *Comércio do Porto*; em subscrever a Câmara com uma quantia compatível com os seus recursos, ainda que se tivesse de recorrer ao empréstimo; em proceder com a máxima urgência ao arrolamento dos palheiros incendiados, da sua superfície e proprietários; em nomear uma comissão, restrita aos *palheiros dos pobres*, para promover a arrecadação de qualquer quantia e regular a sua aplicação; e, finalmente, sendo voz pública e incontroversa que o escrivão da Administração, António Plácido da Costa Lamy, praticara serviços com denodo e boa vontade, que algumas vezes perigara a sua vida, em que se fizesse menção na acta deste facto, única retribuição que o município lhe podia conceder, e se recomendasse aos poderes públicos para premiar de modo que é uso e costume em circunstâncias idênticas.

A *Grande Comissão*, nomeada nesta sessão extraordinária, teve a sua primeira sessão a 7 de Agosto e deliberou nomear uma *Comissão Executiva*, composta de seis membros, que realizou, por sua vez, a 1.ª sessão a 12 daquele mês.

Membros da comissão executiva: – O Presidente da Câmara dr. Manuel Arala (*presidente da comissão*), o vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, o juiz de direito da comarca dr. Albino António Leite de Resende, o Administrador do Concelho dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, o Administrador substituto dr. José Baptista de Almeida Pereira Zagalo (*secretário da comissão*) e o negociante de Ovar José de Oliveira Vinagre (*tesoureiro*).

Os pescadores do Furadouro não ficaram sozinhos: a Rainha mandou dar do cofre dos inundados 1.000$000 reis (em sinal de reconhecimento foi dado a uma praça da praia o nome de D. Maria Pia); o jornal *O Comércio do Porto* abriu uma subscrição, tomando a iniciativa duma cruzada de caridade; a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto promoveu espectáculos, festas de caridade e *bandos precatórios*, dirigindo à municipalidade ovarense convites para tomar parte nestes (a Câmara, na sessão de 12 de Agosto de 1881, deliberou que fossem seus representantes o presidente, o vice-presidente, o escrivão e dois vereadores); a cidade do Porto

agitou-se num enorme movimento de filantropia em favor das pobres vítimas do incêndio; a Câmara recebeu dinheiros da cidade de Lisboa e do Brasil; a 28 de Agosto de 1881 os amadores deram uma récita no teatro Ovarense em benefício das vítimas; o governo, pelo cofre de beneficência pública, enviou 2.000$000 reis.

No dia 14 de Agosto percorreram a cidade do Porto três grupos de esmoleiros: o grupo presidido por Guilherme Gomes Fernandes, representando os Bombeiros Voluntários do Porto; o grupo da imprensa e o grupo da pesca, onde seguiam os Governadores Civis do Porto e de Aveiro.

O cortejo, com soldados de cavalaria e carros, e integrado com representantes dos bombeiros, das direcções das sociedades de socorros, dramáticas e de recreio, e com a comissão preparatória, levava num landó, ladeado de estribeiros, pescadores do Furadouro.

No dia 15, reunidos num só, os bandos precatórios dirigiram-se à Foz e Matosinhos.

A *Comissão* administrou as quantias recebidas e levou a cabo a reconstrução de 152 casas de pescadores, que ficaram a ser conhecidas pelos *palheiros dos pobres*, distribuindo ainda, como indemnização, a quantia de 705$715 reis. Para tanto, a Câmara aralista «mandou proceder a uma planta e projecto de alinhamento para novas edificações, e bem assim a arruamentos e largo Maria Pia» e por essa «planta se marcaram lugares para indemnizações dos antigos palheiros, e lugares para edificações em arruamentos», tendo estes últimos lugares sido vendidos em arrematação por alto preço (*Discussão*, de 12/4/1896).

Os regeneradores locais atribuíram ao dr. Manuel Arala a obra de reedificação de uma grande parte do Furadouro, chegando o seu órgão local a compará-lo, salvas as devidas proporções, ao Marquês de Pombal (*Discussão*, de 29/3/1896).

A oposição progressista, porém, serviu-se da obra da reconstrução da praia para combater o Presidente da Câmara. Para ela, o Furadouro, vítima dum incêndio brutal, foi vítima também do *pombalismo* do dr. Manuel Arala, com o seu plano de casas de 5 metros de frente por 15 de fundo.

Na realidade, a planta dividiu a parte norte do Furadouro em ruas, estas em quarteirões perfeitamente regulares e estes em pequenos espaços de 5 metros de frente por 15 de fundo, o que foi um desastre, dado ter afunilado as casas para obter dentro da área das edificações uma nova rua, *a da capela nova*. Quando os antigos proprietários de casas com 10 e 12 metros de frente pretenderam construir bons e belos prédios, a Câmara não lhes deu mais que os 5 metros de frente.

João de Oliveira Santos (*ALFREDO TIMBYRA*), publicou os seguintes versos dedicados ao Régulo (dr. Manuel Arala):

O Régulo e o incêndio do Furadouro

Começara por pouco – o traiçoeiro!
Um descuido qualquer.. quem sabe o quê?...
Põem chamas palheiro após palheiro,
A povoação enfim! Já se não vê
Mais do que um montão de cinzas, um braseiro,

Sem que o Régulo ai as ordens dê,
Ou de longe sequer tome medidas,
que o fogo atalhem, que acautelem vidas!

Vê-se de longe a pavorosa chama...
– Cena contristadora! A piedade
Comove corações, peitos inflama;
Socorro oferece a próxima cidade...
Diz-se, porém, que o Rég'lo... está na cama,
Ausente do concelho a autoridade...
Livre campeia o fogo e altaneiro...
Resta um montão de cinzas, um braseiro...

Uns restos mal distintos, fumegantes,
dos haveres dos pobres pescadores;
E enquanto a estas dores cruciantes
De toda a parte acodem benfeitores,
Só os gritos não ouve lancinantes,
Este quadro não vê de acerbas dores,
Do bem fazer não sente a doce chama...
O Régulo brutal! – Está... na cama!.

E mais adiante:

Cotar tão alta a areia, onde ela sobra
Um primor é de inépcia financeira;
Recusá-la, porém, se é grande a obra...?
Dêem-me um símile p'ra tamanha asneira
Porque a minha razão tomba e sossobra!...
Pois quem a casa pretender inteira
Há-de mandar, segundo a ideia tua,
Edificar metade em cada rua!?.

E após demandar:

– Ao nome aspiras de Pombal varino
Partindo-nos as casas às talhadas!?,

acrescenta:

Pois que direi agora das casinhas
Concedidas aos filhos da desgraça?
Muito alinhadas, muito engraçadinhas,
Com seus quintais e frestas e vidraça...
Só lhes falta uma coisa... – ai... as cozinhas...
E lá se vão quintais e o ar e a graça!!

In: *O Ovarense*, de 21/12/1884

Para *O Comércio do Porto*, de 16 de Julho de 1887, as casas foram reconstruídas de tal maneira que em caso de sinistro dificilmente se lhes poderia acudir. Cada casa, de construção singela e defeituosa, não tem cozinha, vendo-se os seus moradores obrigados a foguear fora dela.

Para a mesma oposição *progressista* os «esforços hercúleos da benemérita comissão de socorros, que a muito custo conseguiu obter 12 contos de reis para reedificar as casas dos pescadores», consistiram «apenas em mandar depositar num banco do Porto e em casa do sr. José de Oliveira Vinagre os tais 12 contos à ordem do sr. Arala» e «em não concorrer com cinco reis para os pobres». Quanto ao dr. Manuel Arala, como *grande sacrifício*, apenas figurou no cortejo (*O Ovarense*, de 17/7/1887 e de 23/8/ /1896).

Este incêndio de 31 de Julho de 1881, infelizmente, não foi o único que assolou o Furadouro; periodicamente, a praia foi vítima do fogo.

Ruas da praia do Furadouro que receberam nomes aquando do incêndio de 1881

– *Avenida dos Bombeiros Voluntários do Porto*

Avenida Central da Praia do Furadouro, ligando a Praça da Varina (Avenida do Emigrante) à Avenida Infante D. Henrique, recebeu este nome em agradecimento ao papel desempenhado pela Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto no rescaldo do incêndio do Furadouro (31/7/1881). Nesta avenida, situada entre a Rua Jornal *O Comércio do Porto*, a norte, e a Rua Álvares Cabral, a sul, localizaram-se a Assembleia do Furadouro (inaugurada a 2 de Setembro de 1883), e o Hotel Cerveira (inaugurado a Julho de 1886).

Avenida dos Bombeiros Voluntários do Porto.
Editor – Silva Cerveira – Ovar

Num prédio desta avenida, esquina da Rua Tomás Ribeiro, teve lugar a inauguração solene e oficial, a 17 de Março de 1973, da sede do Clube Desportivo do Furadouro.

– *Rua da Imprensa Portuguesa*

Esta artéria da praia do Furadouro, a 1.ª ao poente da Rua Tomás Ribeiro, entre esta e a Avenida Infante D. Henrique, recebeu este nome em apreço ao papel desempenhado pela imprensa no incêndio de 31 de Julho de 1881.

– *Rua do Jornal «O Comércio do Porto»*

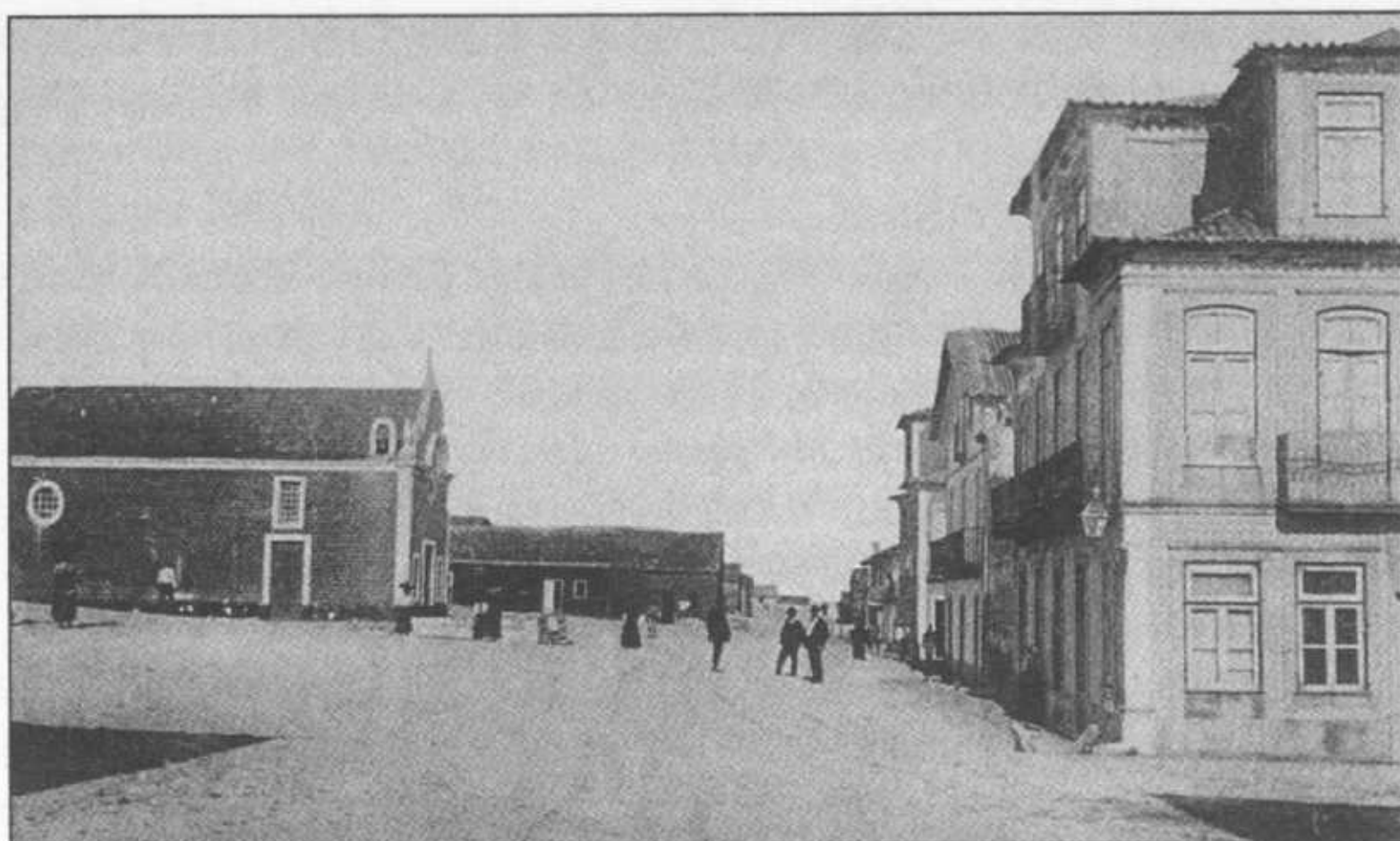
Situa-se a norte da praia, entre a Rua dos Patrícios de Lisboa e a Avenida dos Bombeiros Voluntários do Porto (Avenida Central), ligando a Avenida D. Henrique à Rua Sacadura Cabral.

Na sessão camarária de 14 de Outubro de 1881, atendendo a que *O Comércio do Porto* foi o primeiro jornal que abriu uma subscrição a favor dos incendiados da praia, subscrição que montou a 1.000$000 reis, a Câmara resolveu dar o seu nome à *Rua Nova* (a 1.ª ao norte paralela à Avenida Central), mais tarde também conhecida por *Rua da Capela Nova*, por nela, ao fundo e a poente, ter estado edificada a Capela do mesmo nome de 1889 a 1958.

A Rua do Jornal O Comércio do Porto
ainda com a Capela Nova do Mar.

– *Praça D. Maria Pia*

O Largo da Capela do Senhor da Piedade, no Furadouro, recebeu em 1881 o nome de Praça D. Maria Pia, em agradecimento ao facto desta Rainha ter mandado dar do cofre dos inundados a quantia de 1.000$000 reis aquando do incêndio de 31 de Julho desse ano.

Um postal – edição de Silva Cerveira –, mostra-nos o Largo D. Maria Pia, tendo a norte a Capela Nova e a nascente a Avenida Central (com o prédio da família Bonifácio).

Largo D. Maria Pia e Capela Nova.
Edição – Silva Cerveira – Ovar

Atrás da Capela Nova seguem-se vários prédios, que, como a capela, desapareceram na totalidade.

Na sessão de 10 de Outubro de 1910, por proposta do vogal Manuel Pereira Dias, a Câmara deu a esta praça o nome do fundador da república – *Machado dos Santos*.

Em 1939, com o avanço do mar, o largo deixou praticamente de existir.

A Rainha D. Maria Pia com trajo de varina num baile de Carnaval na Ajuda.
In*:* Revista «Arquivo Nacional»*, de 24/2/1933*

A Rainha D. Maria Pia de Sabóia (Turim, 1847 - Piemonte, 1911) o *Anjo de Caridade*, filha do Rei de Itália, Vítor Manuel, casou com o Rei D. Luís, sendo muito estimada pelo povo, a quem concedia muitas esmolas e donativos, levando socorros onde a voz dos sinistrados se levantava a suplicar.

A 25 de Setembro de 1887, a Câmara *progressista*, presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, dispensou ao Rei D. Luís I e à Rainha D. Maria Pia de Sabóia uma manifestação imponentíssima na estação de Ovar.

Visconde de São Bernardo (1881)

A Bernardo Ferraz de Abreu, negociante e proprietário no Rio de Janeiro, foi-lhe concedido, por decreto de 15 de Dezembro de 1881, o título de *Visconde de São Bernardo*, «em recompensa de ter benemeritamente mandado fazer à sua custa grandes obras na igreja de Tadim» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 27.º).

Faleceu no Brasil e sua mulher, a *Viscondessa de São Bernardo*, Ana Joaquina Ferraz de Abreu, natural do Brasil, terminou os seus dias no Furadouro, a 4 de Setembro de 1890, com 67 anos.

A Conservatória do Registo Predial (1882) – o 1.º conservador, o dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia

Em 1882 foi criada a Conservatória *privativa* do Registo Predial, cujo serviço estava a cargo da Administração do Concelho. Na primeira semana de Outubro de 1900 foi transferida dum compartimento do rés-do-chão da casa Camarinha, na Rua da Graça, e instalada no rés-do-chão dos Paços do Concelho onde se manteve até 24 de Junho de 1966, data em que se inaugurou o novo tribunal judicial.

Relação dos conservadores do registo predial

1. *Dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia* (30/3/1882)
2. *Dr. José António de Almeida* (30/12/1907)
3. *Dr. Manuel Ferreira Diogo* (5/2/1933)
4. *Dr Joaquim Carlos de Sousa Júnior* (3/1/1938)

Natural do Funchal (1908-†1957, com 48 anos), casou (1942) com Maria Bárbara da Gama Barbosa Quadros Almeida, filha daquele 2.º conservador, dr. José António de Almeida, e de sua mulher Maria Emília Barbosa de Quadros Almeida.

5. *Dr. Raúl Goulart de Ávila* (7/2/1958)

Nomeado interinamente para idêntico lugar em Viana do Castelo, foi substituído pelo dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy, que tomou posse como *interino* a 27 de Junho de 1959.

6. *Dr.ª Maria Sofia Sampaio Ramos* (3/8/1961)

7. *Dr.ª Maria Eugénia da Cruz Pires dos Reis Moreira* (30/10/1974)
Foi a 1.ª juíza (suplente) em Ovar, como conservadora do registo predial.

Entre os ajudantes da Conservatória do Registo Predial merecem referência Carlos Ferreira Malaquias, que tomou posse a 20 de Março de 1899, e seu filho Antero Ferreira Malaquias, radicado na Repartição desde 11 de Outubro de 1935.

O primeiro semanário - *O Ovarense* (1883-1921). A imprensa em Ovar. Jornalistas

O primeiro semanário de Ovar data de 22 de Julho de 1883, dia em que nasceu no prédio de Manuel José Soares dos Reis, o *Matacães*, no Largo de S. Miguel, *O Ovarense*.

Este semanário, que se afirmava político, noticioso, comercial e agrícola, requereu a 20 de Julho à Câmara Municipal o extracto das suas sessões ordinárias e extraordinárias, o que lhe foi deferido na sessão de 27 do mesmo mês. No seu quarto número, porém, *O Ovarense* censurou a Câmara pela violência feita aos proprietários de cabras que tinham sido intimados a retirarem-se para fora do concelho no prazo improrrogável de 48 horas (a censura era justificada, dado que 30 dias depois o Presidente da Câmara deixava voltar as cabras ao concelho). O Presidente dr. Manuel Arala, na sessão de 24 de Agosto, alegando que no semanário «se apreciava falsa e dolosamente um acto desta câmara, e que não achava regular que se fizesse isto no próprio jornal em que se publicava o extracto das sessões da câmara» e entendendo «que se devia deixar ao mesmo jornal a apreciação dos actos desta câmara conforme lhe aprouvesse, deixando-o recorrer-se das informações que quiser e que a lei lhe faculte para que ele mais livremente o possa fazer», propôs «que por dignidade desta corporacão, devia deixar de dar-se aqueles extractos».

Manuel José Soares dos Reis, editor e proprietário d'*O Ovarense*, ainda dirigiu dois requerimentos à Câmara, num dos quais pedia licença para colocar à sua custa uma mesa e assento em qualquer lugar dos Paços do Concelho donde pudesse com facilidade e comodidade tirar os apontamentos das deliberações camarárias, mas não obteve resposta favorável, continuando a Câmara a negar o extracto das suas deliberações.

Foi o fim do mundo! *O Ovarense*, que aguardava a primeira oportunidade para desancar os *aralistas* camarários, passou manifestamente ao ataque: a Câmara, procedendo como procedeu, criou em muitos espíritos uma desconfiança, uma suspeita pelos actos da administração. Já que a Câmara procurava tratar dos negócios municipais à porta fechada – caso único, excepcional! – *O Ovarense* iria fazer a sua autópsia e retalhar sem dó nem piedade; o acto da Câmara era altamente censurável e *O Ovarense* iria provar que a vereação aralista «de preferência tem tratado e trata sempre é da política do campanário; servir compadres e afilhados que perfilhem o mesmo credo e sejam iniciados nos mesmos segredos» (*Ovarense*, de 20/9/1883).

Os jornais da oposição, de Lisboa e da província, aproveitaram o facto para atacarem os regeneradores e *O Povo de Aveiro* proclamava da capital do distrito: – «A

aludida vereação talvez receie mostrar à luz pública gratificações, pingues ilegais; padrinhagem a empreiteiros; *enganos* de contabilidade... e talvez alguma grande (?)...».

A arbitrariedade camarária de 24 de Agosto iria levantar contra o chefe dos regeneradores locais, dr. Manuel Arala, o *Régulo do Mato Grosso*, como a oposição o cognominou (por ser vizinho do *Mato Grosso*, isto é, da *estrumada*, e paladino inabalável da sua conservação), a maior, a mais irreverente, exagerada e destruidora campanha que até hoje Ovar apreciou.

Os dois grandes demolidores do caciquismo político aralista foram o dr. José Lopes Godinho de Figueiredo, usando o pseudónimo de *ARTUR TRAMPOLINA*, e João Rodrigues de Oliveira Santos, o *ALFREDO TIMBYRA*.

A 21 de Outubro de 1883 *ALFREDO TIMBYRA* publica a 1.ª poesia contra o dr. Manuel Arala, Presidente da Câmara e deputado:

Com gesto irado e facundo
D'injúrias grossas, atrozes,
Trata o Reg'lo todo o mundo,
Nos seus momentos ferozes.

Nem mesmo aos seus porta-voz
Perdoa o Reg'lo iracundo:
Sobre a partilha das nozes
Há já desgosto profundo.

E outras se seguiram do mesmo *ALFREDO TIMBYRA*:

Dizem que lá pela Europa
São puramente honorários
Os serviços camarários...
Pois disso cá não se topa!

Meter prego sem estopa
Não o fazem salafrários,
Quanto mais os funcionários
Que sabem molhar na sopa!

O que cá temos no oficio,
Para bem nos fazer a poda,
Quis o cargo *vitalício*,

É que isto de andar à roda
Faze-o qualquer simplório,
Este não que a *sabe toda!*

In: *O Ovarense*, de 29/11/1883

Quando o Reg'lo falou no parlamento,
(E entre as suas máximas façanhas
Não há outra de igual atrevimento!)
Causou a todos impressões estranhas...

Discurso inexorável, truculento!...
(Foi sobre a questão magna das castanhas)
Pasmam d'ouvi-lo os *nobres* de S. Bento,
Caem do tecto as tímidas aranhas!

Mas eis que um membro antigo do congresso,
De presença benévola e discreta,
Do mundo espanto, enfim, corrige o excesso:

Levando aos olhos vivos a luneta,
Pergunta a meia voz, com ar travesso:
Ó colegas, – quem é este pateta?

In: *O Ovarense*, de 2/12/1883

Eleições sumárias e... telegráficas

No dia aprazado,
Com seis pataratas
E vinho e torresmo,
Ele entra o senado,
Fabricam-se as actas,
Elege a si mesmo;
E frases sumárias
Depois, pelo fio,
Transmite o pelego!
«Venci camarárias,
povo nem pio,
Completo sossego!».

In: *O Ovarense*, de 23/12/1883

O Ovarense, denominado pelos regeneradores o *papel d'Arruela*, o *Uivarense*, o *Konspicuo*, criou fama pela bordoada verbal, pela polémica do arrocho e do estadulho, pela sua linguagem desbragada, pela troça, pelos impropérios e grosseirismos, procurando, especialmente no clima de políticas exaltadas que caracteriza os anos de 1883 a 1886 em Ovar, achincalhar, descompor, ridicularizar o *aralismo*, alvejando pessoalmente o seu chefe, o dr. Manuel Arala, e os seus mais importantes correligionários, muitas vezes sem sombra de respeito pela verdade ou pela pessoa do adversário.

Era necessário vencer a todo o custo, correr os regeneradores da Câmara Municipal. Para tanto desceu-se à insinuação torpe, à crítica demolidora, do bota-abaixo incondicional, violenta, destrutiva, maledicente e malevolente, ao enxovalho, à calúnia, à chacota venenosa, aos jogos de palavras reles. De tudo isto temos exemplos nas poesias contra *O Régulo*.

Para ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), «*O Ovarense* foi uma folha intrépida, agressiva, cáustica, ultrapassando a mais lata tolerância em matéria de polémica jornalística».

ALFREDO TIMBYRA, em Abril de 1885, publicou a seguinte poesia intitulada *O Régulo e o Ovarense*:

Ó sentinela! ó gazeta!
Ó arma sempre apontada!
Bomba que estoura inesp'rada
Aos pés do perverso! – Seta,

Que o fere n'alma danada!
Voz que o perturba e inquieta!
Pregão que impede e que afecta
Arranjos pela calada.

Campeão indispensável
Dum povo triste e oprimido!
Advogado incansável

Do bom direito! – Sentido!...
Já rue a Aringa execrável!
Vai baquear o bandido!

A bordoada diminuiu e rebaixou Ovar cujo povo, indiferente, divertido ou enojado, assistiu a tais manifestações de primitivismo mental.

O Ovarense, que principiou por ser o porta-voz indirecto do *partido progressista* local (1883-1886) e a partir de 26 de Setembro de 1886 o seu órgão, defendeu muito mais tarde (desde 1905), «por gratidão de quem o inspirava», o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, a política do *partido progressista dissidente*.

Refere o dr. ZAGALO DOS SANTOS que «em 1893 ou 1894, embora não ostensivamente, tomou a sua direcção o dr. Francisco Fragateiro, vindo do *Povo de Ovar*».

Com a queda do *aralismo*, para a qual contribuiu eficazmente *O Ovarense*, este semanário passou a defender os novos governantes locais, as câmaras *progressistas* presididas pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, António Soares Pinto e dr. António Joaquim de Oliveira Valente, e o novo deputado do círculo de Ovar, o progressista dr. Barbosa de Magalhães.

Com 37 anos, viria a terminar a 24 de Julho de 1921, cerca de cinco meses depois do falecimento do seu proprietário, Plácido Augusto Veiga.

Este jornal polémico, que atingiu brilhantismo quando orientado *na sombra* pelo dr. Francisco Fragateiro, teve a sua redacção no Largo de S. Miguel, na Rua da Praça, na Rua dos Ferradores (na tipografia *Ovarense*, daquele Plácido Augusto Veiga), e, finalmente, na Rua Elias Garcia, na casa onde esteve a latoaria Capoto.

Foram seus directores e proprietários Manuel José Soares dos Reis e Plácido Augusto Veiga. Este, natural de Viseu, que em 1892 casou com Maria José dos Santos, aderiu à república (1910), e veio a falecer a 3 de Dezembro de 1921. Sua filha, Rosa Maria Gomes Veiga, casou com o distinto funcionário público José Rodrigues de Pinho, que foi Director de Finanças do Distrito do Porto.

Colaborou neste semanário o padre Manuel Rodrigues Lírio e nele escreveu artigos de doutrina política o dr. Antero Garcia de Oliveira Cardoso (*Baldaia*).

Dos principais semanários ovarenses daremos ao longo desta *História de Ovar*, na altura própria, notícia pormenorizada, destacando a sua independência ou orientação política (representantes de partidos, de facções ou até somente de personalidades), o seu carácter religioso ou anticlerical e as grandes polémicas que sustentaram, entre as quais são de salientar a d'*O Povo de Ovar* contra *O Ovarense* (dr. Francisco Fragateiro contra os progressistas) e a d'*A Defesa* contra *A Pátria* (republicanos conservadores contra os democráticos).

Por ora limitar-nos-emos a fazer uma síntese da imprensa ovarense.

A 22 de Julho de 1883, como referimos, nasceu no Largo de S. Miguel o primeiro semanário local, *O Ovarense*, porta-voz indirecto do partido progressista. O periódico, que não tinha outro intuito senão ajudar a demolir o *aralismo*, isto é, o dr. Manuel Arala, que a esquerda monárquica denominava *O Régulo*, e os seus correligionários regeneradores, depreciativamente apelidados de *canchingós*, de 1883 a 1886, ano da queda daquele político, desancou e ridicularizou a direita monárquica local.

Em 1886, num clima de políticas exaltadas que então caracterizava Ovar, o dr. Francisco Fragateiro funda *O Povo de Ovar* e, aliando-se aos aralistas no célebre *pacto de Cabanões*, quando foi obrigação dos Fragateiros e do dr. Manuel Arala *engolir sapos vivos*, como preço para o combate aos caceteiros, ataca no seu semanário os progressistas, então denominados por *limonadas*, que a partir de 26 de Setembro daquele ano têm como órgão oficial *O Ovarense*, que continua a destruir o caciquismo político aralista.

Com os progressistas no poder, e atacados sistematicamente pelo semanário *O Ovarense* e já sem o apoio do dr. Francisco Fragateiro e do seu formidável jornal de combate, os regeneradores, a 18 de Fevereiro de 1892, fazem sair *A Folha de Ovar*, que viverá até 1895, ano em que o seu redactor, Manuel Gomes Dias, o *Manduca*, cansado da política *brava* concelhia, das condenações e das prisões sofridas, se retira para o Brasil.

Os regeneradores não amolecem e fazem, então, suceder a este periódico *A Discussão*, a 7 de Julho de 1895, que na sua vigência de 23 anos aderirá às cisões *vilhenista* e *teixeirista* do partido, e, na república, ao *evolucionismo*.

Como *O Ovarense* deixàsse em 1905 de ser o órgão do partido progressista, passando a *alpoinista* com o dr. Francisco Fragateiro, os progressistas viram-se obrigados a publicarem um novo semanário, *O Jornal de Ovar*, de 13 de Maio de 1906, orien-

tado politicamente pelo dr. Joaquim Soares Pinto e tendo como testa de ferro Augusto da Costa e Pinho.

Entretanto, a 30 de Abril de 1908, começa a circular *A Pátria*, órgão republicano local, partido burguês, anticlerical e antimonárquico, mas também anti-socialista e nacionalista ferrenho – daí a designação dada ao semanário pelo dr. Domingos Lopes Fidalgo –, periódico que em 1911, quando da divisão entre moderados e radicais, acompanhou os democráticos do dr. Afonso Costa.

No final da monarquia, a 16 de Setembro de 1909, os franquistas fazem sair o *Regenerador Liberal*, órgão da extrema-direita monárquica, que ataca e é atacado pela restante imprensa ovarense, monárquica e republicana.

Se os semanários na monarquia (1883-1910) se tinham caracterizado sem excepção pela bordoada verbal, pela polémica levada aos últimos limites, mas também pela liberdade de ataque às instituições, na república, quanto a este último aspecto, tudo mudou.

Os periódicos monárquicos que aderiram ou se acomodaram à república foram mais ou menos tolerados pelos republicanos locais, mas os que directa ou mesmo indirectamente tentaram fazer a apologia do regime monárquico foram implacavelmente perseguidos e banidos do convívio jornalístico ovarense.

Quatro semanários conservadores e monárquicos, que apareceram em 1911, a *Revista de Ovar*, a *Semana de Ovar*, o *Semanário de Ovar* e *A Liberdade*, foram suprimidos arbitrariamente, com o regozijo d'*A Pátria*, pelas autoridades locais, na primeira perseguição à imprensa em Ovar.

Órgão dessa intolerância, *A Pátria* foi também o órgão vigilante da pureza da fé republicana, e só a 1 de Janeiro de 1914 deixou *passar* o *João Semana*, feito praticamente em Viseu, e que é actualmente o mais idoso periódico local.

Com o *25 de Abril* de 1974, com os novos directores dr. Urgel Militão e José Casaca, veio a transformar-se, pela mão do dr. Manuel Pires Bastos, Abade da freguesia de S. Cristóvão, num quinzenário arejado, dinâmico e largamente noticioso.

Fundado a 2 de Novembro de 1919, o partido republicano liberal, os moderados lançam a 6 do mesmo mês *A Defesa*, e, atiçados pelo dr. Francisco Fragateiro e pelo padre Manuel Lírio, atacam, num misto de vivacidade, ironia e chacota, *A Pátria* e os democráticos.

Com o *28 de Maio* de 1926, e o silêncio que se lhe seguiu, *A Pátria* tem os dias contados. *Quem com ferro mata com ferro morre*, e a 30 de Setembro de 1928 é o fim.

Para ocupar o seu lugar, embora com as contingências que o novo regime impõe, Manuel Augusto Nunes Branco, num acto de indiscutível coragem política, para além do interesse da sua Imprensa Pátria, fez sair a 30 de Maio de 1929, na ditadura militar, *O Povo de Ovar*, o segundo deste nome, que no início de 1942, por influência e vingança dos nacionalistas, termina os seus dias.

E de 1942 a 1948 Ovar, que em 1910 teve cinco semanários, e todos de combate e com boa colaboração, ficou reduzida àquele *João Semana*, mais visiense que ovarense.

A 16 de Setembro de 1948, António Coentro de Pinho funda o *Notícias de Ovar* que, com mais ou menos esforço do seu proprietário e dos seus herdeiros, se mante-

ve até ao final de 2000, continuando, com bairrismo persistente, as campanhas em prol de Ovar e dos ovarenses encetadas pela *Pátria* e pelo *Povo de Ovar* (o 2.º).

Até Fevereiro de 1983 Ovar teve dois jornais: o *Notícias de Ovar*, da *direita*, da Família Coentro de Pinho, e o católico *João Semana*, que deixara de ser uma folha retintamente conservadora, de pouco ou nenhum interesse, para se tomar, pela mão do dr. Manuel Pires Bastos, um espaço da Igreja, aberto e contemporizador, amplamente noticioso, batendo-se pelos mais necessitados e pelos interesses mais concretos dos povos do concelho de Ovar. Bem orientado e bem dirigido, o *João Semana* tornou-se, também, um jornal apartidário, ou, pelo menos, equidistante das políticas locais.

Daí que à *esquerda* ovarense continuasse a faltar, desde 1942, uma publicação que defendesse os seus ideais.

A *direita* e a *esquerda* tiveram em Ovar, na Monarquia Liberal, na Primeira República e até em parte do Estado Novo, órgãos que, mais ou menos, defenderam os seus pontos de vista.

Na *Monarquia Liberal*, a *direita monárquica regeneradora* teve *A Folha de Ovar* (1892-1895), de Manuel Gomes Dias, *A Discussão* (1895-1910), e o *Regenerador Liberal* (1909-1910), da Família Peixoto. A *esquerda monárquica progressista* atacou e defendeu-se, por sua vez, nos jornais *O Ovarense* (1883-1910), *O Povo de Ovar* (1886-1893), do dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, e *Jornal de Ovar* (1906--1910), de Augusto da Costa e Pinho.

Na *Primeira República*, a *esquerda* revia-se no jornal *A Pátria* (1910-1926) enquanto a *direita* lutava no *João Semana* (1914-1926), e no órgão dos republicanos liberais, *A Defesa* (1919-1921).

Com o *Estado Novo*, a *direita* continuou com o *João Semana* (1926-1974), e teve o *Notícias de Ovar* (1948-1974). A *esquerda* conseguiu aguentar *A Pátria* durante dois anos (1926-1928) e fundou *O Povo de Ovar* (1929-1942), da Família Nunes Branco.

Com o desaparecimento deste segundo *Povo de Ovar*, e até 1983, a *esquerda* em Ovar ficou sem porta-voz durante mais de 40 anos! Este só apareceu, a 25 de Fevereiro de 1983, com o *Terras do Var* (1983-1993), tendo como director o dr. Carlos Mendonça, advogado natural da freguesia de Válega.

A 21 de Outubro de 1988 surgiu o segundo *Jornal de Ovar*, inicialmente de tendência social-democrata; e, a 13 de Dezembro de 2000, o semanário independente *Praça Pública*.

1. ***Relação dos jornais pelo seu aparecimento***

Jornais	Política	1.º número	último número
O Ovarense	progressista	22/7/1883	24/7/1921
O Correio do Porto	progressista	9/3/1885	-
O Povo de Ovar	independente	25/7/1886	1/1/1893
A Folha de Ovar	regeneradora	18/2/1892	27/6/1895
A Discussão	regeneradora	7/7/1895	19/1/1919
Jornal de Ovar	progressista	13/5/1906	21/7/1912

Jornais	Política	1.º número	último número
A Pátria	republicana	30/4/1908	30/9/1928
O Charadista	-	11/6/1908	21/1/1909
A Pérola	-	4/2/1909	15/5/1910
Regenerador Liberal	franquista	16/9/1909	10/11/1910
O Cristianismo	conservadora	6/3/1910	6/6/1910
Revista de Ovar	monárquica	17/11/1910	19/4/1911
Semana de Ovar	monárquica	27/4/1911	*único número*
Semanário de Ovar	monárquica	4/5/1911	*único número*
A Liberdade	monárquica	18/5/1911	1/6/1911
O Correio de Ovar	independente	25/12/1912	12/5/1913
João Semana	conservadora	1/1/1914	*em publicação*
O Ideal Vareiro	independente	1/6/1916	5/6/1918
Mensageiro Paroquial	conservadora	31/12/1916	7/1/1917
Gazeta de Ovar	independente	1/1/1919	6/4/1919
A Defesa	republ. liberal	6/11/1919	19/6/1921
O Povo de Ovar	republicana	30/5/1929	1/1/1942
O Ideal Vareiro	independente	1/1/1933	15/4/1933
Notícias de Ovar	nacionalista	16/9/1948	28/12/2000
Terras do Var	democrática	25/2/1983	25/2/1993
Jornal de Ovar	social-democrata	21/10/1988	*em publicação*
Praça Pública	independente	13/12/2000	*em publicação*

2. ***Relação dos jornais pela sua duração***

Jornais	Anos	Meses	Semanas
João Semana	87 (em 2001, em publicação)		
Notícias de Ovar	52	3	2
O Ovarense	37	11	3
A Discussão	23	5	3
A Pátria	20	5	-
O Povo de Ovar (2.º)	12	7	-
Jornal de Ovar (2.º)	12 (em 2001, em publicação)		
Terras do Var	10	-	-
O Povo de Ovar (1.º)	7	-	-
Jornal de Ovar (1.º)	6	2	1
A Folha de Ovar	3	4	1
O Ideal Vareiro (1.º)	2	-	-
A Defesa	1	7	2
Regenerador Liberal	1	-	-
O Charadista	-	7	1

Jornais	Anos	Meses	Semanas
Revista de Ovar	-	5	-
O Correio de Ovar	-	4	2
O Ideal Vareiro (2.º)	-	3	2
A Pérola	-	3	1
Cristianismo	-	3	-
Gazeta de Ovar	-	3	-
A Liberdade	-	-	3
Semana de Ovar	-	-	1
Semanário de Ovar	-	-	1

3. ***Número de jornais de Ovar, com referência ao 1.º de Dezembro***

Ano	Número
1883	1
1890	2
1900	2
1910	5
1920	4
1930	2
1940	2
1945	1
1950/1982	2
1990	4
2000	4

Jornalistas ovarenses brilhantes foram: João de Oliveira Ramos (1835-1909), o *Pai Ramos*; Francisco da Silva Carrelhas (1854-1929), o *Chico Carrelhas*; dr. Francisco Fragateiro (1863-1924); Hugo de Noronha (1864); e o dr. José d'Arruela (1881-1960).

No dia 16 de Maio de 1926, o parlamentar dr. José Pontes e oito jornalistas de Lisboa - entre eles, Norberto Lopes e Reinaldo Ferreira, o *Repórter X* –, visitaram Ovar, o Furadouro e deram um passeio na ria.

A 27 e 28 de Junho de 1953, por iniciativa do dr. Albino Borges de Pinho, Presidente da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, visitou esta cidade uma brilhante embaixada constituída por dezenas de figuras salientes dos meios jornalístico e radiofónico de Lisboa e Porto, e por adidos da imprensa às embaixadas e legações estrangeiras da capital.

A convite do Presidente da Junta de Turismo do Furadouro, dr. Eduardo Lamy Laranjeira, visitou a praia do Furadouro e a ria, no verão de 1955, o escritor e jornalista Adelino Mendes (†1963), *terrível editorialista* (MARCELLO CAETANO) do *Século*.

Aquando das Comemorações Conjuntas, a 19 de Dezembro de 1971, proferiu, no salão nobre da Câmara Municipal, uma palestra o jornalista desportivo de *A Bola*, Vítor Santos.

A questão médica (1883-1903) – o dr. Nogueira de Almeida

O dr. António Pereira da Cunha e Costa, chefe do partido progressista local, exercia dois cargos: o do *partido de medicina*, para o qual fora nomeado na sessão de 23 de Agosto de 1872, com a obrigação de curar gratuitamente todos os enfermos pobres do concelho, quer no hospital, quer em suas casas, quando o mandassem chamar (haviam concorrido ao lugar seis médicos!), e o de *subdelegado de saúde* do concelho, este desde 2 de Outubro de 1875. O lugar anteriormente tinha sido ocupado pelos drs. Manuel Pereira Zagalo (1872) e António Isaac Teixeira de Pinho.

O dr. Cunha e Costa devia assim os dois lugares a câmaras *aralistas-reformistas*. Porém, melindrado com uma medida do dr. Manuel Arala referente ao hospital que a Câmara administrava, levantou o pendão da oposição contra os regeneradores locais.

Dividiremos a história da deterioração das relações amigáveis entre os drs. Cunha e Costa e Manuel Arala em duas partes – a do partido médico e a de subdelegado de saúde do concelho.

Quanto ao partido médico:

A 24 de Agosto de 1883 as Juntas de Freguesia de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Vicente de Pereira e Válega informam a Câmara aralista de que o médico dr. Cunha e Costa não se deslocava a essas freguesias para ver os doentes pobres. Em face desta informação a Câmara, a 1 de Abril de 1884, suspende definitivamente o médico de todos os seus vencimentos e, na sessão de 2 de Maio, dados os muitos abusos cometidos pelo mesmo, na admissão de doentes no hospital, resolveu que se não assinasse bilhete algum de admissão a esse estabelecimento de caridade que fosse requisitado pelo dr. Cunha e Costa. Os regeneradores propagam, então, que este médico se introduzia nas casas mais importantes da vila, onde estava sempre pronto a prestar serviços clínicos, mas que os pobres tinham de aguardar muitos dias a sua visita; que se pagava caro dos seus serviços e que não ia às aldeias. Na sessão de 20 de Julho a Câmara resolve não pagar o ordenado ao dr. Cunha e Costa.

A 13 de Março de 1885 a Câmara cria um partido de 300$000 reis, sem outra condição que não seja a de residir na vila; é o que a oposição progressista denomina o *partido imoral*. Na sessão camarária de 21 de Abril, é nomeado para este partido de medicina e cirurgia o dr. António Pinto de Araújo Ribeiro, da freguesia de Anta, do concelho de Vila da Feira, que não se dando bem com o ambiente político ovarense não torna a esta vila a partir de 26 daquele mês, obrigando a Câmara, a 30 de Junho, a demiti-lo por nunca mais ter comparecido ao serviço.

A 25 de Agosto é nomeado médico do mesmo partido o dr. José Nogueira Dias de Almeida (interino desde 18 do mesmo mês).

Na sessão de 15 de Janeiro de 1886, a Câmara manda ouvir o dr. Cunha e Costa para, no prazo de 4 dias, dizer o que se lhe oferecesse aos factos seguintes: não prestar os seus socorros clínicos à pobreza enferma, levando dinheiro a quem devia socorrer gratuitamente; não dar cumprimento às resoluções da Câmara, antes desacatá-las; não dar cumprimento ao regulamento do hospital camarário, antes o transgredindo em prejuízo e detrimento deste estabelecimento; e ter praticado factos de manifesta hostilidade e agressão contra a Câmara perdendo para sempre a sua confiança.

Como o dr. Cunha e Costa se negasse a assinar a intimação, a Câmara na sessão de 29 do mesmo mês demite-o provisoriamente, demissão que é aprovada por acórdão da comissão distrital de 3 de Fevereiro e que se torna efectiva a partir do dia 6. E, para finalizar, a câmara a 19 de Fevereiro suprime o partido de 250$000 que pertencera àquele médico.

A 10 de Maio, porém, a junta anula a demissão, por ilegal e arbitrária, e a suspensão do partido e manda reintegrar o dr. Cunha e Costa.

Dr. José Nogueira Dias de Almeida. In: João Semana, *de 15/6/1983*

Demitido por uma câmara *aralista*, o dr. Cunha e Costa é reintegrado no ministério progressista de José Luciano de Castro. A câmara *regeneradora* ficou desautorizada e nada mais pôde fazer.

A 5 de Janeiro de 1887 a câmara *progressista* suspende por 60 dias o dr. José Nogueira Dias de Almeida, a 24 suspende-o indefinidamente, e a 3 de Agosto demite-o. Entretanto, a 3 de Fevereiro, o dr. António Pereira da Cunha e Costa, então Presidente da Câmara, renuncia à reintegração no partido médico e aos ordenados vencidos da data da demissão, pretendendo e obtendo somente os ordenados desde a data da suspensão à data da demissão.

A 1 de Maio de 1888 a questão médica é focada na Câmara dos Deputados pelo *progressista* dr. José Maria Barbosa de Magalhães:

«Ora eu vou dizer à Câmara, em duas palavras, qual foi a gota de água que fez transbordar a taça de tantas iniquidades. E digo-a, porque ela dá a medida exacta de todas as outras.

Há em Ovar um homem que, pela instrução do seu espírito, pela nobreza do seu carácter e pela excelência do seu coração, se impõe ao respeito, à estima e à veneração de todos *(o dr. António Pereira da Cunha e Costa)*.

Esse homem, que é hoje benemérito presidente da câmara municipal daquele concelho, e chefe ilustre do partido progressista de Ovar, era então médico do partido mu-

nicipal; e, embora convictamente afeiçoado às ideias progressistas, não dera nunca manifestação alguma pública das suas opiniões políticas, e sempre se mantivera arredado das lutas partidárias locais.

Uma noite foi chamado a altas horas para assistir ao parto laboriosíssimo de uma senhora, que era filha dum dos membros mais ferrenhos e valiosos do partido regenerador, mas que era também esposa de um dos mais dedicados e distintos membros do partido progressista.

Para salvar a mãe e a filha de uma morte iminente, teve o médico absoluta necessidade de instrumentos cirúrgicos, que só havia no hospital da câmara, e mandou-os buscar à pressa; mas o enfermeiro declarou que os não podia entregar, porque o presidente da câmara lhe proibira de os emprestar àquele médico.

O médico correu então ao hospital, trouxe os instrumentos, sob sua responsabilidade, salvou com eles a vida da parturiente, e restituiu-os logo.

Pois querem v. ex.ª e a câmara saber o que no dia seguinte fez o presidente da câmara municipal e chefe do partido regenerador? (*o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa*). Suspendeu o enfermeiro e demitiu o médico, sem forma alguma de processo e sem o ouvir, do partido camarário, em que foi depois reintegrado pela junta geral.

Imagine-se a indignação profunda que este acto, depois de muitos outros igualmente horrorosos, causou em todo o concelho. Já era demais. A população inteira, cansada da horrível opressão em que vivia, ergueu-se como um só homem, pôs à sua frente aquele médico distinto e cavalheiro respeitável, que idolatrava, e correu à conquista da sua emancipação política e social de que saiu vitoriosa.

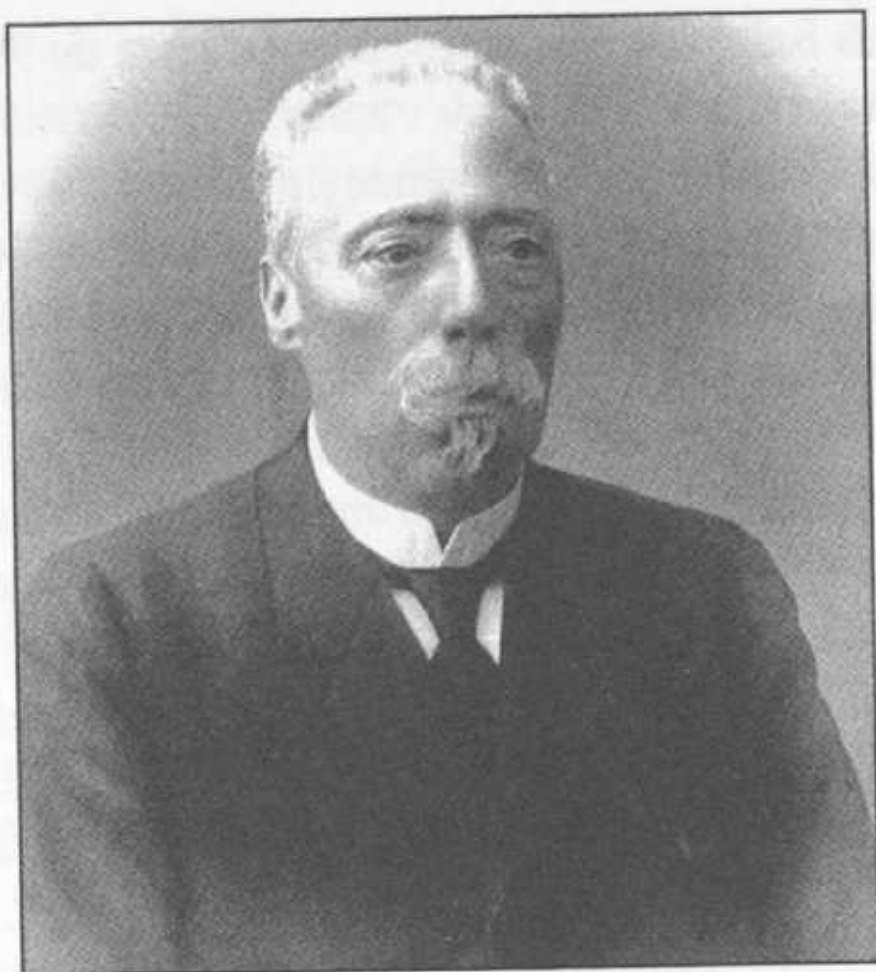
Aqui têm os ilustres deputados da oposição a vida e a morte do partido regenerador em Ovar; aqui têm o que são e o que valem os seus famosos correligionários» (*Apoiados*) – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 1 de Maio de 1888.

O acórdão de 26 de Fevereiro de 1889, do tribunal administrativo do distrito, é favorável ao dr. Nogueira de Almeida no que se refere à reclamação contra a deliberação de 3 de Agosto de 1887, dado que a demissão deste médico fora proferida sem a sua prévia audiência e com violação das leis sobre administração pública. A câmara *progressista* não perde tempo... e demite, na sessão de 20 de Março, pela segunda vez, o dr. Nogueira de Almeida, que terá a seu favor um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 26 de Abril.

A 15 de Setembro de 1890 entra para médico municipal o dr. João de Oliveira Baptista, que fora vice-presidente duma câmara *progressista* no triénio de 1887-1889.

O Povo de Ovar, de 17 de Agosto de 1890, noticiava: – «Ultimamente pôs-se a concurso um novo partido médico. Este partido foi desde logo destinado ao dr. João de Oliveira Baptista. E caso para se dizer não é um médico a concorrer a um partido – é um partido a concorrer a um médico».

Filho do boticário João Baptista de Oliveira Gomes e de Rita Ermínia de Cássia Lopes, o dr. João de Oliveira Baptista nasceu em Ovar, em 1845, e, licenciado em medicina (1873), casou com Felicidade Augusta Rifa da Gama Baptista, filha de Bernardo Maria da Gama e Sousa e de Barbosa Inocência Felicidade Rifa da Gama.

Este médico, que foi vice-presidente duma câmara *progressista* presidida pelo dr.

Dr. João de Oliveira Baptista. 1845-1928

António Pereira da Cunha e Costa (triénio de 1887/1889), entrou para médico municipal (7 de Outubro de 1890), por serviços prestados ao partido progressista, tendo sido aposentado desde 13 de Junho de 1921.

Veio a falecer na sua casa da Praça da República, a 16 de Novembro de 1928, com 83 anos; sua mulher falecera na mesma casa, com 70 anos, a 10 de Fevereiro de 1909.

Filhos do casal dr. João/Felicidade Augusta:

– Bárbara Ermínia da Gama Baptista, que casou com o escrivão de direito António de Sá Fragoso (Filho deste casal – dr. António Augusto Baptista Fragoso).

– Carlos Alcântara Rifa da Gama Baptista, farmacêutico, que casou com Beatriz Soares da Gama Baptista (Filhos deste casal – Carlos, João e Beatriz, esta que casou com o dr. Manuel da Silva Pereira, o *dr. Pereira Morgado*, o célebre *Pereira das Forças*); e

– Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão, que foi a 1.ª mulher do escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto Camarinha Abragão.

Na sessão de 19 de Janeiro de 1891, da câmara *progressista* presidida por António Soares Pinto, é nomeado médico dum partido de medicina com sede na vila o dr. António Pereira da Cunha e Costa.

Extintos os tribunais administrativos, baixou ao juízo de direito da comarca de Ovar o recurso da segunda demissão imposta pela Câmara ao dr. Nogueira de Almeida. A Câmara alegava que este médico não tinha feito, durante mais de três meses, a visita diária ao hospital, sem licença ou motivo justificado; o médico retorquia alegando que se em fins de 1886 deixara de fazer a visita ao hospital foi porque a isso obstaram, por meio de arruaças e bombas, os desordeiros filiados no grupo político do médico dr. Cunha e Costa, com o fim de levarem o reclamante a abandonar o seu lugar, para nele ser provido, como fora, o referido dr. Cunha e Costa. Todavia, acrescentava, durante esses impedimentos fora sempre, a pedido seu, substituído no serviço hospitalar.

O juiz dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro, por sentença de 30 de Maio de 1892, revogou a deliberação camarária.

Em 1899 o dr. Nogueira de Almeida obteve provimento no Supremo Tribunal Administrativo do recurso interposto contra a Câmara, e, na sessão de 16 de Julho de 1902, a câmara *regeneradora*, presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira, decide que o mesmo médico fosse reintegrado no partido médico-cirúrgico municipal e que da folha de vencimentos mensais fosse eliminado o nome do dr. Cunha e Costa, ilegalmente provido no cargo; o dr. Nogueira de Almeida, por haver transitado em julgado o acórdão do S. T. A. que anulara a demissão que lhe fôra imposta a 3 de Agosto de 1887, toma posse do lugar a 22 de Julho.

Por acórdão do S. T. A. de 25 de Junho de 1903 foi negado provimento ao recurso interposto pelo dr. Cunha e Costa contra a Câmara e o dr. Nogueira de Almeida, a respeito da sentença proferida pelo juiz auditor de Aveiro que julgara improcedente a reclamação interposta ante este magistrado pelo mesmo recorrente da decisão camarária da sessão de 16 de Julho de 1902, tomada em obediência a um outro acórdão emanado do mesmo Supremo Tribunal.

A *questão médica*, questão política e de honra, durou nada menos de 20 anos!

Quanto à subdelegacia de saúde do concelho de Ovar:

A 18 de Maio de 1885 o dr. Cunha e Costa foi exonerado deste cargo e nomeado o dr. António Pinto de Araújo Ribeiro que, a 5 de Setembro, é substituído pelo dr. Nogueira de Almeida. Nomeado pelo Governador Civil do distrito, o *progressista* dr. Manuel Firmino de Almeida Maia, o dr. Cunha e Costa é, desde 26 de Março de 1886, novamente o subdelegado de saúde mas, em Novembro deste ano, para poder ser eleito vereador municipal, pede a demissão do cargo.

A 16 de Dezembro de 1886 é nomeado para o lugar o dr. José Duarte Pereira do Amaral, que exerce o cargo durante 42 anos, sendo aposentado em 1929. Sucede-lhe o dr. Álvaro dos Santos Esperança, nomeado na sessão extraordinária da câmara de 4 de Outubro de 1929, e que ocupa o lugar 40 anos. A 23 de Abril de 1970 é, por sua vez, substituído pelo dr. Acácio de Oliveira Valente, médico municipal do primeiro partido.

A Câmara, na sessão de 12 de Outubro de 1974, considerando que não tinha justificação a existência de partidos médicos, deliberou extinguir os partidos médicos de Válega e de Esmoriz, que se achavam vagos.

O dr. José Nogueira Dias de Almeida nasceu a 20 de Janeiro de 1854 na Póvoa da Rainha, aldeia serrana do concelho de Gouveia, distrito da Guarda, filho dos lavradores João de Almeida Dias e de Maria Nogueira de Almeida, e veio para Ovar a pedido do dr. Manuel Arala. A 25 de Agosto de 1885, foi nomeado médico do partido de medicina e cirurgia criado pela câmara *regeneradora*, a 13 de Março desse ano.

Fixou-se em Ovar em má altura, quando *cachingós* (regeneradores aralistas) e *limonadas* (progressistas) se digladiavam disputando, encarniçadamente, o governo do município. Os regeneradores tinham afastado do *partido de medicina* o dr. António Pereira da Cunha e Costa e os progressistas, após a queda do dr. Manuel Arala, não perdoarão essa ofensa ao seu chefe local.

É a *questão médica* já referida, que atingiu o dr. Nogueira de Almeida, de 1887 a 1902. Suspenso (5 de Janeiro de 1887), novamente suspenso, demitido duas vezes, obrigado a recorrer aos tribunais administrativos e ao da comarca, o dr. Nogueira de Almeida só será reintegrado, a 16 de Julho de 1902, por uma Câmara *regeneradora* presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira.

O dr. Nogueira de Almeida casou, a 30 de Abril de 1898, com Maria Eduarda Estevão Arala e Almeida, filha do opulento proprietário dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala e de sua mulher Maria José da Conceição Estevão Folha e Arala.

Este médico que, em 1912, facilitou a construção do novo matadouro, trocando com a Câmara um terreno situado no Casal por outro no Areeiro, foi director clínico do hospital da Misericórdia, de 19 de Janeiro de 1914 a 1917.

Faleceu, com 63 anos, a 11 de Agosto de 1917. Sua mulher falecera, com 41 anos, a 16 de Julho de 1908, na sua casa da Rua da Fonte.

A Assembleia do Furadouro (1883)

Na época balnear de 1882 alguns cidadãos associaram-se para arrendar uma casa na praia do Furadouro onde as suas famílias pudessem reunir-se. Parecendo, porém, a Manuel Fernandes Ribeiro da Costa, que foi vereador em câmaras *aralistas* (1880-1886), que facilmente se podia sustentar uma assembleia naquela praia, construiu um prédio com tal finalidade.

Inaugurada a 2 de Setembro de 1883, a *Assembleia do Furadouro*, veio esta a ter novo edifício em 1891-1892, prédio que em 1957 foi vendido, por 150.000$00, à firma David Dias de Resende & Filhos, da cidade de Ovar.

As eleições de deputados – o quinto mandato do dr. Manuel Arala (1884). O partido progressista (1884-1910). As eleições da Irmandade dos Passos (31 de Maio de 1885). A reunião do Carril (3 de Junho de 1885). As eleições camarárias (1 de Novembro de 1885). dr. José Lopes Godinho de Figueiredo (1880-1885)

A 4 de Novembro de 1883 procedeu-se à eleição da renovação de 3 vereadores efectivos e 3 substitutos da Câmara Municipal. Segundo *O Ovarense* «a votação foi tão concorrida, que apenas votaram os indivíduos que compunham a mesa e alguns que ainda hoje não sabem por quem votaram. Informaram-nos que a descarga fora quase geral como é de costume».

Já as eleições levadas a cabo no mesmo ano para a Junta de Freguesia de Válega redundaram numa derrota para os regeneradores aralistas, tendo os progressistas eleito 4 afectos.

Durante o ano de 1884 a luta no semanário local continuava contra *O Régulo* e seus apaniguados. *Timbyra* e *Trampolina* apelidavam-no de *mandão*, *patrão*, *primitivo gorila*, *velho rinoceronte*, e outros nomes não publicáveis:

Fez um dia o *patrão* as adições:
Da despesa anual do município
E escreveu, por descuido, no princípio:
– *Prático Manual das Eleições* –.

In: *Ovarense*, de 3/8/1884 (*ARTUR TRAMPOLINA*)

O Régulo

Eu era apenas nascido
Quando essa luta rompeu,
– A luta denominada:
Quem há-de comer sou eu.

Alguns velhos 'inda falam
D'esse tempo com horror;
E que, por mal de pecados,
O Reg'lo foi vencedor!

Tinha por arma a calúnia
Com seu veneno sumário;
Logo, de dor e desgosto,
Morreu um chefe contrário (*João de Castro Corte-Real*)

Outro, pobre, retirado,
Pouco lhe sobreviveu... (*dr. João Frederico Teixeira de Pinho*)
Em suma, basta saber-se
Que o Reg'lo foi *quem comeu.*

Hoje velho, quase podre,
Inda dispõe como dono...
Quando eu era pequenino
O Reg'lo subiu ao trono.

In: *Ovarense*, de 26/10/1884 (*ALFREDO TIMBYRA*)

Neste ano de 1884 *O Jornal de Estarreja*, após referir que «em Ovar faz-se tudo quanto lembra, não já ao sr. dr. Arala, mas a uns sujeitos que S. Ex.ª industriou na arte do despotismo», profetiza, com acerto, que «quando o partido adverso (*o progressista*) subir ao poder, e quizer vencer a tendência que há em Ovar para o abuso da força e da autoridade, há-de empregar necessariamente meios violentos e eles, os abusões (*os regeneradores aralistas*), hão-de julgar-se muito vítimas de vinganças políticas e berrar desentoadamente contra os que lhes castigaram a impertinente e interessada sub-

serviência dos despotismos que foram transmitidos do sr. Arala para os ruins corpos dos seus adeptos».

A crítica aos melhoramentos das câmaras aralistas, que segundo a oposição se resumiam a alguns metros de estrada e a uns monos de pedra no centro de Ovar – os chafarizes –, era contínua e feroz. Os aralistas, por outro lado, eram acusados de terem abandonado os Paços do Concelho, edifício que se tinha tornado impróprio por falta de segurança, capacidade e higiene; de não fazerem reparações nas repartições públicas nele existentes, especialmente no que se refere ao tribunal; de terem desprezado as fontes velhas, e as ruas, travessas e vielas, a maior parte das quais estava sem empedramento; de dispenderem contos de reis em pleitos fantásticos; de paralisarem o movimento industrial do concelho; do rebaixamento do nível moral do povo ovarense «que perdeu a independência de carácter que caracterizava as povoações da beira-mar, para se tomar servil e obediente»; da anedótica e péssima demarcação e divisão dos terrenos da praia após o grande incêndio de 1881, de que resultou o atrofiamento do Furadouro; da destruição brutal do Monte e da *Estrumada*; do abandono do hospital; da falta de luz e da entrega do fornecimento do petróleo sem previamente ter havido arrematação; da venda de terrenos no Furadouro e no Carregal com falta de formalidades legais; do cerceamento dos direitos políticos dos cidadãos e da falsificação do recenseamento eleitoral; do quase extermínio da instrução primária; de apresentarem o cofre do município exausto de dinheiro e onerado de dívidas, etc., etc., etc.

Pela lei de 21 de Maio de 1884, que estabeleceu um sistema misto de círculos uninominais e plurinominais e pela primeira vez um sistema de votação com *lista incompleta*, o que garantia às *minorias* uma representação na Câmara dos Deputados mais ou menos proporcional aos votos obtidos, o concelho de Ovar e o julgado de Esmoriz constituíam um dos 6 círculos do distrito de Aveiro, o n.º 38.

No ministério *regenerador* de Fontes Pereira de Melo, a 29 de Junho de 1884, tiveram lugar as eleições de deputados (em número de 149). O partido progressista de Ovar resolveu, à última hora, concorrer ao acto eleitoral contra o candidato governamental, o Presidente da Câmara dr. Manuel Arala.

Segundo a oposição progressista, «nas vésperas da eleição os eunucos do candidato governamental abriram o período do terror, propalando *urbi et orbi* que os influentes progressistas seriam espancados nas assembleias e que nestas a eleição seria falsificada; de forma que o candidato governamental apostaria 4$500 reis por cada lista da oposição que afinal fosse apurada». E, «findos os trabalhos eleitorais nas duas assembleias da vila, o candidato governamental Arala, seguido de uma turbamulta de apaniguados seus e da matulagem que tem feito contra o juiz da comarca (*dr. Francisco Rodrigues de Macedo*, juiz em Ovar de 18 de Janeiro a Julho de 1884) a guerra vergonhosa e selvagem das bombas chinesas, assaltou a assembleia de Válega, intimando com ameaças ferozes, com o cacete e com a violência, os eleitores da oposição que em parte abandonaram a urna e em parte se submeteram à pressão, indo votar no candidato governamental» (*Primeiro de Janeiro*, de 3 de Julho de 1884).

No círculo uninominal *de Ovar* (*n.º 38*), contaram-se 2.767 listas, obtendo o dr. Manuel Arala 1.271 votos (o segundo candidato mais votado teve 601).

Ainda segundo a oposição (*Primeiro de Janeiro*, de 3 de Julho de 1884), o dr. Ma-

nuel Arala, «o senhor que *todo lo manda*», não ficou satisfeito com o resultado das eleições, «porque este claramente lhe demonstra que o seu longo e triste reinado entra no período de incontestável decadência, de forma que já não resta a menor dúvida que sobre o terreno da opinião pública o seu velho trono está vacilante. Mais algumas vitórias, como esta, e a causa realonga do velho *mandão* estará perdida».

No círculo de Aveiro foi eleito deputado o filho do primeiro visconde de Ovar, José Frederico Pereira da Costa.

Fundado em 1876 o partido progressista, em resultado da fusão de históricos e reformistas (pacto da Granja de 7 de Setembro), a sua instalação verificou-se a 16 de Dezembro desse ano. Foram *chefes* nacionais deste partido, que se apresentava como partido democrata, herdeiro do Setembrismo e da *Patuleia*, a *esquerda* monárquica:

1. *Anselmo Braancamp Freire* (1876-1885)
2. *Conselheiro José Luciano de Castro* (1885-1910)

Foi chefe do partido progressista no distrito de Aveiro o dr. Manuel Homem de Melo da Câmara, grande proprietário de Águeda, a quem por decreto de 7 de Fevereiro de 1905 foi concedido o título de *primeiro conde de Águeda.*

O partido progressista local data, praticamente, de 1884, quando um grupo de democratas resolveu concorrer à eleição para deputados de 29 de Junho desse ano.

De 1876 a 1885 o partido *progressista* de Ovar foi quase inexistente.

Foram *chefes locais* do partido progressista:

1. *dr. António Pereira da Cunha e Costa* (3/6/1885-1889)
2. *António Soares Pinto* (1890-1892)
3. *dr. António Pereira da Cunha e Costa* (1893-1898)
4. *António Soares Pinto* (1899-1904)
5. *dr. Joaquim Soares Pinto* (1905-1910)

Foi presidente *honorário* do centro progressista do concelho de Ovar o dr. Manuel Marques Pires, Abade de Válega.

Seus órgãos na imprensa local: *O Ovarense* (1883-1905), oficialmente só a partir de 26 de Setembro de 1886, e o *Jornal de Ovar* (1906-1910).

O *Centro Progressista de Ovar* efectuou várias reuniões em Ovar:

– *em casa da família Coentro* (3/6/1885)

Nesta reunião, presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, secretariado pelos drs. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, foi eleito chefe do partido aquele dr. Cunha e Costa, resolvendo-se congregar todos os elementos e entrar em novo período de vida activa, principiando por dar batalha na próxima eleição camarária (1 de Novembro de 1885).

– *na sala das sessões camarárias* (Outubro de 1889)

Sob a presidência do dr. António Pereira da Cunha e Costa, secretariado pelos drs.

Francisco Ferreira de Araújo e Ângelo Ferreira, escolheu para candidato a deputado às eleições de 20 de Outubro de 1889 o dr. José Maria Barbosa de Magalhães.

- *na farmácia de Delfim José de Sousa Lamy* (14/12/1893)

Nesta reunião, efectuada a convite do dr. António Pereira da Cunha e Costa, foram propostos delegados para representar o centro em Lisboa os drs. Francisco Ferreira de Araújo, Francisco Fragateiro de Pinho Branco e Joaquim Soares Pinto, e o comendador Luís Ferreira Brandão.

- *em casa de José Fragateiro de Pinho Branco* (1894)

Nesta reunião, realizada a convite dos drs. António Pereira da Cunha e Costa e António Joaquim de Oliveira Valente, sob a presidência do primeiro, secretariado pelo dr. Joaquim Soares Pinto e Delfim José de Sousa Lamy, o centro aceitou a candidatura do dr. José Maria Barbosa de Magalhães para candidato a deputado pelo círculo de Ovar pelo partido progressista nas eleições de 15 de Abril desse ano.

- *1895*

Nova reunião sob a presidência do dr. Cunha e Costa.

- *1897 (30 de Abril)*

Nova reunião para escolha do deputado pelo círculo, sob a presidência do dr. Cunha e Costa.

ALFREDO TIMBYRA, a 1 de Fevereiro de 1885, publicou n'*O Ovarense* a seguinte poesia intitulada

O Régulo e as eleições

Sobre o nobre eleitor independente
O vil, o contundente
Cacete pelos teus hei visto erguer (!)
- Assassinos, *capangas*, celerados,
- Eis os teus eleitores, *teus soldados*!
O povo não tem voz... não sabe ler!...

A 9 de Março de 1885 saiu na capital do norte O *Correio do Porto*, órgão político dos progressistas locais. Neste ano *O Ovarense*, a 5 e 12 de Abril e a 3 de Maio, respectivamente, noticiou a vida pública do Presidente da Câmara e deputado dr. Manuel Arala nos seguintes termos:

«Já chegou a estes domínios decadentes, o sr. deputado, que havia ido a Lisboa... para receber a féria misericordial, e que por misericórdia lhe foi dada».

«Ainda se conserva por estes domínios o deputado da terra, que pouco se importa dos interesses do país, vai-se *arranjando* por cá... com a obra, e depois, quando vir que é ocasião própria, lá vai dar um *apoiado* e receber o ordenado que é convidativo».

«Foi no domingo à noite para Lisboa, a fim de receber o ordenado de deputado, o representante do círculo – Arala. Como se aproximava o fim do mês, o homem lá foi, como de costume, buscar a *papa*, desculpar-se com a câmara, implorar a misericórdia».

Os regeneradores locais, designadamente o dr. Manuel Arala, iam respondendo às críticas mordazes, cínicas e na maioria inverídicas, no jornal *O distrito de Aveiro*.

A 31 de Maio de 1885 os progressistas mediram novamente o pulso aos *aralistas*, nas eleições para a Irmandade dos Passos, que vieram a ser ganhas pelos regeneradores somente por 11 votos.

Para *O Campeão das Províncias* «a luta foi renhidíssima; mas, como é fácil de prever, em condições desigualíssimas. Eles (*os aralistas*) tinham ao seu dispor os cofres da confraria, o livro dos irmãos, as violências da autoridade, as dependências do mando e do dinheiro, e o predomínio de há longos anos incontestado em todas as coisas públicas do concelho. Portanto, cometeram toda a casta de tropelia, de veniaga, e de perseguição, viciaram os livros e cadernos de recenseamento dos irmãos, admitiram irmãos à última hora sem nenhuma das formalidades e requisitos dos estatutos, rejeitaram todos os irmãos propostos pelos progressistas, ainda as pessoas mais qualificadas e abastadas que satisfaziam todas as condições e exigências legais, rodearam a mesa eleitoral de todos os seus adeptos, eleitores e não eleitores, para intimidarem e violentarem os eleitores independentes, etc.».

De 1876 a 1885 o partido *progressista* de Ovar, por falta dum verdadeiro chefe, de coesão entre os seus elementos, de programa e de espírito combativo, era quase inexistente. Nas eleições de deputados de 13 de Outubro de 1878 e de 21 de Agosto de 1881 não apresentou opositor ao dr. Manuel Arala, e nas eleições de 19 de Outubro de 1879 o seu candidato, dr. Manuel Marques Pires, foi derrotado por aquele por uma diferença de 1.545 votos!

Os progressistas locais não podiam continuar a admitir que o aralismo continuasse no poder sem uma luta eficaz e persistente, e, assim, a 3 de Junho de 1885, três dias somente após as eleições da Irmandade dos Passos, reuniu-se em casa da família Coentro, no Carril, a *inteligentsia* do partido: os drs. António Pereira da Cunha e Costa, Augusto Correia da Silva Melo, Francisco Fragateiro de Pinho Branco, José Lopes Godinho de Figueiredo e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, além de muitos outros simpatizantes das ideias liberais, entre os quais José Fragateiro de Pinho Branco.

Dessa reunião resultou a escolha do chefe progressista local, aquele dr. António Pereira da Cunha e Costa, a congregação de todos os elementos dispersos do partido, a resolução de entrar num período de vida política activa e a determinação de dar batalha local aos regeneradores na próxima eleição camarária.

A *reunião do Carril* marcou assim uma viragem *histórica* dos progressistas locais: do combate teórico ia-se passar ao combate activo, na urna, e, se preciso fosse, na rua.

Iniciando uma vida nova, o partido progressista proclamava abertamente a *guerra santa* contra os aralistas.

Para as eleições camarárias realizadas a 1 de Novembro de 1885 o partido pro-

gressista, como prometera, apresentou uma lista de oposição chefiada pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa contra a lista governamental do dr. Manuel Arala.

A lista da *oposição progressista* era composta pelos cidadãos dr. António Pereira da Cunha e Costa, Francisco Pinto Ferreira (de Esmoriz), dr. João de Oliveira Baptista e João Rodrigues de Oliveira Santos (de S. Vicente), como vereadores *efectivos*; e pelos cidadãos António Manuel da Costa e Pinho, João Maria Gomes Pinto, ambos ourives, dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro e Manuel José da Fonseca (de Válega), como vereadores *substitutos*.

No próprio dias das eleições *O Ovarense* incitava os eleitores a irem à urna pelos progressistas:

> Cidadãos, fere-se hoje a primeira batalha...
> Cidadãos!, à urna.
> À urna pela causa do povo!
> À urna pelo sr. dr. Cunha!
> À urna pela libertação do povo de Ovar!

A vigiarem as eleições, realizadas no ministério *regenerador* de Fontes Pereira de Melo, estiveram 50 praças de caçadores, 40 de infantaria e 30 de cavalaria.

Para *A Província*, jornal portuense, tinham sido excluídos do recenseamento, falsificado pelos regeneradores, dois terços dos eleitores progressistas. Estes, excitados pela falsificação dos cadernos, arrombaram a urna e rasgaram os papéis da assembleia de Válega. Em Ovar foram presos pelos soldados os pescadores António Nunes e Joaquim Marinhão e feridos outros dois, o Manuel Dias Teques e António da Costa Camanho. O dr. Manuel Arala foi ainda acusado pela oposição de mandar cercar de tropa a assembleia da casa da Câmara, só permitindo que os eleitores votassem no meio de baionetas.

Os progressistas não foram felizes neste primeiro embate após a reunião do Carril e o dr. Manuel Arala, depois das eleições, pôde retirar-se para casa acompanhado por mais de 200 adeptos que festejaram, ruidosamente, a vitória regeneradora.

Dr. José Lopes Godinho. 1853-1900
In: Almanaque de Ovar *para 1916*

Segundo *A Província* o dr. Arala teria sido apedrejado por mulheres e rapazes no Largo dos Campos, tendo de fugir.

No dia 2, de dentro da casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, vice-presidente da câmara aralista, foram disparados dois tiros de revólver contra o povo, mas a autoridade, dado o criminoso ser regenerador, não agiu (*O Ovarense*).

Grande demolidor do caciquismo político aralista, usando o pseudónimo de *Artur Trampolina*, o dr. José Lopes Godinho de Figueiredo nasceu, a 12 de Fevereiro de 1853, no lugar do Pardieiro, da freguesia de S. Martinho de Gândara, do concelho de Oliveira de Azeméis.

Tendo-se formado (1880) em direito, durante cinco anos assentou banca de advogado em Ovar, donde partiu (1885), por causa de incompatibilidades políticas que criou, para Oliveira de Azeméis, onde foi Presidente da Câmara Municipal. Faleceu a 7 de Agosto de 1900, com 47 anos.

A pesca – a tracção animal (1884-1968), os boieiros das campanhas.
O porto do Furadouro em 1886

Em 1890 (*Pesca*, 1.ª parte. *Inquérito industrial*), no Furadouro, «efectuado o regresso do barco, são as juntas de bois distribuídas pelo roçoeiro e mão de barca, os quais alam por intermédio de pequenos cabos, que partindo da canga, e munidos de grande trambelho no chicote, facilmente se ligam ou soltam dos cabos da rede».

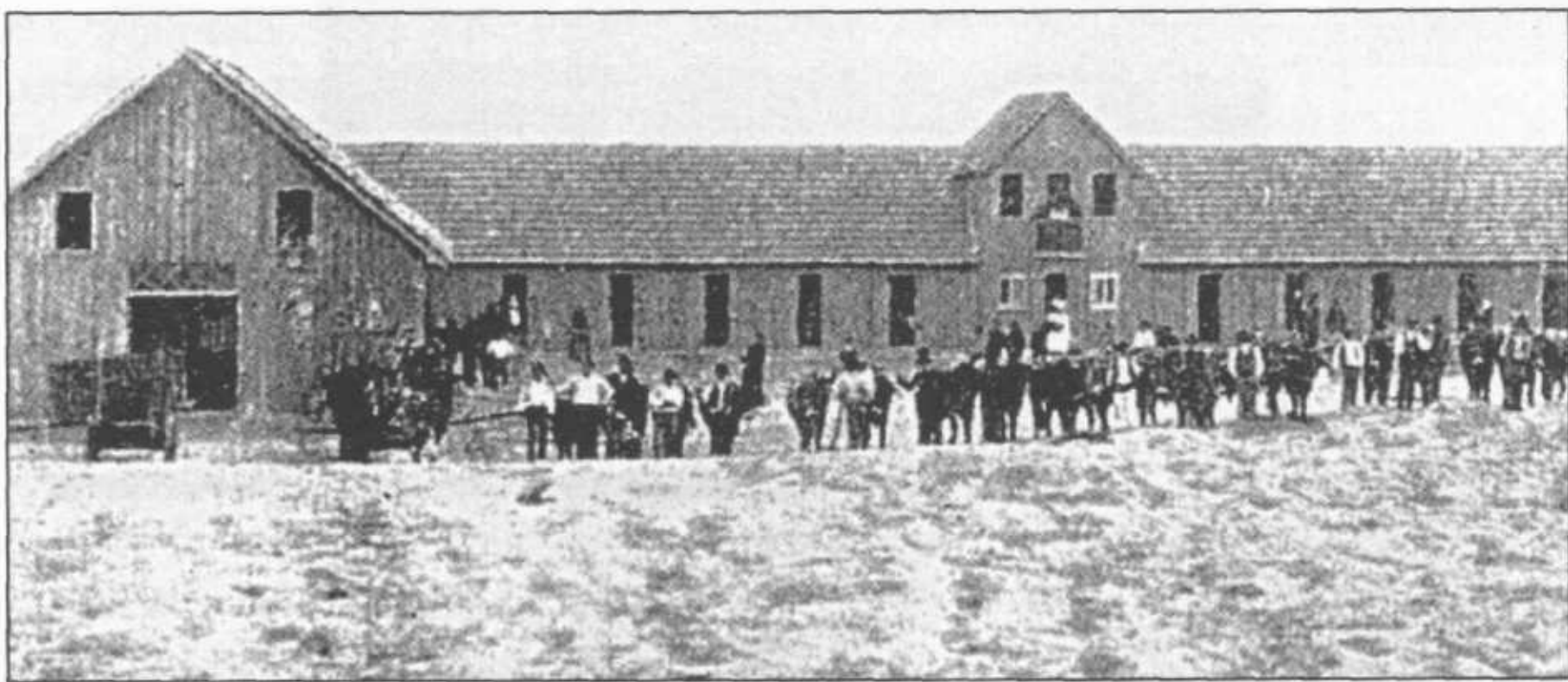
Já referimos que a tracção animal se deve ter iniciado no Furadouro em 1884 e vigorou até à *morte* da última companha, a de S. Pedro, em 1968.

O trabalho de puxar a rede.

Em 1956 (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *Pescadores do Furadouro*) «o trabalho de puxar a rede para terra demora, em média, duas horas. No inverno pode demorar mais, pois há necessidade de ir lançar a rede mais longe. Os bois pertencem a lavradores das freguesias vizinhas. Estas juntas de bois, dispostas em duas filas paralelas, percorrem num vaivém contínuo, da margem para o interior, a extensão de terreno disponível. O espaço entre as duas filas vai diminuindo, à medida que o saco se aproxima. Logo que as calas vão sendo puxadas, dois homens – os caladores – dispõem-nas novamente em rolos que, ou conduzem para o palheiro ou para junto do barco, se houver novo lanço. Ao mesmo tempo que chegam as mangas, vários homens em grupos de dois paralelamente e munidos de roletas, atravessam-nas por baixo das mangas para que estas não arrastem no areal. Chama-se a isto, andar de mão».

Ainda em 1956, «nos trabalhos de terra, empregam-se, também, cerca de 45 homens: dois atadores, que atam o gado à corda; 25 ou 30 que vão guiando a corda e de-

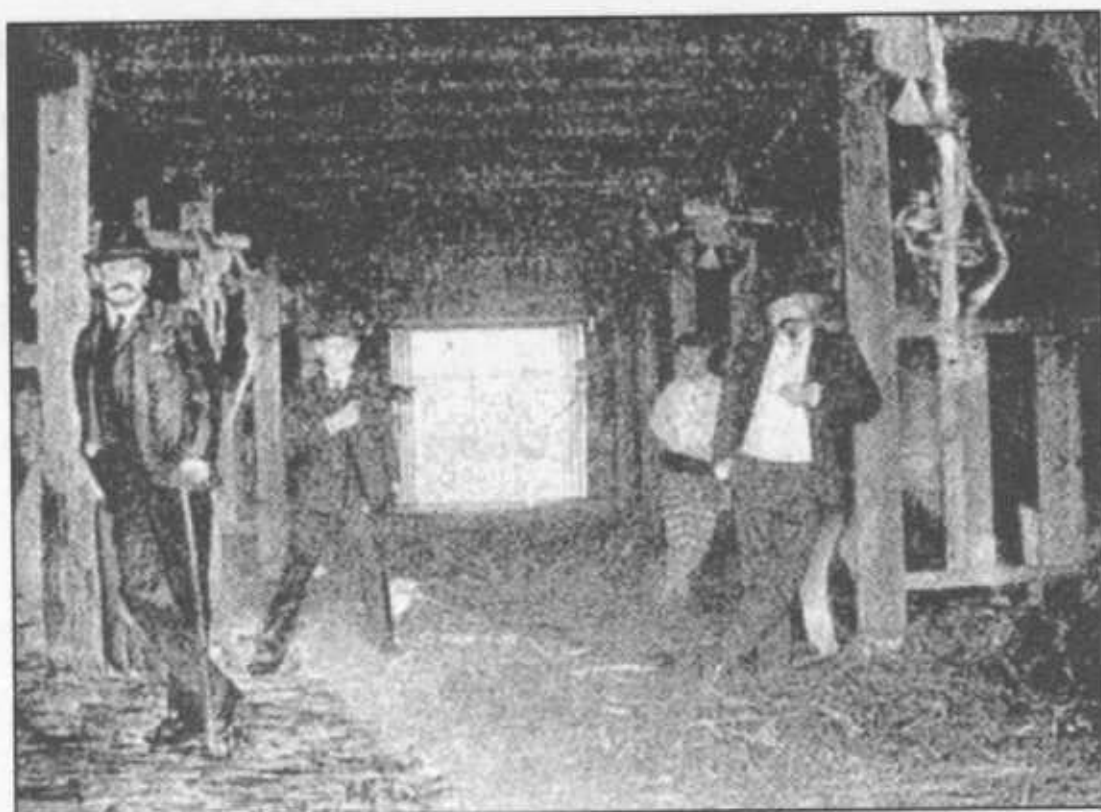
pois a guardam, os redeiros (um que é mestre e os outros que a revistam quando ela sai do mar e a consertam); há ainda uns rapazes, auxiliares dos redeiros e ainda os rapazes dos paus, que são aqueles que colocam as roletas sob o barco que assim deslizará facilmente no areal».

Em 1956 cada companha empregava 14 juntas de bois, 7 para puxar cada cala. Porém, já no ano anterior, a companha de S. Pedro, tendo diminuído o tamanho da rede e tendo adquirido cordas mais finas, começou a empregar 8 a 10 juntas de bois, que com os seus tratadores se recolhiam nas abegoarias do gado.

Arrecadação de redes e abegoaria da companha Boa Esperança.
In: Serões, *Agosto de1906*

A observação deste trabalho das juntas de bois a puxar as *artes* e o barco, levou FERDINAND DENIS a exclamar, assombrado: – *Que Estranho país é este onde os bois, vão lavrar o próprio oceano?...* (RAÚL BRANDÃO, *Os Pescadores*).

Em 1890 (*Inquérito industrial*), «nos meses de Junho e Julho e nos dois últimos da safra servem de *chamadores* do gado alguns companheiros, que são gratificados com uma pequena gorjeta; nos outros meses é dispensado este serviço por se conservar o gado abrigado em arribanas na praia do Furadouro. Serve-se cada companha de 10 juntas de bois serranos, cada uma das quais é paga à razão de 600 reis por lanço».

Segundo RAQUEL SOEIRO DE BRITO (*Palheiros de Mira*, 1960), «o gado é sempre acompanhado por guardadores, que dormem nas mesmas cabanas dos animais, em cima da erva, enrolados num cobertor. Umas vezes estão separados do gado por tabique de madeira, com um postigo para o guardador vigiar os animais, outras vezes ficam numa espécie de falso andar, de ripinhas assentes em traves grossas, sobre uma parte da única divisão. O gado vai atrelado ao carro que transporta a comida e que, no regresso, leva o estrume para as terras».

Através da obra de A. A. BALDAQUE DA SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o Continente do Reino, referido ao ano de 1886*, podemos comparar o porto do Furadouro com os portos de pesca vizinhos e ainda com os portos de todo o País.

Interior da abegoaria da companha Boa Esperança.
In: Serões, *Agosto de 1906*

Portos	Pessoas empregadas na pesca	Embarcações
Espinho	240	10
Paramos	213	8
Esmoriz	85	4
Furadouro	600	12
Torreira	450	12
S. Jacinto	150	4
Costa Nova	600	16

Em número de pessoas empregadas na pesca, estava o Furadouro igualado à Costa a Nova (600); acima, ao norte, somente a Póvoa de Varzim (4.500), ao centro, Lisboa (892), Caparica (780) e Setúbal (2.387), e, ao sul, Olhão-Fuzeta (1.162), Tavira (748), e Monte Gordo (1.848). No departamento marítimo do norte, que se estendia de Caminha à Figueira da Foz, o porto do Furadouro estava, assim, em 2.º lugar, ao lado da Costa Nova, em número de pescadores.

A maior parte da sardinha que então se apanhava no Furadouro era salgada e consumida no reino e alguma era exportada para Espanha.

Hotel Cerveira (1886) – a Família Cerveira. Os primeiros postais ilustrados (1904). A hotelaria em Ovar e no Furadouro

A Família Cerveira é originária do concelho da Mealhada. José Luís da Silva Cerveira nasceu em 1866, na Vacariça, concelho da Mealhada, e casou (1886) com Maria do Rosário Soares Cerveira.

Em Julho de 1886, Silva Cerveira inaugurou na praia do Furadouro um grande estabelecimento que, em 1905, era composto por hotel, restaurante, café, bilhares e mercearia.

Em Maio de 1892, agitou a ideia de se construir, no Largo da Estação, uma praça de toiros; e no ano seguinte abriu um hotel em Ovar, na Rua de S. Bartolomeu.

A 14 de Abril de 1901, abriu no seu estabelecimento um gabinete de leitura, com livros de autores nacionais e estrangeiros, e, em Novembro de 1904, editou os primeiros postais ilustrados de Ovar. Os segundos são de 1925 – uma colecção de postais editada pela imprensa Pátria.

Faleceu a 20 de Julho de 1909, com 43 anos.

O hotel e o café arderam a 25 de Julho de 1911. Neste ano, a 11 de Novembro, na Igreja de Ovar, a filha de Silva Cerveira, Maria Emília Soares da Silva Cerveira (†1979), casou com Jacinto dos Santos Cunha (†1978, com 98 anos), proprietário do *Café Santos*, da Avenida Central da praia do Furadouro.

Do casal Santos foi sucessora sua sobrinha Maria Emília Santos Silveira Rodrigues Fernandes, que casou (1961) com Horácio Humberto Rodrigues Fernandes, distinto funcionário da Caixa Geral de Depósitos em Ovar.

Segundo as *Informações para a estatística industrial* referentes ao distrito de Aveiro, apresenta-

José Luís da Silva Cerveira. 1866-1909
In: Notícias de Ovar, *de 27/3/1997*

Jacinto dos Santos Cunha.

Avenida dos Bombeiros do Porto, tendo ainda ao fundo a Capela Velha do Mar. À esquerda, os edifícios que serviram de Hotel Cerveira e de Café Santos. Edição Camarão & C.ª

das a 22 de Abril de 1865, a freguesia de Ovar tinha nesse ano 5 hospedeiros e as respectivas hospedarias.

Em 1893, José Luís da Silva Cerveira abriu um hotel em Ovar, na Rua de S. Bartolomeu (actual Rua José Estevão).

O *Almanaque de Ovar* (1911 e 1913-1918) refere as seguintes hospedarias: Adozinda Cardoso, Cadete, Canastreira, Central, Cozinha Económica, Domingos Simões, Francisco Júlio (*Hotel Júlio*), João Tavares Cardoso (*Hotel Cardoso*), na Estação, Joaquim Martins, o Jerónimo (*Hotel Jerónimo*, de José António Alves Ferreira).

Actualmente são de mencionar a *Pensão Vareirinha*, na Rua Alexandre Herculano, a *Albergaria S. Cristóvão* na Rua Aquilino Ribeiro, inaugurada oficialmente a 30 de Julho de 1989, e o *Hotel Meia-Lua*, na Quinta das Luzes, que foi do dr. João José da Silveira, o *João Semana*, de JÚLIO DINIS. Este hotel, à Rua João Semana, foi inaugurado a 30 de Novembro de 1991.

Localizada na Variante do Carregal, na Estrada Nacional n.º 327, acha-se a *Pousada da Juventude de Ovar*, inaugurada a 18 de Março de 1995.

Quanto à praia do Furadouro devem-se referir as seguintes hospedarias e hotéis:

Silva Cerveira
In: Reis *de 1992*

- *Hospedaria Nogueira*, citada já em 1884.
- *Hotel Cerveira*, inaugurado em Julho de 1886, propriedade de José Luís da Silva Cerveira.
- *Hotel da Praia*, que abriu as portas a 1 de Julho de 1904, na Avenida Central.
- *Hotel Vinagre*, na Avenida Central, já aberto em 1914 (actual talho Gama).
- *Hotel Ovarense*, aberto em 1917.
- *Pensão Beira-Mar*, no Largo Machado dos Santos, propriedade de Leopoldo Raimundo e António Coelho, inaugurada em 1935.
- *Hotel Mar-e-Sol*, inaugurado em Junho de 1946.
- *Pensão «O Moliceiro»*, fundada em 1948, na Rua «O Jornal Comércio do Porto». Em 1951 passou a ser dirigida por António Augusto Fragateiro, e, em 1954, encerrou as suas portas.
- *Pensão Residencial - Snack-Bar e Restaurante (Amadeu)*, casa fundada em 1975, na Avenida Central, confinando com a Avenida Infante D. Henrique.

Em Julho de 1997, o concelho de Ovar tinha 3 estabelecimentos de hotelaria, com 121 quartos (capacidade de alojamento - 244).

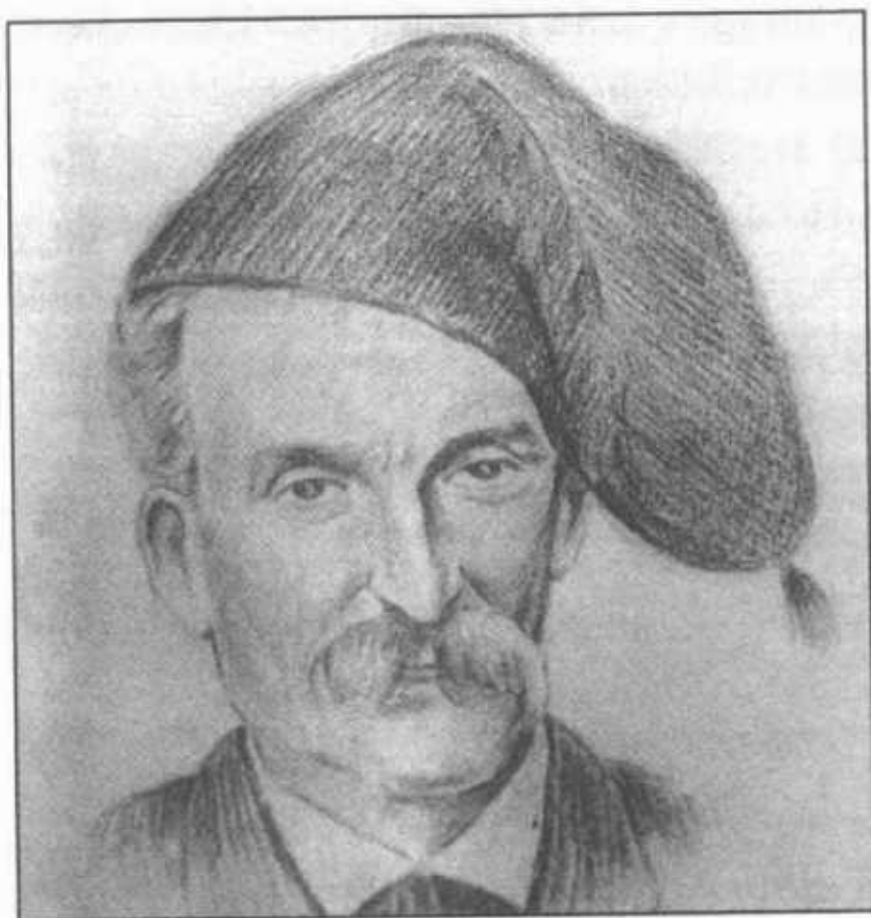
Ângelo Ferreira e *A Bolha* (1886)

O dr. Ângelo Ferreira nasceu em Ovar, a 20 de Agosto de 1862, filho dum modestíssimo alfaiate, Domingos Manuel Ferreira, o poeta popular *Domingos da Brízi-*

Estado actual do edifício onde funcionou o Hotel Cerveira.
Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

da, e de sua mulher Rosa Ferreira. Matriculou-se na faculdade de direito da Universidade de Coimbra, em 1882, obtendo a sua formatura em 1887.

A 18 de Maio de 1887, foi representada, no Teatro Académico, a récita de despedida do V ano jurídico, com a peça *A Fonte da Sabedoria*, degringolada cómica em 3 actos e 9 quadros, da autoria dos quintanistas Carlos Braga e Ângelo Ferreira.

Ângelo Ferreira, atingido no poema *A Niveleida* (1886), por António Cabral, respondeu-lhe num folheto intitulado *A Bolha*, paródia ao canto 1.º dos *Lusíadas*.

O poeta popular Domingos da Brízida.
In: *Arquivo da Família Sousa Campos*

Dr. Ângelo Ferreira – 1862-1944.
In: Notícias de Ovar, *de 17/8/1972*

O dr. Ângelo Ferreira, que foi secretário da Câmara Municipal (interino, de 4 de Maio de 1887 a 7 de Janeiro de 1890), fixou-se em Lourenço Marques como advogado, e faleceu nesta cidade, em Outubro de 1944, com 82 anos.

Os progressistas apoderam-se do recenseamento (12 de Abril de 1886). *O Povo de Ovar* (1886-1893) – as polémicas, as folhas de combate. «Cachingós» e «limonadas» – as alcunhas ovarenses. O pacto de Cabanões (9 de Outubro de 1886). Distúrbios em Ovar (Outubro e Novembro de 1886). As eleições camarárias de 14 de Novembro de 1886 – a missa de réquiem e as forcas. As eleições aralistas

A 20 de Janeiro de 1886 subiu ao poder o segundo ministério *progressista*, de cujas pastas da Presidência e Reino se encarregou o notável político José Luciano de Castro Pereira Corte-Real.

Com um governo da sua cor (o ministério *progressista* ocupará o poder até 14 de Janeiro de 1890), confiando absolutamente no Governador Civil de Aveiro e especialmente no substituto, dr. Manuel Firmino de Almeida Maia, com a protecção do desembargador Francisco de Castro Matoso da Silva Corte-Real, irmão daquele José Luciano, com Administradores do Concelho, efectivos e substitutos, escolhidos a dedo, era a ocasião propícia para os progressistas locais, pela urna ou pela força, escorraçarem os regeneradores da Câmara onde não entravam desde 1866.

Não se podia perder esta oportunidade...

Porém, os recenseamentos políticos tinham sido viciados pelos aralistas. Segundo *O Ovarense*, de 6 de Fevereiro de 1887, «o chefe regenerador dizia alto e bom som que acima da lei estava a sua vontade; e um dos seus amigos dizia publicamente que, enquanto pudesse *raspar*, palavra com que significava a eliminação do recenseamento, nunca o partido progressista venceria uma eleição. Esta ignominiosa falsificação subiu a tal ponto no ano de 1886, que ficaram excluídos mais de 1.000 eleitores adversos ao sr. Arala e foram recenseados os seus afectos, embora fossem menores! Não havia recenseamento, havia uma burla! Falsificou-se também o recenseamento dos maiores contribuintes, excluiram-se os maiores proprietários, que eram progressistas, e incluiram-se outros, que pagam diminuta colecta».

E, o que era mais grave, os recenseamentos estavam nas mãos dos regeneradores, na Câmara. Tinham de vir para as mãos dos progressistas, era evidente, se estes quisessem vencer as eleições camarárias que se aproximavam.

E, assim, no dia 12 de Abril de 1886 compareceu na Câmara o Administrador substituto, o progressista dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, acompanhado de Luís Ferreira Brandão, João de Freitas Sucena e António Maria Marques, pedindo ao Presidente dr. Manuel Arala o livro e mais papéis do recenseamento político. Este retorquiu que estava no exercício das suas funções, que não desejava ser interrompido e que oportuna e devidamente trataria do assunto. A nova insistência do Administrador substituto correspondeu nova recusa do Presidente. Intimado a fazer a entrega, e testemunhada a sua recusa, manteve-se firme até se retirar da Câmara, deixando nes-

ta o escrivão dr. Eduardo Augusto Chaves, o Administrador substituto e seus companheiros. Quando o escrivão se retirou, por sua vez, depositou as chaves da secretaria, arquivo e mais repartições da Câmara no cabo comandante da força armada que viera com o delegado do governo dr. Coentro, que permaneceu na Câmara com os seus amigos políticos.

No dia 13 quando a Câmara, em maioria e com os seus empregados, se dirigiu aos Paços do Concelho foi-lhe vedada a sua entrada pelo cabo da guarda, proibição confirmada pelo delegado do governo.

Retirou-se a Câmara para casa do vice-presidente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, onde resolveu ficar em sessão permanente e enviar telegramas aos Ministros do Reino e da Guerra e ao Governador Civil de Aveiro, alegando que fora vedada a sua entrada nos Paços do Concelho pelo Administrador substituto, auxiliado pela força militar de infantaria 23 que tinha as chaves do edifício, e pedindo providências enérgicas.

No dia 14, reunida a Câmara com seus empregados em casa do Presidente dr. Manuel Arala, telegrafou novamente ao Ministro do Reino e ao Governador Civil de Aveiro obtendo, às duas horas, um telegrama deste último informando que a autoridade administrativa não vedava a entrada dos Paços do Concelho, podendo «por conseguinte a Câmara tomar o seu lugar na sua secretaria onde mandará passar as guias e certidão que lhe forem requeridas, porque a guarda está simplesmente para obstar a qualquer extravio ou descaminho de objectos do arquivo, visto a secretaria ter sido abandonada. Logo que a Câmara ou o seu Presidente tome conta da secretaria a guarda será retirada, e neste sentido se deram instruções ao Administrador».

O Governador Civil considerava inexactas e infundadas as acusações da Câmara *aralista* (regeneradora).

Tinha-se praticado uma violência, uma arbitrariedade, mas fora a única maneira dos progressistas se inteirarem do conteúdo do recenseamento eleitoral. O aralismo estava agora em perigo!

Todos estes factos, foram relatados com minúcia pelo dr. Manuel Arala na sessão camarária de 16 de Abril de 1886. A questão do livro do recenseamento foi levada à Câmara dos Deputados, a 6 de Agosto de 1887, pelo escritor Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, tendo-lhe respondido o Presidente do Conselho José Luciano de Castro.

Com manifesto exagero, ANTÓNIO DIAS SIMÕES (*Ovar – Biografias*, 1917) diria mais tarde que «uma das maiores preocupações deste ministério (*progressista*, da Presidência de José Luciano de Castro) foi derrubar a todo o transe a influência do Dr. Manuel Arala, que em Ovar e no distrito de Aveiro tinha atingido o máximo do valor político».

A 25 de Julho de 1886 o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, com 22 anos, que se tinha formado em direito nesse ano, fundou *O Povo de Ovar*, semanário com a redacção na Rua da Arruela, n.º 119, que teve como director o mesmo dr. Fragateiro e como seus administradores João Sucena e, posteriormente, António José Pereira Zagalo.

Para o padre MANUEL LÍRIO (*Almanaque de Ovar* para 1916), *O Povo de Ovar* foi um «jornal político bem redigido, alheio à política partidária definida, disposto a exer-

cer sem paixão a sua crítica sobre os homens e os factos, com mira apenas nos supremos interesses do concelho. No decorrer da sua existência, que durou até 1893, tornou-se este semanário o mais formidável jornal de combate que tem aparecido até hoje em Ovar, pela clareza, brilho e vigor de linguagem e pela forma de ataque. A ironia e a dialéctica davam-se aí as mãos e faziam esverdear de cólera os adversários».

Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 15/9/1949), «verdadeiramente, sendo brilhante, corajoso, o melhor redigido periódico desta terra, nunca foi um jornal de política definida, porque o seu director sempre foi um indisciplinado, desde o berço à tumba». Ainda para o dr. ZAGALO (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), *O Povo de Ovar* «seguiu uma política contrária ao *Ovarense*, pois o seu director, porque tinha, como raros, predicados para o jornalismo, não vinha isento da ambição de vincar a sua personalidade nos rebanhos políticos locais. Foi recebido agressivamente».

Após o Pacto de Cabanões (9 de Outubro de 1886), *O Povo de Ovar* atacou fortemente a oposição progressista. «As cenas tristemente edificantes praticadas pelos caceteiros, e alguns responsáveis progressistas, foram magistralmente condenadas pelo *Povo de Ovar*» (ZAGALO DOS SANTOS).

Para o combater, sem o terem conseguido, apareceram *O Maluco da Província*, «órgão oficial de um doutor maluco com pretensões a déspota e a deputado», a 25 de Julho de 1886, e *O Arrocho*, «jornal para desancar alimárias», em 1 de Janeiro de 1887, ambos visando o director d'*O Povo de Ovar*.

Ao noticiar a sua morte (o último número data de 1 de Janeiro de 1893) o órgão do partido regenerador local, *A Folha de Ovar*, a 11 de Maio de 1893 afirmava: *O Povo de Ovar* apresentou-se sem política declarada; 4 anos combateu veementemente os progressistas (para estes *O Povo de Ovar* era o «jornaleco cabanola») e elevou o dr. Manuel Arala ao 15.º Céu; um ano depois menosprezava aquele chefe regenerador e apoiava o governo extra-partidário de José Dias Ferreira; ultimamente abrigava-se à sombra progressista, olvidando os ataques, justos sim mas severos em demasia, aos chefes Luciano de Castro, dr. Manuel Firmino de Almeida Maia, desembargador Francisco de Castro Matoso Corte-Real, dr. António Pereira da Cunha Costa, António Soares Pinto e outros.

Discussões nas gazetas vareiras foram um rosário...

Elas atingiram o auge na monarquia e na primeira república. No Estado Novo, a imprensa local, propriedade do clero ou de influentes locais, acomodatícia quanto ao governo, nunca foi verdadeiramente incómoda à administração local. As divergências, de pormenor, derivaram de retaliações pessoais.

Ficaram célebres as polémicas entre *O Ovarense* (progressistas) e os regeneradores (defendidos pelo *Povo de Ovar*); entre *O Povo de Ovar* (de tendência progressista) e *A Folha de Ovar* (regeneradora); entre o *Jornal de Ovar* e *A Pátria*, já na primeira república; e entre *A Pátria* (democrática) e *A Defesa* (republicana liberal).

Dois partidos digladiavam-se em Ovar disputando, encarniçadamente, o governo do município. Para *O Povo de Ovar*, de 25 de Julho de 1886, «um conservador pelos princípios nasceu dum movimento reaccionário do povo, quando os administradores municipais tendo à sua frente João de Castro, quizeram vender anualmente uma parte

N.º 1 Ovar—Domingo 25 de Julho de 1886 1.º anno

Assignatura

Assignatura em Ovar semestre 500 rs.
Com estampilha.............. 600 »
Fóra do reino accresce o porte do correio.
Pagamento adiantado

Redacção—rua d'Arruella n.º 119

O POVO D'OVAR

DIRECTOR—FRANCISCO FRAGATEIRO—— ADMINISTRADOR—JOÃO SUCENA

Publicações

Publicações no corpo do jornal 60 rs. a linha.
Annuncios e communicados a 40 rs. a linha.
Folha avulsa.................. 40 rs.
Annunciam-se obras litterarias em troca de dous exemplares.

Administração—rua das Poutas

Ovar 24 de Julho de 1886

Não faremos programma; não queremos prender o nosso futuro a declarações que se coadunariam talvez com as circumstancias d'hoje, mas que amanhã teriamos de rejeitar como velhas, anachronicas e absurdas até.

Inuteis, sempre inuteis os programmas. Ergueram-nos como estandarte de revolta os partidos, para depois os rasgarem quando passados annos se não amoldavam ás circumstancias politicas da sociedade. Não foi um partido que o fez, foram todos: todos usaram do mesmo expediente: todos, vez á vez, alteraram o *labaro* que no momento da constituição definitiva tinham hasteado para conquistar a sympathia publica.

Desde 1820 os partidos combatentes, essencialmente guerrilheiros, nunca deixaram de inserir nos seus programmas os principios que a Revolução Franceza espalhara. Modernos convertidos a uma doutrina metaphisica, eram metaphisicos tambem, sem o senso pratico, sem o criterio preciso para distinguir a sciencia d'administração financeira da sciencia politica. Subordinaram a solução de todos os problemas aos principios revolucionarios, mal entendidos e peor applicados; por isso cahiram, desacreditaram-se: a politica tragou-os, sem que d'essa enorme hecatombe se salvasse um só homem.

O caracter negativo dos seus principios impedia que se comprehendessem, e chamados a governar perdiam-se em questões estereis, abriam conflicto constantemente com a corôa em nome do povo ou com o povo em nome da corôa. E cahidos do poder os programmas pomposos rasgavam-se por que nunca foram cumpridos.

A *regeneração* iniciando com o triumpho d'uma revolução militar e economico-politica o seu advento ao poder, puzera fim ao vasio das formulas abstractas, ao metaphisismo dos partidos anteriores; e com a abertura da primeira via ferrea inaugurava o novo programma dos melhoramentos materiaes. Reformava a Carta em 1852, mas sem se prender com questões transcendentaes e sem valor pratico.

Era um partido radical que com nova economia, administração e politica diversas, transigindo com os credores londrinos, comprando os representantes da nação, batia vigorosamente os *historicos*, afferrados ás velhas tradicções, inconvertiveis aos novos principios.

Os partidos adversos, fustigados fortemente nas camaras pelos homens novos, passando esterilmente pelo poder, sentindo-se pouco e pouco enfraquecer, fundiram-se n'um só—o partido progressista, herdeiro das suas tradicções revolucionarias e da sua honradez inconcussa.

Terminara a febre do fomento para os melhoramentos materiaes: a *regeneração* exhausta pelo parto laborioso do Acto Addicional não se sentia já com forças para se lançar no campo das reformas politicas radicaes, profundas: os *progressistas* metaphisicos por herança, na Granja, organisaram um programma audaz, moldado nas antigas idêas. Tudo estava indicando ao partido regenerador que as circumstancias tinham mudado desde o seu nascimento e elle foi-se pouco e pouco acercando da corôa, perdendo o caracter radical dos primeiros tempos e encerrando, limitando a sua acção a conservar *o statu quo*.

Mais um programma que se esfarrapa e não será o ultimo.

Em 1880 entrava no poder o partido progressista, levado alli por uma quasi revolução. O seu programma antes profusamente espalhado era lido com avidez, e esperava-se de um momento para o outro ver a derrocada geral das instituições que os revolucionarios apodavam de anachronicas.

Esperaram 25 mezes sem que apparecessem as reformas porque o Paço fingindo transigir com os modernos democratas addiou-as incondicionalmente. Cahiram sem ter conseguido pôr em pratica o seu plano, e se o programma da Granja subsistia ainda, tinha completamente perdido toda a sua força, tinha-se tornado inutil.

Pouco tempo depois, em 1885, o partido, reunido no Porto, tendo a sua frente o honrado chefe, renegava o seu programma, classificando-o de inconveniente nas actuaes circumstancias: e pela bocca d'um dos seus mais insignes oradores, Antonio Candido, hastêa, como novo pendão a regeneração economica do reino.

Comprehendera-se finalmente que os principios metaphisicos, negativos, pouco enthusiasmo já podiam levantar na opinião publica e que era tempo de olhar com mais attenção para as finanças, para o *pão do povo*.

O ultimo programma que parecia resistir, cahira em 1886 para dar logar ao opportunismo que foi gradualmente conquistando os partidos.

Determinar *à priori*, sem attender ás circumstancias politicas e economicas da sociedade, o caminho a seguir, é um erro, que tanto se tem feito sentir; e por isso nós, para amanhã não termos de combater as idêas que hoje proclamassemos, seremos igualmente opportunistas. Seguindo a opinião que as circumstancias nos impozér, sem que n'ella influa a sympathia por um ou outro partido, julgamos ter cumprido a nossa missão.

O imposto do Sal

Dissera o snr. Marianno de Carvalho e confirmava-o o snr. José Luciano de Castro, quando em opposição ao gabinete regenerador, que o primeiro acto do governo progressista seria a abolição do imposto do sal, tão iniquo, tão vexatorio para as classes pobres.

A experiencia nos outros paizes principalmente na Hespanha e Italia tinha demonstrado cabalmente, quão pouca receita dava para o thesouro publico esse imposto e quanto aggravava as classes desprotegidas. Essas nações viram-se obrigadas a abolil-o.

Entre nós a pratica dava razão aos dous estadistas e as reclamações constantes dos povos, principalmente da beira-mar, secundavam a opposição parlamentar, no esforço herculeo que parecia fazer para derrocar semelhante medida tributaria.

Ovar, como outras terras, não deixou de reclamar: o novo imposto vinha onerar demasiadamente uma das suas principaes fontes de receita, a da pesca, d'onde vive uma grande parte da população, representada na numerosissima e importante classe dos mercanteis e pescadores. Reclamara com justo motivo porque o seu sacrificio nem justo, nem proporcional, não correspondia ás vantagens que o thesouro auferiria.

A pesca e a industria annexa, a dos mercanteis, via-se, já antes, definhar pelas pesadas contribuições e pela concorrencia no Douro para onde se fazia a maior expedição, depois da abertura do caminho de ferro; e agora o novo imposto sobre o sal vinha vibrar-lhe um golpe certeiro, arruinando-a mais.

Por isso Ovar festejou a queda do partido regenerador esperando vêr abolido logo o imposto do sal; paralysaram-se as transacções sobre este importante negocio, e afinal o governo deixou finalisar a legislatura sem que apresentasse o projecto promettido em opposição.

Não nos accusem de demasiado impacientes: bem sabemos que existe um augmento espantoso de empregados, criados para realisar a cobrança d'essa contribuição, e que esses empregos estão preenchidos: bem sabemos que não devem de ficar na miseria centenares de pessoas que d'alli tiram o bastante para se sustentar; mas tambem sabemos que muitas povoações estão soffrendo, que muitos contribuintes pobres esperam anciosamente o *terminus* d'esse vexame odiosissimo.

Aposentem-se, transfiram-se, ou demittam-se esses empregados, porque alguma vez se tem de fazer isso; o addiamento na resolução d'uma medida tão importante e de tanto valor na economia nacional é um crime, demais a mais quando essa medida foi vivamente atacada pelos estadistas que hoje governam constitucionalmente e amanhã governarão dictatorialmente.

EXPEDIENTE

A todos os cavalheiros a quem enviamos o nosso jornal, pedimos o obsequio de quando não o queiram assignar, o devolverem no praso de 6 dias. Não o fazendo ficam para todos os effeitos considerados assignantes.

O nosso jornal sahirá regularmente todos os domingos.

A administração.

POLITICA CONCELHIA

Dois partidos disputam encarniçadamente o governo do municipio, batem-se em todos os campos, ferem-se deshumanamente. A lucta que vae principiar, terrivel e talvez sanguinolenta, porque ambos querem vencer, ainda mesmo

FOLHETIM

O SNR. EMPREGADO...

I

Elle era um pobre diabo. Vinha d'uma aldeia proxima, escarranchado n'uma burrita magra, esfomeada, chouteando aborrecidamente por entre a charneca sombreada de grossos pinheiros d'onde melros brejeiros arremessavam de longe em longe risadas de troça: e elle, espreguiçando-se, sentia-se aborrecido, dizia mal da vida, emquanto a sacca presa ao albardão lhe batia compassadamente nas costas.

Quasi todas as ferias tinha de fazer a longa jornada até á estação, quando vinha de casa.

A intelligencia não o ajudava muito, e por isso consumia annos e annos agarrado ao *nominativo e genetivo*.

Fadara-o a sorte para padre, e o tio o bom abbade da freguezia pregava-lhe grandes e fastientas lições de moral, ao mesmo tempo que lhe encarecia o officio com as valiosas prebendas e os presentes que elle havia de receber depois de resar a primeira missa. Um ceu aberto e bôa barriga ao fim de meia duzia d'annos.

Elle dizia que sim—que havia de tomar ordens.

Mas o temperamento, a grande força de sangue que lhe pulava nas veias, não permittia a vida ociosa, christãmente mandriona dos abbades. Sentara-se um dia debaixo da umbrosa ramada do quinteiro contemplando embevecido, extasiado os pachorrentos bois que revolviam vagarosamente a terra.

Sentia que a lavoura o attrahia poderosamente, que era afinal a occupação que o seu temperamento e gosto lhe pediam. Decididamente o tio abbade errara-lhe a vocação; nada, d'aquella massa nunca se poderia fazer um bom prior!

Para o campo chamam-no a rabiça do arado, aquelles seus tamancos largos, bojudos, competentemente ferrados de que se despedira com saudades, ainda ha pouco, as bellas raparigas aldeãs tão joviaes, tão amaveis para elle quando pegava na soga dos bois e agora o troçavam horrorosamente.

Lá no seminario os companheiros traduziam bellos versos das bucolicas do Virgilio, um pequeno volume com que elle sympathisara, mas onde ainda não podera metter dente. O Virgilio tambem fallava em arados, bois e era um grande poeta—diziam. Tambem elle agora se julgava poeta, adorando o bucolismo do seu quinteiro, onde o pae, um velhote alto, magro, esqueletico, tostado pelo sol quente d'um dia de verão, picava os bois pacientes.

Já uma vez pedira acabadamente ao tio que o não mandasse para o seminario que o deixasse, como d'antes, gosar os vinte annos alli por casa—ou então que preferia vir para Coimbra, fazer-se *doutor*.

Mas o tio apegara-se á idéia de fazer do sobrinho uma columna firmissima da egreja e agora custava-lhe a vêr cahir, desfeitos por um *fedelho* os seus sonhos de ha muito. Não consentiria: para Coimbra era necessario muito dinheiro, e para ficar em casa como qualquer *lapuzio* era desairoso, para todos—dizia. Para Coimbra só se de todo em todo não podesse deixar de ser.

Ao finorio abbade não passara desapercebida a repentina mudança do estudante: e no domingo seguinte ao ver entrar os seus freguezes para a missa conventual, estando junto ao sobrinho reparara n'umas olhadellas ternas que elle dirigira quando passava a *Rosita*, a elegante Rosita, d'olhos azues, com a fina tez levemente queimada, muito aceiadita com o seu fato domingueiro de cores mosicantes. E attentando mais demoradamente no sobrinho vira-o todo lepido, mais bem lavado do que o costume, cabello penteado.

Certamente a Rosita dêra no goto ao rapaz.

E o bom velhote pensava nos seus sonhos que, como castellinhos de cartas, seriam desfeitos pelo primeiro sopro do robusto seminarista.

João Chic.

O Povo de Ovar, *de 25 de Julho de 1886.*

da Estrumada para desonerar o tesouro municipal com uma verba importantíssima; o outro desenvolveu-se com uma revolução de carácter inteiramente pessoal. Ficou por isto marcada a órbita onde ambos giram – um conservador opõe-se aos melhoramentos que destoem do ronceirismo na administração, o outro guiando-se simplesmente pela simpatia que lhe inspira o seu chefe dá à luta o carácter duma represália».

O partido conservador é o partido *regenerador*, aralista; o outro é o partido *progressista*, chefiado pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, que se havia tornado o antagonista número um dos aralistas.

De 1883 a 1890 Ovar foi campo de batalha destas duas ardorosas correntes – *cachingós* e *limonadas* – que se chocavam uma contra a outra nos períodos eleitorais.

Os regeneradores locais vieram a ser denominados *cachingós*, e os progressistas *limonadas*. Porquê?

O dr. FRANCISCO FRAGATEIRO (*O Povo de Ovar*, de 14 de Novembro de 1886) deu-nos a história do apelido *limonada*:

«Faz agora sete anos, pouco mais ou menos, que um larápio de Vila Nova de Gaia veio a esta terra e na feira de gado suíno que se costuma realizar no Largo dos Campos roubou umas poucas de libras a um lavrador.

Esse indivíduo foi preso nesse mesmo dia.

Ao interrogatório em presença do juiz deu como nome *Limonada*. O juiz perguntou-lhe: então você chama-se simplesmente *Limonada*? – é o meu apelido e não tenho outro. Ao ladrão ninguém mais chamou outro nome – era *Limonada*. Tempos depois um indivíduo, atendendo ao carácter e costumes dum certo sujeito de Ovar chamou-lhe *Limonada*. Esse achou-se bem com o título que lhe conferiram e ficou com ele.

Esse sujeito tornou-se *cabeça*, dum grupo de vadios e arruaceiros e esse grupo tomou o título do cabeça.

Eis porque há um grupo que se chama *limonada*.

Limonada como se vê é sinónimo de *ladrão*, mas ladrão porco, ladrão de feira».

Mais tarde, o dr. PEDRO CHAVES, num artigo intitulado «Alcunhas políticas» (*in*: *A Pátria*, de 16/7/1925), explicou a origem dos dois apelidos: – «O chefe regenerador dr. Manuel Arala teve não só em Ovar mas no distrito, uma real e enorme força política. Quando, pouco depois de 1880 a família José Luciano-Castro Matoso resolveu derruir esse poderio, para o que usou de processos que nos envergonharam», «organizou aqui o núcleo dos seus partidários formado pelos despeitados e inimigos que sempre cria um homem de acção.

Atribuíam estes ao dr. Arala e com fundamento, uma autoridade quase despótica sobre os seus partidários, pelo que lhe chamavam o *régulo*. Nessa ocasião houve uma das nossas campanhas coloniais e foi vencido e aprisionado um régulo africano que se chamava *Cachingó*. O nome tomou-se conhecido e foi aplicado ao chefe regenerador local e depois a todos os seus correligionários.

A campanha jornalística, aberta contra esse partido no jornal *O Ovarense* tinha um colaborador que escrevia umas crónicas com o pseudónimo de *Limonada*, nome também muito em voga cá na terra nessa ocasião, porque era a alcunha dum gatuno que estava a cumprir pena na cadeia da comarca por uns furtos audaciosos.

Não foi preciso mais: os *cachingós* em *revanche* aplicaram a todos os adversários a designação que um, em momento infeliz, adoptara».

O dr. Pedro Chaves casou (1901) com uma sobrinha do dr. Manuel Arala, filha de seu irmão dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala.

A *alcunha*, denominação dada a alguém, tirada de defeito físico ou de particularidades morais ou profissionais, é, geralmente, depreciativa. Contudo, por vezes é ostentada com vaidade, passando a ser usada por todos os membros duma família. E muitas delas são tomadas, depois, pelo alcunhado ou pelos descendentes, utilizadas para formar o seu nome. Neste caso, a alcunha formará o cognome, tendo o mesmo significado de *apelido* (denominação vulgar ou popular por que se conhece uma pessoa).

Relação de alcunhas (e apelidos) que tiveram, ou ainda têm, impacto entre os ovarenses

1. **Comerciantes e industriais**:
Domingos da Fonseca Soares – *Domingos Marinhão*
Fernando Artur Pereira – *Fernando Carrelhas*
Francisco de Oliveira Gomes – *Francisco Ramada*
João Ferreira da Silva – *Ferreira da Madria*
José Augusto Ferreira Malaquias – *Zé dos Vidros*

2. **Desportistas**:
Alfredo Alves – *Alfredo do Arroz*
José da Silva – *Ratinho*
José Soares Santa – *Camarão*
Manuel Pereira Dias – *Arouca*
Manuel Pinto dos Santos – *Sanfins*

3. **Doceiras**:
Conceição Pais da Silva – *Conceição do Doce*
Francisca Jesus Ribeiro – *Chiquinha*
José Maria Martins de Pinho – *Zé do Doce/Zé da Chica*
Maria de Lurdes Silva Pais – *Lurdinhas do Doce*
Maria Rodrigues da Silva – *Marquinhas da Catrina*
Rosa Pereira da Silva – *Rosinha da Catrina*

4. **Jornalistas e distribuidores de jornais**:
Augusto Duarte – *Paródia*
Francisco de Oliveira Granja – *Sueco*
Francisco da Silva Carrelhas – *Chico Carrelhas*
João de Oliveira Ramos – *Pai Ramos*
Manuel Gomes Dias – *Manduca*
Manuel José Soares dos Reis – *Matacães*

5. **Lavradores**:
José Duarte Pereira - *Sebe*
José Maria Correia da Cruz - *Maneta*

6. **Personagens de JÚLIO DINIS**:
António Baptista de Almeida Pereira - *Dacunha*
António de Oliveira Leite - *António Patarena*
José Gomes da Costa - *José Travanca*
Dr. João José da Silveira - *Dr. João das Luzes*, *Dr. Carraca*, ou *Joãozinho das Luzes*

7. **Músicos e cantores**:
António José Valério - *Lord Gaita*
António Vieira Leite - *António Teixeira*
Artur Rodrigues da Silva - *Artur Nábia*
Benjamim Rodrigues da Silva - *Benjamim Nábia*
David Rodrigues da Silva - *David Nábia*
Francisco Leite de Sousa - *Francisco Xestre*, *Francisco Xastre*, ou *Badoni e Leite*
Francisco Maria de Carvalho - *Sineiro*
João Rodrigues da Graça - *Mestre Nábia*
Joaquim Maria Pereira da Silva - *Raso*
José Ferreira Soares - *Zé da Vesga*
Luís Augusto de Lima - *Luís Caca*

8. **Padres e frades**:
António André de Oliveira - *Padre de Loja*
António Caetano da Silva - *Padre Algáio*
Bernardino José do Espírito Santo - *Frade da Aninhas*
Bernardo José Godinho - *Padre Tareco*
Francisco de Oliveira Gomes - *Frei Francisco de Ovar* ou *Frade Cigano*
Francisco Valente Lopes - *Padre Cativo*
Gabriel da Conceição - *Frade Cigano*
João Bernardino Leite de Sousa - *Poveiro*
João de Oliveira Descalço - *Padre Jacob*
João Pereira Tomás - *Padre Ruim*
José Duarte Pereira - *Padre Mortal*
José Pereira da Cunha - *Padre Ramilo*
José Rodrigues Catorze - *Padre Pesca*
Manuel Gomes Dias - *Padre Vacas*
Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro - *Padre Carril*
Manuel Rodrigues Valente - *Rabeleiro*
Manuel de Sá Ferreira - *Padre Mestre*

9. **Políticos**:
Progressistas – *Limonadas*
Regeneradores – *Cachingós*
António Ferraz de Abreu – *O Homem de Ferro*
Dr. António Joaquim de Oliveira Valente – *dr. Baldaia*
José António de Figueiredo – *Monteiro-Mor*
José Maria de Sá Femandes – *Sá d'Ovar*
José de Oliveira Lopes – *Lopes do Cadaval*
Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa – *Régulo do Mato Grosso*
Dr. Serafim de Oliveira Cardoso – *dr. Baldaia*

10. **Professores, mestres e mestras-escolas**:
Ana Maria Gomes da Silva – *a do Máximo*
Joana Rosa de Jesus – *Joana das Bichas*
José Dias – *Ceifão*
José Ferreira Dias – *Barrote*
Maria José Teixeira – *Mestra do André*
Martins – *Colinha*

12. **Verónicas**:
Maria Carolina Ermelinda de Almeida – *Marquinhas da Vitorina*
Maria da Glória de Oliveira – *Glória da Pinta*
Rosa Rodrigues Assunção – *Rosa «Chavinha»*

12. **Outros**:
Abel Guedes de Pinho – *Abel das Máquinas*
Abílio Marques de Oliveira – *Vanca*
António Joaquim Rodrigues – *Marreco*
António Maria Marques – *Biscaia*
António Maria Rodrigues da Silva – *Biscaia*
António de Oliveira Craveiro – *Mangueira*
António Rodrigues Brandão – *Canha*
António Rodrigues Conde – *Lume*
Dr. Daniel José de Oliveira – *dr. Malícia*
Francisco de Oliveira Graça – *Ruivo*
Francisco de Oliveira Manarte – *Ti Francisco Nacum*
Francisco de Oliveira Manarte – *Xico Nacum*
João Batatel – *João Janeiro*
João Ferreira de Azevedo – *dr. Canha*
Joaquim Dias de Resende – *Joaquim Vilão*
José Correia Vidinha – *Borreto*
José Fernandes da Graça – *Carriça*
José da Fonseca Bonito – *Zézere*
José Maria Dias de Resende – *Vilão*

José Maria Fernandes da Graça - *Bacalhau*
José Romão - *Marinhão*
Manuel António Lopes - *o da Inácia*
Manuel António Lopes Júnior - *o da Melra*
Manuel Ferreira Amador - *Manuel da Ribeira*
Manuel Lopes Palavra - *Pinto da Maria Ruiva*
Manuel Pereira - *Mineira*

Em 1886 rebentou um escândalo político em Ovar: os *Fragateiros*, pai e filho, progressistas, que tinham estado presentes à reunião deste partido de 3 de Junho de 1885, aliaram-se ao dr. Manuel Arala, chefe dos regeneradores locais, na luta contra os *limonadas*.

O Povo de Ovar passa agora a atacar os caceteiros progressistas que espalham o terror em Ovar e estes, em contrapartida, tornam a vida difícil ao dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e a seu pai José Fragateiro de Pinho Branco. No dia 16 de Setembro de 1886 este foi objecto de tentativa de homicídio, pelas 6 horas da tarde, tendo apresentado queixa na Administração; a 1 de Agosto de 1887 tentaram agredir o dr. Francisco Fragateiro que se viu obrigado, a 4 do mesmo mês, a dirigir ao juiz da comarca um ofício pedindo-lhe garantias para a sua vida ameaçada e para o livre exercício dos seus direitos no desempenho do cargo de advogado.

Noticiando o acordo, levado a cabo a 9 de Outubro e que ficou conhecido pelo *pacto de Cabanões*, o dr. Francisco Fragateiro declarava no seu semanário:

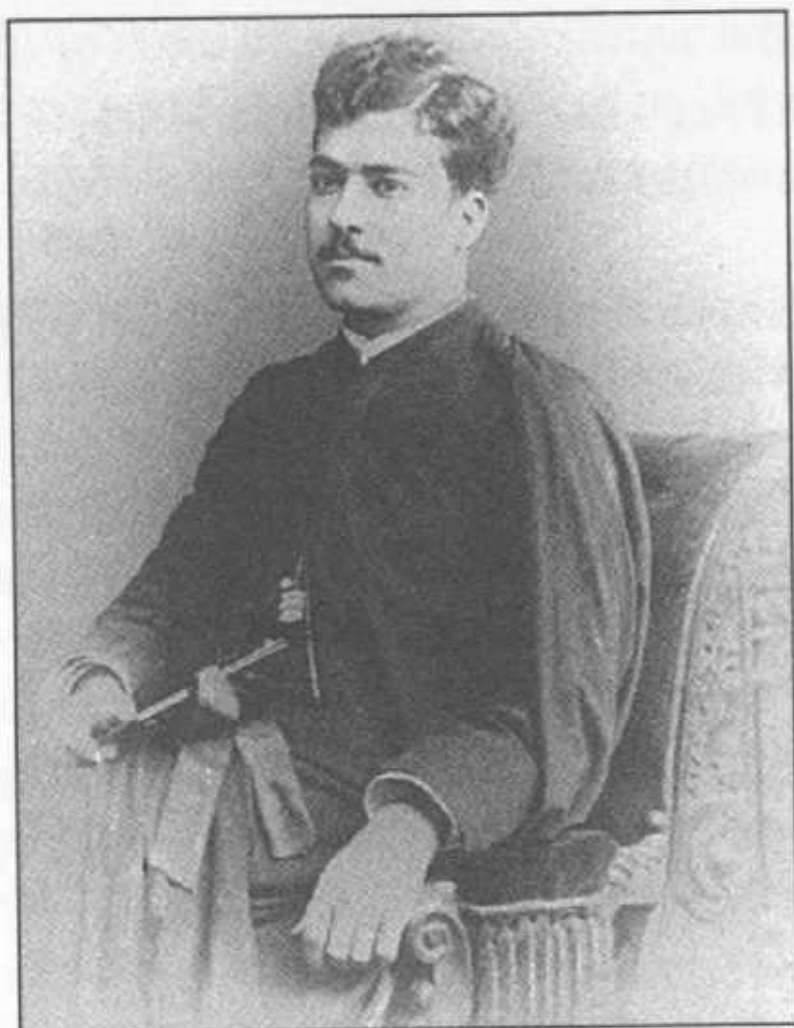
«Todo o concelho tem presenciado a série de crimes, que o grupo comandado pelas autoridades administrativas tem ultimamente praticado. Os elementos dissolventes de que se cercou levaram-no à última degradação, desacreditaram-no fazendo com que renegasse o seu primitivo nome - *progressista* -, para se intitular *limonada*.

Era necessária a reacção, era necessário abafar as arruaças, opor a força à força quando ela saísse do caminho da lei: era necessário mostrar que ninguém tinha medo das arruaças...

Por isso dois homens que se guerrearam politicamente durante 23 anos, Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa e José Fragateiro de Pinho Branco acordaram entre si, irem à luta unidos para evitarem, não só o vencimento da lista das autoridades administrativas porque para isso não era preciso, mas as desordens, as arruaças que essas mesmas autoridades apregoavam.

Esse acordo teve lugar no sábado 9 do corrente mês.

Não se discutiram ali as ideias políticas de cada um dos aliados, nem tão-pouco houve transacções algumas, assentou-se apenas num ponto - que era preciso derrotar-se um grupo que, sem ideias políticas, sem programas, sem direcção, sem tino, procurava levar de assalto, à força, as eleições municipais, exercer vinganças odientas, cevar os seus rancores, os seus ódios pessoais em todos aqueles que não postassem a aplaudir actos vergonhosos» (*O Povo de Ovar*, de 17 de Outubro de 1886).

Mais tarde, humoristicamente, o órgão progressista local criticaria este acordo político entre a família Fragateiro e o dr. Manuel Arala, num artigo intitulado «Dissolução de sociedade» (*O Ovarense*, de 27 de Fevereiro de 1887):

Dr. Francisco Fragateiro.

«Formou-se em tempo nesta vila, uma sociedade eleitoral, que tem girado sob a firma Arala & C.ª, e de que são membros os srs. Manuel Arala e José Fragateiro. A sociedade firmou-se em Cabanões e tinha por fim a exploração duma mina inexgotável, que para aí havia, conhecida pelo nome de – eleição – donde se extraiam preciosidades, tais como câmara municipal, junta de paróquia, deputado, etc., que depois se preparavam ao sabor do proprietário da mina. Prometeu cada um dos sócios entrar com grandes capitais de votos, e resolveram de comum *acordo* espalhar *acções* para aumentar o fundo social. As *acções*, porém, não encontraram tomadores e tiveram uma desgraçada cotação no mercado. Em vista disto, os directores resolveram fazer a exploração com os fundos da sociedade e deram o seu balanço. Acharam que os capitais tinham um valor nominal, que seduzia, mas que o valor real... era pequeno.

E daí deram em dizer um a respeito do outro: – Fui enganado!

Desistiram da exploração e diz-se agora que vão desfazer a sociedade, também de *acordo*, levantando o sócio Fragateiro todos os capitais com que entrou, porque não são susceptíveis de aumento ou diminuição, e ficando todos os prejuízos a cargo do sócio Arala.

Mau negócio! Aviso aos incautos».

O partido progressista ovarense convenceu-se que a «tirania jamais se venceu com meios brandos e persuasivos; tornava-se portanto necessário que contra a força bruta do audacioso mandão (*dr. Manuel Arala*), se opuzesse a força bruta das massas» (*O Ovarense*). E daí este partido, então de índole estreita, mais negativo que afirmativo, mais destrutivo que criador, apresentar um programa salvador – «pancadaria nos que não são dos nossos». E a começar quanto antes, para que quando chegasse o dia das eleições municipais o povo ovarense já estivesse ciente da força *limonada* e do que lhe poderia acontecer se teimasse em votar nos aralistas. E veremos que mais uma vez as virtudes terapêuticas da pancadaria deram resultado...

E em Outubro e Novembro de 1886 sucederam-se os *distúrbios* em Ovar:

– 10 de Outubro (Domingo)
Iniciam-se as hostilidades na rua: são espancados José Pinto Ribeiro de Azevedo, à porta do teatro Ovarense, e Anacleto José Luís de Sá.
– 11 de Outubro
É preso Francisco de Oliveira Granja, o *Sueco*, distribuidor de jornais regeneradores. Os distribuidores dos semanários locais e dos jornais partidários foram bodes expiatórios durante a *guerra* entre regeneradores e progressistas. A 11 de Dezembro de 1893 respondeu em polícia o *Sueco*, por ter chamado ladrões aos homens da Câmara, afirmando que roubavam a Estrumada. Defendido pelo dr. José António de Almeida, veio a ser condenado.
– 15 de Outubro
Arruaceiros provocaram e insultaram, à noite, em suas casas, António de Oliveira Gomes Dias, nas Ribas, António Plácido da Costa Lamy, em Sant'Ana, e Abel Narciso da Costa Lamy, na Rua dos Campos, sendo corridos por este último.
– 17 de Outubro (Domingo)
Verificaram-se acontecimentos graves na Praça, quando se realizava o mercado municipal, que se desfez. Com vivas ao partido progressista e morras aos regeneradores, um grupo de caceteiros invadiu o mercado, espancando e ferindo quatro cidadãos: António Pereira da Silva, lavrador; uma mulher; José Maria da Graça Soares de Sousa, oficial da Câmara; e José Pinto Baeta, cantoneiro (João Lopes de Oliveira Ramos, acusado de ter maltratado José Pinto Baeta junto à praça da hortaliças foi absolvido a 6 de Dezembro de 1887).

As campanhas afectas ao grupo *limonada* após terem espalhado a desordem e a anarquia no mercado, ainda perseguiram cidadãos dentro das casas onde se tinham refugiado.

José Pinto Ribeiro de Azevedo, distribuidor d'*O Povo de Ovar*, quando passava ao Largo do Chafariz é assaltado e fica sem 30 números daquele semanário, que são rasgados e arremessados, depois, para o ar (José da Fonseca Bonito, o *Zézere*, acusado de ter destruído 30 exemplares do *Povo de Ovar*, a 17 de Outubro de 1886, foi absolvido a 6 de Dezembro de 1887). Igualmente *O Correio da Manhã* sofre um atentado na Rua da Fonte.

Escreveu o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 15/9/1949), que «no *Distrito de Aveiro*, no *Correio do Porto*, os vareiros iam dando largas às suas arremetidas políticas. E quando esses jornais irrompiam da Estação mais gritados pelo Chico Porteiro e pelo Sueco havia alvoroço no burgo, na certeza de mais escandaleira. O Sueco foi o *cachingó* mais firme que o partido teve. Nem o Arala, nem o Manuel Joaquim lhe passavam as palhetas, sentindo mais fundo e mais vivos o luto da derrota e as aleluias das vitórias. Com os ossos num feixe ou caído de bêbado no fundo de uma valeta, nunca ninguém lhe calou: viva o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa! Viva o partido Regenerador! O Chico Porteiro era de outro calibrado. Foi o maroto mais atrevido que passou pelo banco dos réus deste tribunal. Garantiu ao juiz que era jornalista... porque vendia jomais».
– 18 de Outubro
A Câmara Municipal, convocado extraordinariamente pelo seu Presidente dr. Ma-

nuel Arala, reuniu-se neste dia resolvendo dirigir uma representação ao Rei a expor sucintamente os atentados e crimes cometidos no dia anterior em plena praça pública e a pedir «garantias de ordem e segurança para a sua vida e propriedade e dos munícipes que representa»:

«Senhor, ontem de manhã cedo, na ocasião em que se fazia o mercado que é costume realizar-se na praça de Ovar, apresentaram-se no mesmo local os administradores efectivo e substituto deste concelho, bachareis Augusto Correia da Silva e Melo (que foi acusado, então, de inaugurar o cabralismo em Ovar, jogando a seu favor com as campanhas dos pescadores *amigas*, armadas de bordões, com as *troupes* de arruaceiros e com a própria tropa estacionada em Ovar) e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, acompanhados dos seus amigos e dum grupo de indivíduos da classe piscatória embriegados que espancaram, feriram e maltrataram cidadãos inermes e inofensivos e até mulheres, correram sobre outros com gritos subversivos da ordem e segurança pública, levantaram gritos de morte a vários cidadãos, não escapando os vendedores dos jornais – o *Correio da Manhã*, e *O Povo de Ovar* –, aos quais roubaram e rasgaram os jornais, e foram tais as arruaças, tumultos e desordens, que o mercado se desfez, não parando aqui os anarquistas que percorreram assim algumas ruas da Vila, insultando, provocando e agredindo diversos cidadãos e procurando outros com igual intuito.

Senhor, os administradores efectivo e substituto do concelho de Ovar capitaneavam o bando, dirigiam a anarquia e espancaram também. E no entretanto, Senhor, debaixo das arcadas dos Paços do Concelho, estacionava um destacamento militar, que acompanhou em algumas evoluções os administradores.

Senhor, os administradores do concelho de Ovar com os seus amigos prepararam e combinaram propositadamente aqueles factos de verdadeira selvajaria, e no dia 17 de manhã cedo eram vistos todos na praça de Ovar, dando de beber aguardente e vinho a velhos, novos e crianças em casa de António Manuel da Costa e Pinho, e é hoje público que nessa noite foi mandada uma pipa de vinho para casa deste cidadão, e por José Pacheco Polónia seu cunhado arrais da companha um carro de bordões (paus) de que usa a classe piscatória para remover a sardinha em ocasião de pesca; como é público, que o destacamento militar recebeu ordem para estar pronto à primeira voz!».

A representação prossegue com a narração dos atentados e a individualização das vítimas e agressores e, finalmente, insiste novamente, numa linguagem que denomina franca e verdadeira, na crítica às autoridades *ferozes e injustas*:

«Senhor, os administradores do concelho de Ovar, com os seus amigos afirmam e protestam sem rebuço em toda a parte, que hão-de vencer as eleições nesta circunscrição por todos os meios, suceda o que suceder, e há muito que de dia e de noite provocam, insultam e atentam contra a vida de muitos cidadãos, como já afirmam que os atentados de ontem são um simples ensaio dos que se lhes hão-de suceder».

– 20 de Outubro

É espancado, no Largo de S. Miguel, Manuel José Lerogaio.

– 24 de Outubro (Domingo)

Repetem-se os acontecimentos graves do dia 17, na Praça e no mercado. Segundo *O Povo de Ovar* reuniram-se às 5 horas da manhã os pescadores das companhas

afectas aos progressistas em casa de António Manuel da Costa e Pinho onde os aguardavam duas pipas de vinho, um barril de aguardente e duzentos bordões. O Administrador substituto, Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, distribuiu-lhes aguardente e às 8 horas da manhã foi-lhes dada forte ração de vinho. Às 11, já *preparados*, espancaram na loja de Joaquim Ferreira, na Praça, o dr. Vicente Pedro de Carvalho e Sousa (João Lopes de Oliveira Ramos, acusado de ter maltratado este bacharel, foi absolvido a 6 de Dezembro de 1887) e atacaram Manuel de Oliveira Barbosa.

À tarde dispararam um tiro de revólver em frente da casa de José Fragateiro de Pinho Branco e um bando desafiou o proprietário a sair para a rua; as portas fechadas foram forçadas e a casa em parte invadida, à noite, pelas 19 horas.

Ainda no mesmo dia 24 espancaram, no Largo dos Campos, José Pinto Ribeiro de Azevedo, distribuidor d'*O Povo de Ovar*, e Júlio da Graça Soares de Sousa, que ficou ferido.

Dos acontecimentos dos dias 17 e 24 foram dadas 8 participações crimes onde se achavam envolvidos os Administradores do Concelho e todas as cabeças das *troupes* do partido *limonada*.

– 25 de Outubro

Novamente a Câmara se reuniu, extraordinariamente, representando ao Rei contra os factos praticados no dia anterior pelas autoridades administrativas do concelho e seus amigos, na presença da força militar estacionada em Ovar, que não os impediu mas até foi conivente, pois nem sequer prendeu um dos criminosos.

– 29 de Outubro

As desordens continuaram, mau grado as representações camarárias, e neste dia é apedrejado, em frente à redacção d'*O Povo de Ovar*, Gonçalo Maria de Resende.

– 30 de Outubro (Domingo)

Foi o terceiro domingo de arruaças levadas a cabo pelos caceteiros *limonadas*, que se abasteciam de calhaus e bordões em casa do referido António Manuel da Costa e Pinho, onde continuavam a ter pipas de vinho e barris de aguardente à discrição.

– 6 de Novembro

O mês de Novembro vai de mal a pior. Neste dia chega a Ovar uma força de cavalaria comandada pelo tenente Faro.

– 7 de Novembro (Domingo)

Verificaram-se mais uma vez, acontecimentos graves na Praça e na feira dos Campos. José Charrua, no Largo do Chafariz; José Baeta e sua filha, do Sobral, no Largo dos Campos; Manuel Baeta, do Casal, no pátio de Santo António; e dois pescadores pertencentes à companha de Manuel José Ferreira Coelho, na taberna do Polónia, são espancados.

– 8 de Novembro

A Câmara solicitou por telegrama ao Presidente do Conselho e Ministro do Reino garantias de ordem e segurança; mas, neste mesmo dia, das 8 às 11 horas, foi cercada pelos *limonadas* a farmácia de Isaac Júlio Fonseca da Silveira, onde se encontravam os drs. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e João Maria Lopes e ainda José Fragateiro de Pinho Branco e José Ferreira dos Santos.

– 9 de Novembro

À noite, quando saíam de casa do dr. Eduardo Augusto Chaves, foram alvejados a tiros de revólver, pelos *limonadas* reunidos em grande magote, os drs. José Duarte Pereira do Amaral e António dos Santos Sobreira.

– 10 e 11 de Novembro

Tiveram lugar novas desordens que foram relatadas na carta que o dr. Manuel Arala dirigiu aos seus amigos eleitores do concelho de Ovar:

«Depois de tão lamentáveis sucessos que assim vitimavam uma população inteira, os pinhais municipais, que servem de barreira aos imensos areais, que ameaçam constantemente submergir esta populosa terra, já tão danificados, em razão da propaganda feita às massas populares, foram assolados no dia 10 por centenares de homens armados de machados, e mulheres, que neles fizeram uma devastação enorme, tendo os respectivos guardas de fugir para não serem mortos.

Os administradores do concelho e seus amigos, que tinham preparado de antemão estas cenas vandálicas, armados de espadas e bacamartes, seguidos por destacamentos de infantaria e cavalaria, acodem então ostentando-se zelosos para sustar aquele derrocar medonho e terrível, havendo *cautelosamente* prevenido os assaltantes, por meio de toque de buzina; entregam a guarda dos pinhais aos seus assalariados e recolhem à vila, *triunfantes*, no meio de uma multidão, que soltava gritos sediciosos contra o presidente da câmara, que *intencionalmente* pretendiam inculpar como autor do feito.

E assim tinham o arrojo de lhe imputarem estes excessos selváticos aqueles desordeiros e díscolos, que haviam despedaçado os candeeiros da iluminação pública, destruído as guardas das pontes, assentos de pedra ao lado das estradas, bancos das alamedas e até as próprias árvores!

Sempre os mesmos no exercício do seu mister odiento, os *perturbadores oficiais* da ordem pública despedaçaram no dia onze as vidraças, caixilhos e janelas nas ruas do Bajunco, Ferradores, S. Pedro, Pontes da Graça, Praça, ruas contíguas e dos Campos com paus, pedras e tiros, danificando os prédios de grande número de amigos do presidente da câmara» (*in*: *O Povo de Ovar*, de 5/12/1886).

Durante 1886 o Presidente da Câmara participou ao tribunal vários crimes: a 2 de Fevereiro a destruição de mais de 30 candeeiros de iluminação pública e a subtracção dos depósitos e globos da mesma iluminação; a 17 de Junho o arrombamento do encanamento das águas que abasteciam Ovar, no lugar da Ponte Nova, próximo da linha férrea (a porta da entrada da mina, na estrada do Sobral, também foi violada e forçada); e, finalmente, a devastação do pinhal municipal. Para defender os acusados, destes e de outros crimes, veio a Ovar o dr. José Maria Barbosa de Magalhães, como teremos ocasião de referir.

Só havia uma justificação para as arruaças, os espancamentos nas praças públicas, os ataques às casas, as ameaças de morte, as esperas, os tiros disparados contra cidadãos e contra habitações, praticados pelos pescadores e caceteiros *limonadas*, secundados pelas autoridades locais e a coberto das autoridades distritais e do governo progressista: – *afugentar os eleitores cachingós e independentes das eleições camarárias marcadas para 14 de Novembro!*

Em Outubro de 1886 é publicado *O Régulo*, colecção de poesias satíricas dadas

a lume no semanário local *O Ovarense*, da autoria de *ARTUR TRAMPOLINA* (dr. José Lopes Godinho de Figueiredo) e *ALFREDO TIMBYRA* (João Rodrigues de Oliveira Santos). *O Régulo* foi publicado «para acorrer às extraordinárias despesas dos inúmeros crimes instaurados» contra aquele semanário.

Nas poesias reunidas o dr. Manuel Arala (*O Régulo*) é designado por *anão minguado, sol decadente, prior colado, rei do saguão, paxá, carrasco da instrução, algoz da escola*, etc.

«Retirei-me de Ovar no dia 13 do corrente, e aconselhei aos meus amigos que abandonassem a eleição que se devia verificar no dia 14, porque entendi, que devia poupar a terra onde nasci à continuação dos atentados e crimes da mais feroz selvajaria, de que há memória na história eleitoral do país» (*in*: *O Povo de Ovar*, de 5/12/1886).

É nestes termos que o dr. Manuel Arala se dirige aos seus amigos eleitores do concelho de Ovar, ciente de que nada havia a fazer: o grupo *limonada* tinha decretado que nenhum eleitor aralista entraria nas assembleias eleitorais em Ovar.

Chegara, finalmente, o dia das eleições, o *14 de Novembro de 1886*, e no meio das manifestações de insensatez que tinham instaurado a anarquia em Ovar, ia-se travar a luta final cujo resultado, dado o crepúsculo do aralismo, era previsível – a derrocada, o desmoronamento do partido regenerador.

Logo na manhã daquele dia 14, entre as 4 e as 5 horas, depois de lauta ceia, o padre Manuel Rodrigues da Graça, na capela de Santo António, rezou missa de réquiem pelos que iam ser enforcados, com a assistência dos chefes do partido *limonada*.

Depois levantaram-se os madeiros de quatro forcas, em frente aos Paços do Concelho, que estiveram hasteadas até ao dia 22. Em efígie foram enforcados, então, o chefe do partido regenerador local e Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, António José Pereira Zagalo, dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e seu pai José Fragateiro de Pinho Branco. Contra os quatro *monos de palha*, que balançavam pendentes às cordas, cada um com o seu dístico – *Aqui mo pagas agora, Foi por tu virares a casaca, Não enforque meupai sr. Arala, Eu sob o Ferramenta por causa da raspadeira* –, foram disparados tiros pela turba avinhada.

A missa de réquiem e as forcas ficaram para sempre na história de Ovar!

Em carta publicada, a 11 de Dezembro de 1886, no *Correio da Manhã*, o dr. Manuel Arala referiu-se à missa na capela de Santo António, aos *pregões*, aos *cartazes* com o testamento e crimes do *justiçado* (dr. Arala), à sua execução com tiros de clavina e revólver, foguetes, bombas e música, ao arrastamento dos restos do *justiçado*, «aos quais se deu *enterro* com cânticos de morte, acompanhados de música em *marcha fúnebre*».

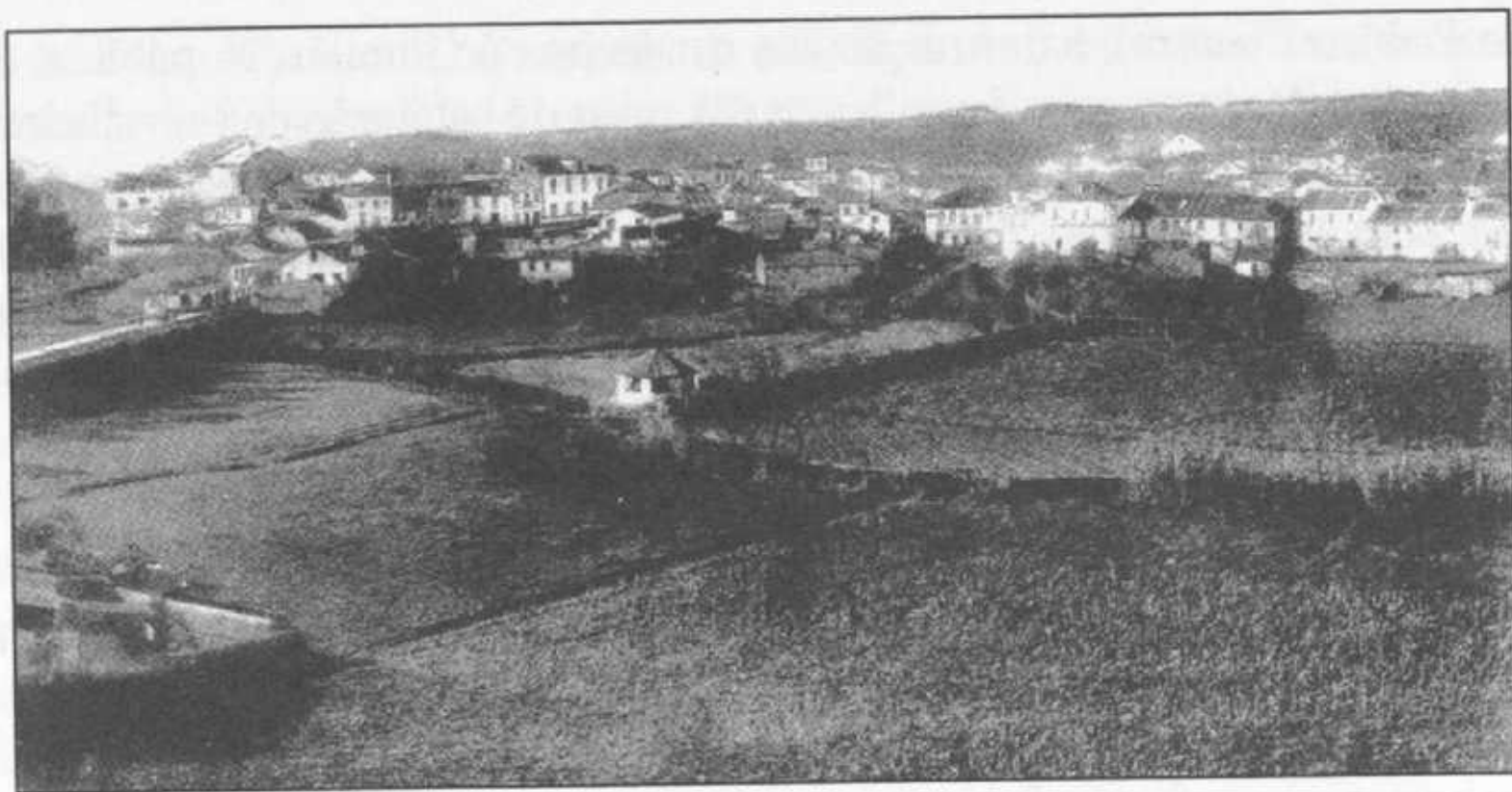
A Discussão, de 7 de Outubro de 1900, referiu «os espancamentos, à plena luz do dia e em plena praça pública, sob o comando directo das autoridades administrativas, o assalto, à mão armada, às casas de cidadãos onde, plácida e despreocupadamente, se achavam conversando alguns influentes conservadores, as prisões arbitrárias, após os espancamentos, efectuadas nos próprios espancados, que eram conservados sob custódia, pelo menos durante oito dias, a malograda tentativa de fazer voar pelos ares, por meio de bombas de dinamite, a casa do nobre e integérrimo chefe do partido regenerador, em cuja façanha tomou mui directa parte um actual magistrado (*dr. Manuel Gomes*

Duarte Pereira Coentro), a destruição dos candeeiros de iluminação pública, o despedaçamento, a horas mortas, das vidraças das casas de habitação dos cavalheiros que se achavam filiados no partido regenerador, por uma orla de assalariados malfeitores, o roubo, com espancamento, feito ao distribuidor do nosso jornal e tantas outras façanhas de igual jaez, tiveram, como epílogo, as forcas hasteadas em plena praça pública, com toda a coorte de selvajarias, postas em acção sob o comando dos dirigentes progressistas, comemorando-se tão ignóbil procedimento com uma missa de *réquiem*, celebrada na capela de Santo António, após uma noite de orgia!».

Para António Dias Simões (*Ovar – Biografias*, 1917), «Ovar ofereceu, durante alguns anos a todo o país, o tristíssimo espectáculo de uma terra verdadeiramente esmagada pela anarquia, aonde a lei, era constantemente desrespeitada, chegando a perigar a vida dos próprios cidadãos. Desde a coacção dos legítimos representantes do povo até ao ataque individual, à mão armada e em pleno dia, na presença da própria autoridade, tudo em Ovar se praticou, sem que repetidas e enérgicas reclamações por parte dos perseguidos fossem ouvidas pelo governo, que a tudo tinha fechado os olhos e cerrado os ouvidos. A questão limitava-se tão somente à completa e formal execução deste plano – *derrubar a influência política do dr. Manuel Arala*».

O dr. Zagalo dos Santos (*in*: *Notícias de Ovar*, de 7/11/1963), escreveu que «*a porca da política* tomou de assalto cérebros e corações, homens, mulheres e até a garotada da rua. Cada qual tinha o seu partido – Regenerador ou cachingó – Progressista ou limonada – e foi possível, por isso e tão pouco, indisporem-se até as próprias famílias, que se não tinham desavindo em partilhas. Nessas pelejas que duraram anos, que foram mesmo faladas no parlamento, todas as armas se esgrimiram de lado a lado; – a palavra séria, a chacota, o epigrama sangrento, a injúria directa e altiva; – a pedra, o cacete ou o bordão, a faca, o bacamarte à má cara ou de emboscada; a bicha de rabiar, a lata velha batida a desoras em apuro achincalhamento. Nas ruas, nas repartições públicas, até nos templos, nas moradias, tudo era campo de batalha. Falavam-se, tosiam-se, suportavam-se malquerenças, invejas e ódios. Corrido o répertório todo, ergueu-se finalmente a forca e nela se penduraram, em palha, os políticos mais em destaque de certo partido no galarim e um sacerdote houve – quem não tivera na classe um herói deste estofo que jogue a primeira pedra – que na manhã seguinte a lauta ceia de que não fizera a digestão, rezou missa por alma daqueles adversários».

Em Ovar não houve oposição, como se esperava, após as façanhas dos pescadores *amigos* e das *troupes* de caceteiros (Em Esmoriz lutou-se na eleição da junta da paróquia, tendo os governamentais, progressistas, vencido por 8 votos. Após o resultado, os vencedores fizeram, segundo a posição, uma gritaria infernal dentro do templo). Um grupo de *limonadas* percorreu nesse dia 14 de Novembro as ruas de Ovar partindo os vidros das portas e janelas dos aralistas, arremessando pedras para dentro da loja de José de Matos e para casa de José Fragateiro de Pinho Branco, que invadiram, espancando ainda o José Pinto Ribeiro de Azevedo, distribuidor d'*O Povo de Ovar*, Gonçalo Maria de Resende e um vendedor do jornal *O Correio do Porto*.

A força aqui estacionada compreendeu 20 soldados de cavalaria e um destacamento de 30 praças e foi dividida por Válega, Esmoriz e Ovar, permanecendo nesta vila 10 soldados de cavalaria e 15 a 18 praças de infantaria que não chegaram a sair do quartel.

Vista geral de Ovar anterior a 1886. I *Cl. de «Fritz» – Porto*
In*:* Almanaque de Ovar *para 1913*

As hostes progressistas rejubilaram com a vitória nas eleições camarárias, que representavam a subida ao poder dum partido que dele se encontrava afastado desde 1865! O órgão *limonadáceo* noticiava eufórico:

«Vencemos! fizemos desfraldar a bandeira da liberdade nos paços do concelho e expulsámos para longe e para sempre quem nos oprimia»; «o dia 14 de Novembro ficará escrito com letras de ouro na história de Ovar»; «depois da vitória inutilizou-se um potentado, que por muito tempo dizia bem alto que possuia a chave deste concelho por ele fechado».

In: *O Ovarense*, de 21 de Novembro de 1886

«E assim acabou a chave do concelho que o sr. Arala levava para Lisboa no bolso».

Idem, de 28 de Novembro de 1886

E referindo-se às forcas levantadas na Praça o mesmo semanário, jocosamente, informava os correligionários: – «Os jornais do bando *cabanola* têm para aí gritado contra uma forca que, dizem eles, existia na praça desta vila. Foi coisa que ninguém viu: o que lá esteve 8 dias foi apenas a junção de dois enormes madeiros, com a forma de *V* voltado» e «quando no dia 14, chegámos à praça e perguntámos o que aquilo era, disseram-nos que, tendo naquele dia acabado uma desgraçada influência, que para aí existia durante tantos anos, se apresentava um enorme *V* voltado, defronte dos paços do concelho, como querendo significar que estavam de pernas para o ar todas as vilanias, todos os vexames e todas as vinganças, que ali se praticavam. Ora do vértice desse *V* pendia um boneco qualquer, que se virava e revirava ao sabor do vento. Perguntámos também o que era; responderam-nos que, assim como em sábado de aleluia,

quando se comemora a sublime obra de redenção, se queima o símbolo da traição e da ambição, assim também, no dia 14, dia da redenção deste concelho, se pretendia, naquele boneco, queimar o símbolo do ódio e da perseguição. Nada mais se disse. Aparece, porém, o *Distrito*, órgão do Mato-Grosso, e diz que aquele boneco era o sr. Arala; e o irmão mais novo cá da terra diz que era um mono de palha... donde... Arala e mono de palha é a mesma coisa» (*Ovarense*, de 28 de Novembro de 1886).

O Povo de Ovar, do dr. Francisco Fragateiro, atacou duramente os selvagens do grupo *limonada* e no seu número de 21 de Novembro de 1886, o 1.º depois das eleições camarárias, apresentava uma relação dos novos vereadores da Câmara encimada com uma enorme cruz preta e com a legenda – *Orai pelo concelho!* E acrescentava num artigo intitulado «O futuro do concelho»: – «Não triunfaram: levaram de assalto, *à cabralina*, uma eleição em que a maioria enorme do concelho lhes era e é adversa; mas perante o vinho, as arruaças, os crimes e, principalmente, a força armada, disposta a impedir a votação, era impossível ir à urna. Povo, vai começar uma época maldita, vai começar o sacrifício. De joelhos e oremos pelo futuro do nosso infeliz concelho».

As eleições de 14 de Novembro de 1886 marcaram o apogeu duma primeira fase de arruaças e espancamentos iniciados a 17 de Outubro do mesmo ano e que tiveram por desenlace os graves acontecimentos de 7 de Janeiro de 1887.

A queda do dr. Manuel Arala, ontem adulado entusiástica e fervorosamente pelos pescadores e agora apeado com a ajuda dos mesmos, que o desprezaram e insultaram, traduzir-se-á na morte política do chefe regenerador, acusado pelos progressistas de durante 20 anos se ter mantido no poder através de *chapeladas*, compadrices, luvas, esbanjamentos e imoralidades, servindo *barrigas*, *afilhados*, *panças* e *tubarões*, e no ocaso do *aralismo*, que foi politicamente uma ditadura e economicamente uma espécie de *fontismo regional*.

É que, para o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), «uma tão longa permanência no poder levanta dificuldades, dissabores, desilusões, adversários irredutíveis por interesses, justa ou injustamente atingidos, inimigos que não poupam intrigas, ironias cruéis, espreitando os instantes em que poderão oferecer a luta e vencer».

O juiz dr. FRANCISCO ANTÓNIO PINTO (*O Despotismo*, 1912), referindo-se a Ovar, «burgo podre esterilizado pelas dissenções intestinas duma política fratricida», e ao «deputado crónico (*dr. Manuel Arala*), destinado ao meu círculo, o qual, em verdade, nenhuma falta fazia, porque limitava o seu préstimo ao de caixa de requerimentos», escreveu a respeito das eleições no *aralismo*:

«Ninguém compreendia ali (*em Ovar*) o que deveria ser uma eleição, porque nunca se procurou eleger, mas sim somente chancelar a escolha despótica do poder central aviltantemente imposta.

Os campos estavam nitidamente divididos por dois agrupamentos, que eram dois rebanhos. Dentro de cada grupo não havia ideias, mas sim medo a unir os partidários. E de grupo para grupo só se podia passar por medo maior do grande perigo iminente, e em rebelião declarada.

A proximidade das eleições constituía uma crise terrível, que importava sempre um verdadeiro estado de sítio, em que a lei era substituída pelo capricho de facínoras ao serviço do poder central.

Assignatura

Assignatura em Ovar semestre 500 rs.
Com estampilha.................. 600 »
Fóra do reino accresce o porte do correio.
Annunciam-se obras litterarias em troca de dous exemplares.

Pagamento adiantado

Redacção e administração
rua d'Arruella n.° 119

O POVO D'OVAR

DIRECTOR—FRANCISCO FRAGATEIRO

Publicações

Publicações no corpo do jornal 60 rs. a linha.
Annuncios e communicados a 50 rs. a linha.
Repetições.......... 20 rs. a linha
Annuncios premanente 5 » »
Folha avulsa................ 40 rs

CAMARA MUNICIPAL

EFFECTIVOS

Antonio Pereira da Cunha e Costa,
João d'Oliveira Baptista,
Luiz Ferreira Brandão,
Francisco Ferreira d'Araujo,
Francisco Pinto Ferreira.

SUBSTITUTOS

João de Freitas Sucena!!!...
José Maria Gomes Pinto,
José Maria da Costa e Pinho,
Manoel José da Fonseca, (Vallega)
Francisco Antonio de Pinho, (S. Vicente).

Orae pelo concelho!

O FUTURO DO CONCELHO

Não triumpharam: levaram d'assalto, «á cabralina», uma eleição em que a maioria enorme do concelho lhes era e é adversa; mas perante o vinho, as arruaças, os crimes e, principalmente, a força armada, disposta a impedir a votação, era impossivel ir á urna.

Todo o concelho tem presenceado os actos dos vandalos, dos esfomeados que quizeram empalmar uma eleição para pagar ao medico Cunha dinheiro que elle não ganhou: ao administrador do concelho os ordennados quando elle está em divida para com a Fazenda Nacional: aos empregados da administração quando ha outros legalmente nomeados e ainda não demittidos: e dar aos «affectos» os bens municipaes, os maninhos e principalmente a Estrumada.

Foi para isto e somente para isto que elles empregaram as maiores violencias, commetteram os maiores attentados, arrombaram as casas dos cidadãos, fizeram «esperas» com o intuito de espancarem e maltractarem.

Governando os vandalos amanhã, abusando descaradamente, como teem abusado da auctoridade administrativa, o que será do concelho?

O futuro está bem patente—todos viram como esses selvagens, esses limonadas, attacaram a Estrumada, ainda ha dias, derrubando e roubando enorme porção de pinheiros, aos gritos de—isto é nosso! isto é nosso! Ahi está a senda que elles trilharão ao entrar na administração municipal. Ahi está o cataclysmo enorme que subverterá a riqueza commum, a garantia dos nossos haveres, a base do nosso bem estar.

Os limonadas atulharão as secretarias, de empregados, porque trazem atraz d'elles uma turba famelica que quererá esburgar os cofres camararios emquanto lá houver alguns reaes. Essa turba hade querer comer até á ultima o que a todo o concelho pertence. Ella tem-se sujeitado a commetter os maiores crimes para obter a recompensa condigna.

Alguns dos vadios, que agora attacam os cidadãos pacificos e honestos, foram outr'ora artistas honrados que viviam nobremente do seu trabalho. Os «cabeças» famintos desviaram-nos do caminho digno para os lançar no lodaçal do crime—como se hade pagar o desfalque que soffreram esses desgraçados? Só os bens municipaes terão de responder pela perda, só demasiados empregos pagos pela camara poderão compensar os sacrificios pecuniarios que essa gente tem soffrido pela falta de trabalho.

Em logar d'homens honrados os «cabeças» limonadas tem feitos criminosos, que amanhã serão talvez ladrões ou assassinos.

O esfriamento hade vir, a «bolsa» hade fechar-se, e os proprietarios e capitalistas do concelho terão de soffrer essa malta damninha que hoje nos attaca em nome da politica suja e villã e que amanhã hade attacar as nossas casas em nome da fome que lhes roerá as entranhas.

Povo! terás de pagar crimes que não commetteste, terás de ser administrado por gente que te repugna e á qual foste sacrificado por umas auctoridades que prometteram vencer-te «á força» na eleição camararia do dia 14, para que alguns adeptos podessem conseguir despachos, e outros levassem dos cofres municipaes dinheiro que não ganharam. Chegou o momento de supportar a turba esfaimada, chegou o momento de ver e ouvir festas que o municipio terá de pagar.

Elles appellidaram-se limonadas e hão-de provar cabalmente que estão á altura de usar d'esse nome odioso, que n'este concelho foi conhecido por um roubo.

Povo! a aurora hade raiar depressa, a garantia dos nossos direitos hade dentro em pouco ser reconhecida. Novas auctoridades nos hão-de pôr a coberto das prepotencias e o passado voltará depressa para extinguir a hórda maldita que hoje tripudia á sombra do abuso e da licença, dos crimes e das arruaças.

Ao crime hade seguir-se a punição: ao abuso e licença, a lei com todos os rigores: ás arruaças, auctoridades energicas que saibam bem cumprir com os seus deveres.

A epocha de fatalidades que vae seguir-se e que se tem infelizmente iniciado, representa apenas um borrão na vida social e politica da nossa villa querida, da nossa terra abençoada, sempre prompta em acudir aos desgraçados, mas prompta tambem em castigar criminosos. Esse borrão desapparecerá quando os ferros da cadeia tiverem raspado da sociedade ovarense a gentalha que lhe suja a sua vida politica.

Elles quizeram fogo, muito fogo e muzicas, quizeram muito barulho e muito vinho, para atormentar, ensurdecer os gritos das suas consciencias enlutadas, que eram um protesto vivo contra os crimes que praticaram para vencer as eleições. Aquellas festas, que teremos de pagar, não significam regosijo, prestaram apenas para abafar os gritos da consciencia que se revoltava; e a prova é que nenhum povo concorreu a ellas.

Aquellas festas são o preludio da marcha funebre do municipio devastado, empobrecido pela turba, morto na sua vida social.

Povo, vae começar uma epocha maldicta, vae começar o sacrificio.

De joelhos e oremos pelo futuro do nosso infeliz concelho.

O Povo de Ovar, *de 21 de Novembro de 1886.*

Os partidários da oposição, por se sentirem mais numerosos e com melhor gente para a arruaça, sem escrúpulo nem medo, preparavam-se para ir à urna, e tratavam de dar balanço às suas forças eleitorais; e, enquanto andavam de noite a confirmar adeptos, eram todos, subitamente, agredidos por caceteiros desconhecidos, vindos de longes terras, que batiam e recuavam logo pedindo socorro, como se tivessem sido eles os espancados; e encontravam sempre uma patrulha da força militar, que tinha sido requisitada para ajudar a manter a ordem!...

A tropa, que nem conhecia uns nem outros, tomava sempre por verdadeiros queixosos os espancadores forasteiros; e os cabos de polícia eram testemunhas do auto levantado pelo administrador do concelho contra os oposicionistas espancados, e acusados do delito que os vitimara!

O inventor ou executor desta maravilhosa descoberta (*o dr. Manuel Arala*) exultava dentro em casa, rodeado dos fiéis pretorianos, que ardiam em fúria, quando se lhes anunciava algum pequeno revez. Um queria espetar aquele engaço nas costas do fulano, como quem espeta uma pasta de estrume; outro queria partir um braço a cicrano, com um cajado de carvalho, de que estava armado, e que experimentava vergando-o contra o pavimento; outro ainda... Era preciso conter estas dedicações dentro em casa, como quem segura feras na jaula!

A oposição terminava por se encher de medo e aparecer muito reduzida na assembleia eleitoral, donde ainda assim era expulsa pela força pública, de baioneta calada, em consequência de combinados motins que ali se levantavam pela gente do governo, que desejava ficar à larga.

Mas o governo caiu um dia, e a oposição subiu. Inverteram-se os papéis, e o partido governamental de agora, para não copiar servilmente a praxe anterior, fez-lhe algumas adições.

Levantou-se na praça pública, e no local onde em tempo esteve o pelourinho da justiça, uma forca, onde, com grande gáudio da galopinagem triunfante, foi enforcado, em efígie, o chefe vencido; e excluiram-se da assembleia dos quarenta maiores contribuintes todos os magnates derrotados na urna.

O cacete funcionava com tão profícuos resultados, que os oposicionistas que tentavam entrar na assembleia tiveram de retirar, para irem curar ferimentos seus e dos criados que os acompanhavam com o fim de trazerem notícias à família.

Daí por diante ficou assente que quem elegia era somente o governo».

«E aqui está como a manada eleitoral esteve a defender as crias da urna, à marrada e ao coice, para o poder central, comodamente sentado à mesa das rendas públicas».

A política, de resto, era assim em todo o País, neste tempo em que para *Rodrigo da Fonseca* «os deputados são como as casas, a fazê-los de novo é preferível comprá-los depois de feitos», e em que Fontes Pereira de Melo «quando alguém o incomodava no parlamento ou na imprensa, interrogava lesto: *que quer ele?*».

CAPÍTULO XVIII

OS PROGRESSISTAS NO PODER
1887-1900

A eleição dos 40 maiores contribuintes (7 de Janeiro de 1887)

O decreto eleitoral dispunha que no dia 7 de Janeiro da cada ano se reunissem na casa da Câmara, pelas 9 horas da manhã, os quarenta maiores contribuintes mais colectados em todo o concelho no lançamento da décima e impostos anexos do ano imediatamente anterior ao recenseamento. A finalidade da reunião era a eleição da comissão que procederia à formação do recenseamento dos eleitores e elegíveis, tomando por base o último recenseamento geral escrito por freguesias e por ordem alfabética.

Do exposto, se infere a importância da *comissão de recenseamento*.

Ora dos *quarenta maiores contribuintes* para o recenseamento eleitoral de 1886--1887 eram 31 do partido regenerador e os restantes 9 do partido progressista.

1. ***Quarenta maiores contribuintes do partido regenerador***:

Padre António Caetano da Silva, de 63 anos, de Sande.
António José Valente de Matos, lavrador, de 36 anos, das Rossadas da Espinha, de Válega.
António Marques de Oliveira, lavrador, de 55 anos, de Sande.
António de Oliveira Gomes Dias, de 51 anos, de Sant'Ana.
António Rodrigues da Graça Capoto, de 91 anos, da Rua dos Ferradores.
António dos Santos, de 49 anos, de S. João.
Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, de 61 anos, da Ribeira.
Francisco Duarte Pereira, lavrador, de 42 anos, do Barreiro.
Francisco Inácio Ferreira Soares, lavrador, de 42 anos, de Ações.
Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, de 59 anos, da Praça.
João Duarte Marques, lavrador, de 60 anos.
João Gomes Pacheco, lavrador, de 46 anos, de Cimo de Vila.
Padre João de Oliveira Descalço, de 69 anos, das Figueiras.
Dr. João de Oliveira Mansarrão, de 76 anos, das Figueiras.
Joaquim Ferreira da Silva, de 55 anos, da Praça.
Joaquim Maria Pereira Baldaia, lavrador, de 63 anos, de Cabanões.

Joaquim dos Santos Sobreira, de 59 anos, da Ribeira.
José Duarte Pereira, o *Sebe*, lavrador, de 50 anos, da Granja.
José da Fonseca de Pinho Osório, lavrador, de 52 anos, de Vilar, Válega.
José de Oliveira Tomé, lavrador, de 42 anos, do Sobral.
José Rodrigues Borges, de 47 anos, de S. Gonçalo, Válega.
José de Sousa Azevedo, de 66 anos, da Rua dos Lavradores.
Manuel Fernandes Paulino, lavrador, de 51 anos, de Cimo de Vila.
Manuel Francisco Vendeira, lavrador, de 29 anos, da Eira-Velha, Maceda.
Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, de 57 anos, dos Campos.
Manuel de Oliveira Barbosa, negociante, de 64 anos, das Ribas.
Manuel de Oliveira Costeira, de 72 anos, de Sande.
Manuel de Oliveira Gaspar, lavrador, de 60 anos, do Sobral.
Manuel de Oliveira Gaspar Júnior, lavrador, de 55 anos, do Sobral.
Manuel de Oliveira Maia, lavrador, de 71 anos, de Sande.
Manuel Valente, lavrador, de 51 anos, de Portovedo.

2. ***Quarenta maiores contribuintes do partido progressista***:
António Francisco, lavrador, de 64 anos, da Ordem, Maceda.
António Soares Pinto, negociante, de 47 anos, da Travessa das Ribas.
Francisco Pinto Ferreira, lavrador, de 64 anos, do lugar dos Castanheiros, de Esmoriz.
Dr. João de Oliveira Baptista, de 41 anos, da Praça.
José Valente Frazão, negociante, de 63 anos, da Fonte.
Manuel José da Fonseca, lavrador, de 77 anos, de Pereira, Válega.
Padre Manuel Marques Pires, abade de Válega, de 63 anos, da Espinha.
Manuel Valente de Almeida, negociante, de 47 anos, da Praça.
Padre Roberto Gonçalves de Sá, abade de Esmoriz, de 56 anos, da Igreja.

Os progressistas alegavam que os regeneradores, que detinham mais de 3/4 partes dos 40 maiores contribuintes, tinham falsificado o recenseamento, excluindo maiores proprietários que eram progressistas e incluindo aralistas que pagavam diminuta colecta.

Realidade ou não, o que era certo é que os progressistas, senhores da Câmara e da Administração, não podiam contar sequer com a minoria na eleição dos 40 maiores contribuintes a 7 de Janeiro de 1887.

E como era necessário vencer, só houve uma solução – afugentar os aralistas da urna com ameaças, e, se preciso, realizar as eleições a tiro e a cacete.

O que veio a acontecer naquele dia 7, foi narrado minuciosamente pelo dr. FRANCISCO FRAGATEIRO, no seu *Povo de Ovar* de 16 de Janeiro de 1887:

«Pela manhã cedo, ainda não tinha rompido o dia e já na administração do concelho havia bastante burburinho. Alguns magotes de pescadores bebiam aguardente que se lhes tinha mandado dar para se aquecerem. Um carro de bordões tinha vindo para debaixo de arcada dos Paços do Concelho e disposto aí ao longo da parede. A administração achava-se já atulhada de armas de fogo.

Rompeu o dia e principiou a algazarra, os vivas e morras, o estoirar dos foguetes de dinamite. Os caceteiros diziam a todos os que encontravam que nesse dia seriam espancados os quarenta maiores contribuintes que viessem votar contra as autoridades. É de notar que nenhum dos quarenta que pertenciam ao partido do governo tinha vindo, nem tão pouco apareceram durante todo o dia.

Próximo às 8 horas apareceu na praça o dr. João de Oliveira Mansarrão. Os caceteiros acercaram-se imediatamente do carro quizeram obrigá-lo a retirar mas como o dr. Mansarrão persistisse apontaram-lhe uma clavina ao peito enquanto outros armados de bordões o intimavam a não aparecer sob pena de ser morto. Comandando este grupo vinham Lopes Biscaia, e, um pouco atrás, Polónia. O administrador do concelho, estando próximo, esfregava as mãos de contente.

Em seguida cercaram a casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, ameaçando-o de morte se saísse.

Depois deste insigne feito foi dado um beberete de aguardente».

Enquanto se verificavam estes acontecimentos «na praça, em frente à sala que devia servir de assembleia eleitoral, em casa do dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa reuniam-se os 26 dos quarenta maiores contribuintes: – António José Valente de Matos, António Marques de Oliveira, António de Oliveira Gomes Dias, António Rodrigues da Graça Capoto, António dos Santos, dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, Francisco Duarte Pereira, Francisco Inácio Ferreira Soares, João Duarte Marques, João Gomes Pacheco, padre João de Oliveira Descalço, Joaquim Maria Pereira Baldaia, Joaquim dos Santos Sobreira, José Duarte Pereira, o *Sebe*, José da Fonseca de Pinho Osório, José de Oliveira Tomé, José de Sousa Azevedo, Manuel Fernandes Paulino, Manuel Francisco Vendeira, dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, Manuel de Oliveira Barbosa, Manuel de Oliveira Costeira, Manuel de Oliveira Gaspar, Manuel de Oliveira Gaspar Júnior, Manuel de Oliveira Maia e Manuel Valente.

Faltavam pois dos 31 que assinaram a representação cinco: o dr. João de Oliveira Mansarrão, por momentos antes ter sido obrigado a retirar quando chegava próximo à assembleia, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros e Joaquim Ferreira da Silva, por habitarem próximo dos Paços do Concelho e as suas casas estarem cercadas pela turba, o sr. padre António Caetano da Silva, um quarenta maior contribuinte de Válega (José Rodrigues Borges) por terem na véspera sido ameaçados.

Depois de algumas hesitações, pelo receio que inspirava a atitude ameaçadora dos agentes da autoridade, os 26 dos quarenta maiores contribuintes, ali reunidos, resolveram sair e até suportar os dichotes da gentalha se porventura os houvesse.

Saíram», e «ao chegarem ao Largo dos Campos estava ali o destacamento de cavalaria, comandado pelo tenente Faro, a dar de beber aos cavalos. Logo que o tenente avistou o grupo dos quarenta maiores contribuintes, deu ordem de levantar, e o destacamento marchou na frente do grupo».

E, mais adiante, continua o jornalista:

«O tenente Faro, como hábil político, deu ordem para a força tomar por uma viela, isto quando ia principiar o ataque.

Os arruaceiros logo que viram a retirada da força, compreendendo, só, então que em caso de necessidade ela os ajudaria, prorromperam em altos gritos contra os qua-

renta maiores contribuintes, que se aproximavam. O ataque principiou com arremesso de pedras e bordões.

O grupo faz alto, mas atrás de um bando armado vinha outro, e atrás desse outro. Foi impossível sustentarem-se, os quarenta maiores contribuintes, naquela posição porque nenhum deles vinha armado. Fugiram para as casas próximas, mas não tão depressa que não fossem feridos a maior parte deles. Aguentando a fúria dos caceteiros, dos bandidos, ficou o dr. Domingos Arala, um seu criado, e poucos indivíduos mais. O dr. Domingos Arala um homem digno, respeitado até agora por amigos e adversários políticos, extremamente delicado para com todos, nunca poderia supor que o maltratassem. Levantou a mão e perguntou o que queriam; disse-lhes que se fossem embora e não atacassem quem lhes não fazia mal. O bando parou por um instante e foi isto o que valeu para os quarenta maiores contribuintes poderem refugiar-se. Depois, como ali vinha a ralé da nossa sociedade, um pescador deu-lhe uma pancada nas costas, enquanto João Lopes de Oliveira Ramos lhe vibrava outra à cabeça que abriu grande brecha e donde o sangue escorria a jorros. Depois de ferido o dr. Domingos Arala e o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa refugiaram-se com alguns outros na casa de António da Silva Natária.

Entretanto na rua ficaram à mercê dos bandidos o criado do dr. Domingos Arala por nome Manuel Rodrigues Sardinha, José de Matos e poucos mais que não puderam encontrar asilo por as portas das casas se terem fechado imediatamente. A Manuel Rodrigues Sardinha os bandidos partiram o braço direito em dois lugares e fenderam-lhe o crânio com sucessivas pancadas».

Mesmo «depois de refugiados, os agredidos não puderam obstar a novas agressões. Logo que o dr. Domingos Arala e seus companheiros entraram na casa de António da Silva Natária, os bandidos despedaçaram as janelas, dispararam tiros contra as portas, forçaram-nas mas estas não cederam pois que do contrário seriam ali todos mortos.

Não aconteceu o mesmo a outros dos quarenta maiores contribuintes que se refugiaram na casa de António de Oliveira Gomes. Aí os caceteiros forçaram as portas, e conseguindo entrar, espancaram José da Fonseca de Pinho Osório e Joaquim dos Santos Sobreira, não encontrando os outros que se tinham escondido num quarto da casa».

E termina o dr. FRAGATEIRO:

«É evidente mesmo que se o comandante do destacamento quizesse, poderia com a sua presença, mesmo não prestando outro auxílio ter evitado o espancamento. A sua retirada no momento do ataque mostra conivência íntima com os desordeiros».

Como só compareceram dois dos quarenta maiores contribuintes, houve nova convocação para o dia seguinte. No dia 8, a Praça voltou a ser policiada pelos caceteiros, com nova exposição de bordões debaixo da arcada dos Paços do Concelho, dado ainda se temer a vinda dos quarenta maiores contribuintes afectos aos regeneradores oposicionistas. Só apareceram, porém, os 9 maiores contribuintes progressistas.

Para *O Povo de Ovar* o ataque do dia 7 foi premeditado e a eleição um roubo. Foram partidos os vidros do palheiro de José Fragateiro de Pinho Branco, no Furadouro; foi declarada a guerra de bombas chinesas aos drs. Manuel Arala e José António de Almeida; e nos dias 7 e 8 foi adiantado o relógio da capela de N.ª Sr.ª da Gra-

N. 26 Ovar—Domingo 16 de Janeiro de 1887 1.° anno

O POVO D'OVAR

Assignatura

Assignatura em Ovar semestre 500 rs.
Com estampilha.............. 600 »
Fóra do reino accresce o porte do correio.
Annunciam-se obras litterarias em rasã de dous exemplares.

Pagamento adiantado

Redacção e administração rua d'Arruella n.° 119

DIRECTOR—FRANCISCO FRAGATEIRO

Publicações

Publicações no corpo do jornal 60 rs a linha.
Annuncios e communicados a 50 rs. a linha.
Repetições.......... 20 rs. a linha
Annuncios premanente 5 » »
Folha avulsa................ 40 rs

A dissolução

Como já dissemos, foi dissolvida a camara dos deputados e a parte electiva da dos pares.

Ninguem duvidava de que o antagonismo entre as camaras e o governo se havia de levantar a proposito de qualquer medida e em qualquer votação ainda a mais insignificante: não valia portanto a pena addiar a crise.

Pode muito bem a opposição achar incongruente, irrisorio e futil o pretexto de que o governo lançou mão para se deixar levar o cheque: pode discutir a legalidade ou a illegalidade do acto, mas não pode contestar que a posição do governo em face das camaras adversas era falsissima, era desgraçada.

Tomando por base a divisão dos poderes do estado, os polemistas prendem-se discutindo a auctoridade das camaras dissolvidas, para avaliar os actos do ministerio, praticados durante o interregno parlamentar, quando a essas camaras foram usurpadas as suas attribuições e absorvidas pela dictadura: prendem-se discutindo o valor das palavras do discurso da corôa, quando o rei, dirigindo-se ás camaras, dissera que esperava, discutissem com o costumado zelo os difficultosos problemas propostos durante a sessão que se ia abrir.

Jogando com tres poderes do estado—o legislativo, executivo e moderador—procuram tirar, como tiram, conclusões differentes.

Que maior auctoridade tinham as camaras dissolvidas, do que as que vão ser eleitas? Não trazem ellas desde o seu principio a marca que as desauctorisa, o cunho por onde se conhece o ministro regenerador ou progressista que as creou: não teem ellas o mesmo espirito de obediencia cega ao poder executivo? As camaras, poder legislativo, desde ha muito perderam, abdicaram das suas funcções proprias e caracteristicas. Quem legisla é o governo: elle apresenta as leis para docilmente serem votadas pelo *so-disant* poder legislativo: quem dá o *bill* de indemnidade e confiança ao governo, é o proprio governo e não as camaras que nada mais representam do que uma continuação d'aquelle.

Pois não é verdade que se o actual governo se apresentasse perante as camaras, taes como até agora se achavam constituidas, pedindo-lhes o *bill*, estas lh'o haviam de dar sob pena de serem dissolvidas, sem que o governo fosse prejudicado pelo voto contrario?!

Abdicando do seu poder, adquiram contudo um outro não menos importante e vantajoso—o poder executivo. Assim como o governo legisla, assim os deputados e pares do reino despacham.

Os *empenhos* dos influentes do circulo obrigam-no a continuos passeios pelas secretarias, rogando pedindo, impondo-se aos ministros que se veem obrigados a lavrar os decretos.

Por isso as camaras dissolvidas não teriam mais auctoridade do que as novas para exigir responsabilidades ao ministerio pelos seus actos dictatoriaes, porque tanto umas como as outras não teem auctoridade alguma.

O poder moderador, velho espantalho no seio das constituições modernas, ultimo refugio do poder absoluto em contacto com as aspirações democraticas, conjuncto de funcções exercidas por um individuo sem responsabilidade, mentiria á sua missão; se missão tivesse a desempenhar na lucta dos partidos, na liquidação de responsabilidades dos actos d'um ministro. O poder moderador é nada, e por nada deveriamos tomar as palavras do discurso da corôa que se referem á discussão dos actos do governo pela camara dissolvida.

Nada importa que uma ou outra camara se entretenha a discutir os actos do governo. Não é das camaras que o governo tira a sua força. Ministerios e ministerios teem successivamente cahido do poder; não por lhe faltar maioria de votos nas duas casas do parlamento, mas porque lhes tem faltado a opinião publica.

A opinião publica, difficillima de avaliar agora que o indifferentismo politico vae cavando de mais em mais fundo, é apesar de tudo a força que apparece ainda não corrupta. E' talvez a imprensa o unico themometro, muitas vézes fallivel, para a avaliar.

Fosse ou não frivolo o pretexto, a dissolução seria fatal. E como mais tarde ou mais cedo teria de apparecer, bom foi que viesse já, emquanto o paiz se sente abalado pelas ultimas prepotencias das auctoridades administrativas nas eleicções concelhias e nas dos quarenta maiores contribuintes. Deixal-o pacificar para novamente o sacudir do seu habitual socego, seria um crime. Agora a victoria será mais facil para o governo e o povo expor-se-ha menos a rejeitar as imposições da auctoridade porque ainda está receoso.

A dissolução foi portanto legitima e...... politica.

POLITICA CONCELHIA

Roubo da eleição dos quarenta maiores contribuintes. Espancamentos e tentativas de homicidio.

Hoje mais detidamente vamos apresentar os factos do dia 7 do corrente mez praticados para impedir a eleição dos quarenta maiores contribuintes.

E' preciso dizermos desde já que o mandante, o desgraçado fautor d'este acontecimento é o snr. desembargador Francisco de Castro Mattoso Corte-Real, irmão do snr. ministro do reino. O snr. Francisco Mattoso que nós por ahi não vemos ao par da gentalha, espancando, dando gritos subversivos da ordem publica é contudo o maior criminoso, o que incita e prepara os miseraveis que se fiam em que elle os livrará da cadeia. Por um resto de vergonha não apparece em Ovar, mas approxima-se tanto quanto pode; faz d'Aveiro o seu quartel general aonde o administrador do concelho, o Cunha e outros vão receber as ordens.

Nunca esses desgraçados se atreveriam a tanto se não encontrassem appoio tão solido, em um caracter que transige facilmente com o crime para tirar uma desforra. O snr. Mattoso pouco se importa de se nivellar com Farrapeiros e Mangueiras contanto que vença em Ovar, não importa á custa de quantos sacrificios, de quantas baixezas. Vença-se e será o bastante, a tiro ou a cacete é o mesmo.

Dominando pela palavra e pelas promessas os limonadas d'este concelho, o snr. Mattoso roja-se deante do seu irmão, o ministro, para tolerar os actos vandalicos das auctoridades. Por isso mesmo o snr. José Luciano de Castro illudiu o distincto cavalheiro que lhe pediu providencias para impedir o espancamento dos quarenta maiores contribuintes, prometteudo dal-as sob sua palavra d'honra e depois deixando as victimas á disposição do rancor do seu irmão Mattoso.

Era forçoso vencer uma eleição para a qual o snr Francisco de Castro não conseguira reunir a minoria sequer dos quarenta maiores contribuintes; era preciso amordaçar uma boa porção de eleitores para que a commissão recenseadora ficasse composta dos seus adeptos. Mandou primeiro empregar o dinheiro, depois as ameaças e como ainda assim era impossivel salvar-se appellou finalmente para o cacete, para os espancamentos, para o homicidio.

Os attentados do dia 7 fora obra d'um plano, traçado pelo snr. Mattoso, approvado pelo *centro limonada* reunido ha tempo, e executado pela auctoridade e seus sequazes, como foram: Lopes, Polonia, Zazere, Farrapeiro, Mangueira, Romão, Abilio, Marinhão e Mineira, Villa Junior e outros.

Vamos aos factos:

Pela manhã cedo, ainda não tinha rompido o dia e já na administração do concelho havia bastante burborinho. Alguns magotes de pescadores bebiam aguardente que se lhes tinha mandado dar para se... aquecerem. Um carro de bordões tinham vindo para debaixo da arcada dos Paços do concelho e dispostos ahi ao longo da parede. A administração achava-se ja atulhada d'armas de fogo.

Rompeu o dia e principiou a algazarra, os vivas e morras, o estoirar dos foguetes de dynamite. Os caceteiros diziam a todos os que encontravam que n'esse dia seriam espancados os quarenta maiores contribuintes que viessem votar contra as auctoridades. E' de notar que nenhum dos quarenta que pertenciam ao partido do governo tinha vindo, nem tão pouco appareceram durante todo o dia.

Proximo ás 8 horas appareceu na Praça o dr. João d'Oliveira Mansarrão. Os caceteiros acercaram-se immediatamente do carro quizeram obrigal-o a retirar mas como o dr. Mansarrão presistisse apontaramlhe uma clavina ao peito emquanto outros armados de bordões o intimavam a não apparecer sob pena de ser morto. Commandando este grupo, vinham: Lopes, Biscaia, e, um pouco atraz, Polonia. O administrador do concelho, estando proximo, esfregou as mãos de contente.

Em seguida cercaram a casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, ameaçando-o de morte se sahisse.

Depois d'este insigne feito foi dado um beberete de aguardente.

FOLHETIM

JOÃO CARVOEIRA

Todos se lembram ainda do pobre João Carvoeira. Era um bom mercantel, vivia pobremente, mas trabalhava, mourejava para ganhar o pão nosso de cada dia. N'uma bella manhã appareceu com o coração varado por uma punhalada.

Junto á Cova do Frade, a caridade christã levantara-lhe uma cruz; e de noite, quando os pescadores passavam por alli, descobriam-se e resavam um *Padre-Nosso* pela alma do infeliz assassinado.

A justiça fechara com uma grande lousa o segredo d'aquella morte.

Entretanto as mulheres do povo quando apontavam para a cruz iam dizendo aos filhos:—meus filhos, *elles* mataram-no; e segredavam-lhes aos ouvidos um nome que então fazia tremer a villa inteira.

N'um pinheiro proximo estava escripto a giz uma palavra, que nem as successivas nortadas, nem as aguas da chuva tinham podido até então apagar: *Berlengas!*

Parece que a alma do assassinado a rabiscara alli e por isso o tempo a respeitava.

Era noute e noute sombria. Os altos pinheiros da Estrumada, esqueleticos, esguios, perfilavam-se como gigantes promptos para o combate; e os seus grandes ramos negros entrelaçavam-se, tornando mais brusco o atalho de areia movediça.

Por uma fenda mal aberta divisava-se lá ao longe o rubro clarão do incendio.

João Carvoeira caminhava só. Pau de marmeleiro ao hombro, duas chaves enfiadas n'uma suja fieira que vinha presa ao pau. Casaco assente sobre a corte espadua esquerda.

Vinha pensando na sua ultima venda de sardinha, quando o feriu um raio de luz que se escoava por entre as ramarias.

Supresticioso com todos os homens do povo sentiu os nervos abalarem-se: Que seria?—interrogava-se a si mesmo; e logo encolhia os hombros como que não se importando; mas aquella idea voltava-lhe á mente e por espaços contemplava os raios de luz esfuziante.

Chegou á Cova do Frade. Repentinamente appareceram-lhe uns vultos.

O João era curioso. Perguntou: quem são voces? silencio absoluto—olá, eu quero saber quem são, vamos a isso! Os vultos entre-olharem-se como que consultando-se.

Acudiu uma ideia repentina ao João: Já sei quem são, amigos. —Um dos do vulto alçou immediatamente o cacete e vibrou valente pancada ao pobre Carvoeira que immediatamente ficou estendido.

Quando cahia pronunciou apenas um nome:—*Berlengas*.

Os vultos caminharam pausadamente pelo caminho arenoso. Um d'elles disse para o outro: podia denunciarmos e assim foi melhor. E' verdade que foi, mas se elle volta a si e nos compromette?—replicou o outro.

—Espera que eu já vou acabar. E então voltando atraz applicou o ouvido ao coração do Carvoeira e sentiu o brando latejar da vida que se esvae, mas arrancando o punhal da cintura cravou-o duas vezes no coração do ferido. Agora fica para ahi que já não dizes nada—monologou.

Como n'um estremecimento nervoso o Carvoeira soltou apenas uma palavra, sempre a mesma palavra—*Berlengas!*—e depois a alma evaporou-se, riscando a giz no pinheiro a palavra fatidica:—*Berlengas!*...

João Carvoeira, a historia vae desenterrar-te; eu rehabilitarei a tua memoria.

Levanta-te do teu tumulo porque o palheiro de arrais Salvador depois de reduzido a cinzas n'essa noite fatal, tambem foi reedificado. João Carvoeiro levanta-te e vem amaldiçoar a raça dos precitos que hoje calcam aos pés a honra e dignidade da nossa terra.

O sorriso amarello e odiento desapparecerá deante de ti. Levanta-te, João Carvoeira!

Ovar 7 de Janeiro.

Roberto de Liz.

O Povo de Ovar, *de 16 de Janeiro de 1887.*

ça, quase duas horas, para que se os eleitores regeneradores conseguissem chegar à assembleia esta já estar fechada. A 20 de Janeiro de 1887 dirigiram um protesto ao País os 31 quarenta maiores contribuintes regeneradores.

O semanário progressista (*O Ovarense*, de 6/2/1887) criticou o exagero e a falsidade das queixas oposicionistas. Tudo «não passou de uma pequena desordem, onde apenas três pessoas foram feridas».

Representações, protestos, participações contra os progressistas são avolumadas pelos regeneradores. Mas tudo será debalde: os progressistas manter-se-ão no poder até Novembro de 1900, com câmaras presididas pelo dr, António Pereira da Cunha e Costa (1887-1889), António Soares Pinto (1890-1892 e 1899-1900) e dr. António Joaquim de Oliveira Valente (1893-1898).

De 1887 a 1900 a história política de Ovar será essencialmente a história do partido progressista local.

A câmara progressista (2/2/1887-1889) – o Presidente da Câmara dr. António Pereira da Cunha e Costa. A Família Cunha e Costa. O compositor Ravel em Ovar. Perseguições aos regeneradores. O Rei D. Luís I e a Rainha D. Maria Pia de Sabóia na estação de Ovar (1887)

A 2 de Fevereiro de 1887 tomou posse a câmara progressista presidida pelo médico dr. António Pereira da Cunha e Costa, tendo como vice-presidente outro médico, o dr. João de Oliveira Baptista, da Praça (em recompensa, entrará para médico municipal em 1890), e como vereadores António Pereira Carvalho, das Ribas, António Soares Pinto, também das Ribas, Francisco Ferreira de Araújo, estudante de direito, dos Campos, Francisco Pinto Ferreira, negociante, de Esmoriz, e o comendador Luís Ferreira da Silva Brandão, da Rua das Ribas.

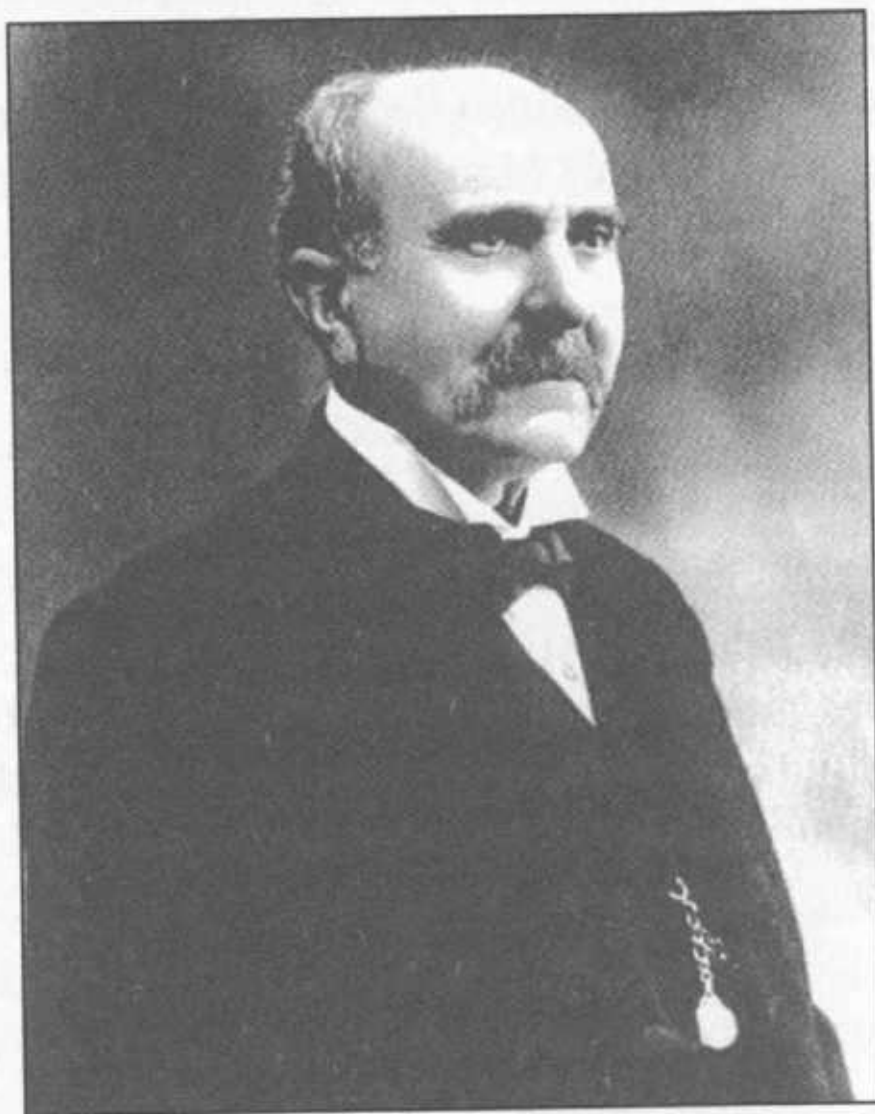
O dr. António Pereira da Cunha e Costa, *Presidente da Câmara Municipal* de 2 de Fevereiro de 1887 a 1889, filho de António Pereira da Cunha e Costa e de Maria da Luz de Andrade Pereira, da Rua da Fonte, neto paterno de José Pereira da Cunha e de Ana Inácia Pereira da Costa, e neto materno do capitão Francisco Pereira de Sousa e de Ana Ernestina de Andrade Pereira, concluiu o seu curso de medicina em 1863, tendo sido nomeado, pela Câmara presidida pelo dr. Manuel Arala, para o cargo do partido de medicina (a 23 de Agosto de 1872) e para o cargo de subdelegado de saúde do concelho (a 2 de Outubro de 1875).

Com 34 anos, a 24 de Abril de 1876, casou com Adozinda Júlia Ferraz da Cunha e Costa, de 33 anos, filha de José de Oliveira Barbosa e de Rosa Angelina de Oliveira Ferraz, neta paterna de Fernando de Oliveira Barbosa e de Ana Rodrigues Pinto, das Ribas, e neta materna de Alexandre de Oliveira e de Maria de Oliveira Pinto, do Outeiro, e que veio a falecer com 55 anos, na Rua das Figueiras, a 7 de Fevereiro de 1900.

Melindrado, porém, com uma medida do dr. Arala referente ao hospital que a Câmara administrava, levantou o pendão da oposição contra os regeneradores locais (a célebre *questão médica*, que ocorreu de 1883 a 1903 e chegou a ser focada, a 1 de Maio de 1888, pelo progressista dr. José Maria Barbosa de Magalhães, na Câmara dos Deputados).

O dr. Cunha e Costa foi escolhido, a 3 de Junho de 1885, na reunião do Carril, chefe do partido *progressista* local.

A 25 de Setembro de 1887 cumprimentou o Rei D. Luís e a Rainha D. Maria Pia na estação dos caminhos-de-ferro de Ovar.

Foi também vereador, em 1905-1907 e em 1908, em duas câmaras *progressistas* presididas pelo dr. Joaquim Soares Pinto.

Dr. António Pereira da Cunha e Costa. In*: Arquivo da Família Cunha*

Distinto médico, de larga clínica, foi chefe do partido progressista de Ovar, de 3 de Junho de 1885 a 1889 e de 1893 a 1898, tendo sido médico da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses em Abril de 1897.

Durante a sua presidência foi inaugurada, a 11 de Março de 1889, a segunda escola do padre Eliano Gomes Ferreira e criado em Ovar o Regimento de Infantaria n.º 2 (a 9 de Março de 1887), que não veio a ser instalado.

Faleceu com 76 anos, a 23 de Novembro de 1917, na sua casa da Rua dr. José Falcão.

Os mais antigos antepassados que conhecemos da distinta família ovarense Cunha e Costa são o capitão Manuel José Pereira da Cunha, e sua mulher Ana Rodrigues Ferreira, da Rua da Olaria.

Filho deste casal foi José Pereira da Cunha, que casou com Ana Inácia Pereira da Costa (†1841), da Rua da Fonte, filha de Manuel da Costa Monteiro e de Joana Maria Pereira da Costa, da Rua dos Ferradores.

Filhos do casal José/Ana:

– dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa

Advogado liberal, *Presidente da Câmara Municipal* (1834-1836), concluiu (1820) o seu curso de direito, e casou (1834) com Ana Amélia da Cunha Lima. Foi juiz do julgado ordinário de Ovar, sujeito a Oliveira de Azeméis, de 1837 a 1847. Aderiu ao

pronunciamento militar de 28 de Abril de 1851 e foi Administrador do Concelho (1851-1865, 1870-1871, e 1871-1878).

Seu filho, o dr. Alfredo Augusto Pereira da Cunha e Costa (†1868, com 33 anos), casou (1863) com Maria do Céu Fonseca Pereira e Cunha.

– António Pereira da Cunha e Costa

Assinou o auto de aclamação a D. Maria II, a 25 de Agosto de 1833, foi mordomo do hospital, tendo casado, a 7 de Janeiro de 1838, com Maria da Luz de Andrade Pereira, da Rua da Fonte, filha do capitão Francisco Pereira de Sousa e de Ana Ernestina de Andrade Pereira, neta paterna de João Pereira de Sousa e de Maria Rosa de Jesus, de Santo António, e neta materna de Manuel de Andrade Pereira e de Rosa Caetana de Andrade Pereira, de Coimbra. Faleceu, a 6 de Agosto de 1882, com 71 anos.

O filho do casal António/Maria da Luz, o dr. António Pereira da Cunha e Costa, concluiu o seu curso em medicina em 1863, e casou (1876) com Adozinda Júlia Ferreira Ferraz da Cunha e Costa. Foi chefe do partido *progressista* local (1885-1889 e 1893-1898) e *Presidente da Câmara Municipal* (1887-1889), tendo falecido, com 76 anos, a 23 de Novembro de 1917.

Filhos do casal António/Adozinda:

– Coronel de cavalaria António Pereira da Cunha e Costa, que casou, a 17 de Fevereiro de 1906, com Irene Camossa Ferraz de Abreu, filha de Eduardo Elísio Ferraz de Abreu e de Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu.

Como capitão, antes da declaração de guerra à Alemanha, esteve em África, regressando em 1915; serviu depois na primeira Grande Guerra, ao lado dos generais Pereira d'Eça e Álvaro Roçadas; e, em 1917, foi nomeado inspector da instrução militar preparatória no distrito de Aveiro. Quando da libertação de Ovar, a 12 de Fevereiro de 1919, após a *Monarquia do Norte*, comandou as primeiras tropas republicanas que chegaram à povoação (um esquadrão de cavalaria). Veio a falecer, com 80 anos, a 4 de Janeiro de 1958.

– Maria da Luz da Cunha e Costa Araújo Sobreira, que casou com Gustavo Adolfo Araújo Sobreira, filho do dr. Antónío dos Santos Sobreira, que foi chefe local do partido *regenerador*, e de sua mulher Maria Gracia da Cruz Maravalhas. Faleceu, com 60 anos, a 7 de Março de 1945; seu marido tinha falecido a 9 de Fevereiro de 1931.

– Tenente-médico Mário Pereira da Cunha, que faleceu (1909) com 29 anos.

– dr. Salviano Pereira da Cunha, que nasceu a 30 de Agosto de 1878, obteve a sua formatura (1904) em medicina, e casou, na Sé do Porto, a 15 de Agosto de 1907, com Maria Palmira Lopes de Carvalho e Cunha (†1966). Foi director clínico (1940-1946) do hospital da Misericórdia, tendo falecido, a 17 de Dezembro de 1955, com 77 anos.

Filhos do casal Salviano/Maria Palmira:

– dr. António Pereira da Cunha e Costa, que exerceu a advocacia em Ovar nos últimos anos da sua vida, falecendo solteiro.

– Maria de Lurdes de Carvalho e Cunha Borges da Gama, que casou (1927) com o dr. José da Costa Fortes Borges da Gama, que foi notário em Ovar (28 de Maio de 1931, substituto desde 1925). Este casal teve dois filhos: o dr. Rui Carvalho e Cunha Fortes da Gama, e Maria de Lurdes Carvalho e Cunha Fortes da Gama Nobre da Cos-

ta, que casou com o eng.º Alfredo Nobre da Costa, formado em 1946 pelo Instituto Superior Técnico, e que foi durante os anos de 1963/1964 consultor técnico da F. Ramada – Aços e Indústrias, dirigindo nesta a montagem e arranque da unidade industrial de laminagem e estiragem sita à Cova do Frade, na Estrada do Furadouro (Avenida da Régua). O eng.º Nobre da Costa, após o *25 de Abril* de 1974, foi *Secretário de Estado da Indústria Pesada* (no 6.º Governo Provisório), *Ministro da Indústria e Tecnologia* (no 1.º Governo Constitucional, de 23 de Julho de 1976 a 8 de Dezembro de 1977), *Primeiro-Ministro* (no 3.º Governo Constitucional, de 29 de Agosto a 22 de Novembro de 1978), e membro do Conselho de Estado (posse a 30 de Outubro de 1982), tendo falecido a 1 de Abril de 1996.

Dr. Salviano Pereira da Cunha. 1878-1955

– Maria Palmira de Carvalho e Cunha Pacheco Nobre, que casou com o dr. Francisco Ribeiro Pacheco Nobre.

– dr. Salviano Rui de Carvalho e Cunha, que nasceu, a 30 de Agosto de 1912, na Rua Alexandre Herculano, tendo casado em Santo António de Campolide, Lisboa, a 11 de Outubro de 1944, com Maria Eduarda Neto de Faria e Maia, natural de S. Pedro, Ponta Delgada.

O dr. Rui Cunha, que foi o mais famoso jogador de futebol da Associação Académica de Coimbra, chegando a ser o melhor avançado-centro do País, veio a falecer com 83 anos, a 4 de Agosto de 1996.

– dr. Mário Pereira de Carvalho e Cunha, que nasceu em Ovar, na Rua Alexandre Herculano, a 4 de Março de 1915, tendo casado, a 19 de Dezembro de 1942, com Olga Natércia Mendes Salgueiro da Cunha, do Tramagal, Abrantes (†1983, com 64 anos). Formado em medicina (1941), foi Presidente da Junta de Turismo do Furadouro (1943-1945), tendo falecido, a 6 de Janeiro de 1989, com 73 anos.

Filhos do casal dr. Mário/Olga:
– Maria de Fátima Salgueiro e Cunha, que casou com o oficial do exército José Carlos de Carvalho Campos Silva.
– doutor Luís Augusto Salgueiro e Cunha, que nasceu a 22 de Setembro de 1947, e casou com a dr.ª Maria Margarida Filipe Nunes Vicente e Cunha. Formado em 1973, veio a ser, desde 23 de Fevereiro de 1980, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

O casal dr. Salviano Cunha e Maria Palmira, com seus filhos.
In: *Arquivo da Família Cunha*

A casa da Família Cunha, na Rua da Fonte, actualmente Rua Alexandre Herculano, n.os 35-41, em bom estado de conservação, «posto que de gosto seiscentista final, deve ser já do século XVIII» (A. NOGUEIRA GONÇALVES). Nela exerceram clínica o dr. António Pereira da Cunha e Costa, falecido em 1917; seu filho dr. Salviano Pereira da Cunha (1878-1955); e seu neto dr. Mário Pereira de Carvalho e Cunha (1915-1989). É actualmente pertença da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, que nela inaugurou, a 21 de Novembro de 1998, o Centro Comunitário – Espaço Aberto.

O grande compositor Maurício Ravel (1875-1937), autor da *Valsa* (1920) e do *Bolero*, esteve em Ovar algumas vezes, no princípio da sua carreira de pianista, por ocasião dos concertos que veio dar em Portugal, em casa do dr. António Pereira da Cunha e Costa, que foi «exímio tocador de órgão, violoncelo e piano».

Atingido o poleiro municipal, os progressistas trataram do ajuste de contas com os seus adversários regeneradores. Transferiram para Armamar o dr. João Maria Lopes, contador do juízo, substituindo-o por Pereira Júnior (em 1890, com a subida ao poder do ministério regenerador presidido por António de Serpa Pimentel, voltou para a comarca de Ovar); suspenderam, a 24 de Fevereiro de 1887, o dr. Nogueira de Al-

meida do partido médico, e demitiram-no a 3 de Agosto deste ano; suspenderam e demitiram os secretários e amanuenses da Administração e da Câmara (o dr. Eduardo Augusto Chaves, Secretário da Câmara, viu-se forçado a pedir a demissão, o que foi aceite pela Câmara a 4 de Maio de 1887); impuseram-se ao conservador da comarca para despedir o seu amanuense; envidaram todos os esforços para tranferir o recebedor do concelho Manuel Pereira Dias e o escrivão de direito dr. António dos Santos Sobreira; transferiram para Alenquer o escriturário da fazenda Abel Narciso da Costa Lamy (nasceu a 4 de Setembro de 1851, filho de João Maria de Sousa Lamy e de Maria Ludovina da Nazaré e Costa, tendo casado com Rosa Maria de Jesus; em 1890, em consequência da queda do ministério progressista, voltou para Ovar, falecendo a 1 de Novembro de 1922); demitiram de fornecedor dos remédios do hospital, o farmacêutico José António Dias de Lima, que já o era há mais de 25 anos, substituindo-o pelo progressista Delfim José de Sousa Lamy.

José da Fonseca Bonito, o *Zézere*, foi acusado pelos regeneradores de, na noite de 6 de Fevereiro de 1887, ter maltratado António Fontes, no Largo do Chafariz, e de ainda no mesmo dia ter agredido Bernardo da Silva Vacas. Julgado, foi absolvido a 16 de Dezembro de 1887. Segundo os regeneradores, na noite de 19 de Fevereiro do mesmo ano, junto à viela das Luzes, António Maria Rodrigues da Silva, o *Biscaia*, subtraiu fraudulentamente a João Pinho Ribeiro de Azevedo 500 números d'*O Povo de Ovar*.

A 25 de Setembro de 1887, cerca das três horas da tarde, com a estação adornada por João de Freitas Sucena, encarregado desse trabalho pela edilidade, com a gare, o cais e o adro da capela do Mártir S. Sebastião repletos de povo, com a presença da Câmara presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa e dos Administradores efectivo e substituto, entrou nas agulhas o comboio real conduzindo o Rei D. Luís I, o *Popular*, e a Rainha D. Maria Pia de Sabóia, enquanto subia ao ar uma enorme girândola de foguetes e a filarmónica local tocava o hino real sob a regência de António Maria Valério de Sousa Brandão. Com os reis viajavam o conselheiro José Luciano de Castro, Ministro da Presidência e Reino, e o conselheiro Emídio Júlio Navarro, Ministro das Obras Públicas.

A Câmara *progressista* dispensou a Suas Majestades e ao chefe do seu partido uma manifestação imponentíssima. «Quando o comboio parou, o sr. presidente da câmara levantou vivas a S. M. El-Rei, a S. M. a Rainha, a S. A. o príncipe D. Carlos, a S. A. o príncipe da Beira, que foram calorosamente correspondidos. Na varanda da carruagem-salão compareceram o senhor D. Luís, vestido de marechal-general, a sra. D. Maria Pia, e SS. AA. D. Carlos e D. Afonso, com os uniformes dos seus respectivos postos no exército. A família real recebeu aí os cumprimentos de algumas pessoas, assistindo o sr. dr. José Maria Barbosa de Magalhães, deputado por este círculo».

E continua *O Ovarense*, de 2 de Outubro de 1887: – «A grande curiosidade de todos foi satisfeita. Correu-se uma cortina e apareceu o pequenino príncipe, por detrás da vidraça; uma criança encantadora, muito louro e muito gordinho. Estava ao colo da ama, uma bela mocetona de Aveiro, vestida à moda das nossas lavradeiras; sua pequenina alteza olhava muito admirada para os seus futuros súbditos».

Ainda em 1887, a 7 de Outubro, o comboio real esteve retido alguns minutos na estação de Ovar, havendo nova recepção dos *progressistas* locais.

O primeiro mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (6 de Março de 1887). A interpelação de Pinheiro Chagas na Câmara dos Deputados (6 de Agosto de 1887). O julgamento dos 13 progressistas (6 de Dezembro de 1887). O júri criminal. Uma pateada ao juiz da comarca e a interpelação de João Arroio (30 de Abril de 1888). Ovar no Parlamento. O segundo mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (1889). O «Cesto de Santo António» e o terceiro mandato do dr. Barbosa de Magalhães (1892)

Após a queda do aralismo, realizaram-se as primeiras eleições para deputados a 6 de Março de 1887, eleições que no concelho de Ovar continuaram a desenrolar-se num quadro restrito – escrutínio majoritário *uninominal* a uma volta (um só lugar em disputa). O círculo de Ovar era constituído por três assembleias eleitorais com sede nas igrejas de Ovar (Ovar e Arada), Válega (S. Vicente e Válega) e Esmoriz (Cortegaça, Esmoriz e Maceda).

A oposição regeneradora desistiu de ir às urnas e o partido progressista local escolheu como candidato governamental o dr. José Maria Barbosa de Magalhães, advogado na comarca de Aveiro, de 31 anos, genro do Governador Civil substituto, dr. Manuel Firmino de Almeida Maia. Esta escolha foi criticada pelos regeneradores que recordaram que o *círculo de Ovar*, ultimamente, tinha sido representado por um dos seus filhos, o dr. Manuel Arala, e pelo abade de Válega, dr. Manuel Marques Pires, tendo este até sido proclamado futuro representante pelos progressistas antes de estes vencerem as eleições camarárias.

Noticiando que ia ser proposto deputado governamental pelo círculo de Ovar o dr. Barbosa de Magalhães, «um deputado que nem é conhecido pelos eleitores, nem tão pouco reúne as condições necessárias para os representar», que por não ter aptidão necessária nas cortes «foi escorraçado da sua terra» e arremessado «para o *burgo podre*» às ordens do desembargador Francisco de Castro Matoso da Silva Corte-Real, o semanário oposicionista, *O Povo de Ovar* (de 20 de Fevereiro de 1887), demandava: – «Teremos nós descido tanto que não haja no nosso círculo um único homem, superior em inteligência e em conhecimentos, e, já não diremos, em honra e dignidade ao sr. Barbosa de Magalhães? Não será o sr. dr. Manuel Marques Pires tão ilustrado e tão digno como esse peralvilho, que em Aveiro é detestado por gregos e troianos? Ovar tinha bem quem melhor o representasse» para não ver «um mandão político impor-lhe o que há-de ser o seu deputado».

Os progressistas locais que tinham sido obrigados, dados os acordos políticos, a apoiar o dr. Barbosa de Magalhães, defendiam-se de não terem apresentado um candidato do concelho, ou neste residente, alegando que o dr. Manuel Marques Pires, presidente honorário do Centro Progressista de Ovar, não aceitara a candidatura dado que o impedira o seu estado de saúde.

Manobra política ou não, o que é certo é que os progressistas ovarenses não podiam ter feito melhor escolha. O dr. Barbosa de Magalhães, que venceu as eleições no círculo n.º 38 (Ovar), obtendo 1.846 votos (o segundo candidato mais votado teve apenas 300 votos), iria provar o seu valor, defendendo-os quer no Parlamento, quer no tribunal, dos desacatos de que foram acusados.

Dr. José Maria Barbosa de Magalhães. In: Arquivo do Distrito de Aveiro, *vol. XXIII (1957)*

No dia da eleição, a 6 de Março de 1887, *O Povo de Ovar*, em letras grossas, inseria a seguinte notícia: – «Vai ser ELEITO (!) deputado por este círculo o sr. José Maria Barbosa de Magalhães, genro do governador civil substituto, afilhado do sr. Francisco de Castro Matoso da Silva Corte-Real, o comandante dos arruaceiros de Ovar».

A 17 de Março foi a Aveiro uma comissão composta pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, Presidente da Câmara e chefe do partido progressista do concelho, comendador Luís Ferreira da Silva Brandão e Francisco Ferreira de Araújo, vereadores, dr. Antero Garcia de Oliveira Cardoso e Frederico Ernesto Camarinha Abragão, expressamente para entregar ao dr. Barbosa de Magalhães o seu diploma de deputado eleito pelo círculo n.º 38 (Ovar). A 18 de Maio a Câmara prestou homenagem ao seu deputado pela sua estreia parlamentar.

Os acontecimentos eleitorais em Ovar tomaram tais repercussões, na imprensa e no País, que chegaram a ser levados ao Parlamento. Na sessão de 6 de Agosto de 1887 da Câmara dos Deputados, na ordem do dia, realizou uma interpelação a respeito dos acontecimentos de Ovar o deputado regenerador Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, notabilíssimo escritor e político.

O orador referiu-se a Ovar como o exemplo mais completo de política deplorável do partido progressista: – assalto à Câmara Municipal para se *apanhar* o livro do recenseamento; tumultos; feitura duma comédia, levantando-se uma espécie de forca em que se dependurou um boneco, fingindo-se que se enforcava o dr. Manuel Arala, e conservando-se essa forca levantada alguns dias, sem que as autoridades obstassem a semelhante acto de selvajaria; impedimento de entrar no tribunal judicial o advogado dr. Francisco Fragateiro pela circunstância de ser redactor da folha *O Povo de Ovar*; e transferência e demissão de empregados do partido contrário.

Respondeu-lhe o Presidente do Conselho José Luciano de Castro que «se contasse a história do recenseamento e o trabalho que houve para a autoridade poder ver o livro do recenseamento, que no tempo do consulado regenerador nunca pudera ser visto pelo partido progressista, s. ex.ª havia de ficar admirado». A autoridade administrativa de Ovar desejou examinar o recenseamento «e o presidente da comissão respondeu que o não deixava ver nem o apresentava. E então o administrador do concelho tomou as providências necessárias para que o livro do recenseamento não fosse viciado de qualquer maneira, ou desaparecesse».

José Luciano afirmou ainda que o dr. Manuel Arala não quisera mostrar o livro do recenseamento e que, posteriormente, abandonara o edifício dos Paços do Concelho, tendo o Administrador substituto, dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, de guardar aquele livro com força armada; que mal este soubera que a vereação estava à porta da Câmara a mandara abrir.

Replicou o deputado regenerador, perguntando como se entendia, então, que o dr. Manuel Arala não quisesse mostrar o livro do recenseamento e logo em seguida saísse abandonando-o àquele a quem momentos antes nem sequer de longe o queria mostrar; como se compreendia que o Administrador substituto se constituísse fiel depositário e no regresso do dono da casa não lhe abrisse a porta; como se compreendia, finalmente, que o Administrador dr. Coentro apenas sabendo que a vereação estava à porta a tivesse mandado entrar e ao mesmo tempo o dr. Manuel Arala se visse obrigado a telegrafar ao Presidente do Conselho e só depois o dr. Coentro se decidisse a deixar entrar a vereação na câmara? (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 6/8/1887).

Ainda no *Correio da Manhã* o deputado Pinheiro Chagas ocupou-se do caso de Ovar de maneira desfavorável aos progressistas locais.

No rescaldo das eleições dos quarenta maiores contribuintes, realizou-se no tribunal da comarca um dos julgamentos que mais interesse despertou em Ovar.

A 13 de Janeiro de 1887 o Administrador do Concelho, dr. António Pereira da Cunha e Costa, participou ao delegado do procurador régio que lhe constara que no dia 7 desse mês, pelas 10 horas da manhã, se travara uma desordem na Rua dos Campos e da qual saíram feridos, entre outros, o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, da Rua das Almas, o dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala e Joaquim dos Santos Sobreira, do lugar da Ribeira, José Fragateiro de Pinho Branco e o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, da Rua dos Ferradores.

Nesse mesmo dia, o dr. Domingos Arala participou igualmente ao delegado a agressão de que ele e outros foram vítimas no dia em que se devia proceder à eleição da comissão recenseadora do concelho pelos quarenta maiores contribuintes da contribuição predial.

A 7 de Outubro o delegado do procurador régio nesta comarca, dr. Manuel Nunes da Silva, deduziu libelo acusatório contra 13 réus:

Abílio Marques de Oliveira, o *Vanca*, serralheiro, de S. Tomé.
António Maria Marques, o *Biscaia*, oficial da Administração do Concelho, das Ribas.
António de Oliveira Craveiro, o *Mangueira*, alfaiate, da Travessa de Sant'Ana.

António Rodrigues Brandão, o *Canha*, pescador, da Rua da Fonte.
Bernardo da Silva Vacas, funileiro e amanuense da Câmara, de Lamego mas residente em Ovar.
João Lopes de Oliveira Ramos, das Ribas.
João Pacheco Polónia, pescador, da Rua do Bajunco.
José Fernandes de Sousa Vila, negociante, do Outeiro.
José da Fonseca Bonito, o *Zézere*, ourives, do Largo do Chafariz.
José Romão, o *Marinhão*, negociante, da Murtosa mas residente em Ovar, na Rua da Oliveirinha.
José Maria Dias de Resende, o *Vilão*, barqueiro, da Rua de S. Tomé.
José Pacheco Polónia Júnior, pescador, da Rua dos Campos.
Manual Pereira, o *Mineira*, da Ponte Nova.

Os réus eram acusados de, no dia 7 de Janeiro de 1887, aproximadamente pelas onze horas da manhã, na Rua dos Campos, impedirem e obstarem a que vários cidadãos eleitores pertencentes aos quarenta maiores contribuintes deste concelho exercessem os seus direitos na eleição da comissão recenseadora que naquele dia e hora devia ser eleita nos Paços do Concelho. Os réus, quando os eleitores chegavam à Rua dos Campos em direcção à Câmara, correram do largo da Praça ao seu encontro munidos de bordões e armas de fogo e, com os gritos e alaridos de *ei-los que aí vêm, para trás, para trás senão morrem*, brandiram paus e arremessaram pedras e pedaços de bordões. O dr. Domingos Arala, que ia à frente do grupo de alguns dos quarenta maiores contribuintes, foi espancado e ferido, o que também aconteceu ao seu criado Manuel Rodrigues Sardinha, da Rua das Almas (as ofensas corporais impossibilitaram o dr. Domingos Arala de trabalhar por espaço de 20 dias e ao seu criado por espaço de 30 dias).

Com estes tumultos, ameaças e violências, os réus puseram em fuga os eleitores agredidos, que se refugiaram nas casas próximas, fechando as portas para evitarem novas investidas. Os réus, porém, quebraram os vidros das janelas da casa de António da Silva Natária, disparando tiros contra elas, e ainda empregaram a força para entrarem na dita casa, mas foram baldados os seus esforços.

Entraram, todavia, na casa de Antónia de Oliveira Gomes, a *Fura*, onde se encontravam refugiados alguns dos eleitores e aí espancaram Joaquim dos Santos Sobreira, negociante, da Ribeira, e José da Fonseca de Pinho Osório, lavrador, de Válega (as ofensas corporais impossibilitaram os dois de trabalhar por espaço de 10 dias).

Por todos estes factos os réus não só impediram e obstaram a que os cidadãos eleitores exercessem os seus direitos políticos, mas também que se procedesse à eleição da comissão recenseadora que naquele dia 7 deveria ter tido lugar nos Paços do Concelho.

A 2 de Dezembro de 1887 teve início a audiência geral, sendo juiz da comarca o dr. Cristóvão Pinto Brochado e o delegado o dr. Manuel Nunes da Silva. Os réus estavam presentes com o seu advogado, o deputado pelo círculo de Ovar dr. José Maria Barbosa de Magalhães, bem como todas as testemunhas de defesa, faltando, porém, 20 testemunhas de acusação.

O delegado, alegando que era indispensável o depoimento oral das testemunhas faltosas e «não havendo as mesmas testemunhas, na sua quase totalidade, sido intimadas por se haverem refugiado ou escondido para evitar a intimação», requereu o adiamento da audiência geral, o que lhe foi concedido.

A audiência geral continuou a 6 de Dezembro, estando novamente presentes os 13 réus, com o seu advogado dr. Barbosa de Magalhães, que tinha sido entusiasticamente recebido em Ovar, e todas as testemunhas de defesa, faltando agora 18 testemunhas de acusação, que não tinham sido intimadas.

Ouviram-se 20 testemunhas de acusação e o dr. Barbosa de Magalhães prescindiu de todas as testemunhas de defesa. Nas alegações orais o delegado do procurador régio, em determinada altura, em desabafo a com muita mágua referiu «o facto de terem desaparecido as principais testemunhas de acusação, que talvez melhor poderiam esclarecer o tribunal, mas que foram levadas, não sabe por quem nem quer saber, a evitar a intimação. Este facto era único no país, sem precedentes nesta e nas outras comarcas. Os réus eram os primeiros a apresentar-se para serem julgados. As testemunhas, fugindo, mais pareciam os réus, os criminosos» (*O Ovarense*, de 18/12/1887).

O dr. Barbosa de Magalhães orou durante duas horas e, finalmente, o júri, pela voz do jurado Delfim José de Sousa Lamy, deu como não provados os crimes de que os réus foram acusados. E o processo de querela terminou com a sentença do dr. Cristóvão Pinto Brochado, datada daquele dia 6 de Dezembro, que julgou improcedente e não provada a acusação, absolvendo os réus.

O Ovarense regozijou-se com o resultado do julgamento dos réus que, segundo este semanário local progressista, foram implicados em imaginários crimes políticos sonhados no Mato-Grosso, por uma miserável vingança política.

Para *O Povo de Ovar* (de 12/2/1888), porém, o julgamento tinha sido vergonhoso, tendo o juiz consentido «em que se cometessem as maiores irregularidades, os criminosos perseguissem as testemunhas a ponto de cercar a casa destas a fim de se não realizarem as intimações, somente para obter a transferência para a comarca de Ponte de Lima». E acrescentava este semanário: – «Queixamo-nos sim do medo de que se deixava possuir dos cacetes com que o ameaçavam, e das bombas chinesas que lhe atiçaram aos pés uma vez: – se era só isso... Quando um juiz se torna tão medroso como o sr. dr. Cristóvão Brochado, (se é que era só medo) é pernicioso numa comarca como esta, torna-se mesmo incapaz de ocupar o seu lugar como lhe cumpre».

O juiz Brochado foi duramente atacado em 1888 pelo *Povo de Ovar* e MANUEL JOSÉ SOARES DOS REIS publicou n'*O Ovarense* – «Os feitos do juiz Brochado» –, dos quais se dissociaria o partido progressista. A imprensa local, por mais de uma vez, tornou «cúmplices o sr. juiz de direito dr. Cristóvão Pinto Brochado e os seus delegados drs. Inácio José Monteiro e Manuel Nunes da Silva nas célebres arruaças e espancamentos com que o bando progressista deste concelho reduziu a vila ao estado de anarquia e desordem» (*O Povo de Ovar*, de 26/2/1888). Quando o dr. Inácio Alberto José Monteiro abandonou a comarca *O Povo de Ovar* afirmou que *fugiu*, desejando «que as auras o levem e o dinheiro o sacie»; quanto ao dr. Manuel Nunes da Silva foi criticado pelo mesmo semanário, em 1887 e em 1889, neste ano por fazer a política de José Luciano. Defendendo-o, a 15 de Dezembro de 1889, *O Ovarense* afirmava: – «A Aralada ladrou-lhe».

Em carta datada de 28 de Maio de 1888, e publicada no semanário *O Povo de Ovar*, o dr. Arala esclareceu que o júri tinha sido todo escolhido a dedo pelos progressistas na ausência do juiz; que os réus eram acompanhados dos oficiais do juízo às casas das testemunhas; que nessas casas e nas ruas ameaçavam todos os que jurassem em seu desfavor, o que levou as testemunhas a ocultarem-se; que no dia do julgamento o Administrador cercou o tribunal de caceteiros de fora de Ovar e colocou às portas da sala da audiência a polícia armada de Válega, para que só entrassem os simpatizantes dos réus.

Respondendo à ocultação das testemunhas, *O Ovarense* (de 18/12/1887) afirmava: – «Diz-se que havia 17 testemunhas *de visu*... porque é que não vieram depor? porque as *ameaçavam de morte*? quem? Então ameaçavam 17 testemunhas, a maior parte delas rapazes novos, no vigor da vida... e não ameaçavam uma pobre mulher, criada de servir, indefesa?... fugiram porque não podiam manter os depoimentos *feitos e ensinados* logo no dia 7 de Janeiro e porque temiam algum processo de testemunho falso».

Na Monarquia Liberal, o *júri* era formado por 9 cidadãos e um suplente, estranhos à magistratura judicial e que decidiam se o réu ou réus eram ou não culpados em presença dos factos. O *veredicto* – a resposta do júri aos quesitos propostos pelo juiz – era considerado uma expressão da vontade popular. Os jurados que intervinham em cada julgamento eram sorteados da *pauta do júri*, formada de 36 nomes e organizada a partir do recenseamento de 120 jurados feita por uma comissão local.

O *júri criminal*, com carácter obrigatório na legislação liberal, foi restringido pelo decreto de 29 de Março de 1890 ao julgamento dos crimes a que correspondesse pena maior.

Julgamentos com o *júri* que ficaram na história de Ovar:

6/12/1887 – O júri, pela voz do jurado Delfim José de Sousa Lamy, deu como não provados os crimes de que os 13 progressistas eram acusados (caso das eleições dos quarenta maiores contribuintes, de 7 de Janeiro de 1887).

22/6/1897 – No processo chamado *da igreja de Válega*, os réus são absolvidos, com excepção do que deu o bofetão ao cidadão António Soares Pinto.

30/10/1897 – Os réus (*progressistas*) acusados de crime de falsificação (de actas eleitorais) são absolvidos, dado o júri ter respondido negativamente aos quesitos.

30/1/1904 – A 29 e 30 de Janeiro ocorre a *primeira defesa* do dr. Afonso Costa em Ovar. O júri, por unanimidade, não considera provado o crime de homicídio voluntário, mas sim o de ofensas corporais de que resultara a morte, sem intenção de matar.

25/2/1907 – A 23 e 25 de Fevereiro, *segunda defesa* do dr. Afonso Costa em Ovar. O júri deu como não provado, por maioria, o crime de homicídio voluntário. «Produziu desagradabilíssima impressão a decisão do júri» (*A Discussão*, de 3/3/1907).

27/6/1907 – A 26 e 27 de Junho, *terceira defesa* do dr. Afonso Costa em Ovar. O júri, por unanimidade, respondeu que não estava provado o crime de homicídio voluntário, mas sim o de ofensas corporais cometidas voluntariamente, sem intenção de matar, ocasionando contudo a morte.

Após o *25 de Abril* de 1974, o decreto-lei n.º 605/75, de 3 de Novembro de 1975, instituíu o julgamento com a intervenção do júri nos processos de querela, júri composto pelos três juízes do tribunal colectivo e por 8 jurados efectivos.

A 28 de Novembro de 1977, efectuou-se a primeira intervenção dos jurados, após o *Abrilismo*, numa querela, tendo o tribunal sido constituído pelo corregedor do círculo de Santa Maria da Feira, dr. Jorge Castanheiro da Costa, pelos dois juízes da comarca de Ovar – drs. António Bernardino Neto Parra e Luís Manuel de Vilhegas Lucena e Vale –, e por 8 jurados. Defendido pelo dr. Onofre Moreira, o réu veio a ser absolvido.

O juiz da comarca de Ovar, dr. Manuel António Vieira Xavier (tomou posse a 23 de Fevereiro de 1888), no final dum julgamento em processo de polícia correccional, em que era arguido o *progressista* José Manuel Romão, ouviu uma pateada quando proferia a sentença condenatória. Esta pateada, o consequente ataque à casa deste magistrado e os últimos acontecimentos políticos ovarenses, foram objecto duma interpelação, na sessão de 30 de Abril de 1888 da Câmara dos Deputados, do político e jornalista João Marcelino Arroio, um dos mais notáveis oradores parlamentares.

A Câmara ouviu as acusações proferidas por aquele deputado:

«Em Ovar ultimamente não havia autoridade, não havia lei, não havia justiça; havia apenas um vice-chanceler do reino, e nada mais.

Até aqui as violências em Ovar tinham poupado o poder judicial; agora nem este mesmo poupavam. Estando iminente o julgamento em polícia correccional de vários réus incursos em crimes não políticos, mas de ferimentos, de insultos e de assuadas, o juiz fora ameaçado de que os vidros lhe seriam quebrados, caso os réus fossem condenados.

Depois fora acompanhado até ao tribunal por muita gente, que o injuriou, e, quando no fim da audiência, exercendo os seus deveres e no uso libérrimo das suas atribuições, condenara alguns réus, fora recebida a sua deliberação com uma grande pateada.

Pedia uma imediata e severíssima repressão para estes desmandos. Não se podia deixar de dar a um magistrado judicial toda a força que o governo pudesse dispor, não só pelo lado das autoridades administrativas, mas também pelo lado das autoridades militares».

Respondeu-lhe o Ministro das Obras Públicas, Emídio Júlio Navarro, afirmando que «era menos exacto dizer-se que o juiz tenha condenado uns réus», dado que segundo «informações os réus foram todos absolvidos», e salientando que «a situação de Ovar é de há muito tempo anormal. Estes mesmos acontecimentos se davam na razão inversa, quando estavam os regeneradores no poder. Uma vez foram deitar bombas à porta do tribunal, quando o juiz estava presidindo a uma audiência para que ele não pudesse funcionar. Arranjaram umas filarmónicas e mandaram-nas tocar à porta do tribunal, e ao mesmo tempo lançavam pequenas bombas de dinamite, de sorte que o pobre juiz não podia funcionar. O juiz protestava, dizia ao administrador que era a ele que pertencia a polícia; mas como era ele (*o dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala*) que promovia isso, não providenciava. Isto dava-se no tempo dos regeneradores. Creio que eles lastimavam tanto os acontecimentos, como nós progressistas os lastimamos».

Replicou ainda o deputado João Arroio, terminando por demandar se o governo estava resolvido ou não a fazer entrar Ovar na ordem e na lei.

À pergunta do deputado *regenerador* não iriam dar explicações os Ministros do Reino e da Justiça. Estava reservado ao deputado pelo círculo de Ovar, dr. José Maria Barbosa de Magalhães, responder a João Marcelino Arroio. E o deputado *progressista*, com 31 anos, surpreendeu a Câmara com um discurso, proferido na sessão de 1 de Maio de 1888, em que pulverizou as críticas e argumentos do seu antagonista:

«Quando eu entrava ontem nesta sala, ecoavam as últimas palavras do discurso do senhor deputado Arroio.

Não tive portanto ocasião de as ouvir. Mas fui então informado, e vejo agora pelo extracto das sessões, que s. ex.ª se referiu, com o costumado desfavor, ao círculo que tenho a honra de representar.

Careço de restabelecer a verdade, de desfazer de uma vez para sempre com essa lenda fantástica de atrocidades e horrores que alguns membros da oposição jornalística e parlamentar inventaram e avolumaram para seu uso retórico e partidário, e de arredar as injúrias repetidamente dirigidas àquela laboriosíssima e honesta povoação (*Apoiados*).

Acabemos de uma vez com essa fastidiosa cantata sobre Ovar, que teria sido, e está sendo, o trecho forçado de todas as óperas cómicas do reportório da oposição (*Riso – Apoiados*)».

E continuando:

«A câmara sabe que durante mais de 20 anos os destinos daquela terra estiveram entregues ao rancoroso e desenfreado capricho de um homem (*o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa*), que absorvia em si todos os poderes políticos, civis e judiciais, e que tinha na mão todas as molas da administração local (*Apoiados*).

Escuso de avivar agora na memória dos que me escutam as vinganças ferozes, as prepotências selvagens, as tropelias escandalosas, as ilegalidades, abusos e atrocidades de toda a ordem que por tão largo período martirizaram aquela infeliz terra (*Apoiados*).

Um belo dia, porém, haverá três anos, o povo de Ovar acordou, sacudiu aquele jugo de ferro, e proclamou energicamente a sua emancipação».

E mais adiante:

«Mas isto veio apenas para dizer que desde esse momento se operou uma completa reviravolta na opinião pública daquele concelho.

Logo nas eleições imediatas, o partido regenerador, apesar de estar ainda no poder, e de haver falsificado todo o recenseamento eleitoral, ficou completamente derrotado e nunca mais tornou a dar batalha perante a urna.

Agora, o ex-mandão regenerador, rodeado de meia dúzia, se tantos, de caceteiros eméritos, vinga-se das repetidas derrotas, promovendo a cada passo nas ruas, pequenas desordens pessoais, a que lhe convém dar o carácter de motins políticos, e para encobrir aos olhos dos seus chefes e correligionários da capital o seu completo desprestígio e a sua actual insignificância e impopularidade, inventa de quando em quando as mais extravagantes e inverosímeis mentiras, que transmite por telegramas alarmantes à imprensa, aos deputados da oposição, ao senhor ministro do reino, e até por

vezes a Sua Majestade El-Rei. Ora alguns desses deputados, ou por ingenuidade, que a sua inteligência me não deixa presumir-lhes, ou por mal entendida conveniência partidária, por várias vezes se têm feito nesta casa eco dessas inexactas informações.

Foi o que sucedeu ontem ao ilustre deputado o senhor Arroio. S. ex.ª começou por apresentar algumas dúvidas, que ninguém tem, na interpretação do último decreto de amnistia. E por uma ligação de ideias, que não explicou bem, passou à política de Ovar.

Permita-se-me que eu faça também essa aproximação, para ser mais completo o desmentido, e mais evidente a injustiça das acusações. Diz-se a toda a hora, com insistência pérfida, que em Ovar não há autoridade, nem lei, nem justiça desde que subiu ao poder o partido progressista; que a liberdade eleitoral não tem sido mantida, que os direitos políticos dos cidadãos são constantemente violados, que as garantias individuais estão suspensas, e que as rixas partidárias têm alagado de sangue as ruas daquela vila. Se isto assim fosse, se tudo isto não passasse de uma invenção facciosa, é claro que a ninguém aproveitaria mais a munificência régia da amnistia que aos progressistas de Ovar.

Pois tenho a satisfação e o orgulho de afirmar à câmara, que não houve nem há na comarca de Ovar processo algum de carácter político ou eleitoral a que esse decreto de amnistia fosse ou tenha de ser aplicado. Nem um só.

O único processo político instaurado contra progressistas de há três anos a esta parte, foi definitivamente julgado em audiência geral o ano passado. E os réus, que tive a honra de defender, foram todos absolvidos por unanimidade, sem ser preciso usar da faculdade legal de recusar qualquer dos jurados, e até fazendo parte do júri um dos quarenta maiores contribuintes que os regeneradores na imprensa e em célebres representações a El-Rei, diziam ser um dos que tinham sido privados pelos réus do exercício do direito eleitoral.

Estas circunstâncias provam bem a justiça daquela decisão absolutória».

E concluindo:

«Sr. presidente, creio que já deu a hora, dentro da qual é permitido usar da palavra antes da ordem do dia, e por isso limito aqui as minhas considerações, pedindo apenas ao sr. deputado Arroio, e aos seus ilustres colegas da oposição, que quando tenham outra vez de vir aqui fazer acusações desta ordem, que de mais a mais não ofendem um indivíduo só, mas uma população toda, que merece tanto respeito o consideração de nós todos, como nós mesmos, pensem mais maduramente na sua gravidade, usem menos da sua imunidade parlamentar, averiguem melhor da verdade dos factos, e sejam mais justos na sua apreciação, para pouparem a mim o trabalho de lhes responder, e à câmara o incómodo de me ouvir» (*Vozes – Muito bem*).

Respondendo-lhe, o deputado João Arroio, entre várias considerações, afirmou que não discutiria a exposição detalhada que o sr. Barbosa de Magalhães fizera perante a câmara: – «O maior castigo para s. ex.ª é ter tido na sua vida ocasião de vir defender no parlamento actos tão extraordinários» (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 1 de Maio de 1888).

Por carta datada de 28 de Maio de 1888 e publicada no semanário *O Povo de Ovar*, o dr. Manuel Arala criticou asperamente a intervenção do dr. Barbosa de Magalhães.

A cidade de Ovar esteve em foco no Parlamento em várias ocasiões.

Já referimos que acontecimentos eleitorais em Ovar tomaram tais repercussões, na imprensa e no País, que chegaram a ser levados ao Parlamento. Na sessão de 6 de Agosto de 1887 da Câmara dos Deputados, na ordem do dia, realizou uma interpelação, a respeito dos acontecimentos referentes às eleições camarárias de 14 de Novembro de 1886 e às eleições dos 40 maiores contribuintes de 7 de Janeiro de 1887, o deputado regenerador Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, notabilíssimo escritor e político, tendo-lhe respondido o Presidente do Conselho José Luciano de Castro.

O julgamento dos 13 progressistas, a 6 de Dezembro de 1887, e a pateada ao juiz da comarca de Ovar, dr. Manuel António Vieira Xavier, em 1888, foram objecto duma interpelação, na sessão de 30 de Abril de 1888, da Câmara dos Deputados, do político e jornalista João Marcelino Arroio. Respondeu-lhe o Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, e, na sessão de 1 de Maio de 1888, o deputado pelo círculo de Ovar, dr. José Maria Barbosa de Magalhães, que se referiu, também, à célebre questão médica (1883-1903).

Na Primeira República, o deputado católico dr. António Augusto de Castro Meireles protestou, veementemente, antes da ordem do dia, na sessão de 13 de Julho de 1915 da Câmara dos Deputados, contra o castigo aplicado a dois párocos do concelho de Ovar (os abades das freguesias de S. Vicente de Pereira e de Esmoriz, respectivamente padres Augusto Oliveira Pinto e António André de Lima, que usaram hábitos talares num enterro), respondendo-lhe o Ministro da Justiça dr. Catanho de Meneses.

E, a 8 de Janeiro de 1917, na Câmara dos Deputados, em negócio urgente, Alexandre Braga ocupou-se do procedimento do dr. Domingos Lopes Fidalgo, como Governador Civil de Lisboa, na aprovação da *Associação do Método Dolivais*, tendo usado da palavra sobre esse assunto, também, António Macieiro, o Ministro do Interior Mousinho de Albuquerque e o dr. Pedro Chaves.

Nas eleições para deputados realizadas a 20 de Outubro de 1889, no ministério progressista de José Luciano de Castro, foi novamente escolhido pelo Centro Progressista local, reunido na sala das sessões camarárias sob a presidência do dr. António Pereira da Cunha e Costa, secretariado pelos drs. Francisco Ferreira de Araújo e Ângelo Ferreira, para candidato pelo *círculo n.º 38 (Ovar)*, o dr. José Maria Barbosa de Magalhães.

No círculo votaram 3.869 cidadãos, não houve protestos nem reclamações, e foi novamente eleito aquele dr. Barbosa de Magalhães, que obteve 1.538 votos (o segundo deputado mais votado teve 1.518).

Nas eleições para deputados de 23 de Outubro de 1892, realizadas no gabinete *nacional* de José Dias Ferreira, apresentaram-se como candidatos no círculo n.º 38 (Ovar), o Ministro da Marinha e Ultramar, capitão-de-mar-e-guerra Ferreira do Amaral (que substituiu a candidatura do dr. Manuel Arala), pelo partido *regenerador*, governamental, e o dr. José Maria Barbosa de Magalhães, pelo partido *progressista*, da oposição (*O Povo de Ovar*, de 9/10/1892, apresentava como candidato pelo círculo o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, pelos *incolores*, de tendência progressista).

A campanha eleitoral foi bastante dura para os progressistas locais, dado que, segundo *O Ovarense* (de 26 de Julho de 1896), «o grupo aralista começou a propalar,

que não consentiria que os seus adversários se aproximassem da urna. Na véspera da eleição de deputados, preparatória para a almejada eleição municipal, chegou à vila um troço de polícia civil do Porto, que logo principiou a exercer violências incríveis, prendendo em plena praça pública eleitores inermes, espancando outros que foram buscar urnas à casa da câmara. Ao mesmo tempo mandava-se ao Furadouro uma força de cavalaria para assustar a classe piscatória. A noite anterior à eleição passou-se debaixo duma impressão medonha. Os caceteiros aralistas, acompanhados pela polícia civil cercavam a igreja matriz, sede da assembleia principal, escalavam este templo por meio de escadas lançadas aos telhados; abriam-se as portas e lá dentro, depois começou a bebedeira, enquanto cá fora, no adro se davam sucessivas descargas de tiro.

No dia da eleição, estavam logo pela manhã os caceteiros a postos. As chaves da igreja foram tiradas ao sacerdote, que ia para rezar a missa primeira e o povo afugentado. Nem ao presidente da assembleia se permitia que se aproximasse da igreja matriz. Só quando vieram os seus partidários de Arada é que o Arala com o seu estado maior se apresentou no adro da igreja, enquanto que os caceteiros e os polícias não permitiam a aproximação dos políticos adversos.

Então o Arala pensava que era a ocasião de ser eleito deputado e que em seguida triunfaria na eleição camarária. Mas depois que uma força de infantaria se apresentou no adro da igreja, declarando o comandante, que ali se achava para manter os direitos de todos os eleitores e em seguida apareceu o presidente da assembleia (*dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco*) para entrar na igreja, o Arala estremeceu. Estavam desmoronadas as suas ilusões. Pouco depois fugia da assembleia, levando atrás de si a sua gente, e foram arranjar um simulacro de eleição para Santo António. No apuramento, a mesma cena, mas já então o Arala não apareceu».

Para *A Folha de Ovar* (de 27/10/1892), os regeneradores, não se conformando com a presidência da mesa eleitoral a cargo do dr. Francisco Fragateiro e «para evitar violências e fuzilamentos com que foram ameaçados pelo sr. tenente-coronel, Sales de Mendonça, comandante da força de infantaria, retiraram para a capela de Santo António, aonde se procedeu à eleição». Para os mesmos, «retirar da igreja matriz um partido, indo fazer a eleição na capela de Santo António, não é, nunca foi abandonar a urna, como publicam os descontentes; fez-se isto para evitar que a boa ordem fosse alterada».

Duas assembleias – a da igreja matriz, dominada pelos *progressistas*, e a da capela de Santo António, dominada pelos *regeneradores-aralistas* – , duas votações, duas contagens de votos! Resultado: dois partidos a cantarem vitória!

Os cidadãos António Augusto Freire de Liz, António dos Santos Sobreira, Isaac Júlio Fonseca da Silveira e João Maria Lopes, protestaram as eleições de 1892 «pela apresentação da força armada junto à porta da igreja matriz antes de começar a eleição» e, ainda «pela permanência da mesma força na proximidade da igreja durante todo o tempo da eleição, e ainda pelas públicas ameaças do tenente-coronel comandante da força». Ficou provado que a força militar entrou uma vez na assembleia de Válega por motivo de tumulto, mas só depois da requisição em forma do presidente da assembleia e ouvida a mesa.

Discutida a validade da eleição, o tribunal de verificação de poderes, a 21 de Fe-

vereiro de 1893, conferiu o diploma de deputado ao dr. José Maria Barbosa de Magalhães, não dando valor à eleição dos regeneradores fora da assembleia legal, eleição que foi depreciativamente denominada pelos progressistas de *cesto de Santo António*.

O dr. Barbosa de Magalhães obteve 3.378 votos, contra os 403 dados a Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco teve 148).

O Regimento de Infantaria n.º 2 (9 de Março de 1887)
– um regimento no papel! As substituições militares. Ovar e os militares

Pelo regulamento para a organização das reservas do exército activo, de 9 de Março de 1887, o território do continente do reino e ilhas adjacentes foi dividido em 36 distritos de reserva, correspondentes aos regimentos de infantaria e caçadores do exército activo, compreendendo cada distrito todas as praças de 1.ª e 2.ª reservas, nele residentes.A sede de cada batalhão de reserva era o distrito correspondente.

Ovar ficou então *sede do distrito* do Regimento de Infantaria n.º 2, do 8.º distrito de reserva da 2.ª divisão militar. Era a primeira vez que o governo se lembrava de mandar um corpo do exército para Ovar, com o enorme benefício dos mancebos ficarem na própria terra, junto à família, diminuindo as trocas de números.

Em Dezembro de 1888, quando já se achava em Ovar um major comandante do batalhão de reservas, veio a Ovar o tenente-coronel de engenharia Manuel Rafael Gorjão para averiguar qual o edifício municipal em condições de alojar, provisoriamente, o regimento.A sua inclinação foi para o edifício do hospital e para o novo quartel destinou-se o Largo de S. Sebastião, onde a câmara tencionava construir, contraindo um avultado empréstimo e conseguindo um subsídio do governo, um edifício próprio.

Na sessão de 2 de Janeiro de 1889 o Presidente da Câmara, dr. António Pereira da Cunha e Costa, declarou que havendo promessa do Ministro da Guerra de que para Ovar viria o Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 2, que tinha sido colocado neste distrito de recrutamento de reserva, e dada a necessidade de aquartelá-lo convenientemente, propunha o edifício do hospital municipal para esse efeito, procedendo-se às reparações necessárias por conta da Câmara.

O hospital passaria, provisoriamente, para uma casa vasta, bem arejada e com as melhores condições higiénicas, sita na Rua dos Ferradores e que era pertença da família do dr. Gonçalo Huet Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, que se prontificava a arrendá-la.

Mau grado em Setembro de 1889 ter sido medido, no Largo da Estação, o terreno necessário para o quartel, a tropa nunca veio... e Ovar até 1911 não teve batalhão senão em decreto!

Regressemos, porém, a 1887, ano em que foram criados 2 distritos de recrutamento no distrito de Aveiro: o *distrito de recrutamento n.º 9*, com sede em Aveiro, e o *distrito de reserva n.º 8*, com sede em Ovar, que pertencia à 2.ª divisão militar, e correspondia ao *Regimento de Infantaria n.º 2*, provisoriamente em Lisboa, incluindo os concelhos de Arouca, Estarreja, Feira, Oliveira de Azeméis, Ovar e Macieira de Cambra.

Em 1888, o *distrito de reserva n.º 9*, com sede em Aveiro, foi extinto e em Ovar é criado o *distrito de recrutamento e reserva n.º 9*, em substituição do distrito de reserva n.º 8, que foi também extinto (decreto de 6 de Dezembro de 1887).

O Regimento de Infantaria n.º 2 continua a corresponder ao distrito com sede em Ovar (*D.R.R. n.º 9*) mas, por nesta povoação não existirem edifícios apropriados e quartéis permanentes, continuou provisoriamente aquartelado em Lisboa. Do *D.R.R. n.º 9* passaram a depender os reservistas dos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Macieira de Cambra, Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga.

Por Ordem do Exército, n.º 26, 1.ª série, de 10 de Dezembro de 1894, foi transferido de Ovar o *distrito de recrutamento n.º 9* para Aveiro.

O *D.R. n.º 8*, instalado em Ovar, a 21 de Março de 1887, teve como 1.º comandante o major José Augusto Pimenta de Miranda; o *D.R. n.º 9*, que permaneceu em Ovar de Dezembro de 1888 a Dezembro de 1894, foi, neste período, comandado pelos seguintes oficiais:

- Major Gustavo Ferreira Pinto Basto (10/5/1890)
- Tenente-coronel João de Sales Mendonça (25/4/1891)
- Major Alfredo Araújo de Almeida Campos (2/10/1893)

No século XIX, na década de Sessenta, lavraram-se escrituras de sociedade por via do sorteamento dos recrutas, para pagamento de praças, e com a nova lei do recrutamento militar, em 1887, a aversão, a repugnância ao serviço militar atingiu em Ovar e no seu concelho grandes proporções, resultando daí necessariamente a emigração clandestina.

O Povo de Ovar (de 9/9/1888) noticiava que das freguesias de Arada, Esmoriz e Válega muitos mancebos, depois de recenseados, foram para o Brasil. «Por onde e como fugiram? Há por aí muitas sociedades, que por 15 ou 16 libras se encarregam de forjar ou de obter passaportes».

As *substituições militares*, as trocas, são frequentes desde 1888. Para *O Povo de Ovar* (de 6/3/1892) «nem um só dos mancebos recrutados nesta vila para o serviço militar quer assentar praça. Substituem-se por todo o dinheiro, ainda que durante toda a sua vida fiquem presos a uma dívida. E note-se que este horror se manifesta tanto nos de classe abastada como na classe piscatória». E, acrescenta o dr. Francisco Fragateiro, «porque todos os mancebos se substituem vêem-se pelas ruas da vila bandos de *matalotes* lá da serra, os substitutos, atrás dos agentes dos recrutas, marchando duns cartórios para os outros, onde fazem as escrituras de obrigação militar».

As *sociedades de recrutamento militar* foram comuns no século XIX, na década de Oitenta – basta folhear os livros das actas da Câmara de 1888!

No *processo para substituição de recrutas* o interessado comparecia perante o Administrador do Concelho declarando desejar ser substituto do mancebo a quem tocara em sorte um número no recenseamento da freguesia de Ovar.

Este sistema de recrutamento militar, baseado num princípio manifestamente injusto – por uma quantidade de dinheiro um mancebo aceitava fazer o serviço por outro – era, além de impopular, mais uma carga, um sacrifício, para o povo.

Em 1900, foram proclamados recrutas para o serviço militar 70 mancebos na freguesia de Ovar e 161 no concelho.

Quanto às Forças Armadas – Exército, Marinha e Aviação –, e no que toca a Ovar, já se referiu que, em 1887, foi criado o *Regimento de Infantaria n.º 2* (no papel!).

Nas campanhas militares para a pacificação da Guiné salientou-se o capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva; e na ocupação militar de Angola o major Antero de Magalhães, condecorado com o grau de *cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.*

Em 1911, foi colocado em Ovar o *3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 24*, com sede em Aveiro. O *batalhão de Ovar*, como familiarmente era chamado pelo povo ovarense, o 1.º que mobilizou para a fronteira em 1911 e para a Grande Guerra, que se comportou nobremente na *traulitânia* e no pronunciamento militar de 1926, retirou de Ovar, onde permaneceu de 1911 a 1926, isto é, durante cerca de 15 anos, com grande pesar dos seus habitantes.

Na Primeira Grande Guerra, o 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 24 esteve na África Oriental (Moçambique) e em França, tendo tido 178 mortos, dos quais 21 no concelho de Ovar.

Nas três frentes de guerra em África (1961-1974), no Estado Novo, faleceram em combate, por doença ou desastre, 5 cidadãos naturais da freguesia de Ovar.

Entre os militares que honraram Ovar e o País são de referir os seguintes:

Marechal de campo graduado Bernardo António Pereira Zagalo (1780-1841), *oficial da Ordem da Torre e Espada.*

Marechal de campo António da Costa e Silva (1782-1856), 1.º Visconde de Ovar, *oficial da Ordem da Torre e Espada.*

Coronel Manuel Maria de Oliveira Ramos (1862-1931), professor do Príncipe Real D. Luís Filipe.

Major Antero de Carvalho Magalhães (1865-), herói na Monarquia no Exército Ultramarino, *cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.*

Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva (1872-1941), herói na Monarquia no Exército Ultramarino.

Coronel Manuel Rodrigues Leite (1883-1955), que se notabilizou na campanha do Vouga, aquando da *traulitânia.*

Tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu (1883-1937), herói da campanha do Vouga aquando da *traulitânia*, Monarquia do Norte, *cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.*

General Francisco Rodrigues da Silva.

Contra-almirante Álvaro Manuel MariaValente de Araújo (1900-1978).

General graduado Aníbal José Coentro de Pinho Freire (1935-1999).

Os incêndios do Furadouro (1887 e 1892)

A 31 de Julho de 1881, como já se mencionou, verificou-se o primeiro grande incêndio na praia do Furadouro.

Seis anos depois, a 14 de Julho de 1887, o Furadouro sofreu o seu *segundo* grande incêndio. Pelo norte do *bairro novo*, arderam 66 palheiros e mais 5 foram derrubados no combate às chamas. O incêndio, provavelmente, ficou a dever-se «ao descuido de duas crianças, filhas de António Costa Novo, pescador, da Rua do Lamarão, e residindo no Furadouro no palheiro n.º 22 do quarteirão dos palheiros novos, no norte do Bairro, concedidos pela comissão dos socorros constituída pela ocasião do incêndio de 1881, crianças que, deixadas sós pelos pais que tinham vindo à vila, assavam sardinhas no soalho, rompendo o fogo neste, lavrando logo por todo o palheiro, comunicando-se aos vizinhos e tão rapidamente que, começando depois das cinco horas da tarde, às sete horas e meia lhe conquistara um grande número de palheiros» (Sessão extraordinária da Câmara Municipal, de 16 de Julho de 1887).

Na sessão extraordinária de 16 de Julho, da câmara *progressista* presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, foram aprovadas, entre outras, as seguintes propostas:

- fornecer das matas municipais a madeira necessária e aproveitável para a reconstrução dos palheiros incendiados, pertencentes quase todos a pobres (enquanto no incêndio de 1881 entre as habitações destruídas muitas pertenciam a cidadãos com possibilidades de as reconstruir, no de 1887 só houve, praticamente, palheiros de pescadores pobres incendiados);
- incluir no 1.º orçamento ordinário ou suplementar, que a câmara discutir e aprovar, uma verba aplicável à reconstrução dos *palheiros dos pobres*;
- representar à Rainha, implorando um subsídio pelo cofre dos inundados;
- representar ao Rei, solicitando um subsídio pelo cofre de beneficência pública (a Câmara recebeu 500$000 reis do cofre dos inundados e 150$000 reis do cofre de beneficência pública).
- recomendar e vigiar, muito particularmente, para que, no plano das novas edificações e na sua execução, se atendesse e observasse a conveniente disposição e isolamento das lareiras e chaminés, a fim de evitar-se, quanto possível, que fossem origem de novos incêndios;
- adoptar as medidas necessárias para remediar os inconvenientes que se notavam na colocação das lareiras já construídas para os pobres e que constituíam um perigo, uma ameaça permanente de repetidos incêndios.

Neste incêndio, em que não houve vítimas – aliás, como em todos os incêndios que lavraram na praia –, distinguiram-se, entre outros e segundo a Câmara Municipal, António de Oliveira Pinto, comandante do posto fiscal, Bernardo Vacas, Francisco Ferreira Coelho, Francisco Maria da Silva Adrião, Francisco de Oliveira Tripa, João de Freitas Sucena, João Mendes de Vasconcelos, José Bernardino Alves Bezerra, José Fernandes de Sousa Vila, José Pacheco Polónia e seus filhos João Pacheco Polónia e José Pacheco Polónia Júnior, e Luís Manuel.

Por portaria, assinada por José Luciano de Castro, o Rei, por intermédio do Governador Civil, louvou os cidadãos João Pacheco Polónia e José Pacheco Polónia Júnior, de Ovar, e José Bernardino Alves Bezerra, de Viana do Castelo, «pelo interesse

e acerto com que trabalharam para localizar o incêndio e evitar que se propagasse ao resto da povoação e a reduzisse a cinzas».

A 3 de Maio de 1888 foram arrematados 62 palheiros para as vítimas do incêndio no novo bairro e pelo sul da antiga estrada, tendo sido arrematantes Manuel Francisco da Silva Valente, de Pardilhó, e João Lopes de Oliveira Ramos, da Rua das Ribas.

A 9 de Junho de 1892, pelas 5 horas da tarde, agora na parte sul da costa do Furadouro, entre o Baldim e a estrada principal, a rua transversal e a praia, irrompeu o *terceiro* grande incêndio do Furadouro. A classe piscatória, mais uma vez, contemplou de braços cruzados o incêndio que destruiu as melhores fábricas de sardinha da costa, alguns depósitos de sal e, aproximadamente, 200 habitações.

A grande aglomeração de palheiros, mal cortados por estreitas vielas, foi a causa da gravidade do incêndio.

Na sessão extraordinária de 18 de Junho a Câmara *progressista*, presidida por António Soares Pinto, deliberou enviar representações ao Rei e à Rainha.

A 4 de Outubro de 1896 arderam 16 prédios, principiando o incêndio às 4 horas da tarde, numa casa pertencente a José Valente Pereira, o *Mimoso*, da Rua da Capela Nova, e passando depois para os prédios da rua principal, tendo ardido parte do lado norte desta. A classe piscatória, novamente indiferente, afirmava aos que corriam de Ovar em direcção à costa: – *Ninguém se canse que é nos palheiros dos ricos. O seguro paga tudo* (*O Ovarense*, de 11 de Outubro de 1896).

A 15 de Junho de 1899, ao norte da praia, lavrou novo incêndio que destruiu 40 pequenos palheiros. Comunicado em Ovar por um bombeiro, que da praia se deslocou de bicicleta, verificou-se extraordinária falta de água e nenhuma vontade de trabalhar por parte da classe piscatória.

Na noite de 1 de Setembro de 1910 rebentou um violento incêndio ao norte da Capela Nova que destruiu 25 palheiros.

A 25 de Julho do 1911, pelas 10 horas e meia, ao sul da praia arderam dois quarteirões que faziam frente para a primeira rua transversal à Avenida Tomás Ribeiro, salvando-se apenas uma casa. No total arderam 20 prédios, entre os. quais a Casa Cerveira (café e hotel), tendo a origem do incêndio sido atribuída a Maria Rosa Vinagre que num palheiro arrendado no Baldim construira um forno para exercer a indústria de padeira e viera para Ovar deixando o mesmo aceso.

Na sessão de 31 de Julho a Câmara, a fim de evitar, quanto possível, a repetição dos incêndios no Furadouro, resolveu não conceder licenças para edificações de madeira na parte incendiada, as quais exteriormente deviam ser, pelo menos, de adobos de cal, e bem assim resolveu executar a planta de alinhamento da mesma praia, que fora levantada em 1881 e existia arquivada na secretaria do município, apenas com as seguintes alterações: ruas de 10 metros, onde estavam marcadas de 12, ditas de 5 metros onde estavam marcadas de 6.

As crises económicas (1887) – a decadência das indústrias dos calafates e dos fragateiros. A emigração. Emigrantes célebres

A carpintaria naval, a arte ou indústria dos *calafates*, foi uma das mais florescentes da freguesia, empregando grande número de operários, que eram os mais remunerados de Ovar.

Terminadas até meados da Primavera as construções navais nos estaleiros da freguesia de Ovar, dos quais o principal era o do cais da Ribeira, onde anualmente se construíam 10 fragatas que orçavam por uma média de 30 contos, os calafates costumavam ir para Lisboa onde se empregavam no serviço do conserto das embarcações antigas.

Segundo as *Informações para a estatística industrial* de 1865, a freguesia de Ovar tinha 26 calafates.

Era também importante a indústria anexa – a dos *fragateiros* –, empregando-se 2.500 a 3.000 ovarenses no serviço das fragatas em Lisboa, que sustentavam com os seus salários outras tantas famílias, na maior parte residentes em Ovar.

Fragata era a «embarcação do Tejo, empregada ao serviço de cargas e descargas, de boca aberta, sólida construção e que aparelha um mastro com vela latina de caranguejo e uma vela de proa» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11.º). *Fragateiro* era o homem que servia nas fragatas do Tejo, ou o dono dessas fragatas.

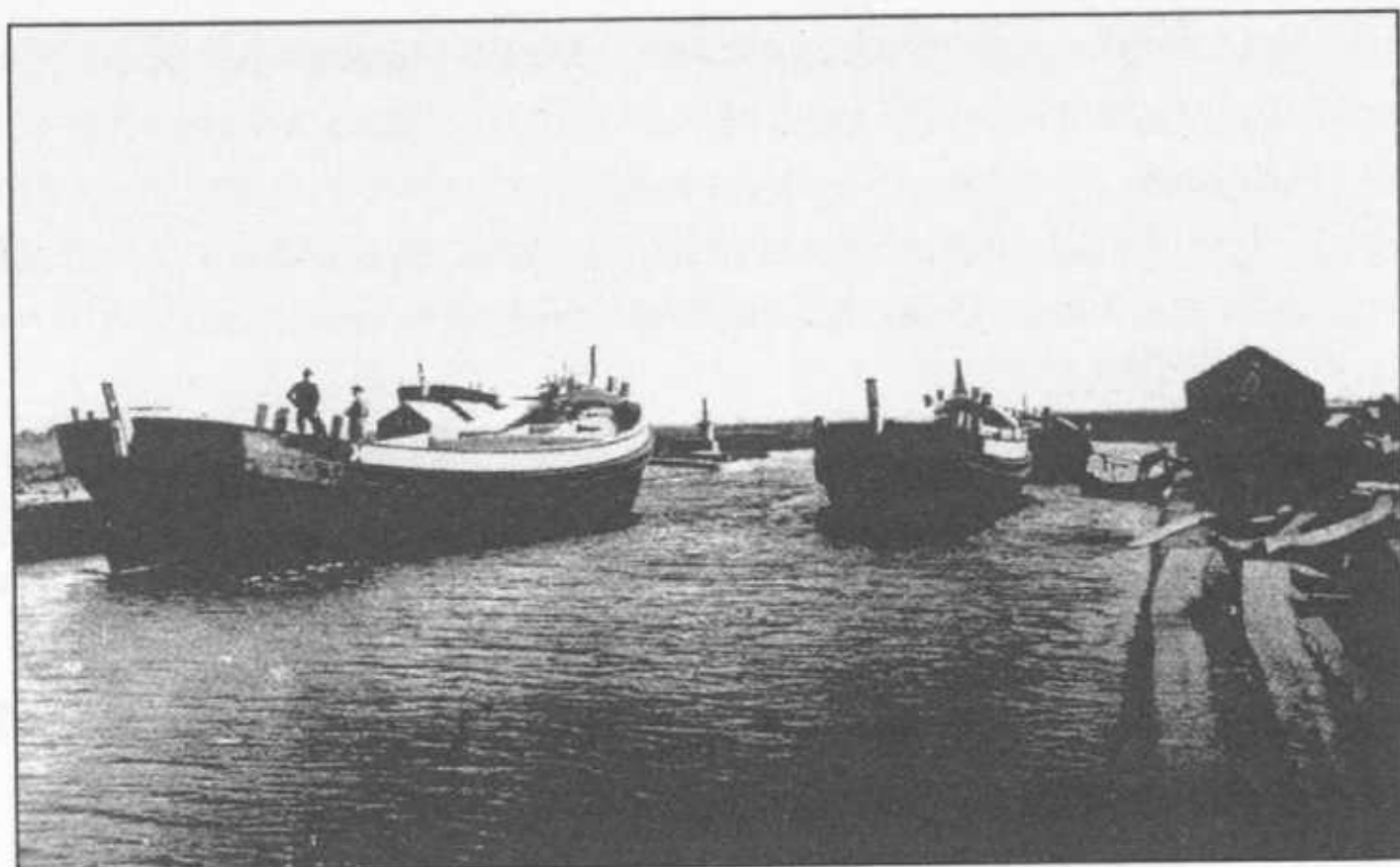
Os *fragateiros* ovarenses, em Lisboa, ou eram proprietários de fragatas, ou empregavam-se no serviço das mesmas ou no conserto das embarcações antigas (*calafates*).

José Soares Santa (1902-1968), celebrizado na tradição popular pela alcunha de *Camarão*, que foi *campeão nacional de pesados* de 1925 a 1932, foi um dos ovarenses que trabalhou como fragateiro em Lisboa.

Os fragateiros, que levavam para Lisboa canastras de pão de ló para presentearem os proprietários das fragatas e os seus clientes, deram grande incremento a esta indústria gastronómica.

Em 1887, as duas indústrias – a dos *calafates* e a dos *fragateiros* – estavam decadentes, agonizantes, prejudicadas com as obras do porto de Lisboa, a construção de paredões onde os grandes navios que vinham ao Tejo passaram a acostar comodamente que tornaram dispensável a maior parte do serviço das fragatas.

Em 1890 todos os *barcos grandes* que se usavam na costa do Furadouro e nos restantes portos do concelho, bem como nas costas de Paramos, Espinho, Torreira e S. Jacinto, eram construídos em Ovar, onde também se faziam alguns dos que serviam nas costas de Ílhavo (Costa Nova do Prado), Areão e Mira. Quanto aos *barcos pequenos*, do tipo *bateira*, em 1890 eram construídos em Ovar todos os usados nos portos deste concelho e nas costas de Paramos, Espinho, Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado, bem como alguns dos que serviam os pescadores de Ouro, S. João da Foz, Afurada e Água.

No ano de 1887 construíram-se no estaleiro do cais da Ribeira 18 barcos – *fragatas* e barcos-*varinos* de diferente tonelagem; o *Almanaque Ilustrado de Ovar* para 1911 refere 6 construtores navais – Francisco de Oliveira Gomes, João Bernardino de

Cais da Ribeira (finais da Monarquia).

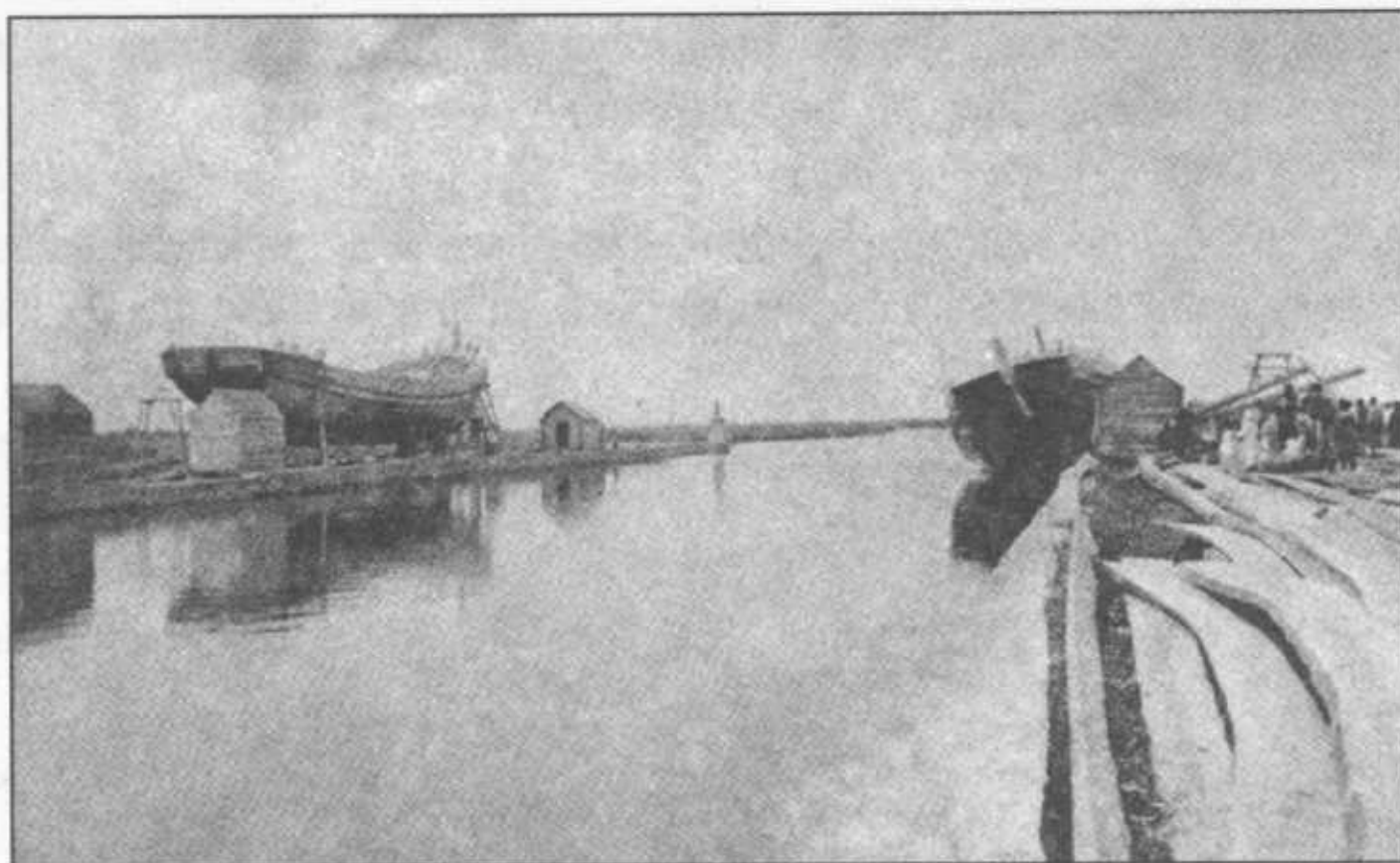
Oliveira Gomes, João Gomes Silvestre, José Gomes Lírio, Manuel Borges e Sebastião Ribeiro –; em 1918 existiam 7 construtores navais; a 11 de Setembro de 1919, foi lançado à água o lugre *Ovar*, construído no estaleiro da Marinha; e, em 1923, José Ferreira Soares fez a última construção para Lisboa – um *varino*.

Em 1899 foi lançado à agua, no cais da Ribeira, um barco de 70 toneladas, construído no estaleiro de João de Oliveira Gomes Silvestre, por encomenda da casa Pinto Bastos, de Lisboa.

Na sua *Monografia da freguesia rural de Ovar*, de 1912, o eng.º JOÃO VASCO DE CARVALHO refere-se à quase extinta indústria da construção de fragatas e de outros barcos de menor tonelagem, «a qual chegou a florescer nas aldeias de Cabanões e S. João, e, a tal ponto, que a companhia dos caminhos de ferro mandou construir vagões especiais para o seu transporte para Lisboa e Porto» (*in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5, 1912).

Em 1939, ROCHA E CUNHA escreveu (*Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da capitania do porto de Aveiro*) a respeito desta indústria: – «Os estaleiros de Ovar e Pardilhó, desde longa data e até há poucos anos, construíam *fragatas* e *varinos* para serviço de outros portos, principalmente Lisboa. Concluída a construção, estas embarcações, sumariamente aparelhadas e carregadas com madeira que servia de lastro e dava frete, tripuladas por 3 homens de boa têmpera, em geral *ílhavos*, aproveitavam a época dos ventos bonançosos do norte, e seguiam costa abaixo para o porto do destino. Estas expedições, que por vezes tinham desfecho trágico, eram denominadas *enviadas*».

A venda das madeiras, que os barcos levavam para Lisboa, movimentava grande capital em Ovar.

Já se fez referência à conquista do litoral, pelos pescadores do Furadouro. Avançando para o sul, atingem, no século XVI, a Torreira e as Areias de S. Jacinto (1549); na 2.ª metade do século XVIII, os areais da Caparica e de Santo André; Olhão (1774), o Tejo (1819), Vila Franca de Xira (1825); e, na 2.ª metade do século XIX, as povoa-

Cais da Ribeira (estaleiros).

ções do Riba-Tejo. Para o norte, atingem Espinho (1749), a Afurada, o Douro (marmoteiros, de 1725 a 1759), e Paramos (2.ª metade do século XIX).

No princípio do século XIX, saíram de Ovar as famílias dos Zagalos, Pinho, Gomes Coelho (a família de Júlio Dinis), Menéres, Silva, Borges, que se dirigiram para o Porto, as dos Oliveira Bello, Oliveira Pinto, Carneiro, Santos Roquette, Rodrigues Formigal, que foram para Lisboa, as dos Oliveira Graça, Oliveira Lírio, que foram para o Rio de Janeiro (JOSÉ FERNANDO NEVES BELLO, *A Família Oliveira Bello, de Ovar*, 1994).

Em 1856, devido à grande miséria da classe piscatória, a emigração de Ovar acentuou-se, ficando desertas algumas ruas da povoação; o mesmo aconteceu em 1872.

Até 1887, porém, a *migração* dos ovarenses era, na sua quase totalidade, *interna*: deslocavam-se para outros lugares do País, principalmente para Lisboa (*fragateiros*), Alto Douro (*mercantéis*) e Beira.

Formaram, então, entre outras, colónias em Lamego, Penafiel, Pinhão, Régua (JOÃO DE ARAÚJO CORREIA, em *Há sal na Régua*, informa que nem só à Régua «aportaram vareiros. Espalharam-se alguns por Douro acima, no país vinícola. Um garfo de Fragateiros foi parar ao Pinhão. Outro, à freguesia de Cambres, concelho de Lamego») e Vila Real.

O dr. SERAFIM GABRIEL SOARES DA GRAÇA («A ria de Aveiro e os rios Vouga e Águeda na sua relação com a antiga mercância beirã», em *Aveiro e o seu Distrito*, vol. I, 1966) refere que em Águeda, «com gente de Aveiro e de outras terras da costa, principalmente de Ovar, foram-se constituindo novos vínculos familiares no decorrer das eras».

1887 foi um ano mau. Quatro das mais importantes classes trabalhadoras de Ovar são afectadas: os calafates, os fragateiros, os mercantéis e os pescadores. As obras do porto de Lisboa foram responsáveis pela diminuição das construções navais em Ovar e tornaram dispensável a maior parte do serviço braçal nas fragatas do Tejo (neste ano a colónia ovarense em Lisboa só nas fragatas orçava pelos 3.000 homens – os fra-

gateiros). A filoxera, atacando as vinhas do Douro (a partir de 1872), e o comboio que estabeleceu a concorrência, no mercado da sardinha, das costas da Póvoa de Varzim, Matozinhos e Espinho, prejudicaram imenso os mercantéis ovarenses, paralizando a sua indústria, com a consequente decadência da pesca. Das outras indústrias, a dos trolhas e a dos carpinteiros estavam arruinadas pela concorrência das de Pardilhó; a da olaria achava-se decadente.

Neste panorama desolador, não admira que também Ovar fosse atingida pela célebre e maciça emigração do final do século XIX para o Brasil. Em 1887-1888 principiou a emigração para este país que sempre recebeu a maior parte da *migração externa* ovarense. A abolição da escravatura no Brasil, em 1888, tornou angustiosa a falta de braços neste país.

Aumentando em 1891, atingiu a sua culminância em 1895 (grave crise económica): dias havia em que embarcavam 20 e 30 ovarenses; em algumas ruas, antes populosíssimas, raro vivia um homem; em 18 e 19 de Maio deste ano saíram de Ovar mais de 40 pessoas!

Em 1895 a classe dos fragateiros em crise, reduzida a um terço, sem trabalho, emigrava principalmente para o Brasil; em 1897 desapareceu quase completamente.

No ano de 1896 era ainda excepcional a semana em que não embarcavam do concelho de Ovar dezenas de emigrantes, especialmente oleiros e fragateiros no que se refere à vila, rumo à *árvore das patacas*, às terras de Santa Cruz.

A emigração decresceu até 1899, para recomeçar a subir com intensidade: em 1906 emigraram 424 pessoas do concelho de Ovar, das quais 412 para o Brasil, 5 para Angola e 7 para Moçambique; em 1907 emigraram 545 (501 *H* e 44 *M*), sendo 541 para o Brasil.

O problema da emigração preocupava todos os ovarenses, que iam notando o despovoamento acentuado de Ovar. Os críticos, nos semanários locais atribuíam a emigração às condições económicas precárias numa região de população densa, aliadas a um desejo, que a vinda dos emigrantes de *torna-viagem*, ricaços – os *africanistas* e os *brasileiros*, estes falando o *português com açúcar* (EÇA DE QUEIRÓS), e com o seu espiritismo, a sua homeopatia e a sua maçonaria –, acentuava.

Os brasileiros ovarenses, que não resistiram à saudade ou conseguiram bom pecúlio para assegurar a sua velhice, não trouxeram para a terra natal as casas grandes, mas os azulejos, especialmente desde meados do século XIX.

Em 1912-1913 a emigração atinge proporções nunca vistas: calafates, carpinteiros, fragateiros, oleiros, trolhas, partem para o Brasil, especialmente, mas também para os Estados Unidos da América do Norte, Canadá, Argentina, Venezuela, e, em menor escala, para a África portuguesa.

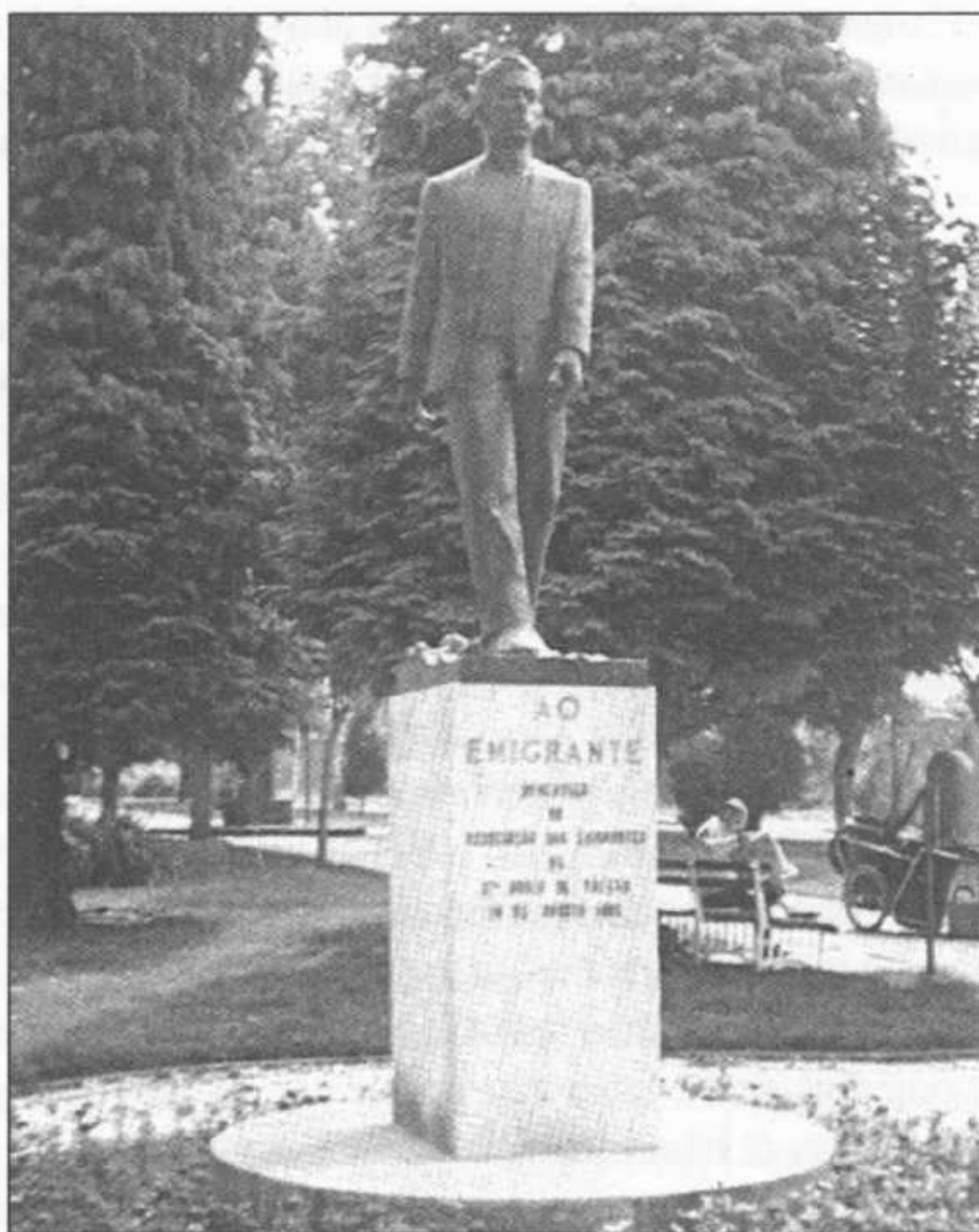
Em 1912, o agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO, depois de referir que o concelho de Ovar é, logo depois do de Estarreja, aquele que maior contingente emigrativo fornece, quase que só para o Brasil, declara que «a emigração da freguesia de Ovar longe, porém, de ser prejudicial ao progresso de todos os ramos de actividade, é-lhe, pelo contrário, vantajosa. É que ali há terra de menos e braços de mais» (*in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.° ano, n.° 5, 1912).

Não era de estranhar esta conclusão. Já o dr. Afonso Costa defendera, na sua tese

de concurso a professor da Escola Politécnica, em 1911, «que a emigração devia ser livre e que os seus resultados eram benéficos» (OLIVEIRA MARQUES, *A primeira República Portuguesa*).

A emigração é uma constante da história ovarense. Após os êxodos maciços na Monarquia (1887) e na Primeira República (1912-1913), voltou a acentuar-se, no Estado Novo. Agora, porém, já não se parte tanto para o Brasil ou para outros países da América: parte-se para a Europa industrializada (*boom* económico dos europeus e a grande diferença de níveis de vida), para a França, Alemanha e, em menor contingente, para a Bélgica, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Suécia e Suíça; e também para a União Sul Africana. E parte-se pelo desejo da fortuna (*emigração económica*), pelo horror ao serviço militar – às guerras coloniais de África (*emigração política*), para fugir à justiça.

«O Povo *vota com os pés* contra o Governo» (*in*: *Portugal amordaçado*, de MÁRIO SOARES). A diáspora europeia no Estado Novo decorrerá de 1958 (especialmente desde 1962) a 1974.

Mas o emigrante ovarense que escolhe a Europa tem um comportamento muito diferente dos anteriores: volta a Ovar, pelo menos, uma vez por ano; e a sua disposição é retornar, aforrando para construir uma casa, comprar umas terras, abrir um comércio ou uma oficina.

Estátua dedicada ao Emigrante em Válega.
In: Válega. Vila há 12 anos.

Entre os emigrantes célebres, que não esqueceram Ovar, destacaremos o padre Manuel Eliano Gomes Ferrer (1825-1878), Alexandre de Sá Pinto (1833-1926), José de Oliveira Lopes (†1924), Manuel José de Oliveira Lopes (†1936), e Francisco Augusto Marques da Silva (1881-1959).

O 1.º *Congresso Internacional do Emigrante Vareiro*, aberto a 25 de Julho de 1984, decorreu a 2, 3 e 4 de Agosto, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, presidido pela dr.ª Manuela Aguiar, Secretária de Estado da Emigração.

Em 1992, foi fundada a Associação dos Emigrantes de Santa Maria de Válega; e, a 16 de Agosto de 1993, o Governador Civil de Aveiro, dr. Gilberto Madaíl, inaugurou no jardim do centro da vila de Válega uma estátua dedicada ao Emigrante, construída por iniciativa daquela Associação. Obra do escultor Artur Moreira, foi colocada ao lado da do comendador António Augusto da Silva.

1984 – 1.º Congresso Internacional do Emigrante Vareiro.

A 25 de Julho de 1984, nas Comemorações da Elevação de Ovar a Cidade, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou a *Avenida do Emigrante*, ligando o Carregal à praia do Furadouro (Praça da Varina).

O jornalista *Chico Carrelhas*

O jornalista Francisco da Silva Carrelhas, o *Chico Carrelhas*, nasceu em Ovar a 17 de Junho de 1854, filho de António da Silva Carrelhas e de Ana da Silva Matos, naturais de Pardilhó, e faleceu em Lisboa, a 26 de Junho de 1929, com 75 anos.

Boémio, quando estudante no Porto, acamaradando com Teixeira Gomes, o futuro Presidente da República, com o filósofo Sampaio Bruno e com Basílio Teles; profissional em Lisboa, escrevendo no *Repórter*, dirigido por Pinheiro Chagas e, posteriormente, por Oliveira Martins, no *Século*, no *Diário* e no *Jornal do Comércio*, *Chico*

Carrelhas passou a vida a cultivar, como poucos, o jornalismo, e a escandalizar o semelhante com o seu vestuário extravagante e a sua excepcional sem-cerimónia.

Era a calça pelo tornozelo, de que nos fala RAÚL BRANDÃO nas suas *Memórias*; era o vestuário «duma audácia destas que irritam o burguês» referido por EDUARDO BARROS LOBO (*Beldemónio*), na sua obra *Do Chiado a S. Bento*; era o «aparecer no passeio da Praça principal (*de Ovar*), sem gravata e em tamancos escandalizando o burguês que tentava diminuir» (ZAGALO DOS SANTOS).

Mas se a sua *toilette* causava espanto, fosse ela proveniente da falta de numerário ou um protesto contra a rotina, a sua liberdade de maneiras não lhe ficava atrás.

E como exemplo desse desprezo das convenções sociais por parte de Carrelhas, temos uma referência nas memórias de outro grande jornalista e homem de teatro, EDUARDO SCHWALBACH, intituladas *À lareira do passado*.

Aquando duma viagem da família real ao norte do País, de comboio, *Chico Carrelhas* foi um dos jornalistas destacados para fazer a sua reportagem.

O rei D. Luís consentia «afavelmente, com um sorriso amigo, que o nosso colega Francisco Carrelhas – normalmente delicadíssimo, mas afrontando as mais rigorosas etiquetas se o impediam de exercer amplamente as suas funções – por vezes se sentasse sem licença prévia no primeiro degrau dos tronos armados nas várias estações dos caminhos-de-ferro para ouvir melhor e melhor tomar nota dos discursos, e tão longe levasse esta sem-cerimónia que, numa delas, não tendo percebido bem uma passagem da oração laudatória dirigida ao soberano, dissesse para quem a lia *Faça favor de repetir esse trechozinho que não ouvi bem*, o que no primeiro momento causou geral espanto logo substituído por uma gargalhada franca ante o sorriso complacente com que o senhor D. Luís fez sinal ao orador para repetir».

Se este episódio retrata o carácter bondoso do Rei D. Luís, revela exuberantemente o à-vontade de Carrelhas, que nunca quis ser senão um homem de jornais, o que conseguiu com alegria e brilhantismo.

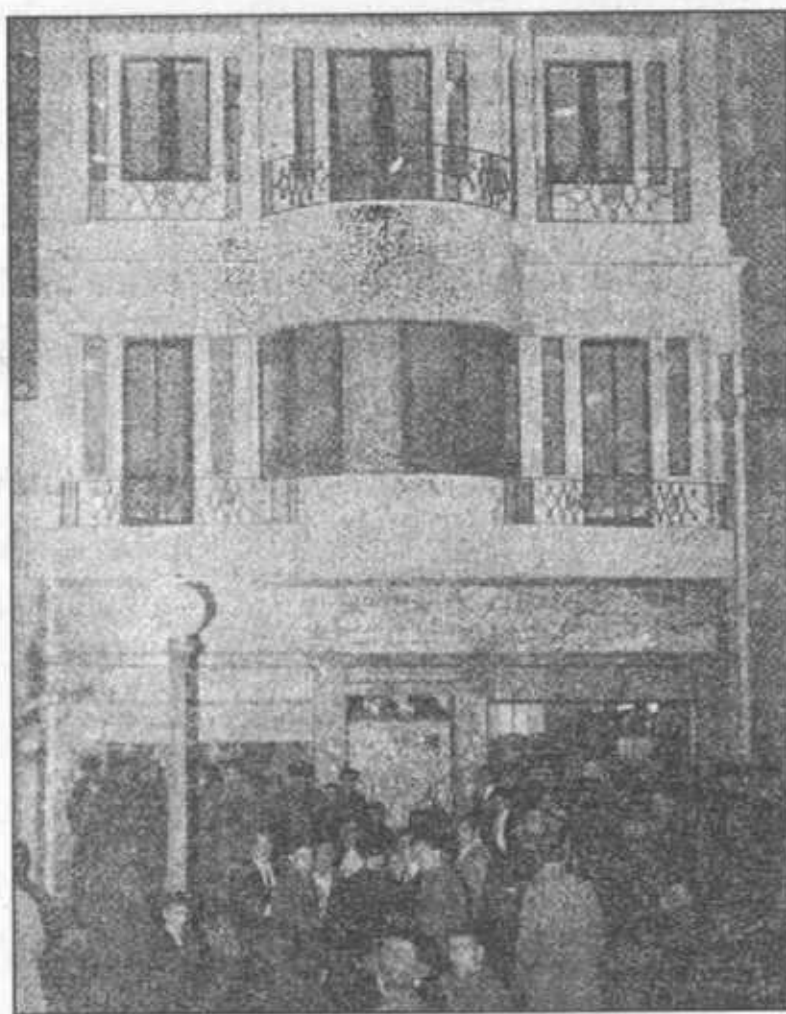
O mais antigo café (1888). Os cafés de Ovar e do Furadouro

O mais antigo café de Ovar deve ter sido aberto, em 1888, nas pontes da Senhora da Graça, por João Sucena.

Em 1959, Ovar tinha 8 cafés:

- *Paraíso*, de Eduardo Augusto de Sousa, filho de Carlos Augusto de Sousa, da fábrica de conservas *A Varina*, e que casou com Benilde Fragateiro Soares de Sousa.
  Fundado a 30 de Julho de 1933, na Rua dr. Manuel Arala, no *chalet* Fonseca Soares, e, desde 1 de Janeiro de 1937, na Praça da República, veio a encerrar as portas a 30 de Abril de 1979.
- *Celeste*, primitivamente, e desde 3 de Abril de 1937, no chalet Fonseca Soares, na Rua dr. Manuel Arala, dirigido por Mário Gomes Pinto (†1940), que foi capitão da Associação Desportiva Ovarense, e, desde 25 de Dezembro de 1942,

na Rua Elias Garcia, dirigido por Zeferino Gomes Pinto, avançado-centro da A.D.O.
Actualmente é o *snack-bar John Bull.*

- *Zélia*, na Rua Cândido dos Reis, propriedade de Manuel Gomes Pinto, datando de 10 de Agosto de 1940, ampliado e modificado em 1948.
- *Parque*, no Parque Alexandre Sá Pinto, aberto a 27 de Março de 1948.
- *Progresso*, da família de David Dias de Resende, no Largo da Família Soares Pinto, inaugurado a 17 de Dezembro de 1949.
Ficou na história de Ovar, não só pelos seus cotados bailes de carnaval e pelas reuniões dos rotários locais, mas principalmente pela sua clientela política. No Estado Novo (1949-1974), foi frequentado pela maioria dos principais *situacionistas*, *reviralhistas* (velha oposição histórica), *oposicionistas do G.A.V.*, e velha guarda do P.C.P.
Após o *25 de Abril* de 1974 passou a ser frequentado pelos principais dirigentes dos partidos democráticos e da extrema-esquerda, tendo os velhos pecêpistas retirado para o café *Paraíso*, situado perto do seu Centro de Trabalho.

Inauguração do Café Progresso, a 17/12/1949.

- *Neves*, no Largo da Poça, inaugurado a 3 de Junho de 1950 e encerrado em 2000. Anteriormente, o *Ideal*, de João Muge e José Santa Camarão, aberto a 24 de Abril de 1947.
- *Ovarense*, na Rua Cândido dos Reis, datando de 1953.
- *Martins*, no Largo Serpa Pinto.

Em 1985, Ovar continuava a ter 8 cafés: *Avenida*, na Rua Ferreira de Castro; *Capim*, na Rua Gomes Freire; *Ideal* e *Ovarense*, na Rua Cândido dos Reis; *Neves*, na Rua Visconde de Ovar; *Parque*, no Largo Almeida Garrett; *Progresso*, no Largo da Família Soares Pinto; e *Stop*, na Rua Visconde de Ovar.

Actualmente existem dezenas de cafés na cidade, principalmente no seu centro e nas proximidades da estação dos caminhos-de-ferro.

A praia do Furadouro tinha 3 cafés em 1959 - *Avenida* e *Progresso*, na Avenida Central; e *Santos*, na mesma Avenida, o único aberto todo o ano.

Em 1985 já eram 6, e, presentemente, proliferam, também às dezenas, nas ruas e avenidas da praia.

O mais antigo café do Furadouro, o *Café Cerveira*, que funcionou no rés-do-chão do Hotel Cerveira, foi inaugurado em 1886. Sucedeu-lhe, em 1911, o *Café Santos*, ocupando o rés-do-chão do edifício vizinho daquele hotel.

O *Café Progresso* abriu, a 1 de Julho de 1951, na Avenida Central, uma filial na praia, que viria a ser transferida (1965) para o antigo edifício da Assembleia do Furadouro.

A Sociedade Musical Boa União (1889). De como surgiram os Músicos Novos. Músicos Novos contra Músicos Velhos. Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1906). Bodas de Ouro (1939). A inauguração de sede (1986). O 1.º Centenário (1889-1989). Maestros da Música Nova. Os beneméritos - a Família Malaquias

A *Sociedade Filarmónica Ovarense*, *Banda Ovarense* ou *Música Velha*, agrupamento musical datando de 4 de Dezembro de 1811, viveu sem concorrente até 1889, ano em que o neto do maestro António Maria Valério de Sousa Brandão, Luís Augusto de Lima, organizou a *Sociedade Musical Boa União* ou *Música Nova*.

Escreveu-se no *Almanaque de Ovar* para 1913, que «no mês de Setembro ou princípios de Outubro do ano de 1889 é que foi constituída esta sociedade musical», cujos «*ensaios* aos seus 24 sócios eram feitos na casa de Manuel José de Pinho, sita no Largo da Poça, onde por muitos anos permaneceu a sede da filarmónica».

A nova sociedade era constituída pelos seguintes cidadãos:

Luís Augusto de Lima .... *Regente, saxofone*
Manuel Fernandes Teixeira .... *1.º Bombeiro*
José da Silva Bonifácio .... *Flautim*
José Ferreira Malaquias .... *1.º Trombone*
Evaristo Valente .... *1.º Clarinete*
João António Lopes .... *1.º Clarinete*
João António Lopes, primo do anterior .... *Trombone*
Joaquim Pereira Júnior, *Pinéu* .... *Contra-baixo*
Manuel Augusto Ramos .... *1.º Trombone*
António Maria Pereira Carvalho .... *2.º Trombone*
Leomilde Nunes Branco .... *Trombone*
Domingos Quinta .... *2.º Clarinete*
Manuel Ferreira Marcelino .... *2.º Clarinete*
Joaquim Gomes da Silva .... *1.º Cornetim*

José Tavares .... *2.º Cornetim*
Ventura Pereira Rebelo .... *Fiscorne*
Joaquim de Oliveira Lopes .... *Requinta*
Augusto da Cunha Farraia .... *Trompa*
José Pereira de Resende .... *Trompa*
Gonçalo Maria de Resende .... *Bombo*
Francisco Duarte Marques .... *Pratos*
António da Conceição .... *Rufo*
Sebastião da Cruz Lebre .... *2.º Bombardino*
Manuel Rodrigues dos Santos .... *Caixa e Porta-Bandeira*

«Na fotografia tirada no 1.º de Dezembro de 1889 em casa do fotógrafo amador, Manuel Joaquim Rodrigues, dia em que a filarmónica saiu a primeira vez à rua, percorrendo a vila toda, num impulso de entusiasmo patriótico, tocando o hino da *Restauração de Portugal* faltam os senhores José Gomes da Silva Bonifácio, António da Conceição e Gonçalo Maria de Resende. Na data deu-se o caso desagradável para a *sociedade* de ser-lhe vedada a entrada do coro da capela de Santo António, onde ela propôs subir e executar alguns trechos musicais durante a missa, celebrada pelo capelão, P.º António André de Oliveira. Um gracioso, desconhecido até hoje, deu-se ao gosto de fechar a porta do coro e sumir a chave. A *Boa União* teve então de resignar-se a tocar, à entrada da capela, as únicas peças que sabia, além do hino da *Restauração*: as valsas *Silveriana* e *Virgínia*».

O primeiro «*afazer* da Boa União foi um *depósito*, no dia 14 de Dezembro de 1889, dum filho de António Rola, moleiro nos Pelames. A sua primeira *função* de Igreja foi no dia 2 de Fevereiro do ano seguinte, na Senhora de Entráguas. O primeiro enterro de vozes, em que ela tomou parte, foi em 27 de Julho do mesmo ano de 90, indo à sepultura a avó do sócio Leomilde Nunes Branco, da Rua Nova. No dia 6 de

1889 – Sociedade Musical Boa União.

Agosto de 1891 teve a sua estreia em ofício de corpo presente, sufragando a alma de António dos Santos Adrião, da Rua da Oliveirinha.

Do Largo da Poça a sua sede tem passado sucessivamente por vários edifícios da vila, sendo a actual (*1913*) na Rua da Fonte, em casa do Senhor João Ferreira Lamarão» (*Almanaque de Ovar para 1913*).

O Povo de Ovar, do dr. Francisco Fragateiro, a 11 de Agosto de 1889, noticiava «que se organizou nesta vila uma nova filarmónica debaixo da direcção do senhor Luís Valério. Já conta essa sociedade 26 sócios».

A 1 de Dezembro do mesmo ano, *O Povo de Ovar*, informava os seus leitores que «sai hoje à rua pela primeira vez uma nova filarmónica desta vila. Há pouco tempo ainda esse grupo de rapazes que compõem a filarmónica ignorava as mais elementares noções de música. Porém devido à sua muito boa vontade e estudo têm, ao que nos dizem, feito muitos progressos».

E a 8 de Dezembro, o mesmo *Povo de Ovar*, criticando a estreia dos novos músicos, declarava que «gostámos de ouvir a nova filarmónica, composta dum grupo de rapazes simpáticos e esperançosos. Tinha ainda um reportório pequeno, mas desempenhava-o bem. Podemos dizer que foi recebida com geral agrado; e com entusiasmo por os muitos amigos que os sócios têm. É um progresso para a vila e um poderoso incentivo para a antiga filarmónica, que nos últimos tempos tem feito progressos muito consideráveis, aumentando bastante o seu variado e escolhido reportório».

Quem eram estes músicos e que razões determinaram o seu aparecimento?

Quem era aquele Luís Valério?

Como já se escreveu, Ovar tinha tido, até 1889, uma única filarmónica, a *Filarmónica Ovarense* (*Banda Ovarense* ou *Música Velha*).

Ao seu primeiro maestro (1811-1821), António José Valério, sucedeu na regência da filarmónica (1821-1890), seu filho António Maria Valério de Sousa Brandão.

Entre os mais hábeis executantes da filarmónica, contavam-se em 1889 dois jovens, o *Luís Augusto de Lima*, filho de Francisco Maria da Carvalho, o *Sineiro*, e de Adosinda de Sousa Brandão, neto materno do regente António Maria Valério de Sousa Brandão e de sua mulher Ana Carneiro, e o *Benjamim Rodrigues da Silva*, o *Nábia*, filho do mestre-escola João Rodrigues da Silva, o *mestre Nábia*.

Por motivos que não chegaram até nós, o António Maria Valério, então com 81 anos, dava a sua protecção, na filarmónica de que era regente, ao jovem Benjamim *Nábia*, em detrimento de seu neto Luís, que teria legítimas expectativas de suceder a seu bisavô como maestro da *Música Velha*.

Este facto originou o corte de relações entre o avô e o neto que, tendo abandonado a velha filarmónica, organizou, a 11 de Agosto de 1889, a *Sociedade Musical Boa União*, que veio a ter a sua estreia a 1 de Dezembro do mesmo ano.

Provavelmente a data não foi escolhida somente por ser uma data nacional, mas essencialmente por ser a data do aniversário do nascimento de seu avô, o maestro António Maria Valério (nascera a 1 de Dezembro de 1808, em S. Tiago de Riba-Ul).

Prenda de anos venenosa do neto ao avô?

Certamente.

O corte de relações do jovem Luís não foi apenas com o avô, mas também com

o próprio pai. E foi de tal natureza, que resolveu chamar-se Luís Augusto de Lima, quando antes assinava Luís Augusto Valério de Carvalho.

Este Luís Augusto de Lima, primeiro maestro da *Música Nova*, que nasceu em Ovar, no Largo de S. Pedro, actual Largo dos Combatentes da Grande Guerra, a 18 de Junho de 1863, veio a reger a *Música Nova* de 1889 a 1895 e de 1903 a 1907, emigrando para o Brasil em 1910, onde faleceu a 22 de Outubro de 1937, com 74 anos.

Luís Augusto de Lima. 1863-1937

Foi, assim, uma questão familiar que esteve na origem da constituição da *Boa União*.

Não temos quaisquer notícias que nos levem a crer que a política local tenha estado por trás da criação da nova filarmónica.

As duas bandas, salvo uma ou outra excepção, nunca se meteram na política, e desde que resolveram tocar juntas, estiveram em todos os grandes acontecimentos da história ovarense: nas recepções aos visitantes ilustres, nas manifestações de regozijo público, no cortejo que os republicanos levaram a cabo na tarde de 6 de Outubro de 1910, designadamente.

Desde a sua estreia, a Sociedade Musical *Boa União* tornou-se a rival da *Sociedade Filarmónica Ovarense*. «Foi o diabo! Formaram-se partidos. No teatro, na rua, em toda a parte, cada música tinha seus torcidas, ferozes, intolerantes até à estupidez. Verem-se, insultarem-se e apedrejarem-se era obra de um momento e de maré» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 2 de Dezembro de 1948).

Assim sucedeu logo no ano seguinte. A Filarmónica Ovarense, convidada para tocar música num enterro (usava-se convidar em Ovar as filarmónicas para tomarem parte nos enterros, executando peças alegres ou fúnebres, como anteriormente se convidavam as *capelas*) que teve lugar ao anoitecer de 1 de Abril de 1890, incorporou-se no préstito e quando seguia pela Rua da Arruela, a caminho da igreja, os seus com-

ponentes foram assobiados e, ao descerem as escadas da matriz pelas 20 horas, agredidos com pedradas, enquanto eram disparados tiros de revólver.

Constituindo advogado o dr. Eduardo Augusto Chaves, participaram os factos ao tribunal 23 queixosos, entre os quais o maestro António Maria Valério de Sousa Brandão. Ouvidas inúmeras testemunhas – tinham sido arroladas 30! – que provaram exuberantemente que um grupo de indivíduos fizera uma espera aos queixosos, agredindo-os à pedrada e disparando tiros para o ar, ao mesmo tempo que davam assobios e tocavam castanholas, foram os doze réus, defendidos pelo dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, julgados e, por sentença de 9 de Maio de 1890 proferida pelo juiz dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro, condenados três e absolvidos nove.

A imprensa local noticiou que os réus eram *músicos novos* que, faltando às normas mais elementares da educação, tinham feito arruaça atrás do enterro, apedrejando os *músicos velhos* e chegando a disparar tiros.

Ironicamente, *O Povo de Ovar*, de 13 de Julho de 1890, informa que «sob o pretexto de agradecer ao sr. dr. Eduardo Augusto Chaves ter advogado a sua polícia a música Ovarense do sr. Valério, mandou construir um coreto no Largo de S. Tomé, em frente à porta dequele cavalheiro, para na noite de domingo tocar».

A 26 de Agosto de 1895 a *Boa União* meteu-se com a política local. Passava nesse dia na estação dos caminhos-de-ferro de Ovar o Ministro das Obras Públicas, conselheiro Campos Henriques, e o Administrador do Concelho, dr. Aníbal da Silva Moreira de Vasconcelos, como medida preventiva de ordem pública, intimou a banda a não tocar na ida e regresso da estação. A filarmónica, desobedecendo, dirigiu-se à estação a tocar e, após a passagem do ministro *regenerador*, que ocorreu pelas 6 horas da manhã, voltou a tocar pelas ruas de Ovar até à sua casa de ensaio.

O Administrador participou em juízo e o regente e director da banda, Luís Augusto de Lima, respondeu em polícia correccional no tribunal judicial da comarca. O juiz, dr. António Joaquim Lopes da Silva, por sentença de 8 de Outubro de 1895, absolveu o réu, defendido pelo dr. José António de Almeida. O delegado do procurador régio recorreu da sentença para a Relação do Porto, que a confirmou, e para o Supremo Tribunal de Justiça, que não conheceu do recurso.

A inimizade entre as duas bandas – *Música Velha* (1811) e *Música Nova* (1889) era tanta que se recusavam a tocar juntas, renitência que veio a terminar a 14 de Novembro de 1900. Tinha sido dissolvida a câmara *progressista* presidida por António Soares Pinto e, nas manifestações de regozijo ocasionadas pela tomada de posse duma comissão de tendência *regeneradora* presidida por Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, tomaram parte as duas bandas. Na festividade do mártir S. Sebastião, a 27 de Janeiro de 1901, tocaram juntas em arraial pela primeira vez.

Teriam desaparecido as velhas rixas? Chegara o tempo da boa harmonia?

A paz durou pouco. No certame das músicas distritais, organizado pelo clube dos Galitos nas festas à princesa Santa Joana, no jardim público de Santo António da cidade de Aveiro, a *Filarmónica Ovarense* conseguiu, a 15 de Maio de 1905, sob a regência de David Rodrigues da Silva Nábia, então com 18 anos, o primeiro prémio. No dia seguinte foi carnaval em Ovar, patrocinado pela fábrica de conservas *A Varina*.

Após este concurso, no qual a *música nova* foi desclassificada, as relações tor-

naram-se novamente tensas e na festa da Senhora do Parto, no Largo dos Campos, naquele ano de 1905, os músicos das duas bandas envolveram-se em desordem, tendo sido necessária a intervenção das autoridades para acalmar os ânimos.

A *Boa União* requereu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar que lhe fosse concedido denominar-se *Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar*, obrigando-se a usar o fardamento cujo padrão lhe fosse determinado e a fazer, gratuitamente, todo o serviço da associação. Na sessão de 6 de Maio de 1906 a direcção dos *Bombeiros Voluntários de Ovar* resolveu autorizar que a banda usasse aquele nome, reservando o direito de lhe proibir o uso do título quando dessa autorização adviesse prejuízo para a associação, ou quando os sócios da banda deixassem de cumprir as obrigações a que se sujeitavam, ou ainda quando pelo seu procedimento deslustrassem a mesma associação.

No dia 2 de Junho desse ano foi entregue, pelo presidente da direcção dr. João Maria Lopes, ao regente Luís Augusto de Lima o diploma, primoroso trabalho, feito à pena, de Dias Simões.

1909 – Sociedade Musical Boa União.

Por não ter cumprido as suas obrigações, deixou a banda *Boa União* de pertencer à associação desde 1 de Setembro de 1915, data em que esta lhe retirou o título de *Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar*.

Por volta de 1919 estava «à beira da dissolução por desacreditada artisticamente» (Zagalo dos Santos), mas, assumindo em Abril a sua regência Francisco da Silva Matos, este, com trabalho, inteligência e entusiasmo, conseguiu restaurar-lhe o crédito perdido.

E, a 7 de Janeiro de 1925, já *A Pátria* noticiando os festejos dos Bombeiros informava que a *Boa União* desfilou juntamente com a Corporação.

A 1 de Dezembro de 1939 festejaram-se as bodas de ouro (1889-1939) da Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com missa, saudação da banda à população ovarense, concerto no coreto do Largo 5 de Outubro e jantar de confraternização. Na sede foi descerrado o retrato do sócio José Ferreira Malaquias.

A Sociedade Musical Boa União, por escritura de 3 de Dezembro de 1971, lavrada no Cartório Notarial de Espinho, adquiriu à Sociedade Mercantil & Industrial, Limitada, um terreno a pastagem, sito na Avenida do Bom Reitor (Rua da Igreja), com a área de 660m^2.

O preço dessa aquisição não foi pago pela Música Nova mas por José Augusto Ferreira Malaquias, popularmente conhecido pelo *Zé dos Vidros*, que faleceu, com 68 anos, a 22 de Janeiro do 1967, e pelos seus primos Carlos Soares Ferreira Malaquias (22/7/1916-3/6/1991) e Álvaro Ferreira Malaquias.

Foram estes beneméritos, o *Zé dos Vidros*, e os irmãos Carlos e Álvaro, que compraram o terreno à Mercantil, possibilitando a venda do mesmo directamente à Boa União.

Por escritura de 27 de Novembro de 1985, lavrada no Cartório Notarial de Ovar, a Sociedade Musical Boa União, ou Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar, representada por Carlos Soares Ferreira Malaquias, cedeu à firma David Pereira dos Santos & Filhos, Limitada, com sede no lugar do Salgueiral de Cima, freguesia de S. João de Ovar, aquele terreno a pastagem. Por sua vez, nessa escritura de permuta, a referida sociedade comercial cedeu à Banda Boa União a fracção autónoma constituída por todo o piso da cave com zona de garagem, salão de ensaios, sala de reuniões, secretaria, arquivo, arrumos e lavabos, com a área de 372 m^2, pertencendo-lhe ainda toda a zona de passagem e acesso à cave, de um prédio em regime de propriedade horizontal construído pela mesma sociedade naquele terreno.

É de salientar que a firma David Pereira dos Santos & Filhos, Limitada, cedeu o salão central, sala da Escola de Música, arrecadação, gabinete e quartos de banho. O outro salão foi adquirido pelos beneméritos Carlos Soares Ferreira Malaquias e esposa Maria Fausta Fragateiro Matos Malaquias, que o ofertaram à Sociedade Musical Boa União.

No Domingo, 16 de Outubro de 1983, levou-se a cabo o lançamento da 1.ª pedra do bloco residencial onde viria a ficar integrada a sede da Sociedade Musical Boa União.

As autoridades locais, e muitos cidadãos, concentraram-se no local do futuro edifício, na Avenida da Igreja, e, ao som dos acordes da filarmónica, assistiram ao cimentar da obra. Discursaram o Presidente da Direcção da Sociedade Musical Boa União, Carlos Soares Ferreira Malaquias, Adriano de Sousa e Castro, o Vice-Presidente da Câmara Adelino Lopes de Almeida, que cimentou a pedra lançada, o Presidente da Assembleia Municipal dr. Manuel de Oliveira Dias, e, por último, o abade da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, dr. Manuel Pires Bastos.

Dia chuvoso, impediu um concerto no terreiro do Tribunal Judicial, pelo que a Música Nova se limitou à execução de trechos ligeiros da *loggia* daquele edifício.

E tudo terminou com um lanche oferecido aos elementos da banda.

A 30 de Novembro de 1986, a Sociedade Musical Boa União ou Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar inaugurou a sua sede na Avenida do Bom Reitor.

A festa «começou pelo desfile da Banda pelas ruas da cidade em saudação à população. Após uma romagem ao cemitério em homenagem de saudade aos beneméritos, sócios e executantes falecidos, houve missa na Igreja Matriz já com a presença do Governador Civil do Distrito, Dr. Sebastião Marques.

Depois das cerimónias religiosas foi o caminhar para a Sede onde a fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Ovar prestou as honras devidas ao chefe do distrito que passaria a seguir a tradicional revista, agora acompanhado pelo Presidente da Câmara, José Augusto Pinheiro Guedes da Costa.

Guarda de Honra, ao Governador Civil do Distrito de Aveiro, dr. Sebastião Marques, pelos Bombeiros Voluntários de Ovar, na inauguração da sede da Sociedade Musical Boa União, a 30 de Novembro de 1986.

Ao hastear das bandeiras seguiu-se a inauguração oficial das instalações com o vereador do pelouro da Cultura dr. Manuel Laranjeira Vaz, em representação do Secretário de Estado da Cultura, a abrir pela primeira vez o portão de acesso».

Depois em sessão solene presidida pelo dr. Sebastião Marques foram benzidas as instalações pelo abade da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, dr. Manuel Pires Bastos, e «salientado o interesse da obra, totalmente cumprida sem qualquer subsídio estatal ou mesmo autárquico».

O descerramento de duas placas e uma fotografia foram os momentos mais altos da sessão solene. «A primeira, marcando para a posteridade a sala da Escola de Música da Banda onde se lê: *Escola de Música Carlos Soares Ferreira Malaquias*. Na segunda e também a perpetuar notável benemerência *Salão de Festas D. Maria Fausta Matos Fragateiro Malaquias*.

Na sala da Direcção ficou também para a posteridade uma fotografia do casal Carlos Malaquias e D. Maria Fausta Malaquias – descerrada pelo seu sobrinho dr. Al-

Inauguração da sede da Boa União *– o Governador Civil de Aveiro, dr. Sebastião Marques, tendo, ao seu lado direito, o Presidente da Câmara Municipal de Ovar, Guedes da Costa, e, ao seu lado esquerdo, Carlos Soares Ferreira Malaquias.*

berto Manuel Matos de Sousa Lamy –, ao lado de muitas outras figuras de destaque na vida da Banda.

Uma outra fotografia, esta oferecida pelos executantes e na qual se podem ver os actuais dirigentes da colectividade Carlos Soares Ferreira Malaquias (*presidente da direcção*), António dos Santos Coelho (*vice-presidente*), Adriano de Sousa e Castro (*secretário*, reformado da C.P., natural de Felgueiras, mas residente em Ovar, onde foi chefe da estação do caminho-de-ferro, de 1964 a 1968), e Serafim Ribeiro (*tesoureiro*) e ainda o benemérito Álvaro Ferreira Malaquias, obreiros da realidade presente e que têm também ali o seu lugar».

Após um almoço ali servido a cerca de 150 pessoas, a festa continuou, à tarde, com um concerto pela Banda sob a regência do seu maestro Joaquim Carvalho, terminando com uma noite de fados» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 4/12/1986).

A *Escola de Música Carlos Soares Ferreira Malaquias*, que «tem por objectivo principal, preparar os futuros instrumentistas em relação à Banda de Música e, numa visão mais alargada, estender a sua acção à restante comunidade local que, porventura, não deseje, de momento, vir a integrar os quadros desta instituição artístico-cultural», levou a cabo a sua primeira audição musical a 5 de Junho de 1992.

As comemorações do 1.º Centenário da Sociedade Musical Boa União decorreram de 11 de Novembro a 2 de Dezembro de 1989.

Na sede da Música Nova houve sarau musical (11 de Novembro), actuou o Orfeão de Ovar (a 18), e realizou-se um concerto (a 25).

A 1 de Dezembro, o dia grande das Comemorações, após o içar das bandeiras nacional, do município e da colectividade, houve romagem ao cemitério em homenagem aos sócios falecidos (depositadas flores nas campas de José Ferreira Malaquias, Pri-

30 de Novembro de 1986. Na escadaria da Igreja Matriz.

meiro Presidente da filarmónica, e de Firmino Pereira de Carvalho, último sócio falecido), missa na Igreja Matriz, em sufrágio dos mesmos, e desfile da banda pelas ruas principais da cidade.

Seguiu-se uma sessão solene no salão nobre da Câmara Municipal, que se achava repleto. O Presidente da Câmara, José Augusto Pinheiro Guedes da Costa impôs ao Presidente da Direcção da Sociedade Musical Boa União, Carlos Soares Ferreira Malaquias, a *Medalha de Ouro* de Mérito Municipal (Cultura), que a Câmara Municipal, a 30 de Outubro desse ano, por proposta do seu presidente, deliberou conceder à filarmónica centenária.

Carlos Malaquias, em nome da colectividade em festa, agradeceu a condecoração, encerrando a sessão solene o Presidente da Assembleia Municipal dr. Manuel de Oliveira Dias.

Na sede, o Presidente da Câmara descerrou um painel alusivo às Comemorações,

1 de Dezembro de 1889.
1.º Centenário (1889-1989). Na escadaria da Igreja Matriz.

seguindo-se um almoço de confraternização, findo o qual actuaram a Música Velha e a Música Nova.

No dia 2 de Dezembro, termo das festas, houve, à noite, um grandioso baile, gratuito, dedicado aos sócios e familiares da banda centenária.

Em 1950, por iniciativa do *Notícias de Ovar*, as duas bandas regimentais – *Música Velha* e *Música Nova* – retomaram as relações, provavelmente na convicção de que só unidas e por milagre podem sobreviver *numa época que já não lhes pertence*. As bandas «estão em crise há bastante tempo, dada a escassez de membros directivos, da falta de fundos monetários, da falta de regentes, da não compensação do envelhecimento dos executantes com a entrada de nova gente».

Na festa do Mar do Furadouro, realizada em Setembro desse ano, José Augusto Lopes Fidalgo, membro da direcção da banda dos Bombeiros Voluntários, tomou a iniciativa de «ir cumprimentar, no final do último concerto, o regente da Banda Ovarense, sr. Joaquim Maria Pereira da Silva, ficando, desta forma, extinta a animosidade que durante tanto tempo separou as duas bandas» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 28/9/1950).

A 9 de Dezembro de 1990, no salão de festas da Música Nova decorreu um almoço da Comemoração Conjunta dos Aniversários das duas colectividades - Banda Ovarense e Sociedade Musical Boa União.

Antes do almoço as duas bandas executaram números musicais através das principais ruas da cidade.

Maestros da Música Nova

1. *Luís Augusto de Lima* (1889-1895)

Filho de Francisco Maria de Carvalho, o *Sineiro*, e de Adosinda de Sousa Brandão (filha de António Maria Valério), nasceu em Ovar, no Largo de S. Pedro, a 18 de Junho de 1863. Também conhecido por *Luís Augusto Valério de Carvalho* e por *Luís Caca*, faleceu no Brasil a 22 de Outubro de 1937. Voltou a ser regente de 1903 a 1907.

2. *Artur Maria Valério de Sousa Brandão*

3. *Francisco da Silva Matos* (1900-1903)

Falecendo o anterior regente em Outubro de 1900, foi chamado, com 21 anos, para reger a banda. Filho de Luís da Silva Matos e de Luzanira Augusta de Matos, nasceu na Rua da Fonte, no dia 21 de Março de 1879, e veio a falecer no Brasil, a 27 de Dezembro de 1903.

4. *Luís Augusto de Lima* (1903-1907)

Pela 2.ª vez.

5. *Manuel da Silva Matos* (1907-1912)

Filho de Agostinho da Silva Matos e de Jerónima Maria da Silva Ferreira, nasceu em Ovar aos 22 de Março de 1882.

6. *Agostinho Rodrigues da Graça Capoto* (até 1919)

7. *Francisco da Silva Matos* (1919-1949)

Filho de Agostinho da Silva Matos e de Jerónima Maria da Silva Ferreira, nasceu em Ovar a 20 de Janeiro de 1878.

8. *José Pinho*, o *Chamusca*
9. *Francisco da Silva Matos*

Pela 2.ª vez.

10. Segundo-sargento *Miguel Moreira* (1950-1952)
11. *António da Silva Roma Capoto* (1952-1955)

Este maestro também dirigiu a Banda Ovarense ou Música Velha (1916-1917, 1920 e 1957-1959).

12. *Anselmo da Costa Resende* (1955-1958)
13. *Manuel Maria dos Santos Reis* (1958-1962)

Natural do Souto.

14. *André Gomes Serrano* (1962)
15. *Victor Marques de Oliveira e Costa* (1963-1974)
16. Primeiro-sargento *Carlos Moreira Lopes Pereira* (1975-1976)

Da Senhora da Hora.

17. Primeiro-sargento *Joaquim Carvalho* (1977-1988)
18. *Diamantino Santos* (1988)
19. *Manuel Maria dos Santos Reis* (1989-1994)

Pela 2.ª vez.

20. *Manuel José Guimarães Pinho* (desde 1994)

Grande benemérita da Sociedade Musical Boa União tem sido a Família Malaquias:

– José Ferreira Malaquias (†1933, com 58 anos)

Foi, por volta dos 20 anos, componente da Música Nova (com José da Silva Bonifácio e Manuel Fernandes Teixeira, entre outros). Na *Mercantil*, que ajudou a fundar, empregou muitos dos músicos da Boa União.

– José Augusto Ferreira Malaquias (†1967, com 68 anos), popularmente conhecido por *Zé dos Vidros*.

– Álvaro Ferreira Malaquias

– Carlos Soares Ferreira Malaquias (1916-1991, com 74 anos), e sua esposa Maria Fausta Fragateiro Matos.

Os beneméritos Carlos Soares Ferreira Malaquias e Maria Fausta Fragateiro Matos.

Dirigente durante muitos anos da Música Nova (foi eleito Presidente da Direcção a 26 de Janeiro de 1958), que era designada por *Banda Malaquias*, por quem tinha uma grande devoção, seu grande benfeitor, Carlos Soares Ferreira Malaquias veio a falecer, a 3 de Junho de 1991, com sua esposa, num grave acidente de viação ocorrido perto de Coruche.

Toponímia de Ovar na Monarquia Liberal (1834-1910)

Na Monarquia Liberal só foram substituídos 4 dos nomes tradicionais das ruas, largos e praças de Ovar: – Rua Coronel Galhardo, Largo Almeida Garrett, Praça Mousinho de Albuquerque, e Largo Serpa Pinto.

Relação dos nomes dados (pela Câmara ou pelo povo)

– *Rua da Cadeia*

A esta rua, ligando a cadeia, inaugurada a 13 de Agosto de 1910, com a Rua Alexandre de Sá Pinto, foi-lhe dado, em 1928, o nome de Avenida 19 de Junho.

– *Rua do Carril*

A rua onde se localiza a morada em que viveu o padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, conhecido pelo *padre do Carril*, tomou a designação popular de *Rua do Carril*.

Em 1975, a Câmara deu-lhe o nome de Rua dr. António Luís Gomes, mas devia ter-lhe sido dado antes o nome de Rua da Família Coentro, homenageando-se, assim, uma família que deu cartas na política local.

– *Rua do Colégio*

À *Rua do Colégio* (dos Sagrados Corações de Jesus e Maria), ou *Rua da Misericórdia*, deu a Câmara Municipal, em 1926, o nome de Rua dr. Francisco Zagalo.

– *Largo da Estação*

A estação do caminho-de-ferro foi inaugurada em 1865. Em 1911, ao *Largo da Estação*, foi dado o nome de Largo 19 de Junho; e, em 1928, o nome de Largo Serpa Pinto.

– *Rua da Estação*

A estrada de Ovar à estação ficou concluída a 2 de Julho de 1866.

À *Rua da Estação*, desde a Senhora da Graça, foi dado, em 1910, o nome de Rua Gomes Freire de Andrade; na sessão camarária de 26 de Julho de 1928, por proposta de Júlio Pereira Vinagre, foi resolvido designá-la por Rua Alexandre de Sá Pinto, mas, na sessão de 16 de Agosto do mesmo ano, por proposta do mesmo vogal, foi revogada a deliberação continuando a rua com o nome daquele marechal.

– *Rua Coronel Galhardo* (1896)

Em 1896, a Câmara deu à parte da Rua dos Ferradores da Arruela conhecida pela *subida do Fragateiro*, por aí se achar a casa do político José Fragateiro de

Pinho Branco, o nome de Rua Coronel Galhardo, o militar que lançou fogo à palhota do régulo Gungunhana.

A 18 de Abril de 1894, caceteiros regeneradores atacaram as quatro casas de José Fragateiro de Pinho Branco, na Rua Coronel Galhardo; a 10 de Outubro de 1911, o poeta António Dias Simões, o comerciante Francisco de Matos e a professora oficial Gracinda Marques dos Santos, fundaram, num prédio da esquina da Rua Coronel Galhardo e Largo do Hospital, o Colégio Júlio Dinis, para o sexo feminino (1911-1916); a 11 de Novembro de 1918, abriu no edifício em que funcionara a secção feminina do Colégio Júlio Dinis o Colégio Ovarense (1918-1929).

Na Rua Coronel Galhardo nasceram os drs. José d'Arruela (5/6/1881) e Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy (19/11/1934), e faleceu o dr. José Eduardo de Sousa Lamy (21/7/1976), que foi Presidente da Câmara Municipal (1954-1959).

– *Largo Almeida Garrett*

Ao *Largo do Mártir S. Sebastião* foi dado na Monarquia o nome de Largo Almeida Garrett. Na sessão de 17 de Novembro de 1926, o Presidente da Câmara, Manuel Pacheco Polónia, propôs que o mesmo fosse transformado em parque, e, na sessão de 25 de Setembro de 1930, o vice-presidente, Joaquim Correia Dias, propôs que a esse parque, ainda em construção, fosse dado o nome de Parque Alexandre de Sá Pinto. Em 1975, tomou o nome de Largo dos Vareiros Precursores da República.

No LargoAlmeida Garrett localizaram-se: a primeira fábrica a vapor de Ovar (28 de Junho de 1899), de Francisco Peixoto Pinto Ferreira; a fábrica de conservas *A Varina* (1901-1939); a fábrica de telha francesa (1904) da firma Ribeiro & Peixoto; a Capela Nova do Mártir S. Sebastião (1905-1915); a Siol (1948), fábrica de grês e cerâmica vermelha; e o Colégio de N.ª Sr.ª da Esperança (1950-1971).

Largo Almeida Garrett, com A Varina *ao fundo.*
Edição Ramos & Camarão

Nele efectuaram-se a *feira dos 12* (1902-1914), e a *feira dos suínos* (desde 22 de Dezembro de 1890).

A 14 de Abril de 1980, verificou-se neste Largo ao arranque do Centro Garrett, nos terrenos onde se localizaram a fábrica de conservas *A Varina*, a firma de vinhos de Manuel Rodrigues de Almeida & Irmão, a Vareira Exportadora, Ld.ª, e a Garagem Ovarense.

Actualmente situa-se nele a 1.ª Repartição de Finanças do Concelho de Ovar.

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), foi um eminente prosador, poeta, dramaturgo e orador.

– *Rua do Loureiro*

No centro de Ovar, a poente dos armazéns Malaquias.

– *Praça Mousinho de Albuquerque* (1896)

À *Praça do Comércio*, centro da cidade, foi dado, na sessão camarária de 17 de Março de 1896, por proposta de Manuel Martins de Oliveira Vaz, o nome de Praça Mousinho de Albuquerque, e, na sessão de 10 de Outubro de 1910, por proposta de Manuel Pereira Dias, o nome de Praça da República.

Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque (1855-1902), major de cavalaria, foi Governador General e Comissário Régio de Moçambique, e aio do Príncipe Real D. Luís.

– *Rua do Prior*

O povo chamou à *Rua do Brejo*, actualmente Rua das Filarmónicas Ovarenses, de *Rua do Prior*, por nela ter residido o prior João Vieira Ramalho.

– *Largo Serpa Pinto* (1890)

O *Largo do Cruzeiro da Graça*, ou *Largo do Chafariz* (1877-1890), tomou, a 3 de Março de 1890, o nome de Largo Serpa Pinto (1890-1928). Posteriormente, recebeu os nomes de Largo dr. Soares Pinto (1928-1952), e Largo da Família Soares Pinto (1952).

Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto (1846-1900), foi um insigne militar, explorador e governador do Ultramar.

O Presidente da Câmara António Soares Pinto (1890-1892). A Família Soares Pinto. Regozijo regenerador pela queda do ministério progressista (1890). O sexto mandato do deputado dr. Manuel Arala

De 2 Janeiro de 1890 a 1892 governou Ovar uma câmara *progressista* presidida por António Soares Pinto, tendo como vice-presidente o comendador Luís Ferreira da Silva Brandão, e como vereadores Francisco António de Pinho, de S. Vicente de Pereira, Francisco Pinto Ferreira, de Esmoriz, João da Silva Ferreira, da Praça, Manuel Fernandes Paulino, de Cimo de Vila, e Manuel José da Fonseca, de Válega.

António Soares Pinto nasceu a 7 de Novembro de 1839, filho de Francisco Soares Pinto e de Ana de Oliveira Coelho, negociantes, tendo casado com Ana de Oliveira Gomes Soares Pinto, filha de Manuel José Gomes e de Maria de Oliveira Coelho.

Foi um importante proprietário, capitalista e industrial do concelho. De pais remediados, nas suas magníficas compras feitas no Alentejo e em Espanha se deve procurar o segredo da sua enorme e rápida fortuna.

Primeiramente *histórico*, depois *regenerador* com o dr. Manuel Arala – foi vereador *aralista* em 1886 –, veio a ingressar neste ano no partido *progressista* pelo braço do dr. António Pereira da Cunha e Costa, acirrado por actos impolíticos e gestos irritantes do dr. Arala, nomeadamente pelo pacto firmado entre este e a família Fragateiro. Vereador na câmara progressista do dr. Cunha e Costa, de 1887 a 1889, foi eleito Presidente duma Câmara *progressista* a 4 de Novembro de 1889, sem oposição, para o triénio de 1890-1892; e novamente eleito pelo mesmo partido, em 1898, ainda sem oposição, tendo como vice-presidente o padre José Maria Maia de Resende. Esta última câmara foi dissolvida, arbitrariamente, pelo decreto de 12 de Novembro de 1900.

Foi presidente do partido *progressista* local (1890-1892 o 1899-1904); a 30 de Outubro de 1897, foi julgado e absolvido em processo de querela em consequência dos tumultos na Igreja de Válega aquando das eleições para deputados, de 15 de Abril de 1894; a 28 de Maio de 1900, recebeu na Câmara Municipal o Príncipe Real D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel que vieram observar o eclipse do Sol.

António Soares Pinto, que foi um dos fundadores da Misericórdia, veio a falecer, com 77 anos, na sua casa das Ribas, a 16 de Maio de 1917. Incorporaram-se no seu funeral 18 eclesiásticos, o dr. António Homem de Melo e o Conde de Águeda.

A *Família Soares Pinto*, família política e grande benemérita da Misericórdia de Ovar, descende de Francisco Soares Pinto, negociante, que faleceu na Rua Direita das Ribas, a 1 de Agosto de 1852, e de sua mulher Ana de Oliveira Coelho.

O filho deste casal de negociantes, António Soares Pinto (1839-1917, com 77 anos), casou com Ana de Oliveira Gomes Soares Pinto (†1914, com 69 anos), tendo sido *Presidente da Câmara Municipal* (triénio de 1890-1892 e 1899-1900), e presidente do partido *progressista* local (1890-1892 e 1899-1904).

Os filhos do casal António/Ana – dr. Joaquim Soares Pinto (1867-1928, com 61 anos), Rosa de Oliveira Soares Pinto (1873-1937), e Manuel Soares Pinto (1864-1947) –, foram grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Ovar. O dr. Joaquim Soares Pinto foi *Presidente da Câmara Municipal* (1905-1907, 1908-1910, e 1919).

Em 1952, a Câmara, declarando que interpretava o desejo de todo o povo do concelho, deu ao Largo do dr. Soares Pinto (anteriormente, Largo do Cruzeiro da Graça, Largo do Chafariz, Largo Serpa Pinto), o nome de *Largo da Família Soares Pinto* (24/7/1928-11/7/1947).

O ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890, terminando com o sonho patriótico do *mapa cor-de-rosa*, originou a queda do ministério progressista de José Luciano de Castro e a consequente subida ao poder, no dia 14 daquele mês, do partido regenerador (ministério de António de Serpa Pimentel) que, dissolvendo a Câmara de Deputados, fez novas eleições a 30 de Maio.

Em Ovar ocorreram manifestações públicas de regozijo, assinalando o desaire progressista, nos dias 13 e 14 de Janeiro.

No dia 13 os *regeneradores* deitaram foguetes na Ruela e nas Pontes; no dia 14 reuniram-se no bairro da Ruela, com as duas filarmónicas de Ovar, às 3 horas da tarde,

António Soares Pinto. In: O Ovarense, *de 29/5/1917.*

e acompanhados de muito povo dirigiram-se para a Praça e desta para o lugar da Ribeira, a cumprimentar o dr. Domingos de Oliveira Arala e Costa.

A estas manifestações não ficaram indiferentes os *progressistas* locais, senhores da Câmara, que atacaram e feriram os manifestantes. O Presidente da Câmara, António Soares Pinto, foi acusado pelos regeneradores de ter ido, no dia 14, *levantar* do trabalho jornaleiros de Válega, de os trazer para Ovar e de lhes dar bacalhau e vinho, seguindo depois com os mesmos para a Praça e Ruela. À noite, pelas 8 horas, os progressistas, engrossados por aqueles jornaleiros, dando vivas aos *limonadas* e morras aos *cachingós* junto à casa da família Fragateiro, arremessaram pedras e dispararam tiros contra os adversários políticos que festejavam a mudança ministerial, tendo ficado feridos António Joaquim Soares Presas, carpinteiro, Bernardo Godinho de Oliveira, lavrador, de Cabanões, José Marques dos Santos, de Cimo de Vila, José Soares Presas, carpinteiro, do Sobreiro, e Manuel Francisco Baeta, do Sobral.

Os progressistas Luís Ferreira Brandão, comendador, João António Pereira e Manuel José Pereira da Silva Saldanha, acusaram, por sua vez, os regeneradores de lhes terem disparado mais de 60 tiros de revólver e de espingarda!

Na sessão da Câmara de Deputados de 17 de Janeiro, o dr. Barbosa de Magalhães referiu-se *aos gravíssimos conflitos e desordens de Ovar*, tendo-lhe respondido o Ministro da Marinha, João Arroio, que «a vila de Ovar, que o ilustre deputado conhece perfeitamente, está em estado anormal, o que eu deveras lamento; mas ao governo regenerador, como a outro qualquer, incumbe a obrigação de ser verdadeiramente enérgico e firme para tirar aquele desgraçado concelho dessa deplorável situação, fazendo com que a lei seja ali compreendida e a segurança dos cidadãos garantida». Retorquindo, afirmou o dr. Barbosa de Magalhães: – «A estas horas alguns dos meus amigos políticos e entre eles um dos cavalheiros mais respeitáveis e benquistos da terra, estão ali nas vascas da agonia; vítimas de um infamíssimo atentado, que nos anais da atrocidade cobarde não tem igual».

Em consequência das gentilezas mútuas, a 21 de Janeiro de 1890 o delegado do procurador régio na comarca, dr. Francisco de Salles Pinto de Mesquita e Carvalho, deu querela contra António Joaquim Soares Presas e José Soares Presas, de Ovar, como autores do crime de homicídio frustrado nas pessoas do comendador Luís Ferreira Brandão, das Ribas, João António Pereira e Manuel José Pereira da Silva Saldanha, porquanto «na noite de quatorze do corrente pelas oito horas pouco mais ou menos, na rua dos Ferradores desta vila, próximo da viela do Serrado, um grupo de indvíduos vindo do lado das Pontes, desfechou vários tiros de revólver e de espingarda contra um outro grupo que se achava parado na embocadura da referida viela do Serrado, resultando disso ficarem gravemente feridos três indivíduos, que faziam parte deste último grupo, e que são o comendador Luís Ferreira Brandão, desta vila, Manuel José Pereira da Silva Saldanha, de Válega, e João António Pereira, guarda das matas florestais».

O António Joaquim Soares Presas foi acusado de disparar os tiros de espingarda, ferindo o João António Pereira; os dois irmãos Presas foram acusados de disparar tiros de revólver, depois de mandarem fazer fogo.

A 4 de Fevereiro de 1890, por intermédio do seu advogado dr. Joaquim Soares Pinto, aqueles Luís Ferreira Brandão, João António Pereira e Manuel José Pereira da Silva Saldanha, davam querela particular não só contra os dois irmãos Presas, mas também contra Bernardo José Godinho, Manuel António Lopes Júnior, o da *Melra*, Manuel Baeta e seu genro Custódio, fogueteiro, de Cimo de Vila, dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, Francisco Peixoto Pinto Ferreira e José Fragateiro de Pinho Branco. Os seis primeiros, no dia 14 de Janeiro, pelas 9 horas da noite pouco mais ou menos, na Rua dos Ferradores e em frente à casa de Albino Luís Gomes e Manuel de Oliveira de Pinho, à voz de fogo dada por António Joaquim Soares Presas, deram uma descarga de tiros de que resultou os querelantes ficarem feridos. «Estes indivíduos não praticariam os crimes referidos se para isso não fossem aconselhados e instigados por José Fragateiro de Pinho Branco, Francisco Fragateiro de Pinho Branco e Francisco Peixoto Pinto Ferreira».

Na sessão camarária de 3 de Fevereiro de 1890, o vereador Ferreira afirmou «que a câmara tinha perfeito conhecimento do atentado, que na noite de dois do corrente, por nove horas da noite, foi cometido contra o Presidente da Câmara (*António Soares Pinto*), pelo administrador interino do Concelho, acompanhado de um bando de malfeitores armados de espingardas, os quais carregaram dois tiros sobre o Presidente, quando se achava à porta de sua casa, falando com o negociante desta vila, José Rodrigues Figueiredo, quando este cidadão estava participando ao Presidente que a mesma autoridade e os malfeitores do seu séquito tinham pouco antes perseguido seu filho o dr. Joaquim Soares Pinto, correndo atrás dele com vozearia e tiros, e ia saber se o perseguido se achava em casa, e saíra incólume do vil atentado. A Câmara sabia também, que em seguida os do séquito da autoridade dispararam vários tiros sobre a frontaria da casa do Presidente».

A Câmara lavrou um auto de profunda reprovação contra tais atentados e contra a autoridade que os promoveu e praticou.

Com a subida ao poder dos regeneradores em 1890, funcionários da política ad-

versa, progressista, foram demitidos ou transferidos do seus lugares: o chefe da estação telégrafo-postal, um escrivão e dois escriturários da Repartição da Fazenda, o secretário, amanuense e dois oficiais da Administração do Concelho, e o contador da Comarca.

Defendendo estas demissões ou transferências, *O Povo de Ovar* (de 2/3/1890) declarava que «nada mais se fez do que justiça, reparando os males feitos pela vingança progressista. Como prova de que o proceder dos regeneradores se não inspira na vingança mesquinha bastará dizer-se que os regeneradores transferem para Ovar os empregados que têm a sua casa e família em Ovar, enquanto os progressistas vitimam os seus conterrâneos a fim de trazerem para Ovar estranhos com os quais depois vivem. Os progressistas em vez de empregar os seus amigos de Ovar empregam os de fora. São amigos de... Peniche». Esta defesa seria, mais tarde, corroborada pela *Discussão* (de 7/10/1900): – «Em confronto: que fizeram os regeneradores? Restituiram os perseguidos aos seus primitivos lugares. Eis as suas *inauditas* perseguições!!».

Nas eleições para deputados de 30 de Março de 1890, realizadas no ministério regenerador de António de Serpa Pimentel, foi eleito pelo círculo n.º 48 (Ovar), e pela sexta vez, o dr. Manuel Arala.

O município de Ovar, na sessão extraordinária de 10 de Setembro de 1890, «interpretando o sentir dos seus administrados, e usando do direito de petição pelas leis do país reconhecido», deliberou enviar à Câmara dos Deputados uma representação, a «protestar contra algumas das cláusulas do tratado luso-britânico, de 20 de Agosto último, e pedir que não seja aprovado».

Na eleição dos quarenta maiores contribuintes, de 7 de Janeiro de 1891, o dr. Manuel Arala desistiu da luta, o que motivou críticas ásperas do dr. Francisco Fragateiro n'*O Povo de Ovar*.

O mesmo aconteceu na eleição dos quarenta maiores contribuintes de 7 de Janeiro de 1892, que foi ganha pelos progressistas, tendo concorrido 27 dos eleitores.

A 31 de Janeiro de 1891 estala a revolta militar no Porto, sendo proclamada a primeira república portuguesa, que não vingou.

Referindo-se a esta revolta, escreveu o dr. FRANCISCO FRAGATEIRO n'*O Povo de Ovar*, de 8 de Fevereiro de 1891: – «Uns chamam *sublevação*, outros *revolta* e outros *revolução* a esse movimento militar e popular, que no Porto rebentou no fim de Janeiro. Em Ovar ouvimos nós perguntar a toda a gente com ansiedade pelo resultado da revolução. Todos mostravam o máximo interesse, e quando na vila apareceu um desertor do regimento do 18, pertencente aos revoltosos e ferido por uma bala, como ele dizia e mostrava ferimento, na ocasião do ataque na rua de Santo António, não só esse soldado não foi preso, mas todos o trataram com atenções e abriram uma subscrição, que ainda deu ao soldado da revolta um bom pecúlio. Vê-se que a revolução está sufocada, mas não extinta – vibra em fogo latente».

O delegado do procurador régio, dr. Alexandre de Albuquerque Vilhena de Moura Pegado, deu querela contra Bernardo da Silva Vacas, Manuel Alves Ferreira e dr. Joaquim Soares Pinto, dado que no dia 10 de Fevereiro de 1892, cerca das 10 horas da noite, no lugar da Poça, os dois primeiros que faziam parte da ronda que policiava Ovar sob as ordens daquele Administrador do Concelho dr. Joaquim Soares Pinto, ofenderam com pancadas e tiros de arma de fogo Manuel António Lopes Júnior, o da

Melra, enquanto o último, que assistiu à agressão, não a participou à justiça, ocultando as provas do delito.

O agredido era *regenerador* e tinha sido um dos que foram acusado de na noite de 14 de Janeiro de 1890 ter agredido três *progressistas*. A agressão de 10 de Fevereiro foi, assim, mais uma *retribuição* política.

Os três réus, defendidos pelo dr. Barbosa de Magalhães, foram absolvidos na audiência geral de 28 de Junho de 1892.

A 3 de Outubro de 1892, o Administrador do Concelho, dr. Alpheu Policarpo Ferreira e Cruz, participava que «o partido progressista desta terra, iniciador das arruaças e desordens, foi o autor dos tumultos ontem havidos. Não quero atribuir a todo o partido o lamentável facto que ontem se deu: porém, é certo, que alguns dos seus chefes vinham à frente dos desordeiros. De uma festa, que se realizou, donde vinham bastante embriegados, dirigiu-se para esta vila um grupo, em que entravam vários empregados da Câmara, levantando vivas ao partido progressista e aos seus chefes, e morras ao partido regenenerador e a alguns cavalheiros desta vila. A fim de pôr termo a estas manifestações, que ódios inveterados poderiam agravar, dirigiu-se ao grupo o meu secretário, perguntando o que aquilo era. A resposta dada pelo filho do presidente da Câmara, Manuel Soares Pinto, foi: – que se retirasse, quando não que o matavam. Como o meu secretário permanecesse corajosamente no mesmo lugar, foram-lhe dirigidas, por quantos o rodeavam, diferentes pancadas, de que apenas foi ferido por uma. Em acto contínuo, desfecharam sobre ele vários tiros de revólver, que felizmente o não atingiram, indo um deles ferir um irmão dum dos agressores. Foi nesta ocasião que eu, acompanhado da polícia aqui destacada, corri para o local onde ouvi os tiros, fugindo em seguida todos os desordeiros, conseguindo apenas prender um».

Trindade Coelho delegado do procurador régio em Ovar (1890)

O notável escritor José Francisco Trindade Coelho (1861-1908), concluindo o seu curso de direito (1885), esteve quatro anos em Portalegre donde, inesperadamente, foi transferido para Ovar. Nesta vila, com 28 anos, apenas permaneceu um mês, partindo depois para Lisboa. Delegado do procurador régio em Ovar, de 1.ª classe, alojou-se no Hotel de S. Sebastião, de Manuel Caulino Ferreira Bastos, no largo do mesmo nome.

Com referência à sua meteórica passagem pela comarca de Ovar, da qual tomou posse a 4 de Março de 1890, escreveu o próprio escritor (*Autobiografia e Cartas*, 1910):

«Mas um dia quando menos o esperava fui transferido para Ovar (perto do Porto), que era outro *foco político* pior do que Portalegre! O decreto da minha transferência alegava *conveniência de serviço público*, mas sabidas as coisas, era *conspiração amável* que tinha por fim tornar possível a minha eleição de deputado (!) por Portalegre, eleição que seria legalmente impossível se lá estivesse exercendo funções públicas ao tempo das eleições, ou tivesse saído de lá a requerimento meu» (ciente de que a transferência tinha por fim possibilitar a sua eleição a deputado *regenerador* por Portalegre, o dr. Trindade Coelho não aceitou essa candidatura).

E continuando:

«Com a promessa de ser transferido de Ovar para Lisboa, fui para Ovar - onde os *políticos* me receberam na *ponta das espadas*, desconfiados daquela *conveniência de serviço público* que para lá me levava - e que não era nenhuma...

A comarca estava num estado de desordem muito parecido com a anarquia; mas serenamente, trabalhando de dia e de noite, num quarto de hotel (o hotel de Manuel Caulino Ferreira Bastos, no Largo de S. Sebastião), regularizei o serviço não tardou muito. Tinha, e ainda tenho, o costume de não deixar que fazer de um dia para o outro; e em menos tempo de um mês tudo estava na ordem, - e ao sair para Lisboa, o periódico local que mais desconfiadamente me recebera (*O Ovarense*) dedicava à minha saída um amável artigo, e lamentava-a dizendo que nunca magistrado algum entrara em Ovar em piores condições de desconfiança do que eu; mas que em breve «todos se desenganaram de que o sr. Trindade Coelho estava resolvido a fazer justiça direita, e que a balança da lei não se moveria nas suas mãos de magistrado», que «não era delegado de quem se pudesse fazer o que se quizesse» e que «breve desapareceu a opinião de que o novo delegado poria ao serviço de rancores políticos a acção poderosa da lei» pois que «não era de molde a antepor a interesse de qualquer natureza a honra do seu cargo e os créditos do seu nome».

Ovar era governada em 1890 pela câmara *progressista* da presidência de António Soares Pinto, estando no poder o ministério *regenerador* António de Serpa Pimentel. Como Trindade Coelho fosse regenerador, não é de admirar que *O Ovarense*, órgão progressista local, o tivesse recebido com bastantes reservas.

A 14 de Março, Trindade Coelho participava ao tribunal onde era delegado que «hoje, por duas horas da manhã, achando-me eu deitado em um dos quartos do Hotel de S. Sebastião onde resido, nesta vila, acordei ao estrondo de fortes pancadas na porta principal do mesmo Hotel. Senti um ruído de vozes que não se percebiam. As pancadas repetiram-se em força crescente e senti o ruído de um tiro que me pareceu de pistola ou revólver. Alguns momentos depois, entre novas pancadas na porta, senti a forte detonação de um tiro que foi evidentemente de espingarda, porque o seu clarão iluminou o meu quarto, sentindo ao mesmo tempo cair os vidros de uma das janelas do Hotel. Em seguida ao que as vozes cessaram à porta, parecendo que os indivíduos se haviam retirado».

Instaurado processo de polícia correccional, foram condenados, por sentença de 24 de Maio proferida pelo juiz dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro, o carpinteiro José Soares Presas, em 5 meses de prisão, e António Albino Ribeiro, o *Finura*, em 2 meses.

Estes indivíduos, segundo *O Ovarense* (de 1/6 e 27/7/1890), «pertenciam ao grupo dos tumultuários, pronunciados pelo crime de atacar, disparando tiros no largo de S. Sebastião contra a casa de habitação do sr. Caulino, e onde se achava hospedado o delegado do procurador régio, o qual tinha vindo dias antes tomar posse do seu cargo. O sr. Trindade Coelho ainda chegou a conhecer o chefe da malta, e nutrindo desde logo esperanças de não transigir com arruaceiros, obteve licença, e abandonou o seu lugar nesta comarca».

O sr. Trindade Coelho, delegado de Ovar, «obteve mais trinta dias de licença. Tal é o horror que este magistrado tem aos seus correligionários daqui. Assaltado a tiro na hospedaria onde se achava hospedado, não quer para cá voltar, e tem razão».

Na sua obra *In illo tempore* (1902), no capítulo «Casaqueida», TRINDADE COELHO evoca o estudante ovarense Ângelo Ferreira, e no capítulo «A Niveleida», o estudante José Maria de Sá Fernandes, o *Sá d'Ovar*.

A Capela Nova do Mar (1890-1958)

Em 1887, cidadãos representaram à Câmara *progressista* a respeito da necessidade imperiosa de se construir uma nova capela da praia do Furadouro, dado que a existente parecia mais um forno ou moinho, envergonhando o povo de Ovar, já que se prestava ao ridículo dos estranhos.

A segunda capela do Furadouro, ainda com a sua sacristia.

A Câmara *regeneradora* aralista tinha indeferido, por motivos políticos, na sessão de 13 de Fevereiro de 1880, dois requerimentos dos *progressistas* José Pacheco Polónia e José Fragateiro de Pinho Branco para a feitura de nova capela.

A Capela Nova do Mar sem a sua sacristia.

Tendo a Câmara concedido um subsídio e tendo sido levada a cabo uma subscrição que rendeu 1.220$450 reis, foi levantada a nova capela, que custou 1.281$585 reis, ao cimo da Rua do Comércio do Porto, junto à costa e voltada a nascente. A benção desta capela realizou-se a 24 de Setembro de 1890, tendo sido denominada da *Senhora do Livramento*.

Muito danificada pelo mar, a capela foi mandada demolir, imediatamente, na sessão camarária de 5 de Fevereiro de 1958, atendendo-se ao perigo que representava e

A Capela Nova do Mar em perigo.| *Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira*

à necessidade de parte do seu terreno para a construção da esplanada. O Bispo do Porto tinha concordado com a demolição da capela em ruínas, a fazer à custa da Câmara e com o aproveitamento para a igreja do que fosse considerado útil.

A segunda capela da praia durou cerca de 68 anos!

De 1959 a 1968 a missa no Furadouro foi celebrada no edifício da antiga fábrica de conservas *Varina*.

Inquérito industrial de 1890 – os portos do concelho de Ovar, a pesca na ria. A feira dos suínos (1890). A fábrica de tecidos «Ferreira & Bastos» (1892). Os têxteis

No concelho de Ovar, segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, existiam as seguintes indústrias:

Indústrias	Estabelecimentos	Pessoal
cerâmica	22 (olarias)	133
cordoaria	18	192
linho (assedagem)	1	12
serralharia	21	20
tanoaria	7	27

Das olarias, 7 grandes na Regedoura, freguesia de Válega, e 15 pequenas indústrias. O fabrico compreendia louça ordinária, vermelha ou preta, telha ou tijolo.

O *Inquérito Industrial de 1890* refere-se pormenorizadamente aos portos do concelho de Ovar: – Esmoriz (pesca fluvial, costeira e apanha de plantas), Cortegaça (pesca costeira), Furadouro (pesca costeira) e Ovar (pesca fluvial e apanha de plantas).

Podemos comparar neste ano, no que se refere à pesca da sardinha, os portos do concelho de Ovar com os portos dos concelhos de Santa Maria da Feira, Estarreja, Aveiro e Ílhavo:

Portos	Companhas	Pescadores	Barcos	Arrastos de sardinha
Espinho	4	218	8	24
Paramos	4	218 (206 *H*)	8	20
Esmoriz	1	54	2	5
Cortegaça	1	49	2	3
Furadouro	5	865 (590 *H*)	14	25
Torreira	6	1.480 (740 *H*)	12	42
S. Jacinto	2	220 (190 *H*)	4	18
Costa Nova	5	475 (425 *H*)	10	35

Para a captura da sardinha concorria em 1890 o Furadouro com, aproximadamente, 590 homens, 275 menores de 16 e bastantes menores de 12 anos, dado que os pais incluíam nas companhas todos os filhos varões, embora recém-nascidos, para começarem a vencer quinhão da pescaria. Daqueles 590 homens só 350 concorriam ao serviço do mar, sendo a parte restante limitada aos trabalhos em terra. Cada companha tinha entre 90 a 150 homens e 40 a 70 menores (até à idade de 16 anos).

Mapa-estatístico *dos pescadores do Furadouro de 1853 a 1890*

Anos	Fontes	Número
1853	Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito a 20 de Julho de 1855	734
1860	GERARDO PERY, na sua viagem pelo distrito de Aveiro, refere-se a Ovar como *terra de pescadores.*	
1865	*Informações para a estatística industrial*	725
1868	JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*	2.000
1870	A povoação, «cujos habitantes se entregam quase exclusivamente ou às pescarias no alto mar, ou à venda de peixe pelas ruas de Lisboa, e principalmente no Porto e arredores», é célebre nas *pescarias portuguesas* (*Suplemento ao Mapa de Portugal*, do beneficiado João Baptista de Castro, coordenado por Manuel Branco)	
1875	A maioria dos habitantes de Ovar vivia da pesca ou do comércio marítimo.	
1886	A. A. BALDAQUE DA SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal*	600
1890	*Pesca.* 1.ª parte. *Inquérito industrial*	865

Em 1890, na parte da ria de Aveiro situada no concelho de Ovar, «entrega-se um número mui limitado de pescadores deste concelho à captura de peixe diverso, particularmente de solha e enguia (*de Novembro a Maio*), que é a época de completa para-

lização dos trabalhos de pesca da sardinha, ou aquela em que eles só excepcionalmente são executados.

A pesca na ria é feita pela gente da Marinha e de Ovar, geralmente com *branqueiras* (redes para a taínha e o robalo, funcionando em *estacadas* e empregadas por 4 ou 5 homens), *solheiras* (armadas de madrugada e visitadas próximo do anoitecer para recolha da pescaria), *fisgas de cravar* (os fisgadores empregam-nas frequentemente de dia e algumas vezes de noite com o auxílio do candeio) e *sertelas* (artes de pescar enguias).

A *feira dos suínos*, que esteve primitivamente no Largo dos Campos, foi transferida na sessão camarária de 22 de Dezembro de 1890 para o Largo do Mártir S. Sebastião, dado aquele largo ser impróprio para tal fim.

Em 1912 a feira, exclusivamente destinada a gado suíno, iniciava-se em Novembro realizando-se todos os domingos até Janeiro, sendo o gado que a ela concorria proveniente do concelho de Ovar e vilas próximas e também do Alentejo e Ribatejo. Na sessão de 15 de Abril de 1914, após grande discussão na Câmara a respeito da mudança da feira dos 12 e dos suínos do Largo de Almeida Garrett, foi a mesma mudada para o terreno junto do matadouro, no Casal; na sessão de 3 de Novembro do mesmo ano passou para o Largo de S. João mas, três dias depois, por nova resolução, a feira dos suínos gordos ficava no largo do matadouro municipal. Posteriormente, ficou incluída na feira dos 12, no Largo de S. João.

Localizações da feira dos suínos:

- Largo dos Campos (até 1890)
- Largo do Mártir S. Sebastião (1890-1914)
- Junto do matadouro, no Casal (1914)
- Largo de S. João (1914 – por três dias)
- Junto do matadouro, no Casal (1914)
- Largo de S. João (com a *feira dos 12*)

João da Silva Ferreira, que nasceu em Rio da Loba, nos arredores de Viseu, à volta de 1843, filho dum humilde canastreiro da localidade, veio aos 13 anos de idade para Ovar dedicar-se à vida comercial, estabelecendo-se, em 1875, na Praça. Foi vereador na Câmara *progressista* presidida por António Soares Pinto (1890-1892); em 1900 escreveu *A vida depois da morte*, obra que dedicou ao dr. José Delfim de Sousa Lamy; e veio a falecer, a 12 de Janeiro de 1920, na sua casa da Praça.

Em 1892, com o seu genro Silvério Lopes Bastos, fundou uma fábrica de tecidos e tinturaria de algodões, *Ferreira & Bastos*, primeira tentativa do género em Ovar.

Pouco tempo durou esta fábrica, situada na Rua do Asilo e onde trabalhavam diariamente dezenas de mulheres e de crianças, dado que foi dissolvida a 1 de Junho de 1896.

Quanto aos têxteis em Ovar, merece uma referência especial a Família Alçada, família de industriais, que se deslocou de Caniços, em 1929, tendo os irmãos Augusto Mendes Alçada (1885-1940) e Manuel Mendes Alçada (1888-1942) vindo para Ovar com as respectivas famílias.

A *Fábrica de feltros* (tecidos) *Alçada, Limitada* (26 de Dezembro de 1941), funcionou na Rua Visconde de Ovar, na Rua Alexandre Herculano, e, finalmente, na Estrada de S. João, nas instalações de Francisco de Matos. Desde 22 de Dezembro de 1953, uma grande fábrica de feltros, a *Fanafel*, veio ocupar os edifícios da Fábrica de feltros Alçada, Limitada.

Além desta fábrica de feltros *tecidos*, outra de feltros *não tecidos*, a da sociedade *Alçada & C.ª, Lda.*, sita no lugar do Serrado, dos filhos daquele dinâmico industrial Manuel Mendes Alçada, que introduziu em Ovar a indústria dos feltros, os irmãos Armando, Francisco e Mário Mendes Alçada, veio a ser vendida (1981).

Na Rua Visconde de Ovar, desde 29 de Dezembro de 1947, começou a funcionar uma fábrica de malhas, tapetes, carpetes e cobertores, a *Augusto Mendes Alçada, C.ª Lda.*, dos filhos daquele Augusto Mendes Alçada, os irmãos Álvaro, Augusto e Constantino.

Desde 3 de Março de 1964 entrou em laboração na freguesia de S. Cristóvão de Ovar, na estrada da Marinha, uma grande fábrica, a *Socotil Portuguesa, Malhas e Confecções S.A.R.L.*, que abriria falência a 29 de Maio de 1979, lançando no desemprego cerca de 400 operários. Para a imprensa local (*João Semana*, de 1/7/1979, e *Notícias de Ovar*, de 19/6/1980), foi o *gonçalvismo* a causa da destruição da fábrica de vestuário, destruição que foi uma *vacina* para Ovar. Ocupou o lugar da Socotil, em 1981, a *Tovartex – Indústria Têxtil, Lda.*, filial da Falke alemã, que, em meados de 1996, tinha cerca de 700 operários.

Na freguesia de Cortegaça são de referir a *Lusotufo* – Indústrias Têxteis Irmãos Rola (sociedade anónima a 1 de Maio de 1967), e a *Sicor* – Sociedade Industrial de Cordoaria (soc. anónima a 29 de Dezembro de 1971); e na freguesia de Esmoriz a *Unitape* – Indústrias Têxteis.

O recenseamento de 1890

Pelo 3.º recenseamento da população de Portugal, de 1 de Dezembro de 1890, verifica-se que a *freguesia de Ovar* tem 11.002 habitantes (4.868 *H* e 6.134 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a mais populosa das 180 freguesias do distrito de Aveiro.

Quanto à população *residente* a freguesia de Ovar com 11.190 habitantes era a segunda do distrito, após Ílhavo (11.276).

No que se refere a *fogos*, a freguesia de S. Cristóvão de Ovar tinha 2.767, sendo a primeira do distrito.

O concelho, um dos 16 do distrito, tinha 24.783 habitantes (11.222 *H* e 13.561 *M*) de população de facto ou presente e 25.217 de população residente.

Os fogos ascendiam a 6.038.

Fol e Gaita (1891) e Gaita e Fol (1899)

Ovar, com o seu *Teatro ovarense* inaugurado a 31 de Outubro de 1875, viu o gosto pelo teatro expandir-se através, principalmente, das classes *ilustradas*, que apareceram a integrar os elencos das *troupes* amadoras – os profissionais liberais (advogados, médicos, farmacêuticos), os padres, os tabeliães, os funcionários administrativos e judiciais.

Estes cidadãos, que compareciam no teatro quer como actores quer como espectadores, tiveram um importante papel na vulgarização do teatro amador em Ovar, ocupando tempos livres e praticando actos de filantropia.

Em 1891 nasceu a *Fol e Gaita*, criada pelos cidadãos dr. António dos Santos Sobreira, Eduardo Elísio Ferraz de Abreu, Francisco de Pinho (Águeda), João Ferreira Coelho, dr. João Maria Lopes, José Cunha, dr. José Duarte Pereira do Amaral (*actores*), dr. António de Oliveira Descalço Coentro (*ponto*), Francisco Marques (*contra-regra*) e padre Francisco Marques da Silva (*ensaiador*). A sua estreia verificou-se a 1 de Janeiro daquele ano, com uma récita, por convites e custeada por alguns dos amadores, com o drama *O Ermitão da Serra de Sintra*, de MENDES LEAL, «posto em cena a rigor de costumes e com surpreendente luxo», segundo *A Discussão*, de 2 de Maio de 1909.

Dr. António de Oliveira Descalço Coentro.

Em Janeiro de 1892 três *troupes* de curiosos andavam em ensaios no teatro; em 1893 davam récitas neste as *troupes High life* e *10 de Janeiro*; em 1899, Isabel Pinto Sanguinetti, filha do autor Sanguinetti, cooperava no teatro com a *troupe* dos curiosos dramáticos.

A 10 de Janeiro de 1899 estreou-se a *Gaita e Fol*, com *Paulo e Virgínia*, primeira produção teatral do ovarense António Dias Simões, que ensaiada pelo dr. António dos Santos Sobreira obteve um sucesso.

A *troupe* dramática *Gaita e Fol*, formada pelos *novos*, «desde logo tomou bastantes afinidades com a antiga de cujo facto resultou a cognominação» (*A Discussão*, de 2 de Maio de 1909). Nesse ano de 1899 ensaiava algumas comédias no teatro a *troupe* de amadores *Fina-flor Vareira*.

Com o aparecimento da *Gaita e Fol*, «daí em diante, sempre que as exigências das peças demandavam o concurso de pessoas de que a troupe não podia dispor, recrutava-se na outra. E assim foram prestando mútuo auxílio, sempre mais ou menos irmanadas, até que o retraimento forçado de alguns membros valiosos preparou e determinou a fusão das duas troupes, que ficou com a primitiva cognominação. Nesta altura agregaram-se definitivamente à *Fol e Gaita* António Augusto Freire de Liz, José Ramos, Gomes Dias, Abel Augusto de Sousa e Pinho, Francisco Marques e o saudoso José Marques, e pelo decurso dos anos foram ali enfileirar-se Ângelo Zagalo de Lima, Manuel Augusto Nunes Branco, dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, António Carmindo de Sousa Lamy, dr. António dos Santos Sobreira, Ernesto Augusto Zagalo de Lima, dr. Domingos Lopes Fidalgo, dr. Salviano Pereira da Cunha e ultimamente José de Castro Sequeira Vidal e António Dias Simões, cujo concurso muito valioso como autor, de longa data, vinha prestando aos amadores» (*Idem*).

ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 8/3/1956) menciona ainda, como *ensaiadores*, os drs. Antero Garcia de Oliveira Cardoso (*Baldaia*), António dos Santos Sobreira e João Maria Lopes; como *amadores* os drs. Ângelo Ferreira, Domingos Rodrigues da Silva Pepulim e José Afrânio de Sousa Lamy, e os cidadãos António Plácido da Costa Lamy, Augusto da Costa e Pinho, Ermenegildo Cunha, José Gomes Pinto, José Rodrigues de Pinho e os três irmãos Coelhos.

No Teatro Ovarense foram representadas, entre outras, as seguintes peças de ANTÓNIO DIAS SIMÕES: *Paulo e Virgínia* (10 de Novembro de 1892), *O ensaio geral de El Rei Manhoso* (12 de Junho de 1898), *A primavera* (31 de Março de 1907), em benefício dos Bombeiros, *Afinal vai ópera* (23 de Fevereiro de 1909), *O amor e a natureza* (27 de Novembro de 1910), em verso, *Nada* (21 de Abril de 1918), pelos alunos do colégio Júlio Dinis, *Noite de Natal* (1 de Janeiro de 1919).

O Secretário da Câmara Municipal
dr. Francisco Ferreira de Araújo (1891-1901)

Dr. Francisco Ferreira de Araújo.

Natural de Ovar, filho do dr. José Ferreira de Araújo e de sua mulher Ana Gomes Coentro de Araújo, neto paterno de Alexandre António Ferreira e materno de António de Oliveira Coelho e de Rosa Gomes Coentro, o dr. Francisco Ferreira de Araújo foi *Secretário da Câmara Municipal* de 17 de Agosto de 1891 a 1901.

Ainda estudante, foi vereador duma câmara *progressista* (1887-1889), formou-se em direito em 1889, casou, a 7 de Maio de 1896, com Antónia Valente de Almeida, filha do negociante e abastado proprietário Ma-

nuel Valente de Almeida e de Rosa Pereira do Patrocínio, e veio a falecer, em 1934, em Lisboa. Sua mulher faleceu, também, na capital, com 82 anos, a 27 de Abril de 1953.

Ovar no Exército Ultramarino – o capitão Belmiro Duarte Silva na Guiné (1891)

Nas campanhas militares para a pacificação da província da Guiné, contra as inúmeras revoltas dos régulos indígenas, salientou-se o capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva que, em 1891, num combate onde as tropas portuguesas sofreram uma terrível derrota, conseguiu salvar a vida a três oficiais de patente superior.

Com manifesto exagero, PLÁCIDO AUGUSTO VEIGA escreveu (*in*: *Mala da Europa*, de 13 de Novembro de 1899) que o capitão Belmiro, «na guerra de Bissau, tão valentemente vingou a morte do seu tenente, morto em combate», que levou «de vencida, à baioneta calada, os inimigos, varando de um lado ao outro, e de uma só baionetada, dois chefes rebeldes».

O capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva nasceu em Ovar, a 13 de Agosto de 1872, filho de António Duarte Silva, fiscal da Companhia do Caminho-de-Ferro, natural da cidade do Porto, e de Maria do Carmo Josefa Isidoro, professora oficial, natural de Alicante, Espanha, que veio a abrir o mais antigo colégio de Ovar, em 1894, na Rua da Fonte, na casa dos Fundões, o *Internato Particular*, do sexo feminino. Foi a 1.ª professora (desde 4 de Abril de 1872) da 1.ª escola régia para o sexo feminino em Ovar, tendo falecido a 18 de Março de 1914. A 1.ª professora da 1.ª escola municipal para o sexo feminino em Ovar foi, como já se referiu, Luísa Ludovina de Oliveira Camossa, desde 9 de Fevereiro de 1839.

Capitão Belmiro.
1872-1941
In: *Arquivo do Museu de Ovar*

O capitão Belmiro, que casou com Maria Caldas Duarte Silva (†1923), da Ilha Brava, Cabo Verde, foi comandante da Associação dos BombeirosVoluntários (1920), e presidente da sua direcção (1923); e foi vereador da Câmara *democrática* (1914-1915) presidida por Celestino Soares de Almeida.

Este capitão do Ultramar, que foi preso na ditadura de Sidónio Pais, em Aveiro, em Outubro de 1918, e libertado com a restauração republicana, a 13 de Fevereiro de 1919, veio a morrer, a 4 de Agosto de 1941, com 68 anos, na Rua Alexandre Herculano.

Capela de São Luís Gonzaga (1892)

A capela particular de São Luís Gonzaga, nas Ribas, foi construída pelo comendador Luís Ferreira Brandão, o *Luisinho Ferreira*, como lhe chamava o povo, em 1892. Posteriormente, foi pertença do dr. João Baptista Nunes da Silva; depois, de seu filho José Amaro de Sousa Nunes da Silva e, à morte deste, foi vendida a Manuel Armando, de Cortegaça.

As suas imagens – S. Luís Gonzaga e Sagrada Família – encontram-se na Casa Museu da Ordem Terceira.

Capela de São Luís Gonzaga, nas Ribas. Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

O comendador Luís Ferreira Brandão foi vice-presidente na câmara *progressista* (1890-1892) presidida por António Soares Pinto, e vereador nas câmaras *regeneradoras* (1900-1901) presididas por Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.

A «Photo Amador» (1892) de Ricardo Ribeiro. O artista Mário da Cruz Almeida

Só em 1892, cerca de 52 anos após a técnica fotográfica ter tomado a forma actual, é que Ovar teve o seu primeiro estabelecimento de fotografia.

Foi Ricardo Ribeiro, natural (1866) de Pinheiro da Bemposta, freguesia do con-

Fotografia Lisboa.

celho vizinho de Oliveira de Azeméis, filho de Manuel Nunes e de Maria Ermelinda, também naturais da Bemposta, que abriu, aos 26 anos, no início da Rua Direita das Figueiras (actual Rua dr. José Falcão), ao lado da Casa dos Baldaias (hoje propriedade do Orfeão de Ovar) e em frente à Casa da Capela de S. Lourenço, da Família Amaral, no ano de 1892, o primeiro estabelecimento de fotografia de Ovar, a sua *Photo Amador*.

Durante décadas, Ricardo Ribeiro, fotógrafo hábil e conceituado, foi o único na sua arte na, então, vila de Ovar e seu concelho.

Falecendo, com 72 anos, na sua casa da Rua das Figueiras, a 28 de Janeiro de 1938, a *Ricardo Ribeiro – Photo Amador* foi continuada por sua filha Matilde Ribeiro da Graça, que nasceu em Ovar, a 6 de Março de 1894, e casou na Sé do Porto (1927) com António Pereira Lisboa, de Válega. Consequência do seu casamento, o estabelecimento passou a denominar-se *Fotografia Lisboa.*

À morte do casal Matilde/António, que faleceram em 1971 e 1977, a *Fotografia Lisboa* passou para as mãos da sua filha e neta daquele Ricardo Ribeiro, Matilde Ribeiro da Graça Varanda, que nasceu em Ovar, a 5 de Abril de 1929, e casou com Manuel Joaquim Varanda.

Ricardo Ribeiro.
1866-1938

Posteriormente, a *Fotografia Lisboa* ficou propriedade do bisneto de Ricardo Ribeiro, o David Ribeiro Lisboa Varanda (1953-1990), e, após a sua morte, passou a ser dirigida pela sua mulher, Maria Manuela Carvas da Silva Varanda.

Outro ovarense notabilizou-se no campo da fotografia – Mário da Cruz Almeida, que nasceu nesta cidade, a 27 de Maio de 1911, filho de Mário da Cruz Almeida, escrivão do juiz da paz, natural do lugar de Ovoa, Santa Comba Dão, e de Leopoldina Brandão da Cruz Almeida, natural de Oliveira de Azeméis, e casou (1931), na Igreja de Ovar, com Rosa Soares de Pinho Almeida, natural de Ovar.

A tecedeira Lurdes Lopes dos Santos Laranjo (1919-1983), aos 17 anos.
Foto do notável fotógrafo Mário Almeida.
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida.

Descendente do célebre maestro Valério, teve três filhos – Maria Soares Almeida Pedrosa de Lima, Mário e Rui Soares da Cruz Almeida, que se tornou, também, um fotógrafo hábil e competente –, e faleceu na freguesia da Vitória, da cidade do Porto, a 28 de Abril de 1984, com 72 anos.

Artista multifacetado, Mário Almeida dedicou-se, não só à fotografia, mas também à poesia, à música e ao teatro (no campo comercial, a *Marimar* foi sua criação).

O *Studio Almeida* inaugurou as suas novas instalações a 19 de Março de 1939.

De 28 de Setembro a 5 de Outubro de 1958, teve lugar no salão nobre da Câmara Municipal o *primeiro concurso fotográfico de Ovar.*

A 22 de Julho de 1984, foi inaugurada, no Museu, uma Exposição de Fotografias sobre Ovar Antigo.

Mário Almeida.
1911-1984

A Folha de Ovar (1892-1895). A primeira suspensão condicional de pena (1893)

Desde 1883 os progressistas tinham um semanário, *O Ovarense*, onde atacavam sistematicamente os aralistas que, a partir de 1886, se defendiam e ripostavam no semanário do dr. Francisco Fragateiro, *O Povo de Ovar*. Porém, em 1892, os Fragateiros

—o Quinta-feira, 18 de Fevereiro de 1892 Numero 1

Queixou-se reira, do luga gaça, por te Luiza Franci lugar e freg rente mez. O procer Andeu volvar meda

FOLHA D'OVAR

FOLHA LITTERARIA E NOTICIOSA

RESPONSAVEL—M. GOMES DIAS

ASSIGNATURA

Assignatura em Ovar, semestre.... 500 rs.
com estampilha.................... 600 »
Fóra do reino accresce o porte do correio.
Annuncia-se obras litterarias em troca de dois exemplares.

Pagamento adiantado

Redacção e Administração
Largo de S. Miguel, 65

PUBLICAÇÕES

Publicações no corpo do jornal, 60 rs. cada linha.
Repetições, 25 rs. cada linha.
Annuncios permanentes, 5 rs.
Folha avulsa, 20 rs.

Séde da imprensa
Rua do Almada, 327—Porto.

EXPEDIENTE

Pedimos aos cavalheiros quem remettemos o nosso rnal a fineza de, no caso de io o assignarem, devolvel-o redacção, até ao dia 24 do rrente mez.

Ovar, 18 de fevereiro

APRESENTAÇÃO

... apparecer pela primeira vez á do dia este modesto semanario, não mós programma.

orque isto de programmas de jor- é pouco mais ou menos como ju- entos de namorados—quem mais mette mais mente. E seria para nós o desagradavel e fazer-nos-hia um ... na consciencia, começar

resolvemos crear este semanario. Aqui, podem todos, *formados e não formados*... dar a sua opinião, sobre o amor, «essa eterna e immortal canção», como diz o eminente Guerra Junqueiro.

E eis aqui está o que é e porque vem o nosso jornal.

Esperamos satisfazer a todos.

Aos homens graves e circumspectos daremos a noticia palpitante; á mocidade, o conto revelador de mysterios..; ás nossas gentis patricias e leitoras a proza e o verso, d'onde se exhalem suavissimos perfumes subtis, capazes de lhes fazer correr o espirito pelas vastas regiões da phantasia, em noites de luar, sob o jasmineiro em flor...

Isto é a amostra, o resto da poesiá fica para outra vez.

Um bom filho á casa...

O pronunciado Bernar... al- que andava ha tempos o nosso lares vareiros, veio ent... nalismo. tariamente ao poder precisa de Saudades da ter...

...quer coisa de- ...osso jornal não ...ho ás luctas que ...paiz fóra entre as divide a familia ..., e é exinho ás pugnas lo- ...es.

Nem quebra lans por um partido, ... expõe o peito, balas por outro. ...eremos uma vid... ..., livre de ...mpromissos. Ninguem nos levará a ...al este desejo.

Isto não quer diz que não demos ...safogadamente a sua opinião ácer- ...a dos interesses loc... e ainda geraes, ...orque todos tem dito e até obriga- ...lo de concorrer para os melhoramen- ...s da sua terra e do seu paiz; mas ...uzel-o-hemos inspirad... apenas na nos- ...a consciencia, sem ...ceder a intui- ...s facciosas, que são completamente ...xcluidas.

E' n'estes termos e n'este sentido ...ue nós temos então nossa politica, ...om a expressão mais ...a e suprema ...a grande arte de govrnar os povos. ...erá, pois, o nosso lema:—progres- ...o e ordem.

De resto, este jornal é essencial- ...mente litterario; propõe reunir aqui ...s prozas e versos que por ahi andam ...spalhados a esmo. Porq... a experien- ...ia tem-nos feito conhec... que os ares ...aguas d'esta abençoada terra, os pi- ...heiraes é maresia da no... porção do ...ttoral teem o dom d'inspirar as almas ...de fazer vibrar os corações.

Só assim se explica a grande ...loiade de poetas prosado... que por ...hi existe. E como era tr..., triste e ...rejudicial, deixar perder seus ter- ...os devaneios nas pandas ... da bri- ...

Litteratura

JURAMENTO D'AMOR

—Amar-te-hei até á morte!

Foi de joelhos, com os labios collados aos d'elle, em um abraço muito estreito, sob as meiguices o ... ... poetica noite de outomno, que ella pronunciou essas palavras repassadas de carinhosa ternura, de firme convicção, em que se adivinhava a pureza dos seus ricos sentimentos, a grandeza heroica do seu nobilissimo coração, capaz de todos os sacrificios e de todas as loucuras.

Por isso, ao escutar a musica suave e dolente d'esse cantico d'amor, que jorrava, em torrentes de harmonia, dos labios perfumados da sua amada; ao attentar na ... belleza, mais que nunca seductora, da gentilissima mulher, que o envolvia nos seus longos e bastos cabellos negros, soltos aos affagos da brisa; ao sentir o anceado palpitar do generoso coração da sua dedicada amiga, elle, o pobre visionario, o louco sonhador, a victima resignada do infortunio, ergueu, contricto, as mãos, porque se julgou no céo, no paraizo dos bons e dos pequeninos, visto que, junto de si, muito junto, via prostrado, os olhos fitos na sua celestial morada, um anjo divinamente bello, perdido n'este valle de lagrimas, que vinha consolal-o, incitando-o a sorrir, a gosar, a amar, a viver, emfim!

E pouco depois, passados os primeiros momentos de tão deliciosa surpreza, de tão terna e vibrante commoção, elle, embriagado por tamanha ventura, doido de enthusiasmo, delirante de prazer, cinge-a freneticamente ao seu peito, repetindo lentamente, docemente, n'um suave murmurio, como que a receiar ser ouvido pelas estrellas, a phrase apaixonada da sua amante:

—Amar-te-hei até á morte!

•

Desde esse momento, ao echo d'aquellas magicas palavras, um mundo novo, cheio de encantos e glorias, perfumado e sorridente, se desenrolava na memoria do amante feliz, que até ahi só conhecera a doçura das lagri-

Todavia, apesar do pharol brilhante que começava a illuminar as trevas do seu triste viver, elle desejou, n'essa primeira entrevista havia tanto tempo suspirada, que se realisasse a sua aspiração suprema, o seu sonho de demente—morrer abraçado á sua amante querida, alli, na praia deserta e silenciosa, sobre o immenso tapete d'areias, á beira do mar soluçante, commovido de tão estranha scena, vindo, de mansinho, beijar-lhe os pés, embalal-os nas suas espumas fluctuantes.

Oh! como seria bom, celestialmente bom, que, os labios unidos em um beijo férvido e longo, presos em um abraço extremoso, mutuando-se uma caricia meiga, adormecessem para sempre junto do mar vasto e profundo como os seus affectos, tendo Deus por unica testemunha dos seus juramentos!

Como elles seriam ditosos, infinitamente ditosos, se Deus satisfizesse então os seus ardentes desejos, que se traduziam na sua declaração amorosa, dando-lhes a paz do tumulo, do tumulo evocado como prova de firmeza e constancia dos seus protestos de amor, o tumulo fiel, onde repousariam juntos, na doce tranquillidade de uma paz inalteravel, enlaçados n'um abraço grande, immenso, eterno como o seu amor!

... ... felizes, inex- cedivelmente felizes, os ... idolatrados, se alli, sós, longe do mundo e das suas miserias e torpezas, soltassem o seu ultimo suspiro, communicassem o seu ultimo affecto, tendo o mar a fazer côro no seu derradeiro hymno d'amor, manso como uma creança meiga e linda, e á Lua, a rainha dos brandos resplendores, a espargir sobre as suas cabeças o seu argenteo e melancholico clarão!

E então, n'esse momento supremo, sahiria dos seus labios ardentes como que um angelico suspiro de allivio, um murmurio dulcissimo de duas almas que se elevassem ao céo, á mansão dos justos, a sua phrase dilecta, o seu lemma sagrado, que poderia lerse, bordado com beijos, na superficie immaculada dos seus amantissimos corações:

—Amar-te-hei, até á morte!...

Ovar, 14—2—92.

A. Serio.

Secção Charadistica

Caro leitor.

Era, a meu vêr, indispensavel n'este jornal, uma secção d'esta ordem.

Ha por ahi tantos *afficionados*, que decerto levariam a mal o não se lhes apresentar um enygma ou uma charada—purgantes magnificos para alivio de paixões.

Mas não ha duvida: socceguem os denodados matadores, porque ellas ahi vão.

Eu, pondo de parte a modestia, já se vê, quero ter o orgulho (santo orgulho!) de abrir a pittoresca secção.

Segue-me o gentil e auctorisadissimo *Malraisco*, e para que muitos e muitos nos sigam a nós, faço ardentes e sinceros votos.

ENYGMA

Sendo macho, é com certeza
Grande, forte e respeitado.
Sendo femea, n'esse caso
E' talvez um cosinhado.

Sendo macho, é muito raro
Um qualquer habilitar-se.
Sendo femea, qualquer póde
Arranjal-a sem matar-se.

O conceito, meu leitor,
Vou dizer-t'o, porque não?
Se é macho, sem elle passas,
Mas se é femea, isso é que não.

—•—

Póde ser grande ou pequeno,
Muito ou pouco apreciado.
E' dos taes que falla sempre,
Apesar de estar callado.

E'—mais claro—do artista
O recurso salvador.
Para uns é muito grande,
Para outros é menor.

Leitor, o conceito,
Emfim, vou dizer:
Olha para a frente,
E devel-o vêr.

CHARADAS NOVISSIMAS

Em algum grande poeta tem o burro, é ... to paga-se a luz.—1-2-2
Quem vive esse tempo, causa ... 2-2

Aprigio Mendes.

Carta enygmatica

Meu caro amigo.

Querendo saudar o apparecimento da 2, 8, 4, 5, 10, entendi que devia 7, 6, 11, um publico testemunho do muito apreço em que tenho a sua competencia para tão ardua empreza e faço votos para que ella progrida sem difficuldades.

Eu não 9, 1, 4, 5, 3, de nada, mas se tiver o menor 9, 6, 4, 3, 11, para qualquer coisa, sou um seu creado

Malraisco.

CHARADA

Na simphonia—1
Ha um instrumento—1
Que é parente—2
Do sentimento.

Malraisco.

LOGOGRIPHOS

Nome de mulher—9, 7, 7, 9, 5, 6, 9
Nome de mulher 1—3—9
Nome de mulher 6—2—6—9
Nome de mulher 9—6—8—9
Nome de mulher 9—8—4—5—6—9
Nome de mulher 8—6—7—9
Conceito
Nome de mulher.

E' uma grande cidade 9—5—7—5
Cheia de luxo e grandeza 4—8—3—4—6
N'este plano situada, 3—6—4—4—2
Instrumento da pobreza 9—5—1—6

O conceito é grandioso:
um poeta mavioso.

NOVISSIMAS

2—2 Mulher! Mulher! Mulher!

A Folha de Ovar, *de 18/2/1892.*

desentenderam-se com o dr. Manuel Arala e os regeneradores ficaram sem semanário, daí resultando o aparecimento a 18 de Fevereiro deste ano d'*A Folha de Ovar*, órgão do partido *regenerador* local, pró-aralista, e cujo último número saiu a 27 de Junho de 1895.

Deste semanário, que foi logo (1892) denominado, pelo órgão progressista, a *escarradeira de S. Miguel*, foi redactor Manuel Gomes Dias, o *Manduca*, «um fogoso rapaz que para descer de S. Miguel à Vila não prescindia de um bom cajado» (Zagalo dos Santos). *A Folha de Ovar* causou-lhe inúmeros dissabores e por sua causa foi agredido, julgado, condenado e esteve preso nas cadeias de Oliveira de Azeméis e de Ovar (em 1895 noticiava-se que Manuel Gomes Dias se achava recluso nas cadeias de Oliveira de Azeméis por 60 dias).

Em 1892, o tenente-coronel do distrito de recrutamento e reserva n.º 9, com sede em Ovar querelou *A Folha de Ovar* por esta ter noticiado que «os regeneradores para evitarem violências e fuzilamentos com que foram ameaçados pelo sr. tenente-coronel, Sales de Mendonça, comandante da força de infantaria, retiraram para a capela de Santo António, aonde se procedeu à eleição» (*Folha de Ovar*, de 27/10/1892). Manuel Gomes Dias veio a ser condenado, em polícia correccional, a 21 de Janeiro de 1893.

Em 1893, o dr. Francisco Fragateiro requereu polícia correccional contra o semanário que o injuriou e difamou, acusando-o de ter roubado cadernos do recenseamento político do concelho, de tentar roubar outros, de ter tomado parte em arruaças, traindo pela segunda vez as suas ideias político-interesseiras por causa de um osso na câmara. Manuel Gomes Dias, defendido pelo dr. José António de Almeida, foi condenado por sentença de 16 de Maio daquele ano, proferida pelo juiz dr. Manuel José Dias Salgado Carneiro, como autor de dois crimes de difamação e injúrias cometidos por meio de imprensa em dois números d'*A Folha de Ovar*, na pena de 15 dias de prisão, que cumpriu nas cadeias de Ovar.

No dia 25 de Junho, no arraial de S. João, Manuel Gomes Dias foi agredido pelo dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, vice-presidente da Câmara, pelo seu irmão Arnaldo Fragateiro de Pinho Branco, futuro juiz de direito, e pelos cidadãos António Augusto Fragateiro de Pinho Branco e Plácido Augusto Veiga.

Chegou a vez do *jornalista* Manuel Gomes Dias requerer a sua polícia correccional contra os agressores, passando procuração ao dr. José António de Almeida. Por sentença de 7 de Agosto de 1893, o juiz dr. Manuel José Dias Salgado Carneiro condenou o mercantel António Augusto Fragateiro de Pinho Branco e o tipógrafo Plácido Augusto Veiga em 5 dias de multa, cada um; o estudante Arnaldo Fragateiro de Pinho Branco em 4 dias de prisão; e o advogado dr. Francisco Fragateiro, que respondia não só pelo crime de ofensas corporais voluntárias, na pessoa do editor d'*A Folha de Ovar*, mas também pelo crime de difamação por meio de imprensa praticado contra o dr. Manuel Arala, em 4 dias de prisão e multa. A pena deste último foi *suspensa* pelo espaço de 2 anos, atendendo às atenuantes pessoais provadas: bom comportamento anterior, cidadão prestante pela sua inteligência e actividade, moderação nos actos públicos, conquista de um lugar proeminente entre os seus conterrâneos, contribuir poderosamente para a pacificação de Ovar, e estar prestando serviços relevantes ao município.

Foi a primeira vez que foi aplicada, no tribunal da comarca, a *suspensão condicional da pena* estipulada pela lei de 6 de Julho de 1893. O dr. Lourenço de Almeida e Medeiros criticou severamente a suspensão da pena e a sua motivação.

Ainda no mesmo processo respondeu perante o tribunal o director d'*A Folha de Ovar* «acusado de ter dado uma *lamparina* num irmão do Fragateiro. O sr. juiz *mimoseou-o* com quatro dias de cacifre, selos e custas. Cara lamparina» (*Folha de Ovar*, de 10/8/1893).

Estas condenações, resultantes da política *brava* que então agitava Ovar, levaram Manuel Gomes Dias a retirar-se para o Brasil, terminando *A Folha de Ovar*.

Manuel Gomes Dias, o Manduca, *nos Reis de 1894.*
De pé, o dr. António Descalço Coentro e Manuel José Alves Cerqueira (1.º e 2.º).
Sentados, da esquerda para a direita: António Augusto Freire de Liz, prof. Azevedo, dr. João Maria Lopes, António Dias Simões, Manuel Gomes Dias e Francisco Marques da Silva.

O órgão regenerador não perdoou ao juiz da comarca e noticiou, desta forma, a sua transferência para a comarca alentejana de Estremoz: – «Pelo que nos consta, esperava o novo juiz daquela cidade um exército de espanholitas, por quem o sr. Salgado e Carneiro dá o cavaquinho e para quem, certamente, irá fazendo o seu pé de alferes, apesar de já velhote, e dará d'olho... mesmo através das lunetas escuras» (*Folha de Ovar*, de 28/2/1895).

Os Reis (1892?, 1893? ou 1894?). João José Alves Cerqueira – a Família Cerqueira. A revista *Os Reis* (1967)

A tradição muito antiga de *cantar os Reis* em Ovar, nas noites de 5 e 6 de Janeiro, iniciou-se com pequenos *reiseiros*, com pandeiretas, violas e ferrinhos, a que sucederam as *troupes*, na última década do século XIX.

A mais antiga é, provavelmente, a *troupe* de João Alves - os *Reis do Alves* -, que saiu pela primeira vez em 1893, segundo o que pudemos apurar das notícias inseridas nos semanários locais.

Porém, para o dr. Zagalo dos Santos, foi num dia de 1892 que João Alves, aproveitando os elementos de uma tuna que regera e ajudara a organizar quatro anos antes, saiu a dar as Boas Festas («Saibam quantos...», *in*: *Notícias de Ovar*, de 5 de Janeiro de 1950).

Ainda para o dr. António Manuel Gondim da Fonseca e Joaquim Fernandes da Silva (*Sevintes*), «é possível que num determinado ano, em 1893, o Sr. João Alves tivesse saído à rua com uns amigos, tocando músicas à porta de outros amigos», mas «só música. Agora os Reis com música e letra, quem os inaugurou, foi o meu avô (*António Dias Simões*), o Sr. Alves, o Sr. Freire de Lis, o Dr. Pedro Chaves, o Ti Caió, o Sr. Pinto Palavra», e outros, em 1894.

Foi a *troupe* dos Velhos, que veio a ter uma concorrente, a *troupe* dos Novos (com José e Manuel Simões, Augusto Fidalgo, Viriato Coelho, Figueiredo, e outros).

«A troupe dos velhos acabou e a dos novos cindiu-se formando duas. A dos Bombeiros e a da Associação Desportiva Ovarense. E assim por muito tempo».

A *troupe* dos Rouxinóis foi criada em 1935, por «alguns orfeonistas liderados por António Maria Regalado (com o dr. António Manuel Gondim da Fonseca, o Joaquim Sevintes, o Ernesto Cadillon, o Álvaro Morga, o Francisco Marques, o Antoninho Graça, o Tomaz Soares Couto, o Armando da Vinagra, o Artur Macabêla, o João da Adelina e outros). Este João da Adelina, «tinha um génio muito difícil e logo se separou, formando a *troupe* Comércio e Indústria» (A. M. Gondim da Fonseca & Joaquim Fernandes da Silva *Sevintes* - artigo «Os Reis», *in*: *Notícias de Ovar*, de 26/8/1993), que saíu pela última vez em 1958.

Para dar continuidade à *troupe Os Rouxinóis* surgiu, em 1957, a *troupe* do *Orfeão de Ovar*.

A troupe *da A.D.O.*
In: O Ideal Vareiro, *de 15/1/1933*

Foi a *troupe* da A.D.O. «a primeira a cantar para o povo nas escadas da Câmara Municipal», e a «que iniciou a distribuição dos papelinhos com os versos que se iam cantar» (*Reis* de 1975).

Em 1967, inicia-se a publicação da revista *Os Reis*, edição da *troupe* de Reis *JOC--LOC* (Juventude e Liga Operária Católicas), da Acção Católica de Ovar, *troupe* que surgiu em 1959.

Este revista, além de artigos sobre antigos *reiseiros* e as *troupes* de Ovar, tem publicado artigos muito interessantes sobre tradições locais e figuras populares, constituindo actualmente um repositório notável da história da cidade e do seu concelho.

De 27 de Dezembro de 1992 a 7 de Janeiro de 1993, na Rua Cândido dos Reis, junto à sede da Associação Desportiva Ovarense, decorreu a Exposição *Cantar dos Reis/92*, iniciativa da Câmara Municipal de Ovar.

O Presidente da Câmara, Guedes da Costa, na Exposição Cantar dos Reis/92.

A 6 de Janeiro de 1994, a *troupe* de Reis da Escola Primária da Ponte Nova n.º 1, da freguesia de S. João de Ovar, constituída por 33 crianças e 4 professores e o delegado escolar Manuel Brandão, cantou no Palácio de S. Bento, residência oficial do Primeiro Ministro, para o professor dr. Aníbal Cavaco Silva e Esposa.

A 6 de Janeiro de 1997, foi a troupe de Reis da JOC-LOC (de que fazia parte o Abade de S. Cristóvão de Ovar, dr. Manuel Pires Bastos), acompanhada do dr. Armando França, Presidente da Câmara Municipal, que cantou em Belém, para o Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, e Esposa.

Em Janeiro de 1998, a mesma *troupe* cantou, em S. Bento, para o Primeiro-Ministro, eng. António Guterres; e a *troupe* da Escola EB 2 e 3 António Dias Simões, cantou na Assembleia da República.

A JOC-LOC em Belém, a 6/1/1997.
In*:* João Semana, *de 15/1/1997*

A 10 de Janeiro de 1924, *A Pátria* lamentava que os dos Reis só cantassem de portas a dentro, o que era mais cómodo mas tinha o inconveniente de nem todos poderem apreciar as cantigas.

O mesmo corroboraria *O Povo de Ovar*, de 9 de Janeiro de 1936:

«Pena é que contra o costume doutros tempos, esses grupos não cantem primeiro na rua às portas, para que o povo ancioso de ouvi-los os possa melhor apreciar.

Assim faziam esses grupos desses tempos e até o do Alves formado pela élite e que ainda hoje é recordado com enormes saudades, não entrava em casa alguma resistindo sempre aos esforçados convites dos donos das casas onde cantavam.

E o povo que se acotovela na rua merece e é até muito digno desta consideração, porque os acompanha, os elogia e anima e que sem essa assistência era mais uma tradição que morria».

Em 1949 (*Notícias de Ovar*, de 6/1), escreveu ACÁCIO ALVES DA CUNHA: «É tradicional em Ovar, todos os anos, por ocasião das festas dos Santos Reis, reunirem-se vários rapazes em grupos, a que dão o nome de *troupes*, com o fim de darem as Boas-Festas às pessoas amigas.

Cada *troupe* ensaia, em geral três números de música, todos diferentes, que são cantados com letra adequada ao fim em vista, e acompanhados por alguns instrumentos musicais, sendo mais usuais os violinos, bandolins, violões, a flauta e a bandola.

Dentre os componentes dos grupos escolhem-se três dos que tenham melhor voz, os quais cantam *a solo*, cada qual o seu número, e os outros cantam *em coro*».

A dr.ª ÂNGELA CASTRO, directora da Biblioteca Municipal, salientou o que distingue basicamente o Cantar dos Reis à moda de Ovar (*in*: *Jornal de Ovar*, de 21/10/1988):

«Conquanto imbuídas de um saudável amadorismo, surgidas de forma espontânea e integrando indivíduos de diferentes níveis sociais, económicos e intelectuais, as troupes vareiras exigem a si mesmas um mínimo de qualidade interpretativa e melodiosa. Assim:

A JOC-LOC em S. Bento, em Janeiro de 1998.
In*:* Boletim Informativo da Câmara Municipal de Ovar, *n.º 6, de Abril de 1999*

– As exibições são antecipadamente ensaiadas;

– É utilizado um variado naipe de instrumentos – sobretudo tradicionalmente cordas – que incluiu o violão, o bandolim, o banjolim, a bandola e o violino;

– O desempenho vocal é muito importante e manifesta-se em belas exibições de coros e solistas, onde as melhores vozes de cada troupe se destacam;

– As toadas, em jeito de balada, têm letras inéditas e músicas inéditas ou adaptadas;

– O reportório, todos os anos renovado, é constituído por três trechos:

1.º A Saudação, onde é louvada a Noite Santa dos Reis e são saudados os presentes;

2.º A Mensagem onde se celebra o nascimento de Jesus e os seus ensinamentos;

3.º O Agradecimento, de tom bastante mais ligeiro, no qual são pedidas as ofertas habituais e é agradecida a hospitalidade.

Os donativos recebidos destinam-se, tradicionalmente, a fins caritativos, excepção feita às garrafas de vinho do Porto que alegram as jantaradas com as quais as troupes põem fim às festividades».

João José Alves Cerqueira nasceu em Aboim da Nóbrega, concelho de Vila Verde, a 12 de Dezembro de 1860, filho de Manuel José Alves e de Ana Cerqueira.

Com 16 anos, a 1 de Abril de 1877, veio para Ovar, empregando-se na importante loja de lanifícios de Miguel José Baptista, na Praça.

«Com o Dr. Ângelo Ferreira e outros, fundou a Tuna que se estreou em 1892 e que saía, depois, em serenatas pelas ruas da vila» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962). Entre as troupes dos Reis a mais antiga é, provavelmente a *troupe* de João Alves – *os Reis do Alves* –, que saiu pela primeira vez em 1893 ou 1894.

A 19 de Abril de 1896, reuniu-se em sua casa, na Praça, uma comissão iniciadora da organização de uma associação de bombeiros voluntários em Ovar. Presidente

da sua comissão fundadora, veio a ser o 1.º presidente da direcção (1897/98), e comandante (desde 1914) da *Associação dos Bombeiros Voluntários.*

Em 1901, casou com Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro (†1932), filha de António Gomes Duarte Pereira Coentro e de Rosa de Oliveira Gomes Correia Coentro; e, em 1907, foi um dos 21 fundadores do *partido republicano* local.

Com o poeta António Dias Simões criou, em 1908, o Orfeão Infantil de Ovar, que cantou pela primeira vez, a 1 de Agosto de 1909, sob a sua direcção.

Após a implantação da República presidiu, em 1911, à comissão concelhia de inventário dos bens mobiliários e imobiliários, destinados ao culto da religião católica, que principiou os seus trabalhos de arrolamento, na freguesia de Ovar, a 22 de Junho desse ano.

Foi vice-presidente *democrático* em 1914/15 (na câmara de Celestino Soares de Almeida), 1917/18 (na comissão administrativa do mesmo Celestino Soares de Almeida), 1918 (na câmara do dr. Pedro Chaves), e 1925/26 (na câmara do dr. Albino Borges de Pinho); e vereador *democrático* em 1919 (na comissão administrativa do dr. Pedro Chaves), 1919/ /22 (na câmara do mesmo dr. Pedro Chaves), e 1923/ /24 (na câmara daquele dr. Albino Borges de Pinho).

Primeiro presidente da assembleia geral da Associação dos Comerciantes e Industriais de Ovar (1932), veio a falecer, com 88 anos, a 28 de Dezembro de 1948, na sua casa da Praça da República.

Alves Cerqueira.
In: Os Reis *de 1992*

A *Família Cerqueira*, como referimos, é originária de Aboim da Nóbrega, concelho de Vila Verde.

João José Alves Cerqueira (1860-1948, com 88 anos), casou (1901) com Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro (†1932).

Filhos do casal João José/Rosa:

– Adelaide Coentro Alves Cerqueira Milheirão, natural de Ovar, que casou (1932) com Aníbal Calixto Marques Milheirão, que foi tesoureiro da Fazenda Pública no concelho de Ovar, e de quem teve dois filhos: – o dr. Carlos Alberto Alves Cerqueira Calixto Marques Milheirão (Mira, 1933 - † Lisboa, 1996), que casou com Sónia Olga Escondell Milheirão e foi Embaixador de Portugal na Tunísia; e Victor Manuel Cerqueira Calixto Milheirão, pintor conceituado, que nasceu em Ovar, na Praça da República, a 29 de Maio de 1936, e casou (Lisboa, 1970) com Maria Eugénia de Jesus Santos Milheirão.

– António Alves Cerqueira, que faleceu solteiro.

– Manuel Coentro Alves Cerqueira (1902-†1946, solteiro). Foi chefe do Grupo 66 dos escuteiros (desde 30 de Novembro de 1937), tendo sido um dos democráticos ovarenses que esteve preso no Estado Novo.

– Margarida Coentro Alves Cerqueira Liz (1905-†1989, com 83 anos), que casou (1929) com Eduardo Ferraz de Liz (†1948), filho do escrivão do tribunal judicial An-

tónio Augusto Freire de Liz e de Maria Eduarda Camossa Ferraz de Abreu. A filha deste casal, Maria Margarida Ferraz de Liz Coelho, que nasceu em 1931, casou com o dr. Manuel Pedro Raimundo Coelho, filho de António dos Santos Coelho e de Maria José Raimundo Coelho.

– Maria José Alves Cerqueira Correia, que casou com Dionísio José Correia († Coimbra, 1964, com 65 anos), de quem teve três filhos: – dr. Dionísio José Cerqueira Correia, licenciado em Ciências Geológicas (Coimbra, 1961), que nasceu em Ovar, a 7 de Dezembro de 1938, e casou (1972) com a dr.ª Maria Amélia Alves Cutileiro, natural de Évora; dr. João Carlos Cerqueira Correia; e dr. Mário Fernando Cerqueira Correia, que nasceu em Ovar, a 1 de Março de 1935, obteve a licenciatura em Ciências (1959), e, indicado pelo P.P.D., tomou posse dos cargos de *Vice-Governador Civil do Distrito do Porto* (25 de Março de 1976), e de *Governador Civil* do mesmo distrito (28 de Julho de 1989).

O filho do dr. Dionísio José Cerqueira Correia e de sua mulher, dr.ª Maria Amélia Alves Cutileiro Cerqueira Correia, o dr. Paulo José Cutileiro Cerqueira Correia, licenciado em direito pela Universidade Católica (Porto), na qual foi presidente da Associação dos Estudantes (1995/96), foi eleito vereador da Câmara Municipal do Porto pela coligação PP/PSD, nas eleições autárquicas de 14 de Dezembro de 1997.

A Câmara dos «incolores» (1893-1895) – o Presidente da Câmara dr. António Joaquim de Oliveira Valente Baldaia (1893-1898). A Família Baldaia (ramo do dr. Valente). A tragédia do Rabaçal (1893). O Rei D. Carlos na Estação de Ovar (1893, 1895 e 1906). As eleições camarárias de 1895

Em 1890 iniciam-se as desinteligências entre os *Fragateiros* – José Fragateiro de Pinho Branco e seu filho dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco – e o dr. Manuel Arala, que se agravam em 1891, e, em 1892, aqueles, independentes e isolados, formam um novo grupo político, que os adversários denominam dos *incolores* ou dos *incógnitos*.

Duas razões explicam o rompimento: por um lado, o dr. Manuel Arala não queria desistir do comando do seu grupo e o dr. Francisco Fragateiro recusava-se a uma posição subalterna; por outro lado, os Fragateiros não aceitavam de bom modo a recusa ao combate nas urnas pelo dr. Manuel Arala.

O órgão regenerador local, *A Folha de Ovar* (de 24/11/1892), deu a seguinte explicação para a desavença entre Fragateiros e o dr. Manuel Arala: – «O sr. Fragateiro é nomeado administrador do concelho. Por seu livre arbítrio, continua a desforrar-se das afrontas de que tinha sido vítima, e, não sabemos se por ver-se tão *poderoso*, imaginou-se rei da *parvónia!!!*. Quis arvorar-se, dissemos em *mandão*, porém por pouco tempo, e com bem mágua sua. Como o sr. Fragateiro se recusava a consultar o chefe do partido, o sr. dr. Arala, houve por bem, como vulgarmente se diz, chegá-lo ao rego, ou então... O soldado que desertou do campo antigo, vendo-se elevado em pouco tempo ao posto de cabo, julgando-se capitão, e daí começou outra vez, a vaidade e a ambição a subir... a subir... a subir... Esforços infrutíferos, quando o sr. Fragateiro pen-

sava ser já *muito grande*, foi-lhe apresentada a ordem de despejo – demissão de administrador!... E é por estas e muitas mais razões que o sr. Fragateiro não encara bem o sr. dr. Arala».

Naquele ano de 1892 os *incolores*, inclinando-se para os progressistas, conseguem apoderar-se da administração municipal. Uma Câmara *incolor*, da presidência do dr. António Joaquim de Oliveira Valente e da vice-presidência do dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, seu verdadeiro condutor, irá governar Ovar de 1893 a 1895.

Constituição da *Câmara dos incolores, de tendência progressista*, que governou Ovar de 2 de Janeiro de 1893 a 1895:

Presidente	Dr. António Joaquim de Oliveira Valente, de Cabanões (*incolor*)
Vice-presidente	Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, da Rua dos Ferradores (*incolor*)
Vereadores	António Ferreira da Costa Júnior, de Esmoriz (*progressista*) José Carlos de Oliveira, do Largo do Chafariz (*republicano*) José Pacheco Polónia, dos Campos (*progressista*) ***Pela minoria:*** – Custódio José da Silva, de Arada (*incolor*) – Manuel Martins de Oliveira Vaz, capitalista (substituiu o seguinte) – Manuel de Oliveira Valente, de Válega, que faleceu em 1893.

O partido progressista local ficou então dividido em duas facções: o grupo dos *incolores*, dos Fragateiros, chefiados *nominalmente* pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente; e o grupo capitaneado pela família Soares Pinto. Estas duas facções, embora não se guerreando, mal se suportavam uma à outra.

A eleição camarária de 7 de Novembro de 1892, segundo *O Ovarense* (de 26/7/ /1896), «correu na melhor ordem. Já o governo desiludido não dava polícia para guardar as costas dos caceteiros, por isso os aralistas ficaram em casa, aguardando melhores tempos».

Duramente atacada pelos aralistas, que se socorriam do facto do País estar a ser governado pelo ministério *regenerador* de Hintze-Franco, a Câmara, que encontrara o cofre municipal a 2 de Janeiro de 1893 com um déficit de 1.832$802 reis, suportou duas sindicâncias, que tinham como finalidade prepararem a *câmara* para uma comissão municipal regeneradora.

A 1.ª sindicância, ordenada pelo Supremo Tribunal Administrativo, foi dirigida pelo 1.º oficial do Governo Civil de Aveiro, dr. Melo Freitas, tendo organizado o auto o Administrador dr. António Descalço de Oliveira Coentro. Para a 2.ª sindicância veio a Ovar, a 3 de Março de 1896, o dr. Vitorino Correia de Sá, Administrador da Vila da Feira.

O semanário regenerador local ataca, então, acintosamente a Câmara *incolor* e especialmente o seu vice-presidente, fazendo referências desagradáveis ao seu *chalet*, cognominado *o do eco*, e apelando para o que o dr. Francisco Fragateiro escrevera contra os progressistas n'*O Povo de Ovar*. Cinicamente, lembrava ao povo ovarense os

tempos relativamente próximos em que os progressistas mandavam os seus caceteiros espancar, de bacamarte em punho, os Fragateiros que enforcavam, simbolicamente, em plena Praça. E agora? – demandava o semanário regenerador – São amigos e pertencem todos à mesma seita!

A Folha de Ovar procurou seguir o caminho encetado em Ovar pelo *Ovarense*. Se este semanário tinha usado e abusado da polémica de estadulho e do arrocho, sem isenção e sem dignidade, contra o dr. Manuel Arala, o seu colega regenerador usaria os mesmos métodos atacando o dr. Francisco Fragateiro sem sombra de respeito pela verdade ou pela pessoa do adversário.

Os regeneradores procuraram ridicularizar o dr. Francisco Fragateiro, a quem alcunharam de *doutor cantata* e *catavento* (*A Folha de Ovar*, de 6 e 13/10/1892 e de 19/7/1894).

A 24 de Agosto de 1893, *A Folha de Ovar* dedicava-lhe esta gazetilha:

Se eu fosse, como queria,
Nesta comarca advogado,
Tinha descoberto um meio
De me fazer procurado.

Montava logo um jornal
Tal qual *O Povo de Ovar*.
E nele só trataria
De toda a gente insultar.

Todos eram *assassinos*;
Falsários e ladrões...
Isto dava em resultado
Passar-me procurações.

Os regeneradores-aralistas acusaram, com humor mas inveridicamente, o dr. Francisco Fragateiro de ter mudado de campo partidário por diversas vezes:

- *progressista ferrenho* (1884-1885),
- *progressista moderado* (até Julho de 1886. Nasce *O Povo de Ovar*),
- *independente* ou *incolor* (até Outubro de 1886. Cresce *O Povo de Ovar*),
- *regenerador* ou correligionário *enragé* do dr. Manuel Arala, pelo pacto de Cabanões (1886-1890. Chega ao auge *O Povo de Ovar*),
- *constituinte* (Zé Dias) ou *incolor* (1890-1900),
- *progressista enragé* (até 1904),
- *progressista* encapotado (até 1906),
- *progressista dissidente* (até 1907),
- *regenerador liberal* (até 1 de Fevereiro de 1908), e
- *progressista dissidente mesclado de franquista*.

Cfr. *Discussão*, de 29/3/1908, e *Folha de Ovar*, de 6/10 e 8/12/1892

Natural do lugar de Goím, da freguesia de Santo Isidoro de Romariz, filho do dr. José Joaquim de Oliveira Valente e de Margarida Angelina Alves da Silva (ou Silva Valente), o dr. António Joaquim de Oliveira Valente *Baldaia* formou-se em direito e casou, a 26 de Fevereiro de 1881, com Margarida Augusta Pereira Baldaia (†1908, com 63 anos), filha de Joaquim Maria Pereira Baldaia (†1893), que foi vereador duma câmara *histórica* presidida por João de Castro Corte-Real (1864/1865) e de várias câmaras *aralistas* (reformistas e regeneradoras, de 1872 a 1886), e neta paterna de Manuel José Pereira Baldaia e de Ana Margarida Pereira de Jesus.

Após o seu casamento, passou a residir na *casa dos Baldaias*, em Cabanões, ficando a ser conhecido pelo *dr. Baldaia*.

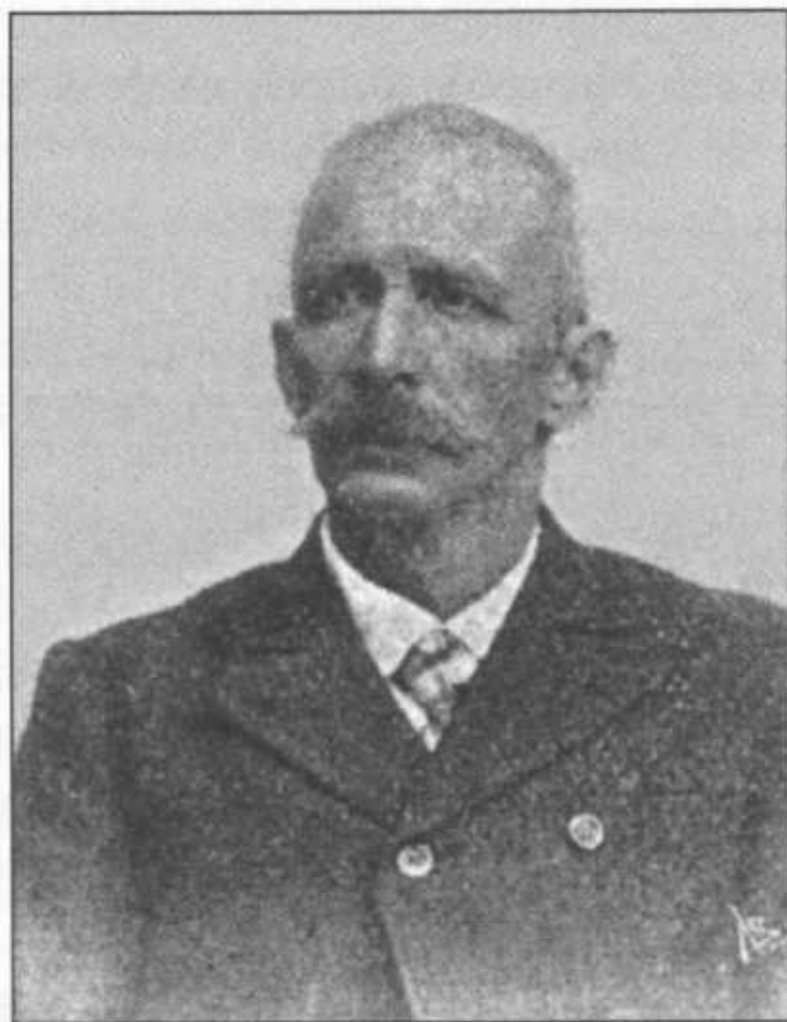
Foi eleito, em 1892, *Presidente* duma Câmara *incolor*, de tendência *progressista*, para o triénio de 1893-1895; em Dezembro de 1895, com oposição regeneradora, foi novamente eleito para uma Câmara *progressista*, para o triénio de 1896-1898.

Durante a sua presidência, iniciou-se a venda do pinhal municipal (1893-1946), a construção dos Paços do Concelho e do tribunal (1893-1900), fundou-se a Associação dos Bombeiros Voluntários (19 de Abril de 1896) e apareceu, a 7 de Julho de 1895, *A Discussão*, semanário local regenerador.

Nas eleições para deputados de 1894 verificaram-se graves acontecimentos – o ataque às casas da Família Fragateiro, a 8 de Abril, e os tumultos na Igreja de Válega, a 15 do mesmo mês.

No dia 26 de Junho de 1900 tomou posse da recebedoria do concelho; em 1910 foi um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia, tendo pertencido à *grande comissão*.

Foi Administrador do Concelho de 1909 a 1910 e substituto em 1885-1886, em 1894 e em 1899-1900.

Aquando do *complot* monárquico foi preso por polícias de Aveiro, a 19 de Outubro de 1911, e conduzido para a capital do distrito, onde ficou detido no Convento de Jesus até 24 de Dezembro desse ano, data em que foi posto em liberdade por nada se

Dr. António Joaquim de Oliveira Valente. In: Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1917*

provar contra ele. A 21 de Outubro desse mesmo ano tinham-se feito buscas em sua casa.

De 24 de Abril a 16 de Maio de 1915 foi novamente *Presidente da Câmara*, nomeado aquando do governo republicano conservador de Pimenta de Castro.

Faleceu com 71 anos, a 25 de Setembro de 1915, no lugar de Cabanões. Noticiando a morte deste político *progressista*, mas que primeiramente havia sido *regenerador*, afirmou o órgão local democrático: – «homem bom, era também um homem sem vontade e pouco ilustrado, sendo um verdadeiro manequim nas mãos dos seus chefes» (*A Pátria*, de 30/9/1915).

Como já referimos dois ramos da Família Baldaia deram cartas na política local no século XIX e no início do século XX: o *ramo do dr. Cardoso* (Presidente da Câmara Municipal de 1847 a 1851) e o *ramo do dr. Valente.*

O ramo do dr. Valente iniciou-se com o vereador (1794) João Pereira Baldaia, que casou com Joana Maria dos Reis, de Válega.

Filhos deste casal:

– Ana Maria Pereira Baldaia (†1869), que casou (1832) com Manuel Bernardino de Carvalho.

– Manuel José Pereira Baldaia, que foi vereador (1822/1823), e casou com Ana Margarida Pereira de Jesus, filha do capitão Jacinto José Pereira Pinto e de Ana Pereira de Jesus.

Filhos do casal Manuel José/Ana Margarida:

– Fernando Augusto Pereira Baldaia (1825-†1894).

– Joaquim Maria Pereira Baldaia (†1893), que foi vereador histórico (1864/5) e aralista (1872/1886), e morreu solteiro, deixando uma filha, Margarida Augusta Pereira Baldaia (†1908, com 63 anos), que casou (1881) com o dr. António Joaquim de Oliveira Valente *Baldaia*, que foi *Presidente da Câmara Municipal* (2 de Janeiro de 1893 a 1898, e de 24 de Abril a 16 de Maio de 1915).

A 9 de Junho de 1893 verificou-se uma desordem grave entre jovens da freguesia de S. Vicente de Pereira e outros dos lugares de Carvalho e Valdágua, da freguesia de Válega, da qual resultou a morte de Manuel José da Costa, de Guilhovai, e a de José de Oliveira Duarte, de Bustelo, de Válega.

O rijo combate, a cacete e a tiro, denominado pela imprensa ovarense *o fatal recontro da viela do Rabaçal*, teve como causa o facto de uma jovem do lugar do Soalheiro, de S. Vicente, dar trela ora a um rapaz desta freguesia, ora a outro de Carvalho de Válega, e deu origem em 1894 ao julgamento de 13 réus (8 de S. Vicente e 5 de Válega) nesta comarca.

Neste julgamento, presidido pelo juiz dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro, sendo delegado o dr. Alexandre de Albuquerque Vilhena e advogados de defesa os drs. José António de Almeida, Francisco Fragateiro e Joaquim Soares Pinto, 8 réus foram absolvidos e 5 condenados, um na pena de seis anos de prisão celular, dois na de cinco anos e meio, um na de quatro anos e outro em pena mais leve. Os 5 réus condenados obtiveram novo julgamento a 6 de Abril de 1895, e, defendidos pelo dr. Francisco Fragateiro, vieram todos a ser absolvidos.

Em 1899, em consequência de rivalidades entre Maceda e Cortegaça, um grupo

de 100 a 120 jovens desta última freguesia, armados de varapaus e capitaneados pelo regedor António Marques Cantinho (cabecilha do movimento para a oposição), compareceram no arraial do lugar de S. Geraldo, em Maceda, em atitude belicosa.

A tragédia da viela do Rabaçal ainda estava na memória das autoridades e do povo, e assim uma força de infantaria 6, do comando de alferes, que veio do Porto de comboio, e a prudência dos de Maceda, que nunca se agruparam, evitou o pior, contendo em respeito os de Cortegaça.

Na noite de 20 de Setembro de 1893, no ministério regenerador Hintze-Franco, o Rei D. Carlos foi cumprimentado na estação de Ovar, após a execução do hino real e do lançamento de foguetes, pelo vice-presidente da Câmara, dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, pelo Administrador, dr. António Descalço de Oliveira Coentro, e pelos vereadores. Foi uma recepção da Câmara dos *incolores*.

A 11 de Junho de 1895, o mesmo Rei D. Carlos foi recebido na estação de Ovar por centenas de pessoas e pelas autoridades locais *regeneradoras*. Nesta recepção, os drs. Eduardo Augusto Chaves, amigo do Ministro das Obras Públicas, Gonçalo Huet Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes e António dos Santos Sobreira acompanharam o Rei na carruagem-salão real.

Em 1906, o Rei D. Carlos esteve quase 20 minutos na estação de Ovar, de regresso das Pedras Salgadas, tendo uma recepção fraca; em 1907, ainda o mesmo Rei, quando se dirigia àquela estância termal, teve uma recepção fraquíssima na estação.

A 8 de Dezembro de 1895 tiveram lugar as eleições camarárias e mais uma vez os regeneradores locais convencidos de que o ministério Hintze-Franco, que havia entrado em ditadura, os apoiaria, apresentaram-se à luta com a seguinte lista (entre os substitutos destacava-se o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa):

Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala .... proprietário
Dr. Eduardo Augusto Chaves .... advogado
Francisco Joaquim Barbosa de Quadros .... proprietário
Dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes .... proprietário
Dr. José António de Almeida .... advogado
José Pinto Fernandes Romeira .... negociante
Manuel Pereira de Mendonça .... proprietário

A lista progressista, que lhe deu combate, era por sua vez composta dos seguintes cidadãos (entre os substitutos encontrava-se o dr. Francisco Fragateiro):

Dr. António Joaquim de Oliveira Valente .... proprietário
Custódio José da Silva .... proprietário
Dr. Joaquim Soares Pinto .... advogado
João Pacheco Polónia .... negociante
João Pereira de Oliveira .... proprietário
Manuel Gomes da Silva Bonifácio .... negociante
Manuel Martins de Oliveira Faz .... proprietário

Mau grado os drs. Arala (Domingos e Manuel) e Chaves terem empenhado todas as suas forças, mais uma vez o resultado lhes foi desfavorável, vencendo a lista *progressista* pela maioria de 365 votos.

Entre os vereadores eleitos na lista progressista, o negociante João Pacheco Polónia nasceu a 18 de Março de 1863, filho de José Pacheco Polónia e de Rosa de Oliveira Gomes. Desde a mocidade, manteve e dirigiu uma empresa de pesca, na costa do Furadouro, e, nessa indústria, bafejado pela sorte, conseguiu triunfar nos seus esforços e amealhar meios de fortuna. Previdente e arguto, a tempo anterior à derrocada daquelas empresas, abandonou essa indústria.

João Pacheco Polónia.
1863-1937

Casou, a 18 de Junho de 1885, com Teresa de Oliveira Gomes (†1940), foi um grande influente *progressista*, exercendo durante vários anos o cargo de vereador (1896-1898, 1905-1907, e 1908-1910), tendo falecido na Rua Ferreira Meneres, a 25 de Fevereiro de 1937, com 74 anos.

O filho do casal João/Teresa, Manuel Pacheco Polónia, foi Presidente da Câmara Municipal por três vezes (1926-1927, 1928-1931, e 1932-1946).

O dr. Francisco Fragateiro (1893-1895) – a venda do pinhal de Ovar (1893-1946), os Paços do Concelho (1893-1900), o Tribunal (1893-1899), a Repartição de Finanças (1899), e a Cadeia em Pereira Jusã (1893-1910). A Família Fragateiro

Filho de José Fragateiro de Pinho Branco e de sua mulher Maria Rosa Correia dos Santos, neto paterno de Manuel de Pinho Branco e de Maria Gomes Fragateiro e neto materno de Francisco Ferreira Torres e de Maria Correia dos Santos, o dr. Francisco Fragateiro nasceu a 27 de Setembro de 1863, licenciando-se em direito a 25 de Junho de 1885. A 3 de Junho deste ano toma parte na reunião do partido *progressista* local, no Carril, em casa da família Coentro. O dr. Fragateiro viria a tornar-se o *enfant terrible* dos progressistas locais.

Advogado nesta comarca, funda a 25 de Junho de 1886, com 22 anos, *O Povo de Ovar* e a 9 de Outubro do mesmo ano, com seu pai e o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, outorga o *pacto de Cabanões*, rompendo com os progressistas locais, sem compromisso das suas ideias liberais. Para o combater apareceram *O Maluco da Província* (25 de Julho de 1886) e *O Arrocho* (1 de Janeiro de 1887). Escrevendo contra os progressistas é cercado, com outros, na farmácia de Isaac Júlio Fonseca da Silveira, a 8 de Novembro de 1886, e a 14 do mesmo mês, em efígie e com mais outros três cidadãos, é enforcado em frente aos Paços do Concelho.

A 4 de Agosto de 1887 dirigiu ao juiz de direito da comarca um ofício pedindo-lhe

garantias para a sua vida ameaçada e para o livre exercício dos seus direitos no desempenho do cargo de advogado.

Em 1890 iniciam-se os seus desentendimentos com os *aralistas*, vindo a formar, em 1892, com seu pai e outros, o partido denominado dos *incolores*, que governa o concelho de 1893 a 1895. Foi vice-presidente nesta Câmara, de *tendência progressista*, da qual foi o seu verdadeiro condutor.

Em 1892 é duramente atacado pela *Folha de Ovar*; a 20 de Setembro de 1893 cumprimenta o Rei D. Carlos na estação dos caminhos-de-ferro na qualidade de vice--presidente em exercício; a 14 de Dezembro deste ano toma parte na reunião do Centro Progressista de Ovar, na farmácia de Delfim José de Sousa Lamy, sendo proposto para representar, com outros, o centro de Ovar na reunião do partido em Lisboa.

Os novos Paços do Concelho, arrematados a 18 de Junho de 1893, e a venda da mata e terrenos municipais, iniciada a 6 de Agosto do mesmo ano, foram da sua responsabilidade.

Em 1893 ou 1894 tomou a direcção do semanário local *O Ovarense*, escrevendo contra os regeneradores-aralistas; a 7 de Agosto de 1893, com 29 anos, foi julgado em polícia correccional por, com outros, ter agredido o director d'*A Folha de Ovar* e pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, tendo sido condenado em quatro dias de prisão remíveis e em multa, com pena suspensa, que pela primeira vez foi aplicada na comarca.

Dr. Francisco Fragateiro. 1863-1924

A 8 de Abril de 1894 o seu escritório foi atacado à pedrada e a tiro; a 14 de Janeiro de 1900 tomou posse do cargo de *notário* de Ovar para o qual tinha sido despachado a 28 de Dezembro do ano anterior. Fez parte da Grande Comissão apresentada pelo dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, a 18 de Outubro de 1908, para a organização da Misericórdia de Ovar, tendo intervido na discussão do projecto de compromisso da irmandade.

Aderiu à República em 1910 e no ano seguinte interveio na Câmara, na controvérsia da execução da nova planta de Ovar e futuros alinhamentos. Em 1919, coloca-se ao lado dos políticos perseguidos, e, liberal em 1920, ataca *A Pátria* e os democráticos, escrevendo n'*A Defesa*, órgão dos republicanos conservadores.

Jornalista brilhante, dispondo de duas armas de combate valiosas – a graça e a ironia –, exerceu esta profissão e desafogou o seu génio deslombando nos homens que ocuparam as cadeiras do senado municipal. O seu *Povo de Ovar*, incomodativo e independente, desagradou aos políticos locais mas agradou aos seus inúmeros leitores.

O dr. Francisco Fragateiro escrevia bem e, aliás como os drs. António dos Santos Sobreira, Joaquim Soares Pinto e Pedro Chaves, falava, de improviso, com muita facilidade e elegância.

Este político, que também se dedicou à plantação da vinha, veio a falecer a 22 de Novembro de 1924, na sua casa do Mato Grosso, com 62 anos. Para o *João Semana* (de 27/11/1924), «foi uma individualidade muito notável no nosso meio, pela sua envergadura intelectual. O seu nome está ligado a uma das épocas mais notáveis da nossa vida concelhia».

Podemos dividir a vida política do dr. Francisco Fragateiro, nas seguintes fases:

Progressista anti-aralista 1885-1886
Progressista aralista 1886-1890
Progressista incolor 1890-1900
Progressista dissidente (alpoinista) 1900-1910
Republicano 1910-1919
Republicano liberal 1919-1924

A ideia de se vender o pinhal municipal, exposta em 1865 por João de Castro Corte-Real, foi defendida desde 1884 pelo *Ovarense* e desde 1886 pelo *Povo de Ovar*. Para o dr. Francisco Fragateiro, que advogara a venda da *estrumada* por grandes cortes e dentro de poucos anos, era um erro a sua conservação, dado que não dava rendimento algum ao município, acarretava todos os anos despesas consideráveis com uma fiscalização deficiente, era depreciada anualmente pelo apodrecimento das madeiras, pelo furto dos pinheiros e até pelo próprio roubo dos terrenos, e já não era necessária para anteparo das areias que se achavam estabilizadas.

A *estrumada* era assaltada quotidianamente de noite, por bandos de ladrões que viviam dos seus furtos. «Como querem que os que vão à mata trabalhem ou se sujeitem durante um dia inteiro ao trabalho, quando não ganham mais de 300 reis, se eles indo tirar um pinheiro, apenas gastarão duas ou três horas e o vendem por mais de 500 reis?», perguntava *O Ovarense* (de 2/8/1896).

A partir de 1888, o dr. Francisco Fragateiro, que primitivamente pugnara pela venda simples dos terrenos, principiou a defender o *aforamento sistemático dos baldios*, estabelecendo os três ares como limite máximo para evitar a grande acumulação da propriedade. Lembrava, para este efeito, os terrenos situados a poente do Carregal.

O Ovarense aplaudia sem reserva o *aforamento* dos baldios municipais, argumentando que valorizava uma grande área de terreno inculto, que era um rendimento

importante para o município, que era um manancial de trabalho, que decrescia as despesas camarárias dada a desnecessidade dos guardas, que fixava as areias que prejudicavam a viação para o Furadouro e que em alguns anos obrigavam a Câmara a despender verbas com o desaterro da estrada, e, finalmente, que aumentava a riqueza municipal com a cultura dos terrenos.

As duas primeiras Câmaras *progressistas* das presidências do dr. António Pereira da Cunha e Costa (1887-1889) e de António Soares Pinto (1890-1892), com receio da classe piscatória, não tiveram coragem para iniciar a venda do pinhal de Ovar. Esta iniciou-se com a Câmara dos *incolores*, presidida pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente, cabendo ao seu vice-presidente, dr. Francisco Fragateiro, a responsabilidade moral e efectiva dos primeiros cortes de lenha. E a 6 de Agosto de 1893 foi vendido o primeiro talhão da *estrumada*.

Contra esta primeira venda representaram ao Rei doze cidadãos ovarenses, entre os quais o dr. Eduardo Augusto Chaves, ex-secretário da Câmara. A 7 de Outubro de 1893, a Câmara dirige-se ao Rei repelindo as acusações da representação, alegando que era falso que tivesse vendido a mais extensa e melhor parte da mata (a venda tinha-se limitado a uma área que devia representar 1/40 da mata, circunscrevendo-se à parte mais rareada de pinheiros, quase todos podres e mais expostos ao furto), e acrescentando que a venda só tinha aumentado a riqueza do município que via os seus bens depriciarem-se pela acção do tempo e dos furtos.

A Câmara dos *incolores* apurou cerca de 4.000$000 reis com a venda dos terrenos que marginam a estrada do Carregal ao Furadouro e outros 4.000$000 com a venda dos pinheiros desde a Cova do Frade até ao Carregal. Acusada de vendas ilegais de terrenos da mata municipal, a Câmara foi objecto de sindicâncias.

A Câmara foi atacada por não ter publicado anúncios suficientes, nos semanários de Ovar e por editais nas freguesias do concelho; por ter arrematado em épocas inconvenientes; por não ter procedido a avaliações prévias; por não ter marcado uma base para a licitação, vendendo a todo o preço oferecido; por não lavrar autos de arrematação, por permitir aos arrematantes que não entrassem com o dinheiro devido nos cofres; e por ter feito cortes rasos e seguidos nos pinheiros em vez de fazer mondas.

A Câmara *progressista* da presidência de António Soares Pinto (1899-1900), deu um grande passo em frente na venda do pinhal de Ovar. Assim, no ano de 1899, na sessão camarária de 27 de Fevereiro, deliberou o aforamento do *maninho da Pardala*, uma pequena faixa de terreno a nascente da via férrea e próximo da estrada que liga Ovar a Esmoriz, pouco produtivo, inculto e que estava a ser apropriado pelos confinantes, e das *praias do Cais e do Carregal*.

A comissão distrital aprovou este aforamento a 24 de Março e na sessão camarária de 15 de Maio foi designado o dia 25 de Junho para a arrematação da desamortização por meio de aforamento *dos terrenos ao nascente da estrada que vai para Maceda*, com a área de 254.144 m^2, ou sejam 322 alqueires de semeadura da antiga medida, terrenos divididos em 23 glebas de diferente extensão; *da praia do cais da Ribeira*, com a área de 30.000 m^2, ou sejam 38 alqueires da antiga medida, em uma só gleba; e da *praia do Carregal*, parte ao nascente e parte ao poente da folsa, com a área aproximada de 25.000 m^2, ou sejam 32 alqueires da antiga medida.

Na sessão de 1 de Maio a Câmara deliberou o aforamento *do maninho situado ao sul da estrada municipal do Furadouro*, do *maninho* denominado o *Monte Sobreiro*, de outro denominado *da Senhora da Graça*, situado entre os rios da Graça e das Luzes. Este aforamento foi aprovado pela comissão distrital de 26 de Maio.

Na sessão de 29 de Maio deliberou o aforamento de uma faixa de terreno baldio denominado o *maninho do Mourão*, situado na freguesia de Válega e de outro sito no *Largo do Mártir S. Sebastião*, que corria paralelamente à linha férrea.

A comissão distrital aprovou estes aforamentos a 7 de Julho. O aforamento do baldio municipal do Largo do Mártir S. Sebastião levantou reclamações do dr. Manuel de Oliveira Arala e de Rita Estevão Arala, cabeça de casal por óbito de seu pai dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, que na sessão de 23 de Outubro de 1899 apresentaram requerimentos pedindo a suspensão da sua arrematação, resolvendo a Câmara não tomar conhecimento dos mesmos.

A 30 de Julho de 1900 foi proferida sentença, no processo de reclamação, pelo juiz auditor do contencioso administrativo do distrito de Aveiro, declarando nulos os aforamentos respeitantes aos terrenos ao nascente da estrada que dá acesso à estação dos caminhos-de-ferro, no Largo do Mártir S. Sebastião.

A Discussão afirmou, então, peremptoriamente, ter-se tratado de uma vingança política, porquanto em Ovar todos sabiam que tais terrenos não eram baldios mas pertença dos reclamantes, dr. Manuel Arala e herdeiros do dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, e ainda de Joaquim Ferreira da Silva. Este semanário regenerador, a 3 de Fevereiro de 1901, noticiava que este Joaquim Ferreira da Silva, de Ovar, tinha vencido no Supremo Tribunal Administrativo o recurso interposto pela Câmara sobre os terrenos da Estação.

Finalmente, a 6 de Agosto de 1899, foi aforado pela Câmara o coradouro das Pontes, dividido em 20 glebas.

O semanário local regenerador, *A Discussão*, criticou o aforamento dos terrenos junto ao Casal e às pontes da Graça, dado que a quase totalidade das lavadeiras e muitos particulares faziam aí a lavagem das roupas, porquanto a água permitia-lhes quase sempre o assentamento de tripeças no leito do rio para lavarem de pé, encontrando à mão de semear os coradouros públicos. Em 1899 foram derrubados pelos arrematantes os eucaliptos e choupos que orlavam a margem sul da estrada da Graça entre as duas pontes.

Com a Câmara *regeneradora* da presidência do dr. António dos Santos Sobreira (1902-1904), surge um facto novo na política local: os *neo-aralistas*, sucessores das Câmaras aralistas que tinham defendido ardorosamente a manutenção da estrumada, não só tratam de aforar o resto do pinhal, como defendem com entusiasmo essa atitude, alegando que só tinham combatido as vendas da mata e dos terrenos municipais pela maneira vergonhosa como elas se fizeram.

A Câmara deliberou aforar, segundo *A Discussão* (de 18/5/1902), «uma grande porção de terreno que fica para norte de uma linha recta tirada pelo antigo caminho do Lamarão indo bater no último palheiro do norte do Furadouro» e «todos os terrenos a poente e ao longo da via férrea a principiar na Ponte Reada em direcção ao norte até Olho Marinho».

Em 1905 a Câmara *progressista* presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto decide, na sessão de 17 de Maio, desamortizar, por meio de aforamentos em glebas, os terrenos do *lado norte da estrada do Furadouro*, o que foi aprovado pela comissão distrital de 7 de Junho. A deliberação é agora louvada pelos regeneradores, dado terem sido abatidos os pinheiros, ser difícil a sua replantação a cargo do município e dispendiosa a sua guarda. Na sessão camarária de 3 de Outubro do mesmo ano decidiu-se continuar com o aforamento dos terrenos municipais do lado norte da estrada de Ovar ao Furadouro, tendo sido aforadas glebas da *Mata da Bicha* e *Focinho de Cão*.

Datas dos principais aforamentos do pinhal de Ovar

Prazos	Datas
Pardala	25-6-1899
Cais da Ribeira (norte)	25-6-1899
Carregal (nascente)	25-6-1899
Carregal (poente)	25-6-1899
Coradouro das Pontes	6-8-1899
Sul da estrada do Furadouro	20-8-1899
Monte Sobreiro	-1899
Senhora da Graça	-1899
Largo de S. Sebastião	-1899
Ponte Reada	-1902
Focos (Salgueiral de Cima)	-1902
S. Silvestre	-1904
Norte da estrada do Furadouro (Mata da Bicha e Focinho de Cão)	-1905/1906

De 20 de Março de 1899 a 1946 sucedem-se as escrituras de *remissão de foros* das várias glebas dos prazos:

Prazos	Datas da remissão de foros
Sul da estrada do Furadouro	1902-1918
Senhora da Graça	1904-1921
Pardala	1906-1920
Norte da estrada do Furadouro	1906-1925
S. Silvestre	1918-1924
Praia do Carregal	1918
Carregal do Norte	1921
Forno de Cal	1921

A Câmara regeneradora da presidência do dr. António dos Santos Sobreira, que governou Ovar no triénio de 1902-1904, levou a cabo 15 remissões de foros no valor de 8.103$100 reis. Designadamente a Maria Rita e Maria Adelaide Estevão Arala, João Pacheco Polónia, João Fragateiro de Pinho Branco e Afonso José Martins.

Vendida e aforada, a mata municipal, orgulho de Ovar e do seu povo, com um mínimo de dois séculos de existência, terminou os seus dias, pouco a pouco, no espaço de 13 anos (1893-1906)!

Em 1912, o agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO informava («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11 ano, n.º 5) que os «terrenos aforados, os situados a poente e sul da estrada de Ovar ao Furadouro estão uns, novamente ocupados de pinhal, outros transformados em vinhas de fraca produção; os situados ao norte da freguesia continuam de pinhal. Os pinhais da freguesia, incluindo os aforados e não aforados, revestem uma superfície de 3.200 hectares e são eles que obstam principalmente ao lento caminhar das areias sobre a vila de Ovar».

O Povo de Ovar, de 15 de Maio de 1930, afirmava que tinha sido um erro o aforamento da mata municipal, por causa da invasão das areias e ventos nortes que, por falta de arvoredo, castigavam fortemente Ovar. O governo ou a Câmara, concluía o semanário, tinham forçosamente de tomar, um dia, novamente conta das matas.

Em 1887 *O Povo de Ovar* descrevia os Paços do Concelho como um edifício velho, carecendo de melhores disposições internas. embora vasto e assente numa arcada de pedra e cantaria; o tribunal, neles incluído, estava a cair aos pedaços, esburacado, sujeito por péssima vedação à chuva e ao vento, tendo um gabinete, verdadeiro cubículo onde apenas cabiam cinco cadeiras, comum para o juiz, delegado, advogados e escrivães, e uma sala também comum para as testemunhas e jurados.

A Câmara *progressista*, presidida pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, na sessão de 16 de Agosto de 1888, decidiu autorizar o Presidente a contratar com um arquitecto a elaboração dum projecto e orçamento para uns novos Paços Municipais; em 1891 a Câmara *progressista* da presidência de António Soares Pinto pagava 200$000 reis pela planta, aprovada na sessão de 9 de Maio de 1892, com o seu orçamento montando a 23.500$000 reis.

Para *O Povo de Ovar* (de 29 de Novembro de 1891), «a nova planta dos paços do concelho foi criticada por quase todos os vereadores que se insurgiram contra a ideia de acabar com o sistema de arcaria. Impressionava os vereadores a vulgaridade do aspecto da nova planta, como ainda a falta, que as arcadas fazem ao comércio de panos em tendas.

Efectivamente a arcaria tem grandes vantagens, afora a sumptuosidade que dá ao edifício. No tempo de inverno é um bom resguardo e sustenta as praças. Mas tem grandes inconvenientes: torna as cadeias lôbregas e frigidíssimas, ocupa um grande espaço, tolhendo as acomodações do edifício».

Será a Câmara dos *incolores* que resolverá o candente problema dos Paços do Concelho. Chamando a si as responsabilidades pelos novos Paços Municipais, o seu vice-presidente dr. Francisco Fragateiro conseguiu que a Câmara pusesse de parte a planta já aprovada, por ser demasiado cara, e procedesse a amplas reparações no edifício,

fazendo-se novas disposições internas no primeiro andar e aproveitando-se parte do rés-do-chão para repartições. E isto atendendo a que o edifício não estava em boas condições internas para o serviço a que era destinado, contudo as suas paredes exteriores, arcada e abóbodas, conservavam-se em estado de aguentar quaisquer reparações. Estas ideias foram concretizadas na proposta apresentada pelo Presidente da Câmara e aprovada, por maioria, na sessão de 24 de Janeiro de 1893.

A 18 de Junho de 1893 são arrematados os Paços do Concelho por 17.895$500 reis, com a condição de serem entregues à Câmara no prazo de cinco anos e de o arrematante trazer empregadas no serviço da obra, diariamente, quinze pessoas. Foi arrematante, entre 47 concorrentes, Manuel Joaquim da Silva Valente.

A 8 de Julho, quando se procedia à demolição da parede sul dos Paços do Concelho, caiu um pano da mesma sobre a abóboda interior dos arcos abatendo esta e impelindo uma grande parte da parede fronteira à Praça; os arcos do sul abateram também e o desmoronamento produziu um ruído enorme, ouvido em grande parte de Ovar, acorrendo à Praça muita gente.

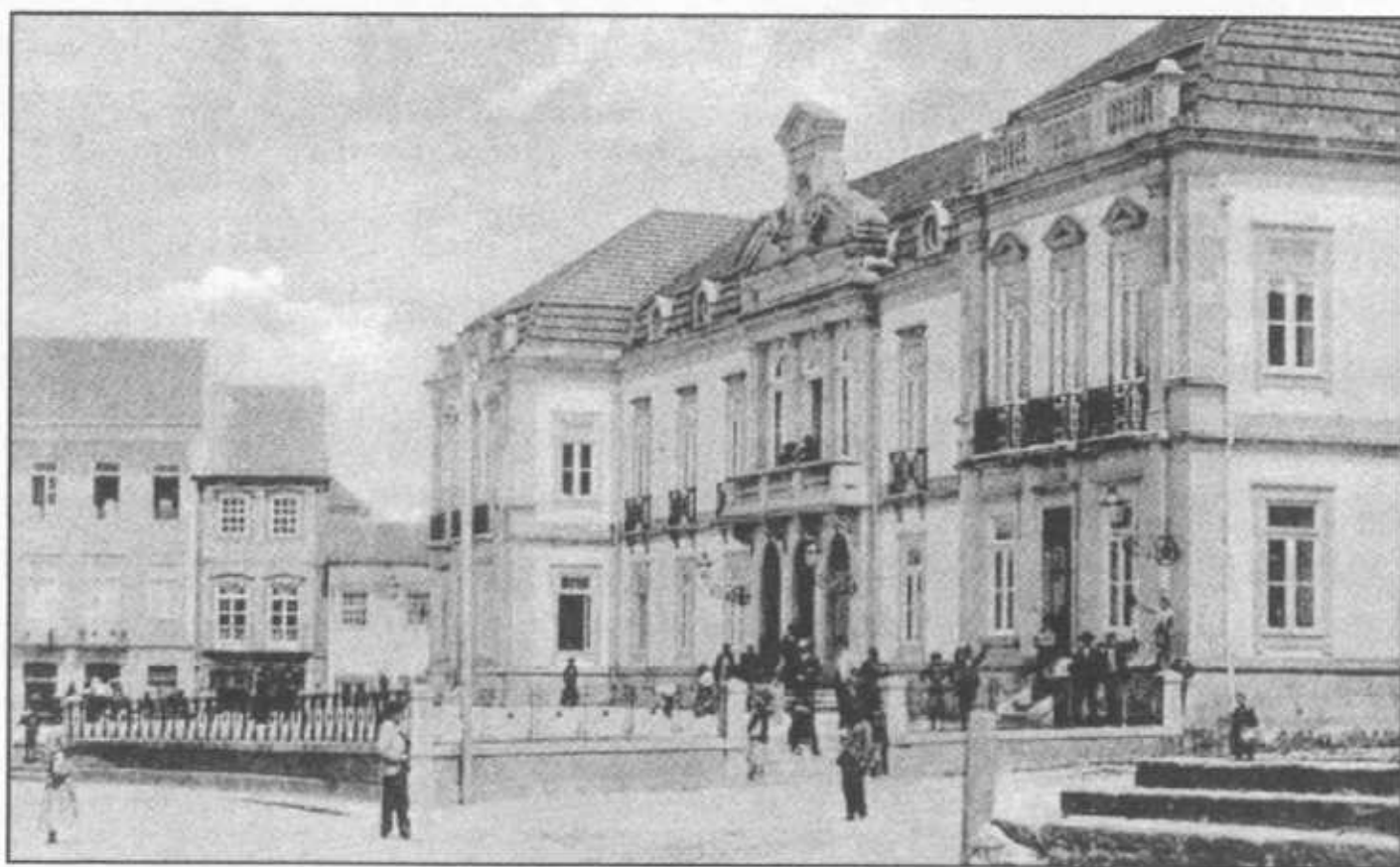
A Câmara resolveu, então, mudar-se, com o tribunal e outras repartições, para os fundos do hospital, no Largo de S. Pedro.

Em Novembro principiaram os alicerces e a 12 de Janeiro de 1894 colocou-se a soleira; em 1897 estava completa a fachada mas só em 1899 foi instalada a Repartição da Fazenda, ocupando os baixos do torreão sul. Desde Janeiro de 1900 já funcionavam no novo edifício o tribunal, a Administração e aquela Repartição de Fazenda, e a 22 de Outubro desse ano, lavrou-se auto de vistoria de recepção definitiva da obra (vistoria feita pelo eng.º Sebastião d'Azevedo Lobo).

Os novos Paços do Concelho (1893-1900).

O preço dos novos Paços do Concelho, que a *oposição regeneradora* apelidou de *hotel, casarão do monóculo, galinheiro*, a *grande loba* dos dinheiros municipais, atingiu o total de 22.485$140 reis. A arrematação do mobiliário foi levada a cabo a 18 de Junho de 1899, tendo sido arrematante, por 900$000 reis, José Tavares da Silva.

A 8 de Julho de 1893, dia em que se verificou o desmoronamento já referido, o juiz dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro, por edital, informava o povo de Ovar que, em virtude da demolição dos Paços do Concelho, desde esse dia deixava de funcionar aí o tribunal, passando a justiça a ser feita nos fundos do hospital, destinados provisoriamente para a Câmara e tribunal.

Porém, a 19 de Dezembro de 1895, o juiz dr. António Joaquim Lopes da Silva, contra a vontade da Câmara *progressista* presidida pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente, mudou o tribunal para os altos da casa do padeiro Joaquim Mendes de Vasconcelos, o Joaquim *da Fábrica*, localizada na Rua dos Campos. Para o juiz, o tribunal funcionava num pardieiro, sem segurança, capacidade, condições higiénicas, numa situação insuportável.

Os novos Paços do Concelho (1893-1900).

A Câmara queixou-se ao Ministro da Justiça e o Presidente da Relação do Porto mandou suspender a remoção do tribunal e proceder a vistoria. O juiz, porém, respondeu que já não podia suspender a remoção, dado esta já estar realizada. E, deste modo, o tribunal funcionou, de 19 de Dezembro de 1895 a 27 de Outubro de 1899, na Rua dos Campos, tendo a nova Câmara *progressista*, a 8 de Setembro de 1896, legalizado a situação arrendando o 1.º andar da casa ao seu proprietário. O prédio onde esteve instalado o tribunal veio a pertencer a Manuel Bonifácio e, posteriormente, a António Bonifácio.

A sala de audiências do novo tribunal inaugurou-se, a 27 de Outubro de 1899, com uma audiência geral presidida pelo juiz dr. Francisco Augusto da Silva Leal, estando a acusação entregue ao subdelegado dr. Pedro Chaves e a defesa ao dr. Joaquim Soares Pinto. No processo, que corria pelo 5.º ofício do escrivão Ângelo Zagalo Lima, o réu José Maria Correia da Cruz, o *Maneta*, lavrador, de Cimo de Vila, acusado de homicídio frustrado, foi condenado em 12 meses de prisão correccional. E isto dado que o júri deu como não provado o crime de que era acusado e provado o de ferimentos com arma de fogo, sem intenção de matar.

A Repartição da Fazenda até 1893 achava-se localizada no edifício dos Paços do Concelho. Nesse ano, por motivo de obras, foi transferida para os baixos do hospital camarário, donde regressou em 1899 aos novos Paços do Concelho, ocupando o rés-do-chão do torreão sul.

Na sessão de 19 de Julho de 1968 a Câmara arrendou um prédio no Largo Mousinho de Albuquerque para instalação provisória da Repartição de Finanças, pela renda anual de 50.000$00, com início a 1 desse mesmo mês. Como o prédio fosse pertença do vereador Manuel Dias de Resende teve a sanção da Direcção de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, dado o contrato ter sido tratado, verbalmente, antes do senhorio ter sido eleito vereador. Após as obras de adaptação do prédio, a Repartição de Finanças, de 17 a 18 de Setembro de 1969, mudou para o Largo de S. Tomé.

A 2 de Fevereiro de 1971 foi lavrada escritura de empreitada da instalação da Repartição de Finanças e da Tesouraria da Fazenda Pública, por 472.000$00, entre a Câmara e o empreiteiro Carlos de Sá Martins, de Lisboa, e a 21 de Novembro do mesmo ano, realizadas as obras, aquelas repartições voltaram novamente para o rés-do-chão dos Paços do Concelho.

A 5 de Dezembro de 1989, foram inauguradas as novas instalações da 1.ª Repartição de Finanças do Concelho de Ovar, no Largo Almeida Garrett, com a presença do Director-Geral das Contribuições e Impostos. A repartição acha-se instalada num prédio do lado norte do largo, edificado em terreno que foi de Maria Norberta Teles da Silva Peixoto e marido José Jacinto Figueiras.

Localização da Repartição de Finanças e da Tesouraria:

Nos Paços do Concelho .... até 1893
No hospital camarário (rés-do-chão) 1893-1899
Nos Paços do Concelho (rés-do-chão) 1899-1969
No Largo Mousinho de Albuquerque 1969-1971
Nos Paços do Concelho (rés-do-chão) 1971-1989
No Largo Almeida Garrett .... desde 1989

A Repartição de Finanças que, em Agosto de 1897, por licença de um funcionário e transferência de outro, chegou a ter um único empregado – o escriturário Abel Narciso da Costa Lamy –, embora fosse no distrito uma das que tinha mais serviço, foi elevada à 1.ª classe pela portaria n.º 23.472, de 10 de Julho de 1968, com 19 funcionários. Por esta portaria, somente as repartições de Aveiro, Ovar e Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro, são de 1.ª classe.

Chefes da Repartição de Finanças do concelho de Ovar desde 1900

1. António Eduardo de Sousa
2. António da Costa Pereira (19/7/1905)
3. Francisco Joaquim Nogueira Júnior (10/3/1906)
4. António Eduardo de Sousa (4/5/1912)

5. António de Castro Corte-Real (8/9/1915)
6. Joaquim Ferreira de Oliveira (28/10/1920)
7. Júlio Cândido Furtado de Assis (30/11/1932)
8. Joaquim Ferreira de Oliveira (5/11/1923)
9. Eduardo Pinto de Miranda (6/6/1925)
10. Gaudêncio de Sousa Leite (27/2/1930)
11. Dossi Cabral (22/3/1930)
12. Eduardo Pinto de Miranda (21/7/1930)
13. José Manuel Pereira de Oliveira (25/2/1932)
14. Joaquim Augusto Almeida e Silva (24/11/1934)
15. Rosalino da Trindade Almeida (1/7/1936)
16. António Carvalho de Moura (21/8/1937)
17. João Eduardo Lomelino Vitor (31/12/1945)
18. Artur Óscar de Aguiar Álvaro (31/5/1947)
19. Alberto Martins Monteiro (11/7/1953)
20. Porfírio Delgado (19/1/1956)
21. Luís Henriques (11/2/1961)
22. Luís da Cunha Peixoto (4/8/1967)
23. José Agostinho Barreto de Figueiredo (30/10/1978)
24. João da Cunha Moreira (28/7/1982 - Novembro de 1985)
25. Armando Carneiro da Costa (Novembro de 1985 - 22/5/1987). *Interino.*
26. Daniel Ferreira Dias (22/5/1987-31/12/1995)
27. Armando Carneiro da Costa (desde 1/1/1996)

A portaria n.º 267/83, de 9 de Março de 1983, dividiu o concelho de Ovar em duas Repartições de Finanças; e um despacho de 14 de Abril desse ano fixou a 2.ª Repartição de Finanças em Esmoriz, o que ocasionou distúrbios na freguesia vizinha de Cortegaça.

A 3 de Agosto de 1984 teve lugar a inauguração oficial, em Esmoriz, da 2.ª Repartição de Finanças e da 2.ª Tesouraria da Fazenda Pública do concelho de Ovar.

Em 1899 estavam em reclamação as novas *matrizes prediais*. Segundo PLÁCIDO AUGUSTO VEIGA, na *Mala da Europa*, de 13 de Novembro desse ano, «a matriz predial deste concelho está uma verdadeira embrulhada. As informações e as avaliações fiscais fizeram-se ninguém sabe como, e há louvados que entraram nesse serviço que nem sequer sabem explicar o que fizeram. Prédios há que figuram com cinco e seis nomes, e além disto retalharam-nos e passaram-nos de indivíduos para indivíduos».

Em 1929 «em Ovar só há a matriz predial urbana. A matriz rústica não existe. Ou se existem alguns esfarrapados restos é tal o seu estado caótico que difícil, senão impossível, é fazer-se uma identificação. Há muitos anos que se trabalha em Ovar na organização das matrizes. A urbana conseguiu-se pôr em vigor num período regular. Mas o serviço da matriz rústica vem-se arrastando, arrastando, há tanto tempo que parece interminável. Os trabalhos de avaliação para a matriz predial rústica estão feitos em todo o concelho, faltando somente a freguesia de Esmoriz» (*O Povo de Ovar*, de 26 de Junho de 1929). Em 1931, o *João Semana* criticava duramente as matrizes

em reclamação: os cadernos das matrizes do concelho são um caos, havendo prédios que tendo a área de 800 metros aí figuram com 5.000! e nas Repartições de Finanças – em algumas – pede-se 50$00 para se fazer um requerimento; o serviço da organização da matriz foi feito sem consciência, à toa, sem cuidado. Em Junho de 1970 iniciou-se a avaliação geral da propriedade rústica em todo o concelho, com a finalidade de organizar as novas matrizes que vieram a entrar em vigor a 1 de Julho de 1972.

Desde 1600, pelo menos, até 1792 as enxovias do concelho situavam-se, com o senado da câmara, numa pequena casa de sobrado a um canto da primitiva Praça.

Após a construção dos novos Paços do Concelho (1786-1792), as enxovias ficaram nele situadas na parte norte, debaixo da arcada.

Em 1846 deu brado em Ovar o arrombamento da cadeia das mulhere na noite de 5 para 6 de Janeiro. A 14 de Setembro de 1867 foi colocada uma grade de ferro em frente à cadeia.

A 8 de Julho de 1893 verificou-se o desmoronamento na parte sul dos Paços do Concelho, quando se procedia à sua reconstrução, o que ocasionou a transferência a 2 de Agosto desse ano dos presos que nele se encontravam para o que restava do edifício camarário do extinto concelho de Pereira Jusã, pardieiro velho e imundo nas mais precárias condições de higiene. E, como na reconstrução dos Paços do Concelho não se tivessem feito cadeias, o velho edifício de Válega serviu para tal fim durante 17 anos!

Durante esse período de tempo os oficiais da Administração do Concelho e os do tribunal judicial tinham de percorrer 20 quilómetros todas as vezes que era necessário o comparecimento na Administração ou tribunal de qualquer indiciado ou réu, dado que a cadeia estava localizada a 5 quilómetros da sede da comarca:

– de Ovar a Pereira Jusã para trazer o preso .... 5 quilómetros
– de Pereira Jusã a Ovar (regresso) .... 5 quilómetros
– de Ovar a Pereira Jusã para levar o preso .... 5 quilómetros
– de Pereira Jusã a Ovar (novo regresso) .... 5 quilómetros

20 quilómetros

Como a cadeia de Pereira Jusã não era segura, muitos dos presos, para evitar fugas, eram removidos para as cadeias da Relação do Porto. A situação era tão deplorável que os próprios magistrados furtavam-se, tanto quanto podiam, à condenação dos réus em prisão!

Família distinta ovarense, a *Família Fragateiro* (Pinho Branco) aportou na Régua, nas primeiras décadas do século XIX, e daí foi estabelecer-se no Pinhão e na freguesia de Cambres, concelho de Lamego (João de Araújo Correia, *Palavras fora da boca*, 1972).

A Família Fragateiro descende de Manuel de Pinho Branco, que casou com Agostinha Gomes.

O filho deste casal, José de Pinho Branco, da Rua da Oliveirinha, casou com Tomásia Lopes, filha de Dionísio de Oliveira Dicho e de Ana Lopes, da Rua dos Lavradores.

Manuel de Pinho Branco, negociante, natural da Régua, filho do casal José/To-

másia, casou a 25 de Maio de 1816 com Maria Gomes Fragateiro, que também usava o nome de Maria de Oliveira Gomes, negociante, filha de António Ferreira da Silva e de Teresa de Oliveira Gomes, da Rua Nova do Outeiro, neta paterna de Francisco Ferreira da Silva e de Maria de Oliveira Gomes, e neta materna de Francisco de Oliveira Caranguejo e de Maria de Oliveira Gomes, da Rua Nova do Outeiro.

Filhos do casal Manuel/Maria:

– Ana Gomes Fragateiro, que casou com Francisco da Silva Bonifácio, filho de Bonifácio da Silva e de Maria da Silva Biscaia, e faleceu com 90 anos, a 26 de Dezembro de 1905.

– João Fragateiro de Pinho Branco, que nasceu na Régua, a 13 de Dezembro de 1829, casou com Ana Maria de Jesus Fragateiro, e faleceu na Rua João de Deus, a 14 de Dezembro de 1920. Sua mulher, filha de José dos Santos Ala e de Antónia Maria de Jesus, negociantes, nasceu a 8 de Dezembro de 1833 e faleceu, na Rua das Ribas, a 17 de Janeiro de 1901.

Filhos do casal João/Ana Maria foram: – Abel Fragateiro de Pinho Branco, que nasceu a 19 de Maio de 1876 na Rua das Ribas, e faleceu, em 1900, em S. Tomé e Príncipe (este Abel, com seu irmão Manuel Maria, por escritura pública de 20 de Maio de 1897, lavrada nas notas do tabelião Gentil, da Ilha do Príncipe, constitui a firma comercial *Fragateiro & Fragateiro*); – António Augusto Fragateiro, que nasceu a 16 de Outubro de 1871, e casou com Ana (filhos: António Augusto, Maria Alice e Maria Emília); – Manuel Maria Fragateiro de Pinho Branco, que faleceu, em 1900, em S. Tomé e Príncipe; – Maria Emília, que faleceu solteira, a 12 de Outubro de 1938, com 71 anos; – Maria José Fragateiro, que casou com Nicolau da Silva Fragateiro, e faleceu, com 84 anos, em 1939 (filha: Maria Emília de Jesus Fragateiro Sena Lopes, natural de Gouvães do Douro, Sabrosa, que casou, em 1907, com o coronel Bernardino Sena Lopes, que nasceu na Cedofeita, no Porto, em 1880 e faleceu em 1958, tendo sido comandante, desde 1917, do 3.° batalhão de infantaria n.° 24, o *batalhão de Ovar*); – Rosa de Jesus Fragateiro Soares, que casou com António Soares da Fonseca, e faleceu, com 94 anos, a 28 de Dezembro de 1963; seu marido, filho de Manuel da Fonseca Soares e de Rosa Pereira dos Santos, que faleceu, com 78 anos, a 8 de Março de 1953, era irmão de Monsenhor Fonseca Soares, pároco-fundador da paróquia do Santíssimo Sacramento, no Porto, e de Manuel Fonseca Soares, negociante de pescado e abastado proprietário (Filhos deste casal: – Benilde Fragateiro Soares de Sousa, que casou com Eduardo Augusto de Sousa e faleceu, com 79 anos, a 8 de Janeiro de 1986; Maria Fragateiro Soares, que casou com José Leite e faleceu a 8 de Abril de 1965; e Rosa de Jesus Fragateiro Soares, que casou com Alfredo Alves (†2000, com 89 anos), faleceu a 15 de Agosto de 1996, e cuja filha, Rosa Estela Fragateiro Alves Soares, casou com Óscar Teixeira Soares, de quem teve um único filho, o dr. Jorge Manuel Alves Teixeira Soares, que casou, por sua vez, com a dr.ª Maria João Gracias Vieira Pinho).

– José Fragateiro de Pinho Branco, que também nasceu em Peso da Régua, a 9 de Outubro de 1831, e casou com Maria Rosa Correia dos Santos (†1905, com 65 anos), filha de Francisco Ferreira Torres e de Maria Correia dos Santos, esta natural de Arada, neta paterna de António Ferreira Torres e de Ana de Sousa e neta materna de António Rodrigues Ferreira Prôas e de Joana Correia dos Santos.

A 3 de Junho de 1885 tomou parte na reunião do Carril, na qual foi eleito chefe dos progressistas locais o dr. António Pereira da Cunha e Costa; a 9 de Outubro de 1886, pelo denominado *pacto de Cabanões*, uniu-se com seu filho, o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, ao dr. Manuel Arala; a 14 de Novembro desse ano foi enforcado em efígie, com outros, em frente aos Paços do Concelho; em 1890, com aquele seu filho, formou um novo grupo político, que os adversários denominaram de *incolor*; em 1894, em sua casa, reuniu-se o *centro progressista de Ovar*, presidido pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa; e, a 8 de Abril desse ano, foram danificadas as suas quatro casas da Rua dos Ferradores.

Proprietário, desde 13 de Junho de 1871, da companha de pesca *Senhora da Saúde*, veio a falecer com 74 anos, a 21 de Dezembro de 1904.

Filhos do casal José/Maria Rosa:

– Emília dos Santos Fragateiro (1874-1943, com 68 anos).

– Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, que nasceu a 27 de Setembro de 1863, formando-se em direito (1885). Advogado, fundou a 25 de Junho de 1886 *O Povo de Ovar*, e, a 9 de Outubro do mesmo ano, com seu pai e o dr. Manuel Arala, outorga o *Pacto de Cabanões*. Em 1892, com outros, formou o partido denominado dos *incolores*, que governou o concelho de 1893 a 1895. Foi vice-presidente nesta câmara, de *tendência progressista*, da qual foi o seu verdadeiro condutor.

Os novos Paços do Concelho, arrematados a 18 de Junho de 1893, e a venda da mata e terrenos municipais, inciada a 6 de Agosto do mesmo ano, foram da sua responsabilidade

Em 1893 ou 1894, tomou a direcção do semanário local *O Ovarense*.

A 18 de Abril de 1894, o seu escritório foi atacado à pedrada e a tiro; a 14 de Janeiro de 1900 tomou posse do cargo de *notário* de Ovar.

Este político, que também foi Administrador do Concelho (1890), morreu com 62 anos, a 22 de Novembro de 1924.

A filha do dr. Francisco Fragateiro, Manuela Fragateiro de Pinho Branco (†1948, com 51 anos), casou (1916) com Francisco de Oliveira Belo (1889-1951, com 62 anos), filho de José Fernandes Sousa Vilas e de Maria da Silva Natária.

– Maria Augusta dos Santos Fragateiro (†1930, com 68 anos).

– Rosa dos Santos Fragateiro (1869-1949, com 78 anos), que casou (1900) com Francisco de Matos (1869-1962, com 92 anos), filho de José de Matos e de Margarida Correia dos Santos, neto paterno de Francisco de Matos e de Joana Nunes, e neto materno de Francisco Ferreira Torres e de Maria Correia dos Santos.

O casal Francisco de Matos/Rosa dos Santos Fragateiro, teve três filhos: – José Fragateiro Matos (1907-1953, com 45 anos); Maria Celeste Matos de Sousa Lamy (1905-1969, com 64 anos), que casou (1926) com o médico dr. José Eduardo de Sousa Lamy, que foi *Presidente da Câmara Municipal* (1954-1959); e Maria Fausta Fragateiro Matos (1916-1991), que casou (1945) com Carlos Soares Ferreira Malaquias.

– Dr. Arnaldo Fragateiro de Pinho Branco, que se formou em direito (1897), e casou com Romana Perpétua Macedo Fragateiro, ou Romana Perpétua Fialho Macedo Fragateiro († no Porto, em 1952, com 56 anos), filha de Francisco Fialho Macedo Batalha e de Maria Perpétua Fialho Macedo, neta materna de Pedro Fialho Tôjo, natural

de Amieira, Portel, e de Perpétua Júlia, natural de Monte de Trigo, Portel. Veio a falecer, juiz de direito, em Santarém, em Março de 1942.

Filhos do casal dr. Arnaldo/Romana Perpétua: – Arnaldo Macedo Fragateiro (1913-1987), que casou (1950, Vermoim, Vila Nova de Famalicão) com Ana da Glória Aguiar Branco dos Santos Nogueira Fragateiro, de Montalegre.

Dr. Arnaldo Fragateiro.

– Maria Eduarda Macedo (†1945, com 20 anos).

– Maria Manuela Macedo Fragateiro Batalha de Aragão, que nasceu em S. Pedro, Funchal, e casou com José Augusto Batalha de Aragão, de Lisboa.

– Maria de Lurdes Macedo Fragateiro Godinho, que nasceu em Marvila, Santarém, e casou com Martin Godinho de Almeida (Válega, 1918-Ovar, 1988), que foi vereador *socialista* na Câmara da presidência do dr. Manuel Fernandes da Silva (1980-1982).

– Romana da Conceição Macedo Fragateiro Ginestal Machado (1947-1987), que nasceu em Portel e casou (1947) com Armando de Almeida Ginestal Machado (†1991, no Porto), natural de Santarém, filho do dr. António Ginestal Machado (1874-1940), que foi reitor do Liceu desta cidade e Presidente (e Ministro do Interior) do ministério nacionalista que governou o País de 15 de Novembro a 17 de Dezembro de 1923, chefe do partido nacionalista, unionista com Brito Camacho, e um dos fundadores do partido liberal. O dr. Ginestal Machado «gozava do maior prestígio pela sua cultura, modéstia e afabilidade, além da honradez pessoal e de sentido de tolerância que nele constituíram uma norma de vida» (JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, vol. XI). Seu filho, aquele Armando, foi o «pai» dos Museus da C.P.

O filho deste casal, o arquitecto António José Fragateiro Ginestal Machado, casou (1973, Estarreja) com Isabel Maria Antunes da Cunha Torres Ginestal Machado. Desde 1985, tem desenvolvido a sua actividade na área imobiliária, designadamente em Ovar (O Pátio do Marquês e o Condomínio Fechado do Carregal).

– Dr. José Macedo Fragateiro (Portel, 1918 - Ovar, 1991), que casou em 1948, na igreja de S. José, da cidade de Lisboa, com a dr.ª Laura Emília Alves Macedo Fragateiro.

Preso político no Estado Novo, aquando do *25 de Abril* de 1974 organizou em Ovar a secção do partido socialista.

Foi Presidente da Junta de Turismo do Furadouro (1974-1977), vereador *socialista* na Câmara presidida pelo dr. Manuel Fernandes da Silva (1980-1982), e representou o círculo de Aveiro, na Assembleia da República, em 1979, substituindo os deputados socialistas dr. Mário Cal Brandão e Vital Rodrigues.

Dirigiu a Escola Secundária n.º 1, que viria a ter o seu nome, durante 11 anos, vindo a falecer a 18 de Novembro de 1991.

Filhos do casal dr. José/dr.ª Laura:

– Dr.ª Maria Romana Alves Macedo Fragateiro, que casou com o médico dr. Arlindo da Cunha.

– José Eduardo Alves Fragateiro, que nasceu em S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, a 15 de Janeiro de 1949, e casou (1977) na igreja matriz de Ovar com Maria de Fátima Pereira Pinto Fragateiro, filha de Eduardo Valente da Silva Pinto e de Celeste Pereira Pinto.

Foi um dos 14 camaradas da comissão de arranque da secção concelhia do P. S., a 20 de Agosto de 1974, e foi vereador *socialista* na Câmara presidida por José Augusto Pinheiro Guedes da Costa (1990-1993).

Aveiro, 1998 – Professor José Eduardo Fragateiro, Adjunto do Governador Civil do Distrito.

O quarto mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (1894) – o ataque às casas da Família Fragateiro, e os tumultos na Igreja de Válega. Os progressistas votam nos regeneradores para «O Solar dos Barrigas» (1895). As eleições de 1897 – o deputado Corte-Real. As eleições de 1899 – o deputado Ressano Garcia. As eleições de 1900 – o deputado Teixeira Gomes

Em 1894, na era política dos *acordos*, o Ministro do Reino João Franco, do ministério *regenerador* de Hintze Ribeiro, elaborou com o desembargador Francisco de Castro Matoso da Silva Corte-Real, irmão de José Luciano de Castro, um acordo comprometendo-se a dar ao partido *progressista* um certo número de deputados no distrito de Aveiro nas eleições de 15 de Abril desse ano.

O Centro Progressista de Ovar, reunido em Março em casa de José Fragateiro de Pinho Branco, sob a presidência do dr. António Pereira da Cunha e Costa, secretariado por Delfim José de Sousa Lamy e pelo dr. Joaquim Soares Pinto, aceitou para candidato a deputado pelo *círculo n.º 38 (Ovar)* o dr. José Maria Barbosa de Magalhães, indicado pelo chefe do partido, conselheiro José Luciano de Castro.

Ovar, porém, ia ser a nota discordante daquele acordo: o dr. Manuel Arala re-

solveu, instado pelos seus correligionários, lançar o seu nome ao sufrágio popular em oposição ao candidato progressista dr. Barbosa de Magalhães.

O ministro do Reino, João Franco, declarara, peremptoriamente, que em virtude do acordo não podia o governo dar luta oficial no distrito de Aveiro, mas que se em algum círculo os seus correligionários pretendessem lutar os não hostilizaria em proveito dos adversários.

Abandonado, assim, pelo governo *regenerador* (Ministério Hintze Ribeiro – 1893/ /1897), que se tinha bandeado com a oposição *progressista* no distrito de Aveiro, o dr. Manuel Arala não desistiu da sua candidatura. Tal facto originou com que João Franco, faltando à palavra, levantasse os maiores obstáculos aos regeneradores de Ovar, favorecendo escandalosamente os seus adversários progressistas e chegando a perseguir os seus partidários!

Na luta renhidíssima e tumultuosa, que durou 8 dias e que ficou célebre e se tornou o assombro do País, o candidato progressista teve sempre ao seu lado o auxílio do Ministro do Reino que, no espaço de pouco mais de um mês, exonerou quatro Administradores do Concelho! O Administrador dr. António de Oliveira Descalço Coentro, pró-aralista faccioso, foi exonerado, o mesmo acontecendo ao dr. Joaquim de Melo Freitas, oficial do Governo Civil de Aveiro e completamente alheio às paixões políticas que se debatiam em Ovar. Chegou a ser nomeado Administrador pelo ministério *regenerador* o dr. António Joaquim de Oliveira Valente, francamente *progressista*, que logo suspendeu os regedores e nomeou delegados de ferrenha cor partidária para as assembleias primárias.

Durante dois dias permaneceu em Ovar o Visconde de Balsemão, Governador Civil de Aveiro, não se efectuando, então, uma única prisão, nem tendo havido feridos. Acusado, porém, pelos progressistas locais de se colocar à frente da urna para intimidar a oposição, foi afastado de Ovar, telegraficamente, por João Franco.

O próprio Presidente do Ministério e chefe do partido *regenerador*, Hintze Ribeiro, embora contrariado, pediu ao dr. Manuel Arala o especial favor de não protelar por mais tempo a eleição de Ovar, para evitar maiores complicações políticas.

No dia 22 de Abril, na sala das sessões camarárias do concelho de Ovar, fez-se o apuramento da eleição do deputado pelo círculo, tendo a mesa da assembleia verificado que o número real de votantes de todo o círculo foi de 3.113, tendo o dr. José Maria Barbosa de Magalhães obtido 2.310 votos e o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa 803. Foi, então, proclamado deputado pelo mesmo círculo, como mais votado, aquele dr. Barbosa de Magalhães, a quem se conferiu o respectivo diploma.

Entretanto, contestado o resultado, no mesmo dia 22, o major comandante do distrito do recrutamento de reservas e Administrador interino do concelho de Ovar, Alfredo Araújo de Almeida Campos, reuniu-se nos Paços do Concelho, com outros cidadãos, constituiram-se em assembleia de apuramento e a mesa verificou que o número de votantes de todo o círculo foi somente de 2.689, tendo o dr. Barbosa de Magalhães obtido 1.171 votos e o dr. Manuel Arala 1.518, sendo este proclamado deputado.

O acórdão do tribunal de verificação de poderes, datado de 29 de Outubro, e lido, no dia seguinte, na sessão da Câmara dos Deputados, julgou improcedentes dois pro-

testos contra a validade da eleição da assembleia primária de Válega (um de José Marques da Silva Júnior e outro de Manuel Joaquim Rodrigues) e considerou válida a eleição do candidato dr. Barbosa de Magalhães, por uma maioria de 1.507 votos.

A eleição, que se cifrou numa extraordinária e amarga surpresa política para os aralistas, representou um formidável coice vibrado pelo Ministro do Reino no partido regenerador local, que nunca o perdoaria.

Para *O Ovarense* (de 26 de Julho de 1896), verificaram-se violências dos caceteiros aralistas na assembleia de Ovar, «onde o governador civil (*Visconde de Balsemão*) impedia o administrador sr. dr. António Joaquim de Oliveira Valente de empregar os meios legais para evitar o motim. O procedimento do governador civil e dos seus acólitos foi de tal ordem que no dia imediato foi mandado retirar para Aveiro e nomeado um distinto militar para o cargo de administrador e comandante de todas as forças militares. Tomando posse de administrador do concelho a nova autoridade, tudo serenou: os aralistas desanimados julgaram-se perdidos, e, se não abandonaram a urna, foi porque tinham esperanças na patuscada de Válega».

Dois episódios muito significativos destas eleições para deputados, nódoa negra da política de João Franco, merecem uma referência muito especial – *o ataque às casas da Família Fragateiro*, na Rua dos Ferradores, a 8 de Abril, e *os tumultos na Igreja de Válega*, no dia 15.

O dr. Joaquim de Melo Freitas, que chegou a Ovar e tomou posse do cargo de Administrador no dia 7 de Abril, à noite, foi procurado por uma comissão, composta dos drs. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro e Augusto Correia da Silva Melo, que lhe perguntaram se poderiam no dia seguinte apresentar-se na Praça do Comércio, dado que o grupo aralista também compareceria, como era do conhecimento público. O novo Administrador retorquiu que hão havia inconveniente desde que se mantivessem em ordem, atendendo a que a sua «atitude seria igual perante as duas parcialidades, esforçando-se para que houvesse o maior sossego».

No dia 8, pelas 10 horas da manhã, «começou a praça a encher-se de gente da parcialidade do sr. Fragateiro, mesclando-se com os indivíduos que estavam no mercado tratando de negócios. Às 11 horas, apareceu uma forte coluna de eleitores da parcialidade do sr. Arala», e o administrador Melo Freitas, que se «achava desprevenido, por todas as informações locais, para uma reunião tão numerosa de povo», empregou «logo todos os meios suasórios para que não houvesse um conflito. Entretanto, começaram a ser atiradas algumas pedradas de parte a parte» e o dr. Melo Freitas teve de empregar a força para dispersar os agrupamentos, o que conseguiu, «depois de uma hora de insistente trabalho», tendo depois recolhido a força policial à Administração do Concelho.

À uma hora da tarde verificou-se «um grave conflito no princípio da rua dos Ferradores», porque, segundo o mesmo Administrador, «foi embaraçada a passagem a um grupo numeroso de eleitores de Válega, que se dirigiam para suas casas. Houve troca de tiros e pedradas entre as duas parcialidades (*Arala e Fragateiro*), sendo despedaçadas janelas das casas do senhor José Fragateiro de Pinho Branco e de outros cidadãos» (*Informação do dr. Joaquim de Melo Freitas* de 9 de Abril de 1894. A 8 de

Abril informara que «muitos indivíduos aralistas de Válega, que se dirigiam para suas casas pela rua d'Arruela, tinham sido detidos à pedrada e aos tiros por muita gente que se achava nas casas do sr. Fragateiro e imediações»).

O dr. Melo Freitas, avisado a toda a pressa, imediatamente chamou os oito polícias que tinha à sua disposição na casa da Administração, e ordenou a estes que evacuassem a rua, «fazendo calar, sem perda de tempo, o tiroteio, que de parte a parte se trocava». O Administrador teve «necessidade de empregar com energia a força policial para fazer cessar o tumulto, que era agravado pelos tiros, que partiam das janelas dos prédios e eram disparados igualmente da rua» (*Informação do dr. Melo Freitas* de 9 de Abril).

As quatro casas da Família Fragateiro, na Rua Coronel Galhardo (Subida do Fragateiro).

Segundo elucidou José Fragateiro de Pinho Branco, não foram disparados quaisquer tiros das janelas das casas atacadas (também no processo que correu seus termos no tribunal da comarca não se fez a mínima prova a esse respeito). Este proprietário, verificando que estavam em suas casas vários indivíduos progressistas e achando-se na rua outros de política regeneradora, pressentindo que os prédios iam ser atacados, teve o bom senso de mandar fechar as portas.

No ataque levado a cabo pelos caceteiros regeneradores às quatro casas de José Fragateiro de Pinho Branco, e ainda às de Elmano António Rodrigues Tarújo e de Joana de Oliveira Gomes, todos da Rua dos Ferradores, com paus, pedras e tiros de armas de fogo, resultaram apreciáveis danos.

Na *primeira casa* de José Fragateiro de Pinho Branco, a contar do nascente, onde se achava o escritório de seu filho dr. Francisco Fragateiro, foram despedaçados no

rés-do-chão os vidros das portas e das travessas ou cordões, bem como 11 vidros na janela e uma travessa, ficando ainda uma outra prejudicada; no primeiro andar foram despedaçados 6 vidros em duas janelas, sendo 4 numa e 2 noutra, e ainda no escritório ficaram 2 vidros partidos numa porta interior, que ficava em frente à janela.

Na *segunda casa*, a da tipografia *Ovarense*, ficaram todos os vidros da porta da loja despedaçados, assim como as travessas; e no andar superior foram partidos 4 vidros das janelas.

Na *terceira casa* foram partidos 6 vidros nas janelas do armazém.

Na *quarta casa*, seguindo sempre a linha do poente, partiram-se 13 vidros nas portadas da loja e da janela do armazém; na sala superior 4 vidros numa janela e um noutra.

Na casa da venda foram despedaçados 12 vidros e um caixilho na loja e no primeiro andar 5 vidros na janela do lado poente, numa outra 3 vidros, numa portada 5 vidros e mais um vidro numa bandeira dessa mesma porta, e numa outra portada um vidro, numa outra janela 2 vidros e, finalmente, um outro vidro na janela do mirante, mais um chapim de madeira na grade de ferro deteriorado por efeito duma bala.

Na frente das duas últimas casas descritas ficaram claros vestígios de balas, sendo algumas de clavina, outras de revólver, acertando na esquadria das portadas umas 13, pouco mais ou menos, e 10 no resto da parede; na sala da casa da venda apareceram 3 balas achatadas (danos verificados por exame pericial feito por ordem do tribunal).

A 8 de Abril, o dr. Francisco Fragateiro prestou o seguinte depoimento: – «Que não estava em casa na ocasião de se dirigirem os ataques ao seu escritório e à casa de seu pai (*José Fragateiro de Pinho Branco*); estava na sala da câmara, na sessão da comissão do recenseamento eleitoral. Que ouvindo uns gritos viera ao Largo do Hospital e deparara com um grupo de indivíduos, os quais subiam em direcção à Ruela, os quais soltavam a princípio uns morras e depois uns vivas; entre eles conheceu na frente Manuel da Pereira, solteiro, lavrador, da Lagoa de S. Miguel, um Tranqueira por nome José Pereira de Resende, da Corga do Sul, freguesia de Válega, António de Pinho, o da Maria Inês, solteiro, da Estrada de Baixo, de Válega, José Pinto Baeta, da Lagoa de S. Miguel, Miguel José Rodrigues, carpinteiro, da Rua dos Ferradores, José Correia Vidinha, o Borreto, casado, do Seixal, Manuel António Lopes, viúvo, marchante, da Rua do Bajunco, José da Luísa, pescador, da Rua Nova, e muitos outros de que agora não se recorda, sendo que o Tranqueira já nomeado começou a arremessar pedras para o lado de cima da rua. Como ele declarante estava encoberto com uma esquina do armazém não viu quem estava da parte de cima; o que é certo é que desse lado também começaram a vir pedras. Nesta altura ia para intervir; porém, do lado do grupo de baixo, começaram-se a disparar tiros em número de dois ou três, por isso se retirou para o pátio da câmara, ouvindo um tiroteio nutrido e nem sequer se persuadiu que a essa hora estavam partindo os vidros das casas; voltou depois ao local quando tudo estava socegado, e apenas viu ao cimo da rua a cauda do grupo que tinha visto em baixo e um pouco mais perto a polícia destacada nesta vila com o seu administrador, secretário e amanuense. Entrando em sua casa ouviu dizer, não se recordando agora a quem, que na ocasião em que se partiam os vidros estavam todas as portas

fechadas e no seu escritório de advogado não estava pessoa alguma, pois que ele declarante tinha a chave no bolso; consta-lhe também que dos primeiros tiros de revólver no princípio disparados o foram por o já referido António de Pinho. As vidraças do seu escritório e da tipografia contígua foram despedaçadas por José Correia Vidinha, Manuel António Lopes e outros incluindo o já referido José da Luísa e os mais do bando, que ajudavam e incitavam a fazer estes destroços contra a casa de seu pai, a da venda; dispararam tiros de revólver o secretário da administração Isaac Júlio Fonseca da Silveira e outros.

Que a força de polícia também disparara contra as janelas da sacada da sua casa e paredes as suas clavinas; um dos tiros quase ia matando uma das suas manas, D. Emília Fragateiro, quando esta com sua prima Maria Matos e filho dela, uma criança de 4 anos, estava à sacada do lado nascente, e ninguém mais se encontrava, a não ser a criada da casa, nesse andar superior do lado da frente, e só depois é que apareceram aí algumas pessoas para saber se lhe tinha sucedido algum desastre, pois nenhum ataque, agressão ou provocação daí partiu, como ele declarante pode afirmar, segundo as informações fidedignas a que ele procedeu».

É de salientar que, em 1894, a Câmara estava localizada no edifício do hospital camarário, no Largo do Hospital, junto às casas da Família Fragateiro.

O delegado do procurador régio na comarca, dr. Alexandre de Albuquerque Vilhena de Moura Pegado, em processo correccional, deu a sua *queixa* contra José Pereira de Resende e um tal de Paçô, ambos de Válega, António Joaquim Rodrigues, o *Marreco*, de S. Miguel, António Inverno, de Ações, José Correia Vidinha, o *Borreto*, do Seixal, Isaac Júlio Fonseca da Silveira, Secretário da Administração do Concelho, José da Luísa, pescador, da Rua Nova, e Manuel António Lopes, o *da Inácia*, porquanto no dia 8 de Abril de 1895 praticaram, juntamente com outros indivíduos que as testemunhas não reconheceram, com paus, pedras e tiros de armas de fogo, danos nas casas de José Fragateiro de Pinho Branco, Elmano António Rodrigues Tarújo e Joana de Oliveira Gomes, da Rua dos Ferradores, que atingiram o montante de 47$200 reis.

Igualmente deu a sua *queixa* contra o Administrador do Concelho, dr. Joaquim de Melo Freitas, que ordenou «sem necessidade, aos guardas da polícia Civil, seus subordinados, para atirarem sobre a casa do queixoso Fragateiro, sem que outras providências tomasse para reprimir o conflito, durante o qual prisão alguma se efectuou», tomando assim parte directa na execução do crime.

As casas da Família Fragateiro, pertença de José Fragateiro de Pinho Branco (1831-1904), passaram para sua filha Rosa dos Santos Fragateiro (1869-1949), e desta para suas netas Maria Celeste Matos de Sousa Lamy (1905-1969) e Maria Fausta Fragateiro Matos (1916-1991). Actualmente é seu proprietário o seu bisneto, o advogado dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy.

Nas casas da Família Fragateiro localizaram-se o escritório do advogado dr. Francisco Fragateiro e o consultório do médico dr. José Eduardo de Sousa Lamy, a tipografia *Ovarense*, e os colégios *Júlio Dinis* (1911-1916), para o sexo feminino, e *Ovarense* (1918-1929).

Pelas 9 horas da manhã do dia 15 de Abril de 1894, dia das eleições para depu-

tados, encontravam-se dois grupos políticos rivais no adro da Igreja de Válega: o dos regeneradores aralistas e o dos progressistas (dos Fragateiros e dos Soares Pinto).

Por combinação do presidente da mesa, António Soares Pinto, com o delegado da autoridade, desarmaram-se os eleitores indo os progressistas deixar os seus paus e guarda-sóis a uma loja da casa do presidente, ficando alguns encostados às paredes do adro. Porém, do grupo da autoridade nem todos se desarmaram, ficando os caceteiros regeneradores com os seus paus, dado que estes ao entrarem na igreja matriz, assembleia eleitoral do círculo, eram apenas revistados pró-forma, enquanto os do grupo oposicionista (os progressistas) eram rigorosamente apalpados, ficando completamente inermes e sem condições de poderem resistir a ataques dos seus adversários.

Dentro da igreja, e quando se estava procedendo aos trabalhos preparatórios para o começo da eleição de deputado, os regeneradores começaram por implicar com a situação da mesa e o dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala discutiu com o presidente da mesa recordando-lhe as desordens ocorridas num dos anos anteriores em que ele, dr. Domingos Arala, tinha sido ferido, e lembrando-lhe «que outro tanto podia suceder a ele presidente».

Após esta discussão, os caceteiros regeneradores levantaram *morras* ao presidente da mesa, António Soares Pinto, gritando nomeadamente – *Morra o Vareiro, que não governa cá nada* –.

Tirando facas e punhais dos bolsos, os desordeiros atiraram-se aos progressistas e como o presidente da mesa procurasse restabelecer a ordem foi agredido por Manuel Pinto de Almeida, que lhe deu uma bofetada, empurrando-o para fora do lugar (de que lhe resultou doença e impossibilidade de trabalhar por espaço de um dia e meio).

Atacados e desarmados, os progressistas foram corridos e, com o Abade de Válega, dr. Manuel Marques Pires, refugiaram-se na sacristia o padre José Alberto da Fonseca, o presidente da mesa, António Soares Pinto, e os seus vogais. Os caceteiros ainda tentaram arrombar a porta da sacristia, mas não o conseguiram.

O delegado do procurador régio, dr. Alexandre de Albuquerque Vilhena de Moura Pegado, no processo resultante deste «tumulto propositadamente levantado, com o fim de afugentar a mesa e impedir a eleição», deu a sua *querela* contra António de Pinho, solteiro, lavrador, da Estrada de Baixo, Joaquim de Pinho, regedor (entre os desordeiros teriam-se salientado o regedor da freguesia de Válega que gritava – *isto é nosso* –, e um caceteiro do Bunheiro, um tal Ruela, que os regeneradores tinham ido buscar), Joaquim da Silva Graça, casado, lavrador, da Corga do Sul, Manuel Pinto de Almeida Júnior, solteiro, e seu pai Manuel Pinto de Almeida, casado, ambos lavradores e conhecidos pela alcunha de *Costa Cabral*, do lugar do Monte de Candosa, todos de Válega, e ainda contra o dr. Francisco Lourenço de Almeida e Medeiros, de Ovar, e um tal Ruela, da freguesia do Bunheiro, da comarca de Estarreja, «os quais à frente de outros, que as testemunhas não mencionam, fomentaram por actos e de viva voz a desordem e o tumulto».

No mesmo processo foram ainda incriminados os dois *Costa Cabrais* e Joaquim da Silva Graça por terem corporalmente ofendido e injuriado o presidente da mesa, e ainda «o delegado da autoridade administrativa perante aquela assembleia eleitoral, António Augusto Freire de Liz, desta vila, o qual estando presente a todos estes actos,

que não procurou evitar nem reprimir, antes maliciosamente favoreceu, concorreu assim directamente para facilitar a sua execução, tornando-se por isso cúmplice de todos os arguidos».

No dia 22 de Junho de 1897 teve lugar no tribunal da comarca o julgamento do processo chamado *da Igreja de Válega*, tendo os réus sido absolvidos, com excepção do que deu o bofetão no cidadão António Soares Pinto, que foi condenado na pena correccional de um mês de cadeia.

Em processo correccional, julgado em 30 de Agosto de 1898 e referente às ofensas corporais e tumultos na assembleia eleitoral de Válega, foram absolvidos os réus Joaquim de Pinho e António de Pinho, da Estrada de Baixo, de Válega, e João Fernandes Ruela, do lugar de S. Simão, da freguesia do Bunheiro, de Estarreja.

Não ficou por aqui a celebérrima eleição de Válega.

Os progressistas, para não ficarem a rir dos regeneradores, também foram querelados. Uma primeira querela foi originada por uma participação, a 22 de Junho, do dr. Manuel Arala ao delegado do procurador régio em que afirmava que eram completamente falsas as actas da constituição da mesa e da eleição de deputados relativas ao dia 15 de Abril e firmadas por António Soares Pinto, como presidente da mesa, e por outros.

O delegado dr. Alexandre Vilhena deu *querela* contra aquele António Soares Pinto e outros, querela que foi recebida pelo juiz dr. António Joaquim Lopes da Silva, a 27 de Março de 1896. Porém, o novo delegado dr. António Carlos de Almeida e Silva só dá libelo contra um dos réus, o tabelião de Válega José Maria Rodrigues Braga, que é defendido pelo dr. Joaquim Soares Pinto e, em virtude das respostas negativas do júri aos quesitos que lhe foram propostos, é absolvido pelo juiz dr. Francisco Augusto da Silva Leal, a 31 de Janeiro de 1900.

A 31 de Agosto de 1897, em *querela pública*, o delegado dr. António Carlos de Almeida e Silva, acusou os réus António Soares Pinto, da Rua das Ribas, de Ovar, António Lourenço de Pinho Júnior, lavrador, da Corga do Sul, padre José Alberto da Fonseca, do Seixo, José Maria Valente de Resende, lavrador, da Espinha, Manuel José de Resende, alfaiate, das Roçadas da Espinha, e Manuel Maria da Silva Guimarães, professor, de S. Gonçalo, estes cinco de Válega, de no dia 15 de Abril de 1894 «exararem e assinarem uma acta, o primeiro como presidente e os outros como vogais, referindo a constituição da mesa e a eleição de deputado e delegados para a eleição de pares do reino a que devia proceder-se no mesmo dia na Igreja Paroquial de Válega, dando-se nelas como organizada a mesa e feita a eleição com as formalidades legais, com a assistência do administrador do concelho ou seu representante e do respectivo pároco, afirmando-se por fim que, já tarde, se deram como terminados os trabalhos para prosseguirem no dia seguinte, estando a assembleia em boa ordem sem intervenção alguma nem proximidade de força armada».

Acrescenta o libelo crime que as actas eram «falsas, e falsificadas com o fim de prejudicar terceiros, valendo-se os réus da nomeação para presidente daquela assembleia que tinha sido feita ao primeiro réu António Soares Pinto, porquanto não só se não procedeu a eleição alguma com mesa organizada com os réus, mas até esta mesma se não chegou a constituir porque o primeiro réu, voluntariamente ou obrigado, saiu

da Igreja às 10 horas da manhã, ou pouco mais, e não voltou lá mais nesse dia, em vista do que foi eleito para presidente da assembleia geral o cidadão eleitor Manuel Pereira de Mendonça, constituindo-se, sob a sua presidência, a mesa e procedendo-se à eleição, com assistência do administrador do concelho ou seu representante, com todas as formalidades legais».

E tanto isto era verdade «que o primeiro réu foi parte acusadora em um processo crime que correu seus termos e foi julgado no dia 22 de Junho último em que mais cidadãos eram acusados de terem impedido, com tumultos e violências, que aquela assembleia eleitoral funcionasse no referido dia sob a sua presidência».

Incriminados de crime de falsificação, os réus, defendidos pelo dr. Joaquim Soares Pinto, foram absolvidos pelo juiz dr. Eduardo Alfredo Braga de Oliveira, por sentença de 30 de Outubro de 1897, dado o júri ter respondido negativamente aos quesitos.

Na sessão camarária de 24 de Abril de 1894, o vice-presidente dr. Francisco Fragateiro informou que «receando-se graves desordens durante a eleição de deputados e tendo já no domingo anterior havido tumultos e espancamentos na praça desta vila e no Bairro da Arruela sem que a força de polícia civil tivesse autoridade para obstar a eles sendo até por ela metralhada a casa de José Fragateiro de Pinho Branco e outras», telegrafara ao Rei e ao Ministro do Reino a pedir o envio para Ovar duma força de infantaria militar, e que este «não só enviara a força militar pedida mas ainda empregara todos os esforços para que fosse garantida a vida dos nossos munícipes e a liberdade do sufrágio nomeando por último Administrador do Concelho o Major Alfredo Araújo de Almeida Campos, que com a máxima cordura e circunspecção se soube manter à altura do espinhosíssimo cargo». Informou ainda o dr. Francisco Fragateiro que a força militar de infantaria do regimento n.º 23, comandada pelo capitão do exército Francisco Marques Pereira de Lemos, e a força de cavalaria do regimento n.º 10, comandada pelo capitão Augusto de Araújo, tinham tido um «procedimento imparcial e correctíssimo».

Do exposto ressalta o que foi o auxílio governamental (regenerador) à Câmara progressista de Ovar!

Pelo decreto de 28 de Março de 1895, que estabeleceu o escrutínio de lista por distrito, o concelho de Ovar ficou a pertencer ao círculo de Aveiro n.º 6, que elegia seis deputados.

A 17 de Novembro de 1895 disputaram-se eleições para deputados, no ministério *regenerador* da presidência de Hintze Ribeiro e sendo Ministro do Reino João Franco.

Não houve oposição, dada a abstenção do partido progressista no distrito de Aveiro; em Ovar, porém, os *progressistas* do concelho concorreram em força à urna, votando nos candidatos governamentais *regeneradores*.

Os progressistas locais agradeciam, assim, o auxílio de João Franco nas eleições para deputados de 15 de Abril do ano anterior e procuravam o beneplácito do governo regenerador para as eleições camarárias que se avizinhavam.

Embora se mantivessem no concelho três contingentes de forças militares (45 praças distribuídos pelas freguesias de Esmoriz – 12, Válega – 15, e Ovar – 18), não

chegaram a ser requisitadas, dado que as eleições decorreram pacificamente, na melhor ordem; o que acontecia pela primeira vez desde há muito no concelho. Também nunca se tinha visto oposicionistas votarem nos adversários regeneradores!

Destas eleições resultou um parlamento de regeneradores que reconhecia a paternidade do ministro que o nomeou, votando-lhe incondicionalmente as medidas que reclamava, ficando conhecido na história política portuguesa com a alcunha de *O Solar dos Barrigas*.

A 30 de Abril de 1897 reuniu-se o *centro progressista* do concelho, presidido pelo dr. António Pereira da Cunha e Costa, para escolha do candidato pelo círculo para as eleições de 2 de Maio desse ano. Os acordos, pernicioso cancro da sociedade política de então, estavam em voga, principalmente no distrito de Aveiro, e assim não é de admirar que a assembleia geral do centro progressista de Ovar, depois de tomar conhecimento das negociações complicadas, do seu chefe, não estranhasse que ao partido fosse indicada a eleição dum deputado *à última hora*.

«Não votamos por simpatia: votaremos por obediência», escreveu, a 2 de Maio de 1897, o dr. Francisco Fragateiro, director político do *Ovarense*.

Nesta eleição, levada a cabo no ministério *progressista* de José Luciano de Castro, foi eleito pelo círculo uninominal n.º 36 (Estarreja), que abrangia o concelho de Ovar, o candidato governamental Francisco Barbosa do Couto Corte-Real, sem oposição. A lei de 21 do Maio de 1896, de João Franco, voltou ao sistema misto de círculos uninominais e plurinominais, ficando o círculo de Estarreja, um dos 6 do distrito de Aveiro, a abranger aquele concelho e o de Ovar.

Nas eleições de deputados de 16 de Novembro de 1899, que tiveram lugar no ministério *progressista* de José Luciano de Castro, foi eleito pelo círculo uninominal n.º 41 (Ovar) o conselheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), engenheiro civil com uma obra notável, que foi deputado progressista em diversas legislaturas, par do reino e várias vezes ministro.

Para *A Discussão* (de 10 de Dezembro de 1899), «uma vez ainda se submeteram os influentes progressistas de Ovar às imposições do governo, cedendo-lhe mais uma lista para entrar na copa do chapéu do sr. José Luciano onde se têm forjado e se continuarão forjando tantos pais da pátria, tantos atletas constitucionais, tantos defensores estrénuos das regalias populares! E assim continua Ovar a ser representado na câmara popular por um indivíduo estranho e desconhecido da quase totalidade dos habitantes do círculo e que apenas sabe da existência desta importante localidade, ou pela sua passagem na estação dos caminhos-de-ferro ou por a haver descortinado em algum mapa geográfico mais perfeito!».

Nas eleições de 1899 o conselheiro Frederico Ressano Garcia, tendo obtido 1.586 votos no círculo da Golegã e 1.000 no círculo de Ovar, optou por aquele círculo, pelo que na sessão da Câmara de Deputados de 30 de Janeiro de 1900 foi declarado vago o círculo n.º 41 (Ovar).

O governo ordenou que se fizesssem novas eleições para deputado no círculo de Ovar, vago pela opção do deputado eleito, que tiveram lugar a 11 de Março de 1900, tendo sido eleito José Teixeira Gomes.

Os colégios – O Internato Particular (1894), da professora Maria do Carmo Josefa Isidoro Duarte Silva

O mais antigo colégio de Ovar data de 1894, ano em que foi aberto por Maria do Carmo Josefa Isidoro Duarte Silva, na Rua da Fonte, na casa dos Fundões, o *Internato particular* do sexo feminino, dirigido por Aurélia Duarte Silva. Em 1911 mudou para prédio próprio, no Largo das Olarias, ficando a designar-se por *Escola de ensino livre*, e, popularmente, por *Escola ou internato da Olaria*. Entre 1915 e 1925, pelo menos, foi directora deste colégio Anatilde Duarte Silva.

Professora régia em Válega desde 1869, Maria do Carmo Josefa Isidora Duarte Silva, natural de Espanha, que casou com António Duarte Silva, fiscal da Companhia dos Caminhos-de-ferro, natural do Porto, deve ter sido empossada, no 1.º semestre de 1872, como professora da escola primária do sexo feminino de Ovar.

1. *Relação dos colégios da cidade de Ovar*

Nomes (primitiva designação)	**Data da abertura**	**Data do encerramento**
Internato particular	/1894	
Colégio-asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria	21/10/1897	8/10/1910
Colégio de Júlio Dinis (*sexo fem.*)	10/10/1911	/1916
Colégio de Júlio Dinis (*sexo masc.*)	/1912	/1918
Colégio Ovarense	11/11/1918	/1929
Instituto Ovarense	/1930	/1931
Colégio Liceu de Ovar	12/10/1934	
Colégio de N.ª Sr.ª da Esperança	/1950	/1971
Externato Luís de Camões	/1994	

2. *Duração dos colégios da cidade de Ovar*

Nomes (primitiva designação)	**Anos**
Internato particular	31 (pelo menos)
Colégio Liceu de Ovar	28
Colégio de N.ª Sr.ª da Esperança	21
Colégio das Doroteias	13
Colégio Ovarense	11
Colégio Júlio Dinis (*masc.*)	6
Colégio Júlio Dinis (*fem.*)	5
Instituto Ovarense	1

A Discussão (1895-1919)

Sucedendo à *Folha de Ovar*, saiu a 7 de Julho de 1895 o primeiro número do novo órgão do partido *regenerador* local – *A Discussão*. Deste semanário, que teve a redacção e administração na Praça, e, mais tarde, na Rua Elias Garcia, na farmácia Silveira (desde 22 de Maio de 1910), foram *directores*:

1. Dr. António dos Santos Sobreira (7/7/1895 - Dezembro de 1909)
2. Augusto de Sousa Campos (de 2/1/1910)

*Augusto de Sousa Campos. Director d'*A Discussão *(1910 e 1915-1919) e d'*A Pátria *(1920-1922). Arquivo da Família Sousa Campos*

3. Isaac Júlio Fonseca da Silveira (13/11/1910-1915)
4. Augusto de Sousa Campos (de 7/3/1915)

Editores (e *proprietários*):

1. José Marques da Silva e Costa (de 7/7/1895)
2. António Mendes de Vasconcelos (13/11/1904-1906)
3. Laureano José de Faria (29/7/1906-21/4/1907)
4. Dr. António dos Santos Sobreira (desde Abril de 1907)
5. Augusto de Sousa Campos (de 2/1/1910)

Entre os seus *administradores* contaram-se José Barbosa de Quadros, o primeiro, e Manuel Augusto Nunes Branco (era-o em 1907).

A Discussão foi *vilhenista* e quando da cisão Campos Henriques defendeu a política *teixeirista* ou *sousista*; em 1915 aderiu ao *evolucionismo*, acompanhando o governo de Pimenta de Castro, mas, desaprovando a dissolução da Câmara e a substituição do Administrador do Concelho, deixa, a partir de 19 de Setembro deste ano, de ser um semanário evolucionista e intitula-se semanário *republicano*.

Em 1900 pesavam 6 querelas contra este semanário no 1.º distrito criminal do Porto.

O médico dr. António Rodrigues Pinto e as Quintas do Carregal (1895) – a Família Colares Pinto

Família originária de Águeda, a *Família Colares Pinto* – Os Pintos de «Além da Ponte» –, descende do médico dr. António Rodrigues Pinto, natural de Águeda, que casou com Inácia Adelaide da Silva Colares Pinto, natural de Lisboa.

Aquando da venda do Pinhal de Ovar (1893/1946), constituiu-se, em 1895, uma sociedade da qual foi figura predominante o dr. Pinto, que adquiriu à Câmara os terrenos situados no Carregal, ao sul da estrada do Furadouro e que correm ao lado da ria, com uma extensão calculada em 6 quilómetros, tendo tomado posse dos mesmos a 5 de Novembro daquele ano. Daqui nasceram as *Quintas do Carregal.*

Numa boa parte das glebas tomadas pela sociedade, que o dr. Pinto posteriormente adquiriu, plantou este «a primeira vinha com bacelos vindos do estrangeiro e em grande número. O povo de Ovar passou a conhecê-lo pelo Pinto das Areias. Mais tarde os seus filhos vieram para a Quinta do Carregal» (Zagalo dos Santos, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Dr. António Rodrigues Pinto, o Pinto das Areias.

Desde 1 de Janeiro de 1933, a firma *Colares Pinto & Irmão*, com sede na Quinta do dr. Pinto, no Carregal, dedicou-se à indústria de lacticínios, construindo, em 1937, uma fábrica bem apetrechada e que foi a 1.ª a produzir galalite em Portugal. A 1.ª fábrica de plásticos, pertença de *Ovarlite, Limitada*, teve a sede na mesma Quinta e foi constituída a 9 de Julho de 1947.

Filhos do casal dr. António/Inácia Adelaide:

- José Colares Pinto
- Maria Adelaide
- Maria Águeda
- Maria Amélia
- Maria Ermínio
- Maria Manuel da Glória
- Pedro

– Manuel Colares Pinto (Coração de Jesus, 1899-1954, com 55 anos), industrial de lacticínios, que casou (1942) em Ovar, com Helena Cruz Colares Pinto, natural de Anadia. Em 1951, pela sua mão, o *justicialismo* entrou em Ovar; fez parte da comissão das *Festas Centenárias* (1952), sendo sua a letra do *hino de Ovar*; a 19 de Abril de 1954, iniciou o programa radiofónico *Ovar ao microfone*, na estação emissora do Porto Electro Mecânica.

Filhos do casal Manuel/Helena:

– Maria Helena da Cruz Colares Pinto (†1963, com 28 anos)

– António Hugo da Cruz Colares Pinto (Arcos, Anadia, 1931-†1995, com 63 anos), que casou (Tomar, 1955) com Guadalupe da Conceição Tavares Colares Pinto, natural de Chaves.

Presidente da *Habitovar* – Cooperativa de Habitação Económica de Ovar, (constituída a 12 de Março de 1976), foi membro do Secretariado Nacional das Cooperativas de Habitação, e Presidente da Assembleia Geral da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação – FENACHE.

Nas eleições para as autarquias locais, de 12 de Dezembro de 1976, foi o único candidato dos GDUPs (*extrema-esquerda*) eleito para a Assembleia Municipal. Nas eleições, também para as autarquias locais, de 16 de Dezembro de 1979, e de 30 de Dezembro de 1982, foi o único candidato da U.D.P. – União Democrática Popular –, eleito para a assembleia Municipal.

A 18 de Setembro de 1949 realizou-se, nos terrenos da Quinta dos Irmãos Colares Pinto, ao sul do bairro piscatório do Furadouro, um concurso de *aviominiatura*, de planadores e de motores de borracha.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1896) – os Antecedentes (a bomba de incêndios, de 1869 a 1896; os incêndios do Furadouro, em 1881, 1887 e 1892; o incêndio na casa do «Domingos Marinhão», em 1896); – a Fundação (a reunião em casa de João José Alves Cerqueira, a 19 de Abril de 1896; os 14 sócios fundadores; o primeiro médico – dr. João Maria Lopes; o primeiro comandante – dr. Joaquim Soares Pinto; o incêndio no Furadouro de 1896; o hino; o primeiro capelão – padre José Maria Maia de Resende; a inauguração solene da casa do material do incêndio, em 1897; a bomba Metz e o respectivo «break»; o primeiro exercício geral; a estreia; toques de incêndio; o primeiro aniversário, em 1898, e a bandeira; – a Primeira Sede, de 1900 a 1929 (a inauguração solene da sede – D. Luís Filipe, Presidente Honorário dos Bombeiros; a visita de Guilherme Gomes Fernandes, em Junho de 1900). Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção. Os comandantes. Os beneméritos

Na área da antiga freguesia de S. Cristóvão de Ovar – actuais freguesias de S. Cristóvão e S. João – existiram ou existem ainda mais de 100 associações assistenciais, de defesa dos interesses dos seus associados, desportivas, folclóricas, musicais, recreativas/culturais e religiosas.

Das que ainda existem, as mais populares e representativas do povo e das terras de S. Cristóvão são, indubitavelmente, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (1896), a Santa Casa da Misericórdia (1910), a Associação Desportiva Ovarense (1921), e o Orfeão de Ovar (1921).

A primeira em antiguidade, a Associação dos Bombeiros Voluntários, comemorou o seu 1.º Centenário (1896-1996), dado que teve os seus estatutos aprovados a 23 de Maio de 1896.

Um centenário é muito, mesmo muito, numa instituição, mas, mesmo assim, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar é, com referência à criação, em Lisboa, no tempo de D. João I, a 23 de Agosto de 1395, do primeiro corpo de bombeiros portugueses, uma associação *recente*.

E se, em 1646, nascia, em Lisboa, o primeiro Corpo de Bombeiros Profissionais; se, a 29 de Janeiro de 1728, foi criada a Companhia de Fogo da cidade do Porto (o actual Batalhão dos Sapadores Bombeiros do Porto); e se, em 1868, foi fundada a primeira Associação de Bombeiros Voluntários; só a 3 de Maio de 1869, a Câmara Municipal, presidida pelo dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, adquiriu uma bomba de incêndios que, até 1896 – durante 27 anos! –, o povo fazia rolar pelas ruas para acudir a qualquer incêndio.

Foram necessários, infelizmente, três violentos incêndios na praia do Furadouro (a 31 de Julho de 1881, a 14 de Julho de 1887 e a 7 de Junho de 1892), para que começassem a surgir tentativas, sempre infrutíferas, da criação duma corporação de bombeiros em Ovar. E se podemos considerar esses incêndios causas remotas da fundação da Associação, a causa próxima veio a ser o incêndio na casa do *Domingos Marinhão*, na Rua de S. Bartolomeu (actual Rua de José Estevão), a 30 de Março de 1896.

Um grupo de rapazes – 14 –, de idades compreendidas entre os 24/36 anos, conseguiu o consórcio dos dois partidos políticos monárquicos – o *progressista*, no poder, e o *regenerador*, na oposição local – e tomou a iniciativa da formação de uma comissão iniciadora da organização de uma associação de bombeiros voluntários em Ovar, comissão que teve a sua primeira reunião, a 19 de Abril de 1896, na casa de João José Alves Cerqueira, na Praça do Comércio, ora Praça da República.

Aprovados os primeiros estatutos (23 de Maio de 1896-1913) e o primeiro regulamento (20 de Agosto de 1896-1913), nomeados o primeiro médico (dr. João Maria Lopes, a 1 de Junho de 1896), o primeiro comandante (dr. Joaquim Soares Pinto, 1/10/ /1896-25/10/1913), o primeiro capelão (padre José Maria Maia de Resende, a 20 de Dezembro de 1896), veio a ser inaugurada, solenemente, a 1 de Janeiro de 1897, a casa do material do incêndio, sita junto à Capela de Santo António, seguindo-se a chegada da bomba Metz e respectivo *break* (31 de Janeiro de 1897), e o primeiro exercício geral (5 de Fevereiro de 1897).

A estreia da corporação veio a ter lugar, a 20 de Maio de 1897, no incêndio num prédio de casas altas, situado no Largo de S. Miguel.

A 24 de Julho de 1897 foram aprovados os toques de incêndio e, a 1 de Janeiro de 1898, no 1.º aniversário da Associação, foi entregue aos bombeiros uma bandeira, primorosamente bordada, desenho do sócio Freire de Liz e execução das senhoras Maria Eduarda e Irene Camossa Ferraz.

Ainda na Monarquia, a 29 de Maio de 1900, teve lugar a inauguração solene da sede da Associação, no rés-do-chão, norte, do edifício da Câmara Municipal. Aproveitando a presença em Ovar, nesse dia, dado o eclipse total do sol, do Príncipe Real D. Luís Filipe, herdeiro presuntivo do reino, a direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários entregou-lhe o diploma de presidente honorário da corporação.

Em Junho de 1900, Guilherme Gomes Fernandes, Inspector Geral dos Incêndios, visitou Ovar, tendo procedido a rigoroso exame na estação do material da Associação, e feito os maiores elogios à corporacão.

A 7 de Março de 1904 foi inaugurada a casa esqueleto.

Com a Primeira República, infelizmente, a política atingiu a corporação, nos anos de 1912/1913, com a polémica entre esta e a Câmara Municipal de Ovar, ou melhor, entre o comandante da Associação, o dr. Joaquim Soares Pinto, *monárquico*, e o Presidente da Câmara Municipal, o *republicano democrático* dr. Pedro Chaves.

Na República foram aprovados os segundos estatutos (1913-1991), o segundo regulamento (21 de Dezembro de 1913), e efectuou-se o contrato de prestação de serviço com o alquilador José Loureiro (1 de Agosto de 1914).

A instituição entrou com o pé direito no Estado Novo. A 3 de Julho de 1926, pouco mais de um mês após a Revolução Nacional (28 de Maio), adquiriu um prédio na Rua Cândido dos Reis; a 20 de Março de 1927, foi lançada a primeira pedra do edifício da nova sede; e a 24 de Março de 1929, com toda a solenidade e com grande concurso de bombeiros, foi inaugurado o quartel-sede (1929-1993), quando era presidente da direcção o dr. João Maria Lopes, e comandante José Rodrigues de Pinho.

A 12 de Março de 1933 é inaugurada a primeira sirene eléctrica de alarme; a 23, 24, 25 e 26 de Maio de 1946, comemora-se o 50.º Aniversário da fundação da Associação, quando era presidente da direcção José Augusto Lopes Fidalgo e comandante José Rodrigues de Pinho; a 18 de Janeiro de 1954 é inaugurada nova sirene eléctrica; a 17 de Janeiro de 1965, os Bombeiros Voluntários em festa, estreiam a fanfarra da corporação e é descerrada uma placa dando ao Largo de Santo António do Cruzeiro o nome de *Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar*, quando era presidente da direcção aquele José Rodrigues de Pinho, e, a 23 de Maio de 1971, a Associação festeja as *bodas de diamante*, nas Comemorações Conjuntas com o Orfeão e a Associação Desportiva Ovarense.

Com o *25 de Abril* de 1974, na Segunda República, são aprovados os terceiros estatutos (28 de Setembro de 1990); adquirem-se o edifício e o terreno da SMOL, na Rua dr. Manuel Arala, por escritura de 27 de Fevereiro de 1987; realiza-se, a 8 de Dezembro de 1989, o lançamento e benção da primeira pedra do seu novo quartel-sede; e, finalmente, a 19 de Dezembro de 1993, com a presença do Ministro do Planeamento e Administração do Território, e quando a direcção é presidida por Armindo Godinho de Almeida e é comandante da corporação Manuel Soares Marques Patrício, são inauguradas, solenemente, as novas instalações da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

Em 1996, os Bombeiros Voluntários comemoraram o seu 1.º Centenário, em Comemorações Conjuntas com o Orfeão e a Associação Desportiva Ovarense, associações que festejaram as suas *bodas de diamante*. A 2 de Maio, a Câmara Municipal deliberou conceder aos Bombeiros Voluntários a *Medalha de Ouro do Município*.

Os Bombeiros Voluntários editaram, então, a *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar*, do dr. Alberto Sousa Lamy.

Entre tantos e tantos cidadãos que contribuíram para o engrandecimento e prestígio da Associação, é justo salientar os seguintes: – João José Alves Cerqueira, dr. Joaquim Soares Pinto, dr. António dos Santos Sobreira, dr. José Duarte Pereira do Amaral, dr. João Maria Lopes, António Augusto Freire de Liz, Manuel Pacheco Polónia, José Augusto Lopes Fidalgo, José Rodrigues de Pinho, António Coentro de Pinho, Manuel Morais Pardo de Oliveira, e os actuais presidente da direcção e comandante, Armindo Godinho de Almeida e Manuel Soares Marques Patrício. Sem esquecer, também entre tantos outros beneméritos, os cidadãos Francisco de Oliveira Gomes Ramada, José Augusto Ferreira Malaquias, Francisco Inácio de Oliveira Duarte e Carlos Soares Ferreira Malaquias.

A Associação teve a sua *troupe* (de *cantar os Reis*), o seu *teatro* (de que se apoderou, pouco a pouco, de 1896 a 1904, perante a apatia e a indiferença dos sócios, e até do apoio de alguns), e a sua Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar (*Sociedade Musical Boa União*).

A 26 de Abril de 1931, foi organizada no concelho de Ovar mais uma corporação de bombeiros – a de Esmoriz –, com estatutos aprovados a 28 de Novembro desse ano (a *secção* já existia desde 26 de Abril de 1927). Esta corporação teve o seu 1.º quartel inaugurado em Maio de 1940, e o 2.º a 31 de Outubro de 1993.

1. *A bomba de incêndios* (1869-1896)

A 3 de Maio de 1869 a Câmara Municipal de Ovar, então presidida pelo dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, pagou a Francisco Peixoto Pinto Ferreira por uma bomba de incêndio a importância de 250$000 reis.

Até 1896 – durante 27 anos! – só houve essa bomba que o povo fazia rolar pelas ruas para acudir a qualquer incêndio, e que, a 13 de Novembro de 1929, foi vendida à corporação de voluntários de Castro Daire.

2. *Os incêndios do Furadouro (1881, 1887 e 1892)*

O mais violento e pavoroso incêndio do Furadouro, de 31 de Julho de 1881, e os outros dois grandes incêndios ocorridos nesta praia, a 14 de Julho de 1887 e a 7 de Junho de 1892, a que já nos referimos, foram causas remotas da fundação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

3. *O incêndio na casa do «Domingos Marinhão» (30 de Março de 1896)*

A 30 de Março de 1896 verificou-se um pavoroso incêndio na Rua de S. Bartolomeu (actual Rua de José Estevão), pelas 10 horas da noite, na vivenda do negociante de arroz Domingos da Fonseca Soares, o *Domingos Marinhão*. Noticiando o incêndio, *O Ovarense* (de 5 de Abril) informou que «todo o prédio foi consumido pelas chamas e se estas se não comunicaram aos armazéns contíguos, pertencentes ao mesmo proprietário, deve-se isso aos socorros prestados. Depois desse dia tem-se pensado em formar uma companhia de bombeiros voluntários, fornecendo a câmara os materiais, porém este projecto há-de ficar como muitos outros e... em projecto, até que rebente novo incêndio igual ao do Furadouro».

Escreveu mais tarde, o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), que «os políticos desentenderam-se fundamente, e por largo período agravaram-se triste e funestamente. Quando em 1896 um incêndio destruiu um prédio de Domingos Soares, já essas desavenças tinham perdido muitíssimo da sua gravidade e assim foi possível, quase um milagre! – o consórcio dos dois partidos (*regenerador e progressista*) para que nascesse, da ajuda de todo o concelho, a Associação dos Bombeiros».

Este incêndio na Rua de S. Bartolomeu, veio a ser a causa próxima da organização da Associação.

4. *A reunião em casa de João José Alves Cerqueira (19 de Abril de 1896)*

O incêndio na casa de Domingos Soares, levou, assim, à formação de uma comissão iniciadora da organização de uma associação de bombeiros voluntários em Ovar, que se reuniu, a 19 de Abril de 1896, na casa de João José Alves Cerqueira, na Praça.

Nessa reunião, presidida por João José Alves Cerqueira, e secretariada por Frederico Ernesto Camarinha Abragão e Francisco Marques da Silva e Costa, foi resolvido:

- fundar-se uma Associação de Bombeiros Voluntários;
- abrir subscrição não só em Ovar, mas também no Brasil, África e Lisboa;
- organizarem-se 3 comissões para angariarem donativos em Ovar;
- pedir ao Presidente da Câmara para abrir subscrição nas aldeias;
- oficiar aos jornais da terra para abrirem subscrições e advogarem a causa; e,
- finalmente, reunir todas as comissões no dia 5 de Maio próximo, a fim de darem conta dos trabalhos, por isso que nesse dia devia estar concluída toda a subscrição local (*A Discussão*, de 26/4/1896).

Ficaram encarregados de estudarem a organização da Associação e a conveniência ou desconveniência de ser fundada dependente ou independente da Real Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto, os drs. Joaquim Soares Pinto (*progressista*) e António dos Santos Sobreira (*regenerador*).

A Câmara resolveu, por proposta do dr. Joaquim Soares Pinto, subsidiar a comissão com a quantia de 600$000 reis para a compra de parte do material e bem assim concorrer, anualmente, com a quantia de 40$000 reis para ocorrer aos encargos da sustentação.

A 23 de Maio, em assembleia geral, prestavam-se as contas das diversas subscrições da cidade, apurando-se no total 607$680 reis; a Câmara concorreria com 600$000.

5. *Os 14 sócios fundadores (23 de Maio de 1896)*

Foram fundadores da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar os seguintes cidadãos:

1. António Augusto Freire de Liz, de 26 anos
2. Dr. António dos Santos Sobreira (1861-1931), de 35 anos
3. Carlos Ferreira Malaquias, de 24 anos
4. Francisco Marques da Silva e Costa

5. Frederico Ernesto Camarinha Abragão
6. João José Alves Cerqueira (1860-1948), de 35 anos
7. Dr. João Maria Lopes (1859-1939), de 36 anos
8. Dr. Joaquim Soares Pinto (1867-1928), de 28 anos
9. José Luís da Silva Cerveira (1866-1909), de 30 anos
10. José Marques da Silva e Costa
11. José Ramos
12. Justino de Jesus e Silva
13. Manuel Gomes Pinto
14. Silvério Lopes Bastos

Em Maio de 1896, governava Ovar uma Câmara *progressista* (esquerda monárquica), presidida pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente e da qual era vice-presidente o dr. Joaquim Soares Pinto.

Para evitar disputas, os dois partidos monárquicos ficaram representados na Associação por dois dos seus elementos mais válidos – o dr. António dos Santos Sobreira, pelo partido *regenerador* (direita monárquica), e o dr. Joaquim Soares Pinto, pelo partido *progressista*.

Os primeiros Estatutos, aprovados a 23 de Maio de 1896, tiveram ainda a aprovação da Câmara Municipal, a 23 de Junho, e do Governador Civil do distrito de Aveiro, Visconde de Alenquer, a 20 de Julho desse ano.

Por esses Estatutos «é organizada em Ovar uma Associação humanitária, denominada *Associação de Bombeiros Voluntários de Ovar*», associação «que durará por tempo ilimitado, e tem por fim socorrer os habitantes deste concelho e limítrofes em qualquer incêndio, explosão, inundação, desabamento e outras calamidades públicas, tanto quanto caiba nas suas forças». A Câmara de Ovar «porá à disposição desta Associação todo o material que o município possue e vier a adquirir, destinado à extinção dos incêndios».

Os Estatutos determinaram que «o Regulamento na parte em que trata do serviço activo dos incêndios será organizado em harmonia com o comandante dos bombeiros voluntários do Porto, sob cuja inspecção e direcção fica o corpo activo desta Associação», e que, enquanto se não se proceder à eleição dos corpos gerentes, a direcção compor-se-á dos seguintes sócios:

Presidente João José Alves Cerqueira
Vice-presidente Dr. António dos Santos Sobreira
Secretário Frederico Ernesto Camarinha Abragão
Vice-secretário Francisco Marques da Silva e Costa
Tesoureiro Dr. João Maria Lopes

O regulamento do corpo dos bombeiros voluntários foi aprovado, a 20 de Agosto de 1896, em assembleia geral.

Segundo este Regulamento, «o corpo de bombeiros voluntários está sob a direcção e inspecção do comandante dos bombeiros voluntários do Porto, e na ausência

João José Alves Cerqueira. 1860-1948

deste será dirigido por um chefe com a graduação de – comandante –, e na sua falta poderá assumir o comando o sócio mais graduado, tendo a preferência, em igualdade de circunstâncias, o mais antigo ou, caso seja igual a antiguidade, o mais velho».

A 30 de Agosto de 1896, Domingo, no Teatro Ovarense, realizou-se uma «récita que um grupo de distintos e generosos rapazes oferecera em benefício da simpática e benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

Como era de esperar, atendendo ao fim altruísta deste espectáculo, concorreu a ele tudo quanto Ovar conta de distinto, estando por isso todos os camarotes completamente cheios de formosas damas, ostentando belíssimas *toilettes* de gala, e na plateia, *au grand complet*, os mais sérios e grados cavalheiros, d'envolta com a fina flor da rapaziada vareira.

O teatro, decorado com eras, rosas e outras flores, tendo na frente dos camarotes emblemas da corporação a quem era oferecida a récita – machados, escadas, capacetes, etc., produzia um belo efeito».

E *A Discussão* (de 6 de Setembro de 1896), que estamos a citar, noticiava ainda que o ensaiador, desta 1.ª récita dos amadores a favor dos bombeiros, fora o dr. António dos Santos Sobreira, tendo desempenhado papéis os drs. João Maria Lopes e António dos Santos Sobreira, José Ramos, António Augusto Freire de Liz, Domingos Rodrigues da Silva Pepolim, Domingos Lopes Fidalgo, José Marques, Zeferino Ferraz e Belmiro Sanguinetti.

6. *O primeiro médico – dr. João Maria Lopes (1 de Junho de 1896)*

A 1 de Junho de 1896 foi nomeado médico da corporação o dr. João Maria Lopes (1859-1939, com 79 anos).

Nos termos do Regulamento, aprovado a 20 de Agosto de 1896, «haverá um facultativo a cujo cargo estará o serviço médico e cirúrgico, na ocasião de sinistro e suas

Dr. João Maria Lopes. 1859-1939

consequências». Pelo Regulamento, aprovado em assembleia geral da Associação, de 21 de Dezembro de 1913, ao *médico* compete «todo o serviço de socorros clínicos aos bombeiros feridos em serviço e seu ulterior tratamento nos domicílios; prestar socorros no local dos incêndios a qualquer pessoa que deles necessite; e cuidar da ambulância e instruir o respectivo pessoal no serviço dos socorros».

7. *O primeiro comandante – dr. Joaquim Soares Pinto (1896-1913)*

Pelo art.º 100.º do Regulamento do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ovar, aprovado em assembleia geral de 20 de Agosto de 1896, «fica nomeado comandante do corpo activo desta Associação, o dr. Joaquim Soares Pinto». Este cidadão, a 1 de Outubro desse ano, foi escolhido, por unanimidade para esse cargo.

Dr. Joaquim Soares Pinto. 1867-1928

O dr. Soares Pinto (1867-1928, com 61 anos) exercerá o cargo de comandante de 1 de Outubro de 1896 a 25 de Outubro de 1913.

8. *Incêndio no Furadouro (4 de Outubro de 1896)*

A 4 de Outubro de 1896 arderam 16 prédios na praia do Furadouro, principiando o incêndio às 4 horas da tarde numa casa pertencente a José Valente Pereira, o *Mimoso*, da Rua da Capela Nova, e passando depois para os prédios da rua principal, tendo ardido parte do lado norte desta. A classe piscatória, indiferente, afirmava aos que corriam de Ovar em direcção à costa: – *Ninguém se canse que é nos palheiros dos ricos. O seguro paga tudo* (*O Ovarense*, de 11/10/1896).

Segundo *A Discussão* (de 11 de Outubro), «cobriu-se de povo a estrada que conduz à praia e, com rapidez pouco usual, foi atrelada a um *char-à-banc*, que conduzia os sócios activos da novel corporação dos bombeiros voluntários de Ovar, a antiga bomba municipal cedida pela Câmara àquela corporação».

Quando os bombeiros chegaram à praia o calor era insuportável. «À vista do incremento que o incêndio tomava, ameaçando levar a sua acção destruidora aos quarteirões fronteiros, foi pedido telegraficamente pelo comandante dos bombeiros de Ovar auxílio aos seus colegas de Espinho. Entretanto, tanto quanto humanamente era possível, visto a insuficiência de material e a falta de prática e de exercícios, começou a corporação dos bombeiros a fazer o ataque, buscando localizar o incêndio o mais possível e envidando todos os esforços para evitar a sua propagação aos prédios fronteiros», com o auxílio de banhistas e de cidadãos de Ovar. «Depois de uma luta de cinco horas pôde enfim conseguir-se a localização do incêndio que, ainda assim, devorou no quarteirão central, que fica entre as ruas dos Bombeiros Voluntários e do Comércio do Porto, quatorze casas, salvando-se com custo apenas três a poente desse quarteirão».

«Os voluntários de Ovar lutaram com enormíssimas dificuldades no combate ao fogo, pois que não tinham ainda nem a bomba que encomendaram, nem o carro do material. No entanto, é forçoso confessar que nesse grupo de rapazes dedicados houve quem se arrojasse extraordinariamente, arriscando, por vezes, a própria vida».

9. *O hino*

Benjamim Rodrigues da Silva *Nábia* (1867-1918), que foi *maestro* da Sociedade Filarmónica Ovarense, também denominada Banda Ovarense ou Música Velha, é o autor de um *Hino para a Associação dos Bombeiros de Ovar* (1896), que, apesar de devidamente aprovado, nunca foi considerado oficial.

Por sua vez, Luís Augusto de Lima, também conhecido por Luís Augusto Valério de Carvalho e por Luís Caca, que foi o primeiro *maestro* da Sociedade Musical Boa União, escreveu o *Hino da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar*. A 1 de Dezembro de 1896, a corporação agradeceu a Luís Lima esse hino que lhe fora dedicado.

10. *O primeiro capelão – padre José Maria Maia de Resende (20 de Dezembro de 1896)*

A 20 de Dezembro de 1896 foi nomeado *capelão* o padre José Maria Maia de Resende (1863-1940, com 76 anos), que celebraria a missa no dia da inauguração da Associação.

Padre José Maria Maia de Resende. 1863-1940 In: *Arquivo do Museu de Ovar*

11. *Inauguração solene da casa do material do incêndio (1 de Janeiro de 1897)*

A 1 de Janeiro de 1897 verificou-se a instalação definitiva e inauguração oficial da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

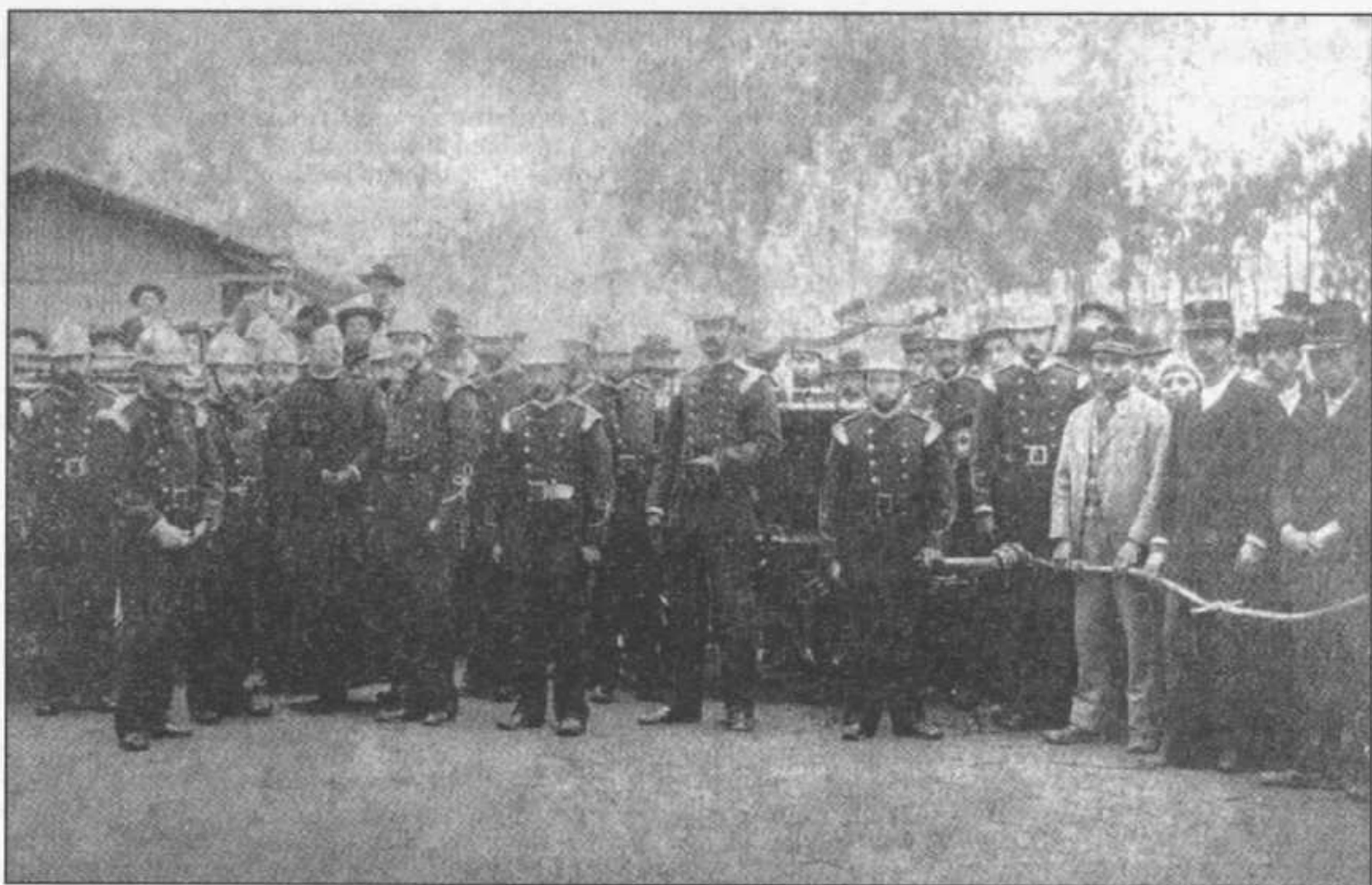
Nesse dia, às 7 horas da manhã, a filarmónica Boa União tocou em frente da casa do material do incêndio, sita junto à capela de Santo António, onde se achava arvorada a bandeira nacional; girândolas de foguetes anunciaram o começo das festividades.

O edifício da estação ou casa da Associação estava vistosamente decorado, bem como toda a rua – desde a esquina da Rua do Picoto até à Rua da Praça.

Às 10 horas, formaram na casa da Associação os bombeiros voluntários activos, partindo depois para a igreja matriz, precedidos pela Sociedade Musical Boa União e seguidos pelos bombeiros auxiliares e serventes, em número de vinte, todos sob o comando do dr. Joaquim Soares Pinto.

«A novidade daquele conjunto, as pessoas que figuravam no cortejo, o entusiasmo que despertava a marcha, atraiu à Praça e ruas circunvizinhas, muito povo, que seguiu atrás do cortejo para a igreja, que se encheu completamente, e depois até ao teatro» (*O Ovarense*, de 3 de Janeiro de 1897).

A missa foi rezada pelo capelão padre José Maria Maia de Resende, que segundo *O Ovarense*, de 3 de Janeiro, ao Evangelho, «dirigiu ao povo algumas palavras com aquela proficiência que todos lhe reconhecem. Quando s. ex.ª se referiu ao último incêndio do Furadouro repreendeu com severidade uma parte do povo que ali se conservou de braços cruzados perante o incêndio, que invadia os edifícios, enquanto os mais abastados e que ali não tinham prédios alguns trabalhavam denodadamente arriscando a sua vida; e sobretudo as críticas, que alguns, mais ignorantes faziam, propalando que os membros da comissão instaladora, se trabalhavam, era porque recebiam boa paga pelos seus serviços».

Após a missa seguiu o cortejo para a estação do caminho-de-ferro a buscar o carro do material e a bomba que haviam sido enviados pela casa Guilherme Gomes Fernandes & C.ª

1 de Janeiro de 1897. No cais do caminho-de-ferro.
No primeiro plano, os fundadores com o capelão, P.[re] José Maria Maia de Resende.

Na estação, Ricardo Ribeiro tirou uma fotografia da corporação dos bombeiros e material.

Organizado de novo o cortejo – Sociedade Musical Boa União, carro da bomba, conduzido pelos serventes, carro de material conduzido pela mesma forma, sócios auxiliares, e corpo activo de bombeiros –, encaminhou-se o mesmo pelos Pelames, Rua da Fonte, travessa da Fonte, Rua da Praça, Praça (lado norte), Largo de Serpa Pinto, Rua da Graça, Largo de S. Pedro, até ao Teatro Ovarense, onde se realizou a sessão solene, falando nesta o dr. António dos Santos Sobreira, presidente da assembleia geral que historiou os trabalhos da comissão instaladora, o dr. Joaquim Soares Pinto, que prestou justiça ao trabalho de João José Alves Cerqueira, e o cidadão Francisco Rodrigues do Vale.

Segundo *A Discussão*, de 3 de Janeiro, da Estação ao Teatro, o itinerário dos bombeiros foi levado a cabo «sob uma chuva contínua de flores, lançadas de muitos prédios pela fina flor da nossa primeira sociedade».

Terminada a sessão extraordinária da assembleia geral, organizou-se mais uma vez o cortejo até à casa da Associação, onde foi benzido o material pelo padre Maia.

Das 4 até cerca das 6 horas tocou, na Praça, a filarmónica.

Às 7 horas da noite, o povo acorreu ao teatro, fazendo encontrões à entrada para tomar lugares.

Às 8 horas principiou a récita de gala, com as comédias *Os gagos* e *À prova do crime*, e o drama *A herança do marinheiro*, desempenhados correctamente por amadores ovarenses: drs. António Santos Sobreira e João Maria Lopes, António Augusto Freire de Liz, Francisco Marques, José Marques, e José Ramos; e ainda por Adélia Sanguinetti.

Depois da primeira comédia, o dr. Sobreira recitou a poesia *O Bombeiro*.

A peça Os gagos, *desempenhada pelo grupo* Fol e Gaita.
Da esquerda para a direita, dr. António Descalço Pereira Coentro, Manuel Gomes Dias, o Manduca, *e o poeta António Dias Simões.*

12. *A bomba Metz e respectivo «break» (31 de Janeiro de 1897)*

A bomba *Metz* e respectivo *break*, contratada com a casa Guilherme Gomes Fernandes & C.ª, do Porto, e por esta encomendada, em Maio de 1896, à casa construtora, chegou a Ovar a 31 de Janeiro de 1897, Domingo.

A chegada da bomba foi assim noticiada pela *Discussão*, de 7 de Fevereiro: – «Já, desde as 2 horas da tarde, se achava postada junto da estação do material a filarmónica *Ovarense* que, por vezes, tocou o hino *Os Bombeiros* obsequiosamente oferecido pelo seu regente à Associação.

Cerca das 4 horas desfilou, em ordem de marcha ordinária, a companhia de incêndios, seguida de vários sócios auxiliares, e levando na sua frente aquela filarmónica, em direcção ao cais dos caminhos-de-ferro de Ovar.

Aí chegados e achando-se já atrelados ao *break* (o aportuguesamento desta voz inglesa é *breque*, um carro de tracção animal, aberto, de quatro rodas, com a boleia muito alta e os assentos, em geral, paralelos aos eixos) duas parelhas de magníficos cavalos, graciosamente cedidas pelo sócio auxiliar – Constantino Gomes de Pinho (o *Ti Constantino*, como era popularmente conhecido, foi o 1.º alquilador de Ovar e o mais famoso de todos) – desfilou o préstito, percorrendo as ruas designadas no programa da inauguração oficial e seguindo esta ordem: – 1.º A *bomba* e *break*; 2.º – A banda musical; 3.º – O corpo activo de bombeiros; 4.º – Os sócios auxiliares.

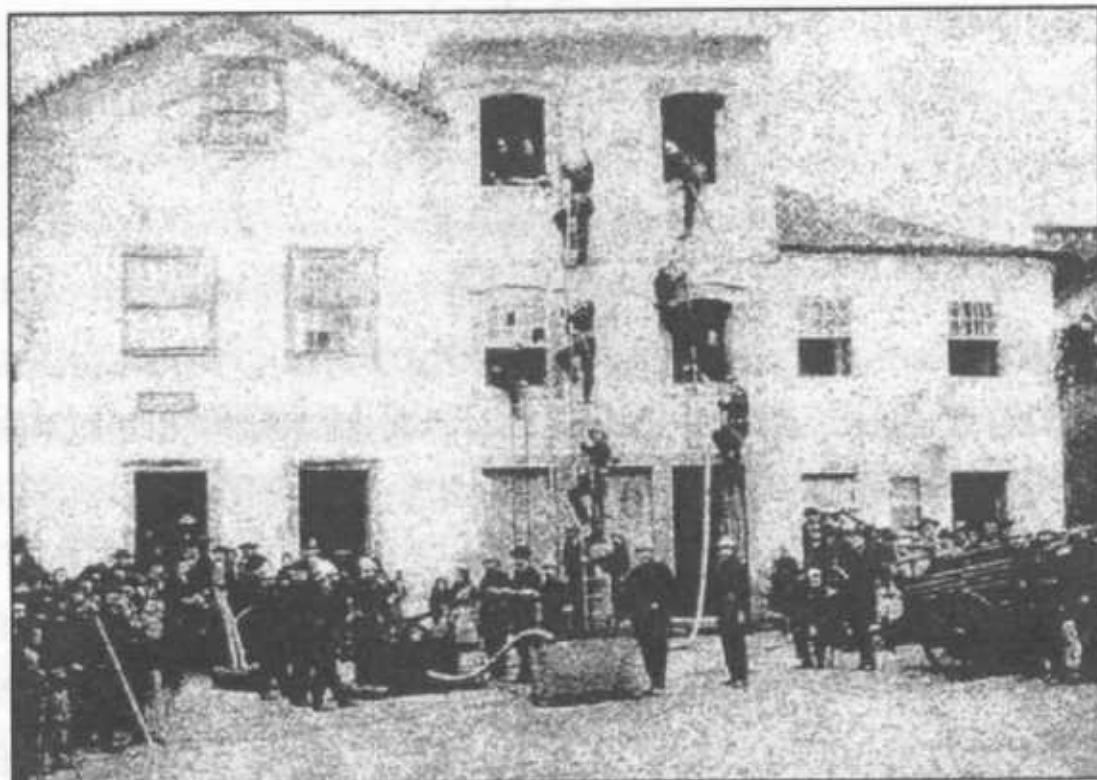
A benção foi feita em frente da capela de Santo António pelo reverendo padre Marques que, do melhor grado, se prestou a esta cerimónia no impedimento do capelão da Associação (a 12 de Janeiro de 1897, o irmão do padre José Maria Maia de Resende, Domingos Maia de Resende, disparou-lhe dois tiros de espingarda, quase à queima-roupa).

1.º de Janeiro de 1897. A primeira formatura da inauguração oficial, partindo da sede, junto à capela de Santo António, para a Igreja Matriz.

No dia 1 de Fevereiro foi despachada para o Porto, à casa Guilherme Gomes Fernandes & C.ª, a bomba de indústria nacional que a mesma casa havia cedido à Associação quando da inauguração oficial.

13. *O primeiro exercício geral (5 de Fevereiro de 1897)*

Na tarde de 29 de Janeiro de 1897, começaram «os exercícios de instrução do corpo activo de bombeiros, sob a direcção de Júlio Augusto Fernandes, aspirante n.º 5 dos Bombeiros Voluntários do Porto», exercícios «que, todas as tardes se fizeram parcialmente, no largo de Santo António, servindo de esqueleto a casa de dois andares do comendador Luís Brandão, que, para tal fim, a pôs às ordens da corporação».

Após apenas sete lições, aquele Júlio Augusto Fernandes declarou terminada a sua missão de ensino e foi marcado, para 5 de Fevereiro, o *exercício geral.*

Exercício geral.

Nesse dia, sexta-feira, «todo o corpo activo dos Voluntários de Ovar, devidamente uniformizado e debaixo do comando do seu instrutor, deu, em público, a sua *prova geral*», acto solene «a que concorreram os elementos oficiais e um grande e selecto número de damas e cavalheiros da nossa primeira *élite*, bem como um sem número de habitantes» de Ovar.

Às 3 horas e meia da tarde terminou o exercício e deu ingresso todo o material na estação da Associação. Às 5 horas foi servido «no vasto salão do sócio Silva Cerveira, a expensas dos respectivos sócios, o jantar que revestiu o tom de familiaridade, um opípero jantar, oferecido ao exm.º instrutor, e no qual tomaram parte, além de todo o corpo activo de bombeiros, vários sócios auxiliares», tendo os lugares de honra sido confiados «dum lado, ao dr. Soares Pinto, comandante do corpo activo, que à sua direita tinha o instrutor Búlio Fernandes e à esquerda o reverendo padre Marques; e do outro lado o dr. Sobreira, presidente da assembleia geral que, à sua direita, tinha o comandante dos Bombeiros Voluntários de Espinho, e à esquerda o presidente da direcção».

No jantar de gala, segundo reza *A Discussão* (de 7 de Fevereiro de 1897), que citamos, levantaram-se entusiásticos e eloquentíssimos brindes.

14. *A estreia (20 de Maio de 1897)*

A 20 de Maio de 1897, a corporação estreia-se no incêndio num prédio de casas altas, situado no Largo de S. Miguel, pertencente a Josefa Gomes da Silva, mãe de Manuel Gomes Dias.

O incêndio deflagrou numa quinta-feira, pelas 11 horas e meia da noite.

Para *O Ovarense* (de 23 de Maio de 1897), «a corporação merece os nossos sinceros elogios. O comandante foi inteligente, enérgico e modesto; o trabalho activo e sério; a corporação delicada para com os assistentes». Também para *A Discussão* (de 23 de Maio), não se pode «deixar de dizer que os Bombeiros Voluntários se apresentaram quase todos e atacaram o incêndio com serenidade, denodo e proficiência, não se poupando a trabalhos, por mais arriscados que fossem. Para estreia não se podia exigir tanto. Bem hajam.

Ficou ferido num dedo o 1.º patrão snr. Alves Cerqueira. Foi curado na ambulância pelo médico da Associação».

15. *Toques de incêndio (24 de Julho de 1897)*

Segundo Zagalo dos Santos (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), «em Agosto de 1883 tinha a Câmara uma bomba para incêndios e *O Ovarense* lembrava que seria mais interessante que se combinasse uma tabela de toques de incêndio para os diversos pontos da Vila e dos Lugares, do que manter o revelho sistema de toques de rebate, que era muito incómodo e deixava toda a gente sem saber para onde se dirigir.

Estabelecida a Associação dos Bombeiros, logo esta pensou em acabar com o alarme dado por todas as torres chamando ao atalhe do incêndio, e pediu à Irmandade de Santo António consentimento para colocar na sua torre uma caixa de sinais de alarme, o que fez em um de Julho de 1897. Em sessão desse mesmo mês (*do dia 24*), foi aprovada a tabela elaborada pelo Comandante Dr. Soares Pinto. Em Março de 98,

quando havia incêndio, o primeiro alarme era dado pela torre de Santo António, que era a mais próxima do quartel, seguindo-se depois a da Igreja que tinha também uma caixa de alarme».

Toques de incêndio

Badaladas	Lugares
4	Ruas da Praça, Graça, S. Tomé, Areal, Neves e Sant'Ana
5	Bairro dos Campos, Ruas do Loureiro, S. Bartolomeu e Lavradores
6	Rua das Figueiras, Outeiro, Fonte, Oliveirinha, Lamarão e Mota
7	Bairro da Arruela até à Poça
8	Ruas do Bajunco, S. Miguel, Lagoa, Nova, Velha, Pinheiro e Brejo
9	Ponte Nova, Ponte Reada e Sobral
10	Estação e Pelames
11	S. João, Cimo de Vila e lugares vizinhos
12	Ribeira
13	Ações, Granja e Guilhovai
14	Furadouro

Para cessar – *3 badaladas.*

No ano de 1905 um rebate falso alarmou a cidade com os toques de sino chamando os bombeiros para o bairro da Estação; verificou-se, já depois da saída destes, que o rebate fora originado por o sacristão de Santo António ter tocado para a missa e os outros sacristães, supondo toque a fogo, tocarem também os seus sinos.

16. *O primeiro aniversário (1 de Janeiro de 1898). A bandeira.*

No dia 1 de Janeiro de 1898, primeiro aniversário da inauguração da benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários, «depois da banda Ovarense haver executado várias peças do seu reportório junto da estação do material de incêndios, o corpo activo de bombeiros, uniformizado com grande gala, partiu, em marcha ordinária, para a igreja matriz, hasteando, no meio das duas secções, a rica e elegantíssima bandeira, cuja inauguração igualmente se celebrava.

Postados no corpo da igreja e debaixo de forma assistiram à missa conventual, finda a qual pelo reverendo abade da freguesia, dr. Alberto de Oliveira e Cunha, foi benzida a bandeira junto do altar-mor, onde o corpo activo se formou fazendo a sua guarda de honra. Terminada a missa, em cujo decurso a banda musical fez ouvir algumas peças a grande instrumental, dirigiu-se todo o corpo activo para o teatro», onde teve lugar uma sessão solene presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira.

Nessa sessão foram aprovadas, por unanimidade, as propostas para serem inscri-

tos sócios *beneméritos*, as companhas de pesca do Furadouro, e *honorários* as senhoras Maria Eduarda e Irene Camossa Ferraz.

Após a sessão, «recolheu o corpo activo à estação do material, onde ficou todo o dia, exposta ao público, a primorosa bandeira, e onde tocou toda a tarde a filarmónica *Ovarense*».

E continua *A Discussão*, de 9 de Janeiro de 1898, que temos estado a transcrever: – «Muito propositadamente deixamos para o fim a bandeira. É uma peça rica, primorosamente bordada, em magnífico *faille* vermelho, a ouro, prata e seda. O desenho, obra do sócio Freire de Liz, é de fino gosto; e a execução, confiada às exmas. D. Maria Eduarda e D. Irene Ferraz, é duma perfeição extraordinária, sobretudo se atendermos às dificuldades a vencer em todo o trabalho».

Às 8 horas da noite, com uma sala repleta, principiou, no teatro de Ovar, o espectáculo de gala. «No intervalo do 1.º para o 2.º acto do drama uma comissão composta do dr. Joaquim Soares Pinto, Francisco Marques da Silva e Costa e João José Alves Cerqueira, representando toda a corporação dos bombeiros, foram ao camarote em que se achavam D. Maria Eduarda e D. Irene Camossa Ferraz, ofertar-lhes um rico e elegantíssimo ramo de flores artificiais, cingido por uma larga fita *faille* vermelho em sinal do muito reconhecimento para com aquelas damas por parte da Associação, pelo facto delas se haverem prestado a bordar a bandeira da mesma Associação».

Nessa ocasião, pelo presidente da direcção, foram entregues a estas senhoras os diplomas de socias honorárias com que haviam sido agraciadas na assembleia geral da sessão solene.

O pano e o ouro da bandeira pagaram-nos os drs. António dos Santos Sobreira e João Maria Lopes.

Em Janeiro de 1923, foi restaurado o estandarte pelas senhoras Eduarda Sobreira, Alzira e Joana Raimundo.

17. *A inauguração solene da sede (28 de Maio de 1900). D. Luís Filipe, Presidente Honorário dos Bombeiros.*

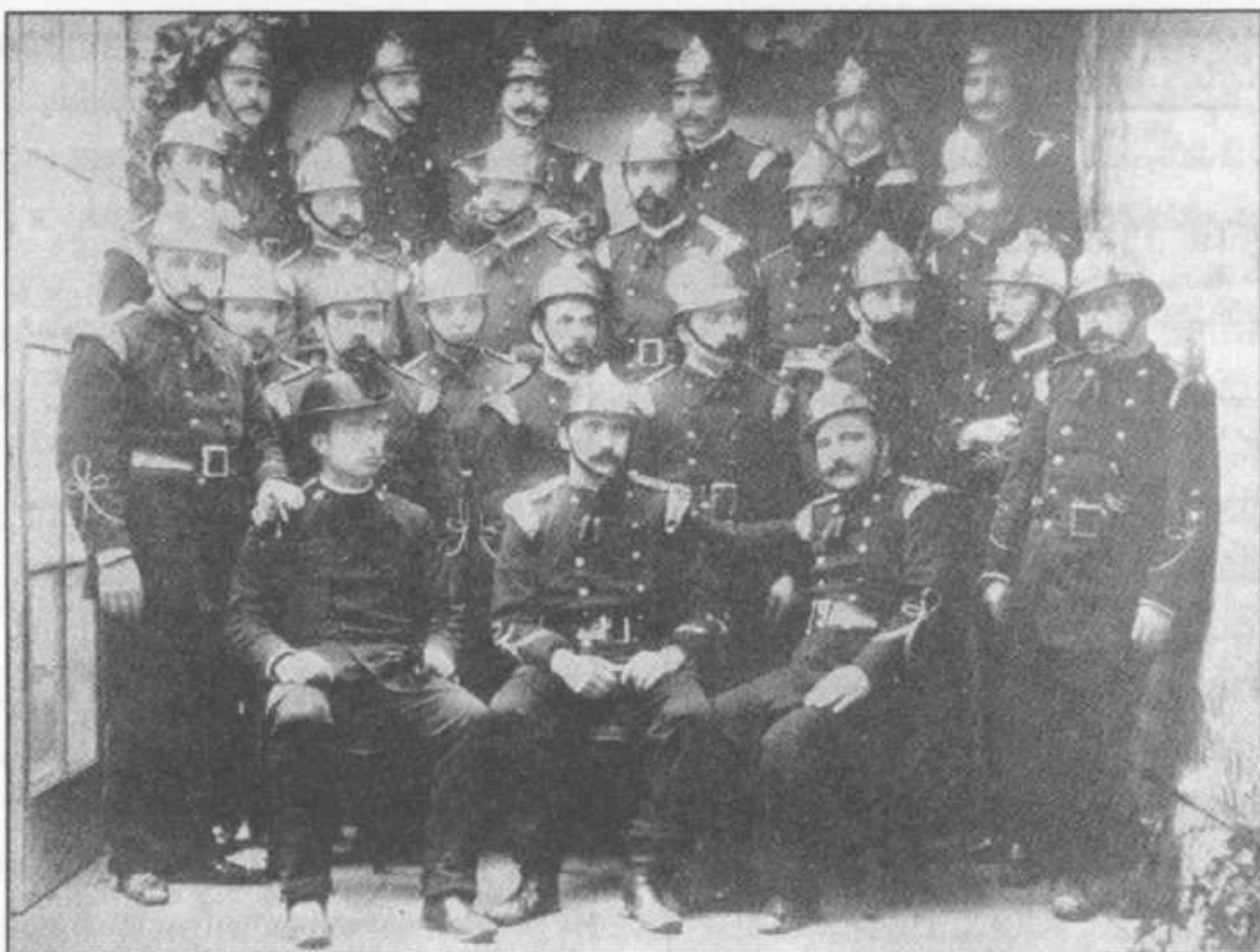
A 1 de Julho de 1898, pediram-se na Câmara Municipal, para secretaria da Associação, as divisões que na planta dos Paços do Concelho já tinham sido destinadas para o serviço de incêndio.

Em Dezembro desse ano foi instalado o ginásio com a respectiva aparelhagem no compartimento pegado à farmácia Lamy, e onde mais tarde se instalou a G.N.R.

A Câmara cedeu, posteriormente, mais duas salas, no interior. Uma foi a secretaria, onde os sócios jogavam e conversavam.

A 28 de Maio de 1900, dado que o eclipse total do sol podia ser magnificamente observado em Ovar, visitaram esta cidade o Príncipe Real D. Luís Filipe, herdeiro presuntivo do reino, e seu irmão o Infante D. Manuel.

Nesse mesmo dia a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários resolveu inaugurar a sua sede nos compartimentos que a Câmara Municipal lhe cedera nos novos Paços do Concelho.

Instalados aqueles Augustos visitantes nos «compartimentos reservados que a Câmara lhes havia destinado, foi o Príncipe Real cumprimentado pela direcção da

Fotografia de 1900.
No primeiro plano, de baixo para cima e da esquerda para a direita, os fundadores.
De pé: João José Alves Cerqueira. *Sentados:* P.^re José Maria Maia de Resende, Dr. Joaquim Soares Pinto, Dr. João Maria Lopes *e de pé o* Dr. António dos Santos Sobreira. *No segundo plano, 1.º* António Ferreira, *2.º* José Luís da Silva Cerveira, *5.º* José Gomes da Silva Bonifácio *e 7.º* José Ramos. *Terceiro plano: 3.º* Carlos Ferreira Malaquias, *4.º* Manuel António Lopes, *5.º* João António Lopes *e 6.º* José Enes. *Quarto plano: 2.º* António Augusto Freire de Liz, *4.º* António Pinto Lopes Palavra, *5.º* Frederico Ernesto Camarinha Abragão *e 6.º* Justino de Jesus e Silva.

Associação dos Bombeiros Voluntários que, pelo voz do seu digno presidente, lhe leu uma saudação de boas vindas e lhe depôs nas mãos o diploma de presidente honorário daquela Associação, que se achava encerrado numa magnífica pasta de pelúcia azul, forrada a seda branca, com cantos de prata, tendo na frente as armas reais portuguesas e no verso o emblema da Associação, com a dedicatória: *os bombeiros voluntários de Ovar – 28 de Maio – 1900*. Sua Alteza agradeceu tão alta e significativa distinção, ficando penhoradíssimo com a honra que lhe havia sido conferida» (*A Discussão*, de 3/6/1900).

18. *A visita de Guilherme Gomes Fernandes (Junho de 1900)*

Em Junho de 1900, visitou Ovar Guilherme Gomes Fernandes, Inspector Geral dos Incêndios, que foi acolhido, na estação dos caminhos-de-ferro, pela direcção dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

Guilherme Gomes Fernandes, acompanhado do corpo dirigente da Associação, seguiu para a estação do material, onde procedeu a rigoroso exame. «Achando tudo em ordem, não se furtou s. ex.ª a fazer os maiores elogios à corporação, já pela aquisição do material, que é de primeira ordem, já pela maneira como estava consti-

tuída tão humanitária instituição, que de certo havia de continuar as honrosas tradições das suas congéneres».

Na estação do material, o ilustre visitante foi saudado por todo o corpo activo, que trajava de grande uniforme.

Visitou, depois, a sede da Associação, a Igreja, Calvário, Teatro e Paços do Concelho. «À 1 e meia da tarde, a direcção e vários bombeiros activos e auxiliares acompanharam ao Furadouro o exímio inspector geral dos incêndios, donde voltaram para o Carregal, em cuja ria os esperava um esplêndido barco, muito amplo, convenientemente preparado para as receber, e que seguiu depois, velas ao vento, até à Ribeira».

Durante o passeio fluvial foi servido um magnífico jantar a bordo e, ao *toast*, foram levantados muitos brindes, que foram calorosamente correspondidos.

Na volta da Ribeira à cidade, descansou o ilustre em casa do dr. Joaquim Soares Pinto, onde foi servido um belo copo-de-água, e onde foram levantados repetidos brindes.

Finalmente, dirigiram-se todos para a estação dos caminhos-de-ferro, onde embarcou para o Porto o Inspector Geral dos Incêndios, «cuja visita tão gratas recordações deixou àqueles que tiveram a ventura de conviver com ele durante algumas horas» (*A Discussão*, de 10/6/1900).

Em Outubro de 1903 foi adjudicada a construção do primeiro esqueleto, que foi em madeira. A 9 de Dezembro desse ano principiaram as obras, na estação do material, para a construção do esqueleto, tendo a *casa esqueleto* sido inaugurada a 7 de Março de 1904.

Em 1913, a Associação pediu à irmandade de Santo António autorização para nas traseiras da capela daquele santo instalar um esqueleto de ferro para os exercícios de escalada, o que lhe foi consentido a 6 de Junho. Este esqueleto foi mudado na primeira quinzena de Julho de 1928 para o quintal da sede da Associação.

A 14 de Novembro de 1913, o Governador Civil de Aveiro, Alberto Ferreira Vidal, aprovou a reforma dos Estatutos da Associação (*os segundos estatutos* – 1913/1991).

Pelos novos Estatutos a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar, instituição humanitária e beneficente, fundada em 23 de Maio de 1896, como instituição humanitária, tem por fim e obrigação «socorrer os habitantes do concelho de Ovar em qualquer incêndio, explosão, inundação, desabamento ou outras calamidades públicas», e «socorrer os habitantes dos concelhos limítrofes, quando solicitado o seu auxílio e isso não prejudique os deste concelho e caiba nas suas forças».

O segundo Regulamento do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ovar foi aprovado, a 21 de Dezembro de 1913, em assembleia geral.

Nos termos do Regulamento do corpo de Bombeiros Voluntários de Ovar, de 20 de Agosto de 1896, «nenhuma bomba ou carro poderá sair sem que seja acompanhada, pelo menos, por um sócio activo, com seu competente distintivo ou fardamento.

Quando o incêndio for no Furadouro ou outra parte distante, será atrelada uma parelha de cavalos ao *break* da bomba da alquilaria que a direcção tenha contratado; ou qualquer outra, caso haja impossibilidade de a primeira a fornecer».

A 1 de Agosto de 1914, no cartório do dr. António dos Santos Sobreira, efectuou--se um contrato de prestação de serviços entre a Associação e o alquilador José Lou-

reiro, obrigando-se este a apresentar duas parelhas na estação de material, dentro de 15 minutos contados do 1.º sinal de alarme, bem como a transportar para o local do incêndio o material necessário.

O alquilador José Pinto Loureiro, compadre do *Ti Constantino*, tinha a sua alquilaria nas Pontes, na Rua Elias Garcia, onde actualmente se localiza o talho Gama.

19. *Presidentes da Assembleia Geral*

1.º Dr. António dos Santos Sobreira (1897-1898)
2.º Padre Francisco Marques da Silva (1899-1900)
3.º Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (1901-1903)
4.º Dr. Domingos Lopes Fidalgo (1904)
5.º Dr. António dos Santos Sobreira (1905-1909). *Pela 2.ª vez.*
6.º Dr. José Duarte Pereira do Amaral (1910-1913)
7.º Dr. António dos Santos Sobreira (1914-1919). *Pela 3.ª vez.*
8.º Dr. José Duarte Pereira do Amaral (1920-1921). *Pela 2.ª vez.*
9.º Dr. António dos Santos Sobreira (1922). *Pela 4.ª vez.*
10.º Dr. João Maria Lopes (1923)
11.º Dr. José Duarte Pereira do Amaral (1924-1926). *Pela 3.ª vez.*
12.º Dr. Álvaro Valente de Almeida (1927-1928)

Filho de Manuel Valente de Almeida, negociante e importante proprietário, e de Rosa Ferreira do Patrocínio, faleceu em Lisboa, a 3 de Fevereiro de 1930.

Médico, doença impediu-o de abrir consultório.

Dr. Álvaro Valente de Almeida.

13.º Ângelo Zagalo de Lima (1929-1930)
14.º António Augusto Freire de Liz (1931-1937)
15.º Manuel Pacheco Polónia (1938-1949)
16.º António Coentro de Pinho (1950-1994)
17.º Dinocrato Formigal e Costa (1995-2001)
18.º Dr. João da Silva Natária (2001)

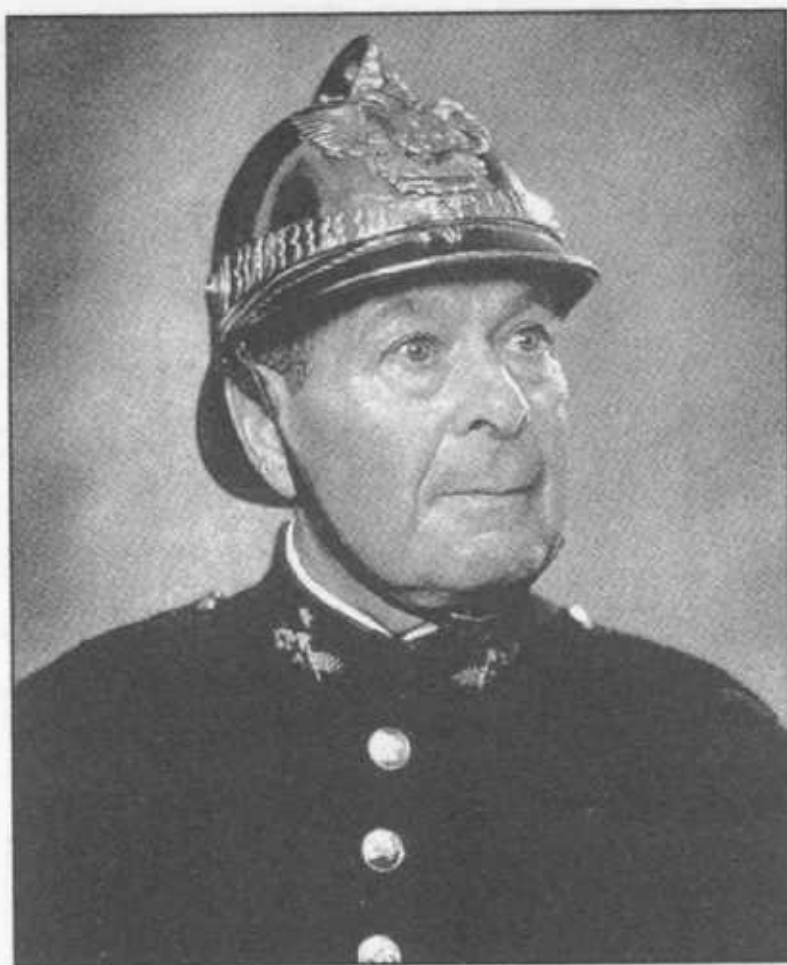
20. *Presidentes da Direcção*
1.º João José Alves Cerqueira (1897-1898)
2.º Dr. António dos Santos Sobreira (1899-1900)
3.º Dr. João Maria Lopes (1901-1905)
4.º Dr. Domingos Lopes Fidalgo (1906)
5.º Dr. João Maria Lopes (1907-1909). *Pela 2.ª vez.*
6.º Dr. António dos Santos Sobreira (1910-1912). *Pela 2.ª vez.*
7.º Dr. João Maria Lopes (1913-1919). *Pela 3.ª vez.*
8.º Dr. António dos Santos Sobreira (1919-1921). *Pela 3.ª vez.*
9.º Dr. José Duarte Pereira do Amaral (1922)
10.º Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva (1923)

Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva. 1872-1941

11.º Dr. João Maria Lopes (1924-1937). *Pela 4.ª vez.*
12.º António Augusto Freire de Liz (1938)
13.º Dr. Afonso Ferreira Martins (1941-1943)
14.º José Augusto Lopes Fidalgo (1944-1949)
Escrivão de direito, filho de António Lopes e de Maria do Carmo de São José, neto paterno de Domingos Lopes e de Vitorina Marques, de S. João, e neto materno de Fernando Correia Vermelho e de Antónia Maria de S. José, da Estrada da Ribeira, nasceu a 18 de Maio de 1884, tendo casado, a 31 de Julho de 1917, com Irene Augusta Silveira Abreu, de Espinho, filha de António Augusto Abreu e de Hermínia Augusta da Fonseca Silveira Abreu.

A 2 de Maio de 1919 foi despachado para escrivão do 3.º ofício do tribunal judicial, tendo sido transferido, por despacho de 13 de Fevereiro de 1942, para a 1.ª secção, onde se manteve até 1952.

Foi comandante dos Bombeiros Voluntários, presidente da direcção e da assembleia geral da Associação Desportiva Ovarense, e presidente da assembleia geral da Música Nova.

José Augusto Lopes Fidalgo. 1884-1962

Na Primeira República, aderiu ao partido republicano radical (1924-1926).

Pai de Maria do Carmo Fidalgo Ventura e sogro de Manuel Ventura da Silva, veio a falecer, com 77 anos, a 10 de Abril de 1962, na Rua Eça de Queirós.

15.º José Rodrigues de Pinho (1950-1969)

Segundo comandante (desde 15 de Outubro de 1915), comandante (15 de Outubro de 1925), e Presidente da Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários (1950-1969), José Rodrigues de Pinho, que foi um distintíssimo funcionário público (tomou posse, a 31 de Julho de 1919, do cargo de aspirante de finanças em Ovar), que chegou a Director de Finanças do Distrito do Porto (1949-1961), nasceu em Ovar, a 2 de Junho de 1891, filho de Francisco Rodrigues de Pinho e de Margarida Ferreira,

José Rodrigues de Pinho no uso da palavra, em sessão solene presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, e tendo ao seu lado esquerdo o dr. Manuel Tarújo de Almeida.

Manuel Ribeiro Pinto da Gama

Armindo Godinho de Almeida.

casou com Rosa Maria Gomes Veiga, filha de Plácido Augusto Veiga, proprietário da tipografia *Ovarense*, e de Maria José dos Santos, a 11 de Dezembro de 1917, em S. Martinho da Gândara, e veio a falecer, a 15 de Novembro de 1969, com 78 anos, na sua casa da Estrada de S. João.

Democrata, antigo combatente da Grande Guerra, foi mação (1928), com o nome de Magalhães Lima, tendo feito parte da *Loja Beira-Mar* (1930) em Ovar, e foi Presidente da Assembleia Geral (15/12/1957-1969) da Casa dos Pobres.

16.º Dr. João da Silva Natária (1971-1980)

17.º Manuel Ribeiro Pinto da Gama (1980-1983)

Nasceu a 22 de Novembro de 1926, na Rua Luís de Camões, filho de Guilherme Lúcio Pinto da Gama e de Maria da Piedade Camossa de Pinho Ribeiro, e casou, a 9 de Julho de 1961, com Maria Otília Rodrigues Muge, da família Muge, proprietária da fundição de metais Sociedade Metalúrgica Ovarense – SMOL –, cujos edifícios e terrenos viriam a ser vendidos, a 27 de Fevereiro de 1987, à Associação dos Bombeiros Voluntários, para a construção do seu novo quartel.

18.º Armindo Godinho de Almeida (1983-2001)

Gerente do Banco Nacional Ultramarino em S. João da Madeira (1988-1993) e em Ovar (desde 2 de Maio de 1993), nasceu no lugar de Pereira, da freguesia de Válega, a 22 de Junho de 1941, filho de José Maria de Almeida e de Generosa Ester da Silva Godinho, tendo casado, a 8 de Maio de 1966, com Ilda Alves Pereira, natural de Ovar.

19.º Dinocrato Formigal e Costa (2001)

21. *Os Comandantes*

1.º Dr. Joaquim Soares Pinto (1/10/1896-25/10/1913)

2.º João José Alves Cerqueira (1914-29/12/1919)

Imediato desde 1896.

3.º Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva (1920-1925)

4.º José Rodrigues de Pinho (15/10/1925-1949)

Segundo comandante desde 15 de Outubro de 1915.

5.º José Augusto Lopes Fidalgo (1950-1959)

6.º Manuel Morais Pardo de Oliveira (1959-1974)

Nasceu a 5 de Julho de 1915, em Malange, Angola, filho de João Manuel Pardo de Oliveira e de Maria José de Morais, tendo casado com Ema da Anunciação Alves da Silva.

Capitão miliciano, foi durante muitos anos administrador da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, exercendo essas funções com competência, honestidade e grande dedicação à instituição.

Manuel Morais Pardo de Oliveira.

Manuel Joaquim Soares Patrício.

7.º Manuel Soares Marques Patrício (1975-2001)
Funcionário da firma F. Ramada, nasceu em Ovar, a 17 de Dezembro de 1941, filho de Manuel Marques Patrício e de Rosa Soares de Oliveira Patrício, neto paterno do professor do ensino básico Manuel José Patrício (natural da Murtosa, 1896-1976), tendo casado, a 23 de Fevereiro de 1969, com Elisabete Alves Pereira, natural de Ovar.
8.º António Carlos de Pinho Borges (desde 14/1/2001)
Nasceu em Válega, a 18 de Agosto de 1951, e casou com Ana Macedo Borges.

22. *Os Beneméritos*

António Carlos de Pinho Borges.

Entre os beneméritos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar merecem uma referência especial Francisco de Oliveira Gomes Ramada, José Augusto Ferreira Malaquias, Francisco Inácio de Oliveira Duarte e Carlos Soares Ferreira Malaquias.

Francisco Ramada, que foi bombeiro, como seu pai Manuel Bernardino de Oliveira Gomes, foi um grande benfeitor da instituição. Sócio benemérito, teve pública homenagem a 1 de Janeiro de 1961.

José Augusto Ferreira Malaquias, filho de Carlos Ferreira Malaquias e de Rosa Gomes da Silva, popularmente conhecido pelo *Zé dos Vidros*, faleceu, com 68 anos, a 22 de Janeiro de 1967. Ele e sua mulher, Raquel Ferreira Malaquias, falecida a 24 de Agosto de 1974, com 84 anos, deixaram aos Bombeiros Voluntários, por testamento, uma quinta na Cova do Frade, Estrada do Furadouro, e uma casa de habitação térrea, na Rua dr. Manuel Arala.

José Augusto Ferreira Malaquias alistou-se nos Bombeiros, em 1926, tendo feito a sua apresentação pública a 1 de Janeiro do ano seguinte. Fez parte do corpo activo durante 40 anos, sendo à sua morte Ajudante do Comando.

Francisco Inácio de Oliveira Duarte e Clementina Ferreira Durão.

Francisco Inácio de Oliveira Duarte, que faleceu a 14 de Abril de 1978, e sua mulher Clementina Ferreira Durão, falecida a 18 de Março de 1983, deixaram à Associação, também por testamento, de 30 de Dezembro de 1977, andares na Reboleira, Amadora.

Este casal foi homenageado, pela Associação, a 1 de Janeiro de 1981.

Carlos Soares Ferreira Malaquias e sua esposa Maria Fausta Fragateiro Matos Malaquias, grandes beneméritos da Associação, foram por esta homenageados, após a sua morte, ocorrida num trágico acidente de viação, a 3 de Junho de 1991. A 19 de Dezembro de 1993, quando da inauguração da sua terceira sede, no Alto Saboga, foi descerrada uma placa na Sala de Reuniões, com o nome de *Sala D. Fausta e Carlos Malaquias*.

A firma Malaquias (1896). A Família Malaquias

Família de importantes comerciantes, a *Família Malaquias* descende de Carlos Malaquias, negociante, natural de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, filho de Francisco Malaquias e de Pulquéria Pinto dos Santos, também negociantes, e que casou com Maria Rosa Ferreira Marcelino, natural de Ovar.

Com estabelecimento de vinhos a retalho, no lugar do Outeiro (Rua dr. José Falcão), comprando o vinho directamente na região da Bairrada, veio a falecer, com 96 anos, a 6 de Abril de 1932, na Rua dr. Manuel Arala.

Filhos do casal Carlos/Maria Rosa:

– Carlos Soares Malaquias, que nasceu a 16 de Janeiro de 1871, casou (1892) com Rosa Gomes da Silva (†1941), e tomou posse de ajudante da Conservatória do Registo Predial a 20 de Março de 1899, vindo a falecer, com 70 anos, no Largo Cinco de Outubro, a 4 de Janeiro de 1942. Foram filhos destes Carlos/Rosa – Antero Ferreira Malaquias, radicado também na Conservatória do Registo Predial, desde 11 de Outubro de 1935, que casou com Palmira Gomes Malaquias, e que veio a falecer, a 24 de Setembro de 1965, com 57 anos; Francisco Ferreira Malaquias; Ilda Ferreira Malaquias Graça; Manuel Augusto Ferreira Malaquias; e José Augusto Ferreira Malaquias, benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Ovar e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar, popularmente conhecido pelo *Zé dos Vidros*, que nasceu a 22 de Outubro de 1898, casou com Raquel Ferreira Malaquias (†1974, com 84 anos), e faleceu com 68 anos, a 22 de Janeiro de 1967. Tendo o presidente da comissão administrativa da Misericórdia, dr. Manuel Tarújo de Almeida, abandonado o cargo (1963) para ocupar o de Subsecretário de Estado do Orçamento, ficou, então, em exercício o vice-provedor (1954-1966) José Augusto Ferreira Malaquias.

José Augusto Ferreira Malaquias. 1898-1967

– José Ferreira Malaquias, que nasceu a 3 de Outubro de 1873, foi, por volta dos 20 anos, componente da Música Nova (com José da Silva Bonifácio e Manuel Fernandes Teixeira, entre outros), tendo casado (1910) com Carolina Alves Soares Malaquias (†1959, com 79 anos, no Rio de Janeiro, Brasil).

José Ferreira Malaquias fundou (1896) a firma Malaquias, com vinhos e azeites,

José Ferreira Malaquias. 1873-1933

tendo as primitivas instalações na Rua dr. Manuel Arala, no local onde hoje se acha uma estação de serviço de automóveis. Mais tarde, transferiu as instalações para a Rua Padre Ferrer, contígua à Rua do Loureiro, onde actualmente se localizam os armazéns Ferreira Malaquias, Ld.ª

Em 1914, José Ferreira Malaquias e comerciantes do Porto fundaram a *Sociedade Mercantil & Industrial, Lda.*, para a exploração da indústria de descasque de arroz, com instalações próprias junto à estação da C.P.

Na Mercantil, José Ferreira Malaquias empregou muitos dos músicos da Sociedade Musical Boa União (*Música Nova*).

Veio a falecer, com 59 anos, na Rua dr. Manuel Arala, a 3 de Janeiro de 1933.

Irmãos de sua mulher, foram Manuel Alves Soares (†1941, no Porto, com 62 anos), grande capitalista, importantíssima figura do meio comercial, membro do Conselho de Administração d'*O Primeiro de Janeiro*, casado com Maria Celestina Alves Soares; e Beatriz Alves Soares Baptista, casada com o farmacêutico Carlos Alcântara Rifa da Gama Baptista.

Filhos do casal José/Carolina:

– Álvaro Ferreira Malaquias, que nasceu a 28 de Novembro de 1914 e casou com Maria Rosa Rocha Malaquias, e que continuou o negócio de seu pai, juntando-se-lhe (1943) seu irmão Carlos Soares Ferreira Malaquias, que regressara do Brasil. Este continua sócio da Ferreira Malaquias, Ld.ª, após a sua saída (1970) para se dedicar ao comércio de artigos desportivos, comércio actualmente nas mãos de seu sobrinho Alberto Manuel Matos Gil de Sousa Lamy.

O grupo Malaquias é composto por duas empresas, a Ferreira Malaquias, Ld.ª, que comercializa e engarrafa os vinhos Malaquias e o vinho Dão *Cova do Frade*, e a Malaquias – Distribuição Alimentar, Ld.ª, que tem o maior *Cash & Carry* do distrito de Aveiro. O grupo tem, também, a cadeia de supermercados *Novo Horizonte*, com cinco lojas distribuídas por Ovar, Espinho e S. João da Madeira.

O casal Álvaro/Maria Rosa teve três filhos: – Álvaro, Fernando e Maria Lídia.

– Dr. José Ferreira Malaquias, que nasceu em 1913 e se formou em medicina (1939), tendo casado (1952, Estoril) com Maria da Conceição Martins de Carvalho Ferreira Malaquias.

– Júlia Alves Soares da Rocha, que nasceu em 1920, casou com Manuel Francisco da Rocha, e faleceu a 7 de Junho de 2000, no Brasil.

– Maria Cândida Alves Soares da Rocha (†2001), que nasceu em 1911 e casou com Crispim José da Rocha (†1964, Lisboa). O filho deste casal, Paulo Rocha (Porto, 1935), que foi assistente de Jean Renoir, e que se estreou no filme de fundo com *Verdes Anos* (1963), regressou com *Mudar de vida* (1967), cuja acção decorre na ria e na praia do Furadouro.

– Maria da Conceição Alves Soares Rocha, que nasceu em 1918 e casou com Domingos Francisco da Rocha.

– Carlos Soares Ferreira Malaquias, que nasceu a 22 de Junho de 1916, e casou (1945) com Maria Fausta Fragateiro Matos, filha de Francisco Matos e de Rosa dos Santos Fragateiro. O casal veio a falecer, a 3 de Junho de 1991, num grave acidente de viação ocorrido perto de Coruche, vindo a ser sepultado em Ovar, a 5 do mesmo mês.

Comerciante, desportista, benemérito dos Bombeiros, da Música Nova e do Orfeão, Carlos Malaquias foi o introdutor do badmington em Ovar (1954), que muito lhe ficou a dever no campo do desporto: construiu um campo de ténis particular, na praia do Furadouro (1956); outro no campo Marques da Silva (1966) para a Associação Desportiva Ovarense; e ainda outro, de piso absorvente, no Parque de Campismo do Furadouro (1978).

Foi o iniciador, em 1977, no Orfeão de Ovar, do *mini-ténis*; e, em 1988, um dos fundadores do Clube de Ténis de Ovar, tendo sido presidente do seu conselho fiscal desde a fundação até à sua morte.

Presidente do Rotary Clube de Ovar (1989-1990), foi eleito Presidente da Direcção da Sociedade Musical Boa União, a 26 de Janeiro de 1958, tendo sido dirigente durante muitos anos da Música Nova (que era designada por *Banda Malaquias*), pela qual tinha uma grande devoção e foi seu grande benfeitor.

Monsenhor José dos Santos Ala (1896)

Sacerdote distinto, político *progressista*, o dr. José dos Santos Ala nasceu na Rua das Ribas, a 12 de Dezembro de 1834, filho de José dos Santos Ala, natural de Águeda, e de Antónia Maria de Jesus, de Ovar, ordenou-se presbítero no Porto (1860), formou-se em teologia (Coimbra, 1866), foi Capelão Fidalgo desde 1895, tendo sido agraciado, no ano seguinte, com o título de Monsenhor pelo Papa Leão XIII.

Veio a morrer pároco da Ajuda, em Lisboa, a 6 de Janeiro de 1909.

Dr. José dos Santos Ala. 1834-1909
In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1917*

O Abade dr. Alberto de Oliveira e Cunha (1897-1936)

O abade dr. Alberto Cunha, que governou a igreja de Ovar de 30 de Agosto de 1897 a 29 de Agosto de 1936, nasceu na Murtosa, a 26 de Janeiro de 1858, filho de Manuel José de Oliveira e de Maria José da Cunha e Silva.

Formou-se em direito (1889) e foi, por falecimento do abade de Válega, dr. Manuel Marques Pires, vigário da vara do 3.º distrito eclesiástico da comarca da Feira desde Maio de 1899 até à sua morte.

Na Monarquia foi *regenerador*, tendo secretariado a assembleia geral deste partido efectuada a 5 de Janeiro de 1908, em casa da viúva de Francisco da Fonseca Soares, na Rua dos Ferradores.

Comissão de Beneficência Escolar da freguesia de Ovar.
Em pé, da direita para a esquerda: dr. Alberto de Oliveira e Cunha, Abade de Ovar; João José Alves Cerqueira; Artur Ferreira da Silva; dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves.
Sentados, pela mesma ordem: Celestino Soares de Almeida; professora Gracinda Augusta Marques dos Santos; e dr. João Maria Lopes.
In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1914.*

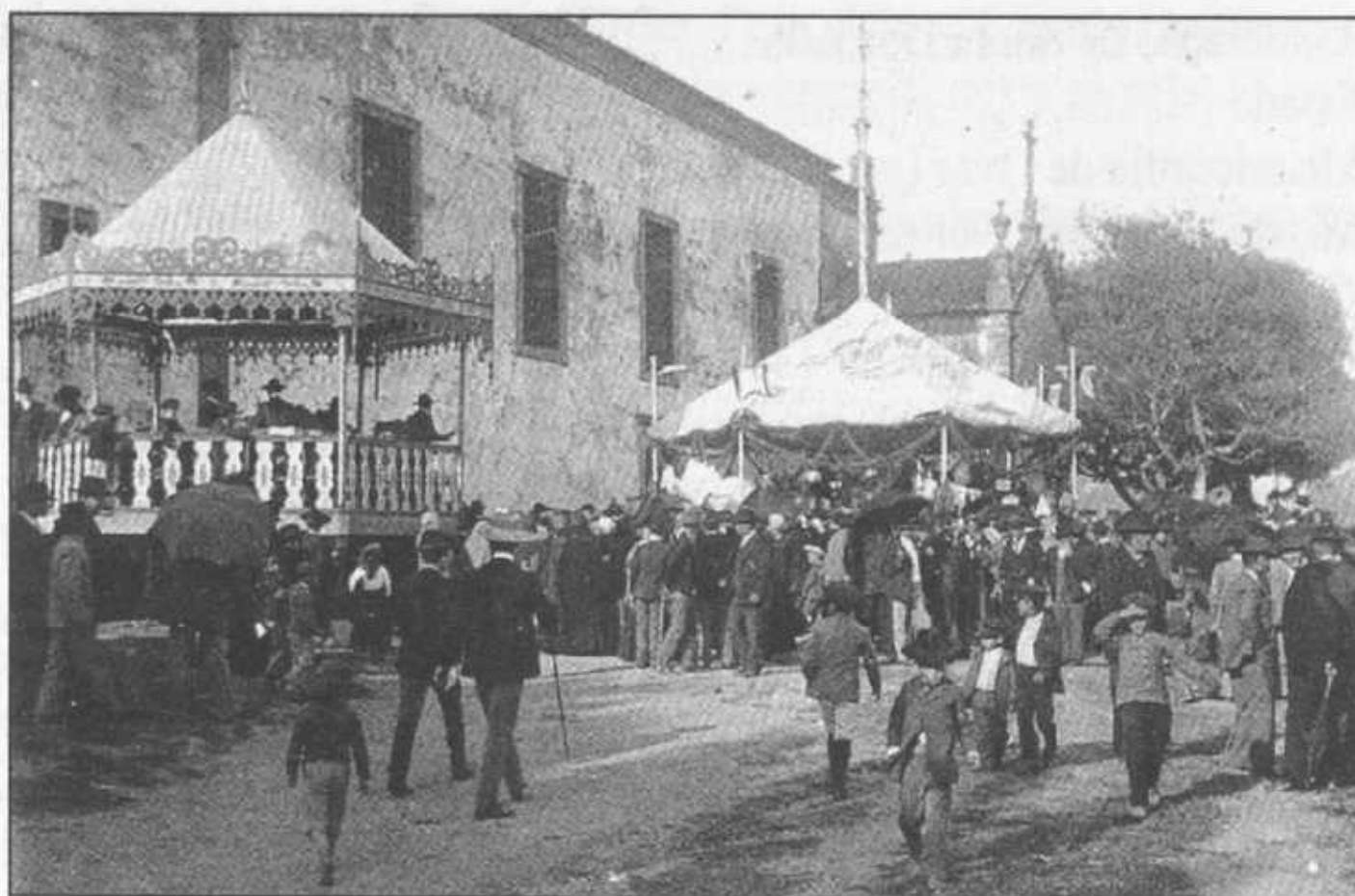
Em 19 de Março de 1910 teve uma questão grave com um padre residente em Ovar, o padre Fura. Todos os paroquianos se inclinaram para o abade e a imprensa local atacou vivamente aquele padre que, segundo o *Jornal de Ovar*, devia regressar «no mais curto espaço de tempo à diocese que o abortou – Portalegre», dado que só tinha dois caminhos a seguir – *Portalegre ou África.*

Para *O Povo de Ovar* (de 3/9/1936), o dr. Alberto Cunha foi um «padre liberal, não o aterrou a implantação da República», acatando na medida do possível as suas leis e merecendo dos republicanos locais as maiores provas de consideração pessoal. «Foi sem dúvida devido à sua acção inteligente de pároco que, no período agitado que se seguiu à implantação da República, a vida religiosa da freguesia não sofreu qualquer alteração».

A 8 de Maio de 1911, o clero do 3.º distrito de Santa Maria da Feira reuniu sob a sua presidência, a fim de resolver sobre a atitude a tomar a respeito da *lei da separação da Igreja e do Estado*, e, por unanimidade, recusou os benefícios que a República lhe conferia.

Em Ovar repicaram festivamente os sinos da Igreja paroquial e de todas as capelas da cidade, quando se tomou conhecimento que na Assembleia Nacional Constituinte, a 19 de Junho de 1911, se fizera a proclamação da *República democrática* como forma de governo.

A *proibição de procissões fora dos templos, dos adros e dos arraiais* nunca se fez sentir em Ovar, dada a amizade franca entre o dr. Alberto de Oliveira e Cunha e o chefe democrático dr. Pedro Chaves.

O dr. Alberto Cunha veio a falecer a 29 de Agosto de 1936. Acompanharam-no à última morada os republicanos locais drs. Pedro Chaves, Domingos Lopes Fidalgo e José Eduardo de Sousa Lamy, major Manuel Rodrigues Leite e tenente José de Oliveira Pinho.

Final do século XIX.
Festa no adro da Igreja Matriz.

O irmão do dr. Alberto de Oliveira e Cunha, o dr. Joaquim José de Oliveira e Cunha, foi abade da Sé do Porto, e seu sobrinho, o padre Joaquim dos Santos e Cunha (Missa Nova, 1930), foi abade da freguesia de Cortegaça (1943-1969).

O padre João de Oliveira Saborino – o Colégio-Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria (1897-1910). A Capela do Colégio das Doroteias (1909-1910). A Congregação Mariana (1899)

O padre João de Oliveira Saborino, filho de Manuel de Oliveira Saborino ou Severino e de Rosa de Oliveira de Sousa, negociantes, nasceu em Ovar, a 10 de Setembro de 1822, e aqui faleceu, com 83 anos, a 12 de Agosto de 1905.

A 11 de Novembro de 1896, doou uma casa com quintal, na extremidade do bairro de Sant'Ana, a D. Joaquina Gomes e D. Ana do Espírito Santo Morais, irmãs Doroteias, que aceitaram a doação para estabelecer ali um colégio de educação e instrução gratuita de meninas pobres da freguesia.

Como as Doroteias também podiam admitir meninas abastadas, o colégio pouco veio a interessar às pobres de Ovar. O edifício vasto, amplo e bem ventilado, nunca foi um *asilo* mas somente uma casa de educação e catequese.

O *Colégio-Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria*, também conhecido por *Asilo do padre Saborino* ou *Asilo das Doroteias*, abriu a 21 de Outubro de 1897. Proclamada a República, o colégio foi encerrado, a 8 de Outubro de 1910, passando o edifício para a posse do Estado que o cedeu, provisoriamente, à irmandade da Misericórdia de Ovar, a 28 de Janeiro de 1911. E, por força da lei n.º 742, de 20 de Julho de 1917, passará definitivamente para esta associação.

A fortuna do padre João de Oliveira Saborino foi, assim, pertença:

– da Associação de Santa Doroteia 1897-1910
– do Estado 1910-1911
– da Misericórdia de Ovar (*provisoriamente*) 1911-1917
– da Misericórdia de Ovar (*definitivamente*) 1917-

Pelo decreto de 28 de Maio de 1834 (Joaquim António de Aguiar), foram extintas as congregações, os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares. Porém, a coberto do decreto de 18 de Abril de 1901 (Hintze Ribeiro), que legalizou o regresso de frades e freiras desde que se dedicassem ao ensino ou assistência, por volta de 1910 mais de 30 congregações ou associações religiosas, com 160 casas, viviam em Portugal.

Entre estas, a *Associação de Santa Doroteia*, cuja superiora residia em Lisboa, na casa do Quelhas, junto à igreja dos jesuítas, era proprietária do *Colégio dos Sagrados Corações de Jesus e Maria*, situado na Travessa de Sant'Ana, em Ovar, de ensino e educação a pensionistas instaladas e de aulas gratuitas e de lavor para meninas pobres.

Os jesuítas, «controlavam ao que parece, a ordem religiosa feminina das Doroteias» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*), ordem que dirigia vários colégios do País. As Doroteias eram consideradas as *Jesuítas de saias*.

O órgão dos republicanos locais, *A Pátria* (de 20/6/1912), afirmaria que o padre João deu o edifício às irmãs «exactamente como o logrado pelo *conto do vigário*, entrega voluntariamente ao gatuno o produto das suas economias». Para ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 12/3/1953), «só por ironia, por sarcasmo colectivo, se continuou chamando asilo a uma Casa que foi sempre e somente, uma Casa de educação e catequese e nunca abriu as suas portas pelas mãos das legítimas donatárias, à velhice desprovida e entrevada».

Foram directores do Colégio-Asilo:

1.ª *Madre Barbosa*

D. Ana da Silva Barbosa, natural de Ovar, e que aqui faleceu a 10 de Abril de 1899.

2.ª *Madre Morais*

A Madre Superiora Doroteia Morais, natural de Lisboa, filha de Manuel Lourenço de Morais e de Maria Marticiana Leal de Morais, faleceu a 6 de Julho de 1908, com 58 anos. Noticiando o falecimento desta madre-superiora do Colégio dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, dirigido pelas Doroteias, o órgão republicano local, *A Pátria* (de 9/7/1908), aproveitava para manifestar o seu feroz antijesuítismo: – «O saimento fúnebre efectuou-se na 2.ª feira às Ave-Marias, incorporando-se nele uma grande quantidade de meninas casadeiras chamadas irmãs de Maria, formando alas atrás do féretro.

Seria por não estarmos habituados a ver isto, visto que nestas paragens é o primeiro que se observa, mas este feminino cortejo deu-nos a ideia triste e lamentável de quanto a nossa terra tem retrocedido desde que a seita aqui assentou arraiais. A beatice e a reacção quiseram mostrar as suas forças, servindo-se da inconsciência daquelas meninas, pois só por inconsciência é que a muitas se desculpa o desempenho do ridículo papel. E admiramos bastante que os pais se prestassem a consentir suas filhas

servirem de instrumento dos *Santos Varões*. Pelo visto vai dando resultado a ideia que presidiu ao estabelecimento do colégio. Para vergonha desta terra!».

3.ª *Madre Silvano*

Em 1910, D. António Barroso deslocou-se particularmente a Ovar, de comboio, ao colégio das Doroteias onde ministrou o sacramento do Crisma a perto de 400 pessoas.

Foi capelão do colégio, que durou 13 anos, o padre António Sanfins Pinto dos Santos.

Construída a expensas do colégio das Doroteias e ao lado deste, na Rua dr. Francisco Zagalo, a Capela do Colégio das Doroteias foi aberta ao público, com a assistência do abade e de todo o clero de Ovar, a 4 de Março de 1910.

Atacada desde a sua construção (1909) pela *Pátria*, órgão republicano local, foi encerrada em Outubro de 1910, logo após a proclamação do novo regime, e convertida em dependência utilitária da Misericórdia.

A *Congregação Mariana*, ou *Congregação das Filhas de Maria*, foi estabelecida em Janeiro de 1899, no Colégio das irmãs Doroteias, e extinta em 1910, com o novo regime. A 16 de Março de 1921 foi restaurada na Igreja pelo Bispo do Porto e a 2 de Fevereiro de 1922 inaugurou-se o seu altar privativo, junto da capela do Santíssimo.

Capela do Colégio das Doroteias, à esquerda.
(Actualmente Capela da Misericórdia).

O Padre Manuel Baptista Ramos, Superior (desde 1897), e 1.º Prior (1922-1925) de Singeverga

Filho de José Joaquim de Oliveira Ramos e de Maria Clara Correia Vermelho, o padre Manuel Baptista Lopes de Oliveira Ramos nasceu em Ovar, a 13 de Julho de 1866. Foi estudar para o colégio que frei João de Santa Gertrudes abrira em Cucujães e aí tomou o hábito de monge, aos 16 anos, a 10 de Julho de 1882, mudando o nome

que tinha, de Manuel Maria, para Manuel Baptista. Ascendeu ao sacerdócio a 27 de Janeiro de 1889.

Foi para Singeverga a 25 de Janeiro de 1892 e aí permaneceu até à morte, a 23 de Setembro de 1925. O *Senhor Padre Ramos*, como era conhecido por monges e amigos, foi «o grande homem da primeira etapa da história de Singeverga» (D. GABRIEL DE SOUSA, O. S. B., *Mosteiro de Singeverga*, 1992).

O Mosteiro de Singeverga foi simples *cela* (1892-1922), *priorado conventual*, independente (1922-1938), e *abadia* (desde 1938). Nele, o padre Manuel Baptista foi *superior* (desde 1897), e *1.º prior* (1922-1925).

Para H. Q. («Os priores de Singeverga», *in*: *Mensageiro de S. Bento*, ano VIII, 1938) à prudência do prior Ramos deve-se a conservação de Singeverga. «Coube-lhe reger a nau precisamente no período mais tormentoso. Em 1901, foi vilmente caluniado e viu a comunidade dispersa e fechadas as portas do pequeno mosteiro».

No domingo imediato ao 5 de Outubro, «no momento em que com o povo rezava o Terço, os delegados da autoridade civil reclamaram a sua presença à portaria, foi graças às maneiras delicadas e atraentes do digno Superior que a hostilidade abriu os olhos para ver a justiça».

Manuel Baptista Ramos, Superior (1897-1922) e 1.º Prior de Singeverga (1922-1925). In: *D. GABRIEL DE SOUSA,* Mosteiro de Singeverga

O primeiro automóvel em Ovar
(15 de Junho de 1898)

A 15 de Junho de 1898, às 7 horas e meia da manhã, «em direcção a Coimbra e vindo do Porto, passou um trem movido a petróleo. Foi o primeiro automóvel, que era guiado pelo seu proprietário dr. Eduardo Tavares de Melo. Foi o espanto do povo e o caso não era para menos, então» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Povo de Ovar*, de 23/ /6/1932).

Vista parcial de Ovar tirada da Igreja.
Edição Ramos & Camarão

A indústria moageira. O descasque de arroz

A 28 de Junho de 1899, Francisco Peixoto Pinto Ferreira fez a experiência da sua caldeira, aplicada a moagem de milho, na sua fábrica do Largo da Estação. Esta fábrica, a primeira a vapor em Ovar, representou um bom melhoramento, dado que durante metade do ano a água faltava para a laboração dos moinhos.

Por escritura de 5 de Dezembro de 1904 foi constituída a sociedade *Soares Pinto & C.ª Limitada*, entre António Soares Pinto, Manuel Soares Pinto, comendador Luís Ferreira Brandão e Manuel Gomes Laranjeira, para a fundação e exploração duma fábrica a vapor de moagem de cereais, descasque de arroz e panificação, na Várzea, no areal próximo do Matadouro. Esta fábrica, que veio a ser montada em 1908, moía em 1912, diariamente, cerca de 6.000 litros de milho, sendo os seus produtos consumidos nos concelhos limítrofes. Na *tabela* para o rateio do trigo nacional e exótico no continente (*D. G.*, 2.ª série, de 16/8/1921), couberam à empresa *Soares Pinto & C.ª Limitada*, de Ovar, 0,59%.

No ano de 1918 é constituída uma nova sociedade industrial para a exploração de moagem de todas as sementes panificáveis e o descasque de arroz, sob a designação de *Ovarina*, de *Nunes & C.ª Limitada*, que principia a montar a sua fábrica no sítio da Estação, na Rua Gomes Freire, em frente ao Largo Almeida Garrett.

Em 1923 existiam duas fábricas de moagem e de descasque de arroz, a *Sociedade Industrial Atlântica, Limitada*, desde 10 de Maio, e a *Sociedade Mercantil Industrial*; a 21 de Outubro de 1931 começou a laborar nova fábrica de moagem pertencente a Manuel Soares Pinto; em1940 os comerciantes de Ovar (descasque do arroz nacional e venda do mesmo produto) iam comprar o arroz longe, aos lavradores dos arredores de Aveiro e nos do termo de Setúbal e Alcácer do Sal para o venderem por este País, desde o Minho às Beiras até cerca de Lisboa.

Segundo o *Inquérito agrícola e industrial*, em 1952 em Ovar «há três grandes des-

casques de arroz que trabalham não só o arroz aqui produzido como também, sendo essa a maior parte, arroz vindo de outras origens. A sua capacidade de laboração é superior a 1.000 vagões por ano. Esta indústria está muito bem instalada produzindo todos os tipos comerciais de arroz».

Em 1977 existiam uma grande fábrica de moagem (*Atlântica*) e três de descasque de arroz (*Bonifácio & Filhos*, *José Bonifácio & Filhos*, e *Mercantil*).

As indústrias de moagem de cereais e de descasque de arroz deram origem em Ovar a alguns capitalistas.

Augusto de Oliveira Gomes, 1.º Administrador do Concelho de Espinho (17 de Setembro de 1899)

Augusto de Oliveira Gomes, que nasceu em Ovar, de família humilde, a 23 de Dezembro de 1861, emigrou para o Brasil, aos 9 anos de idade.

Foi o 1.º Administrador do Concelho de Espinho (a 17 de Setembro de 1899), tendo ocupado várias vezes esse lugar.

Fundou, com Henrique e Alexandre Brandão, a fábrica de conservas de Espinho *Brandão, Gomes & C.ª*, e foi sócio fundador dos Bombeiros Voluntários dessa cidade

Veio a falecer, a 2 de Dezembro de 1923, com 61 anos, tendo sido sepultado em Macinhata do Vouga.

Augusto de Oliveira Gomes. 1861-1923 In: *ÁLVARO PEREIRA,* Espinho, *1970*

Segundo CARLOS MORAIS GAIO (*A génese de Espinho*. Histórias e postais, 1999) «Augusto Gomes surge como uma figura incontornável na movimentação dos promotores do concelho (*de Espinho*). Apesar de lhe serem conhecidas as simpatias pelo Partido Regenerador (na oposição), aproximou-se do Partido Progressista e usou dos seus trunfos para conquistar o apoio do Governo e das duas Câmaras do sistema parlamentar».

A terceira capela da Senhora da Graça (29 de Novembro de 1899)

Edificada no local da anterior, com 3 altares – o altar mor, o da Ordem Terceira e o do Sagrado Coração de Jesus –, foi levandada pela irmandade, com alguns dos seus haveres e o produto duma subscrição pública. Francisco Peixoto Pinto Ferreira foi a *alma* da sua construção.

A 1 de Novembro de 1894 foi arrematada a obra por 1.589$000 reis; em 1895 iniciou-se a demolição da antiga capela; a 13 de Janeiro de 1896 achava-se edificada a única torre, no meio da fachada, e a 29 de Novembro de 1899 foi benzida.

Da segunda capela da Senhora da Graça (1666/1668-1895) conservou-se o arco--cruzeiro e os colaterais.

A actual capela «ficou naquele estilo simples e corrente ao tempo na região, com torre a meio da frontaria» (A. NOGUEIRA GONÇALVES).

Capela da Senhora da Graça.
Edição de Alberto Ferreira – Batalha, Porto

O estudante Pepulim e *O Nível* (1899). Estudantes do Porto em Ovar (1900)

O dr. Domingos Rodrigues da Silva Pepulim (ou Pepolim) nasceu em Ovar, na Rua Direita das Ribas, a 6 de Julho de 1876, filho de Francisco Rodrigues de Silva Pepulim.

Em Coimbra teve a iniciativa da fundação duma associação restrita, não aberta, a *Amicitia*, que atacada por um grupo de trocistas, capitaneados pelo célebre *Pad'Zé*, veio a tomar o nome de *Sociedade do Nível*. O fundador da *Amicitia*, o estudante Pepulim, no folheto intitulado *O Nível* (1899), atacou, por sua vez, os caluniadores da sua associação.

Tendo-se formado em direito (1902), veio a casar-se com Maria Estrela Cirilo de Carvalho, filha do conselheiro Mariano de Carvalho, que foi Ministro da Fazenda.

O dr. Domingos Pepulim veio a falecer em Lisboa, a 4 de Dezembro de 1942.

Rua da Senhora da Graça nos finais do século XIX.

No dia 29 de Maio de 1900 «vieram em excursão a Ovar os estudantes, prefeitos e direcção do importante colégio de Santa Maria do Porto, com a banda das oficinas de S. José à frente. Depois de ouvirem missa na igreja matriz dirigiram-se ao Calvário e daí aos paços do concelho, onde foram recebidos pela vereação, havendo ali vários discursos de saudação».

Em seguida embarcaram no Carregal para um passeio na ria. O povo ovarense «fez-lhes uma recepção imponente, entusiástica, acompanhou-os sempre, saudando-os».

À noite, na estação, embarcaram para o Porto (PLÁCIDO AUGUSTO VEIGA, *in*: *Mala da Europa*, de 11/6/1900).

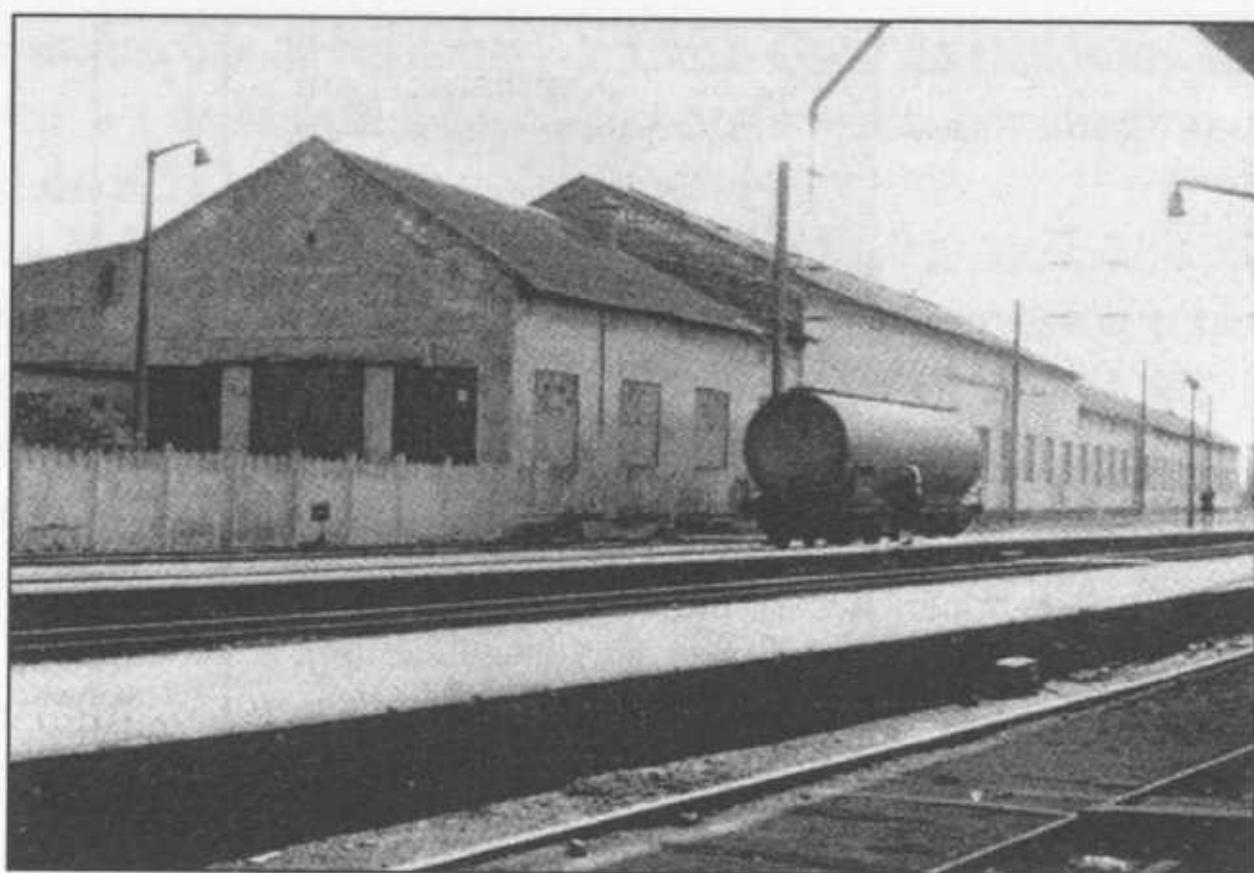
As oficinas do caminho-de-ferro

«A necessidade de conservar cuidadosamente a Ponte de D. Maria I, no Porto, levou, em 1899, à criação de uma brigada especial de 20 a 30 homens que, com algumas máquinas elementares de primeiro recurso e por motivos de melhor acomodação, acabaram por se fixar em Ovar.

Assim, e sem saberem, estabeleceram os alicerces para a actual Oficina de Obras Metálicas dos Caminhos-de-ferro, que muito tem contribuído para a manutenção da mesma companhia».

Desta oficina «saíam os carris e a maior parte das estruturas das vias férreas, portuguesas, incluindo as grandes pontes metálicas, muitas das quais são verdadeiras obras de arte.

Nas oficinas de Ovar chegaram a colaborar simultaneamente 250 funcionários» (J. M., «A Centenária Oficina dos Caminhos-de-ferro em Ovar», *in*: *Reis* de 1992).

Na década de 1930 essas oficinas (subsector de fabrico), actualmente demolidas, constituíam o mais importante estabelecimento industrial de Ovar. Com um quadro constituído por 202 agentes, as oficinas, no início de 1971, agrupavam 169 agentes.

As oficinas do caminho-de-ferro de Ovar.
In: Reis *de 1992*

O Grémio Familiar (1900)

Em princípios de 1900, foi inaugurado na Rua dos Campos, na casa de Joaquim Mendes de Vasconcelos, onde esteve instalado o tribunal, o *Grémio Familiar*. Em 1902, por deliberação unânime da assembleia geral dos accionistas, reunidos em maioria, foi acordado suspender, provisoriamente, as reuniões familiares nessa casa de recreio, «visto a receita apurada actualmente com o produto das mensalidades não ser suficiente para cobrir as despesas».

A 4 de Fevereiro de 1912 reabriu as portas, provisoriamente, no prédio do Silva, à Rua dr. Manuel Arala, o *Grémio Familiar*, de que foi director o dr. António Gonçalves Santiago.

No dia 28 de Abril de 1907 foi aberto, num prédio do Largo da Estação, o *Clube Dramático Boa-União*. O hino deste clube desportivo, original de David Rodrigues da Silva, foi tocado pela banda Ovarense.

Os notários (14 de Janeiro de 1900)

Com o decreto de 14 de Setembro de 1900 cessou a designação de *tabelião* sendo adoptada a de *notário* e, em consequência dessa grande reforma do Ministro da Justiça José Maria de Alpoim, foram criados em Ovar três lugares de notário e neles providos os drs. António dos Santos Sobreira, Francisco Fragateiro de Pinho Branco e Joaquim Soares Pinto.

Pelo Código do Notariado de 1935, Ovar continuou a ter três lugares de notário e, a partir de 1 de Fevereiro de 1936, os serviços notariais principiaram aqui a ser desempenhados numa Secretaria Notarial instalada no primeiro andar, da parte norte, do prédio de Valente de Almeida, na Rua Cândido dos Reis. Foi primeiro *director*

Dr. António Santiago. 1899-1971

desta Secretaria Notarial o dr. António Gonçalves Santiago, que tomou posse do cargo a 30 de Janeiro de 1936.

O decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, determinou que um dos dois cartórios que então existiam em Ovar (desde 1951 a vila só tinha dois notários), o primeiro que vagasse, seria extinto, o que veio a suceder em 1971 com a saída do dr. Ângelo César Palha de Macedo Monteiro.

O único cartório que existe presentemente no concelho situa-se, desde 24 de Junho de 1966, no tribunal judicial.

Estatística

Anos	Número de notários
1900-1951	3
1951-1971	2
desde 1971	1

Relação dos notários:

1. Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco (14/1/1900)
2. Dr. Joaquim Soares Pinto (20/1/1900)

Em 1911 foi transferido como notário para Castelo Branco, o que não aceitou. O seu lugar em Ovar foi preenchido pelo dr. António da Silva Tavares, de Válega.

3. Dr. António dos Santos Sobreira (20/1/1900)
4. Dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo (7/3/1913)

Filho de João Evangelista de Sá Pereira de Melo, senhor da Casa e Quinta do Pinheiro, e de sua mulher Maria Carolina Barbosa de Quadros, casou com Maria da Conceição Xavier de Sá Pinto Pereira de Melo.

Exerceu as funções de tesoureiro da Caixa Geral de Depósitos desde a sua fundação em Ovar, a 1 de Maio de 1920, até ser reformado, por atingir o limite de idade a 15 de Abril de 1951.

Aderiu ao M.U.D. em 1945 e veio a falecer, em 1959, deixando duas filhas: Maria da Conceição Xavier de Sá Pereira de Melo Ferreira, que casou com o dr. Mário de Almeida Ferreira; e Maria Guiomar.

5. Dr. António Gonçalves Santiago (22/5/1920)

Filho de António Maria Gonçalves Santiago e de Maria Amélia de S. José, neto paterno de José Gonçalves Santiago e de Rosa de Oliveira e neto materno de Fernando Correia Vermelho e de Antónia Maria de São José, da Ribeira, nasceu a 6 de Março de 1899, formou-se em 1912, casando, a 29 de Junho de 1937, com Maria do Carmo de Oliveira Gonçalves Santiago.

Director do *Ideal Vareiro*, desde 1 de Novembro de 1916, director do estabelecimento recreativo *Grémio Familiar*, faleceu com 81 anos, a 8 de Fevereiro de 1971.

6. Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis (29/1/1931)

7. Dr. José da Costa Fortes Borges da Gama (28/5/1931)

Substituto desde 1925, casou com Maria de Lurdes de Carvalho e Cunha Borges da Gama, filha do dr. Salviano Pereira da Cunha e de Maria Palmira Lopes de Carvalho e Cunha, e faleceu a 21 de Janeiro de 1980.

8. Dr. Francisco António Chichorro Marcão (9/6/1937)

Faleceu em 1942, com 40 anos, no hospital de Santarém.

9. Dr. Mário da Silva Lima (5/3/1942)

10. Dr.ª Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro (6/5/1959)

11. Dr. José Maria de Araújo Abreu (23/7/1960)

12. Dr. Ângelo César Palha de Macedo Monteiro (16/12/1968)

13. Dr.ª Maria de Fátima Teixeira da Costa Barreira (14/3/1983)

A portaria n.º 777/89, de 7/9, elevou o Cartório Notarial de Ovar à 1.ª classe.

O eclipse do Sol e a visita do Príncipe Real D. Luís Filipe e do Infante D. Manuel (28 de Maio de 1900)

Na sessão de 21 de Maio de 1900, a Câmara tomou conhecimento da visita do Príncipe Real D. Luís Filipe, herdeiro presuntivo do reino, e de seu irmão o Infante D. Manuel, à vila no dia 28 do mesmo mês, aquando do eclipse total do Sol, que em Ovar podia ser magnificamente observado.

O fenómeno gerou grande expectativa e trouxe a Ovar cientistas estrangeiros e muita gente de diferentes pontos do País. Pouco a pouco chegaram à vila diversos astrónomos: a missão do observatório de Greenwich, composta de 5 membros, entre os quais o director; a missão da sociedade astronómica de Londres, com 4 membros; e ainda um alemão, do observatório de Heidelberg, que veio fazer o estudo fotométrico do planteta Mercúrio que, por ser o mais próximo do Sol, só é visível em ocasiões de eclipse deste astro.

A missão do observatório de Greenwich estabeleceu o seu acampamento no Lar-

go de S. Pedro, no prédio de Maria Ludovina Fonseca da Cunha e Silveira, arrendado para esse fim desde o princípio de Maio, montando no quintal barracas para abrigo dos seus instrumentos; outros astrónomos foram hóspedes na casa do dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes.

No dia 26 visitou Ovar o conselheiro Mariano de Carvalho que percorreu a missão inglesa, visitou os Paços do Concelho e a casa dos bombeiros, apreciou a praia do Furadouro e outros pontos da vila, e jantou em casa do dr. Gonçalo Huet.

No dia 28, em que mais de 25.000 pessoas estiveram em Ovar, foram hóspedes do município o Príncipe Real e o Infante, acompanhados do bravo major de cavalaria Mousinho de Albuquerque, aido daquele príncipe. Os visitantes chegaram à estação dos caminhos-de-ferro por volta da uma hora e meia da tarde (a companhia real dos caminhos-de-ferro estabeleceu um comboio rápido especial de Lisboa a Ovar, no dia 28), sendo recebidos pelos Governadores Civis dos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto, pela vereação de casaca e faixa, autoridades judiciais e administrativas, clero, bombeiros, duas bandas de música e muito povo. A guarda de honra foi prestada por uma força de infantaria 18 com banda.

Após os cumprimentos do estilo e levantados pelo Presidente da Câmara, António Soares Pinto, os vivas oficiais, D. Luís Filipe e D. Manuel partiram num coche da casa real, tirado por duas parelhas, para os Paços do Concelho, onde lhes estavam preparados alojamentos.

Nos Paços do Concelho o Príncipe Real recebeu o diploma de Presidente Honorário dos Bombeiros Voluntários, tendo o presidente da direcção desta associação lido uma mensagem.

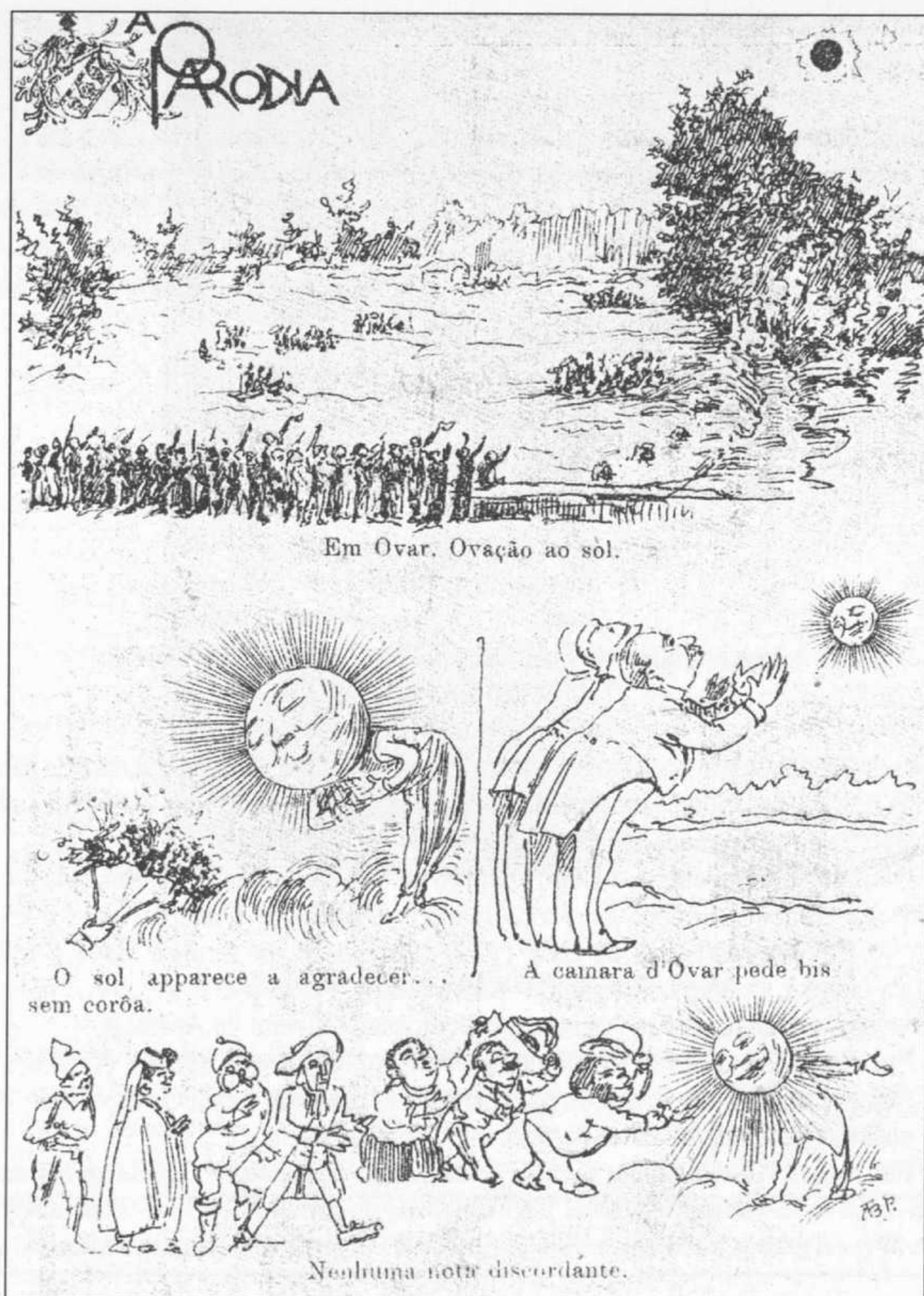
Os visitantes presenciaram o eclipse total do Sol dos Paços do Concelho: o Sol levou a ser coberto uma hora, 18 minutos e 34 segundos, conservou-se coberto por um minuto e 33 segundos e gastou a descobrir-se, por completo, uma hora, 9 minutos e 59 segundos, durando assim o fenómeno, no todo, duas horas, 30 minutos e 6 segundos.

Os espectadores puderam notar o efeito desnorteador da escuridão sobre as aves que adejavam estonteadas e aconchegadas em bandos compactos.

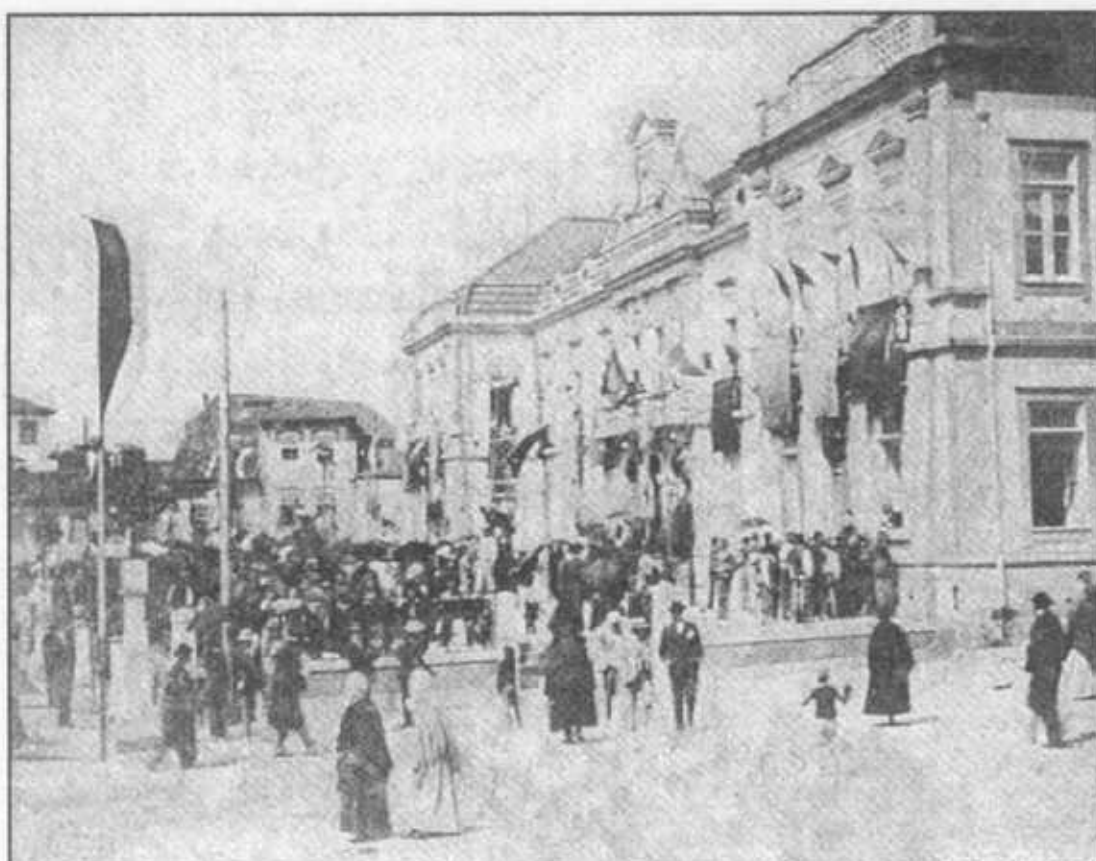
O Príncipe Real e o Infante, tendo visitado a Igreja, seguiram para a estação, onde embarcaram para Lisboa, em comboio especial, às 5 horas e 10.

Na sessão de 30 de Maio a Câmara inscreveu no orçamento suplementar a quantia de 400$000 reis, para ocorrer às despesas com a recepção de D. Luís Filipe e D. Manuel. A polícia foi feita por 30 praças da polícia de Aveiro e por 12 praças de cavalaria n.º 7.

Rafael Bordalo Pinheiro, caricaturista de génio, «mordido fortemente na medula da sua carteira», ridicularizou os ovarenses com um desenho humorístico (n'*A Paródia*, de 6/6/1900) intitulado – *A câmara de Ovar pede bis*).

Também *O Sorvete*, de 3 de Junho de 1900, escarneceu da «risonha mas ignorada terra vareira», que estava «sendo mais falada que Paris, Pretória, Poiares ou Porriños». Para este jornal de caricaturas a razão porque o eclipse visitou Ovar foi por nesta terra ter sido *enterrado o astro rei dos homens*. Na verdade, se «em Belém nasceu Nosso Senhor; em Ovar enterraram-no na areia». E «o Senhor estava enterrado na areia como o lagarto, coitadinho; não era possível desenterrá-lo e, portanto, impos-

A Paródia, *de 6/6/1900.*

sível se tornara celebrizar a terra que tão irreverentemente procedera. Isto levou 19 séculos a resolver, mas afinal resolveu-se». Daqui em diante Ovar ficaria «uma terra conhecida em todo o mundo», dado que os sábios estrangeiros poderiam garantir que a genuína sepultura de Cristo ficava em Ovar, e não em Jerusálem.

Considerações humorísticas oportunas, mas atabalhoadas, a propósito do dito – «*Os Vareiros enterraram o Senhor na areia!*» –, a que já nos referimos.

A Praça do Comércio (28 de Maio de 1900).
In*: Arquivo do Museu de Ovar*

O Administrador do Concelho dr. José António de Almeida (7 de Julho de 1900-1904)

O dr. José António de Almeida, filho de Januário António de Almeida e de Maria Albina de Oliveira Gomes, nasceu na antiga vila de Sosa (Vagos), a 9 de Novembro de 1862, tendo-se formado em direito (1892).

O *dr. Almeidinha* casou, a 16 de Outubro de 1897, com Maria Emília Barbosa de Quadros e Almeida, filha de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar (1900-1901), e de sua mulher Maria Barbosa Rifa da Gama e Quadros. Sua mulher veio a herdar, por morte de seu pai, a *casa de Fontechans* e grande parte da quinta, em Bemposta, Oliveira de Azeméis.

Em 7 de Julho de 1900 tomou posse como Administrador interino do Concelho de Ovar, o que foi muito festejado pelo partido *regenerador* local. O empossado visitou, então, o antigo chefe deste partido, o dr. Manuel Arala.

Foi, assim, Administrador durante o ministério *regenerador* de Hintze Ribeiro e chefe local deste partido de 1904 a 1907 (fez parte da comissão executiva que dirigiu o partido regenerador, de 1901 a 1904). Em 1907, porém, com grande escândalo nos meios políticos ovarenses, abandona o partido regenerador e filia-se no *franquismo*, vindo a ser Administrador franquista ainda em 1907.

A Discussão ataca-o duramente por ter abandonado o partido regenerador para *apanhar* o lugar de Conservador do Registo Predial do concelho de Ovar, para o qual é despachado a 19 de Dezembro de 1907, tomando posse do lugar a 31 de Dezembro deste ano e aí se mantendo até Dezembro de 1932.

Advogado conceituado, após o advento da República não hostilizou o novo regime ficando estranho às lutas partidárias. Nomeado pelos testamenteiros do dr. Joaquim Soares Pinto seu advogado, deslocou-se a Londres, em 1930, em defesa dos interesses da Misericórdia, de que foi um dos 68 sócios fundadores, tendo pertencido

à Grande Comissão para a sua organização e tendo intervido na discusssão dos seus estatutos.

Veio a falecer, a 12 de Janeiro de 1958, com 95 anos.

Para o dr. Dario Martins de Almeida, «foi, no seu tempo, figura cimeira da advocacia no distrito de Aveiro, grande jurista, como tal considerado pelos seus pares, que ainda hoje (*1987*) aparece citado por mestres eminentes como os Profs. Pires de Lima e Antunes Varela, no seu *Código Civil Anotado*». Foi colaborador da *Revista dos Tribunais*, então dirigida pelo dr. José Gualberto de Sá Carneiro.

Dr. José António de Almeida. 1862-1958
In: *Arquivo da Família Almeida e Sousa.*

Ovar – uma vila eminentemente comercial

Nos finais da década de 1890 a vila de Ovar é eminentemente comercial. Com os seus comerciantes de vinho, os seus negociantes de cereais e de farinhas, os seus mercantéis e os seus ourives, etc., nenhuma terra do distrito se lhe pode igualar.

Para *A Folha de Ovar* (de 15/10/1894), «a população da freguesia de Ovar pode e deve dividir-se em três turnos. Um composto exclusivamente da classe piscatória, por via de regra indigente, pobre; outro da população ambulante e dispersa por todo o reino e fora dele; e finalmente outro de população fixa, comercial, industrial e artística, que luta com sérias dificuldades para viver honradamente. Em Ovar não há *ricos*; há *remediados* à custa do trabalho aturado e da actividade continuamente exercida. Mais: Ovar fica próximo de um grande centro – o Porto – aonde a maior parte das famílias recorrem para o abastecimento de suas casas».

A 31 de Agosto de 1900, pelas 8 horas da manhã, reuniram-se em assembleia geral, no teatro Ovarense, cerca de 100 comerciantes, por grosso e a retalho, – a quase totalidade da vila –, com o fim de representarem ao rei a respeito de acção despótica e bastante atribiliária do fisco. Nesta reunião foi aclamado presidente Manuel Soares Pinto, que convidou para secretários Afonso José Martins e Francisco Peixoto Pinto

Ferreira. Ao fechar a sessão, Manuel de Oliveira Salvador afirmou que tendo o dr. Francisco Fragateiro salientado que era necessária a união dos comerciantes para obterem a força precisa para as suas reclamações, nenhuma melhor ocasião apareceria do que esta para fundar uma associação comercial na praça e concelho de Ovar.

A 8 de Abril de 1901, pelas 10 horas da manhã, houve outra importante reunião do comércio, presidida por Francisco Peixoto Pinto Ferreira, secretariado por António Pereira Carvalho e Afonso José Martins, de protesto contra as violências e exorbitâncias fiscais exercidas e postas em prática no concelho de Ovar em flagrante e manifesta desigualdade com as adoptadas em outros concelhos. Assentou-se na nomeação de uma comissão de comerciantes para se deslocar a Lisboa a conferenciar com o Ministro da Fazenda.

A comissão, composta dos cidadãos Afonso José Martins, António Pereira Carvalho, António da Silva Brandão Júnior e José Rodrigues de Figueiredo, do Administrador do Concelho, dr. José António de Almeida, que se colocou ao lado do comércio ovarense, e do vice-presidente da Câmara, dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, foi apresentada ao Ministro da Fazenda pelo deputado do círculo, dr. Albino de Carvalho Moreira.

Em Março de 1904, os comerciantes de Ovar, protestando contra medidas da fazenda, encerraram os seus estabelecimentos da uma às quatro horas da tarde, e enviaram um telegrama.

Casamento, a 16 de Outubro de 1897, do dr. José António de Almeida com Maria Emília Barbosa de Quadros e Almeida. Foto de Ricardo Ribeiro

CAPÍTULO XIX

O ROTATIVISMO EM OVAR
1900-1910

A dissolução da Câmara Municipal (12 de Novembro de 1900). O Presidente da Câmara Francisco Joaquim Barbosa de Quadros (1900-1901), o vice-presidente dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, e o vereador padre Francisco Marques da Silva. A Família Rifa da Gama

Desde a queda do dr. Manuel Arala governaram o concelho de Ovar Câmaras *progressistas*: a do dr. António Pereira da Cunha e Costa (1887-1889), as de António Soares Pinto (1890-1892 e 1899-1900), e as do dr. António Joaquim de Oliveira Valente (1893-1898), que se sucederam em ministérios *progressistas* (os de José Luciano de Castro em 1886-1890 e em 1897-1900) e *extrapartidários* (1890-1893), como também em ministérios *regeneradores* (o de António de Serpa Pimentel, em 1890, e o de Hintze Ribeiro, sendo Ministro do Reino João Franco, em 1893-1897).

A 26 de Junho de 1900 toma posse um novo ministério *regenerador*, presidido por Hintze Ribeiro e tendo como Ministro da Justiça Campos Henriques, que governará até 20 de Outubro de 1904. Este ministério irá dar satisfação aos seus partidários de Ovar, recompensando-os da maneira ignóbil como tinham sido tratados por João Franco.

Por eleições, mesmo com governo, administradores e tropa favoráveis ou com distúrbios, caceteiros de casa ou das vizinhanças, não tinha sido possível aos regeneradores locais correrem os progressistas da Câmara. O remédio tinha de ser outro...

E, assim, desde 19 de Setembro de 1900 o dr. Joaquim Lino Ferreira, Administrador do Concelho de Anadia, encontra-se em Ovar encarregado de fazer inquérito aos actos da Câmara, sindicância que terminou a 6 de Outubro. A 12 de Novembro o *Diário do Governo* publicava um decreto que dissolvia a Câmara progressista, arguida de diversas irregularidades na sua gerência, mandava proceder a nova eleição e nomeava para a administração municipal, até que entrassem em exercício os novos eleitos, uma comissão de tendência *regeneradora*, presidida por Francisco Joaquim Barbosa de Quadros tendo como vice-presidente o dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, que tomou posse a 14 do mesmo mês.

O decreto que dissolveu a Câmara progressista, presidida por António Soares

Pinto, foi recebido com verdadeiro júbilo pelos regeneradores locais, que festejaram o acontecimento no dia 14 com as duas bandas de Ovar e ainda a de Souto. Nesse mesmo dia, o velho *leader* regenerador dr. Manuel Arala, acompanhado duma marcha *aux flambeaux*, seguiu para Lisboa no comboio correio, ficando os seus partidários convictos que a hora dos acordos chegara ao fim e que o seu chefe seria novamente deputado.

O Ovarense (de 18/11/1900), afirmava que o governo regenerador desde que tomara conta do poder tinha já dissolvido 33 câmaras, incluindo a de Ovar, e quase todas em círculos onde havia luta partidária.

O governo dissolveu a Câmara sem apontar um único erro de administração, limitando-se a afirmar que praticara várias irregularidades, sem as especificar. Na sessão de 6 de Fevereiro de 1901 declarou-se que um dos motivos para a dissolução foi a não observação do art.º 99.º do Código Administrativo, deixando a Câmara de António Soares Pinto de transferir para a Caixa Geral de Depósitos a receita arrecadada em conta de viação!

Em comparação com o trabalho que os progressistas tiveram para *correrem* os aralistas-regeneradores do poder (com distúrbios, agressões, colocação de Ovar em pé de guerra, ameaças e consequentes julgamentos e interpelações na Câmara dos Deputados), estes agora usaram um remédio eficaz, simples, pouco trabalhoso e rápido – a *dissolução da câmara* –, para se apoderarem das rédeas do poder em Ovar.

Comissão nomeada de tendência regeneradora que governou Ovar de 14 de Novembro de 1900 a 1901 (uma Câmara *regeneradora*, com a mesma composição, seguir-se-lhe-ia de 14 de Janeiro de 1901 a 1902):

Presidente	Francisco Joaquim Barbosa de Quadros
Vice-presidente	Dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes
Vereadores	Padre Francisco Marques da Silva
	Francisco de Oliveira Lopes
	José Pinto Fernandes Romeira
	José Rodrigues de Oliveira
	Comendador Luís Ferreira da Silva Brandão

Descendente dos Barbosas da Casa da Carreira, em S. Pedro de Ossela, e dos Quadros da Quinta de S. Pedro, em Arouca, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros nasceu, a 19 de Março de 1827, na freguesia de S. Pedro de Ossela, Oliveira de Azeméis, filho de Luís Barbosa de Albuquerque e de Raquel Maria Pinto de Quadros Corte-Real (ou Raquel Maria Pinto Correia de Almeida e Quadros), proprietários naquela freguesia, neto materno de Bernardo Jacinto de Quadros Corte-Real e de Raquel Maria Pinto Correia de Almeida.

Foi proprietário da Casa de S. Gonçalo, na Bemposta, imóvel seiscentista, com capela dedicada a S. Gonçalo de Amarante, construída pouco antes de 1774, e com um magnífico portal datado de 1742, que o dr. Dario Martins de Almeida considera «o mais belo exemplar de inspiração barroca, na arquitectura rural de todo o concelho de Oliveira de Azeméis».

Francisco Joaquim Barbosa de Quadros. 1827-1901
In: *Arquivo da Família Almeida e Sousa*

O imóvel foi-lhe legado pelo coronel de milícias da Feira Francisco Joaquim Soares e Silva Brandão (1767-1850), que foi Presidente da Câmara Municipal de Bemposta, falecendo solteiro.

Francisco Joaquim Barbosa de Quadros casou, a 17 de Abril de 1864, com Maria Barbosa Rifa da Gama e Quadros, filha mais velha do alferes Bernardo Maria da Gama e Sousa e de Barbosa Inocência Felicidade Rifa da Gama, neta paterna do capitão Joaquim Lourenço da Silva e de Rosa Margarida da Gama e Sousa, e neta materna do capitão João José da Costa Rifa e de Maria Joaquina do Carmo Rifa, e que veio a falecer, com 70 anos, a 24 de Dezembro de 1906.

Maria Barbosa Rifa da Gama e Quadros.

Após o casamento, veio a domiciliar-se em Ovar, tornando-se o mais íntimo e dedicadíssimo amigo do dr. Manuel Arala.

Descendente do bacharel Caetano José de Quadros Corte-Real, fidalgo da casa de el-rei, foi vereador em 7 Câmaras *aralistas*, de 1868 a 1882 (5 reformistas e 2 regeneradoras), Administrador substituto em 1879, *vice-presidente* de 2 Câmaras *regeneradoras-aralistas*, de 1882 a 1886, Administrador do Concelho em 1890 e, também, em 1891, *presidente* duma comissão nomeada pelo decreto de 10 de Novembro de 1900, de tendência *regeneradora*, para gerir os negócios camarários, *presidente* eleito, a 16 de Dezembro de 1900, duma Câmara *regeneradora*, que tomou posse a 14 de Janeiro de 1901.

Em 1901 reuniu em sua casa o *centro regenerador* de Ovar.

Faleceu, com 74 anos, na cidade da Guarda, a 6 de Setembro de 1901, quando aí se tinha deslocado para visitar um dos seus filhos, tendo sido trasladado para Ovar no dia 9.

Foi o cidadão com mais idade – 72 anos – a ser investido na presidência da Câmara Municipal de Ovar.

O *vice-presidente* dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, de Cedofeita, Porto, filho de Duarte Huet de Bacelar e de Ana Amália Pinto da Cunha Abreu, casou em Ovar, a 10 de Abril de 1893, com Joana Gomes Dias Ferreira de Aguiar, natural desta cidade, filha de José de Aguiar e de Joana Ferreira, da Rua do Outeiro.

Em 1899, foi agraciado com o título de fidalgo da casa real, falecendo na casa do Outeiro, em 1938.

Dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes

Da Família Huet, é de referir Duarte Cláudio Huet de Bacelar Pinto Guedes, 3.º senhor do morgado de Vilar e da casa do Paraíso no Porto, que foi também 5.º senhor do morgado da Lavandeira e da Casa da Praça em Ovar e 6.º senhor do morgado de Vagos.

O *vereador* padre Francisco Marques da Silva nasceu no Largo de S. Miguel, a 5 de Maio de 1838, filho do negociante de vinhos Francisco Marques da Silva e de Ana Maria de Jesus, tendo-se ordenado presbítero aos 25 de Maio de 1861.

Em 1864, substituindo João de Oliveira Ramos, o *Pai Ramos*, foi nomeado por provisão régia professor oficial de instrução primária de Válega, continuando, porém, a residir em Ovar. Mais tarde, veio de Válega para a escola de S. Miguel, onde foi professor até à sua reforma (1896).

Padre Francisco Marques da Silva. 1838-1911
In: *Almanaque de Ovar para 1917*

Militou na política largos anos, primeiramente no partido *progressista*, ao lado de João de Castro Corte-Real, e mais adiante nas fileiras *regeneradoras*, tendo como chefe local o dr. Manuel Arala. Gozou de bastante influência, quer entre os eleitores quer entre os dirigentes destes partidos.

Padre liberal, um dos 68 fundadores da Misericórdia, presidente da assembleia geral dos bombeiros (1899--1900), tio e padrinho de Francisco Augusto Marques da Silva, faleceu na sua casa de S. Miguel, a 8 de Dezembro de 1911, com 73 anos.

A *Família Rifa da Gama* descende do capitão Joaquim Lourenço da Silva, que casou com Rosa Margarida da Gama e Sousa.

O filho deste casal, o alferes Bernardo Maria da Gama e Sousa (†1871), casou com Bárbara Inocência Felicidade Rifa da Gama, filha do capitão João José da Costa Rifa, que foi guarda-mor da saúde do concelho de Ovar e esteve preso nas cadeias da Relação do Porto e nas da Vila da Feira, e de sua mulher Maria Joaquina do Carmo Rifa.

Filhas do casal Bernardo/Bárbara:

– Felicidade Augusta Rifa da Gama Baptista, que casou com o dr. João de Oliveira Baptista, e faleceu a 10 de Fevereiro de 1909, com 70 anos.

– Maria Bárbara Rifa da Gama e Quadros, que casou com Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, a 17 de Abril de 1864, e faleceu, a 24 de Dezembro de 1906, com 70 anos. Seu marido, que nasceu na freguesia de S. Pedro de Ossela, Oliveira de Azeméis, a 19 de Março de 1827, foi *Presidente da Câmara Municipal* (1900-1901), e faleceu, a 6 de Setembro de 1901, com 74 anos.

Filhos do casal Maria Bárbara/Francisco Joaquim:

– Dr. Augusto Barbosa de Quadros (1866-†Estarreja, 1904), que casou (1897) com Maria Emília Branco de Melo, e foi juiz de direito.

– Capitão Bernardo Barbosa de Quadros (nasceu em 1871), que casou (1899) com Helena de Albuquerque Correia Teles, de Estarreja. Legou a parte que tinha da Casa de S. Gonçalo à irmã Maria Emília.

– José Barbosa de Quadros (1872-1922), proprietário da Casa de S. Gonçalo, que veio a legar a seus irmãos Bernardo e Maria Emília.

– Manuel Barbosa de Quadros (1869-†1903), que faleceu solteiro, na Bemposta.

– Maria Bárbara (nasceu em 1874).

– Maria Carolina Barbosa da Gama e Quadros (†1898, com 33 anos).

– Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão (nasceu a 25 de Março de 1868, e faleceu a 13 de Novembro de 1899), que casou, a 4 de Fevereiro de 1892, com o escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto Camarinha Abragão, da Família dos *Camarinha Abragão*, com casa em frente à capela do Calvário, filho do ourives portuense Francisco Ferreira Pinto Abragão e de Maria Augusta Camarinha Abragão. Raquel Abragão, que faleceu com 30 anos, teve os seguintes filhos: – dr. Afonso de Quadros Abragão (1896-1960), Augusto de Quadros Abragão (nasceu em 1895), eng.° Frederico de Quadros Abragão (1893-1960), e Raquel de Quadros Abragão Lamy (1892-1966), que casou com o farmacêutico Augusto Lamy.

– Maria Emília Barbosa da Gama e Quadros Almeida, que nasceu a 7 de Março de 1878, casou, a 16 de Outubro de 1897, com o dr. José António de Almeida, o *dr. Almeidinha* (1862-†1958, com 95 anos), sobrinho do dr. João de Oliveira Mansarrão, e faleceu, com 88 anos, a 26 de Setembro de 1967. Seu marido, que nasceu na antiga vila de Sosa (Vagos), foi Administrador do Concelho de Ovar (7/7/1900-1904, 1906 e 1907), e Conservador do Registo Predial (desde 31/12/1907).

Filhos do casal Maria Emília/dr. José António:

– José Barbosa de Quadros e Almeida (1915-1934).

– Maria Bárbara da Gama Barbosa de Quadros e Almeida, que nasceu a 29 de Agosto de 1912, casou, a 1 de Julho de 1942, com o dr. Joaquim Carlos de Sousa Júnior, natural do Funchal, e que foi Conservador do Registo Predial (1938-1957), e faleceu, a 1 de Maio de 1979, com 66 anos. Seu marido falecera, a 16 de Novembro de 1957, com 48 anos.

Maria Bárbara da Gama Barbosa de Quadros e Almeida. 1912-1979

Filhos do casal Maria Bárbara/dr. Joaquim:
– Maria Pia de Almeida e Sousa (1950-†1979, com 29 anos de idade), que casou com João de Almeida Moreira.
– Dr. Carlos Joaquim de Almeida e Sousa, que nasceu a 11 de Novembro de 1943, e casou na Capela de S. Gonçalo, Pinheiro da Bemposta, a 6 de Janeiro de 1973, com Maria Adelaide Condessa Lopes Almeida e Sousa, natural de Valença do Minho. É, actualmente, Procurador-Geral da República Adjunto e Auditor Jurídico junto do Ministério da Agricultura, e proprietário da Casa de S. Gonçalo.

As eleições de deputados de 1900 – o dr. Albino Moreira e António José Gomes Neto. As eleições de 1901, 1904, 1905 e 1906

Após a queda do ministério progressista, o ministério regenerador de Hintze Ribeiro decidiu fazer eleições para deputados a 25 de Novembro de 1900. Pelo círculo *de Ovar* (*n.º 41*), concorreu pelo partido *governamental regenerador* o dr. Albino Maria de Carvalho Moreira, que teve o patrocínio do dr. Manuel Arala a rogo do seu velho amigo conselheiro António de Azevedo Castelo Branco; pela *oposição progressista* candidatou-se o ex-ministro Augusto José da Cunha.

Em Setembro chegou à vila, para manter a ordem pública, um destacamento de cavalaria 7, sob o comando do tenente Machado, e em Outubro oito guardas da polícia civil foram destacados para Ovar.

Desta vez o governo regenerador não iria abandonar nas eleições para deputados os seus correligionários ovarenses. Os progressistas queixaram-se de que foram hostilizados na vila e na freguesia de Válega, chegando o dr. António Pereira da Cunha e Costa a participar ao tribunal a falsidade da acta da eleição da assembleia eleitoral da igreja matriz de Ovar, da única responsabilidade dos seus vogais entre os quais se destacava o dr. António dos Santos Sobreira (os autos de corpo de delito contra este e outros políticos regeneradores foram mandados arquivar por força duma amnistia).

No primeiro Domingo de Dezembro de 1900 efectuou-se nos Paços do Concelho a reunião da assembleia de apuramento do deputado pelo círculo de Ovar, presidida por Francisco Barbosa de Quadros, Presidente da Câmara, tendo sido proclamado o dr. Albino Maria de Carvalho Moreira por uma maioria superior a 900 votos. O candidato assistiu ao apuramento, recebeu o respectivo diploma e discursou, agradecendo aos eleitores a sua confiança.

Para *O Ovarense* estas eleições foram uma *borracheira.*

Nestas eleições foi também eleito deputado o ovarense António José Gomes Neto, que nasceu na Rua Nova, a 22 de Setembro de 1834.

Figura de destaque no alto comércio e finança da capital, foi dirigente de diversas companhias, director do Banco de Portugal, administrador da Empresa Nacional de Navegação e vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Gomes Neto, que foi eleito deputado a 25 de Novembro de 1900 e a 19 de Agosto de 1906, casou com Rosa Maria Gomes Neto e faleceu em Lisboa, com 80 anos, a 17 de Junho de 1914, não esquecendo os pobres de Ovar e a Misericórdia.

António José Gomes Neto.

Aquando do seu falecimento enviou um telegrama de sentimentos o Presidente da República.

RAÚL BRANDÃO, nas *Memórias*, referindo-se ao *mundo financeiro*, escreveu a seu respeito: – «Entre essas figuras conheci uma dum alto pitoresco: Gomes Neto, sem instrução, mas dum grande senso prático. Não raro o encontravam em mangas de camisa no escritório. Escrevia em largos quartos de papel e depois dizia: – Ponham-lhe a gramática! – Acabou já velho e amoroso, fazendo todos os dias compras de legumes e peixe na praça da Figueira, que depois ia distribuir de *coupé* por casa das amantes, pescada aqui, pescada ali...».

Os regeneradores governaram Ovar de 1900 a 1904: primeiramente através duma comissão, nomeada por decreto de 10 de Novembro daquele ano, da presidência de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros; depois por uma Câmara presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira.

A 7 de Outubro de 1901 realizaram-se eleições para deputados (em número de 155), e o governo *regenerador* de Hintze Ribeiro deu guerra a republicanos e franquistas por intermédio do decreto eleitoral de 8 de Agosto desse ano, classificado de *ignóbil porcaria* por João Franco que, no entanto, o manteve em vigor ao regressar ao poder a 19 de Maio de 1906: os votos das grandes cidades eram abafados pelos dos concelhos rurais que lhes foram anexados.

Por esse decreto o concelho de Ovar ficou englobado no círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro), que elegia 7 deputados, sendo dois das minorias.

Para *A Discussão*, estas eleições foram autênticas *nomeações*.

Em Março de 1904 visitou Ovar o Governador Civil de Aveiro, dr. Carlos de Almeida Braga, tendo-lhe sido prestada uma imponente recepção pelo partido regenerador local. O Governador, que chegou pelo caminho-de-ferro, visitou oficialmente a fábrica de cerâmica da firma *Ribeiro & Peixoto*, a nova fábrica de conservas *A Varina*, da firma *Gomes, Meneres & C.ª*, com sede no Largo do Mártir S. Sebastião, a Igre-

ja Matriz, o hospital, a capela do Calvário o cemitério para se deslocar ao túmulo do notabilíssimo político dr. Manuel Arala. Esteve ainda em casa do político regenerador Manuel Joaquim Rodrigues, que se achava doente, e foi-lhe oferecido na Câmara um banquete de 50 talheres.

Nas eleições para deputados de 29 de Junho de 1904, realizadas ainda no ministério *regenerador* de Hintze Ribeiro, o indiferentismo da população ovarense foi evidente, dado o pouco interesse que despertava o sistema dos círculos colectivos ou plurinominais. No círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro), a que Ovar continuava a pertencer, a *maioria* era nitidamente progressista, como os próprios regeneradores reconheciam, contentando-se com as *minorias*.

No triénio de 1905 a 1908 governou Ovar uma Câmara *progressista* presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, tendo como vice-presidente o reverendo Caetano Fernandes, Abade de Válega.

As eleições para deputados de 12 de Fevereiro de 1905, no ministério *progressista* de José Luciano de Castro, decorreram com pouco interesse. O concelho *simulou* votar nos cinco deputados da *maioria progressista* e nos dois deputados da *minoria regeneradora*, que constituíam a lista do círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro).

Nas eleições para deputados de 29 de Abril de 1906, os políticos locais dividiram-se em dois ramos: dum lado ficaram os *governamentais*, isto é, os *regeneradores* e os *alpoinistas*, com dois órgãos na imprensa ovarense - *A Discussão* e *O Ovarense* (os *irmãos unidos*, ou *a irmã e o irmão*, como a oposição os denominava) -; do outro lado ficaram os *oposicionistas*, a concentração liberal de *progressistas* e *francáceos*, com o seu órgão - *Jornal de Ovar* (o *órgão concentrado* ou *desconcentrado*, para os adversários).

Nestas eleições, realizadas no ministério Hintze Ribeiro, os progressistas, com os franquistas, podiam vencer em toda a linha os seus adversários. Porém, à última hora, realizou-se um acordo, criticado pelas duas facções de Ovar, o que permitiu a eleição pelo círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro) de dois deputados *governamentais*, ao lado dos cinco deputados da maioria *oposicionista*. O acto eleitoral decorreu sem incidentes e quase com indiferença.

Nas eleições para deputados de 19 de Agosto de 1906, no ministério de João Franco fora dos rotativos, em que foram eleitos quatro deputados republicanos em Lisboa, o partido regenerador local decidiu não ir às urnas, tendo, assim, sido votada sem oposição a lista da concentração liberal.

O ovarense António José Gomes Neto, como se referiu, foi eleito deputado nestas eleições, prestando juramento a 2 de Outubro de 1906.

O recenseamento de 1900

Pelo 4.º recenseamento da população de Portugal, de 1 de Dezembro de 1900, verifica-se que a *freguesia de Ovar* tem 10.462 habitantes (4.358 *H* e 6.104 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a segunda mais populosa das 181 freguesias do distrito de Aveiro, a seguir a Ílhavo.

Quanto à população *residente* a freguesia de Ovar com 10.976 habitantes era também a segunda do distrito, após Ílhavo.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de S. Cristóvão de Ovar tinha 2.614, sendo ainda a segunda do distrito após Ílhavo.

O concelho, um dos 17 do distrito, tinha 24.885 habitantes (10.874 *H* e 14.011 *M*) de população de facto ou presente e 25.605 de população residente.

Os fogos ascendiam a 5.763.

O dr. Pedro Chaves e os «neo-aralistas» (1901-1910)

O dr. Pedro Chaves, que assistira às reuniões do *centro regenerador de Ovar* efectuadas em 1901 (em casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros) e a 8 de Agosto de 1906 (em casa do dr. José António de Almeida), tomou parte também na reunião política deste partido efectuada a 5 de Janeiro de 1908 (em casa da viúva de Francisco da Fonseca Soares), na Rua dos Lavradores, «pela muita consideração que dispensa ao presidente da assembleia e outros amigos que o honraram com o convite pessoal e instante». Afirmou, então, segundo *A Discussão* (de 12/1/1908) que citamos, que «necessitava de explicação a sua presença naquela reunião política que talvez a alguns, que bem o não conheçam, cause estranheza. É novo ainda e contudo já é a terceira vez que assiste e dá o concurso da sua presença a reuniões desta natureza, mais por amizade e dedicação pessoal tributada aos cavalheiros que o convidam do que por convicções políticas ou por desejo de filiação partidária. Foi amigo e mui sincero admirador do chefe do partido regenerador de Ovar (*dr. Manuel Arala*)» e «hoje encontra-se ligado à sua família pelo consórcio. Não lhe é pois indiferente a sorte do partido que esse vulto político engrandecera, quando é certo que, além da amizade, tem a provocar-lhe as suas simpáticas tradições de família».

E continuando: – «Está pois ali, mas deve, com a lealdade própria do seu feitio, dizer e declarar que por enquanto entende que os partidos monárquicos não podem satisfazer completamente os seus ideais rasgadamente liberais. Ligado pela ascendência paterna e materna às famílias – Chaves e Ferraz – que tanto pugnaram pela implantação do regime liberal e de que foram conscientes mártires» não se filia em qualquer partido. Afirma porém, novamente as suas simpatias, dentro do regime monárquico, pelo partido regenerador a quem o ligam tradições de família, e «por isso, sempre que haja colisão de interesses na luta dos partidos, do melhor grado secundará os esforços deste».

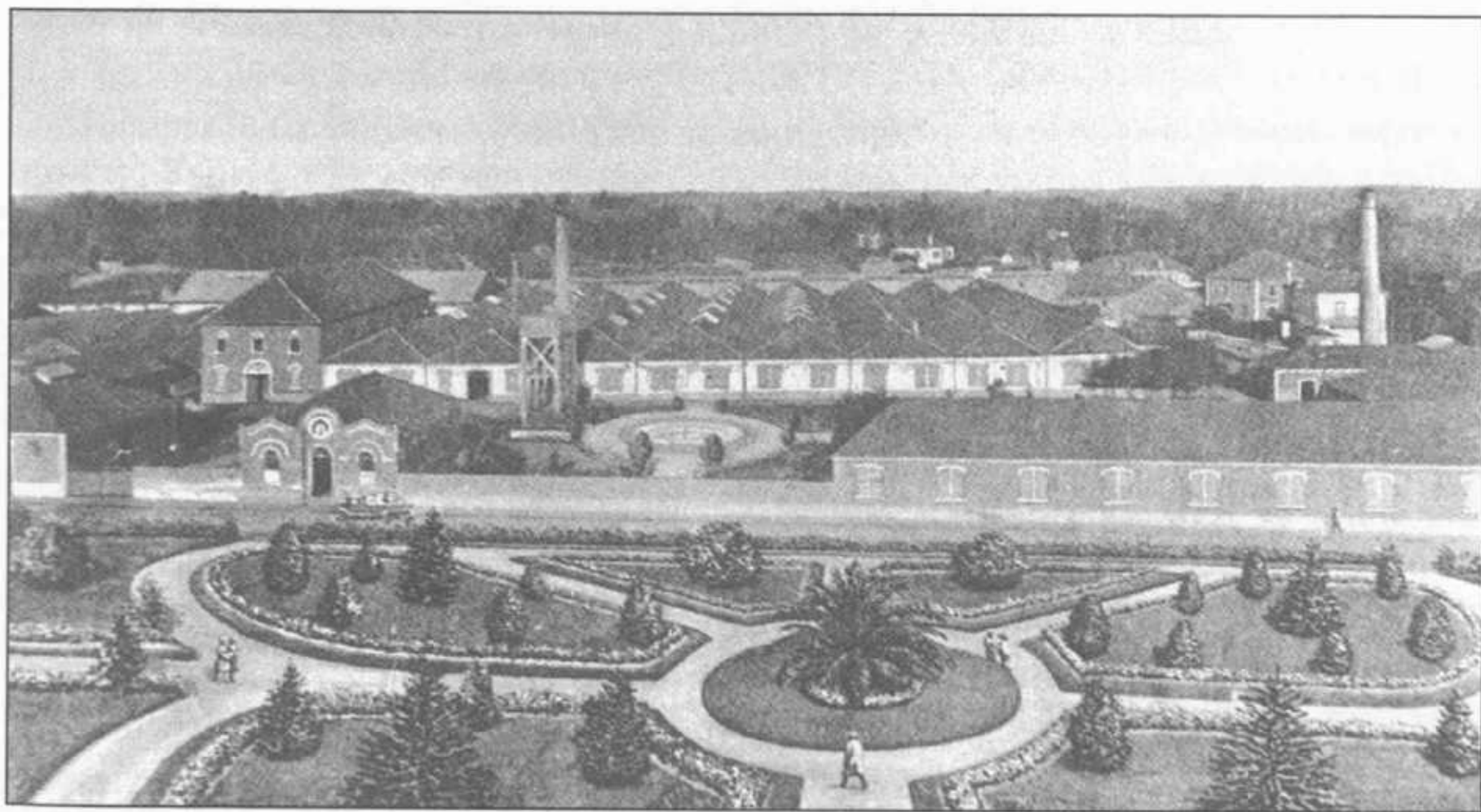
E terminando: – «Fique pois bem assente que não deseja ser um soldado mas muito menos quer ser um desertor».

Estes declarações do dr. Pedro Chaves, que mais tarde serviram aos republicanos liberais para o atacarem duramente, foram assim relatadas pelo semanário progressista *Jornal de Ovar* de 12/1/1908):

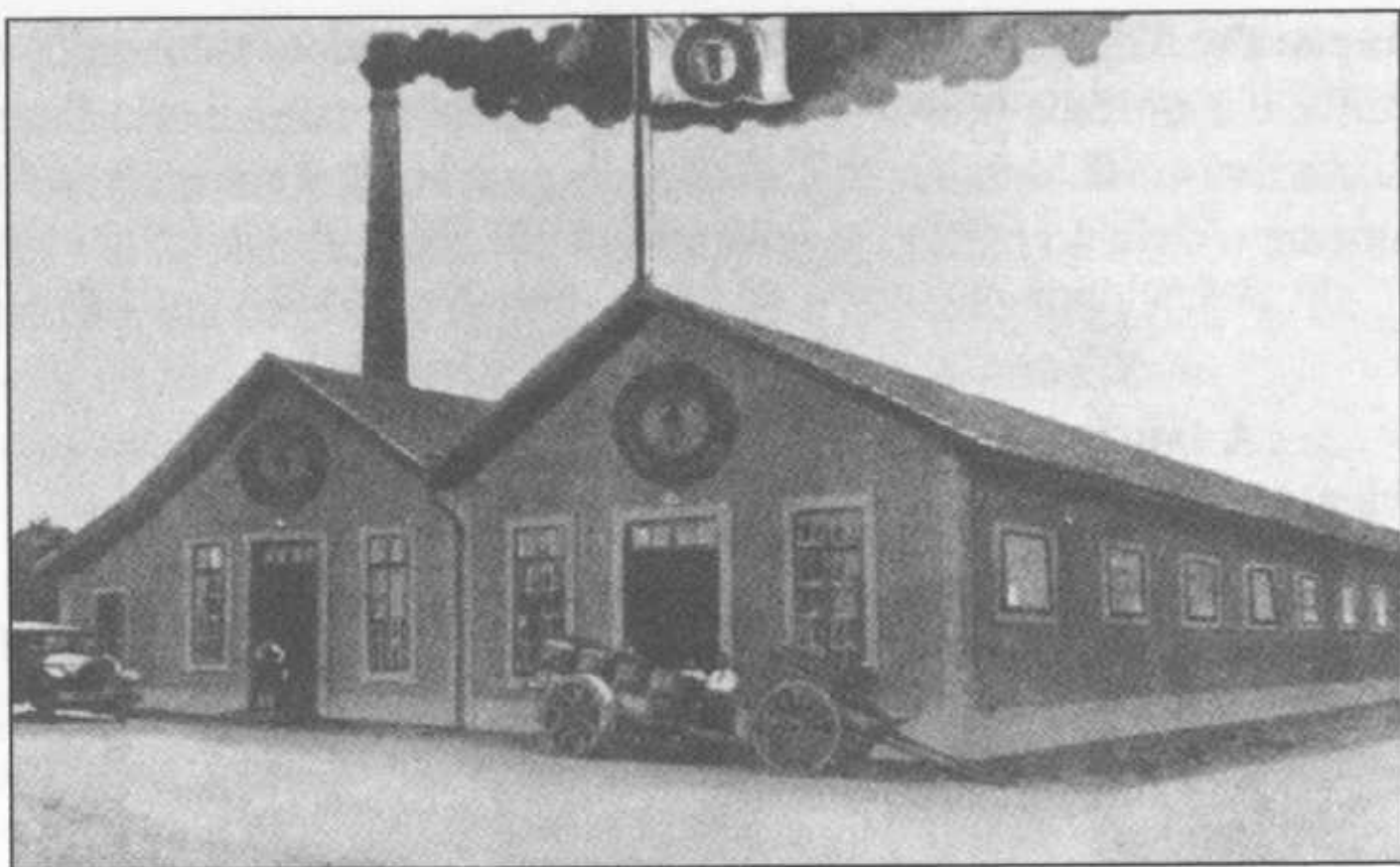
«Não assistimos a essa reunião contudo soubemos que despertaram as atenções a presença dos senhores dr. Chaves, Francisco de Oliveira Lopes e Afonso José Martins. O primeiro declarou que a sua presença não importava por forma alguma a sua

filiação no partido. Contudo tinha por ele tal simpatia, devida, sobretudo, à tradição da sua família, e à amizade pessoal e consideração pelo sr. conselheiro Campos Henriques que, se tivesse de auxiliar algum partido monárquico em qualquer luta, esse auxílio somente o dava ao partido regenerador».

A fábrica de conservas (1901-1939) – «A Varina». A fábrica de telha francesa, a vapor, da firma «Ribeiro & Peixoto» (1904)

Em 1897 *O Ovarense* noticiava que a empresa *Brandão & Gomes*, com fábrica de conservas em Espinho, projectava estabelecer uma filial em Ovar, desde que a Câmara lhe concedesse, gratuitamente, terreno de areia estéril, no Carregal, suficiente para a construção do edifício.

Fábrica de Conservas «A Varina», no Largo do Mártir S. Sebastião. Fotografia de 1931

Uma fábrica de conservas, fundada pelo dr. João Ferreira de Andrade Couto, veio a construir-se no Largo da Estação e, em Agosto de 1900, embora ainda não estivesse concluído o seu edifício, já laboravam as secções de sardinha e de legumes. Em Março de 1901 verificou-se a inauguração desta fábrica a vapor – de conservas de peixe, carne, fruta e legumes – denominada *Luso-Brasileira*. Por escritura de 1903 a fábrica passou a pertencer à sociedade *Gomes, Meneres & C.ª, Limitada (A Varina)*, com sede no Largo do Mártir S. Sebastião.

A Câmara Municipal, na sessão de 27 de Abril de 1904, para a construção duma *sucursal* da fábrica de conservas, concedeu à sociedade Gomes, Meneres & C.ª, Limitada, uma área arenosa situada a sul da praia do Furadouro, não exigindo qualquer retribuição.

Filial do Furadouro da Fábrica de conservas «A Varina».
1905-1939
Fotografia de 1931

A Varina foi visitada pelo Governador Civil de Aveiro, dr. Carlos de Almeida Braga, em 1904, e a sua *sucursal*, armazém de madeira para recolha de peixe no Furadouro, veio a ser inaugurada em Maio de 1905.

A fábrica de Ovar e a sua filial na costa do Furadouro destinavam-se, principalmente, ao preparo das conservas de sardinha, abastecendo-se não só naquela praia, como nas da Torreira, S. Jacinto, Costa Nova e outras.

Por escritura de 1 de Junho de 1908, *A Varina* passou para novas mãos, para a sociedade *Ferreira, Brandão & C.ª*, de três arrojados ex-empregados da Real Fábrica de Conservas Brandão, Gomes & C.ª (Lino Ferreira Brandão, que faleceu em Matosinhos, em 1950; Carlos Augusto Sousa; e Manuel Valente Coimbra, que faleceu também em Matosinhos, em 1963). A 30 de Janeiro de 1912 foi dissolvida a empresa Ferreira, Brandão & C.ª, passando a fábrica para a sociedade *Brandão & C.ª Limitada.* Neste ano exportou conservas para a África, América e Europa.

A Grande Guerra veio a estar na base da grande expansão desta empresa: em 1914 trabalhavam na fábrica 120 operários; em 1916, *A Varina* achava-se em completa, contínua e activa laboração, de dia e noite, em virtude de encomenda feita, pelo governo português, de dezenas de milhares de latas de conservas, para abastecimento das forças expedicionárias a Moçambique; em 1917 tem 137 operários; a 10 de Abril de 1918 foi visitada pelo dr. Afonso Costa.

A 17 de Maio de 1924 a empresa Brandão & C.ª Limitada, com sede em Ovar e, então, com duas sucursais, uma no Furadouro e outra em Matosinhos, modificou o pacto social, elevando o capital de 150 para 600.000$00. Finalmente, em 1939, *A Varina* transferiu as instalações e a sede para a vila de Matosinhos, abandonando o decadente porto de pesca do Furadouro.

As traineiras e arrastões, com as *artes-novas*, com aparelhos de sonda para assinalar a passagem de cardumes, vieram dar o golpe de misericórdia na pesca do arras-

to, nas *artes-velhas*, cuja colocação das redes era feita através da esperteza dos arrais e que não tinham evoluído desde as invasões francesas.

Terminadas as *artes* na costa do Furadouro, este grande porto de pesca do passado, incapaz de se adaptar às novas técnicas, transformou-se numa vulgar praia de banhos e os seus pescadores, desenraizados e inadaptados a outra profissão, ou continuaram aí a sua vida miserável ou fugiram para as traineiras de Matosinhos, para as margens do Tejo ou para a pesca do bacalhau.

A fabricação de materiais de barro para construção (telha), teve grande desenvolvimento em Ovar e ainda na freguesia de Válega.

Desde 1904 Ovar ficou a ter no Largo Almeida Garrett uma fábrica de telha francesa, a vapor, da firma *Ribeiro & Peixoto*, que em Março daquele ano foi visitada, oficialmente, pelo dr. Carlos de Almeida Braga, Governador Civil do distrito de Aveiro. Por escritura pública de 13 de Julho de 1908 foi constituída uma sociedade comercial limitada, entre Francisco Peixoto Pinto Ferreira e José da Silva Ribeiro, para a exploração de artigos de cerâmica, moagem e descasque de arroz.

Referindo-se a esta fábrica, o eng.º João Vasco de Carvalho escreveu em 1912 («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da direcção geral da agricultura*, 11.º ano, n.º 5): – «Uma das mais importantes (*indústrias*) é sem dúvida a indústria do fabrico de telha e tijolo representada por uma fábrica importantíssima situada no maior largo da freguesia – o Largo de S. Sebastião – e a dois passos da estação de caminho-de-ferro. É fábrica que produz 6 a 7 mil telhas – modelo francês – e a quinta parte de tijolo, diariamente: tem além de maquinismo moderno adequado àquele fim, máquinas também modernas destinadas à moedura do trigo e do milho, a qual se executa, quase só no verão. Custou a montagem cerca de 30 contos de reis».

Esta fábrica de telha francesa e tijolo abastecia, então, quase todos os concelhos circunvizinhos, relegando para um plano inferior a procura de *telha de quilha* que também se fabricava em Ovar e particularmente em Válega (em 1884 o lugar da Regedoura, na freguesia de Válega, «é célebre pela óptima telha que aqui se fabrica, *a melhor do reino*», para Pinho Leal. Ainda neste ano funcionavam seis fábricas, sendo o barro extraído nas proximidades da capela de Entráguas mas, devido à concorrência do tipo marselhês, apagaram-se os últimos fornos de *telha da Regedoura* à roda de 1930).

Tendo falecido o sócio José da Silva Ribeiro, a sociedade *Peixoto, Ribeiro & C.ª* foi dissolvida a 18 de Junho de 1915, ficando todo o activo e passivo a cargo do sócio Francisco Peixoto Pinto Ferreira que continuou, sob a sua responsabilidade individual, com a exploração da indústria de cerâmica, na razão social de *Peixoto, Filhos, Limitada.*

Em 1917 a fábrica empregava 58 operários na cerâmica; em 1934 a sociedade *Peixoto, Filhos, Limitada* (desde 1 de Abril de 1924) foi vendida ao construtor civil José Gomes da Silva Mateiro e a outros cidadãos, dando lugar a uma fábrica de grés e cerâmica vermelha, a *Siol – Sociedade Industrial de Ovar, Limitada*, desde 22 de Janeiro de 1948.

No ano de 1969 iniciou-se a construção duma cerâmica moderna, no lugar do Sobral, destinada ao fabrico de todos os tijolos que, com as pranchas de elementos

pré-esforçados, constituíam os pavimentos de tijolo cerâmico *Patial*, segundo a patente suíça, propriedade da *Patial – Sociedade Industrial de Pavimentos e Tijolo Armado, Limitada.*

Em 1972, na variante da estrada da Mata, levanta-se uma fábrica de telhas de cimento coloridas, a *Argibetão*; a 9 de Novembro de 1973 é constituída a *Sobralcer – Cerâmica do Sobral, Limitada*, substituindo a *Patial* e para a fabricação de produtos cerâmicos de construção em barro vermelho.

O Secretário da Câmara Municipal Abel Augusto de Sousa e Pinho (1901-1915). A Família Pinho

Família distinta de Ovar, a *Família Pinho* descende de Manuel de Pinho, negociante, da Rua dos Ferradores, que casou com Margarida Emília de Sousa e Pinho.

O filho deste casal, Abel Augusto de Sousa Pinho, nasceu a 17 de Janeiro de 1866, e casou a 24 de Março de 1892 com Maria José Correia Duarte Pereira Coentro, filha de António Gomes Duarte Pereira Coentro e de sua mulher Rosa de Oliveira Gomes, da Rua do Outeiro.

Nomeado Secretário pela Câmara, na sessão de 12 de Junho de 1901, que o preferiu ao outro concorrente, António Dias Simões, veio a exercer esse cargo de 1 de Julho de 1901 até à sua morte.

Faleceu, com 49 anos, a 23 de Março de 1915.

Abel Augusto de Sousa e Pinho. 1866-1915

Filhos do casal Abel/Maria José:

– Abel Augusto Coentro de Pinho

– Alfredo Coentro de Pinho (†1979, com 83 anos)

– António Coentro de Sousa e Pinho, que nasceu a 24 de Fevereiro de 1898, foi *Presidente da Câmara Municipal* (de 4 de Agosto de 1946 a 1954), casou a 19 de Maio de 1951 com a artista Beatriz dos Santos Campos, e faleceu com 96 anos, a 5 de Junho

O casal Abel Augusto de Sousa Pinho e Maria José Correia Duarte Pereira Coentro com 8 dos seus filhos.
In: Arquivo da Família Pinho

de 1994. Filhas do casal António/Beatriz: – Dr.ª Ana Maria Campos Coentro de Pinho, licenciada em Economia (1981), que casou com o eng.º Jorge Baltar de Oliveira Cabral; e dr.ª Maria Beatriz Campos Coentro de Pinho, licenciada em Direito (1976), distinta advogada na comarca de Ovar, que casou (1989) com o dr. António Carlos Tomás Ribeiro.

– João Coentro de Pinho

– Joaquim Coentro de Pinho

– José Coentro de Pinho

– Júlia Coentro de Pinho (1905-1987), professora do Ensino Básico, que casou, a 27 de Março de 1934, com João José da Silva Freire (†1966, com 62 anos), também professor da instrução primária, filho de José Maria da Silva, da Murtosa, e de Maria da Conceição Soares de Resende Tavares, de Avanca, Estarreja. Este casal teve dois filhos: – Brigadeiro da Força Aérea, dr. Aníbal José Coentro de Pinho Freire, que nasceu em Vagos, a 4 de Março de 1935, casou a 13 de Maio de 1961 com Maria Irene Fidalgo Ventura, e foi um dos mais graduados oficiais do M.F.A. – Movimento das Forças Armadas –, na Revolução de *25 de Abril* de 1974; e Manuel Augusto Coentro de Pinho Freire, que nasceu em Vagos, a 25 de Abril de 1942, e, trovador e baladista, residente em Ovar desde os 4 anos, ganhou fama merecida no País com a interpretação do belo poema de ANTÓNIO GEDEÃO, *Pedra Filosofal*.

Professora Margarida Celeste.

– Manuel Augusto Coentro de Pinho

– Margarida Celeste Coentro de Pinho (1900-1971), que foi professora do Ensino Básico nas escolas da Ribeira, Castelo, Olaria e Oliveirinha, na Escola Primária Su-

perior de Ovar e na Escola Primária Complementar, tendo sido condecorada, em 1961, pelo Presidente da República, com o grau de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública.

- Maria José Coentro de Pinho (†1996, com 85 anos)
- Maria Lucília Coentro de Pinho
- Rosa Coentro de Pinho, que casou com o industrial David Dias de Resende, e faleceu a 2 de Junho de 2000.

O Presidente da Câmara dr. António dos Santos Sobreira (1902-1904). A Família Sobreira

De 2 de Janeiro de 1902 a 1904 governou Ovar uma Câmara *regeneradora*, eleita a 3 de Novembro de 1901, e presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira, tendo na vice-presidência Manuel Joaquim Rodrigues, e como vereadores Afonso José Martins, o padre Francisco Marques da Silva, Francisco de Oliveira Lopes, José Pinto Fernandes Romeira, e José Rodrigues de Oliveira.

Escrivão, notário, advogado e político, o dr. António dos Santos Sobreira nasceu, a 25 de Junho de 1861, filho de Joaquim dos Santos Sobreira, negociante, natural de Vilar do Paraíso, e de sua mulher Maria Gracia da Cruz Maravalhas, do lugar da Ribeira de Ovar.

Concluindo a sua formatura em Direito (1883), tomou posse, a 13 de Agosto de 1885, do lugar de escrivão e tabelião nesta comarca, e, a 20 de Janeiro de 1900, do lugar de notário. Foi acusado, pelo dr. José António de Almeida, de dever este lugar aos *progressistas*.

Administrador *substituto* do concelho em 1885, foi um dos 14 sócios fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários (1896), tendo sido presidente da direcção por 4 vezes (1899-1900, 1910-1912, 1919-1921), presidente da assembleia geral por 5 vezes (1897-1898, 1905-1909, 1914-1919, 1922 e 1927), e presidente honorário.

Foi *Presidente da Câmara regeneradora* eleita a 3 de Novembro de 1901 para o triénio de 1902-1904. Durante a sua presidência Ovar foi iluminada a acetilene, de 20 de Março de 1903 a 1905.

De 1901 a 1904 fez parte da *comissão executiva* que dirigiu o partido *regenerador* local após a morte do dr. Manuel Arala; de 1907 a 1908 foi seu chefe; a 5 de Janeiro de 1908 foi nomeado um dos cinco membros da comissão executiva do partido; e, em 1910, aquando da cisão verificada no mesmo, ficou a chefiar os *henriquistas* (direita), que constituíam o grosso do partido regenerador no concelho.

Pelo decreto de 21 de Outubro de 1903 foi agraciado por Hintze Ribeiro com a *carta do conselho*.

Director político d'*A Discussão* em 1904, dirigiu este semanário até Dezembro de 1909; foi presidente da assembleia geral da Associação de Socorros Mútuos Ovarense (1908-1909 e 1912-1913) e pertenceu à *grande comissão* da Misericórdia.

A 16 de Fevereiro de 1911, na posse do dr. Alberto Tavares no cargo de Administrador do Concelho, aderiu à República, vindo a ser candidato à Junta Geral em

Dr. António dos Santos Sobreira. 1861-1931

1913, pelo partido republicano, e efectivo à mesma Junta Geral do distrito, em 1917, pelo partido democrático.

Este advogado, que casou com Rosa de Araújo Sobreira, faleceu a 19 de Maio de 1931, com 69 anos.

Família distinta ovarense, a *Família Sobreira* descende de Joaquim dos Santos Sobreira, negociante natural de Vilar do Paraíso, que casou com Maria Gracia da Cruz Maravalhas (†1887), do lugar da Ribeira de Ovar, e faleceu, com 64 anos, a 26 de Agosto de 1889.

O filho deste casal, o dr. António dos Santos Sobreira (1861-1931), casou com Rosa de Araújo Sobreira, foi notário, dirigente do partido *regenerador* local, e *Presidente da Câmara Municipal* (1902-1904).

Filhos do casal dr. António/Rosa:

– António Carlos de Araújo Sobreira, que casou com Clotilde Guedes Bernard de Araújo Sobreira, e faleceu em 1963, com 77 anos, em Lisboa.

– Fernando Hugo de Araújo Sobreira, que casou com Lídia Bernard Guedes de Araújo Sobreira, e faleceu na Rua Alexandre Herculano, em 1953, com 64 anos.

– Gustavo Adolfo de Araújo Sobreira, que casou com Maria da Luz da Cunha e Costa Araújo Sobreira (†1945, com 60 anos), filha do chefe do partido *progressista* local, dr. António Pereira da Cunha e Costa e de Adozinda Júlia Ferraz da Cunha e Costa, e faleceu a 9 de Fevereiro de 1931.

Filhos do casal Gustavo Adolfo/Maria da Luz:

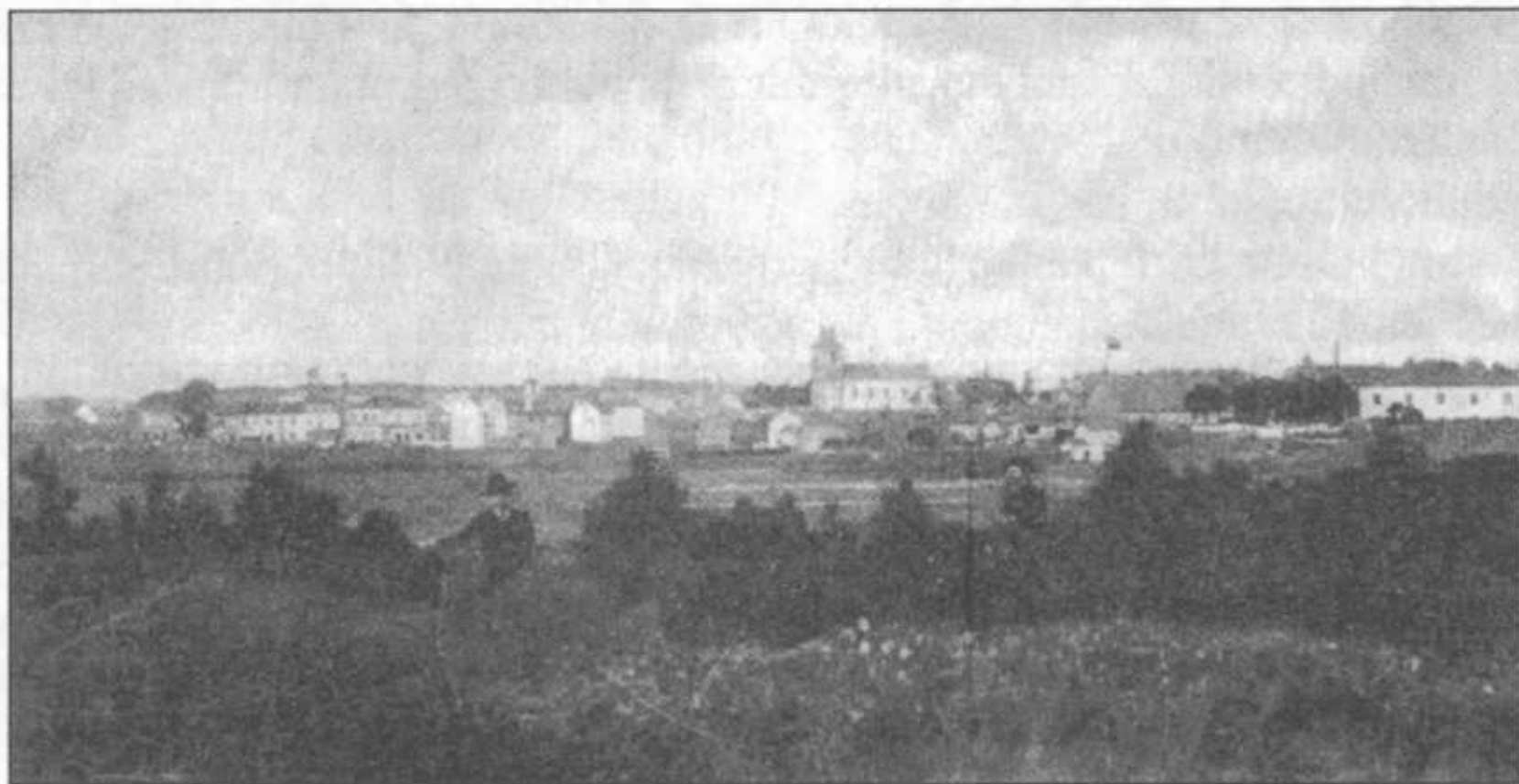
– António Fernando Araújo Sobreira, natural de Alcobaça, que casou (1941) com Maria Cecília de Bessa Pinto Gonçalves, e, em 1946, com Maria Lúcia Saramago de Araújo Sobreira, natural de Ovar, e faleceu a 19 de Abril de 1989.

– Eng.º Gustavo Jorge Cunha de Araújo Sobreira, natural de Alcobaça, que casou (1943), em Cedofeita, Porto, com Maria Beatriz de Lima Rego Machado de Araújo Sobreira (ou Maria Beatriz de Lima Rego Machado Sobreira).

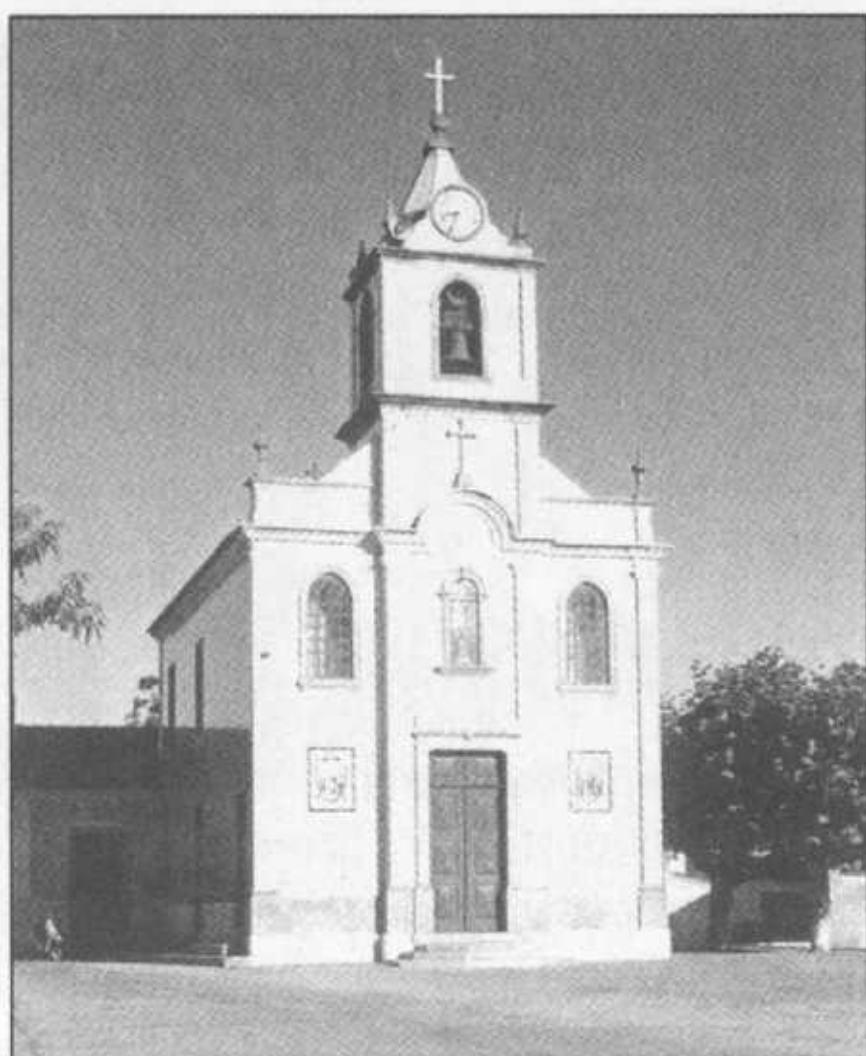
– Eng.º João Cunha de Araújo Sobreira, também natural de Alcobaça, que casou com Maria Alzira Carneiro de Vasconcelos Ferreira da Silva Sobreira.

Família Sobreira.

A Feira dos 12 (1902)

Criada em 1902, no Largo Almeida Garrett, a *feira dos 12* foi transferida, na sessão camarária de 15 de Abril de 1914, para terreno junto do matadouro, no Casal, e mudada, na sessão de 3 de Novembro do mesmo ano, para o Largo de S. João.

Ovar – Vista tirada do poente.
Princípio do século XX.

A Capela da Senhora da Ajuda (1903), em S. Donato

A 24 de Junho de 1902 foi lavrada, no notário dr. António dos Santos Sobreira, uma escritura de compromisso e obrigação recíprocas para a construção de uma nova

Capela da Senhora da Ajuda, em S. Donato.

Capela de S. Donato que, após a sua conclusão, seria entregue sem encargos à Junta da Paróquia de Ovar.

Esta capela, que segue os tipos regionais dos princípios do século, tendo torre a meio da fachada, é, para o padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926), «um templo elegante e airoso, construído em 1903. Está voltado a nascente e levanta-se num dos mais pitorescos sítios da aldeia de Guilhovai. Fica na vizinhança do riacho de Sande, cercada de eirados, combros e quintalejos frondosos».

O novo templo tem como padroeiro N.ª Sr.ª da Ajuda.

A iluminação pública a acetilene (1903-1905)

A Câmara regeneradora da presidência do dr. António dos Santos Sobreira procurou iluminar melhor Ovar, substituindo a iluminação a petróleo pela luz acetilénica.

Encarregou, assim, o hábil artista Manuel Coelho da Silva, o *Capoto*, de não só construir o gasómetro, que veio a ser assente nas traseiras dos Paços do Concelho e que tinha a força para 50 bicos, como também de dirigir os trabalhos do assentamento da canalização.

Na noite de 20 de Março de 1903 fez-se na Praça Mousinho de Albuquerque, com 4 candeeiros, a primeira experiência da iluminação pública a luz acetilénica, sendo o propósito da Câmara, como foi declarado na sessão de 3 de Junho daquele ano, ramificar gradualmente a canalização daquela luz pelas ruas mais centrais de Ovar.

A Câmara *regeneradora* não contou, porém, com a sua queda em 1904 e a nova Câmara *progressista*, presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, suprimiu a nova iluminação, regressando-se ao petróleo.

Tê-lo-ia feito por se ter verificado que um bico de acetilene consumia por noite 81 reis e um lampião a petróleo apenas 9 reis e meio?

«Disse-se e é de crer que (*o dr. Joaquim Soares Pinto*) o fez mais por espírito negativista, em que tanto se comprazia, do que por economia dos dinheiros públicos» (ZAGALO DOS SANTOS).

Em Setembro ou Outubro de 1905 colocaram-se na Ponte Nova candeeiros de iluminação pública. Em 1911, durante a época balnear, foi pela 1.ª vez iluminado o Furadouro a acetilene, e, em Agosto de 1927, principiou na mesma praia a iluminação a petróleo em postes de cimento armado.

A estrada da Marinha (1903)

A 1.ª tarefa do lanço da *estrada da Marinha*, compreendida entre a Colégio das Doroteias (actual Misericórdia) e a quinta do Conde, isto é, em todo o decurso do grande areal da antiga estrumada, foi arrematada, na praça dos Paços do Concelho, pelo ovarense Manuel Bernardino de Oliveira Gomes, a 24 de Julho de 1903.

A estrada veio a ser reparada e asfaltada, em 1971, na extensão dos seus 2.329 metros (a 16 de Outubro de 1970 fora lavrada a escritura da empreitada do acesso à Marinha, entre a Câmara e a firma António Brandão Ferreira Serrano & Filhos, Limitada).

Estrada da Marinha. Foto do dr. Alberto David In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1915*

Postais (1904)

Os primeiros postais ilustrados de Ovar foram editados, em Novembro de 1904, pelo hoteleiro José Luís da Silva Cerveira.

Os segundos são de 1925 – uma colecção de postais ilustrados editada pela Imprensa Pátria.

Rua Elias Garcia e Capela da Graça.
Edição de Silva Cerveira

As visitas do dr. Afonso Costa (1904 e 1907)

O dr. Afonso Costa, que já se tinha tornado num dos mais famosos advogados do País, veio defender ao tribunal de Ovar, em três querelas, cinco réus acusados do mesmo crime, o de homicídio voluntário.

Mais do que o brilhantismo que as suas intervenções deram ao foro ovarense, as suas deslocações contribuíram imenso para a formação do partido republicano local. As suas visitas conquistaram adeptos para o partido republicano na vila e freguesia e serviram igualmente de propaganda ao próprio dr. Afonso Costa. Mais tarde, quando se dividiu o velho partido republicano, a quase totalidade dos republicanos locais aderiu ao seu partido, o *democrático*.

Em libelo crime, proferido em querela pública, o delegado dr. António Carlos de Almeida e Silva, a 29 de Maio de 1903, acusou três réus - João Pereira Rebelo, menor de 17 anos, estudante, da Rua do Bajunco, Manuel Pinho Neves, de 25 anos, cocheiro, e seu irmão António Maria Ribeiro, de 20 anos, funileiro, ambos da Travessa de Sant'Ana - de na noite de 26 de Abril daquele ano, pelas 10 horas, matarem na Rua da Fonte, voluntariamente, o moleiro Manuel Marques Branco, o *Maneta*, da Rua da Mota.

O julgamento realizou-se a 29 e 30 de Janeiro de 1904, tendo o réu João Pereira Rebelo passado procuração ao dr. Afonso Costa naquele dia 29 e sendo os outros dois réus defendidos, oficiosamente, pelo dr. Francisco Fragateiro.

A audiência, presidida pelo juiz dr. Francisco Augusto Lobo Castelo Branco, foi aberta às 10 horas e meia, com o tribunal repleto de espectadores, entre os quais muitas senhoras, estando a bancada dos advogados *au grand complet*. Os réus vieram das cadeias da Relação do Porto, onde se achavam presos.

Segundo *A Discussão* (de 7/2/1904), a audiência foi extraordinariamente concorrida, «não sendo possível à força armada impedir mesmo à pranchada, a avalanche do povo que se aglomerava no átrio do tribunal». Quando «foi permitido o ingresso ao

público, pejou-se imediatamente a teia, e foi tal o aperto, que despedaçaram a maior parte das bancadas».

Às 11 e meia abriram-se os debates falando durante quarenta minutos o delegado, seguindo-se o dr. Francisco Fragateiro por meia hora e cabendo, por último, a palavra ao dr. Afonso Costa que durante duas horas teve preso do seu verbo eloquente o numeroso e selecto auditório que num silêncio profundo o escutou.

Encerrados os debates, resumindo os factos, o juiz apontou aos jurados, com rigorosa imparcialidade, as principais provas, quer a favor quer contra os réus, e concluiu propondo-lhes os quesitos a que tinham de responder. O presidente do júri, dr. José Ferreira Marcelino, leu mais tarde as respostas aos quesitos dos jurados que, por unanimidade, não consideraram provado o crime de homicídio voluntário, mas sim o de ofensas corporais de que resultara a morte, sem intenção de matar.

O réu João Pereira Rebelo teve a atenuante de haver o crime sido praticado em virtude de provocação por pancadas e violência grave exercida na sua pessoa por parte da vítima, além das demais atenuantes alegadas pela defesa que o júri deu como provadas.

Em face das respostas dos jurados aos quesitos, o juiz, por sentença de 30 de Janeiro, condenou o réu João Pereira Rebelo na pena de prisão correccional correspondente ao tempo de prisão preventiva – 9 meses menos 4 dias –, dando assim por cumprida a pena, e absolveu os outros dois réus.

Foi esta a *primeira defesa* do dr. Afonso Costa no tribunal da comarca de Ovar, defesa que constituiu um êxito de perdurável recordação, atestando a sua grande inteligência e capacidade profissional.

Em outra querela pública, em libelo acusatório, o delegado dr. José Luciano Correia de Bastos Pina acusou o réu Manuel Alves Pinto Júnior, do lugar de Quintãs, da freguesia de Esmoriz, de na noite de 28 de Janeiro de 1906 ter, na estrada dos Castanheiros da mesma freguesia, matado José Francisco de Sá Dias, do lugar da Relva.

O querelado, não obstante a sua pobreza oficialmente atestada e certificada, apresentou como seu patrono o dr. Afonso Costa, uma das mais rutilantes inteligências do foro criminal e um dos mais eloquentes oradores da tribuna forense, a quem passou procuração a 23 de Fevereiro de 1907.

A audiência geral, que chamou bastantes espectadores, realizou-se a 23 e 25 de Fevereiro de 1907, presidida pelo juiz dr. Francisco Augusto Lobo Castelo Branco, tendo o dr. Afonso Costa falado durante uma hora, conseguindo por vezes empolgar o auditório com os rasgos da sua indiscutível inteligência.

O júri deu como não provado, por maioria, o crime de homicídio voluntário e como provado o crime de ter tomado nome suposto para com ele emigrar, pelo que o réu, por sentença de 25 de Fevereiro, foi absolvido daquele crime e condenado por este na pena de 18 meses de prisão correccional.

Para *A Discussão* (de 3/3/1907), «produziu desagradabilíssima impressão a decisão do júri; foi mesmo muito mal recebida até pelas classes inferiores donde ouvimos partir a afirmativa de que só vai para a cadeia quem cai sob a alçada do juiz e que por isso quem tiver de *liquidar contas* com alguém o faça por forma a ter que ficar sujeito a alçada do júri».

Dr. Afonso Costa.

Foi a *segunda defesa* em Ovar do dr. Afonso Costa, defesa em que o famoso advogado voltou a pleitear com argúcia, saber e competência excepcionais.

A 25 de Julho de 1906 o delegado dr. José Luciano Correia de Bastos Pina, em libelo proferido em querela pública, acusou José Maria Ferreira Regalado, e António Ferreira Regalado, calafates, e António Ferreira Regalado Júnior, serralheiro, todos de S. João de Ovar, de no dia 11 de Março de 1906, no lugar de S. João, ferirem quatro pessoas e matarem Francisco Rebela, lavrador, do mesmo lugar.

Os réus passaram procuração ao dr. Afonso Costa, a 27 de Fevereiro de 1907, e nos dias 26 e 27 de Junho deste ano teve lugar a audiência presidida pelo juiz dr. Inácio Alberto José Monteiro.

No tribunal, repleto de espectadores contidos em ordem por uma força de infantaria 24, do comando de sargento, e que chegara a Ovar logo de manhã, requisitada pelo delegado ao Administrador do Concelho, o dr. Afonso Costa pelo espaço de duas horas teve suspenso com a sua palavra sugestiva e inspirada todo o auditório.

O júri, por unanimidade, respondeu que não estava provado o crime de homicídio voluntário mas sim o de ofensas corporais cometidas voluntariamente, sem intenção de matar, ocasionando contudo a morte.

Por sentença, proferida a 27 de Junho, os réus António Ferreira Regalado e seu filho António Ferreira Regalado Júnior foram absolvidos e o réu José Maria Ferreira Regalado condenado na pena de 4 anos de prisão maior celular, ou, em alternativa, na de 6 anos de degredo em África (houve apelação e, em conferência de 2 de Novembro de 1907, a Relação condenou o apelado em 5 anos de prisão maior celular). A decisão foi bem recebida e a defesa houve-se com verdadeira mestria tirando partido de pequenos senãos numa causa ingrata.

No dia seguinte, 28 de Junho, o dr. Afonso Costa teve na gare do caminho-de-ferro de Ovar uma manifestação imponente e entusiástica por parte de mais de 200 pessoas, que levantaram vivas a António José de Almeida, a Bernardino Machado, à Pátria e à Liberdade, vivas que se prolongaram até o comboio, onde embarcou o advogado, desaparecer.

Foi a *terceira e última defesa* em Ovar do dr. Afonso Costa.

A 1 de Dezembro de 1915 foi inaugurado o *Centro Republicano dr. Afonso Costa*, na Rua dr. Manuel Arala, sendo descerrado o seu retrato pelo deputado dr. Barbosa de Magalhães, que discursou com o dr. Pedro Chaves.

O dr. Afonso Costa visitou, particularmente, Ovar no dia 10 de Abril de 1918.

A Escola de Tiro (1904)

Na sessão camarária de 13 de Julho de 1904 o dr. Pedro Chaves pediu licença para estabelecer uma escola de tiro em terreno inculto da mata municipal, no Lamarão, aproveitando-se a casa do guarda que estava desabitada.

A *escola de tiro*, de que foi fundador aquele dr. Pedro Chaves, foi inaugurada às 6 horas de 9 de Agosto daquele ano e ficou instalada, com autorização da Câmara, num terreno de Abílio José da Silva, perto do campo da Oliveirinha.

Inscreveram-se como sócios cerca de 400 atiradores e a 25 de Agosto de 1904 foram eleitos os primeiros directores – o dr. Domingos Lopes Fidalgo e o escrivão de direito Luís de Melo Freitas Pinto. Directores de torneios foram o padre Francisco Marques de Silva, José de Castro Sequeira Vidal e o dr. Pedro Chaves; do júri fizeram parte os drs. Descalço Coentro e Salviano Pereira da Cunha e o cidadão Frederico Ernesto Camarinha Abragão.

A escola de tiro terminou a sua actividade pela aquisição da propriedade.

Uma pateada despede a câmara regeneradora (11 de Dezembro de 1904). O Presidente da Câmara dr. Joaquim Soares Pinto (1905-1907), e o vereador João Marques Cantinho. Uma representação da câmara ao rei (13 de Junho de 1907)

A queda do ministério regenerador e a subida ao poder, a 20 de Outubro de 1904, do novo ministério *progressista* de José Luciano de Castro teve como consequência o partido regenerador local, senhor da Câmara, abster-se de concorrer às eleições camarárias de 6 de Novembro daquele ano.

No dia 11 de Dezembro de 1904, quando a Câmara *regeneradora* procurava proceder à arrematação dos apanhadiços da praia e costa do Furadouro, levantou-se no salão dos Paços do Concelho uma assuada, acompanhada de gritaria e pateada, que obrigou à suspensão da praça.

Foi a despedida da Câmara regeneradora que já não tinha autoridade para impor aquela praça e tornar os apanhadiços fonte de receita municipal.

A 6 de Novembro de 1904, sem oposição, foi eleita uma Câmara *progressista* da presidência do dr. Joaquim Soares Pinto e da vice-presidência do padre Caetano Fernandes, Abade de Válega, tendo como vereadores os cidadãos dr. António Pereira da Cunha e Costa, Francisco Ferreira Coelho, João Marques Cantinho, João Pacheco Polónia e Manuel Ferreira da Costa.

Filho do grande proprietário e industrial António Soares Pinto e de sua mulher Ana de Oliveira Gomes, neto paterno de Francisco Soares Pinto e de Ana de Oliveira Coelho, e neto materno de Manuel José Gomes e de Maria Oliveira Coelho, o dr. Joaquim Soares Pinto, advogado distinto, notário, político e grande benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, nasceu em Ovar, a 24 de Novembro de 1867, concluindo, em 1889, o seu curso de direito.

Militando no partido de seu pai, o *progressista*, foi Administrador do Concelho de 3 de Junho de 1887 a 1890, e em 1890-1891.

Dr. Joaquim Soares Pinto. 1867-1928

Em 28 de Junho de 1892 foi julgado em audiência geral e, defendido pelo dr. Barbosa de Magalhães, absolvido; a 15 de Agosto de 1897 foi acusado, em processo correccional, pelo delegado do procurador régio na comarca dr. António Carlos de Almeida e Silva, de no dia 9 de Julho, pelas 5 horas da tarde, ter esperado e agredido com uma bengala, no adro da Igreja de Ovar, Manuel Joaquim Rodrigues, membro influente do partido regenerador, farmacêutico, da Rua do Outeiro, «descarregando-lhe, pelo menos, uma bengalada de que lhe resultou a fractura de duas costelas e impossibilidade de trabalho por mais de 30 dias». Em recurso para a Relação, o crime passou a ser mais grave, visto ter resultado aleijão ou inabilitação de um órgão para as suas funções, passando o processo a querela, com jurados.

Por sentença de 30 de Abril de 1898, o juiz da comarca, dr. Eduardo Alfredo Braga de Oliveira julgou improcedente e não provada a acusação e absolveu o réu. Foi advogado do dr. Joaquim Soares Pinto o dr. Serafim de Oliveira Cardoso *Baldaia*, presidente do júri o dr. António Joaquim de Oliveira Valente, tendo feito parte do mesmo os drs. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e António de Oliveira Descalço Coentro.

Foi um dos 14 sócios fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar e seu comandante desde 1 de Outubro de 1896. Na noite de 17 de Fevereiro de 1912, uma sua atitude no teatro deu origem a uma crise, entre os bombeiros e a Câmara democrática, que só terminou com o seu pedido de demissão em 1913.

Em Setembro de 1900 é preso ao entrar na secretaria da Câmara pelo Administrador substituto do Concelho, o regenerador Manuel Joaquim Rodrigues, por resistência, desacato, desobediência e injúrias à autoridade.

Revistado, encontra-se-lhe num cinto um revólver carregado com cinco balas, que lhe é apreendido.

Detido até às 3 horas da tarde naquela secretaria, rodeado pela polícia, foi posto então à disposição do poder judicial, que o mandou em liberdade, depois de lavrado termo de residência.

O dr. Joaquím Soares Pinto protestou contra a prisão arbitrária, que atribuiu a vingança pessoal daquele Administrador substituto, por factos antigos.

O processo veio a ser arquivado por o crime ter sido considerado político e como tal se encontrar amnistiado.

A 20 de Janeiro de 1900 tomou posse do lugar de notário em Ovar e, a 2 de Janeiro de 1905, do cargo de *Presidente da Câmara progressista*, para a qual foi eleito sem oposição para o triénio de 1905-1907. Esta Câmara foi dissolvida na ditadura de João Franco e substituída por uma comissão administrativa de tendência regeneradora liberal. Porém, a 19 de Fevereiro de 1908, regressou à presidência da Câmara, em harmonia com o decreto de 15 desse mês e foi eleito para nova Câmara, ainda em 1908, com oposição republicana, aí se mantendo até à implantação da República.

Durante a sua presidência fundou-se em Ovar o partido republicano (16 de Janeiro de 1905), verificou-se a dissidência progressista (1905), foi instalada a Associação de Socorros Mútuos Ovarense (11 de Abril de 1905), a Comissão de Beneficência Escolar (3 de Fevereiro de 1906) e a Escola Conde de Sucena (13 de Janeiro de 1907), saiu o 1.º número d'*A Pátria*, a 30 de Abril de 1908, foi criada a Misericórdia (25 de Setembro de 1908 - 29 de Janeiro de 1910) e a 1.ª Missão das Escolas Móveis pelo Método João de Deus (23 de Novembro de 1908) e inauguradas a cadeia (13 de Agosto de 1910) e as Escolas Oliveira Lopes (2 de Outubro de 1910).

O dr. Soares Pinto, que foi chefe do partido *progressista* local (1905-1910), orientou o *Jornal de Ovar*, órgão do seu partido, que veio a lume a 13 de Maio de 1906; a 13 de Junho de 1907 salientou-se aquando do protesto das municipalidades; em 1910 foi um dos fundadores da Misericórdia, tendo pertencido à *grande comissão*.

A 12 de Outubro de 1910 aderiu à República, na reunião distrital do partido progressista na cidade de Aveiro, nos armazéns do cais dos mercantéis; mas, em Fevereiro de 1911, num banquete que deu, já criticava abertamente o republicanismo local.

Em 1911 é transferido como notário para Castelo Branco, o que não aceitou. O seu lugar em Ovar foi preenchido pelo dr. António da Silva Tavares, de Válega.

A 13 de Outubro de 1911, aquando do *complot* monárquico, é preso em Freixo de Espada à Cinta ao pretender internar-se em Espanha, sendo remetido para o Porto, e, posteriormente, para Aveiro, donde saiu em liberdade a 11 de Janeiro de 1912.

Na *traulitânia* foi Administrador do Concelho (de 23 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1919), nomeado pelo comandante da coluna enviada pela Junta Governativa do Reino de Portugal, tenente-coronel João Carlos de Castro Corte-Real Machado.

De 6 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919 foi, pela 3.ª vez, *Presidente da Câmara*.

Fugindo à repressão da *traulitânia*, em aventuras e desventuras agitadas, esconde-se, emigra para a cidade de Tuy, em Espanha, onde trava relações de amizade com padres franciscanos.

Em 1920, foi condenado no tribunal especial de Lisboa em 18 meses de prisão, sendo solto, amnistiado, em 1921.

Faleceu a 24 de Julho de 1928, com 61 anos, vítima de doença cancerosa. Junto do seu jazigo discursaram o Conde de Águeda, dr. José António de Almeida, padre José Maria Maia de Resende, Manuel Pacheco Polónia e o Abade de S. Vicente de Pereira, padre Augusto de Oliveira Pinto.

Para o dr. Zagalo dos Santos foi «um político honesto, mas sem iniciativa».

Gozando de notável nome como advogado, conhecido no foro pela sua argúcia, suas subtilezas e sua lógica, pela facilidade como manejava os seus recursos intelectuais, teve poderosa influência eleitoral, tornando-se o novo *soba* de Ovar após a queda do dr. Manuel Arala.

Valeu aos democráticos locais a sua morte prematura, quando o movimento do *28 de Maio* de 1926 ainda se consolidava. Caso contrário, teriam tido dissabores com quem não esquecera, pelo seu feitio, as perseguições, exílios, transferência compulsiva e prisões que sofrera.

A sua herança originou um dos casos (1928-1930) mais apaixonantes da história local.

Na sessão de 26 de Julho de 1928 a Câmara, por proposta de Júlio Pereira Vinagre, deliberou dar ao Largo do Chafariz, então designado por Largo Serpa Pinto, o nome de *Largo dr. Soares Pinto*. Desde 1952, porém, este largo tem a designação de Largo da Família Soares Pinto.

João Marques Cantinho (1848-†1926, com 78 anos), vereador *progressista* na Câmara presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, emigrou para o Brasil onde auferiu fortuna, regressando (1902) a Portugal, construindo, então, um palacete na freguesia de Cortegaça, inaugurado em 1903.

Este cidadão cortegacense, foi vereador em três Câmaras *progressistas* presididas pelo dr. Joaquim Soares Pinto (1907, e 1908/1910). O palacete veio a ser propriedade de seu sobrinho Florindo Marques Cantinho (†1972, com 77 anos), que também foi vereador da Câmara (1934), com Manuel Pacheco Polónia, e que casou com Olívia Rodrigues Cantinho (†1972, com 85 anos).

Este casal de beneméritos cortegacenses, possibilitou a criação do *Centro Social Cortegacense Lar Olívia e Florindo Cantinho* (escritura de 1980), inaugurado em 25 de Maio de 1991, e incluindo, no final de 1999, Creche, Jardim e pré-escola, A.T.L., Lar para Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Florindo Cantinho.

A cisão provocada, em 1901, no partido regenerador por João Franco, veio a originar o *partido regenerador liberal* ou *partido franquista*, cujo 1.º centro no País foi inaugurado a 16 de Maio de 1903.

João Franco Pinto Castelo Branco iniciou uma intensa propaganda anti-rotativista procurando, como dizia, *caçar no mesmo terreno que os republicanos*, e desde 19 de Maio de 1906 a 4 de Fevereiro de 1908 chefiou um ministério fora dos rotativos. Pelo decreto de 10 de Maio de 1907 encerrou a sessão ordinária das cortes, entrando numa odiosa ditadura que vigoraria até 4 de Fevereiro do ano seguinte.

A dissolução das cortes e o facto do rei ter sacudido os rotativos contribuíram para o suicídio da Monarquia.

Na sessão camarária de 29 de Maio de 1907 deliberou a Câmara, por proposta do Presidente dr. Joaquim Soares Pinto, dirigir ao Rei uma *representação* pedindo o restabelecimento da normalidade constitucional, acompanhando o legítimo protesto de outras corporações do País.

A 4 de Junho o Administrador do Concelho enviou um ofício à Câmara lembrando-lhe que não era das atribuições dos municípios manifestarem-se sobre os actos do governo, quer louvando-os, quer censurando-os.

A Câmara *progressista*, na sessão de 5 de Junho, «inteirada, deliberou encarregar o seu Presidente de responder, fazendo sentir ao Senhor Administrador do Concelho que esta Corporação *sabe muito bem quais são as suas atribuições*, e por isso mesmo havia deliberado representar ao rei contra a supressão da Carta Constitucional, deliberação essa que havia de ser cumprida».

O *Jornal de Ovar* (de 16/6/1907) relatou os acontecimentos subsequentes:

«Havendo Sua Majestade designado o dia 13 para a recepção dos representantes das câmaras municipais do País que lhe haviam solicitado audiência a fim de, perante o supremo chefe da Nação, protestarem contra a marcha governativa e pedirem a El-Rei o restabelecimento da normalidade constitucional, compareceram nesse dias pelas duas horas da tarde no paço as deputações de 103 câmaras, entre as quais se encontrava a deste concelho representada pelo seu presidente dr. Soares Pinto».

João Franco condescendeu em que o Rei recebesse as Câmaras em três grupos, escolhendo-se para serem lidas as representações de Ovar, Alijó e Batalha.

«Ás duas horas e meia foi concedida audiência a cada um dos grupos em que se haviam constituído as câmaras ali representadas», entrando primeiro o grupo presidido pelo dr. Joaquim Soares Pinto que leu, com voz firme, «sublinhando muito intencionalmente as passagens mais significativas do documento», a representação da Câmara de Ovar:

«Senhor

A Câmara Municipal de Ovar, como mandatária dos seus munícipes, não pode ficar alheia ao movimento Nacional de Justo e legítimo protesto contra a administração em ditadura do actual Governo.

Na Constituição do País estão perfeitamente definidas as atribuições dos diversos Poderes Políticos, e assim é ilegal que o Poder Executivo invada a esfera da acção do Poder Legislativo.

Mas, infelizmente, não há uma simples invasão de poderes, há a supressão do Poder Legislativo , há a derrogação da Carta Constitucional, que tantos sacrifícios custou quer ao País, quer ao Bisavô de Vossa Majestade.

A Câmara dos Deputados foi dissolvida sem que se desse cumprimento ao disposto no artigo 110 da Carta Constitucional; mas não foi somente esta a disposição violada, há outra violação, e mais grave, qual é a de não se convocar outra Câmara, como terminantemente se acha constituído no código fundamental da Nação e actos adicionais.

Tal proceder remonta-nos a tempos de omniosa memória, e contrista sobremaneira a alma dos sinceros liberais, que têm verdadeira afeição pelo seu país.

É a Vossa Majestade, como chave de toda a organização política, a quem compete, nos termos do artigo 71.º da Carta Constitucional, velar incessantemente sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos.

E por isso a Câmara Municipal de Ovar juntando o seu voto ao de todo o País, vem pedir respeitosamente ao seu Rei, que seja restabelecida a normalidade do sistema constitucional.

Ovar e Paços do Concelho, 29 de Maio de 1907. Joaquim Soares Pinto, João Marques Cantinho, João Pacheco Polónia, Francisco Ferreira Coelho, Manuel Ferreira da Costa e Manuel Gomes Laranjeira».

Ao finalizar a leitura e após ter feito a entrega da representação a D. Carlos, o dr. Joaquim Soares Pinto, segundo *A Discussão* (de 16/6/ 1907), «exclamou em tom respeitoso, mas enérgico:

«Senhor: – Esta representação que deponho nas mãos de Vossa Majestade não tem intuitos políticos. Sou político, não o nego, mas se amanhã o meu partido for governo e desrespeitar a lei, como o actual, eu, ocupando a mesma posição que hoje, serei o primeiro a protestar também. Isto juro e prometo a Vossa Majestade e não faltarei ao meu juramento e promessa porque nunca fui ambicioso. Não o sou nem o serei. Nunca pedi nada aos poderes públicos nem será fácil ver-me nessa necessidade. Estas declarações são sinceras e o meu desejo ardente é que todos falem a Vossa Majestade com a mesma sinceridade».

De nada serviram as representações ao Rei, continuando este a dar a sanção real à ditadura de João Franco. Com o aplauso da colónia portuguesa no Brasil que entregou ao ditador, no dia 24 de Novembro de 1907, na sua residência, uma mensagem encabeçada pela palavra *Talassa!* (O mar!). Explorada pelo seu ridículo a mensagem, todos os membros do partido *franquista* passaram a ser denominados *talassas*, reaccionários. Mais tarde essa palavra passou a designar, depreciativamente, todos os monárquicos.

No dia 8 de Dezembro de 1907, com representação da província, realizaram-se reuniões dos dois partidos oposicionistas em Lisboa. À Rua dos Navegantes, palacete do conselheiro José Luciano de Castro, funcionou a assembleia *progressista*; à Junqueira, palácio do Conde de Folgosa, teve lugar a assembleia *regeneradora*. Para assistirem às reuniões deslocaram-se à capital o dr. Joaquim Soares Pinto, por parte dos

progressistas locais, e o dr. António dos Santos Sobreira e Isaac Júlio Fonseca da Silveira, por parte dos regeneradores.

Na reunião progressista foram presentes duas moções: uma da comissão executiva e outra do dr. Joaquim Soares Pinto que, por intransigente, desassombrada e correcta, atraiu os aplausos de quase todos os correligionários que fizeram ao seu autor uma delirante manifestação de simpatia e adesão.

As reuniões, igualmente, de nada serviram e a animosidade contra o partido mestiço, o franquismo, é cada vez maior. Na volta a Lisboa, na segunda viagem ao Porto de João Franco, os monárquicos oposicionistas fizeram *alinhar ao longo da via férrea e a partir de Ovar*, centenas de homens, que, com as calças deitadas abaixo, e na posição de quem está a fazer determinada necessidade fisiológica, estavam de costas voltadas para a linha aquando da passagem do combóio» (ANTÓNIO MANUEL PEREIRA, *Do Marquês de Pombal ao dr. Salazar*).

A dissidência progressista (1905)

Durante o ministério *progressista* chefiado por José Luciano de Castro, que governou o País de 20 de Outubro de 1904 a 19 de Março de 1906, o Ministro da Justiça, conselheiro José Maria de Alpoim, pediu a demissão da pasta (11 de Maio de 1905) e abandonou o partido, provocando a sua cisão.

Em Ovar também se bifurcou o partido progressista: a maioria dos seus membros manteve-se com José Lucíano de Castro, em torno do dr. Joaquim Soares Pinto; uma minoria, orientada pelo dr. Francisco Fragateiro, solidarizou-se com os dissidentes, na extrema-esquerda do campo monárquico.

Para ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 15/9/1949), «política e pessoalmente, nunca se entenderam, nem podiam honradamente fazê-lo, os doutores Fragateiro e Joaquim Soares Pinto. Ambos queriam o mesmo poleiro, ambos se tinham jogado agravos sérios. E por isso, sempre que a maré lhes era de feição, aproveitavam-na para se arranharem impiedosamente».

O Ovarense, desde 1905, passou a ser o órgão da *dissidência progressista*, do partido *alpoinista*, obrigando os progressistas *lucianáceos* ou *lucianistas* a saírem a 13 de Maio de 1906 com o semanário *Jornal de Ovar*, orientado politicamente pelo dr. Joaquim Soares Pinto.

A Associação de Socorros Mútuos Ovarense (1905-1941)

A 18 de Dezembro de 1892 o dr. Francisco Fragateiro inicia a publicação n'*O Povo de Ovar* dum projecto de estatutos duma associação que denomina *Monte Pio Ovarense*, não obtendo, porém, resultados práticos por carência de ambiente.

Somente em 1904 treze cidadãos, entre os quais o dr. Salviano Pereira da Cunha, António Valente de Almeida, capitão Marrecas Ferreira e Manuel Nunes Branco, tomaram a iniciativa da criação duma associação mutualista. A *Associação de Socorros*

Mútuos Ovarense nasceu duma reunião em casa daquele António Valente de Almeida, a 19 de Novembro de 1904, embora date de 14 do mesmo mês a ideia definitiva da sua fundação.

Pelos seus estatutos, aprovados por alvará de 11 de Abril de 1905, a *Associação* é uma sociedade que «tem por fim exclusivo socorrer os sócios doentes ou temporariamente impossibilitados de trabalhar e concorrer para o funeral do associado que falecer», não podendo «discutir e tratar assuntos políticos, religiosos, ou quaisquer outros que não sejam rigorosa e exclusivamente os fins a que se destina».

A sua instalação legal verificou-se a 13 de Junho de 1905, sendo a sua *comissão instaladora* composta de 16 membros:

Amadeu Peixoto Pinto Ferreira
António da Cunha Farraia
António Dias Simões
António Maria Valente Pereira Rosas
António Valente de Almeida
Artur Ferreira da Silva
Ernesto Augusto Zagalo de Lima (*secretário*)
Evaristo Valente
Francisco Dias de Resende
Francisco Maria de Oliveira Ramos
Francisco Pinto Catalão
Joaquim António Lagoncha
José Gomes da Silva Bonifácio
José Rodrigues Figueiredo
Manuel Augusto Nunes Branco (*secretário*)
Manuel Coelho da Silva

Luís Augusto de Lima, fundador da Sociedade Boa União, escreveu o *Hino da Associação dos Socorros Mútuos*.

Após o entusiasmo inicial, o movimento associativo dos socorros mútuos passou por tempos difíceis, entrando em decadência, e a colectividade mutualista ovarense terminou a 31 de Maio de 1941, isto é, com 36 anos de vida, dissolvida por decreto por falta de eleição dos corpos gerentes e consequente funcionamento irregular.

Desta associação, que teve a sua sede na Rua dos Campos e na Praça, foram, entre outros,

Presidentes da Direcção:

António Valente de Almeida (1905-1907)
Dr. António de Oliveira Descalço Coentro (1908-1909 e 1912-1913)
Dr. João Maria Lopes (1910-1911)
José Rodrigues Figueiredo (1914-1915 e 1920)
António da Cunha Farraia (1916-1917)
Carlos Ferreira Malaquias (1918-1919),

e *Presidentes da Assembleia Geral*:

Dr. João Maria Lopes (1905-1907)
Dr. António dos Santos Sobreira (1908-1909 e 1912-1913)
António Augusto de Abreu (1910-1911 e 1918)

O ciclismo – o Velo Club Ovarense (13 de Agosto de 1905)

A velocipedia principiou por ser um entretenimento para os ovarenses.

As primeiras corridas velocipédicas no País disputaram-se em 1885. Em 1901 visitou Ovar o Ciclo Clube do Porto, tendo a sua chegada sido anunciada por uma girândola de foguetes na Ponte Nova e tendo os ciclistas sido recebidos na Câmara Municipal pelo seu presidente.

A sessão solene nos Paços do Concelho «decorreu animadíssima, pois encontravam-se ali bastantes senhores, que receberam a *troupe* do Porto com palmas e lançando-lhes flores. Discursaram os srs. drs. Soares Pinto, Sobreira e dois ciclistas do Porto. A Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar ofereceu-lhes uma bela coroa de flores artificiais. Os ciclistas trajavam, camisolas brancas com diversos laços de fitas, calção e meias de setim. As máquinas vinham enfeitadas com flores naturais e laços multicolores» (PLÁCIDO AUGUSTO VEIGA, *Mala da Europa*, de 1/4/1901).

Ciclismo ovarense – 4 de Julho de 1926.

Em Julho de 1904 gorou-se uma tentativa para fundar o *Velo Club Ovarense*; porém, em Julho do ano seguinte, a ideia seguia para a frente e a 12 de Agosto foi eleita a sua 1.ª direcção. Instalado num prédio de Rua de Sant'Ana, o clube fez a sua inauguração solene a 13 de Agosto de 1905 com um passeio de bicicleta à praia do Furadouro.

No dia 5 de Março de 1911 foi inaugurada a *União Velocipédica do Concelho de Ovar*, com sede na Rua 31 de Janeiro e com a finalidade de promover excursões, corridas e passatempos, sendo seu presidente o alfaiate Abel Guedes de Pinho.

No dia 1 de Janeiro de 1915 é inaugurado, por sua vez, o *Club Ciclista Ovarense*, com sede na Rua Elias Garcia e com a finalidade de promover passeios e diversões no tempo de verão, e cuja fundação se deve a Manuel Pereira Maia, chefe de máquinas eléctricas da C.ª de Ovar, e a Amadeu Soares.

A 4 de Julho de 1921 a A.D.O. organizou uma corrida de resistência entre os seus sócios; a 30 de Outubro do mesmo ano, o Sport Club de Ovar promoveu provas ciclistas de 8.000 metros, no seu campo da Ponte Nova, tendo António Rodrigues obtido o 1.º lugar e Manuel Patrício o 2.º

Alfredo Alves inaugurou as novas instalações (Centro Ciclista Ovarense), a 1 de Julho de 1941, em frente à antiga sede da Caixa Geral de Depósitos.

E terminamos aqui a *pré-história* do ciclismo em Ovar.

O presépio de Teixeira Lopes. A visita de D. António Barroso, Bispo do Porto (Novembro de 1905). A Capela Nova do Mártir S. Sebastião (1905-1915)

De José Joaquim Teixeira Lopes (1837-1918), pai do célebre escultor Teixeira Lopes, existe na Igreja um presépio, dos inícios do século XX.

Presépio da Igreja.

A 2 de Agosto de 1899, cerca da uma hora de tarde, chegou à estação de Ovar o comboio especial que conduzia à cidade do Porto o novo bispo da diocese, D. António Barroso. Aguardado por enorme multidão que enchia literalmente a gare, D. António apeou-se e, na sala de espera, onde permaneceu vinte minutos, recebeu os cumprimentos das autoridades concelhias e deu beija-mão ao público, sendo alvo de imponentes manifestações.

Ovar recebeu, em 1902, a visita do Bispo tutelar de Argos, prelado de Moçambique, D. António Moutinho, que visitou o Colégio dos SS. CC. de Jesus e Maria, onde administrou o crisma a 42 católicos, os Paços do Concelho, a capela de Santo Antó-

nio, os bombeiros, as capelas de N.ª Sr.ª da Graça e das Almas, a praia do Furadouro, o hospital e o Calvário.

O Bispo do Porto, D. António Barroso, visitou em 1905 e 1906 algumas freguesias do concelho. A 17 de Novembro de 1905 iniciou a sua visita à freguesia de Ovar, onde chegou pelo Largo de S. Miguel, percorrendo a capela de S. Pedro, a igreja, as capelas de N.ª Sr.ª da Graça e Santo António, o Colégio dos SS. CC. de Jesus e Maria, chegando à Praça já noite cerrada. «Então, espontânea e rapidamente, um grupo de homens da nossa primeira sociedade invadiram a loja de Francisco Matos e, empunhando archotes, formaram filas junto do carro, organizando uma marcha *aux flambeaux*» até à vivenda do subinspector primário José de Castro Sequeira Vidal cedida para instalação do prelado (*A Discussão*, de 26/11/1905).

No dia 18 visitou o hospital, a Câmara, o tribunal e a igreja, onde administrou o crisma a mais de mil pessoas, realizando-se um jantar oficial na casa onde estava hospedado, à Rua da Fonte, em que discursaram, entre outros, o Abade dr. Alberto de Oliveira e Cunha, os drs. Joaquim Soares Pinto, António dos Santos Sobreira, Salviano Pereira da Cunha e Pedro Chaves, o juiz de direito dr. Francisco Augusto Lobo Castelo Branco e o delegado dr. José Luciano Correia de Bastos Pina e o homenageado.

A 5 de Outubro de 1906 o prelado da diocese esteve no lugar de S. João e na sua capela quando se dirigia para a freguesia de Souto, no concelho de Santa Maria da Feira.

Na sessão de 11 de Maio de 1904, a Câmara trocou com a Junta da Paróquia de Ovar o terreno onde se achava edificada a primitiva capela do Mártir S. Sebastião, e o seu adro, por terreno no Largo Almeida Garrett, troca esta aprovada por deliberação da comissão distrital de 28 desse mesmo mês.

A nova *Capela de S. Sebastião* foi construída pela *Varina*, em 1905, e custou 1.600$000 reis (*A Varina* dispendeu com a capela e terreno 2.525$485 reis).

A capela nova durou até 1915, dado que neste ano, a 20 de Maio, os democráticos iniciaram a sua demolição para, no seu terreno, ser implantado um jardim-escola, o que nunca veio a acontecer. A ideia da construção deste *Jardim Escola* pelo método João de Deus, da iniciativa do inspector escolar José de Castro Sequeira Vidal, teve o auxílio da Comissão das Escolas Móveis pelo Método João de Deus (o filho do grande poeta dr. João de Deus Ramos, esteve em Ovar, a 18 de Outubro de 1914), da Comissão de Beneficência Escolar, e da Câmara Municipal de Ovar (cedência de terreno no Largo de Almeida Garrett).

Capela Nova do Mártir S. Sebastião. 1905-1915 In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1916*

**A Comissão de Beneficência Escolar (3 de Fevereiro de 1906).
A Escola Conde de Sucena (13 de Janeiro de 1907).
A Missão das Escolas Móveis (23 de Novembro de 1908)**

A 3 de Fevereiro de 1906 foi instalada a Comissão de Beneficência Escolar com a finalidade de dar às crianças, extremamente pobres da freguesia, livros, papel, tinta, penas, lápis, etc., distribuir-lhes vestuário e calçado, fornecer-lhes alimentação, promover a vulgarização da instrução e tornar efectiva a obrigatoriedade do ensino primário.

Foi seu 1.º presidente o dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves que a tornou «a mais querida do distrito de Aveiro, pelo muito que fez em prol dos estudantes pobres» (Zagalo dos Santos).

A 4 de Agosto de 1907 realizou-se a 1.ª récita da Beneficência Escolar, com a colaboração de alguns amadores.

Em 1914, com a sua biblioteca, localizava-se na Rua dr. Manuel Arala, presidida pelo dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Mello.

Na sessão camarária de 12 de Setembro de 1906 foi presente um ofício de Bento Carqueja, director do jornal *O Comércio do Porto*, comunicando que o benemérito Conde de Sucena resolvera que a escola móvel agrícola por ele fundada, organizada e dirigida por aquele jornal, viesse até Ovar para instruir e beneficiar todos os agricultores que a ela recorressem. Terminava o ofício por solicitar a cooperação da Câmara, que acedeu imediatamente ao pedido.

O grande benemérito José Rodrigues de Sucena nasceu na Borralha, concelho de Águeda, a 13 de Abril de 1850, tendo-lhe sido concedido o título de 1.º *conde de Sucena* por decreto de 9 de Setembro de 1904. O jornalista Bento de Sousa Carqueja, que nasceu em Oliveira de Azeméis a 6 de Novembro de 1860 e faleceu na Foz do Douro, a 2 de Agosto de 1935, «manteve intensa propaganda agrícola, organizando escolas móveis agrícolas» em várias localidades, designadamente em Estarreja, Oliveira de Azeméis e Ovar. Muitas dessas escolas «foram criadas e mantidas por beneméritos seus amigos e a seu pedido e mercê do seu entusiasmo e da propaganda feita pelo seu jornal» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 5.º).

A *Escola Móvel Agrícola Conde de Sucena* foi inaugurada a 13 de Janeiro de 1907 (Ovar foi a 3.ª *missão*, tendo a 1.ª sido em Águeda e a 2.ª em Oliveira de Azeméis). Houve recepção aos seus organizadores e à imprensa portuguesa na estação dos caminhos-de-ferro, e ao Conde de Sucena em S. Miguel, onde chegou de automóvel; realizou-se depois uma sessão solene no teatro, presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, Presidente da Câmara, ladeado pelo Conde de Sucena e pelo dr. António dos Santos Sobreira.

A *escola* principiou a funcionar no dia 14 de Janeiro, às 6 e meia, de noite, com 70 alunos e encerrou os seus trabalhos somente com 7. Junto da escola funcionou um curso nocturno para adultos analfabetos que frequentassem simultaneamente a aula agrícola.

Em 1911 noticiava-se que «não foi inútil de todo a sua influência, posto que pouco se fez sentir na vida agrícola desta freguesia e do concelho. Tem-se experimentado com algum proveito charruas americanas e o estrume feito em nitreiras».

A primeira *missão* das Escolas Móveis pelo método João de Deus foi inaugurada, a 23 de Novembro de 1908, no edifício do Centro Republicano, a Rua de Sant'Ana.

A 2.ª *missão* foi inaugurada, solenemente, a 12 de Dezembro de 1909, com uma festa escolar no Centro Republicano, que teve a presença de cerca de duas centenas de pessoas e na qual proferiu uma conferência o dr. António Luís Gomes, que viria a ocupar o cargo de Ministro do Fomento no governo provisório da República. Os trabalhos escolares desta missão encerraram-se a 21 de Maio de 1910.

A 3.ª *missão* foi aberta em Dezembro de 1910 e nela falou o dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva.

Da Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus funcionaram *missões* em Guilhovai, Ponte Nova, Sobral e, desde 6 de Outubro de 1916, na praia do Furadouro, sendo professor desta António dos Santos Leão.

A praia do Furadouro só viria a ter escola em 1935.

O dr. José d'Arruela e a revolta do Vasco da Gama (Abril de 1906)

O dr. José de Arruela que nasceu, a 5 de Junho de 1881, no Bairro da Ruela ou Arruela, da cidade de Ovar, filho do escrivão da Administração do Concelho Caetano Ferreira, foi ilustre causídico em Lisboa, e destemido defensor da Causa Monárquica, casou com Ana Isabel do Carmo Pinheiro de Melo Arruela (Arnoso), fílha do Conde de Arnoso, e faleceu a 28 de Julho de 1960, com 79 anos. Sua mulher falecera em 1959.

Em Coimbra, onde se matriculou na Facudade de Direito, no ano lectivo de 1899--1900, e concluiu o seu curso em 1906, fez um destemido ataque à *praxe*, pelo que foi duramente atacado pelos *praxistas*.

À data em que o estudante José de Arruela foi frequentar a Universidade, ainda estavam em uso, além do rapanço e das palmatoadas, praxes bárbaras, como o célebre *canelão* à Porta Férrea.

Dr. José d'Arruela. 1881-1960

Já, a 30 de Maio de 1902, os estudantes de Direito José de Arruela, do 2.º ano, e Gustavo Martins de Carvalho, do 3.º ano, publicaram folhetos contra as violências da praxe. E, em Novembro de 1904, como reacção contra um recrudescimento da *praxe*, foi constituído «um grupo antipraxista de que era o principal impulsionador o estudante de Direito José de Arruela» (António José Soares, *Saudades de Coimbra*. 1901-1916).

Em 1905, publicou-se um número único do jornal *Recepção aos novatos* e, em Julho desse ano, constituiu-se o *grupo académico de recepção aos novatos*, formado por José de Arruela, Fernando César de Sá e Luís Ribeiro. José de Arruela, sob o pseudónimo de *José da Recepção*, escreveu, ao tempo, um auto de recepção aos *caloiros*, denominado *Auto de fé de um praxista*, que foi representado com êxito em Coimbra, no Teatro Príncipe Real, a 4 de Novembro.

Colaboraram nas festas: Afonso Lopes Vieira, Alexandre de Albuquerque (*Xandre*), Alexandre Braga, Alfredo Pimenta, Bernardino Machado, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Ramada Curto e Sousa Costa.

Pelo seu destemido ataque à *praxe*, o dr. José de Arruela foi duramente atacado pelos *praxistas*: – Mário Monteiro, que durante algum tempo colaborara na campanha antipraxista, em Outubro de 1905, no opúsculo *A carta de alforria* (A *farsa* da recepção aos novatos), visando José de Arruela, referia-se a «todo aquele que, sôfrego de celebridade, arma em filantropo pataqueiro, pretendendo fazer dos seus colegas uns ridículos joguetes que lhe sirvam de esteio e o ajudem a conseguir o seu *desideratum*»; e Luizinho das Pontas, pseudónimo dum académico, *Na recepção dos novatos*, de 1905, dedica estes versos ao José de Arruela:

Na recepção dos Novatos
Zé d'Arruela sorria,
Tão cheio de espalhafatos

Que deixava espupefactos
Os *velhos* da academia
Na recepção dos novatos

Para aqueles que eram *patos*
Ele era o *herói do dia*
Na Recepção dos Novatos,

Porém, ao mandar retratos
Para os jornais d'esse dia,
Tão cheio de espalhafatos,

Já tinha modos gaiatos:
– Era a tal *filantropia*
Da recepção dos novatos...

O *Auto de fé de um praxista*, do quartanista de Direito JOSÉ DE ARRUELA, deu origem a outras troças, algumas em verso, como a que é referida por A. CARNEIRO DA SILVA (*As récitas do V ano*):

> Não façam mal ao pequeno
> Não o machuquem mais
> Nós somos da sociedade
> Protectora dos animais,
>
> Não o macem com mais troça
> Pois não pode mais com ela
> Lancem-lhe antes verde e flores
> Como quer o Arruela.

Embora a ideia da recepção aos novatos não tenha tido o êxito que teve a representação do *Auto*, o que é certo é que José de Arruela e os seus companheiros de combate conseguiram, pelo menos, a abolição do sangrento *canelão* à Porta Férrea.

Para FERNANDO CORREIA (*Vida errada*), a ideia da recepção aos novatos foi uma «tentativa romântica e filantrópica do então jovem bacharel, Dr. José de Arruela, que proclamou a necessidade de substituir, por uma recepção festiva aos caloiros, as brutalidades tradicionais, de que resultou a abolição do canelão e outras selvajarias à Porta Férrea»; para DIAMANTINO CALISTO (*Costumes académicos de antanho*), ele pretendeu «substituir as velhas, bolorentas e selváticas praxes, por outras mais consentâneas com o sentir da mocidade, que foi e será sempre generosa.

Em lugar de pontapé, das pastadas, dos cortes de cabelo e tantas outras maldades, pretendeu que se deitassem flores, se fizessem sessões solenes e festas pomposas na recepção dos novatos».

Dr. José d'Arruela. In: *Arquivo do Museu de Ovar*

Aquando da revolta dos marinheiros do Vasco da Gama (Abril de 1906), o dr. José d'Arruela patrocinou n'*O Século* uma campanha perante o poder moderador a favor dos revoltosos. Ovar secundou a causa em prol dos marinheiros, abrindo-se listas de apoio que começaram a ser espalhadas em Janeiro de 1907 pela vila, conseguindo *A Discussão* recolher no concelho cerca de 1.000 assinaturas.

O dr. José d'Arruela, que conseguiu ampla amnistia, filiou-se, em 1913, no partido monárquico, sofrendo prisões por motivo dos movimentos revolucíonários organizados pelo seu partido.

Foi presidente da comissão de organização política da Causa Monárquica, fundador do Centro Monárquico de Lisboa e fundador e director do *Correio da Manhã*, órgão oficioso da Causa Monárquica.

A pesca no Furadouro – a sociedade por quotas Boa Esperança (2 de Maio de 1906) e o regresso a um único barco. A Família Valente de Almeida. O «banho santo»

Em 1906 trabalhavam na costa do Furadouro quatro companhas – a de S. Pedro ou do *Guincho*, a de S. Luís ou a *Camona*, a da Senhora do Socorro ou da *Massaroca* (ou *Maçaroca*), e a *«Boa Esperança»*, empresa que girava sob a firma de Pinto Palavra & C.ª Lda.

Das três primeiras companhas eram respectivamente senhorios João Pacheco Polónia, Francisco Ferreira Coelho e Joaquim Valente de Almeida, e da empresa de pesca «Boa Esperança» era gerente Francisco de Matos (1869-†1962, com 92 anos), comerciante da Praça de Ovar.

António Dias Simões («Ovar. Praia do Furadouro», *in*: *Serões*, 2.ª série, vol. III, Agosto de 1906) refere que daquelas «sociedades de pesca, que no fim de cada *safra* podem apresentar, em média, uma receita não inferior a cincoenta contos de reis, a mais recentemente fundada foi a *Boa Esperança*, pois que a sua organização data de 16 de Fevereiro do corrente ano (*1906*). A montagem desta companha e o seu processo de trabalho são notáveis e dignos de minucioso exame por parte de todas as pessoas que se interessam pela arte da pesca.

Ao sul da praia e em terreno cedido pela fábrica de conservas *A Varina*, que tem a sua sede na vila de Ovar, e cuja filial, para o fabrico da sardinha, ali se encontra muito bem montada, está feita a instalação da nova companha, que se compõe de grandes armazéns de madeira, divididos em três corpos solidamente construídos: um ao fundo para habitação do pessoal e dois aos lados, sendo destes um para abegoaria e outro para guarda de aparelhos, além de outras dependências de somenos importância».

A 2 de Maio de 1906 iniciou o trabalho no Furadouro a mencionada sociedade por quotas *Boa Esperança* ou companha *do Conde*, cuja gerência fora confiada, por eleição, àquele Francisco de Matos.

A industrialização convertia a pesca em organização capitalista.

Para dirigir a *Boa Esperança*, companha que introduziu o uso dum barco (em vez de dois), como inicialmente, em cada lanço, com uma tripulação de 45 homens e 4

Furadouro – Transporte da rede.

possantes remos, e que mandou construir os referidos barracões de madeira, nas dunas da praia, para albergar todo o pessoal da companha e as juntas de bois, foi contratado o arrais Francisco Conde, de Pardelhas.

Família de negociantes de peixe, a *Família Valente de Almeida* descende de Francisco Valente de Almeida, o *Francisco Marinhão*, natural da Murtosa, que casou com Catarina de Jesus.

O seu filho, Joaquim Valente de Almeida, o *Joaquim Marinhão*, constituiu (1910) a empresa de pesca Joaquim Valente & C.ª, que se dissolveu em 1961. Teve duas traineiras em Matosinhos – *A Varina*, que naufragou, em 1920, na costa de Cortegaça, e a *Marquês de Pombal*, vendida em 1944.

De sua mulher Rosa de Oliveira Brites teve: António Joaquim Valente de Almeida, que casou com Maria do Carmo da Cruz, e foi arrais de terra da Companha de N.ª Sr.ª do Socorro; António Augusto Valente de Almeida, arrais do mar da mesma companha, que casou com Palmira Gomes Valente, e foi morto numa arruaça, a 22 de Fe-

Joaquim Valente de Almeida.

António Joaquim Valente de Almeida

António Augusto Valente de Almeida. In: João Semana, *de 1/5/1999.*

vereiro de 1940, no local onde se situava a velha Capela do Furadouro (ao seu funeral estiveram presentes o prof. Doutor Egas Moniz e o Almirante Jaime Afreixo); e Rosa Valente de Almeida, que casou com António de Oliveira Lírio.

A companha da *Senhora do Socorro* ou *Maçaroca* trabalhou na praia do Furadouro de 1887 a 1961.

Uma devoção antiquíssima do povo das aldeias de Ovar e concelhos vizinhos era o *banho santo* ou *onda macha*, na véspera de S. João, à meia-noite, na praia do Furadouro, que atraindo muita gente consistia em se dar um *mergulho* no mar ou, pelo menos, nele molhar os pés.

Esta tradição é referida nos semanários *Folha de Ovar* (de 30/ /6/1892) e *Pátria* (de 27/6/1918).

Jornal de Ovar (13 de Maio de 1906 – 21 de Julho de 1912)

Em 1905, como já referimos, o semanário local *O Ovarense* deixou de ser o órgão do partido progressista, passando a *alpoinista* e obrigando os progressistas a publicarem novo semanário, o *Jornal de Ovar*, cujo primeiro número data de 13 de Maio de 1906 e o último de 21 de Julho de 1912.

Orientado politicamente pelo dr. Joaquim Soares Pinto, teve como director, editor e proprietário Augusto da Costa e Pinho, comerciante da Praça, sendo impresso na Tipografia Peninsular, na Rua de S. Crispim, no Porto.

Augusto da Costa e Pinho, «o testa de ferro daquele *Jornal de Ovar* que tendo feito uma campanha contra padres e freiras foi depois o seu órgão» (*A Pátria*, de 15/4/ /1915), foi preso a 30 de Outubro de 1911, seguindo para Aveiro onde foi posto em liberdade a 11 de Janeiro de 1912, por nada se provar contra ele. Em Outubro de 1911 a autoridade administrativa republicana chamou ao seu gabinete o director Augusto da Costa e Pinho e intimou-o a não escrever mais a respeito de Paiva Couceiro.

Em virtude da prisão política do seu director, o *Jornal de Ovar* esteve suspenso de 28 de Outubro de 1911 a 21 de Janeiro de 1912 e a 21 de Julho deste ano o semanário informava os seus leitores que «suspende hoje temporariamente a sua publicação. O último decreto *aclarando e ampliando* a lei de imprensa, é um verdadeiro ataque à liberdade de pensamento».

° 1 Ovar, 13 de Maio de 1906 Ann

JORNAL D'OVAR

PUBLICAÇÃO SEMANAL

ASSIGNATURAS
Ovar, semestre . . . . 500 réis
n estampilha . . . . 600 »
-a do reino accresce o porte do correio
avulso . . . . 20 »
laeção e administração—LARGO DA PRAÇA—Ovar

PROPRIETARIO E EDITOR
AUGUSTO DA COSTA E PINHO
TYPOGRAPHIA PENINSULAR
Rua de S. Chrispim, 18 a 28—PORTO

PUBLICAÇÕES
No corpo do jornal. . . . . . . 60 rs. ca
Annuncios e communicados . . . 50 »
Repetições . . . . 25 »
Annuncios permanentes, contracto especi
25 p. c. de abatimento aos snrs. assign

Apresentação

E[ntrando] agora a politica por-[t]uera n'uma nova phase, bem [ma]is correcta e favoravel aos interesses do paiz—tanto os pro[gre]ssistas reforçados e fundidos [com] o grupo do Sr. João Franco, [co]mo os regeneradores, cuidarão [d']ojo em deante menos de se ag-[gr]edirem, e dos meios em uso de [ang]ariar adhesões, do que do estudo [e] realisação de quanto mais im-[po]rta na actual e lastimosa crise [da]s finanças.

Na politica local ha-de refle-[ct]ir-se, e mesmo já se notou nas [re]centes eleições, a boa influencia [d']esta modificação dos partidos. [N]ão ha concelho, que não aspire a [pr]ogredir em todos os ramos da [vi]da commum—as violencias, as [fra]udes eleitoraes, e como conse-[qu]encia das luctas muito accesas, [o] sacrificio dos bens e reditos dos [m]unicipios ao aliciamento de vo-[to]s é de crêr, que não continuem. [De]vem as Camaras attender a es-[te] fim; afastem-se os que preten-[de]m dirigil-as em seu proveito, e [ta]mbem os que mal serviram nas [ad]ministrações transactas, em cu-[ja] escripturação as lacunas e ou-[tr]os defeitos os denunciam.

Este jornal será em Ovar a ex-[pr]essão da nova phase a que nos [re]ferimos; declara-se independen-[te], ou para melhor dizermos, apo-[liti]as doutrinario.—Não vae atacar [p]rogressistas, nem regeneradores [e] occupar-se-ha dos assumptos [q]ue possam convir egualmente a [to]dos os governos — esperamos [d']uns e d'outros uma acção ener-[g]ica, fecunda e honesta.

Nada obsta a côr dos redacto-[r]es, serão publicados os seus es-[c]riptos, uma vez que satisfaçam a [e]ste programma.

Tal é a nossa attitude.

ARTIGO DE FUNDO

H[a] sempre grandes maiorias [p]ara todos os ministerios—d'ahi [v]em, que muitos se tornam indif-[f]erentes ás questões publicas, quan-[d]o a situação do paiz mais devia [i]mportar-lhes. Preciso é, que a ac-[ç]ão politica se não reduza ás in-[t]rigas e rivalidades partidarias, e [p]ormente que a simonia do voto [n]ão annulle a liberdade, e com es-[t]a o meio de corrigir os governos.

Alguns escriptores accintosos, [o]u visionarios, attribuem ao sys-[t]ema constitucional o que é só [c]ulpa dos estadistas—tudo deriva [o]u depende das eleições—e os re-[s]ultados do suffragio não dependem tanto da sua forma como do estado moral e social dos eleitores—o qual não muda com o systema de governo.

O governo, diz Guizot, será

partidos, e escolham os chefes entre os seus adeptos mais distinctos pelo caracter e pela intelligencia.

Por outro lado o mau estado das finanças deve-se tambem a uma errada orientação economica, que nós temos sempre censurado em outros jornaes desde 1869—os absurdos nas pautas aduaneiras, a livre entrada dos cereaes estrangeiros, (hoje modificada)—a extrema confiança nos idiaes de *Bastiat*, que passaram por dogmas, o fomento em grau superior aos nossos recursos proprios e sem se tratar de medidas reproductoras, a illusão sobre a prosperidade das industrias resultante dos capitaes estranhos, o desequilibrio enorme na balança do commercio, *tido por velho prejuizo*, por fim os cambios assaz desfavoraveis, e consequencia inevitavel, as crises monetarias, o privilegio das notas afinal inconvertiveis, isto é com os funestos effeitos do papel moeda, eis os erros economicos, que mais contribuiram para a situação actual, deveras embaraçosa, e que dá motivo ás declamações contra a forma de governo.

Ora esses erros tanto podiam ser da monarchia como da republica.

O remedio está no zelo, na intelligencia, e na dignidade da direcção suprema, e nas medidas, que reparem os erros apontados.

Lourenço d'Almeida e Medeiros.

POLITICA CONCELHIA

Regeneradores e progressistas ambos cantam victoria.

Quem venceu? o accordo da ultima hora.

Por parte da Lista protegida pelo governo, apregoam os seus dois orgãos locaes «Discussão» e «Ovarense»—os dois irmãos unidos pelos laços da antiga amizade e de velha camaradagem—que o partido progressista ficou esfacellado com a ultima lucta.

Quem lêr um jornal lê o outro; e, apesar de serem impressos em prelos differentes, parece que a chapa que serve para um, serve para o outro.

E a confusão não resulta, só, das chapas, não se percebe tambem qual a politica que defendem—um diz-se orgão do partido regenerador, porém não vê outros inimigos que não sejam os que elle diz «Lucianaccos», e o outro, que se diz progressista Alpoim, tambem vê só os mesmos inimigos.

Parecem ambos *regeneradores supplementares* e o futuro dirá qual é o que desapparece em proveito do sobrevivo, senão lhe acontecer como aos celebres grillos;

que, dando-se a lucta, a differença para um ou outro partido não devia ser de 50 votos; ao passo que os progressistas affirmavam que deviam vencer por mais de 200 votos.

Cada um dos partidos tinha os seus calculos, e com certeza alguns eram errados.

Manda a verdade, porém, que se diga que a presumpção da victoria estava do lado dos progressistas, e que isto era reconhecido pelos regeneradores, do contrario, parte d'estes, e alguns dos que se dizem graduados, não propalariam frequentemente que haviam de, por meio de violencias, impedir aos contrarios o accesso ás urnas, prendendo-os até se necessario fosse.

E era tal o arrojo d'estes discolos que até ameaçavam de desrespeitarem o proprio administrador do concelho, quando elle não consentisse a execução do seu plano.

* * *

Como o accordo appareceu á ultima hora, não houve tempo de o communicar a todos os influentes pelo que as assembleias foram regularmente concorridas, não se fazendo comtudo a votação, a valer, em nenhuma d'ellas.

Não houve, pois, eleição, mas simplesmente uma manifestação de forças, e todo o concelho sabe muito bem de que lado estava a maioria, não necessitando das nossas informações, ou das d'outrem.

Quem conhece o concelho e o valor politico dos partidos militantes, admira a ousadia das affirmativas feitas pelos «dois irmãos unidos» nos seus respectivos orgãos; mas nada tem que estranhar.

A paixão obceca, e a vaidade que cada um tem de se guindar ás culminancias politicas, para assim poder satisfazer, umas vezes, mesquinhices, e outras vezes, necessidades imperiosas,—quasi sejam a garantia do futuro de pessoas amigas ou de familia, obriga a mentir e a intrigar.

Muitas vezes o partidario leal, sincero e com muito valor, é supplantado pelas nullidades audaciosas, e é por isto que todos os partidos teem pescadores d'aguas turvas, que lhes fazem mais mal do que bem.

Quem venceu foi o accordo, que não foi sollicitado pelos partidos locaes, que nem sequer chegaram a ser ouvidos.

Este desfecho da lucta eleitoral teve prós e contras. Os primeiros consistiram em se evitarem desgraças, que de certo haveria, quando, por parte do elemento turbulento do partido governamental, se quizessem pôr em pratica as violencias promettidas, e mais em se dar um golpe de morte nos saltimbancos politicos.

Os segundos consistiram em

LITTERATURA

FRATERNISAI

(A proposito dos tumultos na região mineira de

Officiaes do exercito—soldados!
oh não lanceis á terra acutilados
os grévistas plebeus,
não metralheis o rôto que suplica
á boreal aurora da justiça
os amavios seus!

Não metralheis o pôvo—o rebotalho
que é a máscula força do Trabalho,
o genio da Invenção;
lá porque vem da noute em duro bando:
«á guerra, á guerra, á guerra» em vão clamando
por entre a cerração.

Não metralheis o pôvo que da mina,
ou da soturna e fétida officiná
ou das soidões do mar;
vem esquálido, vil, do horror tisnado
clamar: «Basta por fim de condemnado,
tambem devo gosar!»

Não metralheis o pôvo—o grande obreiro,
infatigavel, dócil peoneiro
a quem tudo deveis;
desde a cidade ao parque que floresce,
e desde a lourejante ondeáda messe
ao bom festim dos reis.

Elle vem desde as Éras incontaveis
vergando duramente ás inarráveis
e crueis sujeições,
e ao revolver da Terra braço a braço
inventa o Fogo e funde um dia o aço
que o mata nos canhões!...

Vem da deserta e nua esterilidade
que o seu suór tornou fecundidade
de tanto a penetrar,
gerou a Idea aos sóes dos cativeiros
como pulcra se géra, entre os lameiros,
a flôr do nenunfár.

Soldados!—vós que sois da sua Raça
da mesma negra mãe Fome e desgraça,
ó não os metralheis!
A vossa amada, o lar, vossa cabana;
tudo o que ha meigo e bom na alma humana
vós não enxovalheis!

Não maculeis de sangue a vossa espada,
que ai! antes fosse o aço bom da enxada
nas mãos do cavador:
a ir no punho atroz da felonia
desembainhar-se á vóz da tyrannia,
sêr a causa de horror!

Não maculeis ó não! peitos humanos,
passivamente, á vóz de alguns tyrannos
a honra—o serio altar;
que vos legou um pae honrado e caro
e a mãe—que ao seio afavel e preclaro
vos andou a crear.

Officiaes, soldados—dignamente
não maculeis de sangue,— e sangue ardente,
o vosso coração;
não! não mateis o povo ao desabrigo!
que assassinaes talvez o vosso amigo

Jornal de Ovar, *de 13 de Maio de 1906.*

A verdadeira razão da suspensão do semanário terá sido o facto de Augusto da Costa e Pinho se ter de retirar de Ovar.

Noticiando o desaparecimento deste semanário, que denominava o *Almocreve das petas*, o órgão republicano local *A Pátria* (de 25/7/1912) declarava: – «O Almocreve das petas morreu. O almocreve era o órgão oficial do Soares Pinto. A 21 meses e 16 dias da proclamação da República o Almocreve mantinha no seu cabeçalho a propósito das condições de assinatura o seguinte: Fora *do reino* acresce o porte do correio».

Foi colaborador do *Jornal de Ovar*, o polemista padre Lírio.

A primeira greve em Ovar (21 de Setembro de 1906)

A 1.ª greve organizada em Portugal foi a dos tipógrafos em 1852, mas só em 1872 surgiram as primeiras greves operárias agitadas. E embora o Código Penal de 1886 punisse a greve, a proibição não impediu que de 1890 a 1910 estalassem 143 greves.

A primeira greve verificada no concelho de Ovar data de 1895, quando os tanoeiros de Esmoriz, Cortegaça e Maceda pretenderam embaraçar na estação daquela primeira freguesia a partida dos seus companheiros que trabalhavam em Vila Nova de Gaia. Uma força policial de Aveiro, constituída por 20 praças e estacionada em Esmoriz, resolveu com a sua presença a questão.

Em Ovar verificou-se a primeira greve a 21 de Setembro de 1906, quando entraram em greve 39 carreiros ou carreteiros. A 24 chegaram à vila dois destacamentos – um de cavalaria e outro de infantaria –, mas já aquela tinha terminado e os grevistas exerciam o seu trabalho.

Teixeira Lopes e a «Mariquinhas de Ovar» (1906)

Em 1906, no salão D. Maria, em Lisboa, na exposição de trabalhos do notável escultor António Teixeira Lopes (1860-1942), figurou a *Mariquinhas de Ovar*, com «o lenço atado em nó, com a ponta que sai pela direita por fora do xaile, este em bico, caindo-lhe a ponta do ombro esquerdo em pregas caprichosas e vindo a outra da direita a traçar o peito e ficar suspensa na esquerda».

Segundo o dr. Eduardo Lamy Laranjeira, «a Mariquinhas de Ovar, não era mais do que a Mariquinhas Vila, Maria do Salvador, conforme nome de baptismo, e residia na Rua da Fonte». Era costureira e «no exercício da sua actividade de costura passava longas temporadas em Vila

A Mariquinhas de Ovar.
In: Notícias de Ovar, *de 8/6/1978*

Nova de Gaia, na residência do Sr. António Silva – o sr. Antoninho – abastado comerciante de vinho do Porto» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 8/6/1978).

Teixeira Lopes, que era visita habitual do Sr. Antoninho, figurou a *Mariquinhas de Ovar*.

A monarquia contestada – o partido republicano (14 de Janeiro de 1907). A propaganda republicana e o dr. António Luís Gomes – as eleições de 5 de Abril de 1908 (monárquicos contra republicanos). *A Pátria* (30 de Abril de 1908-1928). As eleições camarárias de 1 de Novembro de 1908. A questão religiosa – a morte de Ferrer (13 de Outubro de 1909). Republicanos revolucionários em Ovar (1909-1910) – o coronel Manuel Rodrigues Leite. A Família Leite

Em Janeiro de 1907 um grupo de democratas iniciou os trabalhos para a fundação duma comissão municipal republicana em Ovar e a 14 ou 16 desse mês é distribuído, largamente, um manifesto republicano pelos 21 fundadores do partido.

Data, porém, de 19 de Abril de 1891 a 1.ª manifestação *republicana* em Ovar: – «Domingo à tarde passou o regimento de caçadores 5 que vinha do Porto. Afora alguns rapazes da *elite* vareira ninguém o sabia. Os rapazes foram à estação, e, mal se aproximou o combóio, que conduzia a força militar, romperam em *vivas* primeiro ao regimento, depois à liberdade, depois à democracia. Pediram para que a banda tocasse a *Portuguesa*, mas como a marcha nacional está proibida às músicas regimentais, a banda executou outra peça. Então um dos rapazes subindo a uma carruagem de 2.ª classe discursou à tropa e ao povo que se aglomerava na gare. Isto marcha!» (*O Povo de Ovar*, de 26/4/1891).

Relação dos 21 fundadores do partido republicano

1. António Gaioso de Penha Garcia .... Subdirector das oficinas da C.P. em Ovar
2. António de Oliveira Melo .... Capitalista
3. António Valente de Almeida .... Comerciante
4. Artur Avelino de Cruzeiro Seixas .... –
5. Celestino Soares de Almeida .... Capitalista
6. Dr. Domingos Lopes Fidalgo .... Médico
7. Ernesto Zagalo de Lima .... Farmacêutico
8. Fernando Artur Pereira, *Carrelhas* .... Comerciante

Casou com Adelina de Oliveira Melo, filha de António de Oliveira Melo, que foi Presidente da Câmara Municipal (1921-1922), e de Felismina Zany de Melo, falecendo com 86 anos, aos 28 de Setembro de 1960, na sua casa da Rua dr. José Falcão.

Foi efectivo das comissões municipais republicanas em 1907-1908 e 1912 e tesoureiro da Câmara, interino, desde 4 de Dezembro de 1917 (demitido em 1918). Em 1931, o directório do P.R.P. nomeou-o um dos 5 membros da co-

missão encarregada de orientar e dirigir a política partidária no concelho, e, em 1949, fez parte da comissão concelhia da candidatura do general Norton de Matos à presidência da República.

Foi ainda o primeiro presidente da direcção da Associação dos Comerciantes e Industriais de Ovar (1932).

9. João José Alves Cerqueira .... Comerciante

10. José Gomes da Silva Bonifácio .... Comerciante

Vereador (1910-1915) nas duas Câmaras democráticas que se seguiram à implantação da República em Ovar, casou com Rosa Lopes dos Santos Martins Bonifácio. Fez parte da comissão instaladora da Associação de Socorros Mútuos Ovarense e da grande comissão da Misericórdia, tendo sido um dos seus 68 sócios fundadores.

A *Família Bonifácio*, família de comerciantes e industriais (descasque de arroz), descende dos negociantes Bernardo da Silva Bonifácio e Mulher Gracia de Oliveira Gomes.

Filhos do casal Bernardo/Gracia:

- José Gomes da Silva Bonifácio, fundador do partido republicano local, que casou (1906) com Rosa Lopes dos Santos Martins Bonifácio, filha de Afonso José Martins, natural de S. João da Madeira, e de Gracia Lopes dos Santos, natural de Ovar. Veio a falecer a 24 de Junho de 1954.

José Gomes da Silva Bonifácio.

O filho do casal José/Rosa, Afonso Martins Bonifácio, casou (1933) com Ivete Bastos de Oliveira, de quem teve os seguintes filhos: Carlos Bonifácio, José Bonifácio, e dr.ª Maria de Fátima Bonifácio, que nasceu em 1948, professora auxiliar de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Dr.ª Maria de Fátima Bonifácio. In: História, *ano XIX, n.º 28, de 1997.*

- Manuel Gomes da Silva Bonifácio, conceituado comerciante e importante industrial de descasque de arroz, que casou com Ana de Jesus da Silva Faustino (†1946), e faleceu em 1940, na Rua Cândido dos Reis.

Filhos de Manuel/Ana:

- António da Silva Bonifácio, democrático, membro da loja maçónica *Beira-Mar* de Ovar (1930), ligado aos movimentos locais de oposição ao Estado Novo, que casou (1932) com Maria Luísa Coimbra, filha de Manuel Valente Coimbra, sócio da sociedade *Ferreira, Brandão & C.ª (A Varina)* e de sua mulher Angelina Valente de Almeida (Filhos: António, Jorge, Maria Angelina e Mário), e faleceu em 1986.
- Bernardo Gomes da Silva Bonifácio, que casou (1929) com Olímpia Valente Coimbra, filha de Manuel Valente Coimbra e de Angelina Valente de Almeida (Filhos: dr. Bernardo e dr.ª Maria Helena).
- João Gomes da Silva Bonifácio, fundador, com seu irmão António, da Associação Desportiva Ovarense, que casou (Souto, 1930) com Felicidade Ferreira dos Reis, e faleceu em 1976 (Filhos: João e dr. Osvaldo).

O dr. Fernando Rodrigues entrega ao sócio n.º 1 da Ovarense, João Gomes da Silva Bonifácio, a Medalha como jogador da sua primeira equipa.

- José da Silva Bonifácio, que casou com Irene Saramago Bonifácio (Filhos: Álvaro, Alzira, Carlos, eng.º José, Maria Alice e Maria Irene).
- Manuel Gomes da Silva Bonifácio, que casou com Otília Bordalo Coelho Bonifácio, e faleceu em 1975. O filho deste casal, eng.º Manuel Eugénio Coelho Bonifácio, foi vereador da Câmara nacionalista presidida por Carlos de Sousa Nunes da Silva (1959-1963); o outro filho, eng.º João Victor Coelho Bonifácio casou com Maria Manuela de Abreu Rocha Bonifácio.
- Maria Bonifácio Zagalo, que casou (1917) com o dr. António Baptista Zagalo dos Santos.

Manuel Gomes da Silva Bonifácio
e Ana de Jesus da Silva Faustino com seus 6 filhos.

11. José Luís da Silva Cerveira .... Comerciante
12. José Maria Rodrigues Figueiredo .... Negociante

Irmão do padre Manuel Rodrigues Figueiredo e do José Rodrigues Figueiredo, outro fundador do partido republicano.

13. José de Oliveira Lopes .... Capitalista
14. José Rodrigues Figueiredo .... Negociante

Filho de José Rodrigues Figueiredo e de Maria de Oliveira, de Ponte Reada, casou com Rosa de Jesus Frazão Figueiredo, filha de José Valente Frazão, de quem teve 7 filhos:

- António Frazão Figueiredo
- Egídia Frazão Figueiredo
- Emília Frazão Figueiredo, que casou com António André Gomes de Oliveira, filho de Manuel André de Oliveira Júnior, que foi Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal (2 de Janeiro de 1925), e de Ana Gomes de Oliveira.
- João Prazão Figueiredo, que casou com Alda Polónia Figueiredo, filha de José Maria Rodrigues Figueiredo e de Maria Gomes Polónia Figueiredo.

José Rodrigues Figueiredo e mulher Rosa de Jesus Frazão Figueiredo.

– José Frazão Figueiredo
– Luís Frazão Figueiredo
– Manuel Frazão Figueiredo
15. Manuel Augusto Nunes Branco .... Industrial de tipografia
16. Manuel Dias de Carvalho .... Ourives

Manuel Dias de Carvalho.

17. Manuel Gomes Pinto .... –
A *Famíla Gomes Pinto* descende de João Maria Gomes Pinto e de sua mulher Mécia Rosa de Jesus, da Ribeira de Ovar.
O filho deste casal, o ourives José Maria Gomes Pinto, nasceu a 22 de Fevereiro de 1848, casou com Rosa da Piedade de Oliveira Pinto (ou Rosa da Piedade Gomes Pinto), e faleceu a 5 de Junho de 1919, com 72 anos, na Rua Elias Garcia. Sua mulher veio a falecer, em 1941, com 86 anos.
Filhos do casal José /Rosa:
– Adelaide Gomes Pinto (†1966, com 70 anos)
– Aurora Gomes Pinto, a *Madre Santa Face*
– Bela Gomes Pinto, a *Irmã Coração de Maria*

- Celeste Gomes Pinto, a *Madre Lúcia*, que nasceu a 1 de Outubro de 1897 e deu nome ao *Pão-de-Ló Celeste.*
- Elisa da Piedade Gomes Pinto Lamy (1875-1937), que casou com o farmacêutico António Carmindo de Sousa Lamy.
- Isilda Gomes Pinto, *egressa franciscana*, que nasceu em 1881.
- Padre João Maria Gomes Pinto, que teve a sua Missa Nova a 25 de Março de 1903, em Ovar, paroquiou a freguesia de Arada (desde 1918), e faleceu (1946), com 66 anos.
- Mécia Gomes Pinto Correia de Almeida, que casou com Anselmo Correia de Almeida, natural de S. Pedro da Lomba, Amarante, e faleceu a 9 de Janeiro de 1965, com 81 anos. Filhos do casal Mécia/Anselmo: - Arnaldo António Correia de Almeida, *Madre* Estela Correia de Almeida, Fernando Manuel Correia de Almeida, Francisco José Correia de Almeida, que foi *Presidente da Câmara Municipal* (18 de Março de 1970 – 15 de Maio de 1974) e *deputado* (eleições de 28 de Outubro de 1973), Maria Alice Correia de Almeida Sardoeira (†1977, com 56 anos), e Maria da Graça Correia de Almeida Bonifácio.
- Palmira Gomes Pinto Ramada, que casou com o industrial Francisco de Oliveira Gomes Ramada,e faleceu a 10 de Junho de 1981, com 94 anos.
- Zélia Gomes Pinto, a *Madre Maria Teresa* Gomes Pinto, que foi Madre Geral da Ordem das Dominicanas em Portugal, e faleceu com 96 anos, a 27 de Dezembro de 1988.
- Manuel Gomes Pinto, que casou com Maria Teresa de Jesus.

Família do ourives José Maria Gomes Pinto.

Filhos do casal Manuel/Maria Teresa:
- Augusto Gomes Pinto (†1953, em Lisboa, com 58 anos), que casou com Filomena Alves Laranjeira.
- José

- Manuel Gomes Pinto Júnior, futebolista da A.D.O., um ídolo no seu tempo, que casou com Egídia Frazão Figueiredo e, pela 2.ª vez, com Augusta Castro Freire Gomes Pinto, foi proprietário do *Café Zélia* (10 de Agosto de 1940, ampliado e modificado em 1948), na Rua Cândido dos Reis, e faleceu, a 1 de Junho de 1997, com 93 anos.
- Maria da Liberdade Gomes Pinto Ferreira, que casou com José Joaquim Pereira.
- Mário Gomes Pinto, que foi capitão da A.D.O., proprietário do *Café Celeste* (primitivamente, e desde 3 de Abril de 1937, no *Chalet* Fonseca Soares, na Rua dr. Manuel Arala), e faleceu a 15 de Dezembro de 1940.
- Zeferino Gomes Pinto, avançado-centro da A.D.O., que foi escolhido para suplente à Selecção do Norte que, a 18 de Dezembro de 1932 derrotou em Lisboa, no campo do Stadium, por 1-0, a Selecção do Sul (substituiu o formidável Pinga, magoado). Casou (1940) com Maria Cecília de Oliveira Leite e foi proprietário do *Café Celeste*, na Rua Elias Garcia (desde 25 de Dezembro de 1942), onde actualmente se acha o *snack-bar John Bull.*

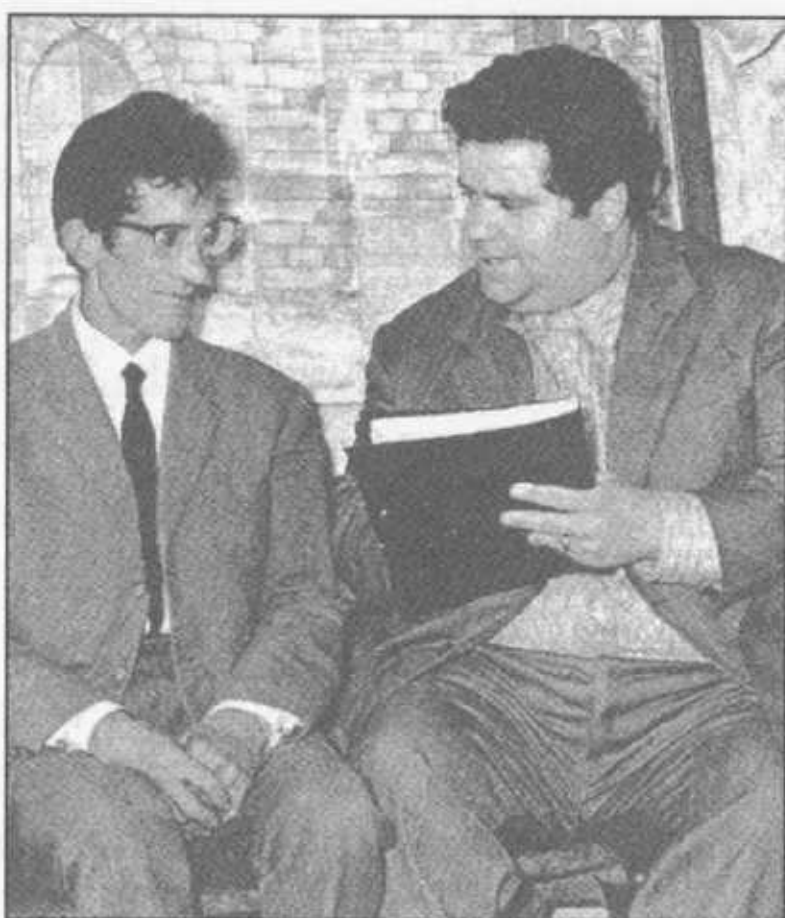
18. Manuel José de Oliveira Lopes .... Capitalista
19. Manuel Nunes Lopes .... –
20. Manuel Augusto de Oliveira Salvador .... Comerciante

Filho de Salvador Oliveira Gomes e de sua mulher Maria Rosa dos Reis, nasceu a 2 de Setembro de 1865, casou com Maria Gomes Soares, e faleceu com 85 anos, a 1 de Julho de 1950, na Rua Elias Garcia. Foi efectivo da direcção do Centro Republicano em 1910, e foi vereador e vogal da comissão executiva (1914-1915 e 1917-1918), na Câmara democrática presidida por Celestino Soares de Almeida.

Filhos do casal Manuel Augusto/Maria Gomes Soares:
- João Maria de Oliveira Salvador, oposicionista ao Estado Novo, fundador do Restaurante *Vareirinha*, que casou com Lídia de Araújo Coutinho e faleceu a 30 de Setembro de 1961, com 54 anos. Seu filho António Alberto foi *Rei* do Carnaval durante 14 anos.
- Maria Augusta de Oliveira Salvador
- Maria do Carmo de Oliveira Salvador
- Maria Alice de Oliveira Salvador
- Maria Nazaré
- Margarida
- Maria Eduarda

Manuel Augusto de Oliveira Salvador. 1865-1950

Sua filha, Maria Orócia de Oliveira Salvador Berenguer Verde de Pinho, casou com António Rodrigues de Pinho, que foi *campeão nacional da classe andorinha* (vela), em 1960, 1961, 1964 e 1967 (Filho deste casal - dr. Eduardo Verde Pinho, advogado na cidade do Porto).

A *Família Salvador* teve os seus terrenos, a nascente da Capela da Senhora da Graça, expropriados (1949-

O Rei *do Carnaval, António Salvador, à esquerda, com Zé Seifão.* In*:* Reis *de 1991*

-1951) para a construção do mercado municipal (1952-1955), no Estado Novo; e os seus terrenos a poente da mesma Capela expropriados após o *25 de Abril* de 1974, para o Parque de N.ª Sr.ª da Graça, Biblioteca Municipal, e Casa da Cultura.

21. Dr. Salviano Pereira da Cunha .... Médico

Da circular distribuída em Janeiro de 1907, que constituiu o primeiro documento histórico do partido republicano em Ovar, é justo salientar de entre os obreiros que lançaram as bases e organizaram o partido os nomes de António Valente de Almeida e do dr. Domingos Lopes Fidalgo.

O partido republicano em Ovar, durante a Monarquia, representou quase na totalidade a média burguesia liberal. Os seus filiados, proprietários, capitalistas, comerciantes, profissionais liberais, eram anticlericais e antimonárquicos, mas também anti-socialistas e nacionalistas ferrenhos.

O partido em Ovar nunca foi, nem o pretendeu ser, o *partido do povo* ou *da revolução*, como o desejava Basílio Teles. Os republicanos pretendiam e exigiam uma revolução pequeno-burguesa radical. O proletariado do partido em Ovar, muito pouco numeroso, resumia-se aos ferroviários das oficinas da C.P.

Dos 21 fundadores do partido republicano:

– cinco (Celestino Soares de Almeida, Fernando Artur Pereira *Carrelhas*, José Gomes da Silva Bonifácio, José de Oliveira Lopes e Manuel Dias de Carvalho) fizeram parte da 1.ª Câmara *republicana* que governou Ovar (composta de 7 membros, e presidida pelo dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves).

– dois foram Presidentes da Câmara Municipal na Primeira República – os cidadãos Celestino Soares de Almeida (1914/1915 e 1915/1917), e António de Oliveira Melo (1921-1922).

– outros dois foram Presidentes da Comissão Executiva da Câmara Municipal na Primeira República – os cidadãos António Valente de Almeida (1914-1918), e José de Oliveira Lopes (1919 e 1924).

A *1.ª comissão municipal republicana* foi eleita, a 24 de Fevereiro de 1907, numa reunião particular, ficando efectivos os cidadãos António de Oliveira Melo, António Valente de Almeida, Celestino Soares de Almeida, dr. Domingos Lopes Fidalgo, Fernando Artur Pereira *Carrelhas*, José de Oliveira Lopes e Manuel Gomes Pinto.

A 29 de Março de 1908 realizou-se em Ovar um comício republicano imponente que terminou com um banquete de 35 talheres presidido pelo dr. António Luís Gomes.

A 30 de Abril de 1908 começou a publicar-se *A Pátria*, órgão do partido republicano local, e a 30 de Maio foi eleita a segunda direcção (o *centro republicano* ficou constituído pelos cidadãos António Valente de Almeida, dr. Domingos Lopes Fidalgo, Fernando Artur Pereira *Carrelhas*, Luís Ferreira Neves e Manuel Augusto Nunes Branco. O *Centro* teve a 1.ª sede na Rua de Sant'Ana).

A terceira comissão municipal republicana foi eleita a 4 de Agosto de 1909, tomando posse no dia 11 de mesmo mês (*Comissão* composta pelos cidadãos António Godinho de Almeida, António Valente de Almeida, Ernesto Zagalo de Lima, Manuel Augusto Nunes Branco e Manuel Dias de Carvalho).

O quarto centro republicano de Ovar foi eleito em Janeiro de 1910 com assistência escassíssima (o *centro* ficou formado pelos cidadãos António Valente de Almeida, Ernesto Zagalo de Lima, Luís Ferreira Neves, Manuel Augusto Nunes Branco e Manuel de Oliveira Salvador).

A maioria destes cidadãos eram republicanos sentimentais; uma minoria, onde se achava incluído o dr. Domingos Lopes Fidalgo, eram republicanos pragmáticos e racionalistas. A estes se deve que, após a implantação do novo regime, fossem chamados ao partido cidadãos que nunca se tinham manifestado, pelo menos abertamente republicanos, como o dr. Pedro Chaves.

Em 1910, Ovar e Espinho eram os únicos concelhos do norte do distrito de Aveiro com *comissões municipais* do partido republicano. Ao todo o distrito tinha 7 concelhos com comissões desta natureza.

Nas eleições para deputados de 5 de Abril de 1908 o concelho de Ovar, com as suas cinco assembleias eleitorais (Arada, Esmoriz, Ovar *nascente*, Ovar *poente* e Válega), continuava a fazer parte do círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro).

A estas eleições, realizadas no ministério de acalmação do vice-almirante Ferreira do Amaral, de regeneradores, progressistas e independentes, concorreram no concelho 3 agrupamentos políticos: a *concentração monárquica*, os *republicanos* (pela 1.ª vez), e os *nacionalistas* (só na assembleia de Esmoriz).

Durante a monarquia liberal (1834-1910), a propaganda dos candidatos a deputados na vila e freguesia de Ovar limitou-se ao *trabalho* dos *influentes eleitorais*, dos *grandes* e *pequenos caciques* e, esporadicamente, à distribuição de manifestos (nas eleições de 19 de Outubro de 1879, a oposição *progressista* distribuiu manifestos ao eleitorado ovarense contra o dr. Manuel Arala) exaltando os seus apaniguados e denegrindo, mesmo injuriando, os seus adversários. Excepcionalmente, um ou outro candidato a deputado dignava-se vir até Ovar e ser apresentado aos *notáveis* do partido que o apoiava.

O partido que primeiramente promoveu uma verdadeira campanha eleitoral em Ovar foi o partido republicano, nestas eleições de 5 de Abril de 1908.

Dr. António Luís Gomes.

O partido enviou um manifesto-circular a todos os eleitores do concelho e promoveu um comício num armazém situado na Rua de S. Bartolomeu, pertencente a Domingos da Fonseca Soares, negociante de Ovar.

O comício, o 1.º realizado em Ovar, foi presidido pelo dr. Domingos Lopes Fidalgo, ladeado pelo dr. Alberto Tavares e António Valente de Almeida, e nele usaram da palavra os drs. António Luís Gomes (que se salientou), Manuel Laranjeira, Pinto Coelho e Samuel Tavares Maia, e ainda os cidadãos Alberto Souto e Campos Vaz, oradores que tinham sido esperados na estação pelos republicanos locais.

Nas eleições de 28 de Agosto de 1910 o mesmo partido, através da sua comissão municipal, distribuiu igualmente um manifesto.

Os eleitores do concelho de Ovar, em 1908, atingiam o número de 3.362, totalizando a freguesia de Ovar (lado nascente e lado poente) 1.231.

Resultados dos candidatos mais votados de cada partido nas assembleias eleitorais do concelho

Candidatos	Ovar nascente	Ovar poente	Arada	Esmoriz	Válega
Progressista	447	205	260	256	271
Regenerador	108	96	90	54	61
Republicano	27	36	3	9	45
Nacionalista	0	0	0	23	0

Candidatos mais votados de cada partido no concelho

Progressista (*pela maioria*)	1.439 votos
Regenerador (*pela minoria*)	409 votos
Governamental	406 votos
Republicano	120 votos
Nacionalista	23 votos

A Pátria, órgão local dos republicanos, reconheceu a votação insignificante que obteve o seu agrupamento político.

Pouco mais de um ano após a eleição da 1.ª comissão municipal republicana (24 de Fevereiro de 1907), começa a circular, a 30 de Abril de 1908, *A Pátria*, nome pro-

posto pelo dr. Domingos Lopes Fidalgo para o órgão local do partido republicano. Os republicanos tinham decidido ter um semanário na sua reunião de 21 de Maio de 1907.

O novo semanário, que inicia imediatamente os seus ataques ao Rei, aos partidos políticos monárquicos e aos jesuítas (à igreja), é criticado pela *Discussão*, em 1908, por ter insultado os monárquicos, e é crismado de *Patarata* pelo *Regenerador Liberal.*

Naquele seu 1.º número, de 30 de Abril de 1908, *A Pátria* atacou os padres reaccionários, hipócritas, estúpidos e fanáticos, que pregam a *guerra santa* contra os republicanos, distinguindo-os do clero nacional, patriota e sincero.

Nos últimos anos da Monarquia os padrófobos fizeram-se ouvir frequentemente nos semanários locais.

Em 1911, quando o velho partido republicano se dividiu entre moderados e radicais, *A Pátria* acompanhou os democráticos do dr. Afonso Costa.

Durante 1911-1912, *A Pátria* travou rija polémica com o *Jornal de Ovar*. Para este, o semanário republicano era a *safardana*, órgão do *rei da cebola* (dr. Pedro Chaves), a *formidalosa*, do *formidaloso partido*. Em 1916 *A Pátria* ataca os padres, os conservadores e os católicos, declarando nomeadamente que «o confessionário pode ser e quantas vezes tem sido, um lugar de perdição para as vossas filhas, para as vossas esposas». Esta e outras advertências insertas no semanário prolongam outra polémica, ora com o *João Semana*, órgão católico local. Para este, *A Pátria*, com os seus dislates contra a religião, os seus insultos e calúnias, não passa dum jornal infame, dum papelucho nojento, jacobino (n.º de 12 de Novembro de 1916). Em 1917 *A Pátria* ataca *O Ideal Vareiro* e, em 1918, na ditadura de Sidónio Pais, apresenta os seus números em grande parte censurados (em branco).

Durante a *traulitânia*, em 1919, a redacção d'*A Pátria* (Imprensa Pátria) foi assaltada selvaticamente, por duas vezes, pela soldadesca e gente monárquica do concelho, com empastelamento de tipos, danificação de utensílios tipográficos, destruição do mobiliário e artigos de papelaria, roubo de livros, que reduziram o escritório a um montão de ruínas. O semanário não pôde ser publicado por algumas semanas (o último número anterior à incursão monárquica data de 16 de Janeiro e o primeiro posterior é de 16 de Fevereiro de 1919).

De 1919 a 1921 *A Pátria* é duramente atacada pela *Defesa*, órgão local do partido republicano liberal.

Com a revolução de 28 de Maio de 1926 e a instauração da censura prévia *A Pátria* suspendeu a sua publicação: – «A censura está a funcionar em todo o país e apesar disso, aqui, nem sequer transcrições nos têm permitido. Escrever ao sabor deles; não. *A Pátria* enquanto durar este estado de coisas suspende a sua publicação» (n.º de 30 de Dezembro de 1926).

Porém, a 30 de Junho de 1927, reaparece deixando de ser o órgão do partido republicano português para ser propriedade das comissões políticas do P.R.P. de Ovar.

A 29 de Maio de 1928 o director d'*A Pátria* é notificado de que o semanário havia sido suspenso por determinação do Governo Civil de Aveiro; no dia 13 de Agosto desse ano, notificado o director de que terminara a suspensão, ressurge novamente *A Pátria* a 19 de Agosto que, como defensora dos interesses locais no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, saúda os colegas portuenses *O Primeiro de Janeiro* e *A Montanha.*

Anno I — OVAR, 30 de Abril de 1908 — Numero 1

A PATRIA

Director — Antonio Valente d'Almeida
Redacção: Rua de 31.º Anno

ORGÃO REPUBLICANO DO CONCELHO DE OVAR

Propriedade da Empresa do Jornal "A PATRIA„

Administrador — Fernando Arthur Pereira
Rua das Figueiras

ASSIGNATURA
Anno . . . . [illegible]
Semestre . . . . [illegible]
Avulso . . . . 20 [illegible]

Composição e impressão — IMPRENSA CIVILISAÇÃO
R. de Passos Manoel, 215 — PORTO

Annuncios: 1.ª publicação, [illegible] réis a linha. Repetições, 20 réis. Permanentes e reclames a preços convencionaes. *Communicados* a 50 réis a linha. Aos assignantes 15 % de abatimento.

[A]presentação

Este periodico não cairá na banalidade de apresentar programma.

Destinado a fazer a propaganda da Republica, isto é da fórma constitucional que [...]lotisa a Liberdade, a [...]aldade e a Justiça, pu[...]rá indefessamente pelo [...] da nossa terra, pelo le[...] [...] Patria, por todo o Progresso, ao mesmo [...] que condemnará sem [...] e sem contemplações [...] cega, a reacção obscu[...] e retrograda, em [...] o que fôr immoral e [...]oso.

[...]cil a antevisão de que [...] de soffrer muitos [...]os e supportar muitas [...]iedades, porque por [...] póde ser mal compre[...] os nossos esforços e [...]tadamente deturpadas [...]tros as nossas inten[...] isso não nos causará [...] minimo arrefecimento, [...] nos incitará á lucta. A [...] venceremos; tiraremos [...] para a outros. Que te[...] paciencia, se lhes per[...]tos a digestão ou a [...]

[...] uma coisa, porém, po[...] estar seguros: é de que [...]s de ser combatentes [...] e correctos. Antes de [...] para fóra dos moldes de [...] boa educação, preferi[...] recolher á paz dos tumu[...] mo humildes jornalis[...] is nunca nos sujeitare[...] editar *regateirices* para [...] de um publico de gos[...] vertidos.

[...]sto fiamos do tempo [...]ção da nossa exis[...]

Republica e Religião

Bem sabem os padres reaccionarios, hypocritas ou estupidos, que nenhuma incompatibilidade existe entre a religião christã, toda de paz e amor, e a fórma republicana, pois que a intolerancia e a tyrannia das consciencias não cabem dentro de um systema de Liberdade e Justiça, sendo, como são, a tyrannia e a liberdade qualidades repugnantes sem possibilidade de coexistirem no mesmo *substractum*.

Bem sabem esses *vis-dinant* representantes do manso, justo e tolerantissimo Jesus, que a nossa lado exercicam muitos ministros d'essa mesma religião, pastores exemplares de algumas freguezias, e todos elles ornamentos da religião, sem [...] nem a mais pequena postergação do seu credo, pois que tê a certeza absoluta de que a republica, fazendo a felicidade da Patria, de nenhum modo póde violar as consciencias. São estas almas desassombradas, que não se ficam a fins inconfessaveis e se sentem pulsar um coração patriota, onde os outros acoita uma gastro-dilatação de cosmopolitas.

Aquelles pregam a *guerra santa* contra os republicanos, calumniando com a mais repugnante vilania, abusando deslealmente do confessionario e do pulpito, onde não podem soffrer contestação, e alguma coisa conseguem, porque o espirito timorato e ignorante do nosso povo, preso por preconceitos seculares, está optimamente preparado para receber a sementeira da mentira.

Bem sabem elles — os tartufos — que a intolerancia religiosa é apanagio das monarchias.

A Inglaterra *monarchica* é protestante; o rei jura defender e praticar a religião do Estado por mais que o seu espirito libe[...] queira, a Constituição não lh[e] permitte manter a liberdade [de] Consciencia; o Brazil, que é Re[...]publica e no tempo do Imper[io] possuia um unico bispo, tem ho[je] bispos, arcebispos e até um car[...]deal, exercendo-se o culto catholico em mais larga escala.

Na Allemanha, ceserista, o imperador e rei tem de ser fiel á religião de Luthero, que tem a protecção do Estado, não podendo praticar o catholicismo; na Republica dos Estados Unidos da America do Norte, onde a maioria da população não é catholica, a Constituição e o poder executivo garantem a livre pratica, a quem o quizer ser.

Mas para que mais exemplos? Isto é hoje axiomatico.

Sendo assim, porque haverá padres, que intencionalmente deturpam a verdade, semeando terrores, quando pela sua posição poderiam impôr confiança?! Vejamos.

* * *

Ha duas especies de clero. O clero nacional, patriota e sincero, que vive uma vida simples, moldada nas paginas do Evangelho, e o clero cosmopolita, egoista, fanatico ou hypocrita, que norteia a sua conducta pelas regras jesuiticas.

O primeiro está com a Patria e não teme a mudança de Instituições, porque, sabendo que nada podem soffrer as suas crenças, colloca acima de tudo a felicidade d'este pobre Paiz; se é monarchico, não combate a Republica com a torpeza da mentira.

O segundo, para quem todos os meios são bons, tem por objectivo dominar, tyrannisar consciencias, acorrentar a liberdade aos seus caprichos, para satisfazer a sua desmedida ambição. Vivo da intriga parda como a toupeira da escuridão; alugado á reacção mundial, escravisa por sua vez um grande numero de *mane[...]quins* de mentalidade inferior, que são instrumentos incondicionaes, cegamente obedientes. A esta gente é indifferente o destino da Patria, porque não têm nacionalidade. São os inimigos naturaes do clero patriota e democrata, a quem movem uma guerra traiçoeira e tenaz, assaltando os logares de predominio, d'onde ditam a seu talante as leis que hão-de ser cumpridas sem o mais pequeno exame, sob pena de ser lançado ás feras quem ousar reflectir.

* * *

Aprendei, ó phariseus.

Quando Christo se demorava á borda do poço, com escandalo publico, em affavel conversa com a pobre e desprezada samaritana, queria partir a grilheta do absurdo preconceito, que afastava a sua raça do povo da Samaria; queria nivelar, queria egualar.

Quando Christo arrancava a misera mulher á escravidão abjecta, a que a submettia o homem, dignificava entre as mais no[...] [...] as missões de esposa e mãe, [...]a Liberdade, fazia Egualdade, [dis]tribuia Justiça.

Quando Christo dos seus la[bio]s divinos soltava para as mul[tidõ]es as sublimes palavras *amae-[vos] uns aos outros* semeava a fra[ternidade], lançava os fundamentos [...]das humanas.

[Qu]ando livrava a mulher adultera da sanha feroz da malta apedrejadora, exemplificava os principios da tolerancia e da caridade.

Quando em divina colera escorraçava a latego os vendilhões do Templo, pressagiara que vós, ó falsos apostolos, o haveis de negar todos os dias, prostituindo a sua doutrina, mercadejando com as consciencias, obedecendo ao vil interesse, semeando a discordia e prégando o odio.

E quando evangelisava com a parabola dos *tumulos caiados de branco por fóra e cheios de podridão por dentro*, via a imagem da vossa alma mesquinha, afistulada pela suppuração da hypocrisia e revestida por involucro material de soberba apparencia.

E assim Elle é o nosso precursor e não o vosso Mestre. Vós sois a negação da sua doutrina, toda Liberdade, Egualdade e Justiça, porque prégaes a intolerancia, porque bajulaes os poderosos e rendeis culto ao bezerro d'ouro.

Quereis saber quem é o verdadeiro representante de Christo?

E' o obscuro e humilde parocho d'aldeia, que, arrancado ao conforto do leito por alta noite tempestuosa e insoffrivel, vae sem o minimo constrangimento e com a unção de um verdadeiro crente levar a consolação, a esperança, ao grabato do moribundo. E' aquelle desconhecido vigario de parochia sertaneja, que, abordoado ao cajado da caridade, vae tranquillo, pelas trevas da noite, levar o pão aos lares esfomeados, enxugar as lagrimas da miseria. São todos aquelles que, abertos á luz e ao Amor, acolhem com o mesmo carinho o justo e o peccador, o pobre e o rico, o humilde e o elevado, e os envolve a todos no mesmo manto de filantropia.

E' o santo bispo Myriel beijando as mãos do Revolucionario!

E' o nosso santo arcebispo Bilhano, indo pela calada da noite deixar a esmola aos tugurios carecidos!

E' S. Francisco Xavier, é fr. Bartholomeu dos Martyres, é o liberal Alves Martins!

Decididamente não sois vós, que prégaes a guerra entre os homens e odiaes a Liberdade, Egualdade e Fraternidade, de que Christo fez a base de Redempção humana.

Philadruso.

ECOS da SEMANA

O Snr. Medeiros.

Pontual como os cucos no fim de março e cegarega como as cigarras em julho, todas as semanas, no «Jornal de Ovar», este plumitivo se entretem com Teofilo consagrando, conforme póde e deseja, ao professor e sabio insigne.

Quasi nos chega tanta devoção a parecer sediça, — visto que não é de exhibicionismos nem de reclames que o Mestre encheu a Historia da Litteratura Portugueza, e bem o Snr. Medeiros deve sabel-o — para ter mão no desafôro do seu louvar.

O Anti-Cristo.

E' o titulo de um novo poema de Gomes Leal, o incomparavel artista das «Claridades do Sul», e o revoltado de «O Fim de um Mundo». Teremos de falar com mais socego do livro, e, por hoje, diremos ás almas pias que a despeito do titulo o podem lêr sem receio. E' mais cristão que o commum dos trabalhos misticos, e isso o deve recomendar á suspeição dos fieis que até por livro de missa o podem usar no templo. O que alem dos merecimentos catolicos é um regalo literario.

Dormindo.

Ha um bom par de anos que a capela de S.to Antonio teve um relojio que, como todos os conjeneres, marcava as horas. . e as dava.

Deu-lhe para amuar ou para dormir e, como estamos na terra do «não te mexas», ninguem aceitou a maçada de o fazer outra vez no são.

E aqui está que, nem sequer para mexer nos ponteiros, — ha já ao menos um homem, um relojoeiro ou um curioso, quem quer fosse.

Magnifico.

Deveria ser aquele comicio em Oliveira se entre os oradores se inscrevessem — o Analfabetismo, a Divida, a Fraqueza. Para que os póvos se olhassem naquelle espelho e com brio depois rompessem a sinfonia dos vivas... á Republica.

Assim com respeitaveis Pachecos, directores geraes e ministeriaveis — foi shoking.

Na falsa...

Noticiando a festança cacicómonarquica de Oliveira tem, a «Discussão», arroubos de puro ardôr para os da familia, o que é bonito de vêr-se entre irmãos. A nós, porem, com precipitação de quem vae á festa, chama-nos publicos difamadores, e de passajem dá-nos, um murro de pimponiça. Que gozamos de um excesso, de liberdades — olé, olé! — que captamos os iletrados com falsas afirmativas. Os *iletrados* repare a

A Pátria, *de 30/4/1908.*

Terminando a sua vida normal a 30 de Setembro de 1928, *A Pátria* reaparece ainda a 2 de Janeiro de 1930 (n.º 1.027), para comemorar o falecimento do dr. Alberto Tavares.

A Pátria levou a cabo «campanhas interessantes, tais como a da criação da Companhia da Luz Eléctrica e Tracção para o Furadouro; a da vinda do Terceiro Batalhão de Infantaria 24; a da criação da Escola Primária Superior; a da instalação da Comissão de Assistência às Famílias dos Expedicionários do 3.º Batalhão para a África Oriental e, sobrelevando a todas estas, a da Criação e Instalação da Misericórdia de Ovar» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Deste semanário, que desapareceu juntamente com a organização de que era porta-voz e que foi dissolvida pela ditadura militar (*partido democrático*), foi *pai* da secção agrícola, ainda durante a monarquia, o dr. Pedro Chaves.

A Pátria, que teve a sua redacção na Rua de Sant'Ana, e, a partir de 3 de Novembro de 1910, na Rua Marquês de Pombal, foi composta e impressa, primeiramente, na Imprensa Civilização, da Rua de Passos Manuel, no Porto, e, posteriormente, em Ovar, na Imprensa Pátria.

Directores:

1. António Valente de Almeida 30/04/1908-
2. Manuel Augusto Nunes Branco 04/01/1912-
3. Amadeu Soares Ferreira 18/04/1918-16/01/1919
4. Manuel Augusto Nunes Branco 16/02/1919-01/01/1920
5. Augusto de Sousa Campos 08/01/1920-16/11/1922
6. Manuel Rodrigues Leite 23/11/1922-05/07/1923
7. Clemente Bandeira Ferraz 12/07/1923-27/12/1923
8. Manuel Rodrigues Leite 03/01/1924-08/07/1926
9. Belmiro Adelino Duarte Silva 15/07/1926-30/12/1926

Poeta, Belmiro Adelino nasceu na Ilha Brava, em Cabo Verde, a 11 de Agosto de 1899, filho do capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva, natural de Ovar, oficial do exército ultramarino, e de Maria Caldas Duarte Silva, natural daquela ilha, tendo falecido a 28 de Janeiro de 1979.

Belmiro Adelino. 1899-1979 In: Notícias de Ovar, *de 8/2/1979*

Com um ano, seus pais o deixaram em Ovar aos cuidados da avó paterna, Maria do Carmo Josefa Isidora Duarte Silva, professora régia, tendo casado com Olinda Magna de Almeida Duarte Silva.

10. Dr. Domingos Lopes Fidalgo 30/06/1927-05/01/1928
11. Dr. Alberto Tavares 12/01/1928-24/05/1928

O dr. Lopes Fidalgo partira para a Argentina.

12. Dr. Alberto Tavares e dr. Lopes Fidalgo 19/08/1928-30/09/1928
13. Dr. Domingos Lopes Fidalgo 02/01/1930

Nas eleições camarárias de 1 de Novembro de 1908 apresentaram-se duas listas oficiais – a *progressista* e a *republicana* – e ainda outra não oficial, extrapartidária, liberta da política de campanário, apresentada por elementos regeneradores, e que não chegou a ser apoiada nem mesmo por estes que se abstiveram da luta eleitoral.

Lista progressista:
Padre António José Valente Júnior, de Válega
Francisco Ferreira Coelho, de Ovar
João Marques Cantinho, de Cortegaça
João Pacheco Polónia, de Ovar
Dr. Joaquim Soares Pinto, de Ovar
Manuel Ferreira da Costa, de Quintãs, Esmoriz
Manuel Maria Barbosa Brandão, de Ovar

Lista republicana:
António de Oliveira Melo .... capitalista
António Valente de Almeida .... comerciante
Celestino Soares de Almeida .... capitalista
Dr. Domingos Lopes Fidalgo .... médico
João José Alves Cerqueira .... comerciante
José Gomes da Silva Bonifácio .... comerciante
José de Oliveira Lopes .... capitalista

Lista da vila:
Dr. Alberto de Oliveira e Cunha, de Ovar .... regenerador
Dr. António de Oliveira Descalço Coentro, de Ovar .... regenerador
Delfim José de Sousa Lamy, de Ovar .... progressista
Dr. Domingos Lopes Fidalgo, de Ovar .... republicano
Dr. Gonçalo Huet de Bacellar Sotto-Mayor Pinto Guedes, de Ovar ... regenerador
João Marques Cantinho, de Çortegaça .... progressista
Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, de Ovar .... regenerador (simpatizante)

Substitutos da lista da vila:
Dr. António dos Santos Sobreira, de Ovar
Celestino Soares de Almeida, de Ovar

Padre Francisco Marques da Silva, de Ovar
Francisco de Matos, de Ovar
Dr. Joaquim Soares Pinto, de Ovar
Padre Manuel Ferreira, de Cortegaça
Manuel Rodrigues de Oliveira, de S. Vicente

Os republicanos, que desenvolveram uma actividade extraordinária e distribuíram manifestos ao povo do concelho, apresentaram o seguinte programa: fomento da higiene pública, construção dum mercado, arborização, mudança do cemitério, reforma do código das posturas, reforma do matadouro, postos de repeso, regularização do abastecimento de carnes, fomento da iluminação pública, melhoramento do abastecimento de águas, aproveitamento rigoroso dos rendimentos municipais, levantamento da planta da vila, substituição do pavimento das ruas por paralelepípedos na medida dos recursos do tesouro municipal (*A Pátria*, de 22 de Outubro de 1908).

O órgão progressista local (*Jornal de Ovar*, de 8/11/1908) criticou a atitude dos republicanos locais para quem «só eles e os que votavam a sua lista eram os únicos *honrados*, os únicos *qualificados*, os únicos que tinham a *educação cívica*. Todos os demais constituíam a escória social».

Nas eleições, que decorreram serenamente e foram pouco concorridas, venceu a lista *progressista* com 817 votos, contra 85 da lista republicana e 5 da lista da vila.

Resultados *nas assembleias eleitorais do concelho*

Assembleias	Progressistas	Republicanos	Abstenções (aproximado)
Arada	202	9	290
Esmoriz	104	3	450
Ovar (nascente)	160	17	680
Ovar (poente)	115	27	390
Válega	236	29	500
Totais	**817**	**85**	**2.310**

As eleições paroquiais de 29 de Novembro de 1908 foram disputadas pelo partido republicano em Ovar e Válega, vencendo em todas as assembleias eleitorais do concelho a lista monárquico-progressista.

A 1 de Setembro de 1909 foi preso o educador e propagandista espanhol Francisco Ferrer, acusado de inspirador directo da *Semana Trágica*, aquando dos tumultos de Barcelona. «A sua prisão levantou um grande movimento de protesto em todo o Mundo por parte de agremiações socialistas, de muitos homens de espírito liberal, de professores universitários, etc. Era unânime entre os protestantes a convicção de que o governo obedecera simplesmente ao espírito de pura repressão e que não havia quais-

quer provas de culpabilidade do mestre-pedagogo». Apesar deste movimento universal de protesto «foi julgado em conselho de guerra e fuzilado nos fossos do castelo de Montjuich, manifestando nessa ocasião cristianíssima coragem e generosidade de apóstolo» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI).

A sua execução, a 13 de Outubro de 1909, foi bastante sentida nos meios liberais de Ovar. *A Discussão*, semanário regenerador, comparou-o a Cristo; no *Jornal de Ovar*, orgão progressista, o dr. Lourenço de Almeida e Medeiros classifica de crime o fuzilamento, atacando a seita negra, os jesuítas (desde 1909 o *Jornal de Ovar* dirige ataques contra a companhia salesiana de Ovar); n'*A Pátria*, órgão republicano, ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA dedica-lhe uma poesia intitulada «À morte de Ferrer»:

> Maldita a tua igreja, ó Espanha das Touradas,
> malditos os teus reis, torvas almas danadas,
> malditas as tuas leis e os teus chués conventos
> à ordem de quem são esses fuzilamentos
> que infamam a justiça e estripam o direito
> por ódio monstruoso, horrendo, insatisfeito!
>
> Maldita, ó Espanha beata, torpe, inquisidora,
> o rancor que te nutre, o horror que te devora,
> de recuar o tempo ao Torquemada-juiz,
> dar-lhe os autos de fé, o esbirro, os aguazis.
>
> Tu, mártir, tu herói das pulcras Harmonias;
> fuzilado, desfeito, assassinado ancião
> na universidade és glorificado.

Na imprensa local só o órgão franquista defende a execução do criminoso anarquista: – «Morreu em nome da lei. Causou muitas dezenas de mortes e com as suas doutrinas trazia vivo fermento de desordem inquietadora no seio da sociedade. Por isso foi julgado e condenado à morte» (*Regenerador Liberal*, de 21/10/1909).

Em 1910 os republicanos deram ao Largo de S. Miguel o nome de *Largo Francisco Ferrer*.

O tenente de infantaria CÉSAR AMADEU DE COSTA CABRAL (*A acção republicana militar na província – região central do país*, 1911), colocado em Novembro de 1909 no regimento de infantaria 24 em Aveiro, refere-se a três ovarenses republicanos revolucionários – o então alferes Manuel Rodrigues Leite, dr. Domingos Lopes Fidalgo e António Valente de Almeida, declarando:

«Era porém só com o alferes Manuel Leite, republicano de completa confiança, que nos encontrávamos, e assim, os nossos trabalhos de acção local, tinham de ter um carácter muito restrito, indo por isso nós frequentemente a Coimbra, e para onde projectávamos ir, no caso de ali se efectuar algum movimento revolucionário».

E acrescenta:

«Algum tempo depois somos procurados em Coimbra, no jardim da Universida-

de, por um dos delegados do *comité* revolucionário, dr. Manuel Alegre, que imediatamente nos mostra as credenciais da carbonária, levando-nos em seguida para o hotel Bragança, onde estavam os drs. Malta do Valle e Pires de Carvalho, faltando apenas o outro delegado revolucionário do centro do país, dr. Eugénio Ribeiro, ficando nós então informados do armamento que havia em Águeda, e dos trabalhos preparados em Ovar pelos revolucionários dr. Lopes Fidalgo e António Valente».

Filho de Joaquim Rodrigues Leite e de Rosa de Jesus Faustina Leite, o coronel Manuel Rodrigues Leite, um dos mais entusiastas republicanos ovaranses revolucionários, nasceu em Ovar, a 15 de Agosto de 1883, e, ingressando na vida militar, foi colocado como alferes no Regimento de Infantaria 24, na cidade de Aveiro.

Em 1910 casa, na Igreja de Ovar, com Eugénia Salvador Gomes Leite (1878-1963, com 84 anos), filha de Manuel Gomes da Costa e de Rosa Salvador Gomes, e, no ano seguinte, vem para esta cidade com o encargo de dirigir as obras de adaptação do edifício do hospital a quartel.

A 11 de Novembro de 1912, a Loja José Estevão n.º 287, do Rito Escocês Antigo, conferiu ao Irmão Manuel Rodrigues Leite o diploma da Maçonaria. E nessa loja de Aveiro escolhe o nome simbólico de *Max Nordau*.

Tenente em 1913, fez parte da 3.ª expedição a Moçambique (1916) na Primeira Grande Guerra e nesta província foi promovido a capitão em 1917.

Foi fundador da Cooperativa Familiar Ovarense (25 de Dezembro de 1917) e presidente da sua direcção, e director do semanário republicano local *A Pátria* (de 23 de Novembro de 1922 a 5 de Julho de 1923, e ainda de 3 de Janeiro de 1924 a 8 de Julho de 1926).

Em 1912 foi efectivo da comissão municipal republicana, em 1921 da comissão municipal do P.R.P., e, no biénio de 1925-1926, da comissão política do P.R.P.

No consulado sidonista aquando da *vassourada*, em clima de repressão foi preso em Ovar, à ordem do comando militar, e seguiu para o Porto, onde esteve numa casa de reclusão desta cidade, sendo solto ao fim de 15 dias de prisão com a desculpa de que tinha havido equívoco pois procuravam o capitão *Santana Leite*!

Capitão Rodrigues Leite. 1883-1955
In: A Pátria, *de 16/2/1928*

Republicano revolucionário, democrata de firmes convicções, oficial muito distinto, combatente na campanha do Vouga aquando da *traulitânia*, o coronel Manuel Rodrigues Leite militou sempre nas fileiras da *oposição* ao Estado Novo.

Após o *28 de Maio* de 1926, acusado de cumplicidade no golpe militar e civil de *3 de Fevereiro* de 1927, veio a ser julgado no Tribunal Militar do Porto, a 13 de Fevereiro de 1928, tendo sido punido com 10 dias de prisão disciplinar.

Em 1931, o directório do P.R.P. nomeou-o um dos cinco membros da comissão instituída para orientar e dirigir a política partidária no concelho de Ovar. Nas eleições para deputados de 1945 foi um dos oradores na sessão oposicionista realizada a 13 de Outubro em Aveiro; nas eleições presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949 fez parte da comissão concelhia da candidatura do general Norton de Matos, tendo usado da palavra na sessão de 25 de Janeiro no cine-teatro de Ovar; em 1951 fez parte da comissão de apoio ao almirante Quintão Meireles.

Veio a falecer na Rua dr. José Falcão, aos 23 de Agosto de 1955, com 72 anos, este oficial que tinha como poucos «a República entranhada nos ossos e espalhada pela pele». Sua mulher viria a falecer na mesma rua, com 84, anos, a 27 de Fevereiro de 1963.

O casal Manuel/Eugénia teve os seguintes filhos:

– Eugénio Manuel Gomes Rodrigues Leite, que casou com Alzira Gomes Ramada Rodrigues Leite (Filhos: – Alzira Eugénia Gomes Ramada Leite, Manuel Eugénio Gomes Ramada Leite, Maria Palmira Gomes Ramada Leite, e José Manuel Gomes Ramada Leite).

– Eng.º Manuel Eugénio Gomes Rodrigues Leite, que casou com Maria Luísa Mendes Costa Santos Rodrigues Leite (Filhos: – Jorge Manuel Santos Rodrigues Leite, Maria Teresa Santos Rodrigues Leite, Maria Eugénia Santos Rodrigues Leite, Manuel Eugénio Santos Rodrigues Leite, Artur Manuel Santos Rodrigues Leite, José Manuel Santos Rodrigues Leite, Maria Luísa Santos Rodrigues Leite, e Rui Manuel Santos Rodrigues Leite).

– Maria Eugénia Gomes Rodrigues Leite, que casou (1935) com o eng.º Alberto Manuel Arala Chaves (Filho: – professor doutor Manuel Leite Arala Chaves).

– Maria Manuela Gomes Rodrigues Leite; e

– Rosa Gomes Rodrigues Leite Carvalho Simão, que casou com João Peixinho Carvalho Simão.

Os franquistas – o Presidente da Câmara Municipal Abade Caetano Fernandes (2 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1908). O *Regenerador Liberal* (1909-1910)

As câmaras municipais que tinham votado moções contra a ditadura começaram a ser dissolvidas e substituídas por comissões administrativas através do decreto de 12 de Dezembro de 1907, um dos mais odiosos decretos ditatoriais franquistas.

A 2 de Janeiro de 1908 tomou posse agitada da Câmara Municipal de Ovar uma comissão administrativa de tendência *regeneradora liberal* presidida pelo Abade de Válega, Caetano Fernandes, tendo como vice-presidente Afonso José Martins, e ve-

readores António Augusto Abreu, António Pinto Ferreira de Sousa, Francisco de Oliveira Lopes, José da Silva Ribeiro e Manuel Gomes Ferreira.

Às 8 horas da manhã desse dia 2 «começa a evolução das forças, que tinham chegado de véspera. Nos Paços do Concelho, uma força de infantaria 18 composta de 25 praças sob o comando de um tenente, de baioneta calada, impediu a entrada do povo no edifício pelas três portas centrais».

Um troço de 12 polícias colaborava, dentro do edifício, com a força de infantaria e na rua, e em frente aos Paços do Concelho, estacionava «uma força de cavalaria 7 composta de 10 praças sob o comando de um sargento com o fim de, auxiliada pelas mais forças, impedir que o povo se aproximasse da casa da Câmara.

Às nove horas passa no Largo da Praça o primeiro grupo da oposição que chegou no combóio, vindo das três freguesias do norte, em número aproximado de 300 pessoas, que se dirigiu a casa do dr. Soares Pinto, chefe do partido progressista e presidente da câmara cessante. Logo se reforçou a guarda militar dos Paços do Concelho e são dadas repetidas ordens aos comandantes das diversas forças. Pouco depois passa novo grupo composto de gente de Cimo de Vila, Cabanões, S. João e lugares limítrofes em número aproximado de 400 pessoas à frente das quais ia o sr. Padre Maia, dirigindo-se também a casa do sr. dr. Soares Pinto. Na retaguarda deste segue o mesmo rumo o povo do lugar do Sobral sob a direcção dos srs. José Travessa e João da Júlia. Às 10 horas chega ao Largo da Praça o dr. Soares Pinto acompanhado dos seus amigos que se lhe tinham ido apresentar a sua casa. Aí, com pequenos intervalos chegou o povo da freguesia de Válega sob a direcção do senhor Reis» e também «o povo de Guilhovai e Sande sob a direcção dos srs. António Sebe e Joaquim Amaral. A esta enorme mole de gente junta-se o povo da freguesia de Ovar entre o qual o pessoal de três companhas de pesca de que são arrais e senhorios João Polónia, Francisco Coelho e Joaquim Valente. É uma multidão de cerca de 2.000 pessoas.

O partido regenerador teve uma representação muito insignificante não só à falta de convites, mas também à crise porque tem passado ultimamente».

Só é permitida a entrada aos franquistas nos Paços do Concelho e «às onze horas e meia chega mais uma força de 10 praças de cavalaria da Guarda Municipal do Porto sob o comando de um sargento. Está o Largo da Praça em perfeito estado de sítio. Ninguém percebeu a entrada dos tais vogais da comissão, mas só depois da chegada da municipal, é que se ouviram marteladas dentro do edifício. Tratava-se de arrombar as portas, que davam entrada para a câmara, pois as chaves, segundo nos dizem, estavam em poder do sr. Presidente do Município, que não as entregou».

O arrombamento duma porta levou perto duma hora e por ela entrou a comissão e mais doze pessoas. «E não foi mais gente, porque a atitude do povo de Ovar foi digna e nobre».

À uma hora e meia a multidão que cercava os Paços do Concelho «rompeu em entusiásticos vivas à liberdade, ao partido progressista e ao dr. Soares Pinto. A municipal, que é bem conhecida, procurou abafar os justos protestos por meio de correrias estúpidas, recebendo algumas pedradas» e o Presidente Caetano Fernandes «só retirou de noite para Válega, em carro fechado e acompanhado de 6 polícias» (*Jornal de Ovar*, de 5/1/1908).

A 1 de Fevereiro de 1908 deu-se o regicídio no Terreiro do Paço, epílogo da ditadura. A comissão administrativa municipal, na sessão de 5 desse mês, deplorou o atentado e até 8 houve dobre a finados nos campanários de Ovar três vezes por dia, às 8, 12 e 16 horas.

O decreto de 15 de Fevereiro, do Rei e de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, dissolve as comissões nomeadas pelo decreto de 12 de Dezembro de 1907 e determina o regresso ao exercício das respectivas funções dos corpos administrativos que tinham sido substituídos.

Os franquistas mantiveram-se no poder em Ovar, aproximadamente, mês e meio.

O *Jornal de Ovar* (de 9/2/1908) noticiou, ironicamente, o acontecimento: – «Numa das esquinas do edifício dos Paços do Concelho apareceu, na manhã de sexta-feira, afixado um cartaz em que se aconselha os *franquistas* a imitar o chefe – fugindo. Não era necessário o aviso. Os franquistas de Ovar desapareceram na manhã do último domingo ao ser conhecida pelos jornais, a notícia da trágica morte do rei e do príncipe. Franquistas em Ovar? *No hay*».

Retomando o poder, os progressistas, após terem exarado na acta um voto de profundo pesar pelo inaudito atentado de que foram vítimas D. Carlos e o Príncipe Real D. Luís Filipe, revogaram as deliberações da comissão municipal franquista, na sua sessão de 19 de Fevereiro de 1908, com o fundamento de que se esta comissão funcionou por arbítrio do poder executivo, írritas e nulas foram as suas resoluções.

As sessões seguintes da Câmara *progressista* manifestam a animosidade compreensível do dr. Joaquim Soares Pinto ao vereador Abade Caetano Fernandes: a Câmara nega-lhe, sistematicamente, licença para não comparecer às sessões. O Abade tinha sido eleito vereador da Câmara *progressista* do dr. Joaquim Soares Pinto, para o triénio de 1905-1907, e ocupava o lugar de vice-presidente aquando dos acontecimentos de 2 de Janeiro de 1908.

Para festejar a subida ao trono de D. Manuel II, que dava lugar à Monarquia Nova, a 6 de Maio de 1908 a Câmara mandou tocar durante a tarde e à noite a banda dos Bombeiros Voluntários, e iluminou os Paços do Concelho.

O Abade Caetano Fernandes tomou posse da Igreja paroquial de Santa Maria de Válega, a 31 de Dezembro de 1902, e nesta se manteve até 12 de Julho de 1915.

Nascera na freguesia de S. Pedro de Merufe, concelho de Monção, a 14 de Janeiro de 1869, filho de Domingos Luís Fernandes e de Joaquina Rosa Rodrigues, neto paterno de José Fernandes da Rocha e de Luísa Joaquina Pereira, e neto materno de Manuel Luís Rodrigues Pereira e de Ana Maria Rodrigues Pereira.

Foi vice-presidente da Câmara *progressista* presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, eleita para o triénio de 1905-1907.

Em 1907 tornou-se chefe do partido *franquista* do concelho e foi nomeado presidente duma comissão administrativa de tendência *regeneradora liberal*.

Teve *carta de conselho* em 1907, vindo a falecer em Merufe, aos 26 de Fevereiro de 1947, com 78 anos.

A 12 de Dezembro de 1908 é eleito chefe do partido *franquista* o tenente-coronel de engenharia António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto, que tinha sido Ministro da Guerra de 1906 a 1908.

Numero 1 Quinta-feira 16 de Setembro de 1909 Anno 1

Regenerador Liberal

SEMANARIO MONARCHICO

ASSIGNATURA
Em Ovar (anno) . . . . 1$200 reis
Com estampilha (anno) . . . . 1$250 reis
Para fóra do reino accresce o porte do correio.
Annunciam-se obras litterarias remettendo-se dois exemplares
Redacção e Administração—R. da Graça, OVAR

Director e Proprietario
AMADEU PEIXOTO PINTO LEITE
Composição e impressão—Typ. do *OVARENSE*
—• *Rua da Graça*=OVAR •—

PUBLICAÇÕES
No corpo do jornal, a 60 reis a linha, largura d'uma columna
Annuncios e communicados, 30 reis; repetições 25 reis
Annuncios permanentes, contracto especial
Os srs. assignantes teem o abatimento de 25 por cento
Preço de cada jornal avulso 20 reis

AVISO

—

A todas as pessoas a quem remettemos este n.º, rogamos a finesa de nol-o devolverem, caso nos não queiram honrar com a sua assignatura.

Aquellas que o não fizerem, consideral-as-hemos como assignantes, pelo que desde já nos confessamos muito reconhecidos.

Conselheiro Antonio C. Coelho de V. Porto

Chefe do partido regenerador-liberal desde o dia 12 de dezembro de 1908.

Não foram a ambição de celebridade, a cubiça do mando, mas os seus preclaros dotes de estadista, o suffragio unico que o impoz como dirigente supremo da numerosa grey franquista, cargo tanto mais espinhoso quanto é certo tel-o recebido das mãos do nosso mais devotado, sincero, patriotico e perfeito homem de governo d'estes ultimos tempos.

E' isto o seu elogio mais completo, a recommendação mais digna, d'um homem que sóbe a tão elevado posto.

Investido em cargo tão distincto por acclamação unanime de todo o partido, onde milita uma parte notavel da *élite* intellectual do nosso paiz, os seus grandes meritos de homem publico lograram assim a mais lidima e espontanea consagração.

Effectivamente o ex.^mo sr. conselheiro Vasconcellos Porto tem-se destacado pelo seu conhecimento profundo dos negocios publicos, pela sua vasta intelligencia, onde se espelham a par dos grandes problemas os seus minimos detalhes, pela bella disciplina do seu espirito, pela sua vontade firme e acção admiravel, pela sua inexaurivel capacidade de trabalho e pelo seu devotado amor ao torrão abençoado da nossa patria.

E porque isto e só isto, e não a séde do mando que move influencias para trepar, o instituiu chefe, é elle a mais segura garantia do cumprimento do nosso programma de governo; e, quando o fôrmos, do resurgimento do nosso paiz, onde (e para esses males tem remedios efficazes o nosso evangelho politico) vae reinando a mais tremenda anarchia moral e politica, social e economica, financeira e administrativa; onde o trabalho e a producção se não amoldam ás condições especiaes da nação e a agricultura, commercio e industria arrastam existencia nada desafogada devido ao estado de indisciplina em que se encontram.

D'elle, pois, espirito vastamente culto, como o tem provado na sua larga vida de professor distincto e subdirector da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e na gerencia da pasta da guerra na ultima situação franquista, muito ha a esperar.

E' tambem cheios da mais firme confiança em que saudamos um perfeito chefe de partido, um excepcional homem de governo pelas suas bellas qualidades de organisador e administrador, juntando sempre á mais firme e ponderada resolução, a acção mais decidida, que ao encetarmos a nossa vida jornalistica debaixo da sua bandeira, lhe apresentamos a nossa mais sincera homenagem.

Ha de bem merecer da patria, porque ha de servil-a bem.

São estes os votos que fazemos, com a offerta das nossas humilde forças ao serviço da sua causa, que é tambem a de todos os bons portuguezes.

CONSELHEIRO ANTONIO C. COELHO DE VASCONCELLOS PORTO

APRESENTAÇÃO

Ao apparecer n'esta vida jornalistica «todos» de certo, perguntarão por *quem sou*, e qual o meu credo politico.

Farão uns a pergunta tomados de curiosidade; e outros a farão tomados de receio.

E bom é que pela minha parte se satisfaça essa curiosidade d'uns e se tranquilise o espirito d'outros.

No seculo 20 um jornal nunca póde ser uma sombra ou um tigre:

Venho para espalhar o *bem* e a verdade; não venho para espalhar o mal, a mentira ou a discordia.

Por isso desde já posso dizer que em geral sou pela Patria, pela Monarchia e pela Fé. E' uma trindade, é um symbolo que os portuguezes sempre adoraram.

Justamente exige que lhe dedique as virtudes civicas com que sou dotado, e os esforços da minha vontade em bem servil-a.

Em especial sou pelo bem da *terra querida* d'ovarenses.

Querem saber que *credo* politico sigo?—

Já disse por *quem sou*; e facil é deprehender qual elle seja. Mas sejamos claros:

A Patria tem um credo?—Tem; de muitos é sabido, e d'alguns é renegado. A Monarchia tem um credo?—Tem; mas vivem no passado os que se sacrificaram até ao martyrio por elle.—A Fé tem um credo?—Tem; viveram d'ella os nossos maiores; tiveram honra e tiveram gloria. Sem fé não ha nada grande na vida.

Seja, pois, o meu credo politico o credo da Patria, o credo da Monarchia e o credo da Fé.

Assim não profanarei o *legado*, que a mim tambem deixou o immortal filho de Mayence, *nem abusarei* do novo sentido que este creou.

Alfinetadas

—

Cá estamos.

Com nome baptismal bem differente do que para ahi nos deram antes do tempo.

E' sabido: o baptismo não vale, quando se ministra a neophitos ainda completamente envoltos... na placenta. E baptisaram-nos, para ahi, antes de nascermos!

Invalidamente, portanto.

Pódem agora esgrimir contra nós, floreteando toda a sua sapiencia, toda a sua... laracha.

Porque agora já... *semos*.

Porque agora já teem pela frente uma coisa concreta e não um imaginario moinho de vento.

E é já bem mais airoso combater contra alguma coisa.

Contra phantasticas visões é desdouro, loucura varrida.

Vamos, seus heroes quichotescos, enristai contra o «Regenerador Liberal»!

Que não subireis nunca, por mais que por isso vos esforceis, á grandeza epica do cavalleiro manchego!

Até no ridiculo haveis de ser pequeninos!

° ° °

Mas d'onde provém que os tres orgãos immensos dos desacreditados republicanismo,

Regenerador Liberal, *de 16/9/1909.*

Os franquistas locais fazem sair, a 16 de Setembro de 1909 o semanário *Regenerador Liberal*, fundado por Francisco Peixoto Pinto Ferreira e António Augusto de Abreu, «pena brilhante e sarcástica, posta ao serviço do franquismo. Manteve bravas polémicas com *A Pátria*, nas quais os contendores chegavam, por vezes, a perder a bússola».

No seu primeiro número elogia o chefe do partido, conselheiro Vasconcelos Porto, e insensatamente ataca os outros semanários ovarenses, para ele órgãos dos desacreditados republicanos, progressismo e regeneração da terra, «dos três arautos: dois de outros tantos partidos apelidados por Junqueiro de bandos... e o dum terceiro que tripudiou canibalescamente sobre os cadáveres ainda quentes dum rei bem intencionado e inteligente e dum príncipe inocente».

Os três órgãos atacados ripostaram imediatamente, hostilizando o orgão *talassa*. *A Pátria*, a 23 de Setembro de 1909, sob o título *Olho na rua*, informava: – «Com o título de *Regenerador Liberal* e o subtítulo de *Jornal Monárquico* bateu-nos à porta, pedindo entrada, um vero orgão da podridão que o baptiza. Pelo contínuo da casa, incontinenti, baixou ordem de o atirar ao meio da rua. Não torne cá que vai pela mesma...».

Intemerato, o *Regenerador Liberal* atacou a Câmara *progressista* por Ovar não ter praça de comércio, jardins, iluminação condigna, biblioteca, escola industrial, hospital em boas condições e cadeia, e atacou os republicanos locais, declarando que «tem sido uma vergonha pela sua covardia o partido republicano de Ovar», e apelidando o seu órgão de *Patarata.*

Deste semanário monárquico, para defesa da pátria, da monarquia e da fé, foi director e proprietário Amadeu Peixoto Pinto Leite, editor Américo Peixoto Pinto Leite, secretário da administração e administrador Manuel Maria Correia Vermelho, e colaborador o padre Manuel Rodrigues Lírio. Foi impresso primeiramente na tipografia Ovarense, na Rua da Graça, depois na Cooperativa Gráfica, na Rua de Entreparedes, no Porto, e finalmente na tipografia Fonseca & Filho, na Rua da Picaria, da mesma cidade.

Em Ovar foi presidente do *partido regenerador liberal*, partido mestiço, o conselheiro Caetano Fernandes, Abade de Válega, reunindo-se em 1910 sob a sua presidência a comissão executiva do partido em casa de António Augusto Abreu.

«Desagregados os elementos conservadores que se conglobaram à sombra do franquismo, no mesmo ideal de amparar o trono e de impedir a ruptura das tradições monárquicas em Portugal» (*Almanaque de Ovar* para 1911, anúncio na contracapa), o *Regenerador Liberal* foi obrigado a suspender a sua publicação por força do Cinco de Outubro de 1910. O seu último número data de 10 de Novembro desse ano.

Ovar no Exército Ultramarino – homenagem ao major Antero de Magalhães (17 de Fevereiro de 1909)

Na ocupação militar de Angola salientou-se o major Antero de Magalhães, que nasceu em Ovar, a 17 de Maio de 1865, filho de Ana de Jesus, serviu na África durante 21 anos (26 de Outubro de 1887 a 1908), e foi condecorado com o grau de *cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.*

Antero de Magalhães.
In: O Charadista,
de 24/12/1908

RENÉ PÉLISSIER (*História das campanhas em Angola*. Resistência e revoltas. 1845-1941, de 1986) refere Antero Carvalho de Magalhães nos Dembos, na segunda expedição contra os Bondos (1900); e no Cuanza Sul, no Quissongo (1908).

A 17 de Fevereiro de 1909 foi festivamente recebido na estação de Ovar por uma massa compacta de povo que delirantemente o aclamou. Organizou-se, então, uma marcha *aux flambeaux* que seguiu pelos Pelames, Rua e Travessa da Fonte até à Praça, sendo o herói de África recebido na Câmara Municipal, onde o dr. António dos Santos Sobreira leu uma mensagem escrita em pergaminho, que foi depois entregue ao bravo militar. Discursaram os drs. António José de Almeida, António dos Santos Sobreira, Joaquim Soares Pinto, Pedro Chaves e o homenageado que, no final da sessão, foi acompanhado até à sua casa, na Rua da Graça, pelo povo.

O povo de Ovar homenageou os heróis do ultramar. Nos princípios de 1896 uma grande multidão vitoriou na estação dos caminhos-de-ferro os expedicionários de África, tendo Frederico Ernesto Camarinha Abragão entregado um *bouquet* de flores naturais, enlaçado por largas fitas de seda, ao comandante do batalhão expedicionário, tenente-coronel Sousa Machado; em Janeiro de 1898, à passagem na estação de Ovar do bravo militar Mousinho de Albuquerque e de sua mulher, houve outra manifestação imponentíssima, tendo o dr. António dos Santos Sobreira e Frederico Ernesto Camarinha Abragão entrado na carruagem que conduzia o herói de Chaimite para o cumprimentar, agradecendo este, visivelmente comovido, a manifestação.

Os heróis do ultramar foram homenageados pela Câmara, que deu os seus nomes a ruas de Ovar:

- Largo Serpa Pinto (1890)
- Rua Coronel Galhardo (1896)
- Praça Mousinho de Albuquerque (1896)
- Rua Major Antero de Magalhães (1975 e 1984)
- Rua Capitão Belmiro Duarte Silva (1984)

A Caixa Económica (26 de Dezembro de 1909)

A 26 de Dezembro de 1909, funcionando na Repartição de Finanças, foi inaugurada a delegação da *Caixa Económica* no concelho, que abriu em casa própria, na Rua Cândido dos Reis, a 1 de Maio de 1920.

Para seu tesoureiro foi nomeado, então, o dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, que pediu a exoneração do lugar de notário.

A Caixa Geral de Depósitos, fundada em 1887, tinha a 1 de Julho de 1914, como saldo de depósitos a capitalização de juros, a quantia de 15.393.943$94. A Ovar, deste saldo, pertencia a quantia de 99.540$96, sendo o 2.º concelho do distrito, após o de Aveiro, e o 22.º do País.

João Vasco de Carvalho («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção-Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5, 1912), esclareceu-nos quanto aos *capitais* existentes em Ovar:

«Na freguesia de Ovar abunda o capital, mas não nas mãos do lavrador. Possuem--no os *brasileiros* que o emprestam a 6 e 7% sobre letras sempre com fiadores idóneos ou sobre hipotecas.

Os que têm a vida embaraçada nem àquela taxa conseguem levantar algum capital; a esses, principalmente, se a quantia de que necessitam é pequena, se pequeno é o crédito de que gozam, ou se a propriedade está já cativa de hipoteca, exige-se em geral uma taxa de 10%.

Não há, na freguesia, nem Bancos, nem Caixas Económicas legalmente constituídas, nem tão pouco a Misericórdia existente empresta dinheiro. Quem precisa dele e não quer recorrer aos *brasileiros*, dirige-se a filiais de algumas casas bancárias do Porto».

A Caixa Geral de Depósitos inaugurou, a 28 de Outubro de 1991, novas instalações, no gaveto da Rua Ferreira de Castro com a Aquilino Ribeiro.

Tertúlias de Ovar

Alfredo Fonseca, num artigo intitulado «Tertúlias de Ovar» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 18 e 25/8/1949), refere que, por volta de 1909, conheceu quatro tertúlias:

– *A da tabacaria dos Calmas*

«Trindade bonacheirona e conventual de pais e filhos», onde se encontravam os drs. António de Oliveira Descalço Coentro, António dos Santos Sobreira, João Maria Lopes, José António de Almeida, o *dr. Almeidinha*, e José Duarte Pereira do Amaral; e ainda Ângelo Zagalo de Lima.

– *A da botica de Ernesto Augusto Zagalo de Lima* (na Rua Cândido dos Reis, aberta a 31 de Maio de 1892).

Na botica «do intransigente, implicativo e austero Ernesto», achavam-se os drs. Domingos Lopes Fidalgo e Pedro Virgolino Ferraz Chaves.

– *Tertúlia do Alves*

A loja de panos de João José Alves Cerqueira, «protótipo de bonomia e honradez», era o ponto de encontro de António Dias Simões e de Luís Lima.

– *A da loja dos Pinhos*, onde pontificavam o dr. Joaquim Soares Pinto, seu irmão Manuel Soares Pinto, e o padre José Maria Maia de Resende.

A Santa Casa da Misericórdia de Ovar (29 de janeiro de 1910) – a Misericórdia e o dr. Francisco Zagalo (1908-1910), a Família Zagalo. Provedores e Presidentes das Comissões Administrativas. Beneméritos

A *Santa Casa da Misericórdia de Ovar*, irmandade que é, indubitavelmente, uma das instituições de maior prestígio do concelho de Ovar, tem tido, desde a aprovação dos seus primeiros *estatutos*, a 29 de Janeiro de 1910, uma vida acidentada e, algumas vezes, polémica.

Idealizada em 1901 pelo dr. Pedro Chaves, e no ano seguinte pelo dr. António dos Santos Sobreira, veio a ter a sua origem próxima na circular de 25 de Setembro de 1908 que o dr. Francisco Zagalo, médico natural de Ovar mas residente em Alcobaça, dirigiu ao povo ovarense.

Dado o seu afastamento, há muitos anos, da vida local, o dr. Francisco Zagalo conseguiu congregar, embora com dificuldades, políticos – monárquicos progressistas, regeneradores, dissidentes, franquistas e republicanos –, e independentes, num esforço comum de criar uma instituição de solidariedade social, com o seu hospital, de que carecia urgentemente o concelho, dado o estado a que chegara o velho e desacreditado hospital camarário.

De 18 de Outubro de 1908, data da reunião no Teatro Ovarense onde foi eleita a *grande comissão* de 27 membros e nomeada a sua *comissão executiva*, presidida por um independente, o delegado do procurador da república na comarca, o dr. José Luciano Correia de Bastos Pina, até àquela data de 29 de Janeiro de 1910, decorre a *fase da fundação*, com a escolha dos terrenos para a construção do novo edifício hospitalar, a apresentação do *projecto do compromisso da Irmandade*, elaborado pelo dr. Francisco Zagalo, e a discussão e votação do mesmo.

Com o novo regime, a *Misericórdia* ganha novo e inesperado alento, quando os republicanos conseguem que o Ministro dr. Afonso Costa ceda à irmandade, *provisoriamente*, o edifício e mobiliário do extinto Colégio das Doroteias, por despacho ministerial de 28 de Janeiro de 1911, confirmado a 23 de Agosto por decreto.

Empossada do edifício e mobiliário do antigo Colégio dos SS. Corações de Jesus e Maria, a 2 Fevereiro de 1911, a Misericórdia, nesta *fase de cimentação*, procura então que lhe sejam entregues, *definitivamente*, todos os bens que as Doroteias tinham à data da implantação da República, o que consegue a 20 de Julho de 1917, quando o projecto do dr. Pedro Chaves é votado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados.

Nesta segunda fase da vida da instituição, que vai de 29 de Janeiro de 1910 a 20 de Julho de 1917, toma posse o primeiro *provedor*, aquele dr. José Luciano de Bastos Pina, a 22 de Março de 1910; ocorre a morte do *fundador* da Mísericórdia, o dr. Francisco Zagalo, a 25 de Maio do mesmo ano; a 1 de Novembro ainda do mesmo ano a irmandade resolve aceitar a cedência, pela Câmara Municipal, do hospital e do legado Ferrer; e a 24 de Abril de 1913 é nomeado o primeiro *director clínico* do seu hospital, o dr. Domingos Lopes Fidalgo.

De 20 de Julho de 1917 (transferência definitiva) até 21 de Março de 1928 (data da posse da mesa do dr. João Baptista Nunes da Silva), os *democráticos* vão dirigir a instituição, tendo como figura saliente na sua administração o dr. Domingos Lo-

pes Fidalgo, e inaugurando, a 13 de Agosto de 1922, a *creche-asilo-escola Pedro Chaves.*

Com o *28 de Maio* de 1926, e dado que por processos eleitorais seria impossível *correr* os democráticos da sua administração, assiste-se em 1928 ao *assalto à Misericórdia*, com a exoneração da mesa do provedor dr. Domingos Lopes Fidalgo e a sua substituição por outra presidida pelo dr. João Baptista Nunes da Silva, num dos mais escandalosos procedimentos políticos que se registaram em Ovar.

É a *fase das comissões administrativas*, que vai decorrer de 21 de Março de 1928 a 14 de Janeiro de 1951 (posse da mesa de José Vaz de Castro Sequeira Vidal) e na qual se vão suceder alguns dos episódios mais polémicos da instituição, designadamente o caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto (1928-1930), a reabertura ao culto da Capela da Misericórdia (4 de Novembro de 1928), e a eliminação política de 266 irmãos, em 1938, *nódoa negra* na história da irmandade, ao lado de outros acontecimentos importantes, como o falecimento dos beneméritos Manuel Gomes Neto (8 de Junho de 1943) e Manuel Soares Pinto (11 de Julho de 1947), a inauguração da enfermaria (8 de Junho de 1944) e da creche (18 de Abril de 1948) *Manuel Gomes Neto*, e do *bairro da Misericórdia* (27 de Abril de 1949).

Nesta fase, digladiam-se os nacionalistas locais pela posse da administração da instituição, o que só se traduziu em desprestígio para a mesma.

De 14 de Janeiro de 1951 a 24 de Junho de 1966 (inauguração do novo hospital), decorre outra fase, a *da construção do novo hospital*, onde se salienta o dr. Manuel Tarújo de Almeida que consegue fazer prevalecer a tese de que a Misericórdia necessita dum novo hospital e não somente da ampliação e remodelação do existente.

A 31 de Março de 1958 principiou a ser construído o novo hospital, a 9 de Maio de 1959 o Ministro da Justiça, dr. Antunes Varela, inaugura, na Quinta de S. Tomé, o *dispensário antituberculoso e enfermaria abrigo Manuel Gomes Neto*, e, em Maio de 1965, começa a funcionar o novo hospital, que vem a ser inaugurado, a 24 de Junho de 1966, pelo Presidente da República, almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás.

Da sua inauguração, até ao *25 de Abril* de 1974, os provedores e as mesas procuram gerir, da melhor maneira, a Misericórdia e o seu novo hospital, o que conseguem, até que, a 27 de Agosto desse ano, os *democráticos*, que tinham sido *corridos* da instituição em 1928, regressam à sua administração com uma comissão administrativa da presidência de David Moreira de Almeida.

E de 27 de Agosto de 1974 a 29 de Maio de 1977 (posse da mesa do provedor Leonardo Couto de Azevedo), isto é em pouco mais de dois anos, vão ocorrer alguns dos factos mais importantes da irmandade, designadamente a integração, a 18 de Abril de 1975, da *Casa dos Pobres* na Misericórdia, e a oficialização a 12 de Novembro do mesmo ano do hospital da irmandade, com a consequente eleição da primeira comissão instaladora, a 12 de Maio de 1976, presidida pelo dr. Fernando Raimundo Rodrigues.

Com a eleição da mesa do provedor Leonardo Couto de Azevedo, regressa-se, por pouco tempo, à normalidade na instituição, dado que no ano seguinte a mesa é suspensa, numa atitude muito discutível, sendo nomeada uma comissão administrativa presidida pelo brigadeiro Aníbal José Coentro de Pinho Freire.

Entrada principal da Misericórdia.

Com as eleições ocorridas em 1979 e a posse da mesa do provedor Eduardo Moreira Duarte, a Misericórdia voltou uma vez mais à legalidade que lhe advém do processo eleitoral.

Este provedor e as mesas que presidiu procuraram, dentro do que lhes era possível, dar uma nova dimensão à Misericórdia, retirado que foi da sua administração o hospital, e para tanto prosseguiram com a edificação do *Centro de Bem-Estar Social*, obra iniciada em Abril de 1978, com o *Centro de Dia*, continuada em Março de 1979, com as obras de remodelação e ampliação do Lar de Idosos, e, em Junho de 1981, com a *creche-jardim de infância*. A esta obra, inaugurada a 25 de Setembro de 1983, deve-se acrescentar a aprovação dos novos *estatutos* da irmandade, a 15 de Junho de 1982.

A 29 de Janeiro de 1985, a mesa daquele provedor Eduardo Moreira Duarte comemorou o *75.º Aniversário da Irmandade da Misericórdia*, designadamente com uma sessão solene presidida pelo Bispo auxiliar do Porto, D. Domingos de Pinho Brandão, e na qual proferiu uma conferência o dr. ALBERTO MANUEL MATOS DE SOUSA LAMY, que apresentou o seu trabalho editado por aquela instituição, e intitulado *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*.

Finalmente, nas mesas do provedor dr. Manuel de Oliveira Dias, que têm levado a cabo uma obra, a todos os títulos notável, foram inaugurados o *Lar de Dependentes ou Acamados*, a 26 de Junho de 1993, pelo Primeiro-Ministro, dr. Cavaco Silva, acompanhados pelos Ministros Silva Peneda e Teresa Patrício Gouveia; e, a 21 de Novembro de 1998, o *Centro Comunitário Espaço-Aberto*, na casa que foi da Família Cunha, na Rua Alexandre Herculano.

1. *A iniciativa do dr. Francisco Zagalo*

A política, que penetrara profundamente no hospital a partir de 1883, deu origem em 1896 a um dos casos mais graves de admissão de doentes – o caso de José dos Santos Adrião. O Governador Civil exigiu a entrada deste doente protegido pelos *regeneradores* locais; a Câmara *progressista*, reunindo sob a presidência do dr. Joaquim

Soares Pinto, seu vice-presidente, resolveu por unanimidade não o admitir. A questão azedou-se entre a Câmara e o representante do governo *regenerador* Hintze-Franco, e, finalmente, solucionou-se com um *modus vivendi*: o doente entrava no hospital provisoriamente e a Câmara demonstraria que a sua doença era crónica e incurável. A Câmara não tinha reconhecido competência àquele magistrado distrital para impor a admissão dum doente no seu hospital.

Para evitar esta e outras questões *O Ovarense*, em 1898, advogava a separação do hospital da administração municipal, ficando o mesmo independente e com gerência própria.

Em 1901 o dr. Pedro Chaves, que se tinha interessado vivamente pelo problema da assistência no concelho, «pretendeu criar uma Misericórdia, que administrasse o Hospital da Vila com um século de existência, mas que a política local deixara cair no mais deplorável abandono. Tal ideia, exposta numa reunião no Teatro, não prosseguiu por falta de ambiente e pela disfarçada oposição dos responsáveis» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

A Misericórdia de Ovar, a norte da Rua dr. Francisco Zagalo. Da direita para a esquerda: Misericórdia (Colégio das Doroteias remodelado e aumentado), Capela, Primeiro Hospital (até 1965), Segundo Hospital da Misericórdia (1966-1975).

Na sessão de 26 de Março de 1902 o Presidente da Câmara *regeneradora*, dr. António dos Santos Sobreira, pugnou pela construção de um novo hospital, «sem luxo, mas com capacidade bastante para prover às necessidades ordinárias e extraordinárias e modelado pelos modernos princípios de salubridade pública», dado ser insuficientíssimo o edifício e não oferecer as condições de higiene e salubridade recomendadas e reclamadas pelas estações competentes. Esse novo edifício, num futuro mais ou menos próximo, deveria adquirir uma administração própria, completamente separado da política, transformando-se em Misericórdia. A Câmara aprovou a resolução do Presidente e sugeriu dois lugares para a nova construção: o terreno ao norte da estrada do

Furadouro, no lugar da Cova do Frade, por ser o mais higiénico, ou o terreno no lugar da Estação, fronteiro à fábrica de conservas *Luso-Brasileira*, dado a Câmara o poder dispor sem dispêndio. Embora tivesse sido feita uma planta do novo hospital pelo dr. Costa Simões, a resolução não vingou.

Em 1908 as críticas ao hospital eram unânimes: má situação, acanhado, condições higiénicas reprovadas, manutenção pela Câmara com rigorosa parcimónia de dispêndio e pouca fiscalização.

A 25 de Setembro desse ano surge o primeiro grito de alarme para a fundação duma Misericórdia – uma circular do dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, natural de Ovar e distinto médico em Alcobaça, afirmava que era forçoso construir outro hospital e fundar uma Misericórdia, e convocava toda a população da vila para uma reunião no teatro Ovarense.

Todos os órgãos da imprensa local – *A Discussão* (regeneradora), *Jornal de Ovar* (progressista), *O Ovarense* (progressista dissidente) e *A Pátria* (republicana) – consideram útil e nobilitante a proposta.

A Misericórdia tomava o primeiro alento na reunião de 18 de Outubro de 1908, acorrendo ao teatro tudo o que havia de melhor na sociedade ovarense, secundando a útil e grandiosa iniciativa do dr. Francisco Zagalo.

Discursando nessa histórica reunião, o dr. Francisco Zagalo propôs para presidir à assembleia o delegado do procurador régio na comarca, dr. José Luciano Correia de Bastos Pina, secretariado pelos drs. Joaquim Soares Pinto, Presidente da Câmara, e Alberto de Oliveira e Cunha, Abade da freguesia.

Nessa reunião travou-se «o duelo mais palpitante de retórica que é o possível conceber, entre o então presidente da Municipalidade de Ovar que era o saudoso dr. Soares Pinto de eterna e grata memória, e o dr. Zagalo, espírito culto e brilhante na oratória... num debate que em breve se transformou em mordaz e eloquente» (*in*: *Povo de Ovar*, de 28/11/1929).

O dr. Francisco Zagalo apresentou, então, a seguinte proposta que foi aprovada por aclamação:

«Os Ovarenses presentes deliberam criar uma instituição com autonomia e a independência que lhe facultarem as leis do país, a qual tenha a seu cargo a beneficência do concelho de Ovar».

Foi, depois, apresentada nova proposta que, após sofrer um aditamento da parte do dr. Joaquim Soares Pinto, ficou nos seguintes termos:

«Resolvem os Ovarenses presentes eleger uma comissão de 27 membros sem selecção de ideias políticas com o carácter de comissão preparatória e instaladora, na qual delegam todos os poderes e que por si ou por uma comissão executiva sua delegada e eleita dentre os seus membros, tratará da organização da referida instituição, confeccionando os respectivos estatutos ou compromissos, fazendo-os sancionar pela autoridade respectiva depois de aprovados por ela».

2. *A grande comissão e a comissão executiva*

A *grande comissão*, lista apresentada pelo dr. Francisco Zagalo, ficou assim constituída:

Dr. José Luciano Correia de Bastos Pina .... –
Dr. Alberto de Oliveira e Cunha .... regenerador
António Augusto Freire de Liz .... regenerador
Dr. António Joaquim de Oliveira Valente .... progressista
Dr. António de Oliveira Descalço Coentro .... regenerador
António de Oliveira Melo .... republicano
Dr. António dos Santos Sobreira .... regenerador
António Soares Pinto .... progressista
Delfim José de Sousa Lamy .... progressista
Dr. Domingos Lopes Fidalgo .... republicano
Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco .... progressista dissidente
Francisco de Matos .... –
Francisco Peixoto Pinto Ferreira .... franquista
Frederico Ernesto Camarinha Abragão .... –
João José Alves Cerqueira .... republicano
Dr. João Maria Lopes .... regenerador
Dr. Joaquim Soares Pinto .... progressista
Dr. José António de Almeida .... franquista
José Gomes da Silva Bonifácio .... republicano
José de Oliveira Lopes .... republicano
Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves .... regenerador (simpatizante)
e os *seis párocos* das freguesias rurais.

A inclusão dos párocos foi, em parte, negativa. Excepcionando os párocos de Ovar e de S. Vicente, os outros lançaram ao abandono a instituição ou até fizeram propaganda aleivosa e hostil à Misericórdia.

Instalada a *grande comissão* esta nomeou na mesma reunião a *comissão executiva*:

Presidente Dr. José Luciano Correia de Bastos Pina
Vice-presidente Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
O dr. Pedro Chaves, segundo Zagalo dos Santos, foi o braço direito do dr. Francisco Zagalo, «por vezes o conselheiro, embora manobrando na sombra, para não levantar ressentimentos e complicações sérias».
Vogal Dr. Domingos Lopes Fidalgo
Vogal secretário Frederico Ernesto Camarinha Abragão
Vogal tesoureiro Dr. António de Oliveira Descalço Coentro

À *comissão instaladora*, na sua sessão de 26 de Outubro de 1908, foi proposto pelo dr. Pedro Chaves que a *comissão executiva* solicitasse da Câmara Municipal o compromisso da cedência dos legados instituídos a favor do hospital, que ela retivesse como administradora, e do edifício e dependências do actual hospital, com todo o seu mobiliário e objectos nele existentes, em troca do compromisso pela associação a fun-

dar de tomar a seu cargo os serviços hospitalares até aqui a cargo da Câmara e os encargos dos legados, combinando com ela a época e a forma da sua entrega.

A comissão executiva comparece na sessão camarária de 2 de Dezembro, solicitando o acima mencionado, e a Câmara delibera que nenhum inconveniente existe que a iniba de ceder o edifício do hospital, desde que haja um outro que satisfaça melhor do que o existente».

3. *O projecto do compromisso da Irmandade da Misercórdia de Ovar*

Na sessão de 3 de Fevereiro de 1909 à comissão instaladora foi apresentado, pelo Presidente dr. José Luciano Correia de Bastos Pina, o *projecto do compromisso da Irmandade da Misericórdia de Ovar*, elaborado pelo dr. Francisco Zagalo.

O projecto estipulava que «a irmandade da Misericórdia é uma associação humanitária sob a forma pia, cujo fim é a beneficência e a caridade cristã», que «o emblema ou símbolo da irmandade é a bandeira de Nossa Senhora da Misericórdia, e em préstito religioso além disso a cruz alçada», e que «a bandeira de Misericórdia será um quadro a óleo, representando na face da frente Nossa Senhora da Misericórdia e na de trás Frei Miguel de Contreiras com a legenda F.M.I., hasteada em uma vara preta. A cruz será uma simples cruz processional dourada sem escultura de Cristo».

As três letras *F.M.I.* referem o nome de Miguel Contreiras, *Instituidor*. A rainha D. Leonor, acedendo ao pedido deste seu confessor espanhol, instituiu a confraria da Misericórdia em 1498.

O projecto foi duramente criticado pelos republicanos locais, para quem «o lugar da Igreja não é na Misericórdia». Para *A Pátria* (de 25 de Fevereiro de 1909) «não se pouparam locuções, artigos, em matéria de pia religiosidade, ele o sino, o capelão, as opas, as varas, os painéis e as procissões, as capelas e as *alminhas* com a renda das benfeitorias à divindade». E acrescenta o semanário: – «Com a sua Nossa Senhora da Misericórdia, com os seus deveres de confissão religiosa praticante, com os seus distintivos pios e todo o seu espírito, a toda a evidência, católico, a Misericórdia, certamente, satisfaz vaidades e sentimentos de muita gente, lisonjeia mesmo a inclinação e gosto das maiorias», mas «vinha a tornar-se num convento».

Na sessão extraordinária de 17 de Fevereiro da comissão instaladora iniciam-se os debates sobre o projecto de estatutos que se prolongaram por várias sessões, até 21 de Abril. Nos debates, em que se puderam manifestar e expandir todas as divergências, numa atitude salutar e construtiva, intervieram, entre outros, os drs. António dos Santos Sobreira, Domingos Lopes Fidalgo, Francisco Fragateiro, João Maria Lopes, José António de Almeida e Pedro Chaves e ainda o cidadão Delfim José de Sousa Lamy, pronunciando-se uns pela organização completamente laica da futura associação e outros pela sua organização com carácter pio.

Foram apresentadas três propostas substituindo o art.º 1.º, o que foi mais discutido: a do dr. Francisco Fragateiro («a Misericórdia de Ovar é uma associação humanitária cujo fim é a beneficência»); a do dr. Pedro Chaves («a Misericórdia de Ovar é uma associação humanitária, sob a forma pia»); e a do dr. José António de Almeida («a Misericórdia de Ovar é uma associação humanitária, cujos fins são o exercício da beneficência, e do culto prestado aos mortos»).

Votaram no sentido da instituição a fundar ser uma associação humanitária *sob a forma pia*, os drs. Alberto de Oliveira e Cunha, António de Oliveira Descalço Coentro, António dos Santos Sobreira, Domingos Lopes Fidalgo («porque para a minoria ilustrada e *soi disant* livre pensadora, a forma pia não significa mais do que a melhor plataforma para chamar legados, heranças ou donativos, nada impedindo que, em subsequentes artigos restritivos, se acautelasse a associação do ridículo de algumas manifestações e do perigo de absorvente usurpação religiosa»), João Maria Lopes e Pedro Chaves (considerando que a *caridade* não é apanágio de qualquer religião e portanto da cristã, atendendo a que a maioria do povo de Ovar deseja a forma pia e «atendendo a que a erecção da associação sob a forma de Misericórdia traz vantagens pela reciprocidade de serviços que há entre todas as espalhadas pelo país e pelas garantias que gozam») e ainda os cidadãos Francisco Peixoto Pinto Ferreira e João José Alves Cerqueira. Votaram contra, o dr. Francisco Fragateiro e os cidadãos António de Oliveira Melo, Delfim José de Sousa Lamy (declarando que votava contra a irmandade, não por ser irreligioso nem por ir de encontro às opiniões do autor do projecto, mas unicamente por ser convicção sua que a forma de irmandade havia de trazer e criar no futuro embaraços à administração da Misericórdia) e Francisco Matos.

Com a sessão de 21 de Abril ficou concluída a discussão e votação do projecto dos estatutos, terminando as sessões extraordinárias da grande comissão preparatória e instaladora. Na 1.ª sessão ordinária da grande comissão, realizada a 5 de Maio de 1909, foi apresentada pelo presidente um exemplar dos *estatutos* da futura Misericórdia, organizados conforme as deliberações tomadas nas sessões anteriores e constantes das respectivas actas, que foram aprovadas por unanimidade.

Os *estatutos* da Misericórdia vieram a ser aprovados a 29 de Janeiro de 1910 pelo Governador Civil substituto do distrito de Aveiro, Joaquim Simões Peixinho. É a autonomia!

Pelo *art.º 1.º* «a Misericórdia de Ovar é uma associação humanitária, sob a forma pia, cujo fim é ministrar obrigatoriamente a seguinte assistência: 1.º – Socorro aos doentes; 2.º – Socorro às grávidas e recém-nascidos indigentes; 3.º – Assistência à infância desvalida; 4.º – Qualquer outra beneficência, que as necessidades locais venham a sugerir e que os recursos da associação permitam. A parte cultual da associação será somente destinada ao tributo de respeito e consideração aos mortos». Pelo *art.º 58.º*, «a irmandade, quando incorporada em préstito religioso, usará do emblema – cruz processional sem escultura de Cristo – e os seus membros de opa azul com murça preta».

A 11 de Abril de 1909, no teatro Ovarense, realiza-se a 1.ª récita de amadores em benefício da Misericórdia, que para nascer teve de vencer contrariedades, ódios ressabidos e mal reprimidos (a 10 de Março de 1910, referindo-se a um golpe de misericórdia que a associação tinha sofrido, o *Regenerador Liberal* afirmava que estava naufragada: – «*réquiem* sobre a Misericórdia»).

O seu *fundador* nunca faltou a dar-lhe o seu apoio contra o desânimo – carta de 31 de Maio e o seu manifesto de 18 de Novembro de 1909, publicados na imprensa local. A 10 de Fevereiro de 1910 Ovar ainda lê notícias do dr. Francisco Zagalo.

4. *A escolha dos terrenos para a construção do hospital*
A escolha dos terrenos para a construção do novo edifício hospitalar iniciou-se na sessão extraordinária da comissão executiva de 28 de Novembro de 1908 e na assembleia geral de 12 de Junho de 1910 foram apresentados como possíveis os seguintes locais:

- *o do passo de nível da Rua do Pinheiro*, na Cova do Bajunco, a nascente da via férrea, em pinhais de Ações, em terrenos oferecidos pelos drs. José Nogueira Dias de Almeida e Pedro Chaves.
  A 28 de Novembro de 1908 este terreno obtivera o parecer favorável de seis médicos do concelho (drs. António Francisco Pereira Ramos, João de Oliveira Baptista, José Delfim de Sousa Lamy, José Duarte Pereira do Amaral, José Nogueira Dias de Almeida e Salviano Pereira da Cunha); a 12 de Junho de 1910 optaram por este terreno cinco médicos e na votação nominal obteve 25 votos, contra 14 e 2 abstenções. O dr. Domingos Lopes Fidalgo deu-lhe também voto favorável.
- *o do Largo ou Estrada de S. João*, num mato e pinhal de António da Conceição cuja aquisição custaria 675$000 reis. Este terreno, que não careceria de dispêndios com o esgotamento de águas e tinha acesso fácil e cómodo, obteve o parecer de dois peritos, um dos quais o médico dr. José Delfim de Sousa Lamy e ainda do cidadão Delfim José de Sousa Lamy.
- *o da Estrada da Marinha*, que obteve um voto do médico dr. Salviano Pereira da Cunha.
- *o da Estrada do Furadouro*
- *o do Casal*, condenado em absoluto, por unanimidade.

O *Regulamento da Administração Geral da Misericórdia de Ovar*, com 54 artigos, de 6 de Dezembro de 1910, foi aprovado no Governo Civil do distrito de Aveiro a 16 desse mês; a 2 de Dezembro de 1914 foi aprovado o *Regulamento do Hospital da Misericórdia de Ovar*, com 156 artigos.

A 28 de Fevereiro de 1910 reuniu-se, pela última vez, a *comissão executiva* e a 6 de Março a *grande comissão instaladora*, que presta as suas contas – todo o produto angariado ascende a 7.467$400 reis. É eleita a primeira mesa que se reúne, pela 1.ª vez, no dia 22 de Março na sala das sessões dos Bombeiros Voluntários.

5. *Os sócios fundadores*
Foram 68 os sócios fundadores da Misericórdia:

Abel Augusto de Sousa e Pinho
António Carlos de Araújo Sobreira
António Carmindo de Sousa Lamy
António da Cunha Farraia
António da Cunha e Silva
António Dias Martins

Dr. António de Oliveira Descalço Coentro
António de Oliveira Melo
António Gomes Duarte Pereira Coentro
Dr. António Joaquim de Oliveira Valente
António José Valente de Matos
António Marques Branco
Dr. António Pereira da Cunha e Costa
António Pinto Lopes Palavra
António Soares Pinto
António Valente de Almeida
Augusto de Sousa Campos
Custódio José de Pinho Carvalho
Delfim José Rodrigues Braga
Delfim José de Sousa Lamy
Dr. Domingos Lopes Fidalgo
Ernesto Augusto Zagalo de Lima
Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo
Padre Francisco Marques da Silva
Francisco de Matos
Francisco Pereira Coelho
Francisco Peixoto Pinto Ferreira
Frederico Ernesto Camarinha Abragão
Frutuoso Lopes Rodrigues
Gustavo Adolfo de Araújo Sobreira
Isaac Júlio Fonseca da Silveira
João António de Carvalho
João Ferreira Coelho
João José Alves Cerqueira
Dr. João de Oliveira Baptista
João Pereira de Azevedo
João de Pinho Saramago
João de Pinho Valente
João da Silva Ferreira
Dr. Joaquim Soares Pinto
Dr. José António de Almeida
José da Costa Raimundo
José Gomes da Silva Bonifácio
Dr. José Delfim de Sousa Lamy
Dr. José Luciano Correia de Bastos Pina
José Luís Veiga
José Maria Pereira de Almeida
José Maria Pereira dos Santos
Dr. José Nogueira Dias de Almelda
José Manuel de Oliveira Lopes

José de Oliveira Lopes
Júlio Pereira Vinagre
Manuel Albino da Cruz
Manuel Augusto Nunes Branco
Manuel Dias de Carvalho
Manuel da Fonseca Soares
Manuel Gomes da Costa
Manuel Gomes Laranjeira
Padre Manuel Lourenço de Pinho
Padre Manuel Rodrigues Lírio
Manuel Maria Barbosa Brandão
Manuel Maria de Morais Ferreira
Manuel Soares Pinto
Dr. Nicolau José Rodrigues Braga
Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
Salvador de Oliveira Reis
Dr. Salviano Pereira da Cunha
Silvério Lopes Bastos

6. *O dr. Francisco Zagalo. A Família Zagalo*

A 25 de Maio de 1910 o dr. Francisco Zagalo desaparece do mundo dos vivos, em Alcobaça, com 60 anos.

Fundador da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, nasceu nesta cidade, a 23 de Maio de 1850, filho de António Baptista de Almeida Pereira, comerciante, o *António Dácunha* (o *João da Esquina* do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, de JÚLIO DINIS), e de Margarida de Oliveira Zagalo (a *Teresa de Jesus*, do mesmo romance), formando-se em medicina em 1876.

Durante os anos de 1872 e 1873, no *Diário da Tarde*, escreveu críticas acerbas ao clero, de carácter antijesuítico, e ao despotismo, visando com estas o dr. Manuel Arala.

Republicano histórico, afastado de Ovar há mais de 30 anos – estabelecera-se em Alcobaça em 1879 –, «veio nos últimos dois anos da sua vida consagrar o melhor da sua actividade à sua terra natal, fazendo nascer a Misericórdia, lançando-lhe os seus alicerces». Com a sua palavra eloquente, com uma fé inquebrantável, uma vontade vigorosa que levantava ânimos e desfazia melindres, conseguiu reunir um grupo de homens de todas as cores políticas e religiosas dispostos a lutar por um mesmo ideal – a fundação duma Misericórdia.

Um ano depois do seu falecimento, a Câmara *republicana* deliberou dar o seu nome ao antigo Largo do Hospital (1910); em 1926, atendendo a que deixara de ser nesse largo o hospital da Misericórdia, a Câmara resolveu dar à Rua de António Joaquim de Aguiar, antiga Rua de Sant'Ana, onde se situa o novo hospital, o nome de Rua dr. Francisco Zagalo, dando ao antigo Largo do Hospital outra designação.

A Câmara Municipal, a 2 de Fevereiro de 1993, denominou o Hospital Distrital de *Hospital dr. Francisco Zagalo* (despacho do Ministro da Saúde dr. Arlindo Gomes de Carvalho).

Dr. Francisco Zagalo. 1850-1910

«É tradição na família que os Zagalos de Ovar procedem das ilhas e creio que todos são oriundos do mesmo tronco secular da família Zagalo do Alentejo» (M.C.R., *Notas genealógicas da Família Zagalo*, Évora).

A *Família Zagalo* de Ovar descende de Manuel Rodrigues Zagalo (14/3/1676-†15/ /8/1741) que, casando a 26 de Novembro de 1701, teve duas filhas, Teresa Pereira Zagalo e Maria Pereira, que originaram os dois garfos que havia em Ovar no começo do seculo XIX.

O *primeiro garfo*:

Teresa Pereira Zagalo (7/12/1707-†3/3/1772), que casou com Manuel de Oliveira Pinto, da Rua das Figueiras.

O filho deste casal Teresa/Manuel, o dr. António José Pereira Zagalo, o *Velho* (2/ /5/1748-9/1/1826), «advogado notável, procurador da Casa do Infantado e pessoa de muito destaque no seu tempo» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 3/1/ /1952), casou com Antónia Maria de Sousa Silva e Azevedo, filha do alferes Brigido de Sousa e Azevedo e de Maria Bernarda da Silva, de quem teve os seguintes filhos:

– Luís António de Sousa Azevedo Pereira Zagalo

– Frei Luís de Santana Zagalo (1778-1855)

– Marechal Bernardo António Pereira Zagalo (1780-1841), que nasceu no Bairro de S. Pedro, para onde seu pai foi viver a 11 de Maio de 1777.

O *segundo garfo*:

Maria Pereira (16/6/1702),

sua filha Maria Pereira da Cunha,

seu neto João Pereira Zagalo, «mestre de risco afamado, lavrador e proprietário de companha na Costa da Torreira» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 3/ /1/1952), que casou duas vezes:

Da primeira vez com Maria Dias Ferreira, de quem teve os seguintes filhos:

– Dr. António Pereira Zagalo (1789-1863)

– Custódia

– João

– Manuel do Coração de Jesus Zagalo, que foi principal da Ordem dos Antoninhos, em Coimbra.

– Maria

Da segunda vez com Bernarda de Oliveira, de quem teve os seguintes filhos:

– Ana que terá falecido em Lisboa,

– Padre Francisco Pereira Zagalo

– Dr. Manuel Pereira Zagalo (1806-1872). Formou-se em medicina (1839), casou (1842) com Arcângela Henriqueta Brandão Pinto Baldaia, da Casa e Quinta da Saúde, do Outeiro, tendo sido médico do partido da Câmara Municipal. A ele se refere Júlio Dinis numa carta ao seu amigo Passos.

– Maria

– Rosa de Oliveira Coelho, que casou com António Gomes Coelho, e que foi tia afim de Júlio Dinis. O filho deste casal, dr. António Zagalo Gomes Coelho (1847-1913), formou-se em medicina (1872).

– Margarida de Oliveira Zagalo, que casou com o comerciante António Baptista de Almeida Pereira, o *António Dácunha*. Foram o *João da Esquina* e a *Teresa de Jesus* do romance *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), de JÚLIO DINIS.

Filhos do casal Margarida/António Dácunha:

– Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo (1850-1910), que se formou em medicina (1876), e foi o *fundador da Misericórdia.*

– Maria Baptista de Almeida Zagalo dos Santos, que casou com José Maria Pereira dos Santos e faleceu a 26 de Abril de 1915. O filho deste casal, dr. António Baptista Zagalo dos Santos (1884-1957), historiador local, casou (1917) com Maria Bonifácio Zagalo.

Maria Baptista foi a *Francisquinha*, a *Morena*, das *Pupilas do Senhor Reitor*.

7. *Os estatutos de 1982*

No dia 25 de Outubro de 1980 iniciou-se na Santa Casa a discussão do *projecto de compromisso* elaborado em cumprimento do decreto-lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro, projecto que foi criticado pelo seu aspecto *declaradamente confessional*, tendo sido constituída uma comissão para o rever, composta dos *irmãos* dr. Eduardo Lamy Laranjeira, dr. Fernando Raimundo Rodrigues, José da Silva Pinto, Leonardo Couto Azevedo e Orlando Soares dos Santos.

Os *estatutos da Irmandade* vieram a ser aprovados a 15 de Junho de 1982, pelo Bispo auxiliar do Porto, D. Armindo Lopes Coelho, quando era provedor da Santa Casa, Eduardo Moreira Duarte.

Pelo seu art.º 1.º a irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, também denominada Santa Casa da Misericórdia ou simplesmente Misericórdia de Ovar, «é uma associação humanitária constituída com o fim de satisfazer carências sociais segundo os princípios da doutrina e moral cristãs, e de praticar actos de culto católico».

A irmandade, em conformidade com a sua natureza que lhe provém da sua erecção canónica, «está sujeita ao Ordinário Diocesano de modo similar aos das demais Associações de Fiéis, ressalvados os seus privilégios.

Instituição, constituída por tempo ilimitado, é composta por um número indeterminado de Irmãos e tem a sua sede na freguesia e concelho de Ovar».

O art.º 2.º prescreve que «a Irmandade adquire personalidade jurídica civil e estará reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua erecção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano aos Serviços competentes do Estado».

Os seus *objectivos* e *fins* são referidos no artigo 3.º – no campo da actividade social (dar protecção à infância; proteger necessitados e inválidos; exercer qualquer outra actividade social de acordo com as necessidades locais, designadamente nos sectores da saúde e da educação; colaborar com quaisquer entidades, públicas e privadas, no desenvolvimento das Obras Sociais existentes; realizar acordos ou uniões com outras Instituições ou com o próprio Estado, bem como integrar-se em Uniões e Federações) e no campo da actividade cultural (exercer o culto divino nas suas Igrejas e Capelas; prestar tributo de respeito aos Irmãos e Benfeitores falecidos).

Os corpos gerentes da irmandade são a *assembleia geral*, constituída por todos os irmãos no pleno uso dos seus direitos, a *mesa administrativa*, constituída por provedor, vice-provedor, secretário, tesoureiro, 3 vogais efectivos e 3 suplentes, e o *conselho fiscal*.

A duração dos mandatos dos corpos gerentes é de 3 anos e a sua eleição é feita por escrutínio secreto, pela maioria dos votos dos irmãos presentes à assembleia geral.

8. *Provedores e Presidentes das Comissões Administrativas da Misericórdia*

1.º – Dr. José Luciano Correia de Bastos Pina (22/3/1910-1912)

Natural da freguesia de Vila Chã, do concelho de Vale de Cambra, filho de Alexandre Luciano Soares Correia e de Bernardina Augusta Correia de Bastos Pina, foi delegado do procurador régio (e da república) da comarca de 1905 a 1911, casou a 14 de Julho de 1908, na capela do Pinhão (Pindelo), com Virgínia Nunes de Almeida Bastos Pina, natural da freguesia de Pindelo, Oliveira de Azeméis, falecendo juiz de direito aposentado, com 72 anos de idade, a 18 de Abril de 1937, em Oliveira de Azeméis.

Católico praticante, conservador, foi eleito *presidente da comissão executiva*, na reunião efectuada no teatro Ovarense a 18 de Outubro de 1908, e eleito *provedor* a 27 de Fevereiro e 19 de Março de 1910, tomando posse a 22 deste último mês.

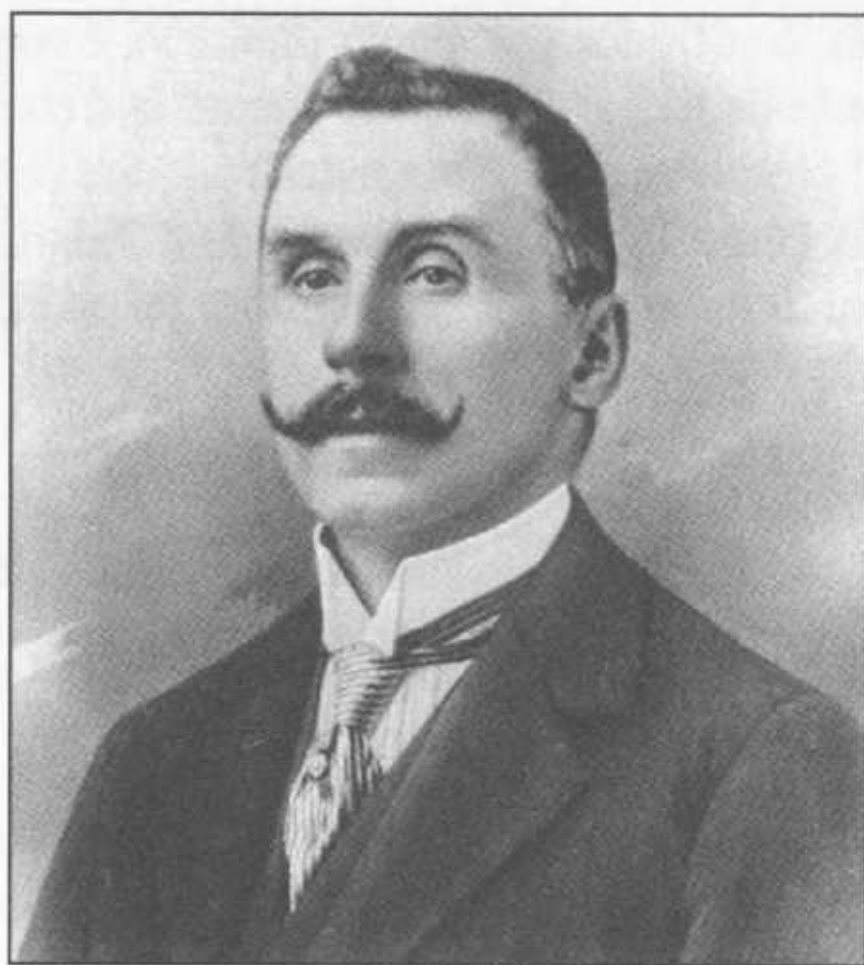
A 19 de Março foram eleitos, além do provedor, o secretário João Ferreira Coelho, e os vogais Afonso José Martins, Delfim José de Sousa Lamy, dr. Domingos Lopes Fidalgo, José de Oliveira Lopes e dr. Pedro Chaves.

2.º – Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (1913-1915)

Foi também eleito *provedor*, a 4 de Julho de 1915, para 1916-1918, mas declarou que não podia aceitar o cargo.

3.º – José de Pinho Saramago (7/10/1915-1918)

Nasceu em Ovar, a 22 de Janeiro de 1866, filho de Manuel Pinho Saramago e de

José de Pinho Saramago. 1866-1954
In: *Santa Casa da Misericórdia de Ovar*

Juliana Rosa Saramago, e casou pela 2.ª vez com Alzira de Sousa Ribeiro Saramago (†1942), natural da cidade de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Sócio fundador da importante firma comercial Saramago, Fonseca & C.ª, de Niterói, faleceu com 88 anos, a 11 de Agosto de 1954, na Rua Visconde de Ovar. Um pouco antes de 1930, o casal resolveu voltar para Ovar.

O casal José/Alzira teve os seguintes filhos:

- Alberto Ribeiro Saramago (1909-†1973)
- Irene Ribeiro Saramago Bonifácio, que casou com José da Silva Bonifácio (1905-†1988).
- Laura Ribeiro Saramago Sousa Lamy, que casou (1931) com o dr. José Afrânio de Sousa Lamy (1906-†1999).
- Dr. Mário de Pinho Saramago (1902-†1973), que chegou a Almirante na Marinha do Brasil.
- Olga Ribeiro Saramago Coimbra, que casou com Manuel Coimbra Júnior, sócio da firma conserveira Brandão & C.ª Ld.ª (1908-†1986).
- Dr. Óscar de Pinho Saramago (1904-†1990).

4.º – Dr. António Baptista Zagalo dos Santos (1919-1921)

5.º – Dr. Domingos Lopes Fidalgo (3/7/1921-1927)

Desde 22 de Fevereiro de 1928 ocupa o cargo, temporariamente, na ausência deste *provedor* efectivo, o major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu.

6.º – Dr. João Baptista Nunes da Silva (21/3/1928)

7.º – Dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (30/4/1928)

Tomou posse do cargo de *provedor* novamente a 16 de Junho de 1928. Foi vice--provedor desde 6 de Maio desse ano o dr. João Baptista Nunes da Silva, o *provedor* antecedente.

8.º – Francisco Augusto Marques da Silva (23/12/1928)

Foi vice-provedor Francisco Gomes Ramada, que ocupará o cargo de *presidente da comissão administrativa* de 1946 a 1950.

9.º – Manuel Pacheco Polónia (27/1/1929)

10.º – Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis (8/3/1929)

Desde 19 de Junho de 1929 esteve em exercício o vice-provedor José Maria Rodrigues Figueiredo em virtude do *provedor* ter abandonado o lugar.

11.º – José Maria Rodrigues Figueiredo (17/11/1929-1930)

Negociante, nasceu a 31 de Dezembro de 1870, filho de José Rodrigues Figueiredo e de Maria de Oliveira, de Ponte Reada, tendo casado com Maria Gomes Polónia Figueiredo (†1947, com 78 anos), tia de Manuel Pacheco Polónia, que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar, e de Augusto da Costa e Pinho. Foi um dos fundadores do partido republicano local, mas, em 1911, esteve preso como conspirador aquando do *complot* monárquico. Foi vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal na ditadura de Pimenta de Castro (1915), aderiu (1919) ao Partido Republicano Liberal, e exerceu, por três vezes, o cargo de Provedor da Misericórdia (7/11/1929-1930, 14/9/1932-1933 e 4/2/1938-1946).

Faleceu, a 8 de Outubro de 1957, na Praça da República, com 85 anos.

Teve 3 filhos: José Polónia Figueiredo (†1974), que casou com a professora do ensino básico Maria Benilde Soares Resende (†1986), e foi vereador da Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, de 1955 a 1959 (este casal teve dois filhos: José Freire Figueiredo, que casou com Blanca Lopes Mosqueira Figueiredo, e dr. Renato Freire Figueiredo); Alda Polónia Figueiredo, que casou com João Frazão Figueiredo; e Judite Polónia Figueiredo Morais Sarmento, que casou com José Morais Sarmento.

José Maria Rodrigues Figueiredo. 1870-1957

Teve como vice-provedor Júlio Pereira Vinagre, natural de Ovar, filho de Manuel Pereira Vinagre e de Margarida Gomes, que casou com Maria do Espírito Santo Soares Vinagre (†1934), e faleceu a 4 de Junho de 1960, com 84 anos, na Rua dr. José Falcão.

Aderiu à República e foi membro do Partido Republicano Liberal.

12.º – Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis (19/3/ 1931)

Pela 2.ª vez *provedor*. Foram vice-provedores os padres José Maria Maia de Resende e António Sanfins Pinto dos Santos.

O padre Sanfins, filho de António Pinto dos Santos e de Ana do Espírito Santo, rezou a sua 1.ª missa a 3 de Agosto de 1902, falecendo a 30 de Julho de 1959, com 82 anos, no hospital.

13.º – José Maria Rodrigues Figueiredo (14/9/1932-1933)

Pela 2.ª vez dirige a Misericórdia, ora como *presidente da comissão administrativa.*

14.º – Manuel Gomes Neto (6/11/1934)

15.º – Manuel Pacheco Polónia (25/1/1935-1937)

Pela 2.ª vez dirige a Misericórdia, ora como *presidente da comissão administrativa.*

16.º – José Maria Rodrigues Figueiredo (4/2/1938-1946)
Dirige pela 3.ª vez a Misericórdia, como *presidente da comissão administrativa.*
Foi vice-provedor Afonso José Martins Júnior.
17.º – Francisco de Oliveira Gomes Ramada (4/8/1946-1950)
18.º – José Vaz de Castro Sequeira Vidal (14/1/1951-1954)
Foi eleito *provedor* a 31 de Dezembro de 1950 e novamente a 10 de Janeiro de 1954, tomando posse no dia 31 deste mês.
Foi vice-presidente Manuel de Oliveira Gomes, o *Rabásio.*
19.º – Dr. Manuel Tarújo de Almeida (23/9/1954-1963)
Foi *presidente da comissão administrativa,* sendo vice-presidente o dr. Afonso Ferreira Martins, e foi eleito *provedor* a 14 de Junho de 1959, tomando posse do cargo a 3 de Julho desse ano e novamente a 1 de Julho de 1962. Abandonou o cargo em 1963, para ocupar o de Subsecretário de Estado do Orçamento, ficando então em exercício o vice-provedor José Augusto Ferreira Malaquias.
20.º – Carlos de Sousa Nunes da Silva (7/2/1966-1969)
Foi vice-provedor o dr. Eduardo Lamy Laranjeira.
21.º – Álvaro Marques da Silva Rola (26/2/1969-1972)
Foi vice-provedor Francisco José Correia de Almeida.
22.º – Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1/7/1972-1974)
Foi eleito *provedor* a 11 de Junho de 1972, sendo vice-provedor o dr. João da Silva Natária.
A 19 de Maio de 1974 a mesa que presidia pediu a demissão, suspendendo as funções a 31 de Julho desse ano; por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, de 19 de Agosto, foi afastado *de jure* das suas funções.

O Comendador Álvaro Rola. 1910-1998
In: O Povo de Cortegaça, *de Abril de 1995*

23.º – David Moreira de Almeida (27/8/1974-1977)
Nomeado, após o *25 de Abril, presidente da comissão administrativa.*
24.º – Dr. Leonardo Couto de Azevedo (29/5/1977-1978)
A 8 de Maio de 1977, realizaram-se as eleições para a mesa da Misericórdia, tendo concorrido três listas, presididas pelos cidadãos Leonardo Couto de Azevedo (lista *A*), Hernâni de Castro (lista *B*), e Manuel da Silva Borges (lista *C*). Votaram 199 dos 350 *irmãos*, vencendo a lista *A*, com 94 votos, seguida da lista *B*, com 61, e da lista *C*, com 44.
Todas as listas distribuíram pelo concelho o seu manifesto eleitoral.
A mesa eleita, de que fazia parte, pela primeira vez, uma *irmã* da Santa Casa, Maria Orócia Salvador Berenguel Verde de Pinho, tomou posse a 29 de Maio, no salão nobre da Misericórdia, totalmente cheio, e na presença do Governador Civil de Aveiro, dr. Manuel da Costa e Melo.
25.º – Brigadeiro Aníbal José Coentro de Pinho Freire (16/6/1978-1979)
Suspensa a mesa anterior eleita, tomou posse uma comissão administrativa da sua presidência.

A 29/1/1985, o Provedor Eduardo Moreira Duarte, à esquerda, na cerimónia comemorativa do 78.º Anivesário da Irmandade da Misericórdia, presidida pelo Bispo Auxiliar do Porto, D. Domingos de Pinho Brandão (no meio o dr. Manuel de Oliveira Dias).

26.º – Eduardo Moreira Duarte (31/12/1979)

Nasceu a 7 de Fevereiro de 1934, na freguesia de Burgo, concelho de Arouca, filho de Joaquim Tavares Duarte e de Júlia Moreira Duarte, tendo casado, a 9 de Junho de 1957, com Ália do Céu Sousa Brito, natural também daquela freguesia.

Foi presidente da direcção da Associação Desportiva Ovarense e do Orfeão de Ovar.

Durante a sua provedoria, foi inaugurado o *Centro de Bem-Estar Social*, a 25 de Setembro de 1983, e comemorado o *75.º Aniversário da Irmandade da Misericórdia de Ovar*, a 29 de Janeiro de 1985.

Orlando Santos.

Foi vice-provedor Orlando Soares dos Santos, que nasceu em Travanca, concelho de Santa Maria da Feira, a 13 de Agosto de 1935, filho de Manuel Soares dos Santos e de Albina Gomes dos Santos, e casou, a 23 de Abril de 1960, com Maria Ângela Correia de Sá.

27.º – Dr. Manuel de Oliveira Dias (6/11/1988)

Foi eleito vice-provedor Adelino Lopes de Almeida, que nasceu em Seiça, Vila Nova de Ourém, a 30 de Janeiro de 1940, filho de António de Almeida e de Aurora de Jesus, e casou (1964) com Maria do Carmo Simões Loureiro.

Adelino Lopes de Almeida.

Chefe distinto dos serviços administrativos do hos-

pital (de 1972 a 6 de Março de 1996), durante cerca de 25 anos, foi vereador *social-democrata* na Câmara presidida pelo dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1983-1985), e vice-presidente da direcção política do PSD.

9. *Beneméritos da Misericórdia*

Entre os inúmeros beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Ovar é de toda a justiça salientar os seguintes:

– O Primeiro de Janeiro

Entregou à Misericórdia a quantia de 106.825$20, produto da subscrição por ele iniciada a favor das vítimas do incêndio ocorrido na praia do Furadouro no dia 15 de Março de 1925, com a obrigação da associação mandar construir um pavilhão para doentes pobres, junto do seu hospital, com preferência para os pescadores daquela praia, denominado – o *Pavilhão da cidade do Porto – Iniciativa do jornal «O Primeiro de Janeiro»*.

A ideia teve início numa proposta do dr. Alberto Tavares para que o produto da subscrição para as vítimas do incêndio do Furadouro fosse aplicado na construção do 3.º pavilhão do hospital da Misericórdia, atendendo a que já não era necessário para o primitivo fim, dado que o número de sinistrados extremamente pobres não fora tão elevado como inicialmente se supusera e as casas construídas e a construir eram suficientes para acudir às necessidades.

– Alexandre de Sá Pinto

O legado à Misericórdia de Ovar foi inicialmente computado em mais de 1.000.000$00.

– Família Soares Pinto

Grande benemérito da Misericórdia, contemplou esta associação humanitária com cerca de 15.000.000$00.

A herança do dr. Joaquim Soares Pinto originou um dos casos (1928-1930) mais apaixonantes da história local.

Manuel Soares Pinto, que instituiu a Misericórdia herdeira da sua avultada fortuna, computada em 1948 em 10.000.000$00, foi um dos 68 sócios fundadores desta associação.

Rosa de Oliveira Soares Pinto, sua irmã, instituiu a Misericórdia sua única e universal herdeira.

No dia 13 de Julho de 1952 a Misericórdia recordou esta família, em sessão solene, inaugurando então um busto em bronze do escultor mestre Sousa Caldas, assente num pedestal de granito no átrio do hospital, dum dos seus componentes – Manuel Soares Pinto.

– Manuel Gomes Neto

Provedor da Misericórdia em 1934, deixou a quota disponível dos seus bens (metade) à Misericórdia e para princípio de pagamento da referida quota o prédio misto denominado *Quinta de S. Tomé*, no Largo Mousinho de Albuquerque e na Rua Luís de Camões.

– *José Augusto Ferreira Malaquias*

Foi vice-provedor da Misericórdia, tendo mobilado à sua custa dois andares do novo hospital da associação. Deixou à Santa Casa dois terrenos para construção no Furadouro e uma quota, com o valor de 1.000.000$00, e respectivos suprimentos, na Sociedade de Cristais, Limitada, do Porto.

Sua mulher, Raquel Ferreira Malaquias, ofereceu à Misericórdia a importância de 100.000$00 para a instalação do serviço de pediatria do hospital.

Entre as grandes propriedades legadas à Misericórdia destacaremos: a *Quinta dos Pelames* (dr. Gonçalo Huet de Bacelar), a *Quinta de S. Tomé* (Manuel Gomes Neto), a *Quinta do Cruzeiro* (dr. Joaquim Soares Pinto), em Válega, a *Quinta da Mónica ou do Boco* (Manuel Soares Pinto), em Vagos, e a *Quinta da Bairrada*, em Ancas, Anadia.

O jornal religioso *O Cristianismo* (de 6 de Março a 6 de Junho de 1910)

Da folha religiosa *O Cristianismo*, sob a direcção nominal de Manuel Lopes Guilherme, saiu o 1.º número a 6 de Março de 1910, datando o último de 6 de Junho.

Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), «a pedido do seu proprietário, Plácido Augusto Veiga, nos bastidores, dirigiu-o, de facto, o Reverendo António Dias Borges, orador sagrado, dos mais reputados na sua geração e nos arredores de Ovar», e que faleceu a 12 de Agosto de 1915, com 38 anos de idade.

ANNO I — OVAR, 6 de Março de 1910 — NUMERO 1

O Christianismo

JORNAL RELIGIOSO

FÉ — ESPERANÇA — CARIDADE

Assignatura: Ovar (anno)....... 600 reis; Pelo correio....... 700 »; Redacção e Administração, R. da Graça — Ovar

Director — Manuel Lopes Guilherme; Proprietario e Adm.or — Placido Augusto Veiga; Composição e impressão, Typ. «Ovarense» — Rua da Graça — OVAR

Annuncios: Por cada linha....... 50 reis; Repetição....... 25 »; Acceita-se collaboração desde que seja religiosa.

Tiragem 1:000 exemplares

EXPEDIENTE

A todos os cavalheiros e senhoras, que teem por diadema-sacrosanto a aureolar-lhes a fronte: o padrão da «Virtude e da Religião!» — dogmas tão sublimes e redemptores, d'onde irradiam fócos de luz com intenso brilho a innundar a alma pura e limpida dos bons christãos, guiando-os sempre na redempção da Fé, da Esperança e da Caridade, symbolo augusto de magestosa grandeza!... — e a quem hoje ouzamos remetter o nosso jornal, pedimos com toda a urbanidade a sua assignatura, que é bastante modica e equitativa a todas as bolsas, para assim nos ajudarem n'este emprehendimento tão arduo como espinhosissimo em que nos propômos seguir, como é — o trabalhar pelo sublime ideal do Bem no caminho da Fé e da Religião —; sim em prol d'essa radiosa doutrina do Divino Nazareno, que no mundo derramou torrentes e torrentes de luz sanctificadora e balsamos preciosissimos na redempção do genero humano.

A todos, pois, que nos ajudarem n'esta santa cruzada christã, a empreza do «Christianismo» aqui já testemunha a sua penhorante e viva gratidão; e aos que de todo em todo nos não queiram ajudar a levar até ao Calvario a pezada cruz dos nossos sacrificios, pedimos que nos devolvam o presente numero no praso de cinco dias, pois não o fazendo, a empreza os inscreverá com honra no numero dos seus bondosos subscriptores.

O nosso jornal irá sahindo de 4, 6, 8 e mais paginas e de vez em quando será illustrado, isto conforme o acolhimento e protecção que lhe dispensarem os seus bondosos assignantes e quando a abundancia de originaes assim o permitta.

A EMPREZA.

DUAS PALAVRAS

Vê hoje a luz da publicidade o «Christianismo», semanario que ao desfraldar a sua bandeira deixa vêr bem legiveis estas palavras — *Deus e Patria*.

São dois nobilissimos sentimentos que sempre caracterisaram os ovarenses que se prezam de o ser; são dois sentimentos grandiosos que palpitam nos corações crentes e amigos do bem; são dois elevados sentimentos que ennobrecem e sublimam o coração do homem verdadeiramente religioso e patriotico, e são estes os sentimentos que, acreditamos, exornam os caros leitores a quem pela primeira vez nos dirigimos saudando-os effusivamente. Inexperientes, sem dotes jornalisticos e alheios á politica, desejamos tão sómente ser fieis ás nossas crenças diffundindo quanto em nós caiba a verdade e o esplendor da religião de Jesus Crucificado. Queremos o desenvolvimento da intelligencia isenta de preconceitos na in-

O Cristianismo, *de 6 de Março de 1910.*

O Administrador do Concelho
Isaac Júlio Fonseca da Silveira (Julho de 1910)

Filho do dr. João José da Silveira, conhecido pelo *dr. João das Luzes*, o *dr. João Semana* de JÚLIO DINIS, e de sua mulher Luísa Ludovina Fonseca da Silveira (ou Maria Ludovina Fonseca da Cunha e Silveira), neto paterno de Damião José da Silveira, tenente de milícas, e de Ana Rosa do Paraíso, casou com Rita Gomes da Silveira (†1931), filha de Manuel Gomes da Costa e de Rosa Salvador Gomes.

Farmacêutico, secretário da Administração do Concelho (1891-1904), a 5 de Janeiro de 1908 foi eleito um dos 5 membros da comissão executiva do partido *regenerador* local e quando se verificou a cisão Campos Henriques aderiu à facção *vilhenista*, depois *sousista* ou *teixeirista*.

Foi um dos 68 fundadores da Misericórdia e a 13 de Novembro de 1910 passou a ser director d'*A Discussão*. Foi o último Administrador do Concelho na Monarquia, tomando posse como *interino* em Julho de 1910, no ministério Teixeira de Sousa.

Isaac Júlio Fonseca da Silveira.

Aderindo à República em 1910, foi nomeado pela 2.ª vez Administrador do Concelho em 1915, no governo republicano conservador, de feição militar, levado ao poder pelo *Movimento das Espadas*, da presidência de Pimenta de Castro, pelo que abandonou os cargos de director e proprietário d'*A Discussão*. Pouco tempo foi *evolucionista* e acompanhou o general Pimenta de Castro. Desaprovando a dissolução da Câmara Municipal passou para os democráticos que o fizeram, após a Revolução de 14 de Maio de 1915, pela 3.ª vez Administrador do Concelho.

Foi, então, Administrador *democrático* até ao *dezembrismo* quando, na contigência de ser exonerado do cargo, pediu a sua exoneração em 1917.

Foi, ainda, pela 4.ª vez, Administrador do Concelho *democrático* de 1924 a 1926, o último da primeira República.

Nomeado como efectivo para a comissão política do P.R.P. em Ovar para o biénio

de 1925-1926, o directório do mesmo partido nomeou-o em 1931 um dos cinco membros da comissão encarregada de orientar e dirigir a política partidária no concelho.

Faleceu a 8 de Fevereiro de 1934, na sua casa das Luzes.

A vida política de Isaac Júlio Fonseca da Silveira pode ser dividida nas seguintes fases:

- *regeneradora vilhenista* 1907-1910
- regeneradora *teixeirista* 1910
- *republicana* 1910-1915
- *evolucionista* 1915
- *democrática* 1915-1926

A primeira sociedade cooperativa (1 de Agosto de 1910).
Hugo Colares Pinto e Manuel Regueira Leite

Nas sociedades cooperativas, cuja característica principal é a *cooperação dos sócios*, dois dos objectivos mais procurados são o consumo de géneros alimentícios e a construção de habitações económicas.

Na cidade de Ovar foram criadas as seguintes cooperativas:

Anos de fundação	Cooperativas
01/08/1910	*Panificadora - Cooperativa de Panificação* (de Agosto de 1910 a Novembro de 1915)
25/12/1917	*Cooperativa União Familiar Ovarense* Aberta de 1 de Março de 1918, na Rua Alexandre Herculano até Julho de 1920, por iniciativa d'*A Pátria* e de Manuel Rodrigues Leite. Foi presidente da assembleia geral desta cooperativa de crédito e consumo, fundada em consequência da primeira Grande Guerra, o dr. Pedro Chaves.
18/02/1944	*Sociedade Cooperativa de Ovar, Limitada* Fundada em consequência da Segunda Guerra Mundial.
17/03/1971	*Cooperativa de consumo do pessoal de F. Ramada* Entrou em funcionamento a 31 de Dezembro de 1970, com 662 sócios.
12/03/1976	*Habitovar - Cooperativa de habitação económica de Ovar* Com sede na Rua Cândido dos Reis, 67.
14/05/1976	*Cercivar- Cooperativa para educação e reabilitação de crianças inadaptadas de Ovar* Com sede na Rua Luís de Camões, n.º 15

06/01/1977	*Cooperativa agrícola do concelho de Ovar* Com alvará de 24 de Março.
25/01/1977	*Cooperativa de consumo dos trabalhadores da Rabor* Com sede no lugar de S. João.
16/06/1980	*Culturalcoop – Cooperativa de actividades culturais*
25/04/1982	*Sem Margem – Cooperativa cultural de Ovar* Com o seu quinzenário *Terras do Var*, a 25/2/1983.
31/12/1987	*Cooperativa Antena Vareira*
10/11/1989	*Cooperativa de Habitação e Construção* *São Cristóvão de Ovar*

Constituiram-se, assim,
– na Monarquia 1
– na Primeira República 1
– no Estado Novo 2
– na Segunda República 8

Dois cidadãos notabilizaram-se no cooperativismo – António Hugo da Cruz Colares Pinto (1931-1995), e Manuel Regueira de Oliveira Leite.

Hugo Colares Pinto, Presidente da *Habitovar* – Cooperativa de Habitação Económica de Ovar (constituída a 12 de Março de 1976), foi membro do Secretariado Nacional das Cooperativas de Habitação, e Presidente da Assembleia Geral da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação – FENACHE.

Manuel Regueira Leite.

Técnico de radiologia no Hospital de Ovar (até 1972) e no Hospital de Portimão, Manuel Regueira Leite nasceu em Ovar, a 3 de Fevereiro de 1933, filho de António de Oliveira Leite e de Maria José Gomes dos Santos Regueira.

As eleições de 1910 e o declínio do partido republicano. A lista da vila idealizada pelo *Regenerador Liberal* (1910)

A 19 de Fevereiro de 1908 regressou ao exercício das suas funções, em harmonia com o decreto de 15 do mesmo mês, a Câmara *progressista* presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, tendo agora como vice-presidente João Marques Cantinho em substituição do Abade Caetano Fernandes.

A 30 de Novembro do mesmo ano tomou posse nova Câmara *progressista*, da mesma presidência e vice-presidência, que se manteria no poder até ao Cinco de Outubro de 1910.

O partido *progressista*, que tinha uma enorme força eleitoral no concelho nos últimos anos da Monarquia, aliás como em todo o distrito de Aveiro, não dava nas elei-

ções camarárias ou para deputados qualquer veleidade aos outros partidos locais: o moribundo partido *regenerador*, os fraquíssimos partidos *republicano* e *progressista* dissidente e o impopular partido *regenerador liberal*.

Após o dr. Manuel Arala, o dr. Joaquim Soares Pinto era o novo *soba*, o segundo político a deter nas suas mãos todo o poder eleitoral do concelho. Avarento na vida particular, também o foi nos negócios camarários, aferrolhando dinheiros públicos de que os republicanos se aproveitariam.

Entre 1908 e 1910 os republicanos locais puderam fazer livremente a sua propaganda contra as instituições monárquicas, através da imprensa (*A Pátria*), de manifestos e comícios, tendo as eleições que se efectuaram no concelho de Ovar sido sérias e correctas, segundo o seu próprio testemunho.

A 28 de Agosto de 1910 realizaram-se eleições para deputados, no ministério de António Teixeira de Sousa, pertencendo o concelho de Ovar, com 5 assembleias eleitorais (Arada, Esmoriz, Ovar *nascente* – S. Miguel, Ovar *poente* – Paços do Concelho, e Válega), ao círculo plurinominal n.º 7 (Aveiro).

Num manifesto distribuído pela comissão municipal republicana aos eleitores do concelho de Ovar afirmava-se que «dar o voto a progressistas ou regeneradores é, nem mais nem menos, fazer causa comum com o latrocínio, sancionar a imoralidade, defender o roubo». A comissão paroquial de Válega distribuiu, também, um manifesto ao povo desta freguesia e ao da freguesia de S. Vicente. O dr. Pedro Chaves absteve-se de intervir no acto eleitoral.

O governo, que em Ovar era defendido pelos *teixeiristas* d'*A Discussão* e pelos *progressistas dissidentes* do dr. Francisco Fragateiro, perdeu a *maioria* e a *minoria* a favor da oposição, constituída pelos *progressistas*, *franquistas* e *regeneradores* de Campos Henriques e Júlio de Vilhena.

O partido republicano local obteve menos 5 votos que nas eleições camarárias de 1908 e menos 18 que nas eleições para deputados do mesmo ano, embora tivesse aumento de votos na assembleia da Praça. Era um facto indiscutível – o partido republicano estava em declínio em Ovar em 1910!

Votos favoráveis ao partido republicano no concelho

Arada	1 voto
Esmoriz	4 votos
Ovar *nascente*	21 votos
Ovar *poente*	32 votos
Válega	22 votos
Total	**80 votos**

A 29 de Setembro de 1910 o *Regenerador Liberal* advogou a ideia de se eleger uma câmara de acordo com todos os partidos, o que foi considerado viável pela *Discussão* e pelo regenerador *teixeirista* capitão Marrecas que a expôs n'*A Pátria*. Con-

trário, foi o órgão progressista local, dado que «essa ideia representa um agravo a todos os partidos do concelho, pois é o mesmo que reconhecer, que nenhum deles dispõe de homens de carácter íntegro e capazes de administrarem o município», só podendo «defender tal *lista da vila* um partido, que não queira entrar numa luta leal e franca, para não mostrar a sua fraqueza, e não sofrer uma derrota, que lhe pareça vergonhosa» (*Jornal de Ovar*, de 2 de Outubro de 1910).

A *lista da vila*, idealizada pelo *Regenerador Liberal*, era constituída pelos seguintes cidadãos que formariam uma câmara mista:

Afonso José Martins .... regenerador-franquista
A. Francisco de Almeida (*Esmoriz*) .... –
António de Oliveira Melo .... republicano moderado
Celestino Soares de Almeida .... republicano moderado
Francisco António de Pinho (*S. Vicente*) .... progressista
João Ferreira Coelho .... regenerador
Dr. João Maria Lopes .... regenerador
Dr. João de Oliveira Baptista .... progressista
Dr. José António de Almeida .... regenerador-franquista
José Pinho da Cruz (*Válega*) .... republicano
Lino Pereira Leça (*Esmoriz*) .... progressista
Dr. Lourenço de Almeida Medeiros .... regenerador

A 18 de Novembro de 1908 a Câmara resolveu dar do cofre municipal a quantia de 30$000 reis para a deslocação do seu Presidente, dr. Joaquim Soares Pinto, a Aveiro para tomar parte no jantar ao Rei D. Manuel II. A 16 de Dezembro a Câmara mandou pagar essa quantia e mais 35$000 reis da música de Luís Augusto de Lima que se deslocou também à capital do distrito aquando da visita régia. Estes actos foram criticados pela *Pátria*.

As Escolas Oliveira Lopes (2 de Outubro de 1910) – os irmãos José e Manuel José de Oliveira Lopes

Na sessão camarária de 29 de Janeiro de 1908 foi presente um ofício do subinspector escolar José de Castro Sequeira Vidal comunicando que José de Oliveira Lopes e seu irmão Manuel José de Oliveira Lopes, do lugar do Cadaval, da freguesia de Válega, ofereciam-se para custear todas as despesas com a construção dum edifício para as escolas oficiais e habitação dos respectivos professores dessa freguesia, pelo que pedia a cedência gratuita do terreno necessário para aquela construção que, concluída, seria oferecida ao Estado pelos citados beneméritos.

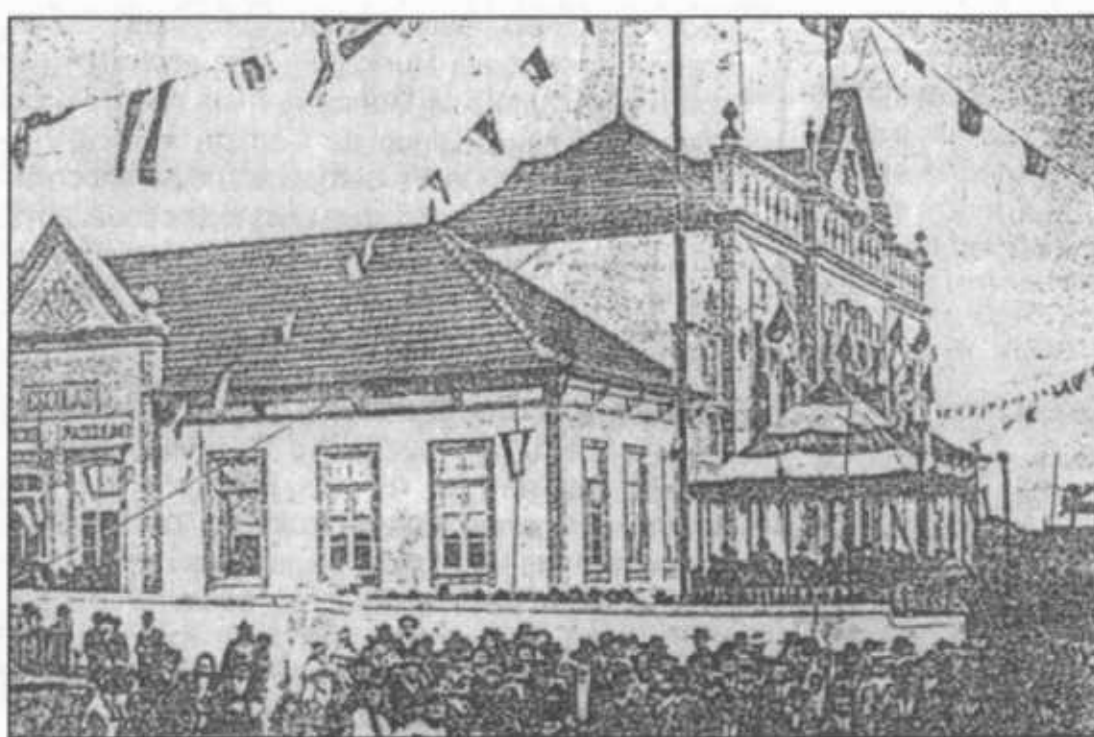
A comissão administrativa municipal, da presidência do conselheiro Caetano Fernandes, Abade de Válega, deliberou por unanimidade ceder no Largo do Souto, daquela freguesia de Válega, todo o terreno necessário para a mencionada edificação.

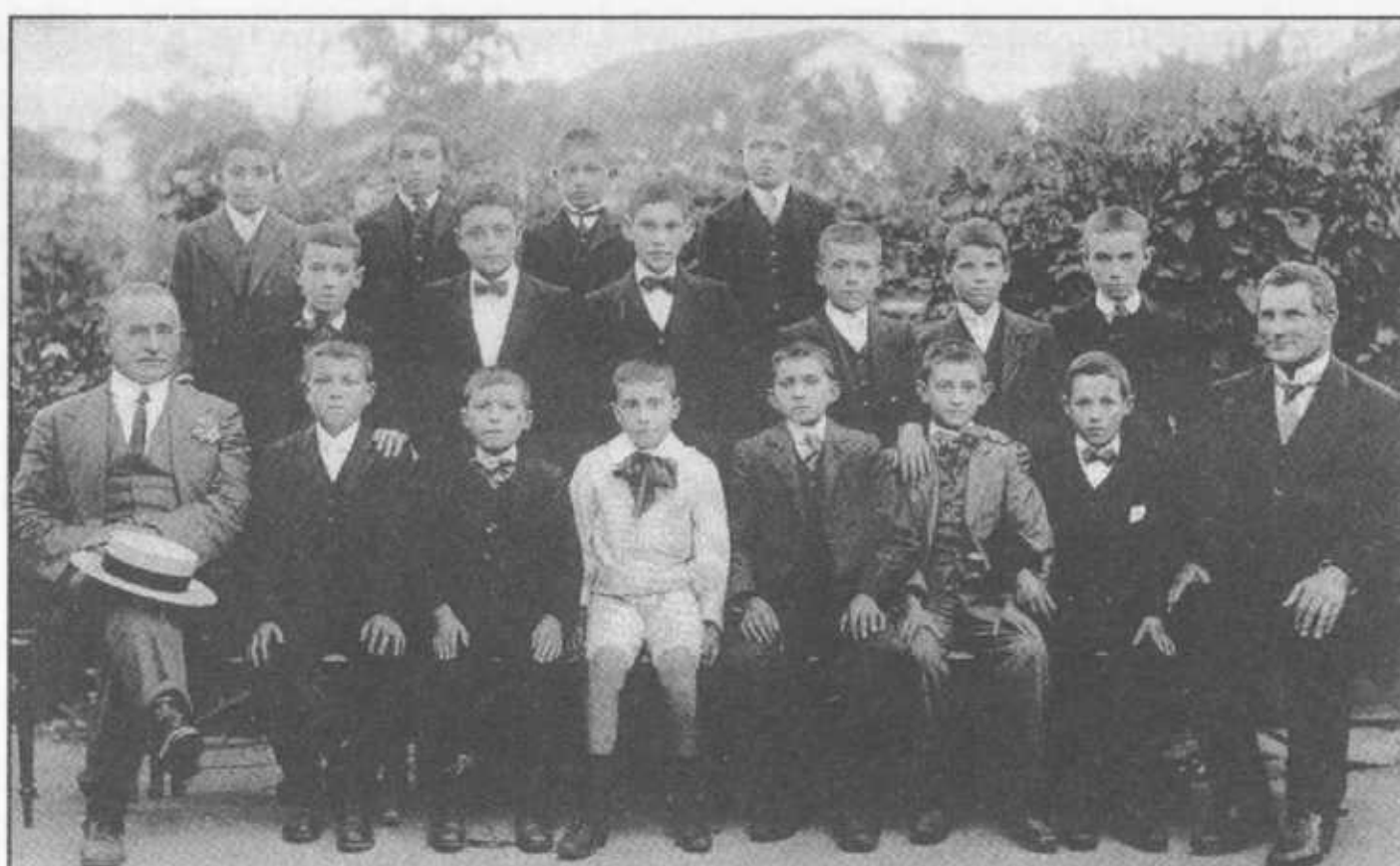
O edifício grandioso – uma das melhores escolas primárias do País no seu tempo

– foi inaugurado festivamente a 2 de Outubro de 1910 e a festa, dado José e Manuel José de Oliveira Lopes terem sido fundadores do partido republicano em Ovar, assinando a sua primeira circular a 16 de Janeiro de 1907, tomou carácter nitidamente republicano, como a adivinhar a revolução que no dia seguinte – 3 de Outubro – iria eclodir em Lisboa.

As Escolas Oliveira Lopes teriam sido edificadas sob a superior orientação do padre António Maria de Pinho, de Avanca.

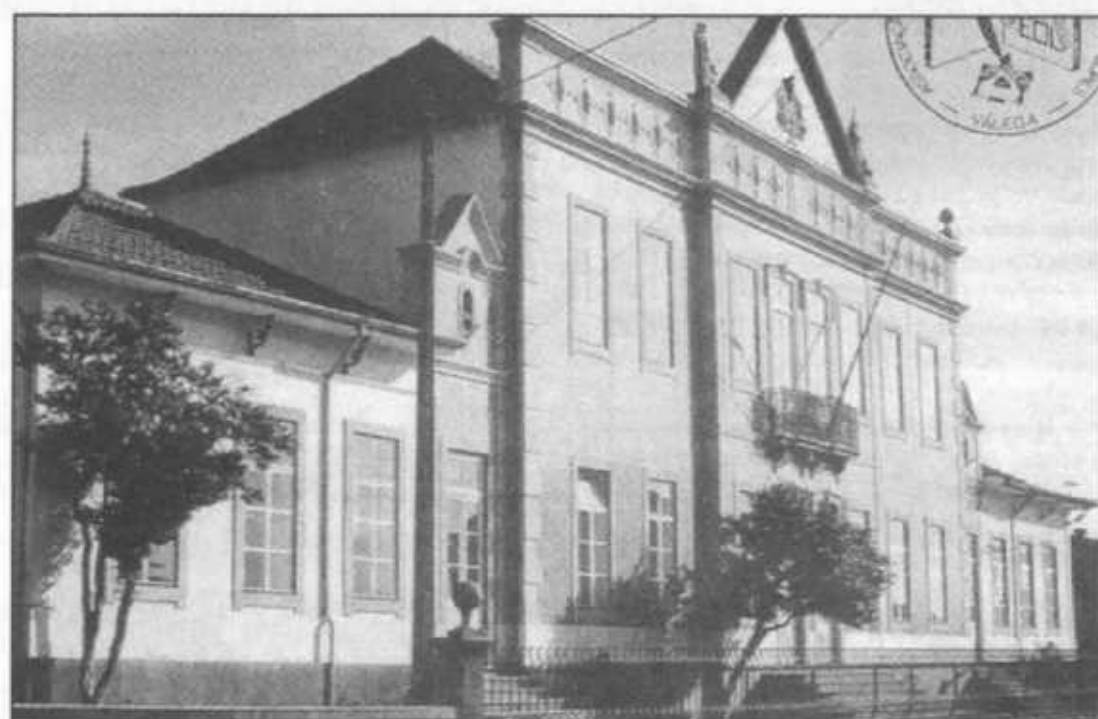
A festa inaugural teve a seguinte composição: torneio de tiro aos pombos; homenagem das comissões republicanas, com a leitura duma mensagem em pergaminho pelo presidente da comissão municipal republicana de Ovar, António Valente de Almeida, oferta das comissões municipal e paroquiais republicanas de Ovar e Válega; sessão solene presidida pelo Governador Civil do distrito e em que falaram, além do governador, A. Cardoso, dr. Egas Moniz, dr. Joaquim Soares Pinto, então Presidente da Câmara Municipal, dr. José António de Almeida, José de Castro Sequeira Vidal, José Maria Marques de Oliveira Reis e José de Oliveira Lopes; e um banquete em que discursaram o Governador Civil, dr. António dos Santos Sobreira, o professor oficial Domingos Matos, dr. Egas Moniz, Frutuoso Lopes Rodrigues, dr. Joaquim Soares Pinto, dr. José de Abreu, José de Castro Sequeira Vidal, dr. Pedro Chaves, dr. Salviano Pereira da Cunha e José de Oliveira Lopes, tendo sobressaído os discuros proferidos pelos drs. Egas Moniz e Pedro Chaves.

Terminada a sessão solene, procedeu-se na sala da escola do sexo masculino à assinatura da escritura de doação feita ao Estado pelos irmãos Oliveira Lopes do estabelecimento e mobiliário escolar no valor de 17.000$000 reis.

As Escolas Oliveira Lopes no dia da inauguração.
In: *Jornal de Válega*, de 10/10/1991.

No dia 12 de Outubro de 1913 chegou a Ovar, acompanhado do inspector escolar de círculo José de Castro Sequeira Vidal e do então estudante de medicina João Baptista Nunes da Silva, o Ministro da Instrução dr. António de Almeida Sousa Júnior, lente de medicina no Porto, que se hospedou na casa do primeiro. No dia seguinte, este ministro deslocou-se a Válega, visitando as Escolas Oliveira Lopes e as-

Válega, 1913 – Alunos e professores das Escolas Oliveira Lopes (o aluno de branco é o José Eduardo de Sousa Lamy).

sistindo à distribuição dos prémios aos alunos, sendo saudado pelo estudante José Eduardo de Sousa Lamy, mais tarde médico e Presidente da Câmara Municipal do concelho de Ovar.

A 16 de Setembro de 1956 foi inaugurada a *cantina escolar de Santa Maria de Válega*, anexa às Escolas Oliveira Lopes, doada pelos beneméritos Manuel Alves de Oliveira Lopes e António Maria Augusto da Silva, bem como um parque infantil. Em 1999, foi aberto ao público o *Museu Escolar Oliveira Lopes*.

António Maria Augusto da Silva nasceu em Válega, a 18 de Outubro de 1890, tendo sido agraciado, em 1945, pelo governo com as insígnias da ordem de benemerência e filantropia, com o grau de *comendador*. Este benemérito, que transformou a Igreja matriz da sua terra natal e possibilitou a construção da avenida-parque no centro de Válega, veio a falecer no Porto, a 20 de Dezembro de 1963, com 73 anos.

Escola Irmãos Oliveira Lopes.
In: *Válega. Vila há 12 anos*

Válega pode orgulhar-se de José e Manuel José de Oliveira Lopes, dois cidadãos que foram grandes beneméritos quer na freguesia da sua naturalidade quer na sede do concelho de Ovar.

Filhos dos lavradores Manuel de Oliveira Lopes e Rosa Duarte Pereira, muito cedo partiram para as terras de Santa Cruz, rumo à *árvore das patacas*. E no Brasil, a custa do trabalho, grangearam uma fortuna, a importante casa comercial Oliveira Lopes Silva, Limitada, no Rio de Janeiro.

Regressaram a Válega *em meio da jornada* da vida, com avultados rendimentos, trazendo também com eles os ideais republicanos e um enorme desejo de combate sem tréguas ao analfabetismo.

José e seu irmão Manuel José pertenceram, como referimos, ao grupo dos 21 democratas que, em Janeiro de 1907, iniciaram os trabalhos para a fundação duma Comissão Municipal Republicana em Ovar. Com excepção dos irmãos Oliveira Lopes, de Válega, todos os demais cidadãos fundadores do Partido Republicano de Ovar são naturais ou residentes nesta cidade.

Os irmãos Oliveira Lopes foram, principalmente, grandes beneméritos da instrução. O seu propósito de combate ao analfabetismo, o seu amor à instrução, deve ter como causa remota a propaganda do partido republicano brasileiro. Propósito cimentado com o regresso a Portugal e a filiação no Partido Republicano de Ovar.

Republicano *histórico*, José de Oliveira Lopes partiu com 13 anos para o Brasil, regressando a Válega, em 1893/1894, com 44 anos, após 31 anos de um labutar constante, e levou o resto da sua vida a distribuir uma parte avultada dos seus rendimentos pelos pobres e em obras de utilidade pública.

José de Oliveira Lopes. Foto de Ricardo Ribeiro
In: Almanaque de Ovar *para 1914*

Desde a fundação do P.R.P. em Ovar, José de Oliveira Lopes acompanhou e serviu sempre o partido republicano, sem nunca esmorecer:

1907. Efectivo da 1.ª comissão municipal republicana.

1909. Efectivo da comissão paroquial republicana de Válega.

1910. Após a proclamação da República, foi um dos sete vereadores da Comissão Municipal Administrativa *democrática* da presidência do dr. Pedro Chaves (10 de Outubro de 1910-1913).

1911. Quando da eleição presidencial de Agosto de 1911 que dividiu o grande partido republicano em dois grupos, um moderado e outro radical, seguiu os *radicais* do dr. Afonso Costa.

Efectivo do *centro republicano*.

1914. Vereador na Câmara *democrática* da presidência de Celestino Soares de Almeida (2 de Janeiro de 1914 a 23 de Abril de 1915, e desde 16 de Maio de 1915 a 2 de Janeiro de 1917).

Nesta câmara foi vereador da comissão executiva e vice-presidente desta (desde 10 de Novembro de 1914).

1915. Presidente eleito do Centro Republicano dr. Afonso Costa, inaugurado a 1 de Dezembro deste ano na Rua dr. Manuel Arala.

1917. Vice-presidente da comissão executiva na Comissão Administrativa *democrática* presidida por Celestino Soares de Almeida (1917-1918).

1918. Vereador na Câmara *democrática* da presidência do dr. Pedro Chaves (2 a 26 de Janeiro de 1918).
É, pela 1.ª vez, *Presidente da Comissão Executiva.*
Com a *República Nova*, com o consulado sidonista, José de Oliveira Lopes será *corrido* da Câmara Municipal.

1919. A 19 de Janeiro, Henrique de Paiva Couceiro restaura a Monarquia em todo o norte do País, e a 23 desse mês este regime é proclamado em Ovar. Os democráticos, e entre eles José de Oliveira Lopes, têm de emigrar para Aveiro, fugindo ao vandalismo monárquico.
De 13 de Fevereiro a 12 de Agosto é vice-presidente da Comissão Administrativa *democrática* presidida pelo dr. Pedro Chaves.
De 12 de Agosto de 1919 a 1922 é vereador duma Câmara *democrática* presidida pelo dr. Pedro Chaves, e, depois, a partir de 2 de Janeiro de 1921, por António de Oliveira Melo.
Nesta câmara é vice-presidente da comissão executiva.

1921. Efectivo da comissão municipal do P.R.P. – Partido Republicano Português – de Ovar.

1923. Vereador (desde 17 de Janeiro) da Câmara *democrática* presidida pelo dr. Albino Borges de Pinho, e da sua comissão executiva.
Nesta câmara é, pela 2.ª vez, *Presidente da Comissão Executiva*, de 2 de Janeiro de 1924 até à sua morte, ocorrida a 25 de Outubro desse ano.

José de Oliveira Lopes foi um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia e, talvez, o maior accionista da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar, sociedade a que se deve a inauguração, a 1 de Dezembro de 1913, da iluminação em Ovar.

A freguesia de Válega obteve de José e de seu irmão Manuel José contribuições para a transformação dos «velhos caminhos cortados pelo rodar dos carros» em boas estradas.

Com 74 anos, José de Oliveira Lopes veio a falecer, no lugar do Cadaval, de Válega, a 25 de Outubro de 1924. O seu funeral foi concorridíssimo – uma imponentíssima manifestação de pesar que teve a assistência de milhares de pessoas de todas as categorias sociais.

Na sessão extraordinária da comissão executiva, de 26 de Outubro de 1924, convocada pelo vice-presidente José Rodrigues Figueiredo para resolver a forma de prestar as devidas homenagens fúnebres, depois de enaltecidas as qualidades e virtudes, o carácter, os serviços prestados ao município, a dedicação e boa vontade, os actos de generosidade, filantropia e benemerência que praticou a favor dos desprotegidos da sorte e da instrução, deliberou a comissão executiva:

«1.º – Exarar na acta desta sessão um voto de profundo e agradecido pesar pela perda do seu presidente;

2.º – Conservar a bandeira a meia haste no edifício dos Paços do Concelho durante três dias;

3.º – Conservar encerradas as portas da Câmara durante dois dias e semi-cerradas durante o resto da semana;

4.º – Incorporar-se toda a Câmara Municipal com o seu estandarte no préstito fúnebre;

5.º -Tomar luto oficial ao Município durante 15 dias».

Homem bondoso, desprendido, simples, afável, benemérito, sem ódio nem rancor, que não concitou ódios nem represálias (o próprio órgão católico local, o *João Semana*, denominou-o somente de *republicano enturrado*), conhecido pelo *Lopes do Cadaval*, teve uma vida exemplar de dignidade e de austeridade de carácter, de fidelidade ao seu ideário democrático, jamais atraiçoando as suas convicções.

A seu irmão, Manuel José de Oliveira Lopes, a política local quis recompensar-lhe o seu altruísmo, solicitando do governo um *viscondado – Visconde de Santa Maria de Válega* –, o que ele recusou terminantemente.

Proprietário do edifício do Grande Hotel do Casino de Espinho, veia a falecer, na sua casa do Cadaval, a 11 de Novembro de 1936.

Em testamento, legou 100 contos à Misericórdia de Ovar, 2 contos à Associação dos Bombeiros Voluntários, 4 contos aos pobres de Ovar e outros 4 contos aos pobres de Válega, e 10 contos à Junta de Freguesia de Válega, destinando-se o rendimento destes ao custeio das despesas de conservação do edifício escolar que erguera com seu irmão José.

A freguesia de Válega deu o nome de *Rua Irmãos Oliveira Lopes* a uma rua situada a nascente da E. N. n.º 109, junto ao Largo da Quinta e Rego.

Manuel José de Oliveira Lopes.

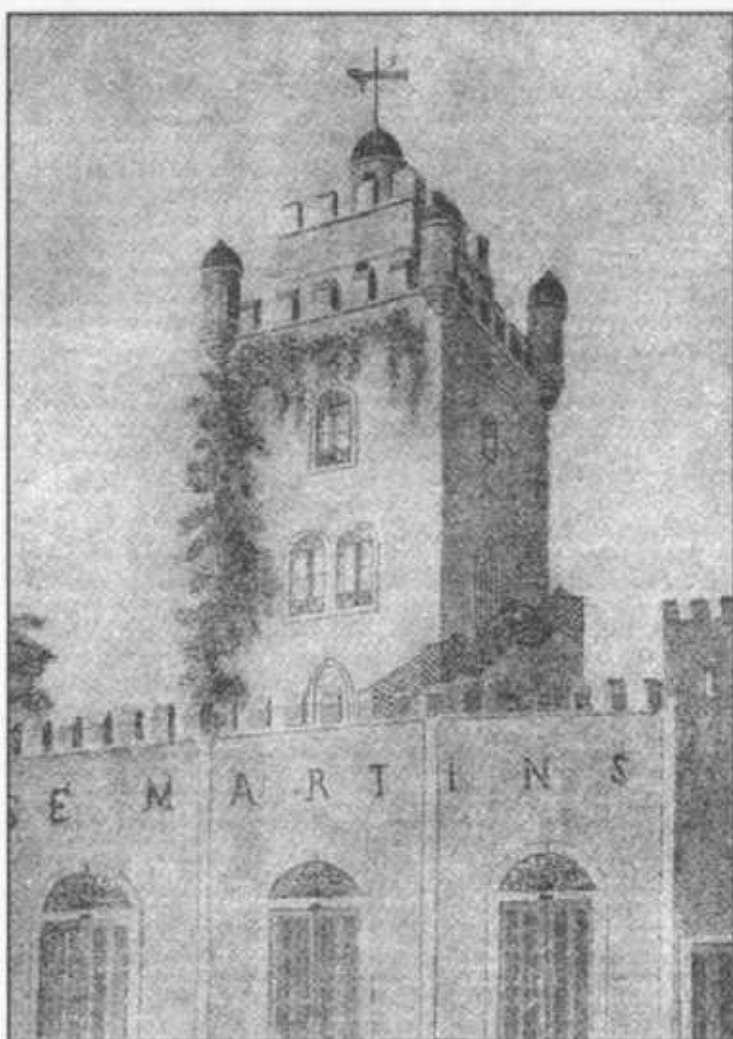
O torreão da Praça das Galinhas – a Família Martins

A *Família Martins* descende de António José Martins (S. João da Madeira, 1822--†1875) e de sua mulher Maria Rosa Dias (cerca de 1832 - †1874).

O filho deste casal, Afonso José Martins (1867-†1947), nasceu em S. João da Madeira, casou, a 27 de Janeiro de 1884, com Gracia Lopes dos Santos (1858-†1912), filha de Joaquim Dias de Carvalho e de Rosa Margarida Lopes dos Santos.

Sua mulher, orfã, viveu sob a protecção de seu tio José Maria Vinagre, o *ti Cavilha*, casado com Marquinhas Saborino, irmã do padre João de Oliveira Saborino (1822--†1905).

Afonso José Martins, que herdou avultada fortuna e política de seu tio, tornando-

O torreão de Afonso José Martins. In: Reis *de 1980*

-se abastado comerciante, foi o construtor na 1.ª década de 1900, do torreão da Praça das Galinhas (Largo de S. Tomé e, a partir de 1910, Largo Mousinho de Albuquerque).

Monárquico *regenerador*, veio a aderir à República em 1910.

O filho do casal Afonso José/Gracia, Afonso Martins Júnior, casou na Igreja matriz de Ovar, a 23 de Maio de 1910, com Maria Luísa Ferreira, filha do capitalista de Esmoriz, António Pinto Ferreira Júnior, e de sua mulher Rosa Ferreira da Silva.

Foi vogal-Administrador do Concelho (de 26 de Maio de 1930 a 1931, e de 14 de Abril de 1934), vice-presidente da Câmara Municipal em 1932 (desde 23 de Agosto e ainda desde 3 de Dezembro), e em 1934 (desde 17 de Novembro), e vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar.

O filho do casal Afonso José/Maria Luísa, o dr. Afonso Ferreira Martins, nasceu

Afonso Martins.

Dr. Afonso Ferreira Martins. 1912-1995

em Ovar, a 17 de Março de 1912, formou-se em medicina (1937), casou em Fátima, a 11 de Dezembro de 1943, com Maria Manuela Freire Fazenda Ferreira Martins († 1998), e faleceu a 21 de Dezembro de 1995, com 83 anos.

Foi Presidente da Junta de Turismo do Furadouro (de 15 de Fevereiro de 1939 a 1943), Presidente da direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários (1941-1943), vice-provedor da Misericórdia (desde 23 de Setembro de 1954), 1.º Presidente do Rotary Clube de Ovar, oficializado a 28 de Fevereiro de 1962, e vogal da comissão distrital da União Nacional (posse a 30 de Julho de 1965).

A maçonaria na monarquia liberal

Existindo em Portugal desde provavelmente 1727, a maçonaria conheceu grupos e cisões de vários tipos.

A 1.ª *loja maçónica* de Aveiro foi constituída no *vintismo* e, segundo MARQUES GOMES (*Aveiro Berço da Liberdade. O coronel Jerónimo de Morais Sarmento*, 1899), foi o desembargador Francisco Lourenço de Almeida «quem mais concorreu para a organização da *loja*».

O filho deste desembargador, o dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros, viveu em Ovar dezenas de anos, aqui se consorciando, a 21 de Outubro de 1916, com Clara de Oliveira Miranda de Almeida Medeiros.

Nesta *loja* de Aveiro foram *pedreiros-livres* o dr. João Nepumoceno da Silva Figueiredo, monteiro-mor de Ovar, e o dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa. O dr. João Nepumoceno foi correspondente das lojas espanholas em Elvas (1820); e o confrade da Loja Maçónica dos Santos Mártires de Aveiro, o médico dr. António Carlos de Melo, comandou em Ovar o Batalhão de Voluntários n.º 18, organizado pela *Junta Revolucionária do Norte*, aquando da Revolução Liberal de 1828.

O conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do primeiro Visconde de Ovar, foi *maçon* na *Loja José Estevão*, em 1869; e o oficial do exército (infantaria) António Manuel Pereira Chaves terá sido maçon na *Loja Lealdade* (Goa), em 1841.

Dois ovarenses, ainda na Monarquia, tiveram a sua *iniciação maçónica* na loja *Tenacidade* de Águeda:

- Manuel Augusto Nunes Branco, a 9 de Maio de 1910, que escolheu o nome simbólico de *Garibaldi*.
- António Valente de Almeida, também a 9 de Maio de 1910, que escolheu o nome simbólico de *Ferrer*.

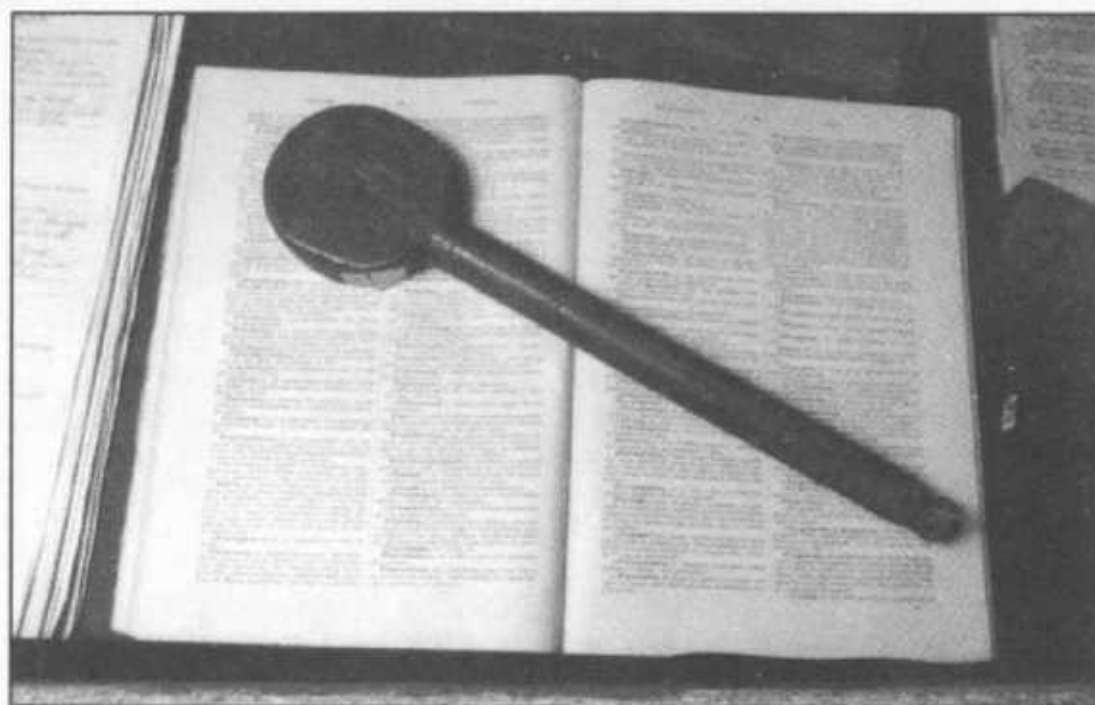
Vareiros precursores da República

As armas com que os civis se armaram em Lisboa, aquando da Revolução de Cinco de Outubro de 1910, – se não na totalidade, pelo menos em boa quantidade –, foram desembarcadas na costa do Furadouro, tendo estado envolvidos na operação

António Valente de Almeida, Manuel Gomes Pinto, Manuel Augusto Nunes Branco e André Avelino Teixeira de Castro (guarda fiscal).

Um barco inglês, numa determinada noite, aproximou-se da costa, ao sul do Furadouro, junto da Cruz do Marujo (casa da Senha), onde existia um posto da Guarda Fiscal. Com a quiescência daquele guarda fiscal, Teixeira de Castro, de bordo desse barco foram descarregados e desembarcados na costa vários caixotes com armas e munições, destinados aos revoltosos.

Da praia, as armas foram transportadas em carro de bois, através das areias, para as quintas do norte, para uma propriedade de António Valente de Almeida. Mais tarde, foram embarcadas em barcos mercantéis, seguindo pela ria e, depois, pelo rio Vouga até Águeda, ao cuidado do dr. Eugénio Ribeiro, que as faria seguir para Lisboa.

Museu Escolar Oliveira Lopes
(A Sala Museu foi aberta ao público em 1999).
Foto de João Cunha

A palmatória.
Museu Escolar Oliveira Lopes, em Válega

Capítulo XX

DA REPÚBLICA À ENTRADA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA 1910-1916

A implantação da República em Ovar (6 de Outubro de 1910). Os ferroviários. Os republicanos tomam conta da câmara (10 de Outubro). O Presidente da Câmara Municipal dr. Pedro Chaves (1910-1913) – a Família Chaves. Manuel Pereira Dias. A adesivagem. Presidentes da Câmara Municipal na Primeira República (1910-1926)

Às 11 horas da manhã de 5 de Outubro de 1910, em seguida a uma revolução triunfante ao cabo de 33 horas de luta, foi proclamada, na Câmara Municipal de Lisboa, a República em Portugal. O regime moribundo, que D. Carlos designara por *monarquia sem monárquicos*, fora derrubado e Portugal, com a França e a Suíça, era agora um dos três estados republicanos duma Europa ainda na maior parte monárquica. Após a proclamação, foi nomeado (tratou-se mais de uma *autonomeação*) um *governo provisório*, que exerceu a ditadura de 5 de Outubro de 1910 a 19 de Junho de 1911, presidido por Teófilo Braga e tendo como Ministros do Interior, da Justiça e do Fomento, respectivamente, os drs. António José de Almeida, Afonso Costa e António Luís Gomes.

Iniciava-se não a *república social*, antiburguesa, mas a *república democrática*, dos conservadores burgueses (para José António Saraiva, a república foi «a vitória duma pequena-burguesia urbana em ascensão»), anticlerical (antijesuítica), na linha do liberalismo (Joel Serrão).

As reacções em Ovar à proclamação da República foram díspares. O pequeno partido republicano local, constituído por um punhado de idealistas burgueses, acolheu com grande entusiasmo a vitória que para eles significava uma nova era de justiça, liberdade, progresso e tolerância.

No dia 4 já o republicano histórico Manuel Augusto Nunes Branco tinha adquirido na loja de Silvério Lopes Bastos, monárquico estabelecido na Praça, tecido vermelho e verde para a confecção de bandeiras republicanas.

A revolução fez-se pelo telégrafo no resto do País e a 6 de Outubro, à tarde, organizou-se em Ovar um cortejo, com as duas bandas – a Ovarense e a dos Bombeiros Voluntários –, partindo da Estação, como homenagem ao operariado republicano das oficinas do caminho-de-ferro, para a Praça. Nesta, aproximadamente às 5 horas, «ao

som da *Portuguesa*, tocada pelas duas filarmónicas e no meio de delirantes vivas à República, à Pátria, ao Povo de Lisboa, à armada e exército revolucionário, soltados pelo povo foi hasteada a bandeira republicana nos Paços do Concelho e proclamada a República na varanda principal do edifício pelo cidadão dr. Domingos Lopes Fidalgo. A ascensão da bandeira e a proclamação foi saudada com uma salva de 31 tiros. Da mesma varanda, em frases patrióticas, fez uma alocução ao povo o senhor Manuel Pereira Dias».

Da Praça, o cortejo seguiu para o Centro Republicano onde, duma varanda, saudaram a República os drs. Pedro Chaves e Lopes Fidalgo. Constituído por algumas centenas de manifestantes, com bandeiras vermelhas e verdes desfraldadas e com as músicas a tocarem *A Portuguesa*, o cortejo percorreu depois as Ruas dos Campos, Praça, Figueiras, Outeiro, Fonte, Largo Serpa Pinto, Rua da Graça, S. Pedro, Ferradores, Poça, Bajunco e S. Miguel, regressando à Praça onde dispersou pelas 7 horas. De diversos prédios pendiam bandeiras republicanas, batiam-se palmas e soltavam-se vivas.

E acrescenta *A Pátria* (de 13 de Outubro de 1910), que estamos a transcrever: – «Esta manifestação cívica decorreu na melhor ordem, pois que a correcção dos nossos correligionários e a comiseração para com os vencidos os levou a não erguerem um único *morra* a ninguém».

Em Ovar os monárquicos não manifestaram a mais leve resistência ou a mais pequena reacção contra a proclamação da República.

O órgão do homogéneo e forte partido *progressista* local, que governava o concelho em 5 de Outubro, noticiava (*Jornal de Ovar*, de 9 de Outubro): – «Após 8 séculos de monarquia, esta caiu provocada pelo exército. Foi o exército quem destronou o rei e proclamou a república. Toda a vida se disse e escreveu que a mudança do regime em Portugal, só o exército podia fazê-la. A república não se implantaria no nosso país sem o auxílio das espingardas, muito embora as massas populares, por diferentes vezes, provocassem as instituições a um duelo de vida ou de morte».

E acrescentava: – «É um facto, que a revolução republicana venceu, e assim actualmente temos novo regime. Entre nós existia um pequeno núcleo de republicanos, que cumpriu o seu dever, festejando o advento da república. Festejos insignificantes, é verdade, mas feitos com todo o entusiasmo.

E os mais entusiastas não eram os republicanos de cadastro, não eram aqueles que sempre concorriam às eleições, não eram aqueles que, até hoje, têm feito sacrifícios pelo seu partido.

Os mais entusiastas foram os adventícios da última hora, foram aqueles para quem o regime republicano era um platonismo, foram aqueles, que nunca deram o seu voto pela república, antes a guerreavam, indirectamente, nas lutas eleitorais, foram aqueles a quem o cheiro da tal *cevada monárquica* despertou o apetite de comer à mesa do orçamento, hoje, de posse da república».

Através do seu órgão local (*Regenerador Liberal*, de 13 de Outubro) os *regeneradores liberais*, que constituíam um pequeno grupo político que nunca transigira com o liberalismo, proclamavam a sua resolução de se manterem fiéis aos seus princípios monárquicos e conservadores, não contemporizando com a república. E assim, após salientarem que «está definitivamente implantada a república em Portugal» e que

«causa pena e dó ver como o patriotismo perdeu os foros da dedicação, coragem e valor, que supunhamos rodear a ideia monárquica em Portugal», afirmam: – «Não somos republicanos nem seremos jamais; temos a nossa simpatia pelo sistema monárquico, e com ela morreremos; é assim uma espécie de miguelismo moderno em que tencionamos viver os dias de vida que Deus nos reservar. No entanto, respeitamos o novo regime e oxalá em breve o nosso respeito de hoje se mude em admiração. Pelo menos é essa a nossa esperança no que diz respeito ao governo do município em Ovar».

Finalmente, o desacreditado e dividido partido *regenerador* ovarense, após declarar que a proclamação da República em Portugal fora «uma surpresa, porque não se esperava que a monarquia estivesse tão próxima dos últimos tempos», salientava que «um grande benefício já Ovar recebeu com a implantação do novo regime: a ocupação das cadeiras do seu senado pela Comissão Municipal Republicana» (*A Discussão*, de 16 de Outubro).

Anno XVI — Ovar, 16 de Outubro de 1910 — Numero 788

A Discussão

(Proprietaria – Empreza A DISCUSSÃO)

ASSIGNATURA | DIRECTOR Augusto de Souza Campos | PUBLICAÇÕES

Consummatum est

VIDA NOVA

A REPUBLICA

A Discussão, *de 16/10/1910.*

Os ferroviários das importantes oficinas da C.P. em Ovar estiveram intimamente ligados ao partido republicano.

Foram republicanos históricos, fundadores do Centro Republicano de Sant'Ana, os contramestres das oficinas da C.P. em Ovar Joaquim Torres (†1938) e Manuel Moreira Dias dos Santos (†1937).

Quando da implantação da República, em Ovar organizou-se, a 6 de Outubro de 1910, um cortejo que partiu da Estação, como homenagem ao operariado republicano das oficinas do caminho-de-ferro, para a Praça.

A 10 de Outubro desse ano, na posse da Comissão Municipal Administrativa, o dr. Pedro Chaves apresentou um voto de agradecimento e louvor ao pessoal das oficinas dos caminhos-de-ferro pelo civismo exemplar de que deu provas.

A primeira greve ferroviária em Ovar teve lugar a 11 e 15 de Janeiro de 1911. Na sessão camarária de 24 de Julho deste ano, uma representação do pessoal da C.P. de Ovar solicitou à Câmara Municipal que o antigo Largo da Estação fosse denominado *Largo 19 de Junho*, em comemoração dessa data histórica da República, o que foi atendido. Na sessão de 26 de Julho de 1928, porém, foi resolvido mudar novamente o nome a esse largo (para *Largo Serpa Pinto*) e dar o nome de *Avenida 19 de Junho* à Avenida da Cadeia.

Largo da Estação.

Quando do *reino da traulitânia*, os ferroviários de Ovar fizeram, a 21 e 22 de Janeiro de 1919, levantamentos da linha e abatimentos de pontões para retardar o avanço das tropas monárquicas: o não ter sido implantada a Monarquia muito além do Vouga deve-se em grande parte a António Gaioso de Penha Garcia e a cerca de 40 operários das oficinas do caminho-de-ferro de Ovar que cooperaram com o seu chefe. A acção dos ferroviários de Ovar deu tempo a que o povo, exército e marinha republicanas, se concentrassem e se entrincheirassem nos arredores de Aveiro.

Mas, regressando à implantação da República em Ovar, a 10 de Outubro de 1910 tomou posse a Comissão Municipal Administrativa presidida pelo dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, que nesse mesmo dia saudou os seus concidadãos e anunciou o seu programa de administração. Esta primeira comissão municipal republicana era constituída por 7 cidadãos *efectivos*:

Presidente Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
Vice-presidente Celestino Soares de Almeida
Vereadores Fernando Artur Pereira
José Gomes da Silva Bonifácio
José de Oliveira Lopes
Manuel Dias de Carvalho
Manuel Pereira Dias

e por 6 cidadãos *substitutos*:

António Godinho de Almeida
António de Oliveira Melo
José Maria Pereira de Almeida
Manuel Maria de Matos
Manuel de Oliveira Salvador
Manuel da Silva Pereira e Pinho

Dos *efectivos*, com excepção do dr. Pedro Chaves e de Manuel Pereira Dias, todos foram fundadores do partido republicano em Ovar (Janeiro de 1907).

A tomada da Câmara pelos republicanos foi criticada pelos progressistas desalojados: – «Empossaram-se a si próprios e fizeram bem, porque decerto não encontrariam, quem, com direito para lhes dar a posse, quisesse colaborar no arbítrio. É verdade, que estamos em tempos de revolução, e portanto a lei é a vontade de cada um», mas «reparámos nós e toda a gente a quem a paixão partidária não obceca o espírito, que antes de ser conhecido em Ovar pelo Diário do Governo o decreto que entregava a administração dos municípios às comissões municipais republicanas locais, se apressasse uma comissão ilegal a tomar posse. Reparámos nós e toda a gente, que a comissão administrativa empossada não fosse composta das pessoas designadas pelo respectivo decreto», e «reparámos nós e toda a gente que não se tendo respeitado o decreto regulador do assunto, se deitasse ao mais completo desprezo, todas as freguesias rurais do concelho, com excepção de Válega, não se lhe dando representação na comissão» (*Jornal de Ovar*, de 16 de Outubro de 1910).

Do Centro Republicano, eleito em Janeiro de 1910, só um dos seus cinco componentes – o cidadão Manuel de Oliveira Salvador – fazia parte da Câmara, e como substituto!

Entretanto, o principal visado era o dr. Pedro Chaves que nunca fora membro do partido republicano. Para os ex-progressistas e regeneradores liberais, e mais tarde também para os republicanos evolucionistas, centristas e liberais, o dr. Pedro Chaves foi sempre considerado um *adesivo* da República.

Na sessão da Comissão Municipal Administrativa de 10 de Outubro foram apresentadas propostas pelos vogais Manuel Pereira Dias – telegrama ao Governo Provisório de saudação e adesão; subscrição para as famílias das vítimas da revolução; novas denominações de largos –, e Fernando Artur Pereira – nova denominação dum largo –, e pelo Presidente dr. Pedro Chaves – voto de profunda admiração pela heroicidade

e dedicação do povo de Lisboa, enviando-se a respectiva participação à Câmara da capital; voto de admiração ao exército e à marinha de guerra, participando-se aos ministros respectivos; saudosa homenagem aos mártires da República; voto de agradecimento e louvor ao pessoal das oficinas dos caminhos-de-ferro pelo civismo exemplar de que deram provas, estando sempre dispostos a todos os sacrifícios pelo Ideal; um voto de profunda simpatia pelas qualidades de actividade e trabalho do povo vareiro –. Nessa mesma sessão a Câmara ainda deliberou fazer-se representar, pelo vogal Manuel Pereira Dias, nos funerais do vice-almirante Cândido dos Reis e do dr. Miguel Bombarda. Para estes mesmos funerais em Lisboa foi o partido republicano local representado pelo dr. Lopes Fidalgo e *A Pátria* por Manuel Soares Guedes.

Na sessão de 17 de Outubro o Abade da freguesia de Ovar, dr. Alberto de Oliveira e Cunha, felicita a comissão municipal; a 20 do mesmo mês *A Pátria*, referindo-se à bandeira portuguesa, declarava-se, como Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno e outros, pela anterior, intacta nos seus fundamentos essenciais, sem a coroa.

O grande poeta Guerra Junqueiro, a 2 de Dezembro de 1910, dirigindo-se ao povo de Lisboa, declarava com referência à bandeira nacional: – «Conservar o azul e branco, porque além de exprimirem a nossa emotividade ingénua e sonhadora, são as cores da revolução de 1820 e as do estandarte da Pátria nos dias heróicos da Terceira». Era suficiente substituir a coroa pelo emblema da República, dado que «não se muda de bandeira, como quem muda de camisa!».

A 23 de Outubro realizaram-se *festas da república* em Ovar, de confraternização democrática, nas quais o povo ovarense foi convidado a saudar novamente o regime. Os festejos que consistiram em alvorada, torneio de tiro aos pombos, sessão solene na Câmara Municipal, jantar de gala, iluminações na Praça e fogo magnífico de Viana, foram prejudicados pela chuva.

A 4 de Dezembro o *Jornal de Ovar*, dos progressistas, protestava contra a ditadura do Governo Provisório, o *franquismo com barrete frígio* de Bruno; a 11 do mesmo mês insurgia-se contra a época de terror e de vinganças que os republicanos locais inauguraram em Ovar, constituindo uma ditadura dentro doutra ditadura; a 22 de Janeiro de 1911 afirmava que a Constituição actual era a livre vontade do governo, e assim o sistema que mandava era o *absoluto republicano*.

A ditadura do Governo Provisório terminou a 21 de Junho de 1911, quando a Assembleia Nacional Constituinte aprovou, por aclamação, o *bill* de indemnidade proposto para a obra do Governo Provisórío pelo deputado Alexandre Braga.

A 19 de Março de 1911 visitou Ovar o Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Rodrigo José Rodrigues, que viria a ser Ministro do Interior num ministério Afonso Costa. O Governador Civil, que foi entusiasticamente recebido em Ovar e Válega, chegou a Ovar pela via férrea cerca do meio-dia, dirigindo-se em cortejo até à Câmara, onde o dr. Pedro Chaves lhe deu as boas vindas, declarando nomeadamente:

«A Câmara de Ovar tem recebido no seu salão nobre, antes de s. ex^{a}., visitantes ilustres e de situação oficial altíssima; ali estivera Mousinho de Albuquerque, nome merecedor do respeito de todos os portugueses pelo acendrado patriotismos do militar, e pela glória e honras que a sua espada talhou à pátria nas

plagas remotas de Moçambique, ali vieram dois filhos de reis, um príncipe e um infante, herdeiros de D. Carlos; um infante que, um dia, havia de ter sobre a cabeça o peso de ferro da coroa» (refere-se à visita do Príncipe Real D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel, a 28 de Maio de 1900, aquando do eclipse do sol).

Respondeu-lhe o visitante, que se dirigiu depois ao Centro Republicano onde falaram o director d'*A Pátria*, António Valente de Almeida, Cunha e Costa, capitão do porto de Aveiro, alferes Manuel Rodrigues Leite, tenente Cabral, e Manuel Augusto Nunes Branco.

Em sessão realizada no teatro, que se achava repleto, falaram, além do visitante, Cunha e Costa, drs. António dos Santos Sobreira e Francisco Fragateiro, tenente Cabral e o capelão do regimento de infantaria 24 que zurziu no réptil do jesuitismo, tendo sido muito aplaudido.

Seguidamente, o Governador Civil visitou as Escolas Oliveira Lopes, na freguesia de Válega onde falou, bem como o dr António da Silva Tavares, o professor da escola, o Capelão já mencionado, dr. Pedro Chaves, Cunha e Costa e tenente Cabral.

Regressado a Ovar, às 17 horas, após a audição d'*A Portuguesa*, tomou parte no banquete de 60 convivas que se realizou no salão nobre dos Paços do Concelho e onde discursaram o dr. Pedro Chaves, dr. Melo Freitas, dr. António dos Santos Sobreira, capelão do regimento de infantaria 24, tenente Cabral, Ruy da Cunha e Costa, Gustavo Adolfo de Araújo Sobreira, tenente Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro, o director d'*A Pátria*, capitão do porto de Aveiro e visitante.

Ao todo, em metade dum dia, 31 discursos políticos!

Na sessão de 20 de Março de 1911 fez-se referência a um busto da República adquirido para a sala das sessões da Câmara, à firma Paulo Guedes & Saraiva, de Lisboa, pela importância de 8.000 reis.

A nível do poder local, a face de Ovar mudou com o novo regime, dado que se impunha premiar fidelidades ao Partido Republicano e demitir os que se haviam manifestado contra o ideal ora triunfante.

E, assim, com o novo regime, como havia sucedido no passado em Ovar, foram demitidos, suspensos e transferidos diversos funcionários públicos.

Demitidos:

- João Pacheco Polónia, cabo-de-mar na costa do Furadouro, em 1911, por despacho do Ministro da Marinha.
- José Rodrigues do Vale, escrivão informador do concelho.
- Manuel José da Fonseca, do lugar de Pereira, de Válega, de professor interino da escola do sexo masculino do legado Ferrer, por incompetência profissional, na sessão de 17 de Outubro de 1910.

Suspensos:

- Gonçalo Maria de Resende, oficial da Administração, em 1910.
- José Maria da Costa, amanuense, na sessão de 17 de Abril de 1911.

Transferidos:

- Dr. Joaquim Soares Pinto, em 1911, de notário de Ovar para Castelo Branco (não foi para esta cidade, tendo sido preenchido interinamente, o seu lugar

de notário em Ovar pelo republicano de Válega dr. Antonio da Silva Tavares).
– José da Costa Raimundo, subchefe dos impostos, também em 1911, para a Vila da Feira (voltou a ser novamente colocado em Ovar em 1912).
– Tenente Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro, para Tomar e Bragança (1912).

Embora os republicanos locais tivessem procurado justificar estas demissões, suspensões e transferências, os progressistas, ora na oposição, consideraram estes factos como perseguições e ajustes de contas políticos, salientando que os republicanos quando não havia nada de concreto e positivo para justificar as violências e arbitrariedades recorriam à fórmula – *A bem da república.*

Escreveu-se, então, no *Jornal de Ovar* (de 6 de Novembro de 1910), que «essa cobardia é tão asquerosa, que os algozes, esses tiranos completos mascarados com a democracia, não têm a coragem de dizer, que fazem o mal por ódio pessoal, mas sim, para *bem da república.* Lembra-nos a antiga inquisição, que não perseguia e matava por vingança ou represália, era tudo para bem da santa religião. Temos, pois, em Ovar, uma nova inquisição, que substituiu a cruz pelo barrete frígio».

Após a proclamação da República incentivou-se a propaganda do novo regime, designadamente nas freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda (eleição de comissões paroquiais republicanas, jornadas republicanas de democratização, inaugurações de Centros Democráticos, e realização de comícios de propaganda republicana).

Agora, mercê dos adesivos, oportunistas e de alguns aderentes convictos, já não faltavam membros para as comissões paroquiais e centros republicanos.

Nas eleições de 28 de Agosto de 1910 o partido republicano obteve no concelho de Ovar somente 80 votos! Dois anos depois já pululavam centenas de republicanos.

O Presidente da Comissão Municipal Republicana, dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, foi o mais eminente político ovarense do século XX, herdeiro das tradições liberais e vincadamente populares duma das famílias mais antigas da cidade.

Datas principais da sua vida:

1880. Nasce a 14 de Junho, no Largo de S. Tomé, filho do dr. Eduardo Augusto Chaves e de Irene Umbelina Ferraz Chaves, neto paterno de Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente e de Maria José de Aguiar, e neto materno de Bernardo Ferraz de Abreu e de Maria José de Sousa Lamy.

1899. Quintanista de direito, toma posse a 15 de Junho do lugar de ajudante de conservador do registo predial e hipotecário; a 17 de Julho, com 19 anos, conclui o seu curso de direito. Neste ano, abre banca de advogado no Largo de S. Tomé.

1901. Em Março, com o dr. José António de Almeida, faz concurso para conservador na Relação do Porto; de 1901 a 1903 é presidente da assembleia geral dos Bombeiros Voluntários; ainda em 1901, vai a uma reunião dos *regeneradores* locais a casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros.

A 17 de Agosto, com 21 anos, casa com Maria Adelaide Estevão Arala Cha-

Dr. Pedro Chaves. 1880-1949

ves, esta com 28 anos, filha do dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala e de Maria José Estevão Folha e Arala, na capela de Santa Catarina, na Ribeira. Foi uma reunião de duas das mais distintas famílias da primeira sociedade ovarense, revestindo a cerimónia religiosa solene imponência. Entre os convidados, salientavam-se o dr. Alberto de Oliveira e Cunha, Abade da freguesia, o dr. Alberto Tavares e António Dias Simões.

1904. A *escola de tiro*, inaugurada a 9 de Agosto, deve-lhe a ideia da sua instalação.

1906. É o primeiro presidente da Comissão de Beneficência Escolar de Ovar, instalada a 3 de Fevereiro; a 8 de Agosto vai a uma nova reunião do partido *regenerador* local, a casa do dr. José António de Almeida.

1908. Assiste, a 5 de Janeiro, com 27 anos, à reunião do partido *regenerador* local; é efectivo na lista da vila, extrapartidária, apresentada pelo partido regenerador.
Faz parte da *grande comissão* apresentada pelo dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, na reunião de 18 de Outubro, para a fundação da Misericórdia; é nomeado vice-presidente da sua *comissão executiva*; na sessão da *comissão instaladora* de 26 de Outubro propõe que se solicite à Câmara a cedência do edifício do hospital camarário e dos legados do hospital.

1909. Interveio na discussão (de 17 de Fevereiro a 21 de Abril) do projecto dos estatutos apresentados e elaborados pelo dr. Francisco Zagalo, tendo votado no sentido da instituição a fundar ser uma irmandade.

1910. Na assembleia geral de 12 de Junho da Misericórdia, com o dr. José Nogueira Dias de Almeida, oferece um terreno na passagem de nível da Rua do Pinheiro, para a construção do novo edifício hospitalar.
A 6 de Outubro saudou da varanda do Centro Republicano o novo regime; nomeado, pela circular do Governador Civil de Aveiro de 8, Presidente da Comissão Administrativa *republicana* (*1.ª presidência*, de 10 de Outubro de

1910 a 1913), toma posse deste cargo no dia 10, então com 30 anos. A 10 de Outubro saudou os seus concidadãos e anunciou o programa da administração republicana.
A 7 de Novembro, a Câmara da sua presidência cede *provisoriamente* o edifício do hospital camarário e o legado do padre Ferrer à Misericórdia.
Começa a ser atacado duramente pelo *Jornal de Ovar*, que o denomina *rei dos republicanos vareiros, rei da cebola, o maioral, o czar da Misericórdia, o senhor de tudo isto, o czar-rei-cebola.*

1911. Por despacho ministerial de 28 de Janeiro são cedidos *provisoriamente* à irmandade da Misericórdia o edifício e o mobiliário do extinto Colégio das Doroteias.
A 7 de Março tomou posse do cargo de primeiro oficial do Registo Civil da comarca (despacho de 25 de Fevereiro).
Foi elaborada a planta de vila, que se deve ao dr. Pedro Chaves, implantado o batalhão de Ovar (1911-1926), verificando-se ainda este ano o *complot* monárquico e as consequentes perseguições aos implicados neste.

1913. A 16 de Novembro, com 33 anos, é eleito *pela primeira vez deputado*, praticamente sem oposição no concelho, nas eleições suplementares realizadas no círculo de Estarreja.
Mau grado as suas deslocações a Lisboa, a sua figura não se *apaga* em Ovar, onde mantém sempre um prestígio interno aglutinador, e tem os seus homens de confiança.
Em 1915 é *corrido* da Câmara dos Deputados pelo governo do general Pimenta de Castro, que encerrou o parlamento.
É provedor da Misericórdia de 1913 a 1915; eleito a 4 de Julho de 1915, para o triénio de 1916-1918, declara que não pode aceitar o cargo.
Neste ano é iluminada a luz eléctrica a vila (1 de Dezembro de 1913), inaugura-se a carreira de tiro militar (1913-1926) e o tiro civil na mesma (1913-1949). O jornal da capital, *A República*, ataca o dr. Pedro Chaves.

1914. No parlamento, pede a venda urgente de milho e defende a pesca do arrasto na nossa zona marítima.

1915. É eleito a 13 de Junho, com 34 anos, *pela segunda vez deputado*, praticamente sem oposição.

1916. A 25 de Fevereiro apresenta na Câmara de Deputados o projecto de lei 314 *G* a pedir a entrega definitiva à Misericórdia de todos os bens que as Doroteias detinham à data da implantação da república em Ovar.
O projecto, votado por unanimidade, na sessão de 29 de Junho de 1917, transformou-se na lei n.º 742, de 20 de Julho desse ano. É o principal promotor da comissão de assistência às famílias dos expedicionários do 3.º batalhão do 24, criada a 24 de Abril numa das salas do Grémio Familiar.

1917. É nomeado chefe do gabinete do Ministro da Instrução, professor dr. Barbosa de Magalhães; no parlamento, com este, apresenta um projecto de lei destinado a restringir a cultura da chicória.
É *corrido* pela 2.ª vez do congresso pela revolução de 5 de Dezembro de 1917.

Eleito, sem oposição e sem eleições, *Presidente da Câmara Municipal* em Novembro de 1917 pelo partido democrático.

1918. Toma posse pela 2.ª vez da presidência da Câmara a 2 de Janeiro, ocupando este cargo até 26 do mesmo mês. É então expulso por decreto ditatorial que dissolveu os cargos administrativos. Em Outubro é preso, à ordem do comando militar, seguindo para Aveiro onde é solto horas depois.

1919. Emigrado político, na *traulitânia*, na cidade de Aveiro, para onde partiu a 23 de Janeiro; em Ovar as tropas couceiristas invadem a sua casa e fazem requisições à mão armada; regressa a Ovar a 12 de Fevereiro e pelas 17 horas discursa da varanda dos Paços do Concelho.
Neste ano funda-se o partido *centrista* (9 de Maio), é conferida à vila de Ovar a Torre e Espada (25 de Junho), criada a Escola Primária Superior (22 de Agosto), funda-se o partido *republicano liberal* (2 de Novembro) e sai o primeiro número d'*A Defesa* (16 de Novembro).
Levam-se a cabo as perseguições aos monárquicos implicados na *traulitânia*.
Após a *traulitânia*, é nomeado pela 3.ª vez *Presidente de Câmara*, cargo que ocupa de 13 de Fevereiro de 1919 a 2 de Janeiro de 1921.
A 11 de Maio é eleito *pela primeira vez senador*, com 38 anos; é neste ano presidente da assembleia geral da Cooperativa União Familiar Ovarense.

1920. A Câmara resolve entregar ao Estado a arborização das dunas.
Neste ano e no seguinte o dr. Pedro Chaves é atacado, gravemente, pelos republicanos liberais n'*A Defesa*.

1921. É eleito pela *segunda vez senador* a 10 de Julho; é efectivo da Comissão Municipal do P.R.P. de Ovar.
Afasta-se do partido democrático quando, neste ano, o governo do coronel Maia Pinto entra em ditadura.

1922. É eleito *pela terceira vez senador* a 29 de Janeiro, com 41 anos. A 13 de Agosto é inaugurada solenemente a *Creche-Asilo-Escola Pedro Ferraz Chaves*. A assembleia geral da Misericórdia, a 26 de Fevereiro, resolvera que esta nova instituição tivesse o seu nome.

1924. Em Março, com o senador Ernesto de Castro, apresentou no Senado um projecto de lei para elevação a vila de S. João da Madeira.
Em Maio, é Presidente da 1.ª Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro.

1925. É eleito a 8 de Novembro, com 45 anos, *pela 4.ª vez senador*. *É corrido* pela 3.ª vez do Congresso pelo decreto de 9 de Junho de 1926.
Campos Monteiro foca-o no seu livro *Saúde e Fraternidade*.
Votos que obteve como deputado e senador na freguesia e concelho de Ovar (só dos resultados que conseguimos apurar):

	1913	**1915**	**1919**	**1921**	**1925**
Freguesia	475	665	–	–	437
Concelho	1.056	1.249	1.278	789	1.064

1928. A 26 de Setembro dá querela provisória contra os padres Teófilo e Leonardo na questão da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.
1929. *Maçon*, fez parte do *Triângulo n.º 279*, constituído neste ano.
1930. Abre banca de advogado com seu filho Augusto Júlio Arala Chaves. *Maçon* na *Loja Beira-Mar*, de Ovar.
1931. Na reunião da Aliança Republicana, efectuada em Ovar, declara-se *republicano independente*.
N'*O Povo de Ovar*, a 2 de Julho, informa que se afastou do partido democrático quando o ministério da presidência do coronel Maia Pinto adiou as eleições e entrou em ditadura.
1945. Adere ao M.U.D.
1949. Discutido e contestado, aplaudido e apoiado, faleceu este advogado e abastado proprietário a 8 de Abril, com 68 anos, na sua casa da Ribeira, sendo o seu funeral «uma importante manifestação de sentimento». No *Notícias de Ovar*, o coronel Manuel Rodrigues Leite e seu filho, dr. Eduardo Augusto Arala Chaves, criticaram asperamente, e com toda a razão, a notícia dada do falecimento pelo órgão católico local, o *João Semana*.
O dr. Pedro Chaves sempre defendeu os princípios republicanos, as virtudes da democracia e da liberdade que apregoava, com energia, firmeza, serenidade, intransigência e correcção. Aconselhava tolerância e respeito pelas ideias dos adversários, não respondendo às ironias cruéis, norteadas por paixões que dementavam, com outras de igual teor.
Inteligente, culto, de espírito vivo, aberto e forte, de coragem indomável, honrado, combativo, foi um dos vultos maiores da política ovarense, denodado lutador contra o salazarismo até ao fim da vida, pela restauração da democracia em Portugal.
Ovar deve ao dr. Pedro Chaves, como se referiu, a Escola de Tiro, a planta da vila, o Batalhão de Ovar, a iluminação a luz eléctrica, o matadouro, e a Escola Primária Superior.
1956. Com 83 anos, a 17 de Abril, faleceu no lugar da Ribeira sua mulher.

Família ovarense das mais antigas e das mais ilustres, a *Família Chaves* descende de Francisco Fernandes, natural de Arcossó, Chaves, que casou com Domingas Rodrigues.

O filho deste casal, António Fernandes, natural da freguesia de Arcossó, Chaves, casou com Ana Mendes, da freguesia de N.ª Sr.ª da Assunção de Montalegre, filha de Marcos Mendes, de Montalegre, e de Francisca Gonçalves, da freguesia de Santa Maria de Padronilo, termo de Montalegre.

O filho do casal António Fernandes/Ana, José Fernandes Chaves, mercador, natural de Montalegre, *familiar de Santo Ofício*, casou com Ana Angélica Rosa Gualberta Pereira Valente, natural de Ovar, filha do alferes de ordenanças e familiar do Santo Ofício António Pereira Valente e de Maria Josefa Caetano Pereira Valente, neta paterna do escrivão do público, judical e notas Manuel Valente Fragoso, o *Valente do Rio*, e de Helena Pereira, e neta materna de Francisco Pereira de Campos e de Águeda Pereira.

O filho do casal José Fernandes/Ana Angélica Rosa Gualberta, António José Chaves Pereira Valente, foi escrivão da Câmara (1792-1822), usou também o nome de António José Pereira Chaves, e casou a 20 de Abril de 1793 com Antónia Cândida Xavier Pereira Valente ou Antónia Cândida Chaves Pereira Valente (†1845), filha de Francisco Pereira Moreira, igualmente escrivão da Câmara e almotaçaria da vila de Ovar e seu termo (1771-1791), e de sua mulher Joana Baptista Tomásia Pereira Valente, neta paterna de João Moreíra e de Maria Pereira, e neta materna de António Pereira Valente e de Maria Josefa Caetana Pereira Valente.

Filhos do casal António José/Antónia Cândida:

– Catarina de Rici

– Filipa Xavier Chaves Pereira Valente (†1861), que casou (1832) com o advogado dr. Francisco de Assis Tavares, natural de Canedo, Santa Maria da Feira, que morreu em 1882.

– Maria Damascena

– Maria Petronilha

– Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, que foi escrivão da Câmara (1822-1823 e 1836-1855), e *Subprefeito* da comarca de Santa Maria da Feira (1834), casou a 8 de Agosto de 1814, pela 1.ª vez, com Rita Casemiro Pereira Brandoa de Melo, da Rua da Graça, filha de M. da Silva Pereira e de Maria Isabel Brandão de Melo, e, pela 2.ª vez, com Maria José de Sousa Aguiar (†1881), natural de Ovar, filha do dr. José Luís de Carvalho e Sousa Aguiar e de Bernarda Maria da Graça, e morreu a 28 Julho de 1855.

Os filhos de Pedro Alexandrino deixaram de usar o apelido *Pereira Valente*.

Filhos do 1.º matrimónio (Pedro Alexandrino/Rita Casemiro):

– António Manuel Pereira Chaves, que esteve homiziado no *miguelismo* e foi *Governador de Inhambane*, tendo sido morto pelos landins (1849).

– Emília Benedita Chaves (†1864)

– Lúcio Pereira Chaves, que morreu na serra do Pilar, por ocasião do cerco do Porto (1832).

– Luís Rufino Pereira Chaves, que foi general de divisão.

– Maria José

– Pedro de Alcântara Chaves (†1869)

Filhos do 2.º matrimónio (Pedro Alexandrino/Maria José):

– Emília Augusta de Aguiar (†1862)

– José Maria

– Júlia

– Júlio César Chaves de Aguiar (†1862)

– Maurícia Delfina Chaves Aguiar (†1906)

– Dr. Pedro Virgolino Chaves de Aguiar, licenciado em direito (1856), que foi secretário da Câmara Municipal (1855-1874), e morreu a 11 de Novembro de 1874.

– Dr. Eduardo Augusto Chaves, que foi secretário da Câmara (1874-1887), casou, a 29 de Julho de 1876, com Irene Humbelina Ferraz Chaves, filha de Bernardo Ferraz de Abreu e de Maria José do Nascimento de Sousa Lamy, neta paterna de António Ferraz de Abreu e de Maria de Oliveira, e neta materna de Joaquim da Silva e Sousa e de Joaquina Cândida Lamy, e morreu a 20 de Maio de 1897.

Filho do dr. Eduardo/Irene Humbelina, o dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, que nasceu a 14 de Junho de 1880, casou na Capela de Santa Catarina, da Ribeira, a 17 de Agosto de 1901, com Maria Adelaide Estevão Arala Chaves, falecendo a 8 de Abril de 1949. Foi *Presidente da Câmara Municipal* (1910/1913, 1918, e 1919/1921), duas vezes *deputado* e quatro *senador* na Primeira República. Sua mulher, Maria Adelaide, filha do dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala, que foi Administrador do Concelho (1878/1879 e 1881/1885), e de Maria José da Conceição Estevão Folha e Arala, neta paterna do sargento-mor da vila de Ovar, Manuel de Oliveira Arala, e de Ana Caetano do Bom Sucesso, e neta materna de João Estevão Rodrigues Folha e de Maria José da Conceição Folha, da estrada da Ribeira, faleceu a 17 de Abril de 1956.

1910. O casal dr. Pedro Chaves e Maria Adelaide com seus filhos.
Foto Ricardo Ribeiro

Filhos do casal dr. Pedro/Maria Adelaide:

– Eng.º Alberto Manuel Arala Chaves. Licenciado em engenharia (1933), casou (1935) com Maria Eugénia Gomes Rodrigues Leite, filha mais velha do coronel Manuel Rodrigues Leite e de Eugénia Salvador Gomes Rodrigues Leite, e faleceu a 14 de Setembro de 1999. Seu filho, o professor doutor Manuel Leite Arala Chaves, nasceu na Rua dr. Manuel Arala (1936), e, licenciado em ciências (1959), casou neste ano, no Porto, com Maria Renata Leite Ribeiro de Faria, natural de Galegos, Póvoa de Lanhoso.

– Conselheiro dr. Eduardo Augusto Arala Chaves, que nasceu na Ribeira de Ovar, a 25 de Maio de 1914, e casou (1939) em Lisboa com Mariana da Conceição Bentubo Passalaqua, natural de Luanda. Após o *25 de Abril* de 1974 veio a ser *Procurador-Geral da República* (1977-1984), tendo falecido em 1992, em Lisboa. Seu filho, o doutor Mário Passalaqua Arala Chaves, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, casou com a dr.ª Eduarda Maria Santos Dores Arala Chaves, e faleceu a 11 de Outubro de 2000.

– Irene Umbelina Arala Chaves, que foi presidente da direcção da Casa dos Pobres (1959-1975).

1921. Os filhos do dr. Pedro Chaves e de Maria Adelaide.

- Dr. Augusto Júlio Arala Chaves, advogado, que nasceu a 5 de Novembro de 1905, casou, a 17 de Março de 1932, com Maria Peregrina Barbosa de Magalhães Godinho Chaves (†1973), filha do coronel Vitorino Henriques Godinho e de Maria José Vilhena Barbosa de Magalhães Godinho (irmã do dr. Vitorino Magalhães Godinho, que foi Ministro da Educação na Segunda República, e do dr. José Magalhães Godinho, membro influente do partido socialista e Provedor da Justiça após o *25 de Abril* de 1974), e faleceu em 1959.

- Maria José Arala Chaves, que faleceu (1938) com 26 anos.

Filhos do casal dr. Augusto/Maria Peregrina:

- Dr. Eduardo Godinho Arala Chaves, licenciado em direito (1975), advogado distinto na comarca, que casou com a dr.ª Maria do Rosário Vieira Ferreira Arala Chaves (Filhos do casal: - Dr.ª Cristina Rita Ferreira Arala Chaves, que casou com o eng.º Marco António de Jesus Martins; - Luís Eduardo Ferreira Arala Chaves).

- Dr.ª Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, licenciada em letras (1965), professora do Ensino Secundário, escritora, autora de artigos sobre o *Património* e *Tradições* no *Terras do Var*.

- Maria Júlia Godinho Arala Chaves, professor do Ensino Secundário.

- Dr. Augusto Godinho Arala Chaves, distinto advogado na comarca, que nasceu a 22 de Abril de 1940, casou (1968) com a dr.ª Minervina Ana de Pinho Cordeiro Arala Chaves, e veio a ser o 1.º *Presidente da Câmara* após o *25 de Abril* de 1974.

Filhos do casal dr. Augusto/dr.ª Minervina:

- Arquitecta Natacha Cordeiro Arala Chaves, que nasceu a 28 de Setembro de 1974.

- eng.º Pedro Cordeiro Arala Chaves, que nasceu a 28 de Setembro de 1976.

Proprietário da *Vila Paraense*, na praia do Furadouro, Manuel Pereira Dias foi um dos vereadores da primeira câmara *republicana*.

Filho de João Pereira Arrota e de Maria Correia Dias, nasceu em Ovar, a 29 de Fevereiro de 1860, tendo embarcado para o Pará, Brasil, em 1871.

O casal dr. Augusto Chaves e Maria Peregrina e seus filhos.

Foi *mação* no Brasil e em Portugal e veio a ser agraciado com o título de *Visconde do Furadouro*, que rejeitou.

Na sessão camarária de 6 de Novembro de 1911, o vereador Manuel Pereira Dias propôs que se apeasse, ou picasse, a coroa real que remata o brasão existente na frontaria dos Paços do Concelho, «a fim de educar o povo no regime que nos governa, evitando-se que, com a conservação da referida coroa, seja dada errada interpretação ao sentir da Câmara, isto é, dos seus membros».

Esta incompreensível proposta, inqualificável atitude de partidarismo cego, foi rejeitada por maioria após ter sido atacada pelo Presidente dr. Pedro Chaves que, a título de explicação e não para influir de qualquer modo na deliberação a tomar sobre o assunto proposto, disse «que a mencionada coroa não faz parte das armas reais da extinta monarquia, que eram as do país, mas sim das armas ou brasão desta vila, que pertenceu às terras de Santa Maria da Feira, ou fazendo dele pequeníssima diferença, como era fácil de verificar».

Manuel Pereira Dias.

Felizmente venceu o bom senso e o brasão de Ovar (uma vila fortificada, e no alto do escudo, ao lado direito, a imagem de N.ª Sr.ª a meio corpo, com o Menino Jesus, e entre nuvens) pôde continuar nos Paços do Concelho.

Em 1912 festejou, na sua vivenda do Furadouro, o segundo aniversário da República com um grandioso festival, que foi amplamente noticiado na *Ilustração Portuguesa*, de 28 de Outubro desse ano.

Na ditadura de Sidónio Pais, no consulado sidonista, em 1918, a sua casa foi assaltada à 1 hora da madrugada. «Foi tal o abalo moral que o seu organismo sentiu com esta ignóbil afronta, que caindo gravemente enfermo, não mais recuperou a saúde, ficando completamente inutilizado».

O grandioso festival de 5 de Outubro de 1912.

A *adesivagem* em Ovar «deu-se nuns casos pela ambição pessoal de quem está pronto a servir todos os regimes, mas noutros com o fim de não hostilizar a República ao pôr acima das querelas ideológicas o interesse público. Seria impossível conceber que médicos e advogados, procuradores e farmacêuticos (a medicina e a advocacia foram as profissões liberais que maior papel assumiram na implantação da República) se recusassem no foro profissional a aceitar as novas instituições».

Tendo-se desmantelado, rápida e voluntariamente, a maquinaria partidária monárquica após o triunfo da República, foi a classe média a que mais rápida adesão manifestou ao novo regime.

Vejamos a radiografia da mudança ou da adaptação ideológica em Ovar.

A 5 de Outubro de 1910 existiam em Ovar, além do partido republicano, quatro partidos monárquicos: – o forte partido *progressista*, então no poder, chefiado pelo dr. Joaquim Soares Pinto; o desacreditado partido *regenerador*, dividido entre *henriquistas* (direita) e *teixeiristas* ou *sousistas* (esquerda), chefiados respectivamente pelo dr. António dos Santos Sobreira e Isaac Júlio Fonseca da Silveira; o partido *regenerador liberal* ou *partido franquista*, e o partido *alpoinista* (dissidência progressista) cujo chefe era o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco.

Que atitude tomaram os membros destes quatro partidos monárquicos em face da revolução republicana?

O partido *progressista dissidente*, com reduzido número de membros, aderiu na totalidade à República, tendo o seu chefe local, dr. Francisco Fragateiro, e o proprietário d'*O Ovarense*, Plácido Augusto Veiga, dado a sua adesão em 1910, inscrevendo-se no Centro.

A 6 de Outubro de 1910 o órgão de partido progressista dissidente, *O Dia*, noticiava a dissolução do partido e que o seu chefe José Maria de Alpoim tinha aderido à República.

Os *regeneradores liberais* nunca abdicaram dos seus princípios monárquicos (como excepção verificou-se o caso de Afonso José Martins) e por eles vieram a lutar com os republicanos locais, que os perseguiram nas suas pessoas e semanários.

O partido que deu maior contingente de membros ao reduzido partido republicano foi o *regenerador*, cujos *teixeiristas* aderiram quase em massa, bem como a quase totalidade dos *henriquistas*. Ininterruptamente, começaram a aderir à República os principais vultos do velho partido regenerador, quer da direita quer da esquerda: – em 1910 o dr. António da Silva Tavares, Isaac Júlio Fonseca da Silveira, dr. João Maria Lopes e o dr. Lourenço de Almeida e Medeiros, e dezenas de outros de menor valor político; em 1911 o dr. António dos Santos Sobreira, aquando da posse como Administrador do Concelho do dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, a 16 de Fevereiro.

A republicanização dos monárquicos regeneradores, que vieram a exercer cargos de confiança da República no concelho de Ovar, foi uma política perigosa. Para o padre Manuel Lírio (MÁRIO RELVAS, *Memórias anedóticas de In Illo Tempore*) «o povo de Ovar recebeu com surpresa e desconfiança a proclamação da república. Apesar da sua propaganda em comícios e pelos jornais, os ideais republicanos não haviam feito brecha entre nós. Por isso os partidários do novo regime orçavam aqui por dúzia e meia! Houve sérias dificuldades em arranjar pessoas idóneas para as comissões administrativas. Os asseclas da facção regeneradora – os *cachingós* – porém, obedecendo à orientação dos chefes simpatizantes com a nova forma de governo, lá se foram voltando a fim de valerem as necessidades, a princípio envergonhadamente e depois sem vergonha nenhuma, para o *lado do sol nascente*, ocupando postos e alentando o embrionário partido republicano».

A 12 de Outubro de 1910, convocada pelo Conde de Águeda, realizou-se, nos armazéns do cais dos mercantéis, na cidade de Aveiro, uma reunião dos principais influentes políticos distritais do partido *progressista*, que foi presidida pelo dr. Álvaro de Moura Coutinho de Almeida de Eça, secretariado pelo dr. Joaquim Soares Pinto, de Ovar, e Mateus Pereira Pinto, de Águeda.

A 11 de Outubro o conselheiro José Luciano de Castro publicara no *Correio da Noite*, órgão oficial do partido *progressista*, uma declaração em que deixava aos seus correligionários inteira liberdade para procederem como julgassem mais conveniente aos interesses políticos. Dissolvido assim o partido progressista, os seus filiados no distrito de Aveiro aderiram colectivamente à República.

Naquela reunião, que teve a presença de grande número de progressistas, foi aprovada a seguinte *moção de adesão* do Conde de Águeda: – «Os representantes do

histórico partido progressista do distrito de Aveiro, resolvem prestar a sua leal e desinteressada adesão às novas instituições republicanas e tornar pública esta sua resolução».

A moção de adesão do Conde de Águeda e dos progressistas do distrito de Aveiro foi apresentada ao Governador Civil do distrito Albano Coutinho, por uma comissão de que fazia parte o dr. Joaquim Soares Pinto.

Esta adesão quase em massa, uma «adesão de estrondo, feita com aparato e pompa, e, por muito tempo, largamente comentada, porque fez barulho e causou espanto» (António Cabral, *As minhas memórias políticas. Em plena República*, 1932), foi justificada pelos progressistas locais (*Jornal de Ovar*, de 16 de Outubro):

«É forçoso aceitar os factos consumados. Quem quiser viver na política, servindo o seu país, há-de reconhecer o novo regime. A monarquia desapareceu, e, com ela, entendemos que devem desaparecer todos os partidos monárquicos» e «sem dúvida, em Portugal, ninguém, jamais, pensará em restabelecer o regime monárquico. Ele morreu para não mais ressuscitar. Ora ficando os antigos monárquicos a combater pela monarquia caída contra a República implantada, isso, a nosso ver, acarretaria a perda da independência de Portugal. Seria a guerra civil, sem tréguas e sem quartel, numa luta inglória e fratricida!».

A adesão colectiva dos progressistas não foi bem recebida pelos partidários do novo regime. O pequeno partido republicano ovarense temeu ficar submergido pelos inúmeros ex-progressistas que, certamente, se integrariam num dos partidos republicanos que fatalmente se haviam de formar.

O órgão republicano local (*A Pátria*, de 20 de Outubro), sob o título «Os adesivos», expressava energicamente esse ponto de vista:

«Sobremodo irritante e agressiva, denunciadora da mais completa ausência... íamos a dizer, de vergonha, foi a adesão colectiva (!) do *sobado* de Águeda. Pois pode porventura conciliar-se uma adesão *incondicional* e *desinteressada*» com «a fanfarronesca oferta de 23.000 *votos*? O que quer isto dizer? Que perdura o *cacicato* e que se conta com os mesmos processos de corruptela e favoritismo para manter íntegra a *carneirada* eleiçoeira. E é isto aderir à República? Não; é volver para o lado dos víveres».

O republicanismo do dr. Joaquim Soares Pinto e dos seus correligionários foi somente teórico e por muito pouco tempo. Na reunião de 12 de Outubro de 1910 foi um dos que aplaudiu ruidosamente a moção de adesão, dando vivas à República; porém, mais tarde, quando teve conhecimento que a adesão colectiva não fora aceite teria afirmado: – «Eu bem dizia que ainda era cedo».

Mas o facto de não aceitarem os ex-progressistas não teria sido um erro político local do partido republicano? Teriam ilusões os republicanos de que o dr. Joaquim Soares Pinto e os seus correligionários aceitariam de boa vontade um ostracismo político? Não foi criar nos ex-componentes do maior, do mais popular e mais bem organizado partido monárquico ovarense uma forte oposição que se iria aproveitar de todos os contratempos, nacionais e locais, para se apoderar novamente das rédeas do poder?

Os factos posteriores iriam demonstrar cabalmente que os ex-progressistas não tinham qualquer disposição de se aposentarem... Em pouco tempo, os ex-progressistas, aliados aos seus antigos adversários – os regeneradores liberais, que os tinham

expulsado da Câmara em 1908 –, começaram a lutar com uma ferocidade inaudita contra os republicanos. Entretanto, os poucos republicanos ovarenses tiveram de aceitar de boa vontade os ex-regeneradores e os ex-progressistas dissidentes. Nunca tinha havido em Ovar tanta abundância de adesivos e de oportunistas, daqueles que não se tinham comprometido mas simpatizavam, daqueles que tinham um pé fora e outro dentro. «Foram os adesivos os meninos bonitos do novo regime. A eles se distribuíram chorudas postas, enquanto os republicanos comiam sobras, ou não comiam mesmo».

Na *primeira república* (1910-1926) foram eleitos 6 presidentes da câmara e nomeados 5. Ovar teve 5 presidentes licenciados em direito, um padre, dois professores e três proprietários. Ainda no mesmo período, 8 presidentes foram naturais da freguesia de Ovar, 1 de outra freguesia do cencelho e 2 de fora do concelho.

De 1910 a 1926, Ovar teve 8 presidentes da câmara *democratas*, e 3 republicanos, conservadores e monárquicos.

Presidentes da Câmara Municipal de Ovar na primeira república (1910-1926)

1. *Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves* (10/10/1910-1913)
Democrático. 1.ª presidência.
2. *Celestino Soares de Almeida* (2/1/1914-24/4/1915)
Democrático. 1.ª presidência.
Corrido da Câmara na ditadura do general Pimenta de Castro.
3. *Dr. António Joaquim de Oliveira Valente* (24/4-16/5/1915)
2.ª presidência (a 1.ª na Monarquia).
4. *Celestino Soares de Almeida* (16/5/1915-2/1/1918)
Democrático. 2.ª presidência.
5. *Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves* (2 a 26/1/1918)
Democrático. 2.ª presidência.
Corrido da Câmara no ministério *dezembrista* presidido pelo dr. Sidónio Pais.
6. *Padre José Maria Maia de Resende* (26/1/1918)
7. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (6/1 a 13/2/1919)
3.ª presidência (as duas anteriores na Monarquia).
8. *Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves* (13/2/1919-2/1/1921)
Democrático. 3.ª presidência.
9. *António de Oliveira Melo* (2/1/1921-2/1/1923)
Democrático.
10. *Dr. Albino Borges de Pinho* (2/1/1923-1925)
Democrático.
11. *José Maria Cabral* (2/1 a 13/7/1926)
Democrático.

A cadeia (13 de Outubro de 1910-1973)

Na sessão camarária de 26 de Março de 1902 o Presidente dr. António dos Santos Sobreira propôs a construção dum novo hospital e a adaptação do antigo a casa de detenção e reclusão, originando com esta proposta uma questão – *hospital/cadeias* – que não teve finalidade.

A 19 de Julho de 1908 foi arrematada a construção dum edifício no bairro de S. José pelo empreiteiro João António Lopes Júnior, o *Lindinho*, por 6.161$000 reis, prédio que a Câmara, na sua sessão de 19 de Janeiro de 1910, destinou a repartições públicas. Porém, na sessão de 13 de Julho deste ano, o Presidente da Câmara dr. Joaquim Soares Pinto propôs que esse edifício servisse de cadeia e habitação do carcereiro, provisoriamente, enquanto não fosse construída casa própria e isto dado que o pardieiro de Pereira Jusã era um foco de infecção perigoso para a saúde dos detidos, não oferecendo qualquer segurança.

E, assim, a 13 de Outubro de 1910 foram removidos os presos de Pereira Jusã para nova prisão, ampla, arejada e soalheira, mas também pouquíssimo segura, visto que embora a parede medisse a espessura de 0,62 metros estava de tal modo construída que, extraindo a primeira pedra, todas as demais caíam com o auxílio de qualquer objecto.

Em 1913 o número de arrombamentos e fugas da cadeia foi assustador! A mudança provisória, como é natural no nosso País, passou a definitiva e a cadeia de Ovar ficou a dever-se ao dr. Joaquim Soares Pinto.

Nos fins de Janeiro de 1918 manifestaram-se casos de tifo exantemático, importados do Porto, e a 18 de Fevereiro reuniram-se na Câmara a sua comissão administrativa, a mesa da Misericórdia e os médicos de Ovar para tomarem as providências necessárias contra a doença, resolvendo-se nesta reunião adaptar a cadeia a hospital para tifosos, removendo os presos para os altos dos Paços do Concelho.

A 25 de Fevereiro foi autorizada pelo ministério da justiça a transferência dos presos para o lado norte da parte superior dos Paços do Concelho, onde se colocaram grades nos óculos. Os presos foram mudados no fim da última semana de Março e aí se mantiveram até 8 de Julho, data em que, por falta de doentes, foi fechado o hospital.

Na cadeia de Ovar estiveram presos, em Fevereiro de 1919, o republicano dr. Campos Lima, autor do *Reino da traulitânia*, e o padre Miguel de Oliveira.

A 15 de Junho de 1919, tendo reaparecido o tifo e dando satisfação às justas reclamações do pessoal do foro, foi alugada a *casa da balança* ou celeiro das dízimas, no bairro de N.ª Sr.ª da Graça, e adaptada a cadeia, nela se conservando os presos até fins de Julho.

A cadeia comarcã, com uma lotação de 78 presos, mantida e conservada pela Câmara, foi extinta a 1 de Outubro de 1973, com a criação do estabelecimento prisional regional de Aveiro, e demolida na 1.ª quinzena de Julho de 1975.

A Câmara deliberara, na reunião de 14 de Junho de 1975, contratar com José Dias Cabral, por 74.500$00, a demolição do edifício da antiga cadeia.

Localização da cadeia:

1600- 1792	*velhos* Paços do Concelho
1792-02/08/1893	*novos* Paços do Concelho
02/08/1893-13/08/1910	Pereira Jusã
13/08/1910- 3/1918	Bairro de S. José (*Mato Grosso*)
3/1918-08/07/1918	Paços do Concelho
08/07/1918-15/06/1919	Bairro de S. José
15/06/1919- 7/1919	*casa da balança*
7/1919- 1973	Bairro de S. José

Presos existentes na cadeia comarcã:

Datas	**H**		**M**		**HM**
15/12/1940	17	+	2	=	19
31/12/1950	9	+	2	=	11
31/12/1960	7	+	1	=	8
31/12/1970	11	+	1	=	12

Presos entrados na cadeia comarcã:

Anos	**H**		**M**		**HM**
1950	81	+	33	=	114
1960	80	+	56	=	136
1970	36	+	9	=	45

Toponímia de Ovar na Primeira República (1910-1926)

Após a implantação da República, começou a febre da substituição das designações do antigo regime.

Porventura, para a sua rápida implantação na vida quotidiana ovarense, o novo regime alterou a designação das ruas, mandando substituir nomes que faziam parte da memória colectiva, nomes a que a população se afeiçoara, numa falta de respeito pelo passado, numa manifesta intolerância.

A Câmara, logo nas sessões de 10 e 17 de Outubro de 1910, deliberou mudar a nomenclatura de Ovar e, na sessão de 24 deste mês, foi apresentada a relação definitiva de 35 denominações novas! Da Monarquia, somente se mantiveram aqueles nomes de Mousinho de Albuquerque, que mudou de praça para largo, de Almeida Garrett, Coronel Galhardo e Serpa Pinto.

Os 35 novos nomes vieram consagrar o *novo regime e suas datas* – Praça da República, Largo Cinco de Outubro –, Ruas 31 de Janeiro e dos Mártires da República –; 7 *precursores ou heróis do regime* – Largo Miguel Bombarda, Ruas Cândido dos Reis, Elias Garcia (figura ligada à Maçonaria), Heliodoro Salgado, José Falcão, Capitão Leitão e Rodrigues de Freitas –; 5 *políticos ou estadistas liberais* – Fernandes Tomás, Gomes Freire, Joaquim António de Aguiar, José Estevão e Marquês de Pombal –; 9 *escritores nacionais* – Júlio Dinis e Trindade Coelho, que viveram em Ovar, e ainda Alexandre Herculano, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Castilho, Eça de Queirós, João de Deus e Luís de Camões –; um *navegador* – Vasco da Gama –; *um estrangeiro então muito admirado em Ovar* nos meios progressistas e antijesuíticos – Francisco Ferrer –; e 8 *ovarenses, dois militares* – Visconde de Ovar e Marechal Zagalo –; *dois escritores* – Licínio de Carvalho e João Frederico –; *três beneméritos* – Ferreira Meneres, padre Ferrer e Francisco Zagalo –, e *um político* – dr. Manuel Arala, tio por afinidade do Presidente da Câmara, dr. Pedro Chaves.

Esta mudança radical, especialmente a substituição dos nomes da antiga tradição local pela nomenclatura republicana, pelos de figuras ligadas à propaganda do novo regime, não agradou à maioria da população e a imprensa local reflectiu esse sintoma. Para o *Regenerador Liberal* «faz rir a bom rir a nomenclatura das ruas de Ovar, inventada há dias pela senhora câmara. Tirou e pôs nome a tudo, menos à viela da Neta. Por esquecimento decerto. Foi pena. Mais um patriota ou benemérito que lá podia... consagrar». E acrescentava que «a câmara tem muito que fazer, se quiser, para andar agora a meter Vasco da Gama no Lamarão ou qualquer Bombarda nos Ferradores» (N.º de 3 de Novembro de 1910). A *Revista de Ovar* (de 17 de Novembro), monárquica, louvava ironicamente a Comissão Municipal «pelo alvitre de largo alcance que acaba de proporcionar ao povo de Ovar», declarando: – «Quem é que não conhece em Portugal a obra herculeamente civilizadora que legou à pátria, por exemplo, o distinto escritor Heliodoro Salgado». E, o que é mais sintomático, o próprio órgão republicano local, *A Pátria*, não estava de acordo com tantas mudanças, pressagiando que muitas ruas, praças e largos nunca mudariam de nome para o povo.

Não há dúvida que os republicanos cometeram um erro ao rebaptizarem, praticamente, todas as ruas, largos e praças de Ovar, que tinham nomes que o povo ovarense assimilara no decurso de séculos, sendo um exemplo de toponímia espontânea, ou popular.

A Câmara republicana devia ter-se limitado a consagrar as datas mais importantes do novo regime e aguardaria a abertura de novas ruas para consagrar ovarenses ilustres. A mudança que levou a cabo foi resultado de um capricho político, um despropósito, uma extravagância e até mesmo, no que se refere ao Largo Francisco Ferrer, um disparate.

Relação dos 39 nomes dados na Primeira República

– Aguiar, Rua Joaquim António de

Em 1910, os republicanos deram a parte da Rua de Sant'Ana (estrada da Marinha) o nome de *Rua Joaquim António de Aguiar* (1792-1884), estadista ligado à extinção das ordens religiosas, o que lhe valeu a alcunha de *mata-frades*.

Em 1926, a Câmara deliberou dar à rua do *mata-frades* o nome de Rua dr. Francisco Zagalo e o nome de *Rua de Joaquim António de Aguiar* à Rua da Olaria. Em 1943, o nome do estadista foi mudado para a Rua dr. António dos Santos Sobreira.

– *Arala, Rua dr. Manuel*

A Rua dos Campos ou Rua das Almas, que liga a Praça da República ao Alto Saboga, cortando o Largo Cinco de Outubro (Largo dos Campos), recebeu o nome de *Rua dr. Manuel Arala*, na sessão de 24 de Outubro de 1910 da Comissão Municipal Republicana.

Nela nasceram frei Bernardino José do Espírito Santo e o dr. Manuel Arala, e nela tiveram lugar os graves acontecimentos de 7 de Janeiro de 1887 aquando da eleição da comissão recenseadora dos 40 maiores contribuintes.

Tiveram a sua sede nesta rua o Grémio Familiar (1900), e a Associação de Socorros Mútuos Ovarense (1905). Localizam-se nesta rua a casa da família Malaquias, o Grémio do Comércio dos concelhos de Ovar e de S. João da Madeira, e a sede/quartel aos Bombeiros Voluntários (1993).

– *Bombarda, Largo Miguel*

Em 1910, os republicanos deram ao Largo da Poça o nome de *Largo Miguel Bombarda*, médico anticlerical assassinado por um louco no 1.º dia da revolução republicana.

Após o *25 de Abril* de 1974, o Largo da Poça veio a ser denominado *Largo Santa Camarão*, e o Largo Miguel Bombarda passou para norte, na Rua Licínio de Carvalho.

– *Camilo Castelo Branco, Rua*

Em 1910, a Rua do Sobreiro, ligando a Rua Visconde de Ovar à Rua do Enxemil, tomou o nome de *Rua Camilo Castelo Branco.*

– *Camões, Rua Luís de*

À Rua de S. Tomé e Areal foi dado, em 1910, o nome do mais célebre dos escritores portugueses, o autor da epopeia nacional *Os Lusíadas*. A rua parte da Rua Antero de Quental, junto das instalações velhas do F. Ramada, até à Rua 31 de Janeiro.

– *Carvalho, Rua Licínio de*

Em 1910, a Rua do Pinheiro, desembocando no Largo Miguel Bombarda, na Poça, recebeu o nome de *Rua Licínio de Carvalho.*

– *Castilho, Rua*

À Rua dos Maravalhas os republicanos deram, em 1910, o nome de *Rua Castilho* (da Avenida dr. Nunes da Silva ao lado poente do Largo dos Campos).

António Feliciano de Castilho foi um dos três grandes escritores, com Garrett e Herculano, da 1.ª época do romantismo em Portugal.

– *Cinco de Outubro, Largo*

Na sessão camarária de 10 de Outubro de 1910, por proposta de Fernando Artur Pereira, foi dado o nome de *Praça* (Largo) *Cinco de Outubro* ao Largo dos Campos.

Situam-se neste largo a Capela das Almas (1800/1817), a Casa de Júlio Dinis,

Largo Cinco de Outubro.
Edição Ramos & Camarão

imóvel de *interesse público* (decreto n.º 29/84, de 25 de Junho de 1984), restaurado (inauguração a 23 de Junho de 1993) e, actualmente, transformado no *Museu Júlio Dinis* (1996), e a sede do partido socialista (Julho de 1974).
Neste largo, com chafariz desde o abastecimento de águas a Ovar (1877), localizou-se a praça do peixe e a feira dos suínos. No quintal da casa do dr. Zagalo dos Santos, aquando do eclipse do Sol (1900), esteve implantada a missão científica russa.
No Largo Cinco de Outubro nasceram o dr. António Pereira Zagalo (1789) e o contra-almirante Álvaro Manuel Maria Valente de Araújo (1900); e morreu o padre Francisco Correia Dias (1891).

- Deus, Rua João de

A Rua Direita das Ribas, da Praça ao Senhor do Poço, ficou desde 1910 a denominar-se *Rua João de Deus*. Na sessão de 16 de Agosto de 1928, por proposta de Júlio Pereira Vinagre, a Câmara deu o nome de Rua Alexandre de Sá Pinto à parte desta rua que fica abaixo das entradas das Ruas dr. Francisco Zagalo e Jaime Cortesão (antiga Rua António Soares Pinto).
João de Deus (1830-1896), foi um dos maiores poetas líricos da língua portuguesa.

- Dezanove de Junho, Largo e Avenida

Ao Largo da Estação (1864), por solicitação dos ferroviários de Ovar na sessão de 24 de Julho de 1911, a Câmara Municipal deu o nome de *Largo 19 de Junho*, data histórica do novo regime. A *Assembleia Nacional Constituinte* reuniu-se pela primeira vez, a 19 de Junho de 1911, e nessa sessão «sancionou a revolução de 5 de Outubro, decretou a abolição da Monarquia, o banimento da dinastia de Bragança, a adopção da *república democrática* como forma de governo, a nova bandeira, bipartida de verde-escuro e escarlate, e a da *Portuguesa*, do maestro Alfredo Keil, como hino nacional» (Prof. ÂNGELO RIBEIRO, na *História de Portugal*, Edição de Barcelos, vol. VII).

Na sessão de 26 de Julho de 1928, foi resolvido dar-lhe o nome de Largo Serpa Pinto.

O Largo da Estação tem a nascente a Estação dos Caminhos-de-Ferro, e, a norte, o edifício onde esteve instalado o Colégio Júlio Dinis.

Na sessão camarária de 26 de Julho de 1928, foi também resolvido dar à Rua da Cadeia, que ligava este edifício com a Rua Alexandre de Sá Pinto, o nome de *Avenida 19 de Junho.*

A comissão toponímica (instituída pelos democráticos após o *25 de Abril* de 1974), porém, a 6 de Julho de 1975, numa resolução espantosa e inconcebível, decidiu substituir o nome de *19 de Junho* «sem significado ou interesse», pelo que a artéria passou a ter o nome de Avenida dr. Nunes da Silva!

Certamente que não está em causa o nome do dr. Nunes da Silva, mas somente o apagamento na toponímia local daquele dia 19 de Junho!

Esta avenida parte, actualmente, a norte, da Rua dr. Manuel Arala e vai até à Rua Alexandre de Sá Pinto (estrada da Ribeira), passando pela sede dos Bombeiros Voluntários (Alto Saboga) e pelo hospital.

– Dinis, Rua Júlio

A Rua de Sant'Ana tomou, em 1910, desde a Praça à Capela das Almas, o nome de *Rua Júlio Dinis.* Compreendendo o arruamento do lado sul do Jardim dos Campos (Largo Cinco de Outubro), passa em frente à Casa de Júlio Dinis.

– Eça de Queirós, Rua de

A Cal de Pedra, que liga a Rua dr. José Falcão, em frente à esquadra da P.S.P., à Rua Alexandre Herculano, recebeu, em 1910, o nome de *Rua Eça de Queirós.*

O grande escritor EÇA DE QUEIRÓS (1845-1900) tem nos seus romances *A ilustre casa de Ramires*, *A Tragédia da Rua das Flores*, e *A Capital*, várias personagens de Ovar.

– Estevão, Rua José

A Rua de S. Bartolomeu, no centro da cidade, ligando a Rua dr. Manuel Arala à Rua Professor Egas Moniz, tomou, em 1910, e nome de *Rua José Estevão*, o mais célebre dos oradores parlamentares portugueses, natural de Aveiro (1809-1863).

– Falcão, Rua José

A Rua das Figueiras, que une o Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar ao passo de nível da Ponte Nova, juntamente com a Rua do Outeiro, tomaram, em 1910, o nome de *Rua dr. José Falcão*, republicano histórico e lente de Matemática.

Nela se situaram a extinta Capela de S. Lourenço Mártir (1748) e a farmácia Rodrigues, e nela se localizam a *Fotografia Lisboa* (a antiga *Photo Lisboa*, de Ricardo Henrique da Silva Ribeiro), a esquadra da polícia (15 de Fevereiro de 1970), a conceituada casa do *pão-de-ló S. Luís*, e a ponte João de Pinho (reconstruída em 1786 e 1962).

Faleceram nesta rua o dr. Antonio Pereira da Cunha e Costa e o coronel Manuel Rodrigues Leite.

Pelo recenseamento de 15 de Dezembro de 1970, esta é a 3.ª rua de Ovar em população (584 habitantes, 163 famílias, 215 fogos e 284 prédios).

– *Fernandes Tomás, Rua*

Em 1910, os republicanos baptizaram a Travessa dos Maravalhas com o nome de *Rua Fernandes Tomás*, o mais notável dos inspiradores e organizadores da revolução *vintista*, o varão incorruptível que «salvou a Pátria e morreu pobre» (Garrett).

Na sessão de 21 de Novembro de 1936, a Câmara deliberou dar à parte desta rua compreendida entre as Ruas Castilho e dr. Manuel Arala, a pedido da Associação Desportiva Ovarense, o nome de Rua António Dias Simões.

– *Ferreira Meneres, Rua*

À Rua Nova da Ruela foi dado, em 1910, o nome de *Rua Ferreira Meneres*. Vai do Largo das Tricanas para sul, à Rua João de Oliveira Ramos.

– *Ferrer, Largo Francisco*

Ao Largo de S. Miguel deram, em 1910, os republicanos o nome de *Largo Francisco Ferrer*, mártir do jesuitismo, cuja execução, a 13 de Outubro de 1909, foi bastante sentida nos meios liberais de Ovar.

A 6 de Outubro de 1926, a Câmara Municipal deu-lhe o-nome de Largo 12 de Dezembro, e na sessão de 18 de Novembro de 1943, tendo exarado na acta um voto de profundo pesar pelo falecimento do dinâmico e autoritário Ministro das Comunicações, deliberou dar à alameda do largo o nome de Alameda eng.º Duarte Pacheco, como homenagem ao interesse que este notável homem público sempre demonstrara pelas manifestações, embora modestas, da actividade camarária.

– *Ferrer, Rua Padre*

Dado que na Rua dos Lavradores nasceu, a 25 de Março de 1825, o benemérito padre Manuel Eliano Gomes Ferrer (1825-1878), a Câmara municipal resolveu, em 1910, dar a essa rua, bem como à Rua da Oliveirinha, o nome de *Rua Padre Ferrer*.

Na sessão de 6 de Março de 1930, deliberou a Câmara dar o nome de Rua da Associação Desportiva Ovarense à parte da Rua Padre Ferrer que dá acesso ao campo de jogos.

Na Rua Padre Ferrer, que vai de Largo Cinco de Outubro (Largo dos Campos) à Rua dr. José Falcão, localizam-se os armazéns de vinhos da Ferreira Malaquias.

A *Travessa Padre Ferrer* situa-se a poente da rua do mesmo nome.

– *Freire de Andrade, Rua Gomes*

À Rua da Estação, desde a Senhora da Graça, foi dado, em 1910, o nome de *Rua Gomes Freire de Andrade*. Na sessão de 26 de Julho de 1928 foi resolvido designá-la por Rua Alexandre Sá Pinto mas, na sessão de 16 de Agosto do mesmo ano, foi revogada essa deliberação camarária continuando a rua com o nome daquele marechal de campo, supliciado a 18 Outubro de 1817, e «considerado como um dos mais ilustres e mais atrozmente perseguidos mártires da liberdade em Portugal» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11.º).

Nesta rua, que liga a Capela da Senhora da Graça ao passo de nível da Estação, localizaram-se a *casa da balança* ou celeiro das dízimas, a fábrica de

energia eléctrica (1913), os Serviços Municipalizados de Electricidade (1933), a praça do peixe (1936-1957), a Capela de S. Sebastião, a Ovarina, o Grémio da Lavoura, e a biblioteca (1988-1997).

Localizam-se nela o mercado municipal (1955), o museu de Arte Sacra (1973), a Igreja Matriz, o cemitério (1831), o novo correio (1 de Agosto de 1965), as casas dos magistrados (1959), a Cooperativa agrícola do concelho de Ovar (6 de Janeiro de 1977), e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ovar (fins de Agosto de 1982).

– *Furadouro, Estrada do*

Na sessão de 27 de Novembro de 1923, foi aprovado que à estrada que liga Ovar com a praia do Furadouro, vulgarmente chamada *Estrada do Furadouro*, se lhe desse oficialmente esta denominação.

Em 1979, a Câmara Municipal deu o nome de Avenida da Régua à parte da Estrada do Furadouro que liga o Alto Saboga com o cruzamento do Carregal; e, a 25 de Julho de 1984, nas comemorações da elevação de Ovar a cidade, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou a Avenida do Emigrante, ligando o Carregal à praia do Furadouro (Praça da Varina), Esta última designação tinha sido aprovada, pela Câmara Municipal, a 21 de Março desse ano.

– *Garcia, Rua Elias*

Em 1910, foi dado à Rua da Graça e Pontes o nome de *Rua Elias Garcia*, um dos fundadores da organização política republicana e grão-mestre da maçonaria portuguesa.

Na Rua Elias Garcia, que liga a Praça da República ao Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nasceu o dr. António Baptista Zagalo dos Santos (9 de Agosto de 1884), e faleceram António de Oliveira Melo (30 de Agosto de 1923), que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar, Francisco Peixoto Pinto Ferreira (6 de Janeiro de 1930), Manuel Augusto de Oliveira Salvador (1 de Julho de 1950), e aquele dr. Zagalo dos Santos (4 de Novembro de 1957).

Rua da Graça (Rua Elias Garcia).
Editor – Alberto Ferreira – Batalha – Porto

Nela se localizam a Capela de N.ª Sr.ª da Graça (a actual, 1895/1899), as pontes da Graça (1716) e da Ruela (a actual, 1937), a casa da Família Peixoto, e a Fundação Pepulim. E localizaram-se a fonte dos Canos, a Conservatória do Registo Predial, a praça do peixe (1895/1899), a sede do Foot-Ball Club de Ovar (20 de Junho de 1915), as agências do Banco Nacional Ultramarino (5 de Julho de 1920) e do Banco Borges & Irmão (24 de Junho de 1930), e a sede da Associação dos Comerciantes e Industrais de Ovar (1932-1933).

- Heliodoro Salgado, Rua

A Rua de trás das Ribas tomou, em 1910, o nome de *Rua Heliodoro Salgado* (1861-1906), escritor republicano filiado na maçonaria, e, posteriormente, o nome de Rua António Soares Pinto.

Actualmente, é designada *Rua Heliodoro Salgado* a rua que parte do Largo da Família Soares Pinto (escadas) até à Rua 31 de Janeiro. Nela se localiza o Museu (1961).

- Herculano, Rua Alexandre

À Rua da Fonte foi dado, em 1910, o nome do maior historiador português, o poeta e romancista Alexandre Herculano (1810-1877).

A *Rua Alexandre Herculano* vai do centro de cidade, da Rua Elias Garcia, à Rua José Falcão, na ponte João de Pinho.

- Leitão, Rua Capitão

À Rua Velha da Arruela, que desemboca na Rua Visconde de Ovar, no Largo das Tricanas, foi dado, em 1910, o nome de *Rua Capitão Leitão.*

O capitão de infantaria António Amaral Leitão (1845-1903), estalando no Porto a revolta do *31 de Janeiro* de 1891, tomou nela parte activa como chefe militar, comandando as forças revoltosas.

- Mansarrão, Rua dr. João de Oliveira

À Rua da Olaria, situada entre as Ruas dr. José Falcão e Alexandre Herculano, foi dado, a 23 de Março de 1914, o nome de *Rua dr. João de Oliveira Mansarrão*, por proposta de Manuel Augusto de Oliveira Salvador.

Causa espanto que tenha sido uma Câmara *democrática*, republicana, a propor o nome duma rua a um *miguelista*!

Posteriormente, recebeu os nomes de Rua de Joaquim António de Aguiar (1926-1943), Rua dr. António dos Santos Sobreira (1943-1975), e, novamente, Rua da Olaria (1975).

- Marquês de Pombal, Rua e Travessa

Em 1910, parte da Rua de Sant'Ana tomou o nome de *Rua Marquês de Pombal.*

A *Travessa Marquês de Pombal* situa-se no centro da cidade.

- Mártires da República, Rua dos

À Travessa da Praça, que liga a Rua Cândido dos Reis à Rua Alexandre Herculano, foi dado, em 1910, o nome de *Rua dos Mártires da República.*

- Mousinho de Albuquerque, Largo

Na sessão camarária de 10 de Outubro de 1910, foi dado ao Largo de S. Tomé o nome de *Largo Mousinho de Albuquerque*, por proposta do Presidente da Câmara dr. Pedro Chaves que, em aditamento à sugestão do vogal Manuel Pe-

reira Dias para se designar a Praça Mousinho de Albuquerque por Praça da República, declarou que não podia esquecer-se o herói de Chaimite, aquele que prendeu o Gungunhana.

O major Mousinho de Albuquerque (1855-1902), foi Governador Geral e Comissário Régio em Moçambique.

– *Quental, Rua Antero de*

A Rua das Neves, no centro da cidade, tomou (1910) o nome de *Rua de Antero de Quental.*

O poeta e filósofo Antero de Quental nasceu em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, Açores, a 18 de Abril de 1842, suicidando-se na mesma cidade a 11 de Setembro de 1891.

– *Reis, Rua Cândido dos*

À Rua da Praça, que une a Praça da República ao Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, foi dado (1910) o nome de *Rua Cândido dos Reis*, vice-almirante que se suicidou a 4 de Outubro desse ano, quando julgou perdida a revolta de que era chefe.

Praça da República. Foto de João Cunha

– *República, Praça da*

À Praça do Comércio, centro da cidade, foi dado, na sessão camarária de 17 de Março de 1896, por proposta de Manuel Martins de Oliveira Vaz, o nome de Praça Mousinho de Albuquerque, e, na sessão de 10 de Outubro de 1910, por proposta de Manuel Pereira Dias, o nome de *Praça da República.*

– *Rodrigues de Freitas, Rua*

À Rua do Seixal, que desemboca na Rua Coronel Galhardo, deram os republicanos, em 1910, o nome de *Rua Rodrigues de Freitas.*

O lente José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896), filiado no partido republicano, foi eleito deputado pelo Porto na legislatura de 1870 a 1874, sendo o único deputado republicano da Câmara.

– *Teixeira de Pinho, Rua dr. João Frederico*
À Travessa de S. Lourenço, que parte da Rua dr. José Falcão e desemboca na Rua Alexandre Herculano em frente à Rua Ferreira de Castro (anteriormente Rua eng.º Arantes e Oliveira), foi dado (1910) o nome de *Rua dr. João Frederico Teixeira de Pinho.*
– *Trindade Coelho, Rua*
A Rua do Casal, da Rua Luís de Camões dando volta à casa do Folha e tornando à mesma rua, recebeu (1910) a designação de *Rua Trindade Coelho.*
– *Trinta e um de Janeiro, Rua*
Em 1910, os republicanos deram à Rua do Picoto, que liga a Praça da República à Rua Luís de Camões, o nome de *Rua 31 de Janeiro.*
– *Vasco da Gama, Rua*
Em 1910, foi dado o nome de *Rua Vasco da Gama* à Rua do Lamarão. O descobridor do caminho marítimo para a Índia morreu em 1524.
– *Visconde de Ovar, Rua*
A Rua dos Ferradores da Arruela recebeu, em 1910, o nome de *Rua Visconde de Ovar*, título do mais ilustre militar ovarense, António da Costa e Silva. Pelo recenseamento de 15 de Dezembro de 1970, esta rua é a mais populosa de Ovar, com 715 habitantes, 185 famílias, 231 fogos e 275 prédios.
– *Zagalo, Largo dr. Francisco*
Em 1910 foi dado este nome ao Largo de S. Pedro, também denominado Largo do Hospital.
– *Zagalo, Rua Marechal*
À Rua da Mota, que desemboca na Rua Alexandre Herculano, foi dado, a 24 de Outubro de 1910, o nome de *Rua Marechal Zagalo*. Partiu-se, então, erradamente, de que o marechal tinha nascido nessa rua, quando nasceu no Largo de S. Pedro.

***Revista de Ovar* (17 de Novembro de 1910). O *Jornal de Ovar* ataca o dr. Pedro Chaves (1910-1912)**

Semanário monárquico conservador, a *Revista de Ovar*, «transformação radical e completa» do *Regenerador Liberal*, publicou-se de 17 de Novembro de 1910 a 19 de Abril de 1911, tendo sido *suprimida* arbitrariamente pelas autoridades republicanas a 20 deste último mês.

Com redacção e administração no Largo de S. Miguel, impressa numa tipografia do Porto, teve como directores, proprietários e editores, Amadeu Peixoto Pinto Leite e Américo Peixoto Pinto Leite, e como redactores, António Augusto de Resende e padre Manuel Rodrigues Lírio.

Foi a 1.ª vez que em Ovar, desde que, a 22 de Julho de 1883, surgiu *O Ovarense*, foi suprimido um semanário!

O *Jornal de Ovar*, que fora o órgão local do partido progressista, de 1910 a 1912, orientado politicamente pelo dr. Joaquim Soares Pinto e tendo como director, editor e

ANNO I — Ovar, 17 de Novembro de 1910 — NUMERO 1 (82)

SEMANARIO LITTERARIO E INDEPENDENTE

Revista d'Ovar

Pela familia — Pela religião — Pela patria

Typ. Fonseca & Filho. — Porto

Director: AMADEU PEIXOTO PINTO LEITE	ASSIGNATURA	Editor: AMERICO PEIXOTO PINTO FERREIRA
Publicações	Em Ovar (anno) . . . 1$000 reis	Redacção e administração
Cada linha, 60 reis. Repetições, 30.	Com estampilha (anno) . 1$200 » Brazil e Colonias . . . 1$500 »	Largo de S. Miguel — OVAR

O nósso programma

Morreu o *Regenerador-Liberal* no meio do descalabro politico a que uma revolução intempestiva e proselita veio pôr o grande fecho da abobada de destruição de tudo o que em Portugal tinha raizes fundas na consciencia do povo e nas paginas da nossa historia.

De pouco nos importava a nós que governasse um rei inconsciente ou dirija os negocios d'um paiz um homem exaltado pondo ao serviço dos seus ideaes a auctoridade dictadorial d'uma tyrannia egotista fundamentada no fumo d'uma revolta picaresca e heroe-comica.

O que nos revolta e enjôa é a semcerimonia com que se abate tudo, com que se destroem todos os principios, com que se transtornam todas as tradições e com que se prostituem todas as intenções.

O que nos enjôa e revolta ainda mais é a passividade da consciencia nacional que assiste indifferente á marcha d'essa enorme *avalanche* que arrasta atraz de si homens e principios, convicções accommodaticias, no

promette larga messe á meza do novo regimen e, seduzido pelas côres verde-encarnado dos novos principios, lá vae sem rubor na face e de cabeça levantada prestar o seu culto inconvicto ao *maître d'hotel* que mais cedo ou mais tarde o admittirá a agape nacional que seduz o estomago dos *sem-vergonha*.

O que não podemos levar á paciencia é que os que mudaram o regimen não se proporcionem occasião de mostrar ao paiz como se governa uma nacionalidade decadente, regularisando a nossa vida publica com as outras nacionalidades, deixando ao tempo, á educação civica futura e á comprehensão mais consciente do progresso moderno a obra de remodelar, fortalecer e transtornar a nossa vida interna.

O governo anda a edificar o futuro d'uma patria nova sobre o terreno movediço, improprio e lodacento d'uma vaidade impertigada de tudo querer fazer de afogadilho, explorando assim as aspirações esquentadas da massa popular que os jornaes avançados prepararam para a comedia da revolução.

Sempre o dissemos, e diremos sempre, que não era questão de regimen que entra-

Revista de Ovar, *de 17/11/1910.*

proprietário Augusto da Costa e Pinho, ataca, furiosamente, os membros da Câmara Municipal, especialmente o seu Presidente dr. Pedro Chaves, figura carismática do novo regime em Ovar, descendo à má língua, à chicana.

Para este semanário quem mandava politicamente em Ovar não eram os republicanos históricos mas os foragidos dos partidos da Monarquia. Criticando e zombando, implacavelmente, do dr. Pedro Chaves, denominava-o *rei* dos republicanos vareiros, *rei da cebola*, *maioral*, *czar da Misericórdia*, *senhor* de tudo isto, *czar-rei-senhor*, um «dos tais republicanos, que, enquanto durava a monarquia, mandava os eleitores, de que dispunha, votar por um dos partidos monárquicos; mas, agora, que temos outros ventos diz, *que já no ventre de SU MADRE barregava pela república*» (*Jornal de Ovar*, de 11 de Dezembro de 1910).

«No tempo da *omniosa* era o correligionário mais humilde e submisso de todo e qualquer partido que lhe desse a conservatória do registo predial. Não se filiou, declaradamente, em qualquer dos partidos existentes, pois não podia prever, qual seria a situação política, que predominaria, quando falecesse o já extinto conservador, que era de idade avançada». Até que «caem os franquistas. Há eleições e ele vota com o seu amigo Campos Henriques. Há novas eleições e ele vota com o seu amigo Teixeira de Sousa, pois era quem estava no poder. Cai Teixeira de Sousa e com ele a monarquia e o nosso *herói* declarou ser republicano histórico, e apanha todos os lugares cá do concelho. Senhor da situação, pois foi arredando quem lhe podia fazer sombra, faz-se

o tirano-mor, o czar de tudo isto, e só consente ao lado dele, quem abdicando do seu direito de livre crítica e de livre discussão, com prejuízo do amor próprio e da própria dignidade, se põe de cócoras perante ele. Eis porque a lista do *provedor* foi eleita por unanimidade. Eis porque ele é o *czar* – o senhor de tudo isto – o rei da cebola» e «o nosso herói é o *primeiríssimo* amigo da Misericórdia, de que é o solícito provedor» (*Jornal de Ovar*, de 16 de Junho de 1912).

Presidente da Comissão Municipal Administrativa republicana desde 10 de Outubro de 1910, oficial do registo civil desde 7 de Março de 1911, provedor da Misericórdia de 1913 a 1915, deputado eleito a 16 de Novembro de 1913, senador eleito a 11 de Maio de 1919, etc., o dr. Pedro Chaves foi ridicularizado pelo semanário do extinto partido progressista:

Hão-de ver

«Foi destituído do cargo de bispo da diocese do Porto, Sua Ex.ª Revma. o sr. D. António Barroso. Qualquer dia rebenta por aí a nomeação do dr. Pedro Chaves para esse lugar».

Pois, não!

«Consta-nos, que se deu p'ra aí uma vaga de guarda cívico. Querem ver, que o dr. Chaves também abiscoita esse aconchego?!».

Inda mais?!

«Dizem-nos, que Sua Ex.ª Revma. o sr. Dr. Pedro Chaves anda tratando de arranjar para aí um lugar vago, que há no escritório das oficinas do caminho de ferro desta vila.

Irra!... Aquilo já não é uma centopeia, é uma perfeita arca de Noé».

Aí mesmo...

«Foi publicado um decreto extinguindo os cargos de provedor e adjunto da Casa Pia. Pena foi, que o dr. Chaves não soubesse antecipadamente dessa resolução do governo, porque podia evitá-la e *aparar* mais essa dupla *posta*».

De chupeta

«A câmara trata de arranjar um regimento para esta vila, cujo quartel será no antigo edifício do hospital. Stá-se a conhecer o enredo da peça: – o dr. Chaves quer ser rancheiro, não haja dúvida».

Tem razão

«O dr. Chaves anda desapontado pela falta de lugares vagos, que houve esta semana. Se lhes parece!... Aquilo, desde que não apanhe dois empregos por dia, já não come».

É capaz

«Como o dr. Chaves é apaixonado por música, talvez inda ele venha a querer ser corneta do regimento. Inda o hão-de ver a tocar... a recolher».

Tudo, tudo

«Com a história do regimento, quem lucra é o dr. Chaves. Sabem porquê? Porque há-de querer também ser tambor do mesmo regimento. Ele é capaz, até, de tocar os 7 instrumentos».

In: *Jornal de Ovar*, de 12 de Março de 1911

Inda não é tarde
«Tem passado deveras incomodado, por virtude de não ter havido lugares vagos, o sr. dr. Pedro Chaves. Tenha paciência. Espere, que *enquanto espera não óga...*».
Idem, de 19 de Março de 1911

O próprio órgão do partido *evolucionista*, de António José de Almeida (*República*, de 3 de Maio de 1913), mete-se, num artigo intitulado «A confusão administrativa» com o chefe republicano local:

«Cá está mais um para fazer companhia aos açambarcadores de Moncorvo, de Pinhel e da Régua. Este é de Ovar e chama-se Pedro Virgolino Ferraz Chaves, sendo – pudera não! – o chefe dos democráticos *marca* Barbosa de Magalhães & C.ª Pois este cavalheiro, ao que dali nos referem, é presidente da comissão municipal administrativa, juiz substituto, provedor da Misericórdia e *voluntário*... reformado».

O dr. Pedro Chaves respondeu a este ataque no mesmo jornal, a 11 de Maio de 1913, e *A Pátria* (de 20 de Fevereiro e 15 de Maio) lamentava o «fraccionamento do velho e glorioso partido republicano, a sua desunião precipitada, tristíssimo espectáculo que os monárquicos exploram, batendo palmas e deitando foguetes de contentes», e o facto do jornal *República*, de que era director o dr. António José de Almeida, difamar o dr. Pedro Chaves.

Valeu aos republicanos locais, e especialmente ao dr. Pedro Chaves, o facto do *Jornal de Ovar* ter terminado os seus dias a 21 de Julho de 1912. Caso contrário teriam gramado, indubitavelmente, uma série de achincalhações, na sua maior parte, senão na sua totalidade, imerecidas, somente ditadas com o intuito de ridicularizar, chacotear e escarnecer.

Estas vaias e chacotas do *Jornal de Ovar* constituíram o 1.º ataque aos republicanos democráticos da vila que foi dirigido pelos ex-monárquicos progressistas.

O uso das barbas compridas pelos principais vultos republicanos da vila – os bigodes e as barbichas à Afonso Costa pululavam em Ovar – levou o *Jornal de Ovar* (de 22 de Outubro de 1911) a cogitar na relação entre *barbas e república*:

As barbas? Não as ter e bem crescidas,
É hoje em dia um perigo dos mais sérios!
É arriscar-se na rua às investidas
Do *povo soberano*, e aos seus ditérios.

MANUEL BARBAS

Resolvi deixar barbas pelo facto
De querer passar por grande liberal;
Pois basta não parecê-lo e ser pacato
P'ra se não valer nada e passar mal.

CÉSAR

Homem barbeado... é todo talassa,
Gente de brio, honra e valor;
Mas não tem do *heróico povo* a boa graça
E está sujeito a... ser conspirador.

Talassa Junior

Queres sossego leitor? Segue o conselho:
Usa barbaças, sê republicano;
Manda a vergonha e a honra ao maravelho
E integra-te no *Povo Soberano.*

Alberto Brás

Queridas barbas! Ah! quanto vos quero
Pelo grande favor extraordinário
Que me fizeste de eu passar por fero
Republicano e grande carbonário!

Conspirador 2.º

A cedência à Misericórdia do hospital municipal – o Hospital da Santa Casa no Largo de S. Pedro (2 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1911). A cedência à Misericórdia do Colégio das Doroteias (28 de Janeiro)

Na sessão de 24 de Outubro de 1910 a Comissão Municipal Republicana resolveu entregar à Misericórdia a administração do hospital, cedendo-lhe o legado Ferrer, com todas as suas receitas e encargos, e provisoriamente o antigo edifício hospitalar, que reverteria para a Câmara logo que aquela associação humanitária tivesse edifício próprio.

A Misericórdia, na sua sessão extraordinária de 1 de Novembro, deliberou aceitar a imediata administração do hospital, com todos os seus rendimentos privativos e um subsídio da Câmara que cobrisse o déficit se o houvesse, e ainda o legado Ferrer, com todos os seus benefícios e encargos.

Na sessão camarária de 7 de Novembro, por proposta apresentada pelo Presidente dr. Pedro Chaves e aprovada por unanimidade, a Câmara cedeu à Misericórdia o edifício hospitalar, *provisoriamente*, enquanto a associação não possuísse por qualquer título outro edifício apropriado para esse fim, e o legado deixado pelo padre Ferrer, com todos os seus encargos, tal como a Câmara o recebeu.

A cedência foi aprovada pela comissão distrital de 19 de Novembro e por escritura de 2 de Janeiro de 1911 foi cedido o velho e desacreditado hospital municipal, com todos os seus rendimentos e encargos, pela Câmara à Misericórdia, que só se serviria dele durante um mês, de 2 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1911.

O decreto de 8 de Outubro de 1910 mandou pôr em execução quer as leis pombalinas de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767, que expulsaram para sempre de todo o País e seus domínios, como desnaturalizados e proscritos, os mem-

bros da Companhia de Jesus, quer o decreto de 28 de Maio de 1834 que extinguiu «todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra», declarando ainda a nulidade do decreto de 18 de Abril de 1901 com o fundamento de que *disfarçadamente* viera autorizar a constituição de congregações religiosas no País, quando pretendessem dedicar-se exclusivamente à instrução ou beneficência, ou à propaganda da fé e civilização no ultramar.

Para quem quer que não acatasse os efeitos da extinção das congregações religiosas eram estabelecidas sanções penais pesadas, que poderiam ir até à incriminação por constituição de associações ilícitas ou de associações de malfeitores. Uma série de decretos e portarias ordenou em seguida a forma de arrolamento dos bens das congregações e a sua integração na posse do Estado.

No cumprimento daquele decreto de 8 de Outubro de 1910, o Colégio das Doroteias, de Ovar, passou para a posse do Estado, tendo sido fechado e lacrado após arrolamento judicial, presidido pelo dr. Inácio Alberto José Monteiro, juiz da comarca, em que ficou depositário António de Oliveira Leite, o *Patarena*.

Por despacho ministerial de 28 de Janeiro de 1911 foram cedidos à Misericórdia, *provisoriamente*, o edifício e mobiliário do extinto Colégio das Doroteias. E a 2 de Fevereiro o juiz da comarca dr. Inácio Alberto José Monteiro, cumprindo despacho telegráfico do ministério da justiça, empossou à uma hora da tarde a Misericórdia do edifício e mobiliário do antigo Colégio dos SS. Corações de Jesus e Maria, a título *provisório* por ficar dependente da sanção da Assembleia Constituinte, ficando desde então o referido António de Oliveira Leite desonerado do encargo de depositário.

Esta deliberação do dr. Afonso Costa foi muito bem recebida em Ovar. Para o órgão local republicano foi justíssima, «foi uma esmola admirável que deu aos pobres do nosso concelho»; a associação «fica devendo ao dr. Afonso Costa o seu decisivo, seguro, desafogado passo para a frente – a sua própria existência! O dr. Afonso Costa deu a Ovar instalação excelente e sumptuosa», pelo que «Afonso Costa-Misericórdia de Ovar são nomes agora inseparáveis» (*A Pátria*, de 2 de Fevereiro de 1911). Para *A Discussão* (de 5 de Fevereiro) «o acto praticado pelo dr. Afonso Costa é dos que indelevelmente têm que ficar gravados no coração de todos os ovarenses. Ninguém pode haver, que não aceitasse de bom grado a resolução do Ministro da Justiça».

O agradecimento do povo de Ovar não se fez esperar!

O dr. Afonso Costa, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros Bernardino Machado, deslocou-se de comboio ao Porto para assistir às comemorações do 31 de Janeiro. Desde Aveiro, os dois ministros vieram acompanhados da mesa da Misericórdia de Ovar e na estação, onde o comboio parou alguns segundos pelas duas horas e meia de tarde, o Ministro da Justiça foi objecto duma entusiástica manifestação de simpatia do povo ovarense que enchia completamente a gare embandeirada. O dr. Afonso Costa saudou, então, num viva sincero, o povo de Ovar, abraçando o dr. Pedro Chaves.

A irmã do padre Manuel Lírio foi acusada, na Administração do Concelho, de ter dado vivas subversivos à passagem do Ministro da Justiça.

A 23 de Agosto de 1911 foi publicado o decreto sancionando a ordem emanada

do gabinete do dr. Afonso Costa e a 15 de Janeiro de 1912 a mesa da Misericórdia resolveu representar ao Ministro da Justiça pedindo-lhe a cessão *definitiva* do edifício e cerca anexa e de todos os bens que o padre João de Oliveira Saborino deixara às Doroteias e que tinham sido arrolados, alegando que os fundos da associação – subsídios e quotas dos irmãos – mal chegavam para cobrir as despesas do seu hospital.

A Misericórdia destinava assim, na sua exposição, os bens do seu próprio fundo, mas superiormente não foi atendida.

A 25 de Fevereiro de 1916 o dr. Pedro Chaves apresentou na Câmara dos Deputados o projecto de lei 314-G a pedir a entrega *definitiva* de todos os bens que as Doroteias detinham à data da implantação da República, projecto que foi votado, por unanimidade, na sessão de 29 de Junho de 1917 da mesma Câmara, pelo que todos os bens que pertenceram às freiras de Santa Doroteia, e que constituíam a herança deixada às mesmas pelo padre João de Oliveira Saborino, foram entregues à Misericórdia de Ovar.

A Discussão (de 8 de Julho de 1917), rejubilando com a entrega, afirmava: – «Até que enfim! Está feita toda a justiça ao próprio fundador do *asilo* e desafrontado o povo ovarense», dado que a primitiva e sincera ideia do fundador do edifício era legá-lo aos pobres de Ovar.

O projecto transformou-se na *lei n.º 742, de 20 de Julho de 1917*, assinado, entre outros, por Afonso Costa – sempre ele! –, com 7 artigos dos quais o 1.º determinava: – «São cedidos definitivamente à Irmandade da Misericórdia do concelho de Ovar todos os móveis já cedidos provisoriamente por despacho ministerial de 28 de Janeiro de 1911 e bem assim todos os imóveis arrolados nos concelhos de Ovar e Anadia e que eram possuídos pelo Colégio dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, de Ovar, vulgarmente designado por Colégio das Doroteias, pertencente à extinta congregação religiosa de Santa Doroteia».

Na sessão de 7 de Setembro de 1930 a Misericórdia protestaria contra as pretensões do *Campeão da Bairrada*, do dr. Paulo Cancela de Abreu, que consistiam numa tentativa de assalto aos bens da associação situados na freguesia de Ancas, do concelho de Anadia, com a sua transferência para a Misericórdia deste concelho.

A lei n.º 742 impôs a criação de uma creche-asilo-escola, alargando os serviços de assistência dentro do espírito dos próprios estatutos. É que, segundo *O Povo de Ovar* (de 11 de Setembro de 1930), D. Joaquina Gomes e D. Ana do Espírito Santo Morais, do Colégio dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, reclamaram em juízo os bens arrolados pelo que o Estado, ao cedê-los impôs condições à Misericórdia.

Criada a nova instituição a assembleia geral, por unanimidade, a 26 de Fevereiro de 1922, resolveu denominá-la *Creche-Asilo-Escola Pedro Ferraz Chaves*, homenageando quem mais concorreu para a tornar possível. Segundo o art.º 1.º do *regulamento* da Creche-Asilo-Escola, «em justíssima homenagem ao seu principal benfeitor».

Foi solenemente inaugurada, a 13 de Agosto de 1922, com os expostos que a Câmara entregara à Misericórdia em 1910 e que estavam quase ao abandono moral. Em Agosto tinha 12 crianças e em Junho de 1924 funcionava já com 18. Como *creche* devia «facilitar o trabalho às classes operárias pobres do concelho de Ovar, recebendo, agasalhando e alimentando gratuitamente, durante o dia, seus filhos de ambos os

sexos»; como *asilo-escola* devia «albergar, alimentar, educar e instruir convenientemente crianças pobres de ambos os sexos do concelho de Ovar – órfãos de pai ou mãe ou moralmente abandonados ou retirados legalmente, do pátrio poder» (art.º 2.º do *regulamento* citado).

Em 1926 foi aberto o *asilo dos velhos* inválidos com 12 internados de ambos os sexos.

Os republicanos sidonistas e liberais ovarenses, em 1919-1920, atacaram a direcção da Misericórdia. Para *A Defesa*, (de 11 de Julho de 1920), órgão local dos republicanos liberais, «a Misericórdia não corresponde ao fim que o seu fundador teve em vista, e o povo da nossa terra esperava. Enquanto aos doentes pobres se não dá recolhimento ou por falta de receita ou por qualquer outro fundamento, que não conhecemos, recebem-se as pessoas abonadas para se lhes fazer operações caras, alberga-se ali gentes, como até há poucos dias sucedeu, fazendo da Misericórdia um hotel».

Para *A Pátria* (de 8 de Maio de 1919), órgão dos democráticos, os republicanos sidonistas e liberais teriam feito uma guerra infame à associação com o fim de a aniquilar.

Misericórdia. Creche-Asilo-Escola. Edição Ramos & Camarão

A mesa do triénio de 1921-1924, da presidência do dr. Domingos Lopes Fidalgo, lançou-se abertamente na efectivação de uma série de festas, nomeadamente duma grande lotaria da Misericórdia (23-XII-1923), com o objectivo de obter receitas; conseguiu, também, com o auxílio do dr. Pedro Chaves, os subsídios de 5.000$00 e 10.000$00 para a construção do novo hospital.

Pelos seus estatutos a Misericórdia, no dia 2 de Novembro, devia mandar celebrar na igreja matriz ou na sua capela exéquias solenes por alma de todos os mortos de Ovar e dos irmãos falecidos, seguidas de préstito de homenagem ao cemitério. Em

1925, porém, o capitão Manuel Rodrigues Leite afirmou que a Misericórdia não faria esses sufrágios por não ter receita disponível, o que originou uma polémica, em1927, com o órgão católico local *João Semana*.

Na sessão de 3 de Maio de 1931 declarou-se irrita e nula a deliberação que concedia ao corpo clínico e à mesa da Misericórdia a regalia de requisitarem à farmácia do hospital medicamentos de que necessitassem pagando-os pelo seu custo, acrescido de quaisquer outras despesas, bem como ficarem com o direito ao tratamento gratuito de todo o serviço de enfermagem, ou qualquer outro em que tivesse de intervir o enfermeiro.

No ano de 1947 a irmandade tinha 1.373 irmãos.

As greves na Primeira República (11 de Janeiro de 1911)

A partir da República as greves começaram a ser mais frequentes. O governo provisório, a 6 de Dezembro de 1910, decretou o *direito à greve*, ou melhor, reconheceu aos operários e patrões o direito de se coligarem para suspensão do trabalho. Este decreto pouco popular, crismado por uma parte do proletariado de *decreto-burla*, veio a ser atenuado por meio de um regulamento.

Nos dois últimos meses de 1910 e em 1911 registaram-se no País 247 greves, e de 1910 a 1925 contaram-se 518.

De 11 a 15 de Janeiro de 1911 estiveram totalmente parados os serviços na estação e nas oficinas da C.P., tendo os grevistas feito a polícia da estação, a guarda do cais e mercadorias.

No domingo, dia 15, à tarde, à passagem de primeiro comboio de passageiros – o rápido –, ia-se dando um lamentável conflito «provocado por actos condenáveis de *sabotage* que, com o fim de impedir a marcha dos combois, alguns grevistas chegaram a iniciar». Esse caso desagradável foi sanado pela enérgica intervenção do dr. Domingos Lopes Fidalgo.

Durante os dias 12 e 13 estacionou em Ovar uma pequena força de infantaria 24, requisitada por funcionários de categoria da C.P. para fazer a guarda do cais e mercadorias mas, como por determinação da autoridade administrativa, essa guarda tinha ficado a cargo dos grevistas, nunca foi necessária a presença da referida força na estação.

Ao ter conhecimento das concessões e cedências feitas pela C.P. e considerando, acima de tudo, «que a greve estava sendo profundamente prejudicial à República» imediatamente o pessoal grevista aceitou que se desse por terminado o movimento e nesse sentido telegrafou ao comité: – «Os grevistas de Ovar, estão de acordo convosco. Somos portugueses. Acima de tudo a nossa pátria».

António Valente de Almeida criticou as greves num artigo publicado no órgão local do partido republicano (*A Pátria*, de 19 de Janeiro de 1911). Os republicanos ovarenses nunca viram com bons olhos as greves, que achavam excessivas e inoportunas, e o partido democrático local não só não acompanhou os reduzidos movimentos do operariado de Ovar como até os hostilizou.

Os operários aprenderam a detestar o partido democrático (P.R.P.) e neste, principalmente, Afonso Costa. «De certa maneira, poder-se-ia dizer que o Republicanis-

mo português se fez *socialista* em princípio, mas burguês na prática» (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES).

Em 1912 os carpinteiros, estucadores, pedreiros, pintores e trolhas de Ovar reclamaram 10 horas de trabalho diário de Abril a Setembro, inclusive, 9 horas em Outubro e Março e 8 horas nos restantes meses, o pagamento dos seus salários aos sábados antes de terminar a hora de serviço e a cessação de trabalho aos sábados mais cedo.

Como este reclamação não tivesse sido atendida, rebentou a greve a 20 de Maio e na manhã desse dia bastantes operários reuniram-se nas imediações da Praça da República, dividiram-se em grupos, e percorreram algumas ruas, convidando os seus companheiros, que se dirigiam para as obras ou que já estavam no serviço, a não trabalharem, o que estes acederam.

Foram constituídos *piquetes de greve* contra os traidores *amarelos* (os *fura-greves*), que tentassem *furar* o movimento, para dar a este a coesão que podia tornar possível a vitória. Estas *brigadas de vigilância* percorreram durante os dias de greve as ruas onde existiam obras em construção, nada ocorrendo de anormal.

A Discussão e *O Ovarense* criticaram os grevistas por estes impedirem, pela ameaça ou pelo terror, quem desejasse trabalhar. O Administrador do Concelho, dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, contactou com patrões e operários procurando solucionar a questão, tendo aqueles apresentado contra-propostas concedendo 11 horas de serviço diário de Março a Outubro inclusive, com o mesmo ordenado, e 8 horas nos restantes meses, com diminuição de ordenado, e isto só a principiar em 1913.

No Domingo, 26 de Maio, chegaram a Ovar alguns oradores operários de Lisboa e Porto para aconselharem a continuação da greve, iniciando a realização dum comício no Largo Cinco de Outubro. Comunicado este à autoridade administrativa, dirigiu-se esta ao local no intuito de o dissolver por falta de participação e prescrições legais. «Como porém fosse desobedecido no seu convite, foi por esse facto preso o operário Domingos Ferreira Fontes, solteiro, de Travessa de S. Paulo, 113, do Porto, que estava no uso da palavra, a quem foi apreendido um revólver».

A greve da construção civil por motivo do horário do trabalho durou uma semana, caindo depois ao abandono.

De greve derrotada algo resultaria: – «data daqui o hábito, que não havia, de arrearem mais cedo, ao sábado, para receberem a féria» (ZAGALO DOS SANTOS, n'*O Povo de Ovar*, de 14 de Julho de 1932).

Na manhã de 14 de Janeiro de 1914 nova greve do pessoal da C.P. afectou o comércio e a vida normal de Ovar que esteve sem correspondência e jornais durante alguns dias. A autoridade administrativa requisitou imediatamente uma força do 3.º batalhão de infantaria 24, aquartelado então nesta cidade, que ocupou militarmente a estação dos caminhos-de-ferro e um grande troço da linha.

Não houve violência, com excepção de um ataque à pedrada e a tiro de pistola, de noite, a uma patrulha que vigiava a via férrea entre o passo de nível da Rua Licínio de Carvalho e o passo de nível de S. Miguel. Ainda no mesmo local dispararam sobre um guarda da C.P., atingindo-o no gabão.

Durante os dias da greve circularam bastantes automóveis pelas ruas de Ovar.

A 3 de Junho de 1918 nova greve ferroviária origina nova ocupação militar da estação.

Em 1920 o semanário democrático *A Pátria* foi atacado num manifesto pelos operários por ter criticado a maneira como eram feitas as greves ferroviárias.

Finalmente, em 1924 os empregados superiores da estação telegráfica de Ovar aderiram a uma greve a nível nacional, sendo a estação ocupada militarmente e continuando os serviços regularmente com excepção de vales de correio.

O administrador do concelho dr. Alberto Augusto da Silva Tavares (16 de Fevereiro de 1911-1915). Os administradores do concelho na Primeira República (1910-1926)

A 16 de Fevereiro de 1911 foi investido nas funções de Administrador do Concelho de Ovar, por António Valente de Almeida, o dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, com uma assistência até então nunca registada em casos iguais.

O dr. Alberto Tavares nasceu em Geão, concelho de Santa Maria da Feira, a 15 de Março de 1877, filho de Francisco Pais Moreira e de Joana Arminda Leite da Silva Tavares. Veio para Ovar aos 5 anos e aqui aprendeu a ler, concluindo o seu curso de medicina, na Escola Médica do Porto, em 1903.

Foi um dos cinco efectivos da comissão distrital do partido republicano em 1909, e, implantada a República, foi o primeiro Administrador do Concelho de Santa Maria da Feira.

Regressou a Ovar para tomar conta da clínica do dr. Domingos Lopes Fidalgo, que se retirara para o Rio de Janeiro, e aqui fixou residência permanente.

Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares. 1877-1929
In: O Povo de Ovar, *de 30/5/1939*

Exerceu o cargo de Administrador do Concelho de Ovar de 16 de Fevereiro de 1911 a 1915, e, pela 2.ª vez, de 13 de Fevereiro de 1919 a 1920.

Efectivo da Comissão Paroquial Republicana em 1911, efectivo da Comissão Municipal Republicana em 1912, presidente da Comissão Política do P.R.P. de Ovar, efectivo da Comissão Política do mesmo partido para o biénio de 1925-1926, foi também presidente do Grémio Familiar (1916), clínico e adjunto do hospital da Misericórdia desde 4 de Julho de 1915, e seu director clínico de 13 de Agosto de 1917 a 1928, um dos quatro directores da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar (1919), director d'*A Pátria* de 12 de Janeiro a 24 de Maio de 1928 e, juntamente com o dr. Lopes Fidalgo, de 19 de Agosto a 30 de Setembro do mesmo ano, professor distinto da Escola Primária Superior, e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal desde 12 de Agosto de 1919 e ainda em 1926.

Em 1917 foi promovido a capitão médico miliciano e, em Setembro de 1918, foi mobilizado para combater a epidemia de pneumónica em Santa Marta de Penaguião, onde se portou com competência.

Emigrado político em Aveiro, aquando da *traulitânia*, durante 21 dias prestou serviço no quartel-general e, depois, na coluna que avançou para o Porto, assistindo ao combate de Estarreja.

Foi afastado da 2.ª presidência da Comissão Executiva da Câmara Municipal pelo *28 de Maio* de 1926. Nesta segunda gerência teve um profundo desgosto: – «foi posta em dúvida a sua honestidade, a ele que tanto a prezava, pela paixão política do momento. Mas isso foi ofuscante meteoro que passou e a sua inconcussa probidade foi resgatada, peremptoriamente, pela opinião pública e pela inconsistência da própria acusação».

Foi um dos três médicos que se colocaram ao lado da Misericórdia dissolvida em 1928; a 14 de Agosto deste ano participou ao Administrador do Concelho, com outros *irmãos*, o caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto; e veio a ser testemunha contra os padres.

Faleceu de uma anemia perniciosa, a 13 de Dezembro de 1929, em Espinho, tendo o seu funeral no dia 15 sido uma grandiosa manifestação de pesar, em que tomaram parte perto de três centenas de ovarenses. No cemitério daquela cidade discursaram Ângelo Zagalo de Lima, Bernardino José da Silva, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, José Maria Cabral, dr. Pedro Chaves e, em nome da família, o dr. Francisco Tavares.

No dia 2 de Janeiro de 1930 deu-se a trasladação de Espinho para Ovar dos restos mortais do distinto médico, velho republicano, homem de bem, de íntegro carácter e coração diamantino. No acto de trasladação, desde o jazigo da família Arala até ao mausoléu que a dedicação dos amigos lhe preparara, o féretro foi conduzido pelos drs. António Augusto Baptista Fragoso, Augusto Júlio Arala Chaves, José Afrânio de Sousa Lamy e José Eduardo de Sousa Lamy, e ainda por António Coentro de Pinho e Manuel Arala Chaves.

No corpo do monumento foram gravados os seguintes dizeres:

Dr. Alberto Tavares
Benemérito e amigo de Ovar
15-3-1877 – 13-12-1929

O dr. Alberto Tavares, figura que irradiava simpatia e que mereceu sempre a amizade dos correligionários e o respeito dos adversários pela firmeza das suas convicções e a coragem de as proclamar, foi um dos mais activos e operosos políticos do regime republicano em Ovar, por cujos alicerces sempre denodadamente se bateu.

Homem de muita educação, correcção e cultura, um verdadeiro *gentleman*, tolerante, diplomata, «um grande espírito, um dos mais lúcidos e mais nobres que têm aparecido em Ovar», foi um republicano romântico, um categorizado político do partido democrático em que sempre militou, tendo feito uma administração honestíssima e progressiva.

E isto mau grado ser descendente de uma família quase na totalidade *miguelista* – dela fazia parte o célebre brigadeiro Silva Tavares.

O próprio *João Semana* afirmou que «foi um amigo dos pobrezinhos», «um santo – como a muitos ouvimos chamar debulhados em lágrimas».

O padre Manuel Lírio (MÁRIO RELVAS, *Memórias anedóticas de In Illo Tempore*), seu adversário, considerou-o um péssimo político, mas um homem bom: – «O dr. Alberto Tavares possue em presença dos seus doentes, como médico, alma afinada pela do seu colega *João Semana*; mas em política, apesar de não ser falto de visão clara, deixa-se influenciar pelo que de pior o cerca e se compraz com a intransigência agressiva com os adversários da outra barricada. Só assim se explica que o seu *administradorado* tanto se distinguisse pelas violências mais injustificáveis, sendo ele homem de apreciável inteligência, cultura e bondade».

Relação dos administradores do concelho na Primeira República (1910-1926)

1. *António Valente de Almeida* (1910-1911)

Administrador republicano conservador no governo provisório, ocupou novamente o cargo em 1921. *A Pátria* (de 6 de Outubro de 1921) noticiava que tinha *abruptamente* deixado a Administração do concelho, *fugindo*.

2. *Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares* (16/2/1911-1915)

Na posse deste Administrador *democrático* discursaram António Valente de Almeida e os drs. Pedro Chaves e António dos Santos Sobreira, tendo este aproveitado o momento para fazer a sua adesão à República.

Pediu a sua demissão logo que subiu ao poder o governo Pimenta de Castro, voltando a ocupar o cargo em 1919-1920.

3. *Alferes José Augusto Gomes* (1914)

4. *Isaac Júlio Fonseca da Silveira* (1915)

5. *Tenente de artilharia António Bernardino Ferreira* (28/3/1915)

Administrador no governo republicano conservador de Pimenta de Castro.

A Discussão acusou-o de receber ordens do dr. Joaquim Soares Pinto e *A Pátria* de ser monárquico, freguês em farinhas e sócio em negócios políticos do mesmo.

6. *Augusto da Costa e Pinho* (10/4/1915)

Monárquico, tomou posse como Administrador *interino* do concelho no governo conservador de Pimenta de Castro.

De 15 de Setembro a 1 de Outubro de 1934 foi vogal administrador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

7. *Isaac Júlio Fonseca da Silveira* (16/5/1915-11/12/1917)

Tomou posse efectiva a 28 de Abril de 1917.

8. *Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis* (7/1/1918-1919)

Conservador, veio a tomar posse de Administrador do Concelho de Ovar no ministério *dezembrista* de Sidónio Pais.

9. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (23/1 a 9/2/1919)

10. *José de Basto* (10 a 12/2/1919)

Administrador nos últimos dois dias do *reino da traulitânia* em Ovar, após a queda deste apresentou-se à autoridade administrativa local, voluntariamente,

recolhendo à prisão. Foi julgado no tribunal militar de Lisboa e condenado, em 1919, na pena de nove meses de prisão correccional.

11. *Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares* (13/2/1919-1920)

12. *Manuel Pacheco Polónia* (23/10/1920 - Fevereiro de 1921)

Escolhido e recomendado pelo partido *liberal*, tomou posse na coligação liberal-reconstituinte do dr. António Granjo, situação ministerial de política anti-partido democrático.

Ex-funcionário do observatório meteorológico da serra da Estrela, para onde havia anos se tinha retirado em tratamento da sua saúde abalada, pediu a demissão em virtude da mudança de ministério. Foi, pela 2.ª vez, Administrador do Concelho, *interino*, no governo *liberal* de Tomé de Barros Queiroz, e, pela 3.ª vez, em 1923.

13. *Dr. Albino Borges de Pinho* (14/3/1921)

Ex-alferes miliciano, há pouco regressado de África, estava a servir de prefeito no Colégio de Ermesinde onde o foi buscar o chefe democrático para tomar posse de Administrador *interino* do concelho, no governo do dr. Bernardino Machado. Após a queda ministerial e a formação de novo governo *liberal*, pediu a demissão do cargo.

14. *Manuel Pacheco Polónia* (1921)

15. *António Valente de Almeida* (21/7 a Outubro de 1921)

16. *Alferes António Simões Freire* (21/11/1921)

De Cavalaria 8, de Aveiro.

17. *Clemente Bandeira Ferraz* (2/3/1922-1923)

Democrático.

18. *Manuel Pacheco Polónia* (1923)

19. *Isaac Júlio Fonseca da Silva* (24/1/1924)

O último Administrador do Concelho da Primeira República, como já fora, também, o último Administrador na Monarquia (Julho de 1910).

Atendendo à política que defenderam, podemos englobar os administradores do concelho de Ovar na Primeira República nos seguintes grupos:

republicanos democráticos (esquerda)	Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares Dr. Albino Borges de Pinho Clemente Bandeira Ferraz Isaac Júlio Fonseca da Silveira
republicanos conservadores e liberais (direita)	António Valente de Almeida Isaac Júlio Fonseca da Silveira Manuel Pacheco Polónia
monárquicos (direita)	Tenente de artilharia António Bernardino Ferreira Augusto da Costa e Pinho Dr. Joaquim Soares Pinto Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis José de Basto

Entre outros, foram administradores *substitutos* do concelho de Ovar na Primeira República os seguintes cidadãos: – Abel Domingues de Andrade (de 2 de Fevereiro de 1920), dr. Domingos Lopes Fidalgo (1910), Ernesto Augusto Zagalo de Lima (de 29 de Agosto de 1911), alferes Joaquim Maria Pinto Pereira de Vasconcelos (de 6 de Março de 1919), e Manuel Augusto Nunes Branco (1913).

O primeiro Conservador do Registo Civil (7 de Março de 1911)

O registo civil *obrigatório* foi instituído pelo decreto de 18 de Fevereiro de 1911 e começou a vigorar a 1 de Abril deste ano, sendo o concelho de Ovar dividido em três zonas: a *Repartição do Registo Civil de Ovar*, a sede, compreendendo as freguesias de Ovar e Arada, de que era ajudante António Arala Pinto; o *Posto de Válega*, abrangendo S. Vicente, com o ajudante José Maria da Silva Graça; e o *Posto de Cortegaça*, abrangendo Esmoriz e Maceda, com o ajudante Manuel Gomes Pinto. Em 1912 foram criados os *postos* de registo civil de Arada, S. Vicente e Maceda.

O *primeiro registo civil* de nascimento, uma filha de Manuel de Pinho Alano, efectuou-se na Administração do Concelho em Agosto de 1910. O Administrador era também oficial do registo civil.

Em 1915, no edifício dos Paços do Concelho e salão nobre da Câmara Municipal devidamente decorado, celebravam-se casamentos perante o oficial do registo civil dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves.

Na sessão de 16 de Julho de 1931, a Câmara decidiu tomar de arrendamento ao dr. Pedro Chaves uma parte do rés-do-chão do seu prédio sito no Largo Mousinho de Albuquerque, depois de convenientemente adaptado pelo senhorio, para a Repartição do Registo Civil; na sessão de 17 de Fevereiro de 1940 deliberou arrendar, para a Conservatória do Registo Civil, o 1.º andar do prédio pertencente ao mesmo dr. Pedro Chaves sito na Rua Cândido dos Reis, n.os 77 a 81; na sessão de 1 de Julho de 1952 deliberou ainda a Câmara arrendar para a mesma conservatória uma casa na Rua Cân-

Prédio da Rua Cândido dos Reis, onde se localizou a Conservatória do Registo Civil. Foto do eng.º Eduardo Manuel Lamy Laranjeira.

dido dos Reis; e, assim, na sessão de 17 de Novembro de 1953 tomou de arrendamento a José Augusto Ferreira Malaquias o primeiro andar do prédio que este acabava de construir naquela rua, funcionando aí, desde 1 de Fevereiro de 1954, as novas instalações do Registo Civil; desde 24 de Junho de 1966 a conservatória ficou instalada no novo tribunal judicial.

O registo civil teve, assim, as seguintes localizações:

1911-1940	prédio do dr. Pedro Chaves (Largo Mousinho de Albuquerque)
1940-1954	prédio do dr. Pedro Chaves (Rua Cândido dos Reis)
1954-1966	prédio de José Augusto Ferreira Malaquias (Rua Cândido dos Reis)
desde 1966	no tribunal judicial

Relação dos conservadores do registo civil

1. Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (7/3/1911)
2. Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis (25/1/1919)
3. Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
4. Dr. Fortunato de Carvalho Bandeira (24/2/1944)
5. Dr. Rui Manuel Nogueira Lemos (19/3/1947)
6. Dr. Domingos da Rocha Campos (20/11/1951)

Filho de José da Rocha Campos e de Luciana Azevedo Soares, nasceu em Escariz, Arouca, a 29 de Setembro de 1912, casou (1935) com Maria Madalena de Bessa (1912-1987), professora do ensino básico, e faleceu em Ovar, a 8 de Janeiro de 1972, com 59 anos.

Foi conservador *interino* desde 22 de Abril de 1948, e Presidente da Comissão Concelhia da *União Nacional* de Ovar (1948-1952).

7. Dr. Joaquim do Amaral Pereira da Silva (3/5/1969)
8. Dr. Mário Aires Marques da Rocha Pereira (17/5/1979)
9. Dra. Luzia da Conceição de Oliveira Pereira (4/2/1991)

Interina.

10. Dr. Mário Sebastião Martins de Oliveira (24/2/1994)

De 6/8/1996 a 30/9/1997, esteve interina a dr.ª Rosa Maria Cardoso Aires Rodrigues.

O feriado municipal (17 de Março de 1911)

O decreto de 12 de Outubro de 1910 veio estipular que as municipalidades podiam, dentro da área dos respectivos concelhos, considerar feriado um dia por ano, escolhendo-o entre os que representassem as festas tradicionais e características do município.

Em Ovar e no cumprimento deste decreto impunha-se a escolha do dia da festa de S. Cristóvão para feriado municipal. Mas os tempos não eram então propícios à

religião e, fazendo tábua rasa daquele decreto, a Comissão Municipal republicana, da presidência do dr. Pedro Chaves, em homenagem ao operariado, especialmente aos ferroviários da C.P. instalados aqui, e que constituíam um núcleo forte e irrequieto dos republicanos locais, proclamou feriado municipal o *1.º de Maio*, na sessão extraordinária de 17 de Março de 1911.

Poucos anos passam. Paiva Couceiro restaura a Monarquia em todo o norte do País, Ovar é tomada pelo exército monárquico e depois libertada pelos republicanos a 12 de Fevereiro de 1919. Na sessão extraordinária de 7 de Fevereiro de 1920, da Câmara democrática da presidência do mesmo dr. Pedro Chaves, por proposta deste, aquela resolveu declarar como feriado municipal, em substituição do 1.º de Maio, o dia *12 de Fevereiro, dia da entrada das forças republicanas em Ovar*, alegando que essa data era a que todos os republicanos locais desejavam ver solenizada, devendo constituir a festa tradicional do concelho, recordando a vitória da República; uma «resolução intencional, uma pílula que para bastantes foi difícil de engolir» (ZAGALO DOS SANTOS). A Câmara passou, então, a comemorar esse dia com música, foguetes, iluminações e sessão solene, festas estas que diminuíram de espavento após a revolução de *28 de Maio* de 1926, mas que se foram aguentando até 1943.

Já quando decorria a Segunda Guerra Mundial, em sessão de 6 de Maio de 1943, a Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia regressou à primitiva data, tornando novamente o *1.º de Maio* a ser o feriado municipal.

Tendo de rever em 1950 a fixação do feriado municipal, por determinação superior, o que aliás aconteceu às demais câmaras, a de Ovar, presidida por António Coentro de Pinho, tomou então a medida acertada, escolhendo o *dia de S. Cristóvão – 25 de Julho*, como data de especial significado para a sede do concelho, e solicitando na sessão de 4 de Maio de 1954 novamente esta pretensão.

Essa resolução que, quanto a nós, era a única certa e que se coadunava com a lei foi, porém, combatida. No ano de 1954 a Câmara solicitou que fosse considerada feriado concelhio a *2.ª feira imediata ao 3.º domingo de Setembro*, isto é, *o dia em que se realizava a Festa do Mar* na praia do Furadouro; na sessão de 18 de Novembro de 1964 a Câmara da presidência de Carlos de Sousa Nunes da Silva, considerando que se aproximava a realização das festas populares do carnaval de Ovar e que estas atingiam o seu maior esplendor no Domingo Gordo e na Terça-Feira de Carnaval, podendo ser consideradas verdadeiramente as festas do concelho, deliberou fixar a *Terça-Feira do Carnaval* como dia de feriado municipal, solicitando autorização, para tanto, do governo, pelo Ministro do Interior.

Insistindo nesta última proposta, após o *25 de Abril* de 1974, na sessão de 28 de Janeiro de 1976, a Câmara, nos termos de art.º 2.º do decreto-lei n.º 713-A/75, de 18 de Dezembro, deliberou propor ao Ministério da Administração Interna a fixação do feriado municipal do concelho na *3.ª Feira do Carnaval*.

Por último, a Assembleia Municipal, a 14 de Maio de 1982, veio a fixar o feriado municipal de Ovar no *dia de S. Cristóvão – 25 de Julho*.

E fixou bem, como já afirmámos, porquanto o carnaval não podia ser considerado como festa tradicional e característica duma terra milenária, dado que só foi iniciado, verdadeiramente, em 1952.

Feriados municipais:

1911-1920 *1.º de Maio*
1920-1943 *12 de Fevereiro*
1943- *1.º de Maio*
1982- *25 de Julho (dia de S. Cristóvão)*

Bombas (24 de Março de 1911)

As bombas começaram a explodir em Ovar com a Primeira República. A 24 de Março de 1911, explodiu, de noite, uma bomba de dinamite no passeio da casa de Apolinário José da Silva, partindo-lhe os vidros das janelas e parte do beiral.

Em 1915, para a campanha das eleições de 13 de Junho, vieram até Ovar os candidatos católicos drs. António Augusto de Castro Meireles e José Hermínio Cardoso Correia. Iniciaram a sua propaganda na tarde de 10 de Junho e às duas horas e meia do dia seguinte foi lançada uma bomba, que explodiu, contra a hospedaria onde pernoitavam, no Largo do Chafariz.

Na véspera das eleições, de 11 de Maio de 1919, rebentou uma bomba de dinamite junto à residência do dr. João Baptista Nunes da Silva.

Em 1918, foi preso o oficial da Administração do Concelho Manuel Alves, o *Moca*, por em sua casa haverem sido encontrados fulminantes, dinamite e outros materiais próprios para o fabrico de bombas explosivas.

Já na Segunda República, a 22 de Abril de 1980, pelas 19,30 horas, foi descoberta uma bomba, em cima da montra dum estabelecimento de vendas de miudezas e roupas, situado na Rua Dr. Manuel Arala, n.º 35. A bomba, tipo foguete, estava envolvida por numerosos panfletos com a sigla *Forças populares 25 de Abril* contendo um manifesto. Uma brigada de minas e armadilhas procedeu à sua desactivação.

A religião e a República – a lei da separação da Igreja e do Estado (20 de Abril de 1911). As procissões. O viático. Os toques de sino. A campainha. O arrolamento e inventário dos bens da igreja (22 de Junho). A proibição do uso de vestes talares (Julho de 1911-1921). As cultuais (30 de Dezembro de 1911). Padres perseguidos (1911-1914) e igrejas assaltadas (1912-1920). A venda das imagens da Capela do Colégio das Doroteias (16 de Junho de 1912). A venda do Passal (23 de Setembro de 1912). A Conferência (masculina) de S. Vicente de Paulo (1912)

O decreto de 20 de Abril de 1911, que ficou geralmente conhecido por *lei da separação da Igreja e do Estado*, teve a intenção de reduzir o poder da igreja católica e de proclamar o carácter *não confessional* do Estado.

Pelo art.º 2.º «a partir da publicação do presente Decreto com força de lei a religião católica deixa de ser a religião do Estado».

A 24 de Março e a 24 de Abril de 1911 o dr. Afonso Costa teria dito que em duas ou três gerações Portugal teria eliminado completamente o catolicismo (Padre Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*). Carlos Ferrão (*Desfazendo mentiras e calúnias*) demonstrou que aquele notável estadista nunca teria afirmado tal coisa. Mas «as leis de Afonso Costa» que «foi, porventura, entre 1910 e 1930, o mais querido e o mais odiado dos portugueses», eram, «sem sombra de dúvida, de perseguição, de ataque à Igreja, ao clero e à própria religião» (A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*).

A *lei da separação*, por muitos considerada pedra angular do novo regime (A. H. de Oliveira Marques), que auxiliou, em muito, a dividir os republicanos históricos ovarenses, atirando uma grande parte para a reacção conservadora, foi recebida com desagrado pela quase totalidade da população ovarense, dado ter ferido os seus sentimentos religiosos. Para Guerra Junqueiro, «a lei é estúpida, dignifica o padre e vai ferir o sentimento religioso do povo português», sancionando o esbulho puro e simples de bens que pertenciam à Igreja.

A reacção do clero de Ovar não se fez esperar! A 8 de Maio de 1911 o clero do 3.º distrito de Santa Maria da Feira reuniu, sob a presidência do vigário da vara, o Abade da freguesia de Ovar dr. Alberto de Oliveira e Cunha, a fim de resolver sobre a atitude a tomar a respeito da lei da separação da Igreja e do Estado, e, por unanimidade, votou a seguinte moção:

> «Prestar inteira obediência à Santa Sé e aos seus superiores eclesiásticos, prescindir das pensões a que se refere o decreto de 20 de Abril último e aderir livre e incondicionalmente às deliberações tomadas pelo cabido e párocos da cidade do Porto, respeitar e obedecer às leis quando elas sejam justas e não vão de encontro às suas consciências».

A moção aprovada, no conclave dos párocos, foi assim a completa recusa dos benefícios que a República lhes conferia pela lei que, no entender d'*A Pátria*, «era útil e inofensiva».

Nos termos dos artigos 2.º e 5.º da *lei da separação* foram extintas as côngruas e quaisquer outras imposições destinadas ao exercício do culto católico. Houve, assim, em 1911, que prover ao sustento dos ministros do culto mediante um sistema de pensões vitalícias que de algum modo convertia os padres em meros funcionários públicos, sujeitos à jurisdição disciplinar do Estado.

Tendo prescindido das pensões, o Abade de Ovar, em 1916, vivia dos emolumentos do cartório, *pé de altar* e das oblatas, cuja cobrança a lei não garantia e cujo pagamento em Ovar estava em desuso: um alqueire de milho ou meio de trigo ou 500 reis em dinheiro por casal, nas aldeias da paróquia, e uma galinha ou 120 reis na vila propriamente dita (a *conhecença*).

O *folar* de obrigatório passou a facultativo, mantendo-se até 1919. A 4 de Abril de 1920 não se deram, assim, pela 1.ª vez, as Boas Festas, na Páscoa, na freguesia de Ovar.

A 18 de Julho de 1912 *A Pátria* noticiava que por ordem superior «acabam de ser notificados os párocos deste concelho que não aceitaram as pensões a saírem dos res-

pectivos presbitérios ou residências paroquiais. Os párocos notificados são os de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Arada e S. Vicente, visto que os outros residiam já em habitação própria. Tardou, mas sempre veio a execução da lei».

De harmonia com a *lei da separação*, até 31 de Dezembro de 1911, todas as irmandades do concelho tiveram de apresentar na Administração do Concelho deliberações e compromissos de reforma dos respectivos estatutos.

A 13 de Setembro de 1914, em acção de graças pela eleição de S. S. Bento XV, cantou-se um solene Te Deum na capela de N.ª Sr.ª da Graça.

Em 1916, o órgão local democrático (*A Pátria*, de 26 de Outubro) atacava a praga de *beatério* que grassava em Ovar:

> «O beato é uma figura característica de qualquer meio religioso, tendo em toda a parte os mesmos defeitos, oferecendo os mesmos perigos. São os *habitués* das igrejas, são os clientes permanentes dos vários actos sacerdotais, são os crónicos dos confessionários». O beato é geralmente hipócrita, «ouve missa e desfia padres-nossos, com a mesma facilidade com que nos soalheiros vibra punhaladas na honra dos outros, calunia os seus semelhantes. O *beatério* é uma praga maldita no nosso meio. Conhecemos exemplos interessantes, ridículos, irrisórios desta subordinação, cega e vergonhosa. Uma pergunta ao padre-confessor se deve matar o porco pelo Natal ou pelo Entrudo; outra pretende saber se deve ir depor num processo, este ou aquele facto do seu inteiro conhecimento, (etc.)». E o padre, em geral, em vez de combater este fanatismo, «antes favorece o seu crescimento, para tutelar, dominar os espíritos».

Em 1917 foi autorizada pelo Ministro da Justiça, a pedido do dr. Pedro Chaves, a reconstrução da capela de N.ª Sr.ª das Febres, no lugar de Gondezende, da freguesia de Esmoriz; no ano de 1918 foi aberta ao culto, com grande solenidade, a *actual* igreja de freguesia de Cortegaça cuja construção fora iniciada em 1910, pregando na festa o futuro Bispo do Porto, dr. António Augusto de Castro Meireles; no dia 22 de Julho, ainda de 1918, o Bispo do Porto, D. António Barroso, visitou a freguesia de Ovar, no meio do maior entusiasmo popular, ministrando o crisma, na igreja matriz, a 1.264 pessoas.

No ano de 1919 verificou-se uma questão entre a irmandade dos Passos e a Junta de Freguesia de Ovar, que foi relatada pelo padre MANUEL LÍRIO (*Os Passos*, 1922):

«Em 1918 contratara a irmandade com a junta de paróquia a cedência àquela do velho e inutilizado sino da torre do norte para refundir», mas «os acontecimentos de Fevereiro do ano seguinte (restauração da República no Norte) levaram à mudança da junta e os seus novos membros, por acinte para com a Mesa, negaram validade ao contrato celebrado pela cessante e por meio da política obrigaram a Mesa a ceder do seu direito, renunciando ao contrato, sob ameaça de prisão, feita ao juiz dela pelo administrador do concelho, que mostrou ser homem sem escrúpulos, nem linha para exercer tal cargo».

E continua o padre LÍRIO:

«Infelizmente, porém, o cavalheiro que aí desempenhava tais funções, sargento

do 3.º bat. de inf. 24, era um estranho, creio que do concelho de Arouca. Deste acontecimento foi lavrada acta no livro competente da Irmandade, de que vamos fazer um extracto: "Aos 19 de Março de 1919 reunia extraordinariamente a mesa da Irmandade e pelo juiz foi dita que no dia 17 lhe fora intimada a sua comparência na Administração do concelho pelo oficial respectivo onde também estava a junta de paróquia, ou da freguesia, como agora se deve dizer; que o administrador, sargento Vasconcelos (*a 6 de Março de 1919 tomara posse como Administrador interino do concelho o alferes Joaquim Maria Pinto Pereira de Vasconcelos, democrático, que por alguns anos estivera em Ovar como sargento do 3.º batalhão)*, lhe ordenara que, sob pena de prisão! entregasse à junta, ali solenemente muda e senhora da sua decisiva influência sobre os destinos da terra e suas autoridades, o sino que fora objecto do contrato entre ela e a Irmandade legalmente celebrado pouco antes; e que, como ele juiz respondesse que não podia por si, sem consulta da Mesa, fazer a entrega do que era legítima pertença da Irmandade e só dela, foi-lhe respondido: *Pois tem o sr. um dia para deliberar e, entrega o sino até amanhã ou mando-o prender!* Ouvida esta comunicação, a mesa, cedendo à violência que a esbulhava tão sumariamente, tão despoticamente de um seu direito, resolveu salvaguardar a liberdade do seu presidente e evitar que o sr. sargento perpetrasse por comissão mais um crime renunciando à propriedade do bronze. Assinam este termo, além do juiz, os srs. Amadeu Peixoto Pinto Leite, Manuel José de Oliveira Trindade, José Augusto da Cunha Lima, Miguel Pereira da Fonseca Lopes, Aníbal da Cunha Farraia e José de Oliveira Ramos"».

A 12 de Fevereiro de 1922 realizou-se em Ovar um *Te Deum* em acção de graças pela elevação ao sólio pontíficio de S. S. Pio XI. No dia 9 de Julho de 1923 visitou Ovar o Bispo do Porto D. António Barbosa Leão, que chegou às 8 horas dirigindo-se, então, de trem para a capela de N.ª Sr.ª da Graça onde rezou missa; daí deslocou-se à igreja Matriz, em procissão, para administrar o sacramento do crisma a 745 pessoas.

A visita foi objecto do seguinte comentário do órgão local democrático: – «D. António Barbosa Leão é uma mentalidade superior que muito tem contribuído com a sua palavra e o seu exemplo para a paz tão preciosa dos espíritos que a torva política por vezes obscurece por tal forma que os não deixa ver claro» (*A Pátria*, de 12 de Julho de 1923).

É interessante frisar que durante a *primeira república* «a maioria dos habitantes do sexo masculino, em Portugal como em todos os países latinos do mundo, não *praticava*. Religião era coisa de mulheres. Ia-se à igreja para se baptizar os filhos, para se casar e assistir a casamentos, ou quando a velhice e a morte impunham. No mais, a atitude do homem português, na sua maioria, era de franco afastamento religioso, quando não de ateísmo prático» (A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*).

1. *As procissões*

A *lei da separação* estipulava no art.º 57.º que «as cerimónias, procissões e outras manifestações exteriores do culto não poderão permitir-se senão onde e enquanto constituírem um costume inveterado na generalidade dos cidadãos da respectiva circunscrição».

Já em 1904 um jornal conservador – *Novidades* – pronunciava-se abertamente contra as procissões na via pública.

Em Ovar a *proibição de procissões fora dos templos, dos adros e dos arraiais* nunca se fez sentir, mercê da amizade franca entre o Abade da freguesia, dr. Alberto de Oliveira Cunha, e o chefe democrático dr. Pedro Chaves. Todas as procissões costumeiras, designadamente as da Semana Santa, decorreram sempre com a solenidade dos tempos da Monarquia, atraindo milhares de pessoas.

Para o padre JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO (*Poalhas da história da freguesia e igreja de Ovar*, 1952), «Ovar não foi das terras que mais sofreram no campo religioso, durante os primeiros tempos da mudança do regime. O Pároco que então estava à frente da freguesia, Dr. Alberto de Oliveira e Cunha, era compadre do chefe político local do partido republicamo e serviu assim de pára-raios nesse tempo agitado de política revolta».

O *Jornal de Ovar* (de 19 de Maio de 1912) atacou os *espíritos-fortes* que na Praça, ao passar um préstito religioso, ficaram de chapéu na cabeça, ao pé da autoridade. *A Pátria* retorquiu-lhe, afirmando que o facto de se não descobrir à passagem duma procissão é legítimo e legal, não podendo representar provocação para ninguém.

A propósito da procissão dos Terceiros travou-se polémica em 1914 entre o católico *João Semana* e a democrática *Pátria*. Esta, a 5 de Março, afirmou que «em boa doutrina cristã, Deus apreciaria decerto mais uma esmola a um necessitado dada por uma corporação daqueles do que uma festarola com cera, foguetes e música», obtendo daquele uma resposta irónica – que Deus também apreciaria a caridade das comissões das festas cívicas, das *festas do foguetório e do vivório*.

A 21 de Março de 1920 *A Defesa*, órgão dos republicanos liberais, metia-se ironicamente com os democráticos:

«Num dos últimos números chamava *A Pátria*, pela boca do povo, à procissão de cinza – a procissão dos *Alas* ou dos *Trauliteiros*. Concordamos abertamente com esta segunda designação, mas desde que a primeira – dos Alas – seja substituída pela – dos *Virgolinos*. Nem outro nome podia caber a uma procissão em que se incorporasse um membro da Câmara Municipal – exclusivamente democrática –, um dos oferentes do colar da Torre e Espada ao sr. Capitão Camossa, um leitor assíduo do Norte e sócio do extinto centro democrático, e outros de igual jaez.

E, a propósito, deixe *A Pátria* que lhe perguntemos: Que nome daria o colega, se existisse então, a essa mesma procissão de cinza quando, à frente do andor de Santa Isabel marchava a compasso de música, todo possuído do seu papel, e compenetrado do brilhante figurão que ia fazendo, qual menino de sala cuidadosamente ensaiado, o agora seu correligionário e íntimo amigo Dr. *Chaves*?

Dr. Fidalgo chamar-lhe-ia provavelmente a procissão... dos *maiorais* ou dos *inigualágeis*».

2. *O viático*

Embora a administração dos sacramentos aos fiéis nos seus domicílios fosse livre na República, não era permitido o *viático* ou cortejo litúrgico na via pública.

Em Ovar, segundo escreveu ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 10/2/ /1949), «até à proclamação da República e, legalmente, à publicação da Lei da Separação da Igreja do Estado esse acto, última visita do Santíssimo Sacramento a um cren-

Procissão do Sagrado Viático da Igreja.
In: Serões, *2.ª série, vol. III, Agosto de 1906.*

te prestes a despedir-se do mundo, tinha caído na mais deselegante e pobre manifestação do culto externo. Não era porque lhe faltasse o respeito de quem a via passar; mas, geralmente, o aspecto das peças de que o culto se servia e das pessoas que se incorporavam, diminuíam a grandeza e a veneração que lhes são devidas.

Por isso, para quem não tinha teias de aranha nos olhos e na consciência, a supressão do Senhor-Fora, à moda antiga, não causou nem mágoa nem surpresa.

Poucos anos depois, durante um curto período de viragem política, o senhor Augusto da Costa e Pinho, então Administrador do concelho, restabeleceu a revelha usança, sem lhe emprestar, por já não estar no âmago da alma vareira, o brilho perdido. Morrera o amor por essas coisas, e a sua ressurreição era impossível a não ser por snobismo, que é sol de pouca dura.

Poucas vezes saiu o Sagrado Viático à moda antiga, a enfermo em artigo de morte, e, postas as coisas políticas nos antigos carris, sem reclamações, nem saudades, não voltou mais a falar-se disso».

3. *Os toques de sino*

No seu art.º 59.º a *lei da separação* declarava que «os toques dos sinos serão regulados pela autoridade administrativa municipal, de acordo com os usos de cada localidade, contando que não causem incómodo aos habitantes.

O Governador Civil do distrito de Aveiro permitiu em 1911 os *toques de sino* necessários aos cultos religiosos, desde que não demorassem mais de 5 minutos seguidos, determinando que os intervalos em cada toque nunca poderiam ser menores de 10 minutos e que os toques de sino por motivos religiosos só se podiam fazer de sol a sol.

A imposição destas normas foi criticada pelo *Jornal de Ovar* (de 31 de Março de 1912), que informava que nos concelhos de Santa Maria da Feira e de Estarreja os sinos vibravam com a mesma liberdade dos tempos *omniosos e tirânicos.*

Por ter tocado o sino da capela de S. João, da freguesia de Válega, para actos de culto fora das horas permitidas, foi em 1911 dada participação em juízo contra o artista Manuel José Borges, o *Campona*, daquela freguesia.

A 10 de Abril de 1915, sendo Administrador do Concelho Augusto da Costa e Pinho, no ministério conservador do general Pimenta de Castro, foi dada liberdade de toque de sinos a qualquer hora e, no dia seguinte, domingo, fez-se uso dessa regalia no sinal para a missa das Almas.

Mas, a 27 de Janeiro de 1918, *A Discussão* criticava a liberdade do toque dos sinos declarando que «a propósito de qualquer festança voltámos ao estúpido e idiota costume de repenicar os sinos constantemente». Em Outubro desse ano, devido à pneumónica, foram proibidos os toques dos sinos e as encomendações na igreja de Ovar.

4. *A campainha*

Em 1916 o ex-órgão do partido regenerador local (*A Discussão*, de 31 de Dezembro) referia-se a um velho costume de Ovar:

«Conservara-se até há pouco, nesta popularíssima vila, já muito frequentada de estranhos, um costume ridicularíssimo, como era o de anunciar-se o falecimento de qualquer pessoa por meio de uma campainha, sendo esse esquisito sinal acompanhado de um pregão em que se dava conta do nome da pessoa falecida, da sua árvore genealógica pitorescamente desfiada, das horas do enterro com responsórios ou sem eles, e das gratificações que se dariam *a quem pegasse em encargos e opas* (*sic*). Nesse pregão que um homem de voz potente repetia por todas as ruas da vila, já se anunciara em tempo, não muito distante, a *pada e o vinho*, vergonhoso engodo à concorrência dos enterros».

A autoridade administrativa resolveu proibir tão ridículo costume, ordenando que fosse suprimida a campainha e a sua parte integrante – o burlesco pregão. Porém, a ordem não foi respeitada, «continuando assim o homem da campainha a badalar e a gritar por todas as ruas da vila. O sr. Administrador recorreu então para o tribunal judicial, para que as suas ordens fossem acatadas. Pois bem! O sr. Juiz de Direito entendeu que tal desobediência não merecia o menor castigo e uma sentença absolutória desse magistrado publicamente mostrou que a autoridade administrativa não tivera direito de recorrer no tribunal judicial de Ovar».

O delegado do procurador da República nesta comarca «apelou da sentença para a Relação do Porto, e este Tribunal deu provimento ao apelante, ordenando que a ordem de proibição da autoridade administrativa fosse inteiramente acatada, o que evidentemente prova que ela podia ser dada».

5. *O arrolamento e inventário dos bens da igreja (22 de Junho de 1911)*

O art.º 62.º da *lei da separação* estipulava que as igrejas e capelas, os bens imobiliários e mobiliários aplicados ao culto público da religião católica, eram declarados pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, devendo ser, administrativamente, arrolados e inventariados por uma comissão concelhia.

Tratava-se da *nacionalização* da propriedade da igreja.

Para o *confisco* dos imóveis e móveis pertencentes à igreja católica e associações religiosas nela integradas, foi nomeada uma comissão concelhia composta do secretário da Administração, como representante do Administrador do Concelho, por um aspirante da fazenda, representante do respectivo escrivão, e por representantes das juntas de freguesia do concelho, sendo o de Ovar o cidadão Manuel Augusto Nunes Branco. Esta comissão concelhia, de inventário dos bens mobiliários e imobiliários, destinados ao culto da religião católica, principiou os seus trabalhos de arrolamento no dia 22 de Junho de 1911 na freguesia de Ovar, terminando-os por volta de Setembro desse ano, sem que se tivesse suscitado o mais leve incidente.

Comissão concelhia:

Presidente	João José Alves Cerqueira
Secretário	Manuel Augusto Nunes Branco
Vogais	Celestino Soares de Almeida
	José Marques da Silva Terra

6. *A proibição do uso de vestes talares (Julho de 1911-1921)*

O art.º 176.º da *lei da separação* proibia, expressamente a partir de 1 de Julho de 1911, sob pena de desobediência, o uso fora dos templos e das cerimónias cultuais, de hábitos ou vestes talares a todos os ministros de qualquer religião, «que aliás não tinha tradição em Portugal e resultava apenas da influência espanhola e italiana» (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*).

No art.º 146.º estipulava o decreto que o ministro da religião que faltasse a qualquer das obrigações ou desobedecesse a alguma das prescrições nele contidas poderia «ser punido com a simples pena disciplinar de proibição de residência, nunca por tempo excedente a dois anos», acrescentando no art.º 147.º que a *pena disciplinar de proibição de residência* somente obrigava o ministro a viver fora dos limites do concelho ou distrito.

As disposições da *lei da separação* relativas ao culto externo, nomeadamente a *proibição na rua dos hábitos talares*, ficaram, porém, dependentes do arbítrio da autoridade administrativa que podia fechar os olhos ou aplicar rigorosamente a lei.

Em Julho de 1911 foram chamados à Administração do Concelho alguns sacerdotes que foram advertidos, pelo Administrador dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, de que não deviam continuar a usar os hábitos talares fora dos templos.

O *Jornal de Ovar* insurge-se a 24 de Março de 1912 contra a proibição do uso da batina, contra o espectáculo de se ver no concelho de Ovar os padres porem-se em mangas de camisa, em plena rua e em pleno dia, para envergarem a batina e tomarem parte nos saimentos fúnebres, afirmando que nos concelhos de Santa Maria da Feira e de Estarreja o clero andava de batina quando lhe aprazia.

A 18 de Abril de 1915 é reconhecido pelo Administrador do Concelho Augusto da Costa e Pinho, no ministério conservador do general Pimenta de Castro, o direito do uso do hábito talar fora dos seus actos religiosos ao clero ovarense. Supondo que a circular do Administrador «os acobertava de qualquer responsabilidade», os Abades

das freguesias de S. Vicente e de Esmoriz, respectivamente padres Augusto Oliveira Pinto e António André de Lima, usaram hábitos talares num enterro no governo Pimenta de Castro.

O governo de maioria do partido democrático do dr. José de Castro, tendo como Ministro da Justiça o advogado dr. Catanho de Meneses, aplicou por decreto a pena de dois meses de interdição de residência nos concelhos de Ovar e limítrofes aos dois padres, sem perda de benefícios materiais. O pároco de S. Vicente escreveu ao Ministro da Justiça, argumentando que estava autorizado a usar hábitos talares e que, para o caso especial por que fora punido, tinha autorização especial do regedor.

O Ovarense colocou-se ao lado dos dois abades e o deputado católico dr. António Augusto de Castro Meireles protestou, veementemente, antes da ordem do dia, na sessão de 13 de Julho de 1915 da Câmara dos Deputados, contra o castigo aplicado aos dois párocos do concelho de Ovar, respondendo-lhe o Ministro da Justiça dr. Catanho de Meneses.

«O gabinete (*do dr. José de Castro*) mantinha a sua fisionomia de executor do mandato revolucionário de 14 de Maio e prosseguia a linha de conduta adoptada antes da sua recomposição relativamente a alguns problemas, entre os quais o de política religiosa, cujas primeiras disputas parlamentares remontavam a meados de Julho, tendo sido seu incidente deflagrador o castigo de desterro, por dois meses, imposto aos párocos de Esmoriz e de S. Vicente, freguesias do concelho de Ovar, pelo ministro da Justiça, no despacho dum processo em que eles eram acusados de terem usado hábitos talares fora do exercício de actos cultuais, e de um dos quais se dissera ter realizado, primeiro, uma propaganda favorável ao gabinete Pimenta de Castro, e depois actos políticos contrários à nova situação constitucional.

Levantada a questão pelo deputado católico, o futuro bispo do Porto, então simplesmente presbítero, António Augusto de Castro Meireles, quanto ao fundamento legal desse despacho punitivo, uma boa parte da sessão da Câmara dos Deputados do dia 13 de Julho foi ocupada por viva discussão entre o interpelante e aquele ministro, intervindo também nela um deputado evolucionista, António Maria Gomes, professor e sacerdote».

Nessa sessão o deputado evolucionista declarou: – «Julga lastimável que os portugueses estejam nesta situação triste: perseguidos uns, e outros obrigados a castigar, porque o uso da capa e batina pode fazer derruir a República!».

Tendo «Castro Meireles invocado uma portaria do ministério Bernardino Machado e uma autorização de Administrador do Concelho, dada no tempo do governo Pimenta de Castro mas ainda não revogada, para classificar de injusta e de inconveniente a aludida decisão punitiva, o ministro alegou a letra da lei, dizendo-a insusceptível de derrogação por portarias ou autorizações administrativas, e também a benignidade da punição, que consistia em desterro por dois meses, quando ele poderia ir até dois anos» (*História de Portugal*, Edição monumental, Suplemento, 1954).

A Pátria, nesse ano de 1915, atendendo a que os católicos eram tratados em Ovar com toda a benevolência e atenção, considerava que o facto de padres usarem hábitos talares fora do exercício só podia ser tomado como provocação imerecida aos republicanos.

Os republicanos *históricos* ovarenses estiveram sempre divididos quanto à *lei da separação*: os mais esquerdistas, quase todos democráticos, pretendiam a sua aplicação na íntegra e para tanto vigiavam o clero local e apontavam qualquer falta cometida, numa verdadeira *política de submissão*; outros, menos radicais, quase todos evolucionistas, numa *política de tolerância*, procuravam aplicá-la com suavidade, humanizá-la.

O decreto n.º 3.856, de 22 de Fevereiro de 1918, modificando a *lei da separação*, decretou a plena liberdade de culto religioso a qualquer hora nos templos e na rua, sem dependência de licença da autoridade pública, e outras «modificações atinentes a atenuar as demasias do seu jacobinismo» (Cunha Leal).

«O triunfo do Sidonismo (Dezembro de 1917), com a subida ao poder de uma situação conservadora e pró-clerical, trouxe paz à Igreja Portuguesa» (A. H. de Oliveira Marques, *A primeira república portuguesa*).

Nos princípios de 1921 ainda *A Pátria* admoestava o coadjutor da freguesia de Ovar, padre José Ribeiro de Araújo, por ter usado vestes talares quando ia para o exercício das suas funções eclesiásticas.

Na década de 1960, no Estado Novo, uma parte da nova geração de eclesiásticos principiou a vestir civilmente, o que foi criticado severamente pelo *João Semana* que, a 26 de Setembro de 1970, declarava sobre o *vestuário eclesiástico*: a geração que esta antecedeu muito teve de sofrer nesse sentido. O hábito reduz-se à simples batina que se chama talar, por dever descer ao talo ou calcanhar. Vestir civilmente, à *futrica*, é indigno de um padre.

De tudo isto resulta afinal que o dr. Afonso Costa foi um legislador clarividente e que as determinações da *lei da separação*, senão na totalidade pelo menos na maioria, eram correctas, só pecando por serem intempestivas...

7. *Os padres Augusto Oliveira Pinto e António André de Lima*

O padre Augusto de Oliveira Pinto nasceu, a 26 de Novembro de 1881, na freguesia de S. Miguel do Souto, do concelho vizinho de Santa Maria da Feira.

Desde 20 de Abril de 1910 a Janeiro de 1955, foi Abade da freguesia de S. Vicente de Pereira, do concelho de Ovar.

Padre Augusto de Oliveira Pinto. 1881-1975

Tendo usado hábitos talares num enterro no ministério conservador do general Pimenta de Castro, em 1915, foi-lhe aplicada, pelo Ministro da Justiça dr. Catanho de Meneses a pena de dois meses de interdição de residência nos concelhos de Ovar e limítrofes.

Ficou famosa a Oração Fúnebre que pronunciou no cemitério de Ovar no funeral do dr. Joaquim Soares Pinto.

Publicou em folhetim, no jornal *Tradição*, de Santa Maria da Feira, de 4 de Maio de 1935 a 27 de Fevereiro de 1937, a *Resenha histórica das freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*.

Faleceu, a 8 de Fevereiro de 1975, com 93 anos, na Rua José Estevão, da cidade de Ovar, tendo o seu funeral sido presidido pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes.

O padre António André de Lima, filho de pescadores, nasceu em Espinho, em 1866, foi Abade da freguesia de Esmoriz, de 1905 a 1933, e faleceu neste último ano. É autor de «Espinho. Breves apontamentos para a sua história», publicado em folhetins na *Gazeta de Espinho*, a partir do n.º 153, de 6 de Dezembro de 1903 (e em *Espinho. Boletim Cultural*, vol. I, 1979, n.ºs 1 e 2).

O abade colado André de Lima foi substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ovar na ditadura de Sidónio Pais, comissão nomeada por alvará do Governador Civil do distrito, de 21 de Janeiro de 1918, de harmonia com o decreto n.º 3.738 de 10 desse mês, e que foi presidida pelo padre José Maria Maia de Resende.

8. *As cultuais (30 de Dezembro de 1911)*

Segundo os art.ºs 32.º e 33.º da *lei da separação*, para efeito da concessão gratuita das igrejas, móveis e alfaias destinadas ao culto católico, podiam organizar-se até 31 de Dezembro de 1913 associações civis, denominadas *cultuais*, que tinham de reservar para a beneficência e assistência um terço do que recebessem, ou um sexto se tivessem de prover ao sustento e habitação do ministro do culto.

As disposições relativas à organização das cultuais negavam, praticamente, a hierarquia da igreja. Só se podiam fundar mediante autorização concedida por portaria do Ministro da Justiça, deviam propor-se um fim de assistência e beneficência, ficariam com o encargo do culto a partir de 1 de Julho de 1911, e da sua direcção e gerência eram excluídos os sacerdotes.

«Os preceitos que regulavam a constituição e funcionamento das associações *cultuais* não foram além dos textos legais em largas zonas do País, por nenhum eco encontrarem nos sentimentos religiosos do comum da população».

Este mecanismo, imposto pelo dr. Afonso Costa, fazia exclamar o advogado ovarense José de Arruela – «Achávamos mais honesto e mais legal que as submetesse directamente à vigilância da Carbonária» (JESUS PABÓN, *A revolução portuguesa*).

No concelho de Ovar foi fundada, na freguesia de Válega, a 30 de Dezembro de 1911, a *Associação Cultual Católica de Beneficência*. Contra ela fez propaganda, em 1912, o dr. José Maria Marques de Oliveira Reis e, em Abril desse ano, é abandonada pelos cidadãos João Pereira de Pinho, João Rodrigues da Fonseca, João da Silva Pires, Joaquim Pereira Magina e Manuel Soares Couto. É o seu fim!

10. *Padres perseguidos (1911-1914) e igrejas assaltadas (1912-1920)*

Em 1911, por não obedecer à intimação da autoridade administrativa e ler a pastoral dos bispos à missa conventual, foi capturado e remetido para o Governo Civil de Aveiro o abade da freguesia de Arada, reverendo Joaquim Tomé dos Santos; o mesmo abade, acusado de ter transgredido o «regulamento do registo civil assistindo a um funeral sem que previamente se tivesse lavrado o assento de óbito, foi processado no tribunal de Ovar e veio a ser despronunciado, em 1912, por acórdão da Relação do Porto, que mandou arquivar os autos (interposto recurso pelo procurador da república junto da Relação, foi negada revista pelo Supremo Tribunal de Justiça); neste ano de 1912, o reverendo Tomé dos Santos foi castigado, perdendo todos os benefícios do Estado e sendo desterrado por 9 meses do concelho de Ovar; em 1913, ano em que foi novamente preso por conspiração monárquica, apresentou queixa contra o regedor da freguesia de Arada por o impedir de dizer missa na capela da Senhora do Desterro, pertencente a uma irmandade que àquele não tinha pedido licença (notícia dada na *Luta*, de Brito Camacho). Finalmente, este corajoso abade, em 1914, por desrespeitar a *lei da separação*, por duas vezes foi expulso de Arada mas beneficiou duma amnistia; transgredindo, foi novamente desterrado por 18 meses.

Não sabemos o que mais admirar – se a persistência do reverendo Tomé dos Santos, se a vontade persecutória inquebrantável dos republicanos de Ovar!

No ano de 1914 estiveram aqui quatro clérigos de Vagos que tinham sido daí expulsos, por decreto, em fins de 1913 (dois por 3 meses e dois por 4 meses), e que tinham escolhido Ovar para terra do seu degredo.

Durante a *primeira república* foram frequentes os *assaltos* à igreja e capelas da freguesia de Ovar:

Igreja Matriz de Ovar.
Edição Ramos & Camarão

Datas dos assaltos	Imóveis assaltados
25/26-10-1912	Igreja
13/14-1-1916	S. Miguel e N.ª Sr.ª da Graça
16-1-1916	S. Pedro
26/27-1-1916	Almas e S. João
27/28-1-1916	Santa Catarina
8/9-4-1917	S. Miguel
23-1-1920	N.ª Sr.ª da Graça

A 28 de Dezembro de 1920, foram vandalizados os cruzeiros de Santo António, S. Miguel, e de S. Pedro ou do Pilão.

Quanto à igreja, numa noite de 1918 foram-lhe destruídos os vasos ornamentais de cantaria que encimavam os pilares da entrada do adro; em 1920 foi-lhe danificada a cantaria.

10. *A venda das imagens da Capela do Colégio das Doroteias (16 de Junho de 1912)*

Segundo *A Pátria* (de 3 de Maio de 1928), nem todos os haveres de extinto Colégio das Doroteias foram arrolados pelo juiz da comarca: – «*Todos* não é bem, porque muitos tinham sido retirados de noite pelas Doroteias, transportados para Esmoriz em carro de bois e lá despachados, tudo com intervenção dum republicano e aquiescência de outros».

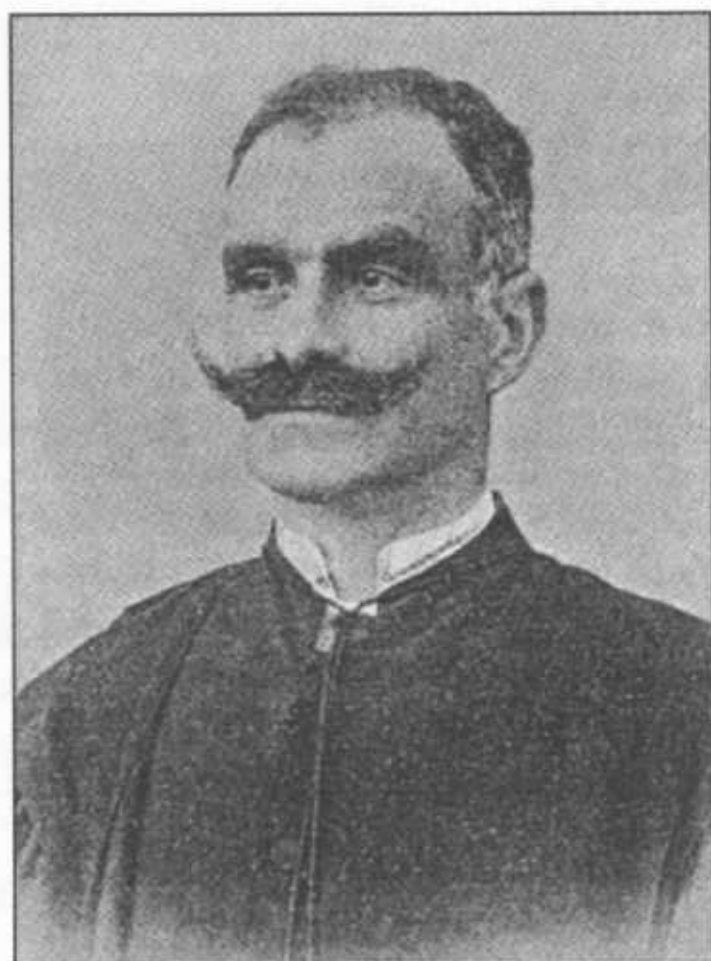
A 16 de Junho de 1912, pelas 11 horas da manhã, no extinto colégio, venderam-se as imagens que se achavam na capela privativa e diversos artigos do colégio, em arrematação presidida pelo delegado do procurador da República e que veio a prosseguir no dia 30 do mesmo mês.

O *Jornal de Ovar*, que para *A Pátria* era o orgão monárquico-clerical da talassaria da terra, no seu número de 16 de Junho, proclamou que, por estarem benzidas, cometeria um sacrilégio, incorrendo na excomunhão, quem vendesse ou arrematasse as imagens dos santos pertencentes à Capela do Colégio das Doroteias.

Porém, «arrostando com as penas do purgatório a Mesa (*da Misericórdia*) fez uma subscrição para comprar as imagens *a fim de as conservar na capela e esta afecta ao culto*» e «com surpresa de todos apareceu a arrematar os santos, também sem receio das penas do purgatório, um católico – o Sr. Francisco Peixoto – que os levou por um preço superior ao da *subscrição aberta*» (*A Pátria*, de 3 de Maio de 1928). Francisco Peixoto Pinto Ferreira, ferveroso católico, largou perto de 270$000 reis pelas imagens e não teria ficado excomungado, segundo o *Jornal de Ovar*, dado que tinha licença eclesiástica.

Os republicanos locais, mau grado o seu jacobinismo pequeno-burguês, o seu anticlericalismo façanhudo, teriam procurado convencer o delegado do procurador da República, dr. Alberto Tomás David, da simpatia dos católicos, a não realizar a praça, «mas ele declarou que tinha de cumprir a lei; recorreu a Mesa da Misericórdia à Comissão dos Bens das Congregações Religiosas a qual só sustaria a praça sob informação do Delegado *que não foi possível conseguir!*» (*A Pátria*, de 3 de Maio de 1928).

O dr. Tomás David veio a ser transferido, segundo o *João Semana* (de 28 de Maio de 1914), por «consentir que pela Páscoa fosse o Senhor aos presos da cadeia e assistir ele à cerimónia religiosa». Teria sido denunciado por visitar o dr. Joaquim Soares Pinto à cadeia, em Aveiro, por o ter esperado na estação do caminho-de-ferro aquando do regresso desse preso político monárquico e por ter convidado o mesmo, juntamente com os drs. José António de Almeida e Descalço Coentro, para um jantar com seu tio, o dr. Jacinto Nunes, velho, honrado e grande republicano, sogro de Brito Camacho e que foi presidente do directório do Partido unionista.

A Pátria (de 21 de Maio de 1915), informava que ele começou a manifestar a sua simpatia pelos monárquicos, com quem exclusivamente convivia, e desejava-lhe *Boa Viagem, saúde e bichas.*

Dr. Alberto Tomás David. In: Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1915*

11. *A venda do Passal (23 de Setembro de 1912)*

Como já referimos, o passal, abandonado pelo Abade Manuel Barbosa Duarte Camossa, como residência paroquial, arruinou-se, constituindo em 1890 um pardieiro.

A 23 de Setembro de 1912, os materiais da residência (pedras de cantaria e madeira de castanho) foram vendidos em hasta pública no próprio local, pela comissão concelhia administrativa dos bens do Estado de Ovar, sendo arrematados pelo dr. José António de Almeida. O passal, em ruínas, foi, por último, vendido a Abel Guedes de Pinho, que o tornou a vender.

12. *A Conferência (masculina) de S. Vicente de Paulo (1912)*

A *Conferência* (masculina) *de S. Vicente de Paulo* de Ovar foi fundada em 1912, recebendo a carta-patente da sua agregação à Conferência-mãe de Paris a 1 de Julho de 1913. Foi seu presidente na sua primeira fase, de poucos anos de vida, o dr. António Sobreira; a 19 de Março de 1968, foi reorganizada, tendo como presidente o médico e eng.º técnico agrário dr. José Nuno da Mota Coutinho († em 2001).

É proprietária dum aglomerado de casas para pobres, no lugar da Mãe da Água,

na Ponte Nova, em terreno oferecido pelo padre Manuel Rodrigues Figueiredo, e cuja construção se iniciou em 1972.

No final de 1999, apoiava 40 famílias.

A supressão arbitrária de semanários ovarenses – *Revista de Ovar* (a 20 de Abril de 1911), *Semana de Ovar* (a 27 de Abril), *Semanário de Ovar* (a 4 de Maio), e *A Liberdade* (a 1 de Junho)

Desde 30 de Abril de 1908 Ovar viu circular, em plena Monarquia, um semanário republicano, *A Pátria*.

Que iria suceder na República?

Permitiriam os republicanos locais que continuassem a circular ou viessem a lume semanários conservadores, de tendência monárquica?

Pelos decretos com força de lei de 10 e 28 de Outubro de 1910 a imprensa é livre, independente de censura.

Porém, nem todos os semanários de Ovar viveram em liberdade! E é lamentável que tal tivesse acontecido.

Os republicanos locais perseguiram com rancor e implacavelmente quatro semanários conservadores e monárquicos: – *Revista de Ovar*, *Semana de Ovar*, *Semanário de Ovar* e *A Liberdade*.

A *Revista de Ovar* foi *suprimida* arbitrariamente pelas autoridades a 20 de Abril de 1911.

> «Foi suspensa a *Revista de Ovar* sob a mão potente da autoridade que entendeu arbitrariamente fazer uma injustiça. Uma injustiça, uma injustiça mesquinha e inqualificável.
>
> O que nos causa pena e nojo é a maneira radical, impolítica e desleal como se envia um *mandado de suspensão* pelas portas dentro sem dizer os motivos dessa supressão, sem basear em argumentos ou factos a arbitrariedade da imposição, sem dourar com um qualificativo a nudez duma injustiça que revolta a consciência e lesa interesses pecuniários de terceiros».
>
> *In*: *Semana de Ovar*, de 27 de Abril de 1911

> «Foi suprimida por ordem do governo e a pedido evidentemente do republicanismo local. A *Revista* não tinha aderido, não bajulava, falava com certo desassombro e por isso *havia* fatalmente de incomodar os *grandes homens* da democracia vareira. Esta a razão única da supressão odienta e injustificável», dado que «é das normas do republicanismo indígena acabar com quem o incomoda em nome da liberdade».
>
> *In*: *Jornal de Ovar*, de 30 de Abril de 1911

Foi a primeira vez que em Ovar, desde que a 22 de Julho de 1883 surgiu *O Ovarense*, foi suprimido um semanário!

E foi pena, dado que deu pretexto a uma campanha contra a intolerância e perseguição à imprensa pelo republicanismo local cujo órgão, incompreensivelmente, a defendia, regozijando-se:

«Saneando – Por ordens superiores foi notificada a suspensão dum indecoroso papel que era redigido lá para as bandas do Largo de Francisco Ferrer. Na verdade já era tempo de se principiar a fazer limpeza e impunha-se como medida de boa profilaxia a remoção de tal ocorrência».

In: *A Pátria*, de 20 de Abril de 1911

À *Revista de Ovar* sucedeu o semanário *Semana de Ovar*, de Amadeu Peixoto Pinto Leite e Américo Peixoto Pinto Leite, tendo como redactores António Augusto de Resende e o padre Manuel Rodrigues Lírio.

1.ª Serie—N.º 1 Ovar, 27 de Abril de 1911 ANNO I

SEMANARIO LITTERARIO E INDEPENDENTE

A Semana d'Ovar

Pela familia — Pela patria

Director e Proprietario: AMADEU PEIXOTO PINTO LEITE
Publicações: Cada linha, 60 reis. Repetições, 30.

ASSIGNATURA
Em Ovar (anno) . . . 1$000 reis
Com estampilha (anno) . 1$200 »
Brazil e Colonias . . . 1$500 »

Editor: AMERICO PEIXOTO PINTO FERREIRA
Redacção e administração: Largo de S. Miguel — OVAR

Composta e impressa no Porto na Typ. Fonseca & Filho—Rua da Picaria, 74

Apresentação

Cahiu ha dias um combatente da bôa causa: o bem da patria. Elles são poucos e os seus postos arriscados. Entrar nas suas fileiras representa senão heroicidade, pelo menos coragem. Viemos nós supprir o seu logar. Anima-nos a mesma fé: a da possibilidade do nosso resurgimento para o plano dos povos cultos e livres. Requeima-nos o mesmo amor: o da nossa Patria tanto mais adorada quanto mais infeliz a vermos.

Novos e ardorosos dar-lhe-hemos tudo que ella exigir e estiver nas nossas mãos. Pelo menos a nossa bôa vontade.

Pela familia e pela Patria é o nosso lema. A do seu bem, a nossa politica. Cremos não haver programma de nobresa mais distincta.

A'vante!

Sub populo lis est

Foi suspensa a *Revista d'Ovar* sob a mão potente da auctoridade que entendeu arbitrariamente fazer uma injustiça. Uma injustiça, uma injustiça mesquinha e inqualificavel. Acatamos, acatamos e acataremos sempre a auctoridade *legitimamente* constituida. O que nos causa pena e nojo (não é termo desbocado porque o empregou Sampaio Bruno ao desligar-se da actual dictadura) o que nos causa nojo é a maneira radical, impolitica e desleal como se envia um *mandado de supressão* pela porta dentro sem dizer os motivos dessa supressão, sem basear em argumentos ou factos a arbitrariedade da imposição, sem dourar com um qualificativo a nudez d'uma injustiça que revolta a consciencia e leza interesses pecuniarios de terceiros.

A *Revista d'Ovar* foi suprimida, condemnada á morte pelos processos antigos e grotescos do tempo de Torquemada.

Mas aos justiçados de então dizia-se o motivo, futil embora, da condemnação; inventava-se um pretexto para acobertar a hediondez do crime; com a *Revista d'Ovar* nem o processo inquisitorial se empregou!

A' *Revista d'Ovar*, pequenina no corpo mas grande no desassombro, na coragem e na limpidez dos seus processos de verdade e de justiça, disseram-lhe apenas:

Morres, porque deves morrer.

Em que se fundamenta a imposição desse *dever*?

Que artigo da nova lei d'imprensa, publicada pelo actual Regimen, foi ferido nas columnas da *Revista d'Ovar*?

Que decreto para justificar essa supressão podem evocar aquelles que longe de respeitar as leis da nação, se deixaram arrastar pelo sentimento do odio antigo, votado no passado

Semana de Ovar, *de 27 de Abril de 1911.*

Foi também suprimido, arbitrariamente, logo no seu 1.º número de 27 de Abril de 1911, pelas autoridades administrativas. Para o *Jornal de Ovar* (de 30/4/1911), a *Semana de Ovar*, publicação *independente*, apresentara um programa que nada tinha de jesuítico. Mas «é claro, não querem quem os incomode, não querem que falem, não querem que pensem de modo diverso do que eles falam e pensam. Pretendem esmagar com a penitenciária da intimidação a palavra e o pensamento. Mas então onde está a tão apregoada garantia da liberdade? Isto nunca se viu no tempo da monarquia! Então estamos pior?».

À *Semana de Ovar* veio a suceder o *Semanário de Ovar*, tendo como editor e proprietário Ludgero Peixoto, que também foi suspenso pelas autoridades, arbitrariamente, no seu 1.º número, de 4 de Maio de 1911.

Com a finalidade de continuar o *Semanário de Ovar* surgiu *A Liberdade*, fundada por António Augusto de Resende e padre Manuel Rodrigues Lírio, tendo o padre

1.ª Serie—N.º 1 Ovar, 4 de Maio de 1911 ANNO I

Semanario d'Ovar

Magasine litterario e independente

Editor, Proprietario e Director: Ludgero Peixoto

ASSIGNATURA
Em Ovar (anno) . . . 1$000 reis
Com estampilha (anno) . 1$200 »
Brazil e Colonias . . . 1$500 »

Publicações
Cada linha, 60 reis. Repetições, 30.
Redacção e administração
Largo de S. Miguel — OVAR

Composto e impresso no Porto na Typ. Fonseca & Filho—Rua da Picaria, 74

Apresentação

Cahiu ha dias um segundo combatente da bôa causa: o bem da patria. Elles são poucos e os seus postos arriscados. Entrar nas suas fileiras representa senão heroicidade, pelo menos coragem. Viemos nós supprir o seu logar. Anima-nos a mesma fé: a da possibilidade do nosso resurgimento para o plano dos povos cultos e livres. Requeima-nos o mesmo amor: o da nossa Patria tanto mais adorada quanto mais infeliz a vemos.

Novos e ardorosos dar-lhe-hemos tudo que ella exigir e estiver nas nossas mãos. Pelo menos a nossa bôa vontade.

Pela familia e pela Patria é o nosso lema. A do seu bem, a nossa politica. Cremos não haver programma de nobresa mais distincta.

A'vante!

Pela verdade e pela justiça

Filhos do povo, para o povo appelamos nesta hora solemne em que uma guerra civil tremenda se trava no espirito nacional. Nesta guerra fratricida de espiritos não se verte sangue de irmãos, mas esfarrapa-se o nome augusto da nossa patria, derrancada pelo sapatear estrondoso da populaça insciente que a febre do odio galvanisa e perde; esfarrapam-se os direitos sagrados do individuo que uma mordaça de ferro comprime e anniquila; esfarrapa-se a liberdade de pensamento, que dignifica os povos cultos, obrigando-a a morder o pó d'uma oppressão indigna; amarra-se ao pelourinho da ignominia politica as aspirações tradicionaes do povo portuguez.

Não se ouve o fusilar das balas, crusando-se, na hora triste e nefasta d'uma guerra civil, por sobre as cabeças de pais, filhos e irmãos que a politica da força divide e que a paixão de seita desagrega; mas ouve-se o rugir do odio e o esvurmar da vingança que a paixão partidaria fomenta entre irmãos e que o sagrado amor da patria não póde harmonisar.

Dizem que a monarchia cahiu de pôdre e somos dessa crença. A revolução de outubro não foi o baquear do roble ao sopro d'uma tempestade politica; foi o apodrecer d'um cadaver sob a acção physica do desagregamento molecular.

Oitenta annos de regimen constitucional pesou sobre a nossa patria como a pata do pachiderme sobre o musgo lodoso d'um pantano.

E o criterio que allumiou o caminho dos reis e dos ministros de então, se exceptuarmos o nome d'aquelles poucos que a historia politica do nosso paiz cobre de gloria e honestidade, era o criterio da vaidade que incha intelligencias ôcas e o cheiro do interesse que engorda ventres accomodaticios. Por isso é que o espirito do mal passou sobre uma nacionalidade em ruinas, pervertendo os seus filhos.

E a ideia do civismo verdadeiro fugiu escorraçada do cerebro dos nossos politicos de profissão.

E elles começaram a vender a patria pelo primeiro prato de lentilhas que fizesse cócegas ao seu paladar depravado. O bem estar pessoal foi anteposto á felicidade do povo, o egotismo vaidoso campeou infrene por sobre todas as cabeças desilludidas ou indifferentes.

Um dia a imaginação popular, electrisada pelas promessas audaciosas dos pregadores da felicidade nacional, subiu ao pinaculo d'uma esperança de melhores dias, porque a perversão da propaganda, a que chamavam educação civica, soube insuflar no organismo amorpho do povo inculto e espesinhado, um raio de luz satanica.

E o povo pensou que tudo que se lhe mostrava seria d'elle e caiu de joelhos deante dos tentadores.

E aos adoradores deram-lhes... as regalias que temos.

E a tradição esphacelou-se, cortou a linha de continuidade que liga o passado ao futuro; e o presente... é isto que vemos.

Pela nossa familia devemos sacrificar tudo; mas pela nossa patria devemos sacrificar a nossa familia, como pela nossa religião devemos sacrificar a nossa patria.

Isto parece avançar de mais á primeira vista, mas está dentro da logica mais tenaz. Quer se seja atheu, israelita, bhudista, catholico ou protestante, a ideia de *crença* é mais lata que a ideia de *nacionalidade*, que é restricta.

Se formos á India ou á Africa ou ao centro d'uma grande capital, podemos ver os bhudas entregar o seu torrão natal á Inglaterra, contanto que esta não raspe um unico capitulo da sua religião; podem os portuguezes ou allemães sujeitar, sob a pressão da baioneta, a potestade selvagem dos *sôbas*, contanto que os seus fetiches fiquem inviolaveis; e se transpozermos os portaes mysteriosos da

Semanário de Ovar, *de 4 de Maio de 1911.*

N.º 1 — OVAR, 18 de Maio de 1911 — Anno I

A Liberdade

SEMANARIO INDEPENDENTE

Proprietario, director e editor—J. M. MAIA DE REZENDE

Redacção e Administração — LARGO D'ALMEIDA GARRETT

«A Liberdade»

A TOQUE DE CAIXA

A Religião do futuro

Os amigos do povo

Lucta de gallos

O Monarchia

Tranquilla abastança

A Liberdade, *de 18 de Maio de 1911.*

José Maria Maia de Resende como proprietário, director e editor. Teve este semanário a redacção e administração no Largo de Almeida Garrett e foi impresso na tipografia Silva, de Aveiro.

Apenas teve três numeros, os de 18 e 25 de Maio, e o de 1 de Junho de 1911 que foi apreendido na tipografia antes de circular.

Nem *A Liberdade* escapou!

Criticou a violência da sua apreensão o *Jornal de Ovar* (de 4 de Junho).

Os três primeiros semanários «foram um capricho da família Peixoto, sempre inquieta, principalmente na política. Os republicanos procuraram impedir as suas publicações, o que lhes era fácil. Por detrás dos nomes que se diziam directores e redactores, as pessoas daquele tempo viam facilmente o homem tão talentoso como irrequieto, que veio a pagar numa cela do convento de Santa Joana, em Aveiro, sob a invocação de outros pretextos, as afirmações que fez correr por aquelas folhas. Esse

teimoso era o Rev.º Manuel Rodrigues Lírio» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

«À roda do dr. Soares Pinto, formou o escol dos monárquicos intransigentes, não desertando de entre eles a pena brilhante e cáustica do poeta, jornalista e memorialista, que é o senhor Padre Manuel Rodrigues Lírio. Assim, salvo o devido respeito pela comparação, como aqueles moscos que zumbem e ferem impertinentemente as criaturas, à *Revista* fizeram suceder a *Semana de Ovar*, publicada em 27 de Abril e a esta o *Semanário de Ovar*, aparecido em 4 de Maio. De nada valia aos democráticos o manejo da lei, ou da arbitrariedade como de nada vale ao triste moral, mesmo no saco do seu mosquiteiro, julgar-se isento do inquietante zumbido. Ele voltava, maçador, aborrecido, arreliante, como voltou a voz dos adversários, mais de chacota do que agravo, mais de riso do que de ataque».

ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 15 de Setembro de 1949.

O *Jornal de Ovar*, órgão do ex-partido progressista, terminou os seus dias a 21 de Julho de 1912, com um testamento político que é uma crítica mordaz à falta de liberdade de imprensa que então imperava.

As eleições de 19 de Maio de 1911 – os deputados José de Oliveira Gomes e António Valente de Almeida. A Família Valente de Almeida. O Largo 19 de Junho. Os círculos na Primeira República (1910-1926). Deputados ovarenses na Primeira República (1911-1926)

O decreto de 5 de Abril de 1911 dispôs que a eleição de deputados (em número de 234) à Assembleia Nacional Constituinte seria feita por sufrágio secreto, directo e facultativo. A representação parlamentar do País era distribuída por círculos de 4 deputados, tendo ficado o concelho de Ovar no *círculo n.º 16 (Estarreja).*

A 27 de Abril reuniram-se as comissões republicanas de Ovar a fim de se pronunciarem sobre a escolha do candidato, representativo deste concelho, tendo sido indigitado o director d'*A Pátria*, o comerciante e um dos *fundadores* do partido republicano local António Valente de Almeida. A escolha foi bem recebida não só pelos seus correligionários como pelo povo de Ovar habituado desde 1887 a não ver um ovarense no Parlamento, pelo círculo (uninominal ou plurinominal) a que pertenceu.

Para a eleição dos candidatos republicanos pelo círculo de Estarreja foi apresentada uma lista única confeccionada pelo Partido Republicano Português (*P.R.P.*). No dia 7 de Maio o candidato ovarense iniciou a sua apresentação ao eleitorado com uma conferência na freguesia de Válega, no salão nobre das Escolas Oliveira Lopes, onde examinou a lei da Separação da Igreja e do Estado com o dr. Pedro Chaves. A propaganda estendeu-se, depois, às freguesias de Esmoriz, onde discursou Américo Cardoso, de Cortegaça e à vila de Ovar.

Mau grado António Valente de Almeida ser um republicano conservador, não foi

poupado pelo *Jornal de Ovar* (de 14 de Maio de 1911) que lhe dedicou, sob o título – «Cada um para o que nasce» –, quinze quadras das quais destacamos as seguintes:

Quando o Valente nasceu,
– facto único, isolado! –
falou e disse à parteira:
Eu hei-de ser deputado.

Com vestido e touca branca
Levaram-no ao baptizado.
Mal viu o cura lhe disse:
Eu hei-de ser deputado.

Cresceu. E quando folgava
na rua, formalizado
dizia aos outros rapazes:
Eu hei-de ser deputado.

Zé Repolho

Como o governo decidira que nos círculos onde não houvesse oposição não se procedesse a eleições, resultando automaticamente eleitos os candidatos propostos, e como no círculo de Estarreja a única lista apresentada foi a do P.R.P., António Valente de Almeida e os seus companheiros foram eleitos a 19 de Maio sem necessidade de votação.

Para *A Pátria* não houve oposição «pela covardia moral e pela incontestável fraqueza dos inimigos da República». É de salientar que no domingo, 28 de Maio, em que se realizou a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, não houve no País um único voto para a Monarquia!

«Para mostrarem que não reconheciam nem acatavam a República, os monárquicos tinham decidido não concorrer às eleições» (David Ferreira).

Foram eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte 229 deputados do P.R.P., 3 independentes e 2 socialistas.

Ao cair da tarde do dia da eleição teve lugar uma manifestação em frente da casa do deputado eleito que falou da varanda ao povo.

Foi eleito também deputado às Constituintes pelo concelho de Mafra o capitão ovarense José de Oliveira Gomes.

Este capitão, na intentona de Mafra, em 1914, colocou-se frente da tropas fiéis; tenente-coronel, foi Governador Civil de Coimbra de 4 de Setembro a 16 de Novembro de 1920.

António Valente de Almeida, político e poeta, nasceu em Ovar, na Rua da Praça, em 1878, filho do negociante e importante proprietário Manuel Valente de Almeida e de Rosa Pereira do Patrocínio.

Em 1905 escreveu, n'*A Discussão*, as «Lições a um crente»; foi um dos 16 mem-

António Valente de Almeida. 1878-1966
In*:* Notícias de Ovar, *de 8/9/1966*

bros da comissão instaladora da Associação de Socorros Mútuos Ovarense e, de 1905 a 1907, seu primeiro presidente da direcção.

Foi, juntamente com o dr. Domingos Lopes Fidalgo, quem lançou as bases e organizou o partido republicano local (circular de 16 de Janeiro de 1907); foi efectivo da Comissão Municipal Republicana de 1907 a 1909, director d'*A Pátria*, órgão do partido republicano ovarense, cujo primeiro número saiu a 30 de Abril de 1908, vereador efectivo na lista republicana às eleições camarárias de 1908, efectivo da direcção do *centro republicano* de Ovar em 1910; um dos sócios fundadores da Misericórdia.

Na República, foi Administrador do Concelho em 1910 e 1911, e, a 19 de Maio de 1911, foi eleito *deputado* às Constituintes pelo círculo n.º 16 (Estarreja), quando tinha 32 anos; ainda neste ano de 1911 fez parte da direcção do *centro republicano* de Ovar.

Na Câmara dos Deputados atacou, em 1912, quase todas as disposições do decreto de 4 de Maio. Na sessão de 6 de Dezembro de 1911 apresentou um projecto de lei referente às estradas nacionais; na sessão de 29 de Fevereiro de 1912 apresentou outro, autorizando a Câmara Municipal de Ovar a vender, na praia do Furadouro, independentemente de hasta pública, terrenos para construção, aos proprietários dos palheiros destruídos pelas marés e temporais dos meses de Janeiro e Fevereiro desse ano; e, na sessão de 27 de Junho de 1912, com Barbosa de Magalhães, apresentou ainda outro projecto de lei.

A 10 de Agosto de 1915 casou, em S. João da Madeira, com Otília Rodrigues Coimbra Valente, filha do ovarense e importante proprietário João Rodrigues Quatorze.

Em 1919, foi um dos fundadores do *partido republicano liberal* em Ovar, tendo sido eleito presidente, a 9 de Novembro desse ano, da sua Comissão Municipal; desde 31 de Julho de 1921 foi director d'*A Defesa*; e neste ano, desde 21 de Julho, foi novamente Administrador do Concelho.

Foi nomeado *Presidente da Câmara* a 23 de Julho de 1926 – o 1.º após o *28 de Maio* –, e ocupou este cargo, pela 2.ª vez, de 21 de Março de 1927 a 19 de Março de 1928.

Durante a sua presidência é criada a secção da Guarda Nacional Republicana (4 de Setembro de 1926), realiza-se a 1.ª Exposição Industrial da cidade (16 e 17 de Julho de 1927), começa a funcionar a Escola Primária Complementar (9 de Janeiro de 1928), e verifica-se o *assalto à Misericórdia de Ovar* (17 de Março de 1928).

Foi presidente da Comissão Municipal de Assistência e testemunha a favor do padre Teófilo, no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.

Faleceu com 87 anos, a 30 de Agosto de 1966, na sua casa da Praça da República. Sua mulher viria a falecer, com 89 anos, a 1 de Dezembro de 1981.

Família distinta ovarense, a *Família Valente de Almeida* descende de Gonçalo Valente de Almeida, do lugar de Ponte Reada, de Ovar, que casou com Maria de Oliveira de Almeida, do mesmo lugar.

O filho deste casal, Manuel Valente de Almeida, negociante e importante proprietário, casou com Rosa Pereira do Patrocínio (†1924, com 78 anos), tendo falecido na sua casa da Praça da República, com 74 anos, a 1 de Agosto de 1913.

Filhos do casal Manuel/Rosa:

– Antónia Valente de Almeida, que casou, a 7 de Maio de 1896, com o Secretário da Câmara Municipal, dr. Francisco Ferreira de Araújo, filho do dr. José Ferreira de Araújo e de Ana Gomes Coentro de Araújo, e faleceu, a 27 de Abril de 1953, com 82 anos.

– António Valente de Almeida (1878-1966), que casou (1915) com Otília Rodrigues Coimbra Valente, filha do ovarense e importante proprietário João Rodrigues Quatorze, foi *deputado* às Constituintes (1911) e *Presidente da Câmara* (1926 e em 1927-1928).

A filha deste casal António/Otília, Rosa Coimbra Valente de Castro Vidal, casou, a 17 de Maio de 1945, com José Vaz de Castro Sequeira Vidal.

– dr. Álvaro Valente de Almeida, que foi presidente da assembleia geral dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1927-1928), e faleceu em Lisboa, a 3 de Fevereiro de 1930. Médico, doença impediu-o de abrir consultório.

A *assembleia nacional constituinte* reuniu-se pela 1.ª vez, a 19 de Junho de 1911, sob a presidência de Anselmo Braancamp Freire, filho do 1.º Barão de Almeirim, e nessa sessão sancionou a revolução de 5 de Outubro e decretou a abolição da monarquia.

Tomou parte nessa sessão histórica, que pôs oficialmente termo ao regime monárquico, verdadeira festa nacional, o deputado António Valente de Almeida, e a Câmara Municipal de Ovar fez-se nela representar pelo seu vereador Manuel Pereira Dias, que se deslocou expressamente a Lisboa para assistir à proclamação da República e para saudar os membros da Assembleia Constituinte.

«Recebida em Ovar, ao meio dia e 35 minutos da 2.ª feira, a notícia da proclamação da República na Assembleia Nacional Constituinte, foi esse facto anunciado pela estação telégrafo-postal com uma girândola de foguetes», e, posteriormente, «foi içada a bandeira nacional no topo dos Paços do Concelho e saudada com uma salva de 31 tiros, repicando festivamente os sinos da igreja paroquial e de todas as capelas da vila.

À tarde, das 5 às 7 horas e meia, por deliberação do pessoal ferroviário desta vila,

fez-se ouvir na Estação a música dos Bombeiros Voluntários em sinal de regozijo, reinando grande entusiasmo e alegria na assistência.

Às 7 horas e meia deslizou a banda marcial para a Praça da República, acompanhada dos referidos empregados empunhando bandeiras verdes e vermelhas a fim de assistir ao descimento da bandeira, acto que foi saudado com nova salva de 31 tiros e com a *Portuguesa*, executada por aquela banda.

Foram levantados e entusiasticamente correspondidos vivas à Pátria, à República, ao Governo, etc., lendo ao Povo o presidente da Câmara telegramas que recebera dos deputados do círculo, a participar a proclamação.

Dali seguiu o cortejo para o Centro Republicano, e da varanda o dr. Pedro Chaves, com calor e brilho, saudou o Povo, fez uma brilhante apologia da República e estigmatizou com veemência os traidores da Pátria. Ao terminar irromperam da rua quentes ovações.

De lá veio o cortejo a casa do deputado António Valente de Almeida, a fim de o saudar nas pessoas de sua família».

Esta manifestação dos republicanos ovarenses, assim descrita pelo seu órgão local *A Pátria* (de 22 de Junho de 1911), foi também noticiada ironicamente, pelo órgão do ex-partido progressista (*Jornal de Ovar*, de 25 de Junho):

«Na passada 2.ª feira, *sem preparativos*, apareceu, pelas 7 horas da tarde, uma manifestação *espontânea*, que surpreendeu a pasmaceira da Praça.

Ouviram-se ao longe uns foguetes devidamente espaçados e não seguidos, porque a boa e grossa quantia que os progressistas deixaram ficar no cofre da câmara, já se sumiu (*segundo os progressistas os republicanos encontraram no cofre da Câmara o melhor de sete contos de reis*). E logo aparece um grupo de 20 operários das oficinas, precedidos de meia dúzia de rapazitos, que nunca faltam a estas coisas, fechando o cortejo com o competente fungagá. Entra tudo no Largo da Praça, e três engravatados subiram os três degraus que dão acesso aos paços do muncípio, e chegando à porta principal dão meia volta, virando a frente aos manifestantes. Toca-se a *Portuguesa* e a meio da marcha entusiasta, batem-se palmas, e botando fala o Chaves, anuncia a proclamação definitiva da República. Tapou-se-lhe a torneira e logo rompe um patriota com um viva à República, e a seguir outro a toda a força dos pulmões grita: – *Abaixo os talassas.*

Decepção completa em alguns manifestantes.

Nós, surpresos, olhámos e vimos que toda a turba estava no mesmo nível, com excepção de três, que estavam em nível superior, e ocupavam a porta central do edifício monumental. Conhecemo-los bem, e no nosso espírito não restaram dúvidas de que aquele *Abaixo* era um protesto contra os tais três, que querem ser os dirigentes dos republicanos vareiros. Esses três eram o António Augusto Abreu, o José Vidal e o Pedro Chaves. Rimo-nos da piada, que achámos bem cabida, e os alvejados não gostaram.

A seguir à manifestação do desagrado, mais uma vez se esgaçou a *Portuguesa*, fechando a manifestação com um viva estridente dado à *Marinha real.*

Era bem melhor que os republicanos vareiros se deixassem ficar em casa, do que fazer uma coisinha tão pobre».

A notícia procurava achincalhar a manifestação popular republicana, desacreditar a República e os seus dirigentes locais mais categorizados, especialmente o dr. Pedro Chaves.

Como já se referiu, na sessão camarária de 24 de Julho de 1911 uma representação do pessoal da C.P. de Ovar solicitou à Câmara que o antigo Largo da Estação fosse denominado *Largo 19 de Junho*, em comemoração dessa data histórica da República, o que foi atendido. Na sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara de 26 de Julho de 1928 foi resolvido mudar novamente o nome àquele largo e dar o nome de *Avenida 19 de Junho* à Avenida da Cadeia, actual Avenida dr. Nunes da Silva (desde 1975).

Na sessão nocturna de 18 de Agosto a Assembleia Nacional aprovou a nova constituição, promulgada em 21 do mesmo mês. A *constituição política de 1911* é o mais curto dos textos constitucionais portugueses – proclama que a República não admite privilégios de nascimento, nem foros de nobreza; extingue os títulos nobiliárquicos e do conselho e bem assim as ordens honoríficas; declara que os cemitérios públicos terão carácter secular; que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa (*laicismo*); o banimento da companhia de Jesus e das congregações religiosas; que a expressão de pensamento não fica dependente de caução, censura ou autorização prévia. A Assembleia Nacional recusou, por grande maioria, a inserção do *direito à greve* na constituição.

O reconhecimento da República portuguesa pelas grandes potências estrangeiras, em Setembro, produziu em Ovar manifestações de regozijo.

***Círculos plurinominais na primeira república* (1910-1926)**

– círculo plurinominal de Estarreja, n.º 16

Pelo decreto de 5 de Abril de 1911, e ainda pelo decreto de 27 de Outubro de 1913, o círculo de Estarreja é formado pelos concelhos de Espinho, Estarreja, Ovar e Santa Maria da Feira, elegendo 4 deputados. O mesmo decreto, aliás como todas as leis eleitorais da República, estabeleceu o sistema de *lista incompleta*, concedendo representação proporcional às minorias. O número de deputados era de 234.

– círculo plurinominal de Oliveira de Azeméis, n.º 14

Pela lei n.º 315, de 1 de Junho de 1915, o círculo de Oliveira de Azeméis é composto de 8 concelhos – Albergaria a Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Macieira de Cambra, Oliveira de Azeméis, Ovar e Santa Maria da Feira –, elegendo 4 deputados, sendo 3 pela maioria e um pela minoria. O número de deputados era de 163.

– círculo plurinominal de Oliveira de Azeméis, n.º 14

O decreto n.º 3.997, de 30 de Março de 1918, determina a mesma composição do círculo de Oliveira de Azeméis, elegendo os mesmos 4 deputados, sendo um pelas minorias. O número de deputados ascendia a 155.

Resumindo:

Anos	Círculos a que pertenceu o concelho de Ovar	Número de deputados desses círculos
1911	Estarreja, n.º 16	4
1915	Oliveira de Azeméis, n.º 14	4
1918	Oliveira de Azeméis, n.º 14	4

Deputados ovarenses na primeira república (1910-1926):

19/05/1911 .... António Valente de Almeida
19/05/1911 .... José de Oliveira Gomes
16/11/1913 .... dr. Pedro Chaves (*1.ª vez*)
13/06/1915 .... dr. Pedro Chaves (*2.ª vez*)

Durante a Primeira República, as campanhas eleitorais não foram férteis em propaganda e comícios. Para as eleições à Assembleia Constituinte, a 19 de Maio de 1911, o P.R.P. local apresentou o seu candidato António Valente de Almeida, a 7 de Maio, na freguesia de Válega, onde proferiu uma conferência; a propaganda estendeu-se, depois, às freguesias de Cortegaça e de Esmoriz, e à cidade de Ovar.

Em 1915, para a campanha das eleições de 13 de Junho, vieram até Ovar os candidatos católicos drs. António Augusto de Castro Meireles e José Hermínio Cardoso Correia. Iniciaram a sua propaganda na tarde de 10 de Junho e às duas horas e meia do dia seguinte foi lançada uma bomba, que explodiu, contra a hospedaria onde pernoitavam. Na véspera das eleições de 11 de Maio de 1919 rebentaria uma bomba de dinamite junto à residência do dr. João Baptista Nunes da Silva.

A 25 de Outubro de 1925, com vista às eleições de 8 de Novembro desse ano, o P.R.R. – Partido Republicano Radical – levou a cabo um comício no teatro dos bombeiros voluntários presidido pelo dr. Alberto Ruela, para apresentação do seu candidato dr. Lopes de Oliveira.

A planta da Vila (28 de Agosto de 1911)

Desde a década de 1890 que a imprensa local referiu a necessidade do levantamento da planta da vila, mas dificuldades pecuniárias impediram a sua realização.

Para *A Discussão* (de 31/7/1898), «tem-se, há 20 anos a esta parte, reconstruído talvez metade da vila e cada vez se vêem as ruas mais ruinosas, pecha esta resultante quer das influências políticas, quer da incompetência dos mestres de obras» e «que teria desaparecido com a sujeição das edificações ao plano e alinhamento de uma planta central». Os arruamentos «em Ovar são de sua origem turtuosos, mercê de as edificações, por via de regra, não haverem obedecido a um plano de construção e alinhamento que lhes houvessem determinado regular directriz» (*Idem*, de 13/8/1905). Para *A Pátria* (de 23/7/1908), «um dos meios a obviar a este mal seria o levantamen-

to da *planta* da vila. A planta sujeitaria a alinhamentos metódicos ou antes sistemáticos e indicaria a forma geral do edifício a construir, conforme a sua situação. Assim, nas ruas principais não se consentiria a construção de casas térreas, etc. Nestas condições as câmaras não se veriam assoberbadas com a *empenhoca*, acabando o *vergonhoso compadrio...*».

A Câmara *franquista* procurou levar a cabo a planta da vila e o governo ordenou que em harmonia com o pedido dos regeneradores liberais se fornecesse o pessoal técnico para o seu levantamento. Com a queda do governo, a ordem ficou esquecida (*Ovarense*, de 9/2/1908).

A *planta da vila*, primeiro fruto que Ovar colheu da República, ficou a dever-se ao Ministro do Fomento do governo provisório dr. António Luís Gomes, que para esse fim foi assediado pelos drs. Domingos Lopes Fidalgo e Pedro Chaves. A 3 de Novembro de 1910 iniciaram-se os trabalhos para o seu levantamento, a partir da esquina da casa da viúva Ferreira, trabalhos levados a cabo pelo eng.º Toscano e mais dois condutores de obras públicas.

Na sessão de 28 de Agosto de 1911 a Câmara foi informada que a planta já se encontrava em poder do município, e a seu convite reuniram-se na sala das sessões camarárias várias entidades, a 20 de Outubro do mesmo ano, com a finalidade de trocarem impressões a respeito da execução da nova planta topográfica e futuros alinhamentos.

Sugestões:

– o dr. Francisco Fragateiro propôs que a futura planta tivesse como eixo a estrada do Carregal a Ovar, prolongando-se esta artéria até aos Paços do Concelho.

– o dr. António dos Santos Sobreira propôs a abertura de uma avenida de 20 metros de largura que partindo da estação do caminho-de-ferro fosse, em linha recta, entroncar na do Furadouro, aproximadamente ao Alto Saboga; de outra avenida da mesma largura, pelo menos, que partia do ponto de intercepção da descrita em 1.º lugar com a do Furadouro (Alto Saboga), viesse bater à Praça da República, fronteira aos Paços do Concelho; e ainda de outra avenida que partindo da Praça de Santo António passasse pelo Casal e tivesse seguimento para futura ligação de Ovar com Pardilhó.

– o dr. José António de Almeida, reflectindo sobre as propostas anteriores, propôs que fosse alargada e rectificada, tanto quanto possível, a Rua dr. Manuel Arala e a que da Praça da República se dirige à estação; que se fizesse avenida somente da estação à Rua Alexandre Herculano; outras avenidas seriam uma que partisse do Largo dr. Francisco Zagalo, pela antiga residência paroquial, e fosse sair ao Largo Almeida Garrett e outra que partisse do mesmo largo, para o sul, na direcção duma estrada que no futuro ligasse as comunicações entre Ovar e Pardilhó.

Na sessão da Câmara Municipal de 8 de Janeiro de 1915 foi solicitado ao Ministro do Fomento o estudo duma estrada de macadame, paralela à linha férrea, entre o lugar da Ponte Nova, ou pelo menos da passagem de nível de S. João, e a lagoa de S. Miguel. Alegava-se que a estrada era de execução técnica fácil, dado que não existiam obras de arte a dificultá-la e uma grande parte do seu estudo estava feito desde 1893, e que a região atravessada pelo traçado era uma das mais densamente povoadas do País.

Em 1917 foi estudada pela C.P. uma proposta camarária que, a ser aceite, permi-

tiria ao município ligar a estação do caminho-de-ferro com a passagem de nível da Ponte Nova por uma artéria de 12 metros paralela ao cais e linha da Companhia, transformando o caminho existente, irregular e estreito, numa recta desafogada.

Em 1920, por proposta do vereador Manuel de Oliveira Gomes Ravásio, foi votada no senado municipal a construção duma avenida de 20 metros de largura, marginal à linha férrea, desde a passagem de nível de S. Miguel até à estação dos caminhos-de-ferro.

Em 1930 fala-se muito da avenida do Furadouro ligada ao Largo dos Campos; em 1933 o Presidente da Câmara, Manuel Pacheco Polónia, falava em abrir duas avenidas: uma ligando a estação da C.P. com a Rua Alexandre Herculano e outra ligando o bairro da Arruela com o da Estação.

Sonhos!...

O quartel e o Batalhão de Ovar (30 de Agosto de 1911-1926). A Família Sena Lopes

Achando-se o ministério da guerra a trabalhar na nova organização do exército, o que implicaria uma nova distribuição das forças militares, deliberou a Câmara, na sessão de 27 de Fevereiro de 1911, solicitar-lhe a colocação de um regimento na vila, uma das maiores, mais populosas e comerciais do País, oferecendo para tal fim o edifício do antigo hospital municipal, que poderia ser adaptado a quartel.

O pedido foi satisfeito, realizando-se um sonho antigo do povo ovarense, e na sessão de 27 de Maio de 1911 a Câmara resolveu telegrafar ao Ministro da Guerra, coronel de artilharia António Xavier Correia Barreto, agradecendo a colocação nesta vila do *3.º batalhão do regimento de infantaria 24*, com sede em Aveiro, pertencente à 5.ª circunscrição, com o quartel-general da 5.ª divisão em Coimbra (decreto de 8 de Junho de 1911).

O batalhão deve-se, assim, à reorganização do exército efectuada após o advento da República que estabeleceu a descentralização das diversas armas e a disseminação por várias terras da província, atendendo-se à importância de umas e situação estratégica de outras. Não foi um mero favor político a implantação do batalhão em Ovar, tendo-se em atenção a importância da vila e a sua posição estratégica, embora ajudassem a sua colocação, além do dr. Pedro Chaves (a quem se deve o batalhão, segundo o dr. Zagalo dos Santos), os tenentes-coronéis Vitorino Godinho e Maia Magalhães, e o dr. Barbosa de Magalhães.

Por auto de 30 de Agosto de 1911 foi entregue ao ministério da guerra, para alojamento do batalhão, o edifício do antigo hospital, situado no Largo dr. Francisco Zagalo e que pertencia ao município. Para obras de necessidade imediata a efectuar no quartel, para abreviar a instalação do batalhão e dado que a Câmara não podia ocorrer às suas despesas, abriu-se uma subscrição pública entre os ovarenses, a qual em poucas horas atingiu uma elevada quantia, quase a suficiente para as obras que se fizeram (o dr. Pedro Chaves conseguiu a verba necessária para a construção do muro de suporte da parada do quartel que deita para a fonte).

Nesse ano de 1911 veio para Ovar Manuel Rodrigues Leite encarregado de dirigir as obras de adaptação do edifício do hospital a quartel; em Novembro do mesmo ano chegou, proveniente de Aveiro e no trâmuei das 12 e vinte, o núcleo do 3.º batalhão constituído por um contingente de 14 praças, 3 cabos, 2 primeiros-sargentos, 2 segundos-sargentos, sob o comando dum tenente e acompanhados do major Manuel Soares de Oliveira Júnior, comandante do batalhão. Na gare da estação teve uma manifestação de simpatia seguindo em marcha, acompanhado por banda e muito povo, em direcção ao quartel, onde lhe foram dadas as boas-vindas pelo dr. Pedro Chaves.

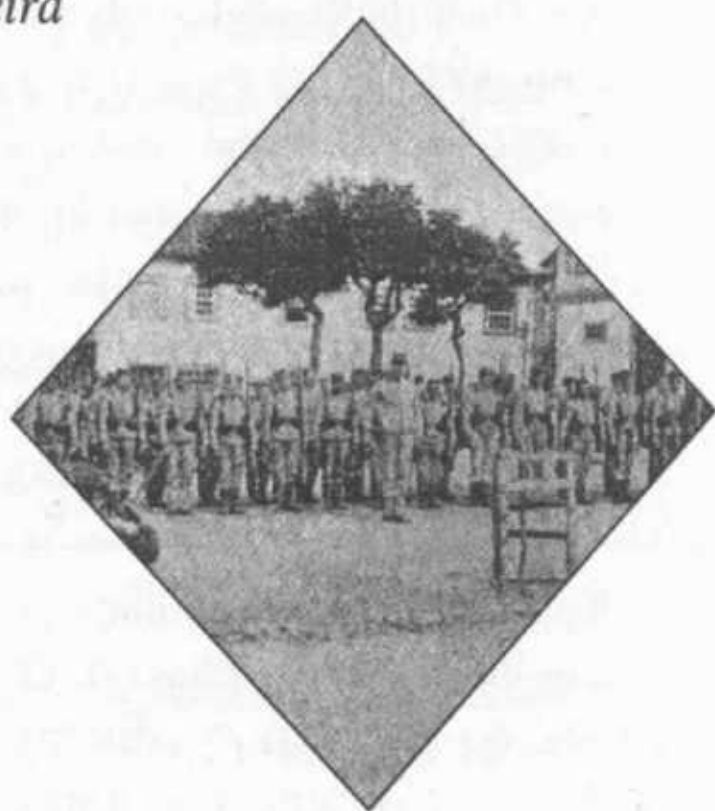
Para as duas épocas de incorporação de 1911 foram destinados ao 3.º batalhão cerca de 300 recrutas.

Largo dr. Francisco Zagalo e quartel do 3.º batalhão de infantaria 24. Edição de Silva Cerveira

A 1 de Março de 1912 visitou, rápida e inesperadamente, o quartel o Ministro da Guerra coronel de artilharia Alberto Carlos da Silveira; em Abril de 1913 o quartel teve uma visita pouco demorada do Ministro da Guerra de então, tenente-coronel do estado-maior João Pereira de Bastos.

A 21 de Abril de 1912 realizou-se um acto completamente novo para Ovar e que despertou o interesse da população – o juramento de bandeira pelos recrutas do 3.º batalhão efectuado na parada do quartel.

Em 1918 foi nomeado clínico do 3.º batalhão o capitão médico miliciano dr. Domingos Lopes Fidalgo.

Com a promulgação do decreto de centrali-

Na parada do quartel do 3.º batalhão de infantaria 24. In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1914 (na contracapa)*

zação das forças militares, em 1926, perdeu Ovar a regalia que usufruía, sendo-lhe retirado o batalhão. A Comissão Administrativa, na sessão de 13 de Outubro desse ano, ainda deliberou representar ao Ministro da Guerra pedindo para que fosse colocada na vila uma unidade de engenharia em substituição do 3.º batalhão, mas nada conseguiu.

Na década de 1930 ainda o Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia tentou a colocação de uma unidade militar em Ovar em substituição do 3.º batalhão. Mas tudo em vão.

A 5 de Dezembro de 1927 foi lavrada a escritura de entrega e recepção do edifício do antigo hospital à Câmara, bem como dos terrenos anexos denominados *os Alegretes*, que se situam junto à fonte pública chamada do Hospital, por um representante das Propriedades e Obras Militares na 2.ª região militar de Coimbra. A Câmara obrigou-se a conservar a lápide comemorativa dos Mortos da Grande Guerra existente numa das paredes do vestíbulo do rés-do-chão do edifício. A 10 de Janeiro de 1928 era lavrada nova escritura de entrega e recepção do edifício do antigo hospital municipal e a Comissão Administrativa, na sessão de 19 do mesmo mês, aceitou a venda do prédio militar constituído por uma parcela de terreno anexa ao ex-quartel do 3.º batalhão, por 4.033$16.

O *batalhão de Ovar*, como familiarmente era chamado pelo povo ovarense, o 1.º que mobilizou para a fronteira em 1911 e para a Grande Guerra, que se comportou nobremente na *traulitânia* e no pronunciamento militar de 1926, retirou da vila, onde permaneceu de 1911 a 1926, isto é, durante cerca de 15 anos, com grande pesar de todos os seus habitantes.

Comandantes do 3.º batalhão de infantaria n.º 24 enquanto se manteve em Ovar

– *capitão, servindo de major, José Francisco de Matos Mergulhão*
No dia 9 de Setembro de 1911 assumiu o comando militar de Ovar.
– *major Manuel Soares de Oliveira Júnior* (17/11/1911-1912)
– *major José Pires*
Evolucionista. A 24 de Outubro de 1915, teve lugar a abertura do cinematógrafo – o *Cinema Olímpia* –, no teatro dos bombeiros, pertencente à empresa *Pires & Ramos,* do major José Pires e de José Plácido Ramos.
– *capitão Artur Santos*
Comandou o batalhão, interinamente, retirando de Ovar em 1917.
– *capitão Sena Lopes*
Assumiu o comando em 1917.
– *major Joaquim Gonçalves da Paixão*
– *major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu* (1922-1926)

O coronel Bernardino Sena Lopes nasceu na Cedofeita, Porto, a 29 de Abril de 1880, casou em Ovar com Maria Emília de Jesus Fragateiro Sena Lopes, a 30 de Novembro de 1907, e faleceu com 78 anos, a 25 de Dezembro de 1958. Seu pai, Joaquim Nunes Lopes, era natural de Tabuaço, Lamego, e sua mãe, Maria Amélia da Silva Cruz, de Miragaia, Porto.

Major Sena Lopes. 1880-1958

Capitão, Sena Lopes, assumiu o comando do *3.º batalhão de infantaria n.º 24*, o *batalhão de Ovar*, em 1917.

No *28 de Maio* de 1926, no Porto, o major Sena Lopes ficou como chefe do Estado-Maior e, em Junho desse ano, tomou o comando da P.S.P. dessa cidade.

Sua mulher, natural de Gouvães do Douro, concelho de Sabrosa, mas ligada à Família Fragateiro, de Ovar, era filha de Maria José Fragateiro (†1939, com 84 anos, irmã de António Augusto Fragateiro), e de Nicolau da Silva Fragateiro.

Filhos do casal Bernardino/Maria: dr. Eurico Sena Lopes (†1998), e dr. Victor Manuel Sena Lopes, médicos muito conceituados na cidade do Porto.

Os Colégios Júlio Dinis feminino (10 de Outubro de 1911-1916) e masculino (1912-1918)

Fechado o Colégio das Doroteias, a 8 de Outubro de 1910, o poeta António Dias Simões, o comerciante Francisco de Matos e a professora oficial da Escola do Castelo, Gracinda Marques dos Santos, fundaram a 10 de Outubro de 1911 o *Colégio Júlio Dinis*, para o sexo feminino, num prédio da esquina da Rua Coronel Galhardo e Largo do Hospital, pertença da Família Fragateiro e actualmente propriedade do dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy.

Este colégio, que encerrou as portas em 1916, deu a primeira festa das suas alunas a 21 de Dezembro de 1914, no teatro Ovarense.

Em 1912, o mesmo António Dias Simões fundou na Quinta da Devesa, na Rua Alexandre Herculano, para o sexo masculino, o *Colégio Júlio Dinis*, que em 1913 foi visitado pelo Ministro da Instrução, professor dr. Sousa Júnior. «Para dar lugar à instalação da Escola Primária Superior, a secção masculina, em 1918, deixou a casa que ultimamente ocupava na mesma rua e ficava fronteira à Capela da Sr.ª do Patrocínio» (ZAGALO DOS SANTOS).

Colégio Júlio Dinis – *Sexo feminino.*

Residiu na casa da Quinta da Devesa o Presidente da Câmara (1858-1865) João de Castro Pereira Corte-Real, que nela faleceu a 12 de Novembro de 1865.

Colégio Júlio Dinis – *Sexo masculino.*

O *complot* monárquico de Ovar (13 de Novembro de 1911) – monárquicos ovarenses presos em Aveiro (1911-1912). O comerciante e industrial Francisco Peixoto Pinto Ferreira. A Família Peixoto

Paiva Couceiro, o *Capitão Fantasma*, o *Paladino da Monarquia*, o *Comandante*, «o português mais puro e mais honrado dos últimos 100 anos» (HENRIQUE GALVÃO), fez a sua primeira *incursão* a 5 de Outubro de 1911, no 1.º aniversário da República, contando com o bom êxito de alguns *complots* monárquicos que haviam sido organizados em diversos pontos do País.

Incursão é o «nome por que ficaram conhecidas as actividades militares dos realistas portugueses emigrados na Galiza, logo após a proclamação da República em Portugal, consistindo em invasões armadas de províncias raianas por grupos de guerrilheiros civis e militares» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII).

Em 1911 pairou sobre o Alto Minho a ameaça de invasão e, em várias terras do País as prisões encheram-se de pessoas suspeitas de aliciamentos.

Em Ovar, onde o sentimento monárquico ficara vivo, teria também havido um *complot*? Ter-se-iam verificado actos preparatórios de levantamento da população civil?

Os republicanos locais nunca tiveram dúvidas, os monárquicos negaram sempre qualquer participação, e as provas circunstanciais nunca foram concludentes.

O que é verdade é que em Outubro de 1911 constava abertamente em Ovar que Francisco Peixoto Pinto Ferreira tinha em seu poder armamento proibido – carabinas que tinham desaparecido do quartel do regimento de lanceiros, em Lisboa.

A respeito dos boatos e do que teria sido a origem do *complot*, escreveu o padre Manuel Lírio, sob o pseudónimo de MÁRIO RELVAS (*in*: *Memórias anedóticas de In Illo Tempore*):

«A atmosfera política carregou-se e as perseguições entraram na ordem do dia, a princípio pela denúncia e a intimidadora chamada à presença da autoridade dos suspeitos dados como inimigos declarados contra a situação; depois pela detenção e afinal por todos os meios, fossem quais fossem: a transferência, a demissão, a suspensão, o assalto aos templos, vandalização nocturna dos símbolos sagrados, a coartação da liberdade de pensamento, de imprensa, etc.

Era esta atmosfera social que se respirava em Ovar, meses depois da implantação da república e foi neste clima que se cozinhou o *complot* de Ovar, a denunciar logo que *aparecesse* pretexto.

E aí por fins de Outubro de 1911 *surgiu* causa suficiente para trazer à luz esse grande acontecimento: um soldado vareiro transportara na sua mala, desde Lisboa, 6 clavinas de militar larapiadas num quartel da capital, dando-as como material reformado, e expô-las à venda na loja das Pontes, do sr. Francisco Peixoto, não tão recatadamente que se não tornasse logo notório o facto». O sr. Peixoto, família e amigos «eram conservadores dos mais retintos e por isso muito mal vistos das autoridades democráticas do burgo. Armas do exército ali!... Oh! que bela ocasião de surpreender a conspiração *nas ervas*!... Outra melhor se não podia esperar.

Mãos à obra!

É verdade que já se sabia que o bondoso e inofensivo Dr. João Maria Lopes, contador da Comarca, seduzido pela perfeição das clavinas, comprara uma; e nem ao demo lembraria que ele conspirasse ou se metesse em intentonas. Mas não importa!... O que era preciso era aproveitar o ensejo magnífico para levar já ao conhecimento das autoridades do distrito que se *distribuía aí armamento* para fins políticos. E foi o que se fez. Um parente do sr. Peixoto, desavindo com a família, prestou-se a isso, denunciando o caso à Polícia, em carta cuja cópia fotográfica eu vi: – As autoridades administrativas locais não julgaram bem meterem-se ostensivamente nisto: requeria-se para maior efeito cénico, acção de mais estrondo».

«Imediatamente posta em campo a Polícia de Aveiro, ela aí vem num aparato es-

pectaculoso de busca sensacional, em cata das armas denunciadas, de que são logo apreendidas três na casa Peixoto e revelado o paradeiro das restantes».

Deixemos a descrição, em parte facciosa, do padre Manuel Lírio, cronista monárquico desses graves acontecimentos políticos que agravaram imenso as relações entre os democráticos e os monárquicos ex-progressistas, e vamos procurar sistematizar todos os factos relacionados com o verídico ou suposto *complot*:

Outubro de 1911

dia 13

Foi preso o dr. Joaquim Soares Pinto, por suspeito conspirador, quando tentava transpor a fronteira por Barca do Saltinho, sendo detido pela guarda fiscal na Quinta da Matança, pertencente a Ernestina Taborda.

O correspondente de Freixo de Espada à Cinta dum diário do Porto relatou, assim, a prisão do ex-chefe do partido progressista quando pretendia internar-se em Espanha:

> «Chegou ontem a esta vila, vindo de Carviçais, um indivíduo de porte distinto, que depois de uma leve refeição num hotel da terra se dirigiu a cavalo, pela estrada municipal, que conduz ao sítio da Matança, junto ao rio Douro e posto fiscal, com o fim de passar para a Espanha.
>
> Como se apresentasse sem passaporte o guarda fiscal opôs-se à sua passagem pelo que o referido indivíduo teve de voltar para trás.
>
> Entretanto era prevenido disso o sargento, encarregado da secção, que imediatamente mandou ao seu encontro uma força de 4 soldados, que o capturaram e o trouxeram para esta vila, dando entrada pelas onze horas da noite, no quartel da guarda fiscal.
>
> Negou que estivesse envolvido em qualquer *complot* monárquico, explicando que a sua entrada em Espanha era com o fim de se dirigir à Barca de Alva. Esta explicação e várias contradições em que caiu mais o tornaram suspeito à autoridade fiscal, pelo que hoje de manhã o entregou à autoridade administrativa.
>
> Na remoção do quartel para a Administração de Concelho, juntaram-se alguns populares que no trajecto deram vivas à Pátria e República e morras aos traidores».
>
> *In*: *Jornal de Notícias*, de 14 de Outubro de 1911

De Freixo de Espada à Cinta seguiu para o Governo Civil do Porto, escoltado por uma força militar, e dali, passados uns dias, foi remetido para o de Aveiro.

Em Fevereiro, o dr. Soares Pinto dera um banquete no bairro de S. José no qual criticou abertamente o republicanismo local, o que caiu no desagrado deste.

dia 19

Polícias da cidade de Aveiro deslocaram-se a Ovar e prenderam, por suspeitas e para averiguações de conspiração, os cidadãos Amadeu Soares Lopes (suspeito, após uma deslocação com dois companheiros à residência do dr. António Joaquim de Oliveira Valente, em Cabanões, e ciente de que ia ser detido, ter-se-ia apresentado às

autoriades em Aveiro, a 20 de Outubro), dr. António Joaquim de Oliveira Valente, Augusto Duarte, o *Paródia*, José Maria Rodrigues Figueiredo, Laureano José de Faria, Silvério Lopes Bastos (foi um dos que se deslocou à residência do dr. António Joaquim de Oliveira Valente) e o operário Lopes da fábrica de cerâmica Peixoto, Ribeiro & C.ª Conduzidos ao quartel, onde estiveram presos, seguiram no comboio da tarde para o Governo Civil de Aveiro, tendo sido alvo, na ocasião do embarque na estação, de uma grande manifestação de desagrado em que se soltaram morras aos traidores e vivas à República.

dia 21

O comissário da polícia de Aveiro, acompanhado do secretário, de polícias e de uma força de cavalaria 8, procedeu a buscas minuciosas na casa do negociante Francisco Peixoto Pinto Ferreira, na Rua Elias Garcia, na fábrica de cerâmica do Largo Almeida Garrett, de que o mesmo era sócio, e na casa do dr. António Joaquim de Oliveira Valente, em Cabanões. As buscas não deram resultados, tendo sido apenas apreendida uma carabina vulgar e documentos. Foram, entretanto, detidos para averiguações, o mencionado Peixoto e seu filho Américo, que seguiram para Aveiro.

dia 26

Em nova busca em casa do Peixoto, são detidas para averiguações a mulher, Maria do Carmo Sousa Leite, duas filhas – Maria Raquel Peixoto Ferreira e Palmira Peixoto Ferreira –, a empregada Joana Henriques de Pinho, e o filho Amadeu, que seguem para Aveiro.

dia 27

Na Rua Gomes Freire, num barracão de madeira situado numa propriedade próxima da igreja matriz, pertencente ao dr. José Nogueira Dias de Almeida, foi encontrado por um serviçal do proprietário um caixote de sabonetes contendo 11 pistolas automáticas, 31 caixas com balas, 3 acendedores automáticos, rolos de rastilhos de mais de 200 metros, uma lata de cartuchos de espingarda, um carregador de pistola e documentos. O proprietário participou o caso à autoridade administrativa.

Busca em Guilhovai na casa do compadre do Peixoto.

dia 28

Nova busca pelo comissário da polícia em casa do compadre do Peixoto, António José Duarte, em Guilhovai. Foram encontradas debaixo dum lagar, na adega, 4 carabinas pertencentes ao exército, balas em grande quantidade, dinamite, rastilho, fulminantes e lanternetas automáticas.

O comissário deteve as duas filhas, religiosas, do proprietário da casa – Maria do Carmo Duarte e Preciosa Duarte.

dia 29

Buscas, sem êxito, em várias casas. É detido o padre Manuel Lírio que segue de comboio para Aveiro.

dia 30

Apresentaram-se à autoridade administrativa Augusto da Costa e Pinho, director do *Jornal de Ovar*, e Joaquim Dias de Resende, o *Joaquim Vilão*, entregando, cada um, uma carabina que tinham comprado aos filhos de Peixoto. Seguiram, também, para Aveiro.

Janeiro de 1912

dia 8

Chegou a Ovar o juiz de Porto de Mós, dr. Manuel Vicente Valejo Temudo, encarregado de investigar o *complot*. Retirou no dia imediato.

dia 11

Os detidos estiveram incomunicáveis dois e três meses em Aveiro, no Convento de Jesus, guardados à vista por sentinelas policiais de baioneta calada, que substituíram os militares. Depois de levantada a incomunicabilidade, foram transferidos para o salão do despacho da Misericórdia, na Praça de José Estevão , por gentileza do provedor dr. Jaime Magalhães Lima.

Em Aveiro estiveram presos nessa altura, segundo o padre Manuel Lírio, 48 pessoas, entre as quais 10 padres, 5 mulheres e 5 licenciados.

Feita a investigação, o magistrado encarregado do serviço não encontrou a menor cupabilidade para os detidos, restituindo-os à liberdade.

O povo ovarense, que assistira estupefacto à impressionante e injustificável caçada aos suspeitos (para o *Jornal de Ovar*, de 8 de Outubro, «os *suspeitos* eram todos aqueles que tinham um inimigo entre os falsos ou verdadeiros republicanos, que colocavam o ódio, a vingança, acima da justiça e dos interesses da pátria»), recebeu na estação, no dia 11, os últimos presos políticos. A linha férrea, dentro da vila, foi iluminada com fogueiras rodeadas de povo que acenava com lenços à passagem do comboio, dando vivas à liberdade e aos que vinham da prisão. Na gare aglomeraram-se mais de 300 pessoas que cumprimentaram e felicitaram os que regressavam das prisões políticas.

Dia 21

No *Jornal de Ovar* 10 presos políticos agradecem às pessoas que os foram visitar enquanto estiveram detidos em Aveiro.

Monárquicos ovarenses presos em Aveiro **(1911-1912)**

A *incursão* monárquica de 1911 foi a origem das inúmeras prisões que se verificaram em Ovar, relacionadas com o *complot* que na vila teria sido forjado.

O padre Manuel Francisco de Sá narra um episódio de que foi protagonista o abade de Paramos, António Rodrigues Conde, natural da freguesia de Ovar «e um dos sacerdotes mais cultos e virtuosos de quantos estiveram à testa desta paróquia» (de Paramos), «missionário diocesano, vigário da vara, e figura de destaque entre o Clero destes sítios, por seu zelo e piedade»: – «Por meado de Setembro de 1912, um grupo

Presos políticos em Aveiro.

de carbonários de Gaia veio a esta freguesia perturbar uma festa piedosa e solene de comunhão de crianças. Este foi o disfarce, mas o verdadeiro *alvo* era o reverendo Abade Conde, que cometera o *grande* crime de ouvir de confissão – Paiva Couceiro. Em pequenas malas de mão, aqueles malfeitores sociais traziam bombas, algumas das quais fizeram explodir no fim da cerimónia religiosa da manhã. Pregou nesta solenidade (*levada a cabo na freguesia de Paramos*), e com muita calma, o reverendo Padre Domingos José dos Reis, de Válega» (*Monografia de Paramos*, 1937).

Foram presos por conspirarem contra a República:

– *Amadeu Peixoto Pinto Leite* (20/10/1911-11/1/1912)
Filho de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *Amadeu Soares Lopes* (19/10-24/12/1911)
Escrivão de direito substituto do 5.º ofício, natural de Águeda.
– *Américo Peixoto Pinto Leite* (21/10/1911-11/1/1912)
Filho de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *dr. António Joaquim de Oliveira Valente* (19/10-24/12/1911)
Antigo Presidente da Câmara Municipal (1893-1898).
– *António José Duarte*
De Guilhovai, compadre de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *Armando Arlindo Peixoto da Fonseca*
De Sabrosa, sobrinho de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, foi posto em liberdade a 11 de Janeiro de 1912.
– *Augusto da Costa e Pinho* (30/10/1911-11/1/1912)

Director, editor e proprietário do *Jornal de Ovar*.
– *Augusto Duarte*, o *Paródia* (19/10 - Outubro de 1911)
Vendedor de jornais.
– *Francisco Peixoto Pinto Ferreira* (21/10/1911-11/1/1912)
– *Joana Henriques de Pinho* (26/10/1911-11/1/1912)
Empregada da família Peixoto, casou com Manuel da Silva Pereira Pinho. Este, e sua irmã Maria Albina de Jesus, foram usufrutuários dos bens do último *morgado* de Válega, Sebastião de Morais Ferreira.
– *dr. João Maria Lopes*
Contador da comarca.
– *Joaquim Dias de Resende*, o *Joaquim Vilão* (30/10/1911-11/1/1912)
– *dr. Joaquim Soares Pinto* (13/10/1911-11/1/1912)
Antigo Presidente de Câmara Municipal (1905-1910).
– *José Maria Rodrigues Figueiredo* (19/10-24/12/1911)
Negociante, da Praça da República, admirador e amigo do dr. Joaquim Soares Pinto, foi um dos fundadores do partido republicano local.
– *Laureano José de Faria* (19/10 - Novembro de 1911)
Envernizador.
– *Lopes* (19/10/1911)
Operário da fábrica de cerâmica de Peixoto, Ribeiro & C.ª
– *padre Manuel Rodrigues Lírio* (29/10/1911-11/1/1912)
Em Julho de 1911 andou foragido por Sande, Quinta do Côvo e Anadia. Preso, esteve então 12 dias no comissariado de polícia de Aveiro.
– *Maria do Carmo Duarte* (28/10/1911)
Religiosa, filha de António José Duarte.
– *Maria do Carmo Sousa Leite* (26/10 - Novembro de 1911)
Casada com Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *Maria Raquel Peixoto Ferreira* (26/10 - Novembro de 1911)
Filha de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *Palmira Peixoto Ferreira* (26/10/1911)
Filha de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.
– *Preciosa Duarte* (28/10 - Novembro de 1911)
Religiosa, filha de António José Duarte.
– *Silvério Lopes Bastos* (19/10 - Novembro de 1911)
Negociante da Praça da República, foi um dos 14 sócios fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários e um dos 68 fundadores da Misericórdia.

Ao todo estiveram presas 23 pessoas naturais ou residentes em Ovar, entre as quais três licenciadas em direito e seis mulheres.

Esta repressão de monárquicos católicos e de republicanos conservadores e moderados, nomeadamente a morosidade das investigações (o padre Manuel Lírio, nas *Memórias anedóticas de In Illo Tempore*, onde narrou, sob o pseudónimo de MÁRIO RELVAS, pormenorizadamente a detenção, em Aveiro, dos implicados no *complot*, escreveu: – «não me consta que qualquer desses prisioneiros fosse julgado e condena-

do como tendo atentado contra as instituições ou a ordem pública!... E, no entanto, ninguém os indemnizou dos graves prejuízos que essas prisões lhes causaram, e muito menos dos desgostos por que passaram, eles e as suas famílias»), foi muito criticada nos meios políticos ovarenses e cavou ainda mais o fosso que já separava os presos e seus correligionários dos republicanos democráticos, de tendência dura, que não levantaram um dedo a seu favor.

O jornal do partido *unionista*, de Brito Camacho, em correspondência de Ovar, criticou a perseguição severa que ocorreu na vila (*A Luta*, de 30 de Julho de 1913):

«Estavam nas cadeias de Aveiro, muitos filhos de Ovar, que todos os homens de bem consideravam inocentes; e, os antigos políticos monárquicos, juntamente com alguns adversários do regime, cruzavam os braços, comiam e bebiam a horas, sem a menor alteração de estômago nem do coração. Apenas o dr. Sobreira mostrava interesse pela liberdade do dr. João Lopes e o Valente Compadre, denunciava na sua aflição e nos seus olhos húmidos, a dor que lhe anavalhava o espírito, por ver o bom do dr. Valente, seu benfeitor, metido infamemente entre as quatro paredes de uma prisão. E todavia os presos, pediam muito pouco, o menos que pode pedir um inocente: que a autoridade apresentasse as provas que tivesse da acusação contra eles, que as testemunhas fossem inquiridas, a fim de a justiça triunfar. Eles bem sabiam, que os autores da infâmia não eram capazes de subscrever com a sua assinatura, aquilo que urdiram em segredo, em sítios escuros como toupeiras, ou que segredavam por aí a este e àquele, com vontade de fazer opinião, mas pedindo a reserva respectiva. Só ao Soares Pinto, em Freixo de Espada à Cinta, fora apanhada a quantia de 10 contos que levava para o Conde de Águeda. Lembram-se os leitores como eu me recordo destas e de outras atoardas. Os meses vão passando. A comissão política democrática, espicaçada pela justa indignação de todos finge querer intervir, mas os dias vão decorrendo, até que em Ovar entra o juiz dr. Temudo, para inquirir as testemunhas de acusação. Era agora o momento em que a autoridade ia justificar a sua atitude. Todas as provas seriam apresentadas ao magistrado. Mas triste ilusão para quem, como o dr. Temudo se habituara a administrar com honra a justiça. O sr. administrador, quando ele lhe pediu testemunhas, encolheu os ombros, limpou o suor da respeitável careca e, contrafeito, respondeu que não tinha testemunhas! Trabalhou o telégrafo, e como o dr. Temudo insistisse e perguntasse novamente se realmente não havia testemunhas de acusação contra os presos, ele, lá frizando – "Sim, algumas se hão-de arranjar!" –. E efectivamente, lá vieram, o pobre do Nunes Branco, mais o Martins e outros briosos e destemidos voluntários de chapéu e cana, que durante muito tempo, tão corajosamente acabaram nas proximidades do quartel com as rãs e as minhocas, e que pouco depois da incursão de Chaves liquidaram nas mãos das lavadeiras, não fosse o diabo tecê-las, obrigando-os a trabalhos mais pesados. O juiz saiu conhecendo a tropa e é certo que, poucos dias depois, foram os *grandes criminosos* postos em liberdade sem que até hoje, pessoa alguma de critério e sem paixão pudesse afirmar com verdade qualquer acusação contra eles».

Respondendo, ao que denominou *canalhices* do jornal de Brito Camacho, declarava o órgão democrático local: – «É verdade: *cruzámos* os braços! E é nessa seráfica posição de S. Francisco que constitue o brasão deste, que agora respondemos aos

talassas que queriam que fossemos em seu socorro» (*A Pátria*, de 7 de Agosto de 1913).

O clima político em Ovar, já corrompido, adulterou-se substancialmente com as prisões. *A Pátria* negou que os republicanos locais tivessem qualquer responsabilidade nas prisões políticas realizadas (o que foi corroborado pelo *Jornal de Ovar*, de 28 de Janeiro de 1912 – «Canalhas. Fique assente, que não foi o partido republicano local que praticou a infâmia! Mas foram 4 ou 5 malandrões feitos de lama e ódio»), afirmando nomeadamente que não tiveram nenhuma interferência na prisão do dr. Joaquim Soares Pinto e na sua libertação, que essa missão coubera aos polícias e aos magistrados encarregados da investigação. Mas, para Augusto da Costa e Pinho (*Jornal de Ovar*, de 21 de Janeiro de 1912), «quem pode esquecer que no dia de Natal foi roubado ao convívio da sua família, sendo encerrado numa prisão, guardado com sentinela à vista? Quem pode esquecer que, por vingança torpe esteve encerrado num cárcere durante 70, 80, e 90 dias?».

Foi preciso «que viesse o regime da Liberdade para que seres mesquinhos e nojentos, verdadeiros trânsfugas políticos acobertados com a bandeira da democracia, encontrassem ocasião de exercer violências premeditadas que envergonharam a nossa terra e que trouxeram a tristeza e a desolação a tantos corações de mães, pais, irmãos e amigos».

Comerciante e industrial, político conservador, monárquico, e católico de firmes convicções, Francisco Peixoto Pinto Ferreira nasceu em Sabrosa, filho de António Peixoto Pinto e de Ana Rosa de Jesus Ferreira, tendo casado, a 17 de Janeiro de 1878, com Maria do Carmo Sousa Leite (†1930), natural de Ovar.

Em 1896 e em 1907-1908 foi Administrador *substituto* do Concelho de Ovar; a 28 de Junho de 1899 fez a experiência da sua caldeira, aplicada a moagem de milho, na sua fábrica do Largo da Estação (esta fábrica foi a 1.ª a vapor em Ovar); a 8 de Abril de 1901, presidiu no teatro à reunião do comércio, de protesto contra as violências e desigualdades fiscais; desde 1904 Ovar ficou a ter, no Largo Almeida Garrett, uma fábrica de telha francesa, a vapor, da firma *Ribeiro & Peixoto* (a 13 de Julho de 1908, foi constituída uma sociedade entre Francisco Peixoto Pinto Ferreira e José da Silva Ribeiro, para a exploração de artigos de cerâmica, moagem e descasque de arroz. Esta fábrica – que foi uma das mais importantes indústrias de Ovar – veio a ser vendida, em 1934, quando tinha a razão social *Peixoto, Filhos, Limitada*, ao construtor civil José Gomes da Silva Mateiro e a outros cidadãos, dando lugar à *Siol*).

Francisco Peixoto Pinto Ferreira.

Francisco Peixoto foi director do *Regenerador Liberal* (1909) e da *Revista de Ovar* (1910), e fez parte da grande comissão para a organização da Misericórdia de Ovar, de que foi um dos 68 sócios fundadores.

Em 1912, arrematou as imagens dos santos pertencentes à capela do Colégio das Doroteias; e, em 1915, arrematou os materiais da capela do Mártir S. Sebastião, no Largo Almeida Garrett.

A 14 de Março de 1915 abriu nas Pontes o estabelecimento de mercearia de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, o mais amplo e luxuoso que Ovar até então tinha tido.

Francisco Peixoto esteve preso quando do *complot* monárquico de Ovar, de 21 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912; e após a *traulitânia* (preso, fugiu da cadeia, voltando novamente a ser preso; foi absolvido, em 1920, no tribunal militar especial de Lisboa).

Faleceu em Ovar, na Rua Elias Garcia, a 6 de Janeiro de 1930.

Família conservadora, monárquica e católica, a *Família Peixoto* descende de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, natural de Sabrosa, filho de António Peixoto Pinto e de Ana Rosa de Jesus Ferreira, que casou (1878) com Maria do Carmo Sousa Leite, natural de Ovar, vindo a falecer, a 6 de Janeiro de 1930, na Rua Elias Garcia.

Filhos do casal Francisco/Maria do Carmo:

– Amadeu Peixoto Pinto Leite, que casou com Norberta Teles da Silva Peixoto, tendo falecido a 1 de Abril de 1940. Foi proprietário, com seu irmão Américo, da *Semana de Ovar* (27 de Abril de 1911).

Sua filha, Maria Norberta Teles da Silva Peixoto Figueiras, casou (1946) com José Jacinto Figueiras, que nasceu a 19 de Setembro de 1916, filho de Francisco Jacinto Figueiras e de Maria José Figueiras, e faleceu a 27 de Junho de 1997. Jacinto Figueiras destacou-se entre os colaboradores dos Presidentes da Junta de Turismo do Furadouro, drs. Eduardo Lamy Laranjeira e José Augusto Carvalho da Silva, pela dedicação, dinamismo e entusiasmo que deu à Junta de Turismo, nomeadamente no que se refere ao aformoseamento do Carregal, à construção do primeiro restaurante do Areinho, à formação e consolidação das duas ilhas artificiais nesse local, e ao Carnaval.

José Jacinto Figueiras. 1916-1997

– Américo Peixoto Pinto Leite que, em 1922, com seu irmão Amadeu, instalou na Casa da Balança, na Rua Gomes Freire, um cinematógrafo – *Cinema High-life*.

– Maria Raquel Peixoto Ferreira

– Palmira Peixoto Ferreira, que casou com Leonardo Nordeste.

Os republicanos locais não deram sossego à família Peixoto, ligada, nos finais da Monarquia, ao partido regenerador liberal (partido franquista).

Quando do *complot* monárquico de Ovar, de 1911, foram presos por conspirarem contra a República, em Aveiro, Francisco Peixoto Pinto Ferreira, sua mulher Maria do Carmo Sousa Leite, e quatro filhos deste casal – Amadeu, Américo, Maria Raquel e Palmira –, e ainda um sobrinho de nome Armando Arlindo Peixoto da Fonseca.

Após a *traulitânia* foram presos, além de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, seus filhos Amadeu e América.

Os republicanos locais perseguiram, em 1911, com rancor e implacavelmente quatro semanários conservadores e monárquicos – *Revista de Ovar*, *Semana de Ovar*, *Semanário de Ovar* e *A Liberdade*. Os três primeiros semanários «foram um capricho da família Peixoto, sempre inquieta, principalmente na política» (Zagalo dos Santos).

O recenseamento de 1911

Pelo 5.º recenseamento da população de Portugal, de 1 de Dezembro de 1911, verifica-se que a *freguesia de Ovar* tem 11.416 habitantes (4.799 *H* e 6.617 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a mais populosa das 178 freguesias do distrito de Aveiro, seguindo-se-lhe a Murtosa.

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 11.463 habitantes era a segunda do distrito, após Ílhavo.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de S. Cristóvão de Ovar tinha 2.694, sendo a segunda do distrito, após Ílhavo.

O concelho, um dos 17 do distrito, tinha 27.069 habitantes (11.578 *H* e 15.482 *M*) de população de facto ou presente e 27.510 de população residente. Os fogos ascendiam a 6.259.

A divisão do Partido Republicano – a hegemonia do Partido Democrático (a ditadura dos democráticos), os evolucionistas (1912), a União Republicana e o dr. José Duarte Pereira do Amaral

A eleição presidencial de 24 de Agosto de 1911 dividiu o grande partido republicano em dois grupos: um moderado, o *bloco*, outro radical, o *grupo parlamentar democrático*. Nesta primeira batalha entre os republicanos venceu o dr. Manuel de Arriaga (121 votos), apresentado pelos *moderados* de Brito Camacho e António José de Almeida, o seu rival Bernardino Machado (86 votos), apresentado pelos *radicais* do dr. Afonso Costa.

Após a fragmentação do P.R.P. a Câmara dos Deputados ficou a contar, aproximadamente, com 68 democráticos, 41 evolucionistas, 36 unionistas, 6 independentes e 2 socialistas (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *A primeira república portuguesa*).

A vitória do dr. Manuel de Arriaga não foi do agrado da maioria dos republicanos locais, que era retintamente *afonsista*. E, assim, os festejos pela eleição foram limitados na vila, foi um *regozijo... a meio pau!*, segundo o *Jornal de Ovar*.

O grupo moderado cindiu-se em 1912, por sua vez, em dois pequenos partidos conservadores – o *partido republicano evolucionista*, fundado a 24 de Fevereiro por António José de Almeida e tendo como órgão a *República*, e a *União Republicana*, de Brito Camacho, constituída definitivamente a 27 de Março e tendo como órgão *A Luta*.

Em Ovar, aliás como praticamente em todo o País, o *partido democrático*, oficialmente designado por *partido republicano português (P.R.P.)*, o partido do dr. Afonso Costa, *partido de centro-esquerda* (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES), *partido arco-íris* (MAGALHÃES COLAÇO), «tipicamente pequeno-burguês nos seus objectivos essenciais, mas de um grande radicalismo político e anti-clerical» (MÁRIO SOARES), fornecedor exclusivo de ministérios, «vasto agrupamento heterogéneo, onde havia de tudo, desde socialistas-marxistas até conservadores terratenentes», atraiu a maioria dos republicanos históricos e dos monárquicos adesivos (regeneradores e progressistas dissidentes).

Para Bento Gonçalves (*Palavras necessárias*) era «um Partido oportunista, um Partido que desviava a classe operária do seu justo caminho, colocando-a à mercê dos interesses da burguesia republicana»,«partido da maioria e campeão da demagogia, era, a despeito da actividade reaccionária dos outros agrupamentos, o centro e o mais forte esteio de apoio da grande burguesia», «o instrumento, a arma mais poderosa, contra os interesses do proletariado».

Para Cunha Leal (*As minhas memórias*, vol. I), vendo que Afonso Costa era o homem forte do regime «a maioria dos monárquicos sem prestígio e susceptibilidades ou sem vergonha manifestou-lhe a sua interesseira adesão. Assim se incorporaram numa organização de essência revolucionária massas inescrupulosas, de pequenos caciques, de gatunóides eleitorais, todos eles de essência conservadora. Deste modo o P.R.P. e a sua figura mais representativa foram forçados a realizar uma obra conservadora, para manterem a sua clientela provinciana empregando uma linguagem de truculências radicais, para não incorrer no desagrado de massas citadinas sobremaneira explosivas. E a política da democracia portuguesa nunca mais pôde libertar-se desta hipócrita dualidade».

Quando se iniciou a guerra dos irmãos desavindos – Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho –, o partido *democrático* ou *afonsista* herdou em Ovar, quase na totalidade, os adeptos, o cadastro e as organizações do P.R.P. local, dado que foram poucos os filiados e os membros das comissões politicas – a municipal e as paroquiais – que abandonaram o partido republicano e se inscreveram nos partidos moderados.

E, assim, sendo o mais forte da Primeira República, não só pelo número de filiados como também pelo espírito combativo destes, desfrutou o poder quase ininterruptamente em Ovar de 1910 a 1926. Dispondo permanentemente da maioria, permanentemente dispôs do poder em Ovar – câmaras *democráticas* das presidências do dr. Pedro Chaves (1910-1913 e 1918-1920), Celestino Soares de Almeida (1914-1917), António de Oliveira Melo (1921-1922), dr. Albino Borges de Pinho (1923-1925) e José Maria Cabral (1926). Só deixou a Câmara Municipal na ditadura do general Pimenta de Castro (22 dias da Câmara conservadora da presidência do dr. António Joaquim de Oliveira Valente, de 24 de Abril a 16 de Maio de 1915), no consulado sidonista e na Monarquia do Norte (Câmara da presidência do padre José Maria Maia de Resende, de 26 de Janeiro de 1918 a 5 de Janeiro de 1919 e Câmara do dr. Joaquim Soares Pinto, de 6 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919).

A Primeira República «era, com efeito, mas de boa fé (legalmente), constituída em regime de partido único – o do partido democrático», fundado por Afonso Costa, «a chamada ditadura constitucional do Partido Democrático» (Henrique Galvão, *Carta aberta ao dr. Salazar*).

Em Ovar, o grandioso partido democrático (nome por que passou a ser conhecido o Partido Republicano Português depois do congresso partidário de Outubro de 1911 e a cisão de *almeidistas* e *camachistas*) era constituído por membros moderados – os *bonzos* – e por elementos mais progressistas e facciosos – os *canhotos* –, admiradores incondicionais do dr. Afonso Costa. Estes, que eram pelo menos metade do partido, vieram a dominá-lo completamente sob a chefia do dr. Pedro Chaves. Entre os ele-

mentos mais radicais do partido democrático ovarense devem-se salientar Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*, e Manuel Rodrigues Leite.

O partido democrático tinha como órgão *O Mundo*, onde pontificava o dr. Afonso Costa, e em Ovar era defendido pela *Pátria*, semanário que tinha como alvo predilecto os *talassas* e os católicos, estes «monárquicos mais ou menos encapotados». *A Pátria* tornou-se «o denunciante público do regime, o procurador do espírito intolerante e agressivo para com todos aqueles que não comungam no seu credo, e para com eles reclama constantemente violências e sanções». Muitos ovarenses não suportavam o carácter truculento e demagógico desse semanário e dos elementos mais esquerdistas do partido. Estes, na ditadura clientelar do partido democrático, intolerantes, arrogavam-se o direito de ser donos da República em Ovar.

O *partido republicano evolucionista* ou *almeidista* (que se dissolveu após a eleição para Presidente da República de António José de Almeida) teve em Ovar como órgão, durante pouquíssimo tempo, *A Discussão*. Na vila e no concelho nunca foi um partido organizado, ao contrário do democrático que tinha uma máquina eleitoral bem montada, com comissões políticas paroquiais e comissão municipal.

A *União Republicana* não teve o menor apoio em Ovar, onde somente o dr. José Duarte Pereira do Amaral se declarou unionista.

Filho dos abastados lavradores Manuel Caetano do Amaral e Ana Maria Duarte Pereira Coentro, o dr. Amaral nasceu em Guilhovai, freguesia de S. João de Ovar, a 6 de Abril de 1851, formou-se em 1877 na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, tendo casado, a 13 de Janeiro de 1878, com Maria da Glória Matos Pinto do Amaral, natural do Rio de Janeiro, proprietária da *casa da Capela de S. Lourenço*, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar e Rua dr. José Falcão.

Dr. José Duarte Pereira do Amaral. 1851-1940

Durante 42 anos (de 16 de Dezembro de 1886 a 1929), exerceu o cargo de Subdelegado de Saúde do concelho de Ovar, tendo sido presidente da direcção (1922) e da assembleia geral (1910/1913, 1920/1921 e 1924/1926) da Associação dos Bombeiros Voluntários, e presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro (5 de Dezembro de 1924).

Regenerador durante a Monarquia, *unionista* aquando da divisão do partido republicano, foi eleito, a 9 de Novembro de 1919, vice-presidente da Comissão Municipal do partido republicano *liberal*.

Republicano conservador, aderiu ao Estado Novo, tendo sido director clínico do hospital da Misericórdia (de 23 de Março de 1928 a 1940).

Aos 88 anos foi homenageado pelo corpo clínico da Misericórdia presidido pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, vindo a falecer a 23 de Fevereiro de 1940.

Em Ovar, as prisões de monárquicos e até de republicanos históricos aquando do *complot* (1911-1912) e a aplicação da Lei da Separação da Igreja e do Estado (decreto de 20 de Abril de 1911), levantaram celeumas e reacções e cindiram ainda mais e para todo o sempre o partido republicano local, que na Monarquia formara um partido de organização solidária e disciplinado.

Os republicanos ovarenses, entre eles, passaram à difamação e à injúria, como havia sucedido na Monarquia nas lutas entre regeneradores e progressistas. A *Grande Porca* tomou conta novamente de Ovar!

A Pátria (de 5 de Fevereiro de 1914) lamentava os ataques monstruosos e inconvenientes de António José de Almeida, Brito Camacho e Machado dos Santos ao antigo companheiro de armas dr. Afonso Costa, o que lhe causava nojo. A 30 de Maio de 1920, *A Defesa* diria dos democráticos: – «A verdade é que nem o partido democrático existe no concelho. No concelho existe um grupo de homens, dependentes do sr. dr. Chaves, armado em bando de parasitas a devorar tudo quanto o sr. dr. Pedro Chaves consiga do governo ou do município, em benesses, para dar de comer a essa *tropa* faminta».

Membros *efectivos* do P.R.P. em Ovar após a proclamação da República:

– ***Direcção do Centro Republicano*** (29/12/1910)
António Valente de Almeida
Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*
José de Oliveira Lopes
Luís Ferreira Neves
Manuel Maria de Matos

– ***Comissão Municipal Republicana*** (1912)
dr. Alberto Augusto da Silva Tavares
António Gaioso de Penha Garcia
Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*
José Maria Pereira de Almeida
Manuel Augusto Nunes Branco
Manuel Dias de Carvalho
alferes Manuel Rodrigues Leite

– ***Comissão Municipal do Partido Republicano Português*** (17/4/1921)
Abílio José da Silva
José de Oliveira Lopes
capitão Manuel Rodrigues Leite
dr. Pedro Ferraz Chaves
Virgílio Duarte Silva

– ***Comissão Municipal Republicana*** (1923)
Álvaro dos Santos Coelho
António da Cunha e Silva
José de Oliveira Lopes
Manuel Rodrigues de Almeida
major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu

– ***Comissão Política do P.R.P.*** (1925)
dr. Albino Borges de Pinho (*presidente*)
major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu (*vice-presidente*)
dr. Alberto Augusto da Silva Tavares
Isaac Júlio Fonseca da Silveira
capitão Manuel Rodrigues Leite

A divisão dos republicanos originou mudanças caricatas. Assim, em 1910, o capitão reformado de estado-maior Eduardo Marrecas Ferreira organizou um corpo de *voluntários* em Ovar, e, na sessão de 21 de Novembro, a Câmara pôs à sua disposição os vestíbulos inferior e superior do edifício dos Paços do Concelho a fim de aí administrar instrução militar àquele corpo. Este batalhão patriótico denominado *Batalhão do dr. António José de Almeida* mudou, em 1911, o nome para *Batalhão Ovarense* (conveniência política?!) e nunca foi um grupo de *vigilância e defesa da república.*

O avanço do mar (2 de Fevereiro de 1912)

No dia 2 de Fevereiro de 1912 e nos dias seguintes, avançando cerca de 200 metros nos lançamentos, entre a capela velha do Senhor da Piedade e o sítio denominado Baldim, o mar formou uma enseada e um barranco de 4 a 5 metros de altura em alguns pontos, numa extensão superior a 300 metros, daí resultando a derrocada de 18 palheiros, alguns de certo merecimento.

A Câmara Municipal de Ovar, a pedido dos proprietários dos palheiros destruídos – pescadores, que ficaram sem habitação, e negociantes de pescado, que ficaram inibidos de exercerem a sua indústria –, e dado que as ditas casas de madeira não podiam «ser reconstruídas nos antigos locais que, ou estão hoje mesmo à beira-mar, ou totalmente tomados por este», deliberou por unanimidade, na sessão de 26 de Fevereiro daquele ano, solicitar da comissão distrital «a competente autorização para conceder terreno público, em troca do que perderam ou não podem utilizar, a todos os in-

divíduos a quem o mar destruíu palheiros no Furadouro», concessão que «não será gratuita, visto o município não poder nem dever fazê-lo, mas sim por um preço módico», atendendo-se «não só à superficie e situação dos terrenos como às circunstâncias financeiras dos requerentes». A Câmara, «por se tratar de um caso de força maior a que é forçoso acudir rapidamente», esperava «ser dispensada do cumprimento das demais formalidades legais».

A 29 de Fevereiro, o deputado ovarense António Valente de Almeida apresentou na sala das sessões da Câmara dos Deputados um *projecto de lei* que estipulava no art.º 1.º: – «É autorizada a câmara municipal de Ovar a vender, na área da praia do Furadouro, independentemente de hasta pública, terrenos para construções, aos proprietários de palheiros destruídos pelas marés e temporais dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1912».

Com o único propósito de fazer, por meio de sorteio, a distribuição do terreno público, na praia do Furadouro, aos indivíduos a quem o mar destruiu palheiros, em harmonia com a autorização concedida pela comissão distrital de Aveiro (acórdão n.º 6.971), reuiu extraordinariamente a Câmara a 3 de Abril daquele ano.

A política atinge os Bombeiros Voluntários (17 de Fevereiro de 1912 - 1913)

Em 1912 a política atinge, infelizmente, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar. Na noite de 17 de Fevereiro deste ano, o dr. Joaquim Soares Pinto ocupando um lugar oficial no camarote da direcção no teatro Ovarense, como comandante do seu corpo activo, conservou-se sentado durante a execução do hino nacional quando a autoridade administrativa que se encontrava no camarote fronteiro ao seu e os espectadores se levantaram.

O semanário republicano local, *A Pátria*, a 22 desse mês de Fevereiro, afirmou que a atitude indelicada do dr. Soares Pinto comprometera a corporação e só podia levar a um caminho – a demissão do seu comandante. Porém, o dr. Joaquim Soares Pinto conservou-se no seu lugar, alegando que os republicanos de Ovar, durante a Monarquia, tinham tido a máxima liberdade, não respeitando igualmente o hino da Carta, hino nacional da Monarquia. O *hino da Carta* ou *da Constituição* teria sido composto por D. Pedro IV para comemorar a revolução de 1820 e foi executado em público, pela 1.ª vez, no teatro S. Carlos, no dia 24 de Agosto de 1821, primeiro aniversário daquela revolução.

Na sessão de 4 de Março da Comissão Municipal Administrativa, o vereador e republicano histórico Fernando Artur Pereira (*Carrelhas*), atendendo a que o acto do dr. Joaquim Soares Pinto constituira uma manifestação indiscutível de natureza política e «considerando que os factos passados no teatro e bem assim os já notados dessa Associação não ter, apesar de instalada num edifício público, hasteado a bandeira no dia 1 de Janeiro, e tê-lo feito só às 12 horas do dia 31 de Janeiro, o que contrasta com a solicitude com que a põe a meia haste no dia a que os católicos designam por sexta feira santa, o que parece comprovar que ela não quer manter a neutralidade política a que por seus fins está obrigada», propôs que se oficiasse à direcção da colectividade em

causa demandando se ela desejava manter-se absolutamente estranha a tudo o que representasse parcialidade política e se aprovava ou não a atitude do dr. Soares Pinto, e no caso de a reprovar que medidas tencionava adoptar para que esses factos não se repetissem.

A 8 de Março o presidente da direcção da associação informa a Câmara que não responde às suas perguntas, dado que a resposta representaria quebra da sua dignidade e desconhecimento da sua lei estatual. A Câmara insiste, na sessão de 18 daquele mês, mas os bombeiros mantêm o seu ponto de vista de que a Câmara nada tem com a sua vida íntima.

A Comissão Municipal Administrativa não desarma e, na sessão de 15 de Abril, o seu Presidente, dr. Pedro Chaves, apresentou uma proposta que foi aprovada por unanimidade. Nesta, «considerando que a Associação dos Bombeiros Voluntários não deve fazer manifestações de natureza política partidária, e muito menos contra as Instituições vigentes; considerando que os actos praticados pelo membro da sua direcção – Comandante do Corpo Activo – quando ocupava o camarote da mesma, têm, inegavelmente, carácter oficial e político; considerando que a Câmara não deve subsidiar ou proteger Associações políticas, sobretudo adversárias do actual regime; considerando que a Associação dos Bombeiros, especialmente favorecida pela Câmara, ocupa divisões do edifício municipal com manifesto prejuízo para a instalação de algumas repartições municipais e outras comarcãs e concelhias; considerando que, além disso, recebem importante subsídio anual, a que pelo carácter político que assumiu, perdeu todo o direito», resolveu a Câmara notificar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar «para, dentro de 10 dias, evacuar as divisões ou compartimentos que ocupa nos Paços do Concelho e retirar-lhe o subsídio anual orçado». Não se cumprindo aquela determinação, seria o despejo efectuado pela Câmara, à custa da Associação.

A Câmara, na sessão de 29 de Abril, tomando conhecimento duma moção votada na assembleia geral da associação, resolveu suspender o despejo. Porém, na sessão de 6 de Maio, tomou conhecimento da demissão colectiva dos vogais da associação, na impossibilidade de solucionar com honra, para as duas partes litigantes, o conflito levantado pela Câmara, dadas as exigências desta. A assembleia geral dos bombeiros efectuada a 17 de mesmo mês de Maio, negou o pedido de demissão da parte efectiva da direcção, dando a esta um voto de inteira confiança e por terminado o incidente existente entre a mesma e a Câmara. Esta, em face desta resolução, resolveu efectivar a deliberação tomada na sessão de 15 de Abril, encarregando a presidência de oficiar à direcção dos bombeiros a fim desta entregar, até ao dia 27 de Maio, os compartimentos que a mesma ocupava nos Paços de Concelho. Na sessão de 27 a Câmara recebeu um ofício dos bombeiros declarando que se achavam já despejadas as dependências que a corporacão ocupava nos Paços do Concelho e enviando as chaves.

A Câmara perdera a ridícula e irritante questão... e, melindrosa, vingava-se expulsando os bombeiros do seu edifício e cortando-lhes o subsídio, atitude que foi criticada pela grande maioria de povo de Ovar que se colocou ao lado da associação, presidida, em 1912, pelos drs. António dos Santos Sobreira (*direcção*) e José Duarte Pereira do Amaral (*assembleia geral*).

Em 1913 o dr. Joaquim Soares Pinto pediu a demissão de comandante do corpo activo da corporação.

Regozijando-se com a demissão o semanário republicano local, num artigo intitulado – *Para a história dum... ex-grande homem!* –, declarava: – «Até que enfim o Soares Pinto cumpriu o seu dever. Pediu a sua demissão de comandante *ornamental* (que *de facto* o não foi nunca) dos Bombeiros Voluntários. Foi simplesmente... corrido! Desde a fundação da Associação dos Bombeiros, ele nunca nela fez mais do que envergar a farda de gala nas procissões e no dia 1 de Janeiro. Exclusivamente por sua culpa, perdeu a Associação o subsídio camarário; exclusivamente por sua culpa é que Alves Cerqueira, o mais prestigioso sócio da Associação, o seu *único e verdadeiro* comandante, a quem a Associação devia a vida, pediu, enojado e desgostoso, a demissão. A Associação servia ultimamente ao Soares Pinto só como arma política, único e último reduto onde afinal foi derrotado e batido» (*A Pátria*, de 6/11/1913).

Na sessão de 29 de Dezembro de 1913, a Comissão Administrativa, a pedido dos bombeiros que, descendo à louvaminha e à adulação, afirmaram que jamais tratariam de questões políticas, e atendendo à saída do comandante, concedeu novamente o subsídio anual de 50$00, não restituindo as divisões que a corporacão ocupara nos Paços do Concelho por nelas estarem instaladas repartições públicas que não era possível deslocar.

O eclipse do Sol (17 de Abril de 1912)

A 17 de Abril de 1912 a vila de Ovar foi novamente bafejada com um novo eclipse do Sol (o anterior tinha tido lugar a 28 de Maio de 1900) e a ela afluiram forasteiros e diversas missões científicas. Embora o eclipse fosse inferior ao de 1900, a escuridão foi grande, viram-se as estrelas e o planeta Mercúrio no firmamento, a temperatura desceu bastante, sentindo-se frio, e as aves buscaram os seus refúgios.

Vendo o eclipse do Sol, a 17 de Abril de 1912, na Praça da República
In: Ilustração Portuguesa, *de 29/4/1912*

Observando o eclipse do Sol – Ovar, 1912 | Foto de Aurélio Paz dos Reis
In: João Semana, *de 15/2/1999*

Localização (dos observatórios) das missões científicas:

– *a russa*, ao sul do Largo Cinco de Outubro, na quinta do dr. Zagalo dos Santos;
– *a francesa*, na Rua Rodrigo de Freitas, no quintal das senhoras Silveiras;
– *a inglesa*, no Olho Marinho, em Arada; e
– *a portuguesa*, no Largo de S. Miguel, no quintal de João Bernardino de Oliveira Gomes.

O dr. Domingos Lopes Fidalgo, Governador Civil dos distritos de Leiria (1912-1913), de Aveiro (1915), e de Lisboa (1916-1917). Dois ataques injustos ao dr. Lopes Fidalgo – o d'*O Mundo*, em 1911; e o de Alexandre Braga, em 1917. O Governador Civil de Coimbra (1920) tenente-coronel José de Oliveira Gomes

A 25 de Março de 1873, no lugar de S. João, da freguesia de S. João de Ovar, nasceu um dos republicanos ovarenses mais honestos, sinceros e inteligentes – o dr. Domingos Lopes Fidalgo.

Filho de dois modestos lavradores, José Lopes Fidalgo e Ana Duarte Pereira, completou o curso da Escola Médica do Porto (1899), apresentando a tese *Impressões de uma visita às cadeias do Aljube e da Relação do Porto*, «duma audácia implicativa para a época» (ZAGALO DOS SANTOS).

Em Ovar, onde veio fazer clínica, foi presidente da assembleia geral da Associação dos Bombeiros Voluntários em 1904, presidente da sua direcção em 1906, um dos principais obreiros do *partido republicano* local, fundado a 16 de Janeiro de 1907, membro efectivo da 1.ª Comissão Municipal republicana eleita a 24 de Fevereiro de

1907 e do Centro Republicano eleito a 30 de Maio de 1908, tendo presidido neste último ano a um comício deste partido num armazém sito na Rua de S. Bartolomeu, pertencente a Domingos de Fonseca Soares.

Republicano revolucionário, em 1909 e 1910, foi quem a 6 de Outubro deste último ano hasteou a bandeira republicana nos Paços do Concelho e proclamou o novo regime da varanda principal desse edifício, tendo representado o partido local nos funerais em Lisboa do vice-almirante Cândido dos Reis e do dr. Miguel Bombarda.

Em 1910 foi Administrador substituto do Concelho e partiu para o Rio de Janeiro como *secretário* do embaixador dr. António Luís Gomes de quem era amigo pessoal.

O dr. António Luís Gomes foi membro do directório do partido republicano (1905-1908), Ministro do Fomento no governo provisório (1910), embaixador de Portugal no Brasil (1910-1912) e reitor da Universidade de Coimbra (1921-1924).

No Brasil, o dr. Lopes Fidalgo serviu ainda com o embaixador dr. Bernardino Machado.

A 1 e 4 de Novembro de 1911 Luís Galhardo, n'*O Mundo*, órgão do partido democrático de que era director e proprietário França Borges, atacou violentamente a política do ministro de Portugal no Brasil, dr. António Luís Gomes, visando também o seu 1.º secretário, o então encarregado de negócios dr. Lopes Fidalgo. O ataque era imerecido e o dr. Lopes Fidalgo, que sofreu o seu primeiro grande desgosto da sua carreira política, pediu a demissão do cargo de encarregado de negócios naquele ano de 1911.

António Cabral (*As minhas memórias políticas – Em plena república*, 1932) escreveu: – «Finalmente, ocupava o lugar de ministro do fomento o sr. doutor António Luís Gomes, que tão mal se acamaradava com os seus correligionários e colegas, que, pouco mais de um mês depois de proclamada a república, abandonava o governo, a fim de ser nomeado ministro de Portugal no Brasil, onde possuia uma fábrica de curtumes, segundo então noticiou a imprensa de grande informação, e que, assim, ia para o Rio de Janeiro encarregado de negócios diplomáticos de Portugal e de negócios seus... fabris».

De 31 de Agosto de 1912 a 16 de Janeiro de 1913, o dr. Lopes Fidalgo foi *governador civil do distrito de Leiria*, e de 24 de Maio a 26 de Junho de 1915 foi *governador civil do distrito de Aveiro*. Na posse deste último cargo político, muito concorrido, foi enaltecido, entre outros, pelo tenente Gaspar Ferreira e dr. Pedro Chaves.

De 24 de Abril de 1913 a 19 de Janeiro de 1914 foi *director clínico* do hospital da Misericórdia de Ovar, tendo sido um dos 68 sócios fundadores desta associação humanitária. Pertenceu à *grande comissão* e foi vogal da *comissão executiva*, intervindo na discussão do projecto de compromisso dessa irmandade.

De 4 de Outubro de 1916 a 30 de Abril de 1917 foi ainda *governador civil do distrito de Lisboa*, no ministério da *União Sagrada* presidido por António José de Almeida. Republicano histórico, não filiado então em qualquer partido, nomeou para seu secretário particular o notário na comarca de Ovar dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo.

Alexandre Braga, na sessão da Câmara de Deputados de 8 de Janeiro de 1917, em negócio urgente, ocupou-se do procedimento do dr. Lopes Fidalgo, como Governador

Civil de Lisboa, na aprovação da *Associação do Método Dolivais*, tendo usado da palavra sobre esse assunto, também, António Macieiro, o Ministro do Interior Mousinho de Albuquerque e o dr. Pedro Chaves.

Alexandre Braga chamou «a atenção do senhor Ministro do Interior para actos praticados pelo governador civil de Lisboa, senhor Lopes Fidalgo, e que a seu ver, desprestigiam o exercício dessas funções e até as instituições vigentes». Para o notável orador, dr. Lopes Fidalgo, que achava «como compatível com as leis do país uma sociedade destinada a fazer a propaganda de um livro intitulado *O Método Dolivais*, onde se afirma a certeza do lucro no jogo da roleta», era um funcionário que não estava à altura do seu lugar, que devia ter a recompensa merecida por praticar um acto desonesto ou de absoluta incapacidade para o desempenho do cargo que exercia.

Defendendo o Governador Civil, António Macieiro elucidou a Câmara dos Deputados (*Diário da Câmara dos Deputados* de 1917, que estamos a transcrever), nos seguintes termos:

«A questão Dolivais é muito simples. Um homem de bom ou mau juízo, mas que parece ter estado sempre de boa fé, alcançou, pelo seu trabalho extenuante, uma grande fortuna. Na sua mentalidade insignificante – admitamos a hipótese – por uma série de estudos julgou ter encontrado o meio de se ganhar à roleta e publicou um livro com o resultado desses estudos. Ao morrer, esse homem legou o remanescente da sua fortuna a uma instituição que queria ver criada, denominada *Grémio do Método Dolivais*». Fizeram-se «os estatutos e estabeleceu-se o prémio para aqueles dos homens de inteligência que publicassem obras em que se afirmasse o merecimento do *Método Dolivais*. O Governador Civil não podia negar o visto numa simples participação de constituição – admitiu a participação».

Replicando, afirmou Alexandre Braga: – «Cometeu uma ilegalidade. Se amanhã uma associação de malfeitores constituir uma sociedade e pedir para ela ser registada, o Governador Civil tem de indagar quais os seus fins antes de lhe poder dar existência jurídica».

Após o Ministro do Interior e o dr. Pedro Chaves considerarem o Governador Civil um homem honestíssimo, Alexandre Braga declarou que também não tinha posto em dúvida a sua honestidade, apresentara apenas um dilema. António Macieira concluiu, então, que o dr. Lopes Fidalgo não tinha praticado qualquer ilegalidade.

Segundo *A Discussão* (de 17 de Janeiro de 1915), o *Método Dolivais* foi publicado a 7 de Janeiro de 1902 e teve «o único fito de apressar quanto possível a extinção de um dos flagelos que mais têm atormentado a humanidade sofredora». O seu autor «concebeu a ideia de extinguir o jogo pelo próprio jogo, ensinando toda a gente a jogar e a ganhar, de modo que num futuro próximo não existirão banqueiros e não persistirá, por consequência, a terrível calamidade. Parece à primeira vista um paradoxo e um contra-senso ridículo, querer acabar com o jogo ensinando toda a gente a jogar».

A 10 de Janeiro o dr. Lopes Fidalgo publicou nos jornais da capital uma carta «para inteira reposição da verdade, que ontem foi alterada no parlamento a propósito da malfadada questão do *método Dolivais*». Rebatendo as afirmações de Alexandre Braga, depois de referir que «em 12 de Dezembro do ano passado foi entregue neste governo civil uma participação e uns estatutos referentes à fundação de determinada

associação» que foi registada nesse mesmo dia «sem a mínima referência à sua *existência anterior*», salientou:

«E assim não é verdade: que o recebimento da participação de 1916 implicasse o reconhecimento da associação desde 1915, ou que de qualquer outra forma eu a reconhecesse anteriormente a 12 de Dezembro de 1916; que constasse pelos documentos apresentados que se tratava de uma associação para a propaganda de um livro, que ensina a ganhar ao jogo da roleta; finalmente é falso que eu me referisse ao método Dolivais, que não conheço nem quero conhecer».

A crítica considerou a intervenção de 8 de Janeiro uma infeliz leviandade de Alexandre Braga, que afrontou injustamente, com frases menos correctas, o dr. Lopes Fidalgo, lançando sobre o seu carácter uma grave suspeita. A Comissão Municipal republicana do concelho de Ovar, reunida em sessão conjunta com a direcção do Centro Democrático, lamentou que um correligionário – o dr. Alexandre Braga – tivesse atacado injustamente um lídimo carácter, uma indiscutível honestidade – o dr. Lopes Fidalgo.

Foi este o segundo grande desgosto que o dr. Lopes Fidalgo sofreu na sua carreira política.

Mais tarde, os republicanos liberais aproveitariam este episódio para perguntar à *Pátria* qual o motivo por que não teve uma palavra sequer pelo passamento do grande caudilho da democracia e artista de oratória, Alexandre Braga: – «Ouvimos para aí dizer que a razão desse procedimento, foi para não irritar o sr. dr. Fidalgo, pois é sabido de todos os vareiros que o dr. Alexandre Braga, em pleno parlamento um dia, desautorizou por incompetente na chefia do distrito de Lisboa, aquele seu correligionário» (*A Defesa*, de 22 de Maio de 1921).

Em 1917 o dr. Lopes Fidalgo foi promovido a capitão médico miliciano, seguindo nesse mesmo ano para França, por se ter oferecido, a combater os alemães. Fazendo parte do C.E.P., esteve mais de um ano ao serviço nas trincheiras. Porém, em 1926, já no Estado Novo, foi reformado como major médico «por não querer ir para os campos da batalha!».

De regresso a Ovar, em 1917 foi nomeado médico na secção da vila da C.P., e, em 1918, clínico do 3.º batalhão de infantaria n.º 24. Emigrado político durante a *Monarquia Nova* na cidade de Aveiro, de 23 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1919, foi chefe dos serviços de saúde na Campanha do Vouga. De 1919 a 1921 foi o primeiro *director* da Escola Primária Superior, sendo nesse cargo duramente atacado pela *Defesa*, órgão local dos republicanos liberais.

A 3 de Julho de 1921 tomou posse do cargo de *provedor* da Misericórdia de Ovar, ocupando essa função de 1921 a 1928 (deve-se à *sua* Mesa a construção dos pavilhões, o asilo dos velhos e crianças, a creche-asilo-escola). Neste último ano, a 17 de Março, foi exonerado pelo Governador Civil de Aveiro do cargo, num dos mais escandalosos procedimentos políticos que se registaram em Ovar.

Foi este, sem dúvida, o terceiro grande desgosto que a política lhe reservou. E talvez o mais profundo, pois verificou-se quando se tinha deslocado à Argentina a defender o património da Misericórdia na questão da herança de Alexandre de Sá Pinto. De regresso a Ovar, a 10 de Abril de 1928, no rápido da noite, foi acolhido na estação

por centenas de pessoas de todos os credos políticos e de todas as classes que lhe testemunharam o seu alto apreço e lhe manifestaram a repulsa pela sua exoneração.

A 11 de Março de 1925, o dr. Lopes Fidalgo, que aquando da divisão do grande partido republicano ficara independente, fez a sua adesão ao partido *democrático*, por intermédio da Comissão Paroquial do P.R.P. de Ovar, em carta dirigida ao presidente Jacinto Ferreira (†1962, na Rua dr. José Falcão). E, candidato a deputado nas eleições de 8 de Novembro de 1925, por esse partido, não foi eleito.

Colaborador do órgão do partido republicano local – *A Pátria* –, veio a ser seu director de 30 de Junho de 1927 a 5 de Janeiro de 1928 e ainda em 1930, no único número deste ano datado de 2 de Janeiro; de 19 de Agosto a 30 de Setembro de 1928 foi director juntamente com o dr. Alberto Tavares.

Em 1930, ingressou na Loja maçónica *Beira Mar*, de Ovar. E, no caso apaixonante da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, depôs contra os padres Leonardo de Castro e Teófilo de Andrade, tendo sido testemunha em Londres, a 10 de Março de 1930.

Dr. Domingos Lopes Fidalgo. 1873-1948

Em 1931, o directório do P.R.P. de Ovar nomeou-o um dos cinco membros da comissão encarregada de orientar e dirigir a política partidária no concelho; em 1945, aderindo ao M.U.D., foi membro da presidência da comissão consultiva de conjunção democrática do distrito de Aveiro aquando das eleições de deputados de 18 de Novembro desse ano, tendo feito parte da mesa na reunião política oposicionista realizada a 13 de Outubro de 1945 na cidade de Aveiro; em 1946 foi presidente da assembleia geral da Sociedade Cooperativa de Ovar.

Tenente-
-coronel José
de Oliveira
Gomes

A 7 de Dezembro de 1948, com 74 anos, este democrata ovarense, generoso e honrado, esquecido e caluniado, morreu como nascera – pobre, de mãos limpas.

O tenente-coronel ovarense José de Oliveira Gomes foi Governador Civil de Coimbra, de 4 de Setembro a 16 de Novembro de 1920. Filho de Manuel Gomes da Costa e de Rosa Gomes, sua irmã, Eugénia Salvador Gomes Leite, casou com o coronel Manuel Rodrigues Leite.

O Cinematógrafo Olímpico (6 de Outubro de 1912) e o Cinema *High-Life* (1912)

A 14 de Abril de 1901, Ricardo Lemos, do Porto, para propaganda do seu *fonógrafo-concerto* deu várias sessões de 12 cilindros cada uma no Teatro Ovarense, com entradas pagas e sucesso.

O *animatógrafo* estreou-se, pela 1.ª vez, no mesmo teatro, com péssima luz, em Fevereiro de 1902; a inauguração pública, com sessões com quarteto às 7 e meia e às 9 horas da noite, verificou-se a 8 de Dezembro de 1907 com *A vida de Cristo*; a empresa de Lisboa, Cruz & Wall, montou em Julho de 1910 o animatógrafo Pathê, tendo boas sessões.

A 6 de Outubro de 1912, tomando de arrendamento o Teatro Ovarense, já então dos bombeiros, o *Cinematógrafo Olímpico* faz a sua inauguração. Neste mesmo ano, os irmãos Amadeu e Américo Peixoto instalam na Casa da Balança, na Rua Gomes Freire e traseiras da capela de N.ª Sr.ª da Graça o seu cinematógrafo – o Cinema *High-Life*.

Cinema High-Life, *na Casa da Balança.*
Edição de Silva Cerveira

Em 1913 funcionava normalmente aos domingos e quintas-feiras, durante a época balnear, um cinematógrafo na praia do Furadouro, onde a 22 de Agosto de 1915 é inaugurado o *Cinematógrafo Cruz*, propriedade de António Maria da Cruz, de S. Vicente de Pereira, instalado no edifício da Assembleia.

A 24 de Outubro de 1915 tem lugar a abertura dum novo cinematógrafo – o *Cinema Olímpia* –, no Teatro dos Bombeiros, pertencente à empresa *Pires & Ramos* (Major José Pires, que foi comandante do 3.º batalhão de infantaria n.º 24, e José Plácido Ramos), que a 21 de Maio de 1918 inaugura novo mobiliário.

A 14 de Junho de 1924 a *Empresa Sousa & C.ª*, constituída por um grupo de jovens ovarenses, estreia o seu cinematógrafo com a película *O primo Basílio*; a 4 (primeira parte) e a 11 de Outubro (segunda parte) de 1931 exibe-se, no Teatro Ovarense, a película *Ovar Pitoresco.*

O Teatro dos Bombeiros (1996).

Houve, assim, cinema no Teatro Ovarense (Teatro dos Bombeiros), de 6 de Outubro de 1912 a Dezembro de 1944, durante 32 anos. A 30 de Dezembro de 1944 foi inaugurado o *Cine-Teatro*, propriedade da Empresa de Melhoramentos de Ovar, Limitada, com o consequente encerramento do cinema dos Bombeiros, no velho edifício do Largo dos Combatentes da Grande Guerra.

O *Correio de Ovar* (25 de Dezembro de 1912 a 12 de Maio de 1913)

Órgão dos interesses do concelho, comércio e indústria, teve como director Virgílio A. Ribeiro, como editor Mário da Cruz Almeida, como administrador Manuel José da Silva Ribeiro, e como redactores José dos Santos Carneiro e Manuel Augusto da Silva Cordeiro. Com sede da redacção e administração na Rua Coronel Galhardo, foi impresso na Tipografia Liberal, que pouco antes se instalara em Ovar, vinda de Santa Maria da Feira.

Durou de 25 de Dezembro de 1912 a 12 de Maio de 1913.

CORREIO D'OVAR

ANO I — 25 de Dezembro de 1912 — NUM. 1

Sede da redação e administração—Rua Coronel Galhardo

Jesus-Cristo

Correio de Ovar, *de 25/12/1912.*

As estradas (1912)

JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da direcção geral da agricultura*, 11.º ano, n.º 5) informa que em 1912 Ovar era uma das freguesias do País mais bem servida pela viação, partindo dela nada menos de 6 estradas, sendo 3 distritais e 3 municipais, e 3 canais da ria.

«As estradas distritais são: a n.º 27, de Ovar ao Carvoeiro, a qual tem 6 quilómetros dentro da freguesia e se encontra em bom estado de conservação; entra no lugar do Sobral, junto à capela de S. Domingos e termina na Ribeira – a n.º 40 vai da Praça do Município a Cucujães (Oliveira de Azeméis), acha-se em bom estado de conservação e tem 6 quilómetros dentro da freguesia – a n.º 27-A que parte da capela da Senhora da Graça, situada na vila e se dirige para Válega e Estarreja, entrocando naquele ponto com a n.º 40.

As estradas municipais são: 1.ª a que parte da estrada n.º 40 e segue pelo norte da igreja matriz até à estação do caminho-de-ferro, numa extensão de 0,5 quilómetros; acha-se em mau estado – 2.ª a que segue da Praça do Município para poente numa extensão de 5 quilómetros até ao Furadouro, e a qual se acha em bom estado de conservação e bem arborizada de eucaliptos até ao sítio do Carregal – 3.ª a que parte da lagoa de S. Miguel até Guilhovai e daqui até às Pedras Brancas, nos limites da freguesia, donde segue para Cucujães; acha-se em razoável estado e tem 6 quilómetros de extensão dentro da freguesia.

Além destas 6 estradas é a freguesia servida por 3 esteiros ou canais da ria, os quais contribuem para manter o elevado grau de desenvolvimento agrícola, industrial e comercial que ela atingiu. Esses canais são o da Ribeira, o do Carregal e o Puxadouro».

Como já referimos, desde 8 de Setembro de 1912 ficou estabelecida uma carreira diária de automóveis entre Ovar e o Furadouro; e, em 1924, foi inaugurado o serviço de transportes entre Ovar e a praia por uma camioneta.

O comércio (1912)

JOÃO VASCO DE CARVALHO, na mencionada *Monografia da freguesia rural de Ovar*, publicada em 1912, após afirmar que o comércio de reexportação é muito recente, – «exerce-se aproximadamente há 10 anos» –, dá-nos os seguintes mapas de exportação, importação e reexportação dos produtos, com suas origens e destinos:

1. ***Mapa de exportação***

Produtos	**Origem**	**Destino**
Sardinha em barricas e canastras	Costa de Ovar	Norte e Beiras
Galinhas e ovos	Freguesia de Ovar	Norte e Sul
Gado bovino de engorda	Freguesia de Ovar	Norte e Sul
Gado ovino de engorda	Freguesia de Ovar	Norte e Sul

Peixe diverso	Costa de Ovar e Ria	Norte, Beiras e Sul
Madeiras serradas e toradas	Freguesia de Ovar	Porto e Lisboa
Feijão	Freguesia de Ovar	Norte
Cebola	Freguesia de Ovar	Norte, Sul, Inglaterra e América
Conservas	Freguesia de Ovar	Norte, Sul, Inglaterra e América
Telha e tijolo	Freguesia de Ovar	Arredores
Louça vermelha ordinária	Freguesia de Ovar	Arredores
Caranguejo (adubo)	Costa de Ovar	Arredores

2. ***Mapa de importação***

Produtos	**Origem**	**Destino**
Artigos de mercearia	Porto	Freguesia
Ferragens, zincos, etc.	Porto, Pardilhó	Freguesia
Tecidos de lã, algodão, etc.	Porto, Lisboa e Covilhã	Freguesia
Vinhos da Bairrada	Bairrada	Freguesia
Cereais diversos	Vários pontos do País e do estrangeiro	Freguesia e aldeias

3. ***Mapa de reexportação***

Produtos	**Origem**	**Destino**
Trigo (importado em grão e reexportado depois de farinado)	Vários pontos do País e estrangeiro	Concelhos vizinhos
Sal	Aveiro, Vagos	Norte e Beiras
Arroz (importado em casca e reexportado depois de descascado	Estremadura	Concelhos vizinhos
Vinho	Vários pontos do País	Brasil

A agricultura (1912) – a pequena propriedade, as formas de exploração do solo, a população agrícola e a deserção dos campos, uma família agrícola ovarense em 1912, o milho e os espigueiros, outros cereais, o feijão e outros legumes, o vinho, as culturas pratense, pomícola e hortense, o gado bovino e a atrelagem dos bois no concelho. A apicultura

Na sua *Monografia da freguesia rural de Ovar* de 1912, o eng.º agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO, no que se refere à freguesia de S. Cristóvão de Ovar (englo-

bando, então, a freguesia de S. João de Ovar), refere que «as *terras soltas*, de duna, encontram-se a poente, desde o Furadouro, sobre a costa, até ao Carregal e Ovar e ainda um pouco ao norte, desde Ponte Reada até o Rego da Velha; as *fracas* predominam a nascente e centro, principalmente em Cimo de Vila, S. João, Cabanões, Barreiros, até quase aos limites orientais da freguesia – a Guilhovai – e são as melhores terras da freguesia, verdadeiras terras anateiradas; as *apaúladas*, a sul e sudoeste, nos sítios de Enchemil, Várzea, Ilha, Marinha, Torrão, Lameiro e nos limites do Puxadouro e Moita, são estas terras muitas vezes inundadadas pelas cheias do Vouga e às vezes salgadiças. A estas poderíamos juntar as terras *fortes* do Sobral, Salgueiral e algumas de S. João, que, conquanto fortes como as apaúladadas, se diferençam delas por serem menos húmidas e muito menos ricas em matéria orgânica».

Freguesia de Ovar (1912)

superfície da freguesia	8.500 ha
superfície inculta	500 ha
superfície cultivada	8.000 ha
superfície cultivada silvícola	3.200 ha
superfície cultivada arvense	3.600 ha
superfície cultivada arbustiva	800 ha
superfície cultivada hortense	400 ha

Em 1912 «a superfície regada não excede 1.400 hectares na freguesia de Ovar e a susceptível de irrigação, atendendo à natureza da cultura dominante – o milho – e à grande facilidade com que se encontra água a pequena profundidade em quase toda a freguesia, particularmente no sul, centro e norte, não deve ser inferior a 2.500 hectares».

Origem das águas de rega: poços e rio de N.ª Sr.ª da Graça.

Para os eng.os JOSÉ MADEIRA PINTO LOBO (agrónomo) e ALCIDES LINO PIRES (*Inquérito agrícola e florestal – concelho de Ovar*, 1952), «o aspecto geral do concelho é o de uma extensa planície levemente levantada no limite poente, onde o terreno sobe um pouco sem atingir cotas superiores a 112 metros, em Paçô». O concelho «é assim dividido em duas partes; uma em que dominam as areias e os terrenos de formação recente, e a outra parte em que dominam os terrenos de formação antiga, precâmbrico e arcaico e câmbrico. A linha do caminho de ferro limita, grosso modo estas duas zonas tão diferentes».

Das duas zonas agrárias divididas pela linha férrea, *a da terra* (cerca de 55% do concelho) é a mais serôdia, toda particular, com os seus nabos, ervas e melancias; a *das areias* (cerca de 45% do concelho) é a mais temporã, com as suas couves, repolhos e cenouras, sendo baldim ou do Estado, que a tem sujeita ao regime florestal. «Estes terrenos (*das areias*) que aqui têm produções tão boas ou melhores de que as da parte da terra, têm sido há muitos anos beneficiados com constantes e copiosas adições de moliço que é constituído por algas e por lodo do fundo da Ria».

Freguesia de Ovar (1952)

área agrícola	20%
área florestal	79%
área inculta	0,5%
terras regadas	100%
terras de sequeiro	0%

Na freguesia de Ovar, além da superficie agrícola útil existem também os terrenos *incultos produtivos* - as marinhas de junco, situadas junto à Ria, desde o Carregal.

1. ***A pequena propriedade***

Na freguesia de Ovar, zona, de *minifúndio*, de *minilavradores*, em que a propriedade está muito retalhada, a quase totalidade das terras são *pequenas propriedades* (e até *propriedades liliputianas, anãs* ou *minúsculas*), cujo rendimento só em fraca parte contribui para a satisfação das necessidades do possuidor; a *propriedade média*, que assegura vida desafogada ao possuidor, é rara e a *grande propriedade*, que assegura ao possuidor - e à família - os meios necessários para ocupar uma posição superior na sociedade, é praticamente inexistente

Exemplo frizante do minifúndio irrisório, é o lugar do Torrão de Lameiro onde, em consequência da pulverização da exploração, a quase totalidade das propriedades já não podem sustentar as famílias que nelas vivem. O mal-estar agrário resulta, nesta região sobrepovoada da freguesia de Ovar, da clássica *fome de terra*. Os pequenos agricultores têm, também, de trabalhar para outros, como escravos livres, voluntários servos da gleba, os *semi-proletários* para Lénine.

Já em 1912, eng.º agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO (*Monografia da freguesia rural de Ovar*) referia-se à fraccionada e pulverizada propriedade rústica: - «Com efeito às propriedades de 1 e 2 hectares já ali chamam *grandes*; às leiras de alguns ares apenas dão o nome de *lavouras*; e, até, os exíguos pátios tomam o nome de *quintais*. É, pois, a pequena propriedade que existe em toda a freguesia. Esta excessiva pequenez, incompatível com o bem estar do lavrador, que só da terra vive, embora a terra pela sua natural fertilidade produza em abundância, tem como consequência fatal proporcionar-lhe uma existência cheia de dificuldades, de privações e de miséria, à qual muitos põem termo emigrando, desorientados e pressurosos, para o Brasil e América do Norte, onde supõem ir encontrar a abastança e a felicidade, abandonando, enquanto estas não aparecem, a família à mercê das contingências da vida. Este prejudicialíssimo fraccionamento, ao qual se devia opor um potente dique, tende ainda a agravar-se pelas partilhas».

Em 1952, os engenheiros PINTO LOBO e LINO PIRES (*Inquérito agrícola e florestal - concelho de Ovar*) chegavam aos seguintes resultados:

Tipos de propriedade	*Freguesia de Ovar*
grande (mais de 15 ha)	5%
média (de 3 a 15)	60%
pequena (até 3)	35%

Atendendo não às áreas mas ao *número de proprietários* (de acordo com elementos estatísticos da então Secção de Finanças do concelho de Ovar):

grandes proprietários	insignificante
médios proprietários	0,9%
pequenos proprietários	99,1%

Dado que «na Europa do Mercado Comum há tendência para considerar como economicamente inviáveis as unidades com menos de 20 ha, excepto os casos particulares de agricultura especializada» (ALFREDO LOUZA VIANA e JOSÉ MANUEL BARROCAS, *Estudo económico da exploração agrícola numa região da Beira Litoral*, 1970), e sabendo-se que «uma família camponesa de quatro pessoas, no Minho, Douro Litoral e Beira Litoral, dificilmente poderá viver em termos de decência social ao mínimo de 10 has» (FLÁVIO MARTINS, «Agricultura, desenvolvimento económico, economia», nas *Teses e documentos do II Congresso Republicano de Aveiro*, vol. I, 1969), verifica-se que pouquíssimas explorações do concelho de Ovar teriam possibilidades de viabilidade.

É necessário terminar com o microfúndio, que converte os *proprietários* em simples jornaleiros da propriedade, com uma reforma corajosa que confira às unidades de produção apropriadas dimensões que permitam a modernização tecnológica e assegurem a racionalização económica.

2. ***As formas de exploração do solo***

Em 1912 (JOÃO VASCO DE CARVALHO, *Monografia da freguesia rural de Ovar*), das duas formas de exploração agrícola – a exploração familiar, *directa* ou *por conta própria* e a exploração *indirecta* ou por *terceiros* (*arrendamento*) – a primeira, «a exploração familiar, directa, com criados assoldadados por um ano e às vezes com jornaleiros pagos em dinheiro e géneros é a regra geral. Também existe a exploração por arrendamento mas em pequena escala. Quando por arrendamento, é quase sempre preferida a forma a longo prazo com pagamento de renda geralmente em géneros».

No concelho de Ovar, onde predomina a exploração por conta própria, é reduzido o número de camponeses totalmente desprovidos de terra. Na prática quase todo o rural possui um quintal ou horta, pelo menos, o que o obriga, porém, a tornar-se também um rendeiro ou um assalariado.

Em 1952, segundo o *Inquérito agrícola e florestal* dos engenheiros Pinto Lobo e Lino Pires, a exploração por conta própria dominava também então o *concelho*, calculando-se a sua percentagem em cerca de 84%, pelo que a percentagem de terrenos arrendados andava à volta duns 16%. Os contratos eram, então, anuais, com princípio e fim em S. Miguel (29 de Setembro) dado que nessa ocasião «está praticamente terminado o ciclo das culturas, vulgar na região, milho-azevém»; eram quase todos verbais e renovados frequentemente, «sendo vulgar a mesma propriedade ser explorada pelo mesmo caseiro durante dezenas de anos». A renda era paga geralmente em géneros, milho e feijão, computando-se o seu valor em cerca de 50 a 75% da produção dessas espécies.

3. ***A população agrícola e a deserção dos campos***

A grande maioria do povo ovarense vivia ainda no campo num ambiente marcadamente rural, ocupando-se da actividade ligada à agricultura e à pecuária.

O jornaleiro agrícola nos fins de século XIX e na 1.ª metade do século XX constituía a massa mais importante do proletariado ovarense, enquanto o pequeno camponês era a sua principal classe social.

População agrícola do concelho de Ovar, segundo os censos

	Pop. total (de facto)	**Pop. agrícola**
1890	24.783	11.494
1900	24.885	12.312
1911	27.069	11.556

Segundo o censo de 1940, de 7.318 varões activos 2.595 ocupavam-se na agricultura (35,5%) – existem neste ano 188 instalações agrícolas (a população activa agrícola era de 3.512) –; segundo o censo de 1950, das 7.888 famílias 2.268 eram agrícolas (4.431 *H* e 5.325 *M*). Por este censo de 1950 verifica-se, ainda, no que se refere à estrutura social da população activa agrícola com profissão no concelho de Ovar, que os *patrões agrícolas* (os que tinham uma exploração agrícola e habitualmente empregados ou assalariados por sua conta) atingiam somente 7,1% (o número mais baixo nos concelhos do distrito); os *isolados agrícolas* (os que tinham uma exploração agrícola e não tinham habitualmente empregados ou assalariados por sua conta) somavam 38,5% (o 3.º concelho do distrito); os trabalhadores por conta de outrem – *assalariados e empregados remunerados* – eram 33,4% e os trabalhadores por conta de outrem – *não remunerados* (pessoas de família e outras) eram, por sua vez, 21%. O total de assalariados por patrão atingia o número mais elevado dos concelhos do distrito de Aveiro – 4,7.

Na 2.ª metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960, a agricultura arcaica e ultrapassada («consumo excessivo de trabalho e encargo excessivo da terra») – parcelas dispersas, falta de modernização dos processos agrícolas, falta de

investimentos em maquinaria –, conjugada com a industrialização e a emigração, conduz ao êxodo rural e a uma pretensa crise de falta de braços.

4. ***Uma família agrícola ovarense em 1912***

JOÃO VASCO DE CARVALHO deu-nos, em 1912, na mencionada *Monografia da freguesia rural de Ovar*, uma descrição duma família agrícola da Beira Marinha, família clerical e analfabeta, vivendo quase miseravelmente:

«Imaginêmo-la composta de marido, mulher e quatro filhos, instalada mais que modestamente no seu acanhado *aido* e vivendo dos produtos da sua exígua *cortinha*.

Está-se em Outubro. Ainda a madrugada não repontou e já toda a família está a pé. O lavrador com o filho mais velho sai ao *quinteiro*, mete os bois ao carro e segue para o cais da Ribeira onde se mete num *moliceiro* e na ria, ajudado pelo filho, apanha o *moliço*. É que precisa estrume para os seus campos e em avultada quantidade, porque as sementeiras estão à porta, e as primeiras águas quase a chegar; Em casa, a mulher, por seu lado, dá aos filhos mais novos um pedaço de broa dura, e vai preparar a lavadura para os porcos, mas água com farinha de milho, porque a ceva já começou há dias. Da criação também se não esquece, e separa até algumas galinhas e frangas para no imediato dia remeter para o Porto em canastras. E, logo que o sol começa a aquecer, ela espalha cuidadosamente na eira o milho temporão para acabar de *curar*, ou, se a *cortinha* é serôdia vai acabar de colher o milho e vai-o descamisando ajudada por algum dos filhos, ou emprega a manhã em ceifar alguma erva pelas bordas das motas e valados para o gado comer logo que chegar.

Às vezes o marido, a meio do caminho, lá recebeu aviso de que as *artes* tinham ido ao mar e larga, por isso, apressadamente a apanha do *moliço*, para se encaminhar para o Furadouro, onde a sua junta se reúne à dos outros lavradores para, todos, arrastarem a rede.

Recebida a espórtula e algum peixe, aproveita a ocasião para encher o carro de *pilado*. Foi um dia cheio. À noite regressa a casa onde refaz as forças com uma boa caldeirada e um pedaço de broa, regados com vinho verde das latadas do quinteiro.

No dia seguinte toca a adquirir mais estrumes da ria, do mar ou das fossas das habitações da vila, e todos eles, juntamente com o que peja o quinteiro, são espalhados na lavoura; trabalha a araveça, o arado e a grade, realizam-se as sementeiras de *grão maiado* e *grão miúdo*, armam-se os canteiros da banal couve galega e de outras hortaliças.

Ao domingo, às 4 horas da manhã, quer chova, quer venteje, lá vai a mulher com os cachopos, à missa das almas, e o marido, em casa com os filhos mais velhos, trata do gado e dos trabalhos rurais ou prepara-se para ir só a alguma feira vender a junta que acabou de cevar. É nesta ocasião, aí pelo Janeiro, que mata os cevados que lhe hão-de abastecer a salgadeira para todo o ano. Os bácoros que os hão-de substituir comprou-os já na feira do Mártir.

Chegado o mês de Maio e depois de obtidos os cortes de erva com que se alimenta o gado novo, volta a labutar pela aquisição de mais adubos. É que chegou a época da sementeira do milho verdial, do feijão e da ervilha. Depois vem a sacha, os desbastes, as arrendas, as regas, as plantações de novos canteiros de hortaliça. Para es-

tes amanhos e trabalhos diversos não há dinheiro, mas empenham-se as *arrecadas* e a *volta* e mais tarde, se o milho subir, talvez se desempenhem...

Se a lavoura é tão pequena e a família tão numerosa!

O compadre *brasileiro*, tirou-o mais uma vez de embaraços, emprestando-lhe algum dinheiro a juro fabuloso, e aconselhou-o a ir para o Rio. E ele lá partiu deixando a lavoura empenhada e a família quase sem pão, e recomendando à mulher que trabalhe e faça por desempenhá-la. E, desta forma, trabalhando sempre, sem descanso, obrigando a terra a produzir ininterruptamente, decorre a vida da família lavradeira da Beira Marinha».

5. ***O milho e os espigueiros***

O milho foi sempre o cereal mais cultivado na freguesia e concelho de Ovar, constituindo o principal alimento dos seus habitantes.

Antigamente fazia-se a arrematação da renda da *coima dos cães* que andassem soltos no tempo dos milhos.

O eng.º agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO, em 1912, na *Monografia da freguesia rural de Ovar*, informa que na freguesia de Ovar são afamadas as lavouras de S. João, de Cimo de Vila, Cabanões, etc., que «a cultura do milho predomina acentuadamente sobre todas as outras. Com efeito, enquanto estas ocupam apenas uma área não excedente a 600 hectares, o milho, só à sua parte, é cultivado numa superfície 5 vezes maior ou seja em 3.000 hectares». É quase a monocultura do milho!

Os *espigueiros*, pequenos celeiros onde os lavradores guardam e abrigam as espigas «até que chegue o momento de serem esbagoadas, o grão farinado e convertido em broa», são raros na região de Ovar. Nesta, os espigueiros ou *canastros* são «de planta rectangular, muito delgados e compridos. As paredes, de *ripas* ou *aduelas* postas ao alto, são seguras nos cantos e a meio por *colunas* ou *cunhais* de granito, cujas bases mais largas para o exterior facilitam o equilíbrio. A porta é sempre num topo. Assentam num bloco de alvenaria, *pé* ou *pegão*, onde se abrem os *postigos* de descarga das espigas, colocados de maneira a estas cairem directamente na eira». Estes postigos, «também chamados em Ovar *frestas* ou *boeiros*, e cujo número varia naturalmente com o tamanho do canastro, descarregam as espigas que caem por um alçapão aberto no *lastro* ou *laje*, quando se puxa a tampa de chapa de ferro» (FERNANDO BARBEDO GALHANO, «Os espigueiros de entre Douro e Minho», *in*: *Douro-Litoral*, 4.ª série, IX, 1952).

JORGE DIAS, ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO, nos *Sistemas primitivos de secagem e armazenamento de produtos agrícolas. Os espigueiros portugueses*, de 1961, incluem os espigueiros de Ovar, estreitos com as quatro paredes inclinadas, no tipo de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga.

6. ***Outros cereais***

O eng.º Agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO, em 1912, na *Monografia da freguesia rural de Ovar*, informa que «a cultura do arroz, que atingiu o seu máximo de produção entre 1851 e 1857, chegando a fornecer 200.000 litros, circunscreve-se hoje a umas pequenas *praias* que não chegam a dar 30.000 litros», e que «a área ocupada actualmente pelos arrozais é muito inferior a 500 hectares».

Superfície em *ha* no concelho *de outros cereais cultivados*

	Aveia	Centeio	Trigo	Cevada	Arroz
1945	51	37	9	12	43
1950	32	33	15	11	35
1955	49	38	18	5	35
1960	55	41	14	5	31
1965	203	124	22	8	25
1970	237	133	9	6	1

7. *O feijão e outros legumes*

Superfície em *ha* no concelho

	Feijão	Fava	Grão de bico
1945	3.323	0	1
1950	2.416	1	0
1955	2.430	1	1
1960	2.296	3	1
1965	3.730	7	0
1970	4.007	5	0

8. *O vinho*

Nos séculos XIV e XVI vários documentos, designadamente o *foral*, noticiam a existência de muitas vinhas na freguesia de Ovar.

JOÃO FREDERICO, em 1868, refere que «antes da deplorável epidemia das vides colhia-se aí muito vinho verde, de *enforcado*» (*Memórias e datas*). Foi em 1852 que apareceu o *mal das vinhas*, que reapareceu em 1869-1870.

Nas *Informações para a estatística industrial*, referentes a 1865, declara-se que «todo o vinho do concelho de Ovar é fabricado em pequenas vasilhas, pois não há lagares no mesmo concelho. A fabricação anual não tem excedido, depois da moléstia das vinhas, a 60,43 hectolitros de vinho, que é consumido nas localidades onde se fabrica».

Com a venda do pinhal municipal muito do seu terreno foi transformado em vinha, principiando-se em Janeiro de 1896 a plantação desta em grande escala, sendo de destacar os esforços nesse sentido do dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, «que não teve êxito apreciável, devido à natureza do chão, muito húmido» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 27/4/1950).

Também, como já se referiu, o dr. António Rodrigues Pinto, no Carregal, plantou «a primeira vinha com bacelos vindos do estrangeiro e em grande número» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

JOÃO VASCO DE CARVALHO, em 1912, na *Monografia da freguesia rural de Ovar*, deu-nos um panorama da cultura da vinha na freguesia de Ovar: – «A vinha que na freguesia ocupa uma área não superior a 800 hectares, abrangia, antes da invasão filoxérica, muito menor superfície. Nessa época era toda *enforcada* em carvalheiras e cerdeiras. Em 1882 a replantação com americanas iniciou-se com ardor e continuou até há pouco. As vinhas de enforcado desapareceram quase completamente encontrando-se apenas alguns pés nos limites de algumas propriedades onde a filoxera não logrou destruí-las.

Hoje, o que se encontra, é vinha baixa e em latadas. Estas localizam-se quase exclusivamente ao norte, nascente, sul e centro da freguesia. Pelo contrário, a poente e sudoeste só se encontra a vinha baixa. Uma e outra só produzem vinho verde, quase sempre tinto, às vezes com baixo grau de acidez, é certo, mas nunca passando de *amadurado*, isto é, entre verde e maduro.

A sua produção nunca vai além de 10º e a acidez fica quase sempre aquém de 5,5‰. São vinhos de nenhuma fama, exclusivamente consumidos na localidade. A quantidade total de vinho deve orçar por 5.000 pipas de 25 almudes».

Produção de vinho em hl no concelho

1960	2.830
1965	2.340
1970	1.586

9. ***As culturas pratense, pomícola e hortense***

Do século XIV temos várias referências ao cultivo de cebolas em herdades e casais da Arruela.

JOÃO VASCO DE CARVALHO, em 1912, na sua *Monografia da freguesia rural de Ovar*, informa que «a cultura pratense é explorada exclusivamente na terra do milho após a colheita deste» e «a cultura pomícola, que é insignificantíssima, exerce-se apenas em alguns exemplares disseminados por poucas propriedades». Quanto aos «hortados espalham-se por toda a freguesia numa área de 400 hectares, predominando no entanto de modo notável a nascente, particularmente em Cimo de Vila, Sobral, Sande e Guilhovai, que são os únicos centros produtores de importância. É a vila que os sustenta todo o ano, chegando no inverno, apenas, a exportarem-se alguns produtos – principalmente couve, cebola e nabiça – para os concelhos cicunvizinhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis e Feira.

Muitas outras hortas existem mas minúsculas, pois não há família lavradeira que não cultive, junto do seu *aido*, pelo menos um exíguo talhão de couve *galega* que lhe assegura por alguns anos e com pouco trabalho o *caldo verde* de cada dia.

Ao norte a horta rareia muito e a poente, na extensão de alguns quilómetros, chega quase a desaparecer em consequência de o solo ser de areia estreme e movediça, às vezes.

As variedades hortícolas de distinção, como já hoje (*1912*) se exploram largamen-

te entre nós nos arredores dos grandes centros de consumo, são ali desconhecidas. É acanhada e bem comezinha a lista: couves *galega, branca, penca* e *tronchuda*, repolho, cebola branca, nabo... e eis as mais importantes».

10. ***Animais de açougue e animais de capoeira. A atrelagem dos bois***

Em 1868, JOÃO FREDERICO, nas *Memórias e datas*, informava que «em tempos passados, mas pouco distantes, se criava bastante gado vacum e cavalar pelas ribas da praia, mormente do lado do mar, onde tinham grande pastio, e se não divisavam as enormes dunas de areia, que ora existem, bem como pelos dilatados terrenos maninhos, muitos deles hoje adonados e reduzidos à cultura».

Segundo JOÃO VASCO DE CARVALHO, «a exportação de gado de engorda para a Inglaterra, especialmente, e que durante cerca de 20 anos – 1857/1877 – constituiu uma das mais importantes fontes de riqueza agrícola, decaiu muito e com ela a praticultura».

Este mesmo JOÃO VASCO DE CARVALHO escreveu, em 1912, na *Monografia da freguesia rural de Ovar*, quanto a gados da freguesia de Ovar o seguinte: – «O número de cabeças de gado em toda a freguesia orça por 2.200 predominando acentuadamente o gado bovino que é representado por 1.100, e depois, por ordem de importância, o suíno (600), o caprino (300) e o ovino (200). O gado bovino existe, por toda a freguesia, excepto a poente e norte, onde há apenas insignificantíssimo número de exemplares. É a nascente e no centro, onde as lavouras mais se multiplicam que o gado daquela espécie predomina. Encontram-se em geral tipos indefinidos, ou mestiços de várias raças mas já tão abastardados que mal se adivinham as características do barrosão ou do mirandês, do arouquês ou do minhoto. Tipos perfeitamente definidos destas raças são raríssimos. Apenas em casa de algum lavrador mais abastado ou frequentador de feiras distantes se encontra uma junta barrosã ou arouquesa. A única raça, de resto vulgar na freguesia e que não tem sofrido tanto na alteração dos seus caracteres distintos é a *marinhoa*. Talvez o isolamento em que vive nas marinhas lhe tenha retardado o abastardamento que afecta todas as outras raças, não só em Ovar mas em todo o distrito».

O gado marinhão é «mais apropriado ao trabalho do que ao talho; no entanto muitos atingem bom peso depois de cevados», mas «como a função cevatriz do marinhão não é das melhores, os lavradores preferem-lhe os *serranos* (Beira), os *arouqueses* e os *castanhos*, os quais depois de engordados são exportados para vários pontos do país. Antigamente a exportação de gado de engorda para a Inglaterra era importantíssima; hoje quase se não faz.

As raças suínas que unicamente existem na freguesia são a *bísara* e a camponesa» e «raro é o lavrador vareiro que não tem pelo menos uma pocilga arrumada à casa de habitação ou ao fundo do quinteiro.

A espécie caprina, representada por 300 cabeças apenas, é quase exclusivamente destinada a abastecer de leite a vila. Os exemplares existentes são, segundo parece, da raça *jarmeleira*, já muito abastardada pelos cruzamentos com *charnequeira*.

O gado ovino, todo da raça *bordaleira*, pouca ou nenhuma importância tem na freguesia».

Quanto à «criação de gado cavalar, que tão bem podia exercer-se nos bamburrais da ria e constituir uma inestimável fonte de riqueza, não existe na freguesia».

É interessante referir que, em 1801, existiam em Ovar 101 mulas, 2 éguas, 11 éguas de serviço, 8 cavalos de serviço, uma égua de serviço com albarda, e 71 criados (MANUEL CASCAIS DE PINHO, «Mulas, éguas, cavalos... e criados!», no *Notícias de Ovar*, de 15/12/1988). E, em 1859, a freguesia de Ovar tinha 32 éguas (29 proprietários)».

Segundo ZAGALO DOS SANTOS, no passado, também «um ou mais criadores de gado bravo, dos campos de Montemor, aproveitavam as ervas que cresciam nos outeiros abrigados das areias do Furadouro, nas canículas de cada ano enviando para aqui as suas rezes».

Pelo *arrolamento geral de gados e animais de capoeira* de 31 de Dezembro de 1934 (1079 manifestantes na freguesia de Ovar), verifica-se que existiam na freguesia de Ovar os seguintes gados:

bovinos	1.844
suínos	536
ovinos	167
caprinos	72
asininos	18
cavalares	17
muares	14

E quanto a ***animais de capoeira***:

galináceos	7.705
pombos	2.794
coelhos	1.557
patos	82
perus	82

Já no *arrolamento geral do gado e animais de capoeira* efectuado em 15 de Dezembro de 1955 na freguesia de Ovar existiam (em 976 manifestantes):

Animais de açougue:

	Manifestantes	**Cabeças**
bovinos	726	1.974
suínos	746	1.329
ovinos	57	188
caprinos	6	27
muares	3	7
cavalares	5	5
asininos	0	0

***Animais de capoeira*:**

	Manifestantes	Cabeças
galináceos	943	7.525
coelhos	569	3.408
pombos	432	3.103
patos	32	174
perus	17	68
gansos	4	7

Finalmente, pelo *arrolamento geral do gado* às 0 horas de dia 8 de Dezembro de 1972 na freguesia de Ovar (1.061 manifestantes, 851 com exploração agrícola – sendo 839 com terra e 12 sem terra – e 210 sem exploração agrícola) existiam:

***Animais de açougue*:**

	Manifestantes	Cabeças
bovinos	802	2.376
suínos	759	1.905
ovinos	12	32
caprinos	10	16
equinos	6	13
muares	3	3
asininos	1	2

Em 1985, na freguesia de Ovar, quanto ao gado bovino, conviviam a *raça turina*, que surgiu no começo do século XX, e a raça *marinhoa*, que deve ter tido origem na raça mirandeza trazida para a região da Marinha (nesse ano não havia fêmeas desta raça).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO e BENJAMIM PEREIRA referem-se (*Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*, 1973) a três variantes dos *jugos de tábua* (jugos do noroeste): a *variante de Ovar* (com *canzis* e *brochas* ou *coleiras*, e simultaneamente com *piaças*. Sistema jugular e cornal); a *variante de Vila da Feira e da Maia* e a *variante do Minho*.

Variante de Ovar: – «Jugo de tábua plana, tendo no bordo superior um grande alteamento trapezoidal apenas a meio do jugo – o *castelo* ou *pente* (Avanca, Bunheiro) – que se destaca acima da *tranca*, baixa, cujas extremidades – os *braços* – rematam, em cada ponta, por um motivo curvo, em forma de semicírculo ou meio crescente, também elevado – as *luas*, *orelhas* (Avanca) ou *maçãs* (Bunheiro) –; o bordo inferior – o *rasto* (Bunheiro) – é linear. A decoração é entalhada, com poucos vasados, e, as mais das vezes, policromada. O rebordo superior do *castelo* e das *luas* é *encabelado*, com tufos de crinas pretas e brancas dispostas alternadamente. Este jugo – a que na

Ovar. Variante de Ovar.
In: *ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA E OUTROS,*
Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal, *1973*

sua área dão o nome de *canga* (Avanca, Vila da Feira, Vila Nova de Gaia, etc.) por oposição à variante de Vila da Feira – encontra-se no distrito de Aveiro, a partir do Vouga até praticamente ao Porto, com a sua maior incidência na região da Ria de Aveiro; e atinge, para o interior, as terras de Cambra, Arouca e Feira» (*Idem*).

«Os exemplares mais altos, ricos e característicos, vêem-se na zona de Ovar, onde o *castelo* atinge cerca de 50 cm acima da altura dos *braços*». O jugo da variante de Ovar «é fundamentalmente o jugo da Ria de Aveiro. E, nesta Ria, existe uma tradição muito importante de pintura popular, garrida e variada – as proas e rés dos barcos moliceiros. E isso poderia explicar a generalização da pintura nesses jugos, que os torna tão vistosos, e que poderiam ser admirados também nessas grandes feiras e romarias da Ria, onde se juntavam gentes das redondezas, copiando ideias aí vistas noutras gentes» (*Idem*).

11. ***A apicultura***

No que se refere à *apicultura*, em 1912, «é explorada ainda com os velhos *cortiços*, situados junto das habitações, nos sítios mais abrigados, e em número de 2 ou 3 quando muito, por cada lavradeira» e «o número de colmeias não vai, talvez, além de 150» (JOÃO VASCO DE CARVALHO, *Monografia da freguesia rural de Ovar*).

Em 1952 existiam na freguesia 400 cortiços e 100 colmeias.

No Museu de Ovar, a 21 de Agosto de 1977, abriu a 1.ª Exposição de Apicultura; e, a 16 de Julho de 1989, foi inaugurada a Sala de Apicultura (Sala Eurico Sequeira Gomes).

A 26 de Abril de 1988, no Furadouro, tiveram lugar as 1.as jornadas Luso-Galaicas de apicultura.

Escreveu sobre as abelhas o eng.º agrónomo DUÍLIO JOÃO COELHO MARQUES.

Apicultor e grande conhecedor da arte da criação das abelhas em colmeias e da utilização dos seus produtos (cera e mel), é o ovarense João Peixinho Carvalho Simão.

A festa da plantação da árvore (9 de Março de 1913)

A 9 de Março de 1913, realizou-se pela primeira vez em Ovar, por iniciativa dos professores, a *festa da plantação da árvore*, com o concurso dos alunos de todas as escolas, da Filarmónica Ovarense, da Comissão Municipal e de muito povo. Fizeram-se plantações em frente ou próximo das escolas oficiais.

A carreira de tiro militar (26 de Março de 1913). Tiro civil (1913-1949)

Colocado o 3.º Batalhão de Infantaria 24 em Ovar, impunha-se a existência de uma carreira de tiro de guerra e, nesta conformidade, a 11 de Dezembro de 1911, o comandante do batalhão pediu à Câmara a cedência de um terreno que pelas suas especiais condições pudesse ser utilizado para tal fim.

A Câmara pôs à disposição do ministério da guerra o terreno que encontrasse mais conveniente e a carreira, tendo como director o tenente de infantaria Augusto César Brochado Brandão, foi inaugurada a 26 de Março de 1913, servindo um dos caminhos municipais ao norte da estrada do Furadouro, para cá do Carregal, no local denominado do Pinheiro Alto (o caminho iniciava-se onde actualmente se acha o restaurante Sol e Sombra).

Nesse ano de 1913 foi levado ao conhecimento dos habitantes do concelho de Ovar e circunvizinhos de que o sinal de fogo era uma bandeira encarnada, içada no espaldão da carreira uma hora antes de começar o fogo, não devendo pessoa alguma passar na direcção norte da carreira até 3.000 metros de distância, a partir do espaldão.

Em 1913 foi concedida permissão, desde que se reunissem 21 atiradores, para na carreira de tiro do 3.º batalhão se realizarem exercícios de tiro civil. O 1.º exercício de tiro civil efectuou-se no dia 6 de Julho de 1913 sob a direcção do tenente Augusto César Brochado Brandão. No dia 1 de Março de 1914, agora sob a direcção do tenente Manuel Rodrigues Leite, abriu a *escola de tiro civil* a funcionar na carreira de tiro do 3.º batalhão.

A 16 de Junho de 1929 realizou-se na carreira o campeonato de tiro do distrito de Aveiro.

Com a transferência em 1929 do 3.º Batalhão de Infantaria 24, a escola de tiro foi entregue à Legião, ficando praticamente encerrada a partir de 1937, sendo então substituída por uma *carreira de tiro reduzido*, organizada pela sociedade de tiro n.º 25, da A.D.O., numa das salas deste clube, a de ping-pong.

O tiro reduzido veio a ter grande incremento em Ovar e uma nova carreira foi inaugurada a 1 de Agosto de 1938, pela A.D.O., na praia do Furadouro.

Na sessão camarária de 19 de Abril de 1949 o Presidente António Coentro de

Pinho, depois de informar que tinha sido autorizada a devolução da carreira de tiro à Câmara, registou o desgosto desta pelo desaparecimento da carreira, dado que a sua existência representava um melhoramento para o concelho, com a vantagem de poder continuar a praticar-se o tiro civil que durante anos fora um cartaz de propaganda para Ovar.

Com o regresso, oficial, à Câmara do terreno e mais pertenças, a carreira desapareceu definitivamente nesse ano de 1949.

Primeiro hospital da Misericórdia (até Maio de 1965), no terreno das Doroteias. Directores clínicos (24 de Abril de 1913 a 1976). O enfermeiro David dos Santos

O 1.º hospital da Misericórdia foi construído a poente do edifício do antigo Colégio das Doroteias.

Foram *directores clínicos* do hospital da Misericórdia (1913-1976):

1. Dr. Domingos Lopes Fidalgo (24/4/1913-19/1/1914)
Foi *provedor* de 3 de Julho de 1921 a 1927.
2. Dr. José Nogueira Dias de Almeida (19/1/1914-1917)
3. Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares (13/8/1917-1928)
4. Dr. José Duarte Pereira do Amaral (23/3/1928-1940)
5. Dr. Salviano Pereira da Cunha (4/2/1940-1946)
6. Dr. José Eduardo de Sousa Lamy (6/7/1946-1959)
7. Dr. João Baptista Nunes da Silva (1959-1965)
Foi *provedor* em 1928.
8. Dr. Álvaro Gomes Ferreira Alves (1966-1975)
Distinto cirurgião, filho de Joaquim Gomes Ferreira Alves e de Maria Emília Ferreira Alves, natural da freguesia de Paranhos, da cidade do Porto, casou com a dr.ª Lúcia Terlô Ferreira Alves, tendo falecido a 7 de Dezembro de 1992. Candidato pelo MDP/CDE, pelo círculo do Porto, nas eleições para deputados para a Assembleia Constituinte (25 de Abril de 1975), presidiu a um comício deste partido, no cine-teatro de Ovar, a 22 de Abril.

Dr. José Duarte Pereira do Amaral. Director Clínico de 1928 a 1940

Dr. Fernando Francisco de Carvalho Tigre.

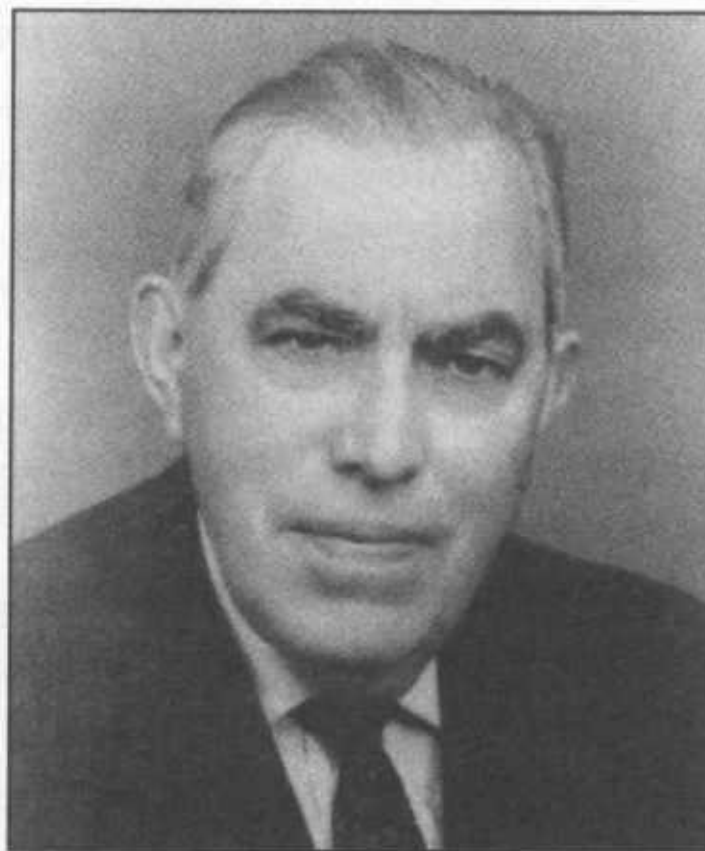
Primeiro hospital da Misericórdia (até Maio de 1965).
À esquerda, o Pavilhão da Cidade do Porto, iniciativa do jornal O Primeiro de Janeiro*;*
à direita, o Pavilhão do Povo de Ovar, construído por subscrição pública.

9. Dr. Fernando Francisco de Carvalho Tigre (1976)
Nasceu no Porto, na freguesia de Miragaia, a 23 de Maio de 1934, filho de Fernando Francisco Tigre e de Irene Teixeira de Carvalho Tigre, tendo casado com a dr.ª Maria Mendes Reis Costa de Carvalho Tigre, natural da Ponte da Barca.
Distinto médico, veio a ser o último director clínico do hospital da Misericórdia (22/10/1976-21/1/1982).

O enfermeiro David dos Santos, que nasceu em Povolide, Viseu, a 22 de Setembro de 1899, filho de José dos Santos e de Cristina de Jesus, e casou com Emília de Jesus Santos, foi durante cerca de 50 anos duma dedicação verdadeiramente exemplar para o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, tendo falecido, a 20 de Outubro de 1968, com 69 anos.

Sua mulher, que nasceu a 2 de Novembro de 1900, também em Povolide, filha de Duarte António e de Elisa de Jesus, foi também enfermeira do mesmo hospital, e veio a falecer a 23 de Agosto de 1982.

A filha do casal David/Emília, Leonilde de Jesus Santos, casou (1949) com Manuel Gomes de Matos, distinto funcionário público em Moimenta da Beira.

Em 1975, foi dado o nome de *Rua do enfermeiro David* à rua que começa na Avenida dr. Nunes da Silva, junto à Casa dos Pescadores, dirigindo-se para poente.

Enfermeiro David.
1899-1968

O primeiro (16 de Novembro de 1913) e o segundo (13 de Junho de 1915) mandatos do deputado dr. Pedro Chaves

O primeiro ministério democrático da presidência do dr. Afonso Costa fez *eleições suplementares* para deputados, vencendo em quase todos os círculos e criando uma maioria propriamente sua na Câmara. A nível nacional, das eleições suplementares resultaram 33 deputados democráticos, 2 evolucionistas e 2 unionistas. «Os monárquicos, mantendo-se na sua atitude de repúdio pela República, não concorreram às urnas e aconselharam a abstenção eleitoral» (DAVID FERREIRA).

Nessas eleições, que tiveram lugar a 16 de Novembro de 1913, foi proposto ao sufrágio eleitoral para a única vaga que havia no círculo de Estarreja – a do dr. Egas Moniz –, pelas comissões distrital, municipais e paroquiais republicanas desse círculo, o dr. Pedro Chaves.

O círculo *de Estarreja*, n.º 16, compreendia os concelhos de Espinho, Estarreja, Ovar e Vila da Feira (lei de 5 de Maio de 1911 e decreto n.º 188, de 27 de Outubro de 1913). O concelho de Ovar compunha-se de cinco assembleias eleitorais: *Arada* (com Maceda), com sede na antiga residência paroquial; *Esmoriz* (com Cortegaça), com sede na sala das sessões da Junta da Paróquia, antiga residência paroquial; *Ovar lado nascente*, com sede no prédio dos herdeiros de Gonçalo Ferreira Dias, no Largo de Almeida Garrett (Estação); *Ovar lado poente*, com sede nos Paços do Concelho e sala das sessões da Câmara; e *Válega* (com S. Vicente), com sede nas Escolas Oliveira Lopes.

A escolha deste ovarense foi acolhida com agrado na vila, nomeadamente pelos semanários *A Discussão* e *O Ovarense*, dada a agudeza de inteligência, o bom senso, a boa vontade e o bom carácter do candidato.

Nestas eleições, que foram as mais concorridas até à sua data, o dr. Pedro Chaves não teve, praticamente, oposição no concelho, onde estavam recenseados 1.903 eleitores e votaram destes 1.170 (percentagem de 61%).

Resultados no concelho de Ovar

candidatos		votos
dr. Pedro Chaves	democrático	1.156
Soares Branco	evolucionista	14
dr. Marques Vidal	unionista	0

Resultados no círculo n.º 16 (Estarreja)

candidatos		votos
dr. Pedro Chaves	democrático	3.439
Soares Branco	evolucionista	608
dr. Marques Vidal	unionista	92

Ovar, em 1913, ficou com dois deputados – António Valente de Almeida e o dr. Pedro Chaves. Porém, aquele não voltou ao Parlamento após a eleição deste, afirmando que era desnecessária a sua presença, dado que o novo deputado defenderia suficientemente os interesses locais.

A verdade é que o patrocínio pelo P.R.P. de Ovar da candidatura do dr. Pedro Chaves, republicano de fresca data, em detrimento das candidaturas de alguns republicanos *históricos* aquando a vila ainda tinha um representante no Parlamento, explicado por uma política de *atracção*, dividiu ainda mais os partidários do novo regime.

Em 1913 o Ministro das Finanças dr. Afonso Costa apresentou um orçamento não só equilibrado, mas com superavit, que foi considerado um prodígio. A bancarrota fora herdada da Monarquia que, desde 1852, não conseguira apresentar um só ano sem déficit.

Os republicanos locais rejubilaram, e com razão. Para *A Pátria* (de 3 de Julho de 1913) «Portugal ressurgiu. – Pois o Governo da República, mercê do patriótico esforço do dr. Afonso Costa, veio restabelecer de vez o crédito na Nação. Acaba-se de equilibrar o seu orçamento com um saldo positivo de 967 contos!!!».

A 14 de Dezembro de 1913 realizaram-se eleições das Juntas da Paróquia, travando-se pela 1.ª vez no concelho luta entre republicanos e monárquicos nas freguesias de Esmoriz e de Cortegaça, não havendo oposição nas outras. Em Esmoriz os monárquicos obtiveram a maioria e em Cortegaça a minoria.

Comentando este desastre eleitoral, que justificava por os monárquicos terem feito uso da religião, *A Pátria* (de 18 de Dezembro) afirmava: – «O nosso partido perdeu a maioria numa paróquia mas ganhou muito prestígio pelo seu proceder e pela sua correcção. É por isso que, moralmente, ganhámos».

A 13 de Junho de 1915 realizaram-se eleições para deputados (em número de 163) e senadores, de frouxa concorrência e que foram manifestamente favoráveis ao partido democrático Pelo círculo n.º 14 (Oliveira de Azeméis), a que pertencia Ovar, esteve para candidatar-se, pelo partido evolucionista, o ovarense capitão José de Oliveira Gomes (tenente-coronel, viria a ser Governador Civil de Coimbra em 1920) mas, tendo desistido de o fazer, só lutou o Centro Católico contra o partido democrático, senhor da vila e do concelho.

O *João Semana* aconselhou, então, os eleitores católicos a consultar *pessoas prudentes*, sobretudo os párocos, para votarem bem; e no caso de se propor pelo círculo n.º 14 como candidato o causídico e orador sagrado dr. Castro Meireles declarava que *todos os católicos do concelho* deviam em consciência dar-lhe o seu voto.

Em Janeiro de 1915 já o órgão católico local aconselhava – impunha mesmo – os seus correligionários a recensearem-se com vista às próximas eleições. «Não merece o nome de católico quem se não preparar para em tempo oportuno exercer o direito de voto, segundo os ditames da sua consciência e do seu patriotismo» (*João Semana*, de 3/1/1915).

Na tarde de 10 de Junho iniciaram em Ovar a sua propaganda eleitoral os candidatos a deputados católicos drs. António Augusto de Castro Meireles e José Hermínio Cardoso Correia, pernoitando na hospedaria de Francisco Júlio, no Largo do Chafariz. Cerca das 2 horas e meia do dia 11 foi lançada uma bomba explosiva que

produziu um estampido formidável e quebrou uns vidros daquela hospedaria, despertando o futuro Bispo do Porto e o seu companheiro.

Os democráticos locais, acusados de terem sido os autores da bomba de cobalto, negaram o facto, alegando, com razão, que a explosão só os prejudicara e, embora inequivocamente anticlericais, condenaram sem qualquer restrição o atentado.

No concelho de Ovar só houve, quanto a deputados, uma fraca oposição católica nas assembleias eleitorais de Arada, Esmoriz e Válega; na vila e freguesia de Ovar, a oposição, praticamente, não se manifestou, decorrendo as eleições sem incidentes e sem interesse.

Resultados, quanto a deputados, no concelho de Ovar

Assembleias eleitorais	democráticos	católicos	evolucionistas
Arada	137	52	0
Esmoriz	146	58	0
Ovar (nascente)	387	7	1
Ovar (poente)	278	1	0
Válega	301	115	0
Totais	**1.249 votos**	**233 votos**	**1 voto**

Venceu, assim, no concelho, a lista democrática por uma maioria de 1.016 votos. No círculo foram eleitos pela *maioria democrática* os drs. Pedro Chaves, Barbosa de Magalhães e Teixeira de Vasconcelos, e pela *minoria católica* o dr. António Augusto de Castro Meireles.

No País foram eleitos 106 deputados democráticos, 26 evolucionistas, 15 unionistas, 6 independentes, 2 socialistas e 1 católico, o dr. Castro Meireles.

Nos meados da década de 1910 o centro da *cavaqueira* em Ovar era a *Havanesa*, «o pouso habitual do vareiro que descansa, do capitalista que goza, do proprietário que espreita o rendeiro, do empregado que espera as horas da repartição. Ali o Palavra expõe as suas teorias sobre caldeiradas, o Vinagre fala sobre câmbios, muitos sobre interesses de companhas de pesca e em certa altura do dia o capitão Belmiro, com aqueles modos meigos e risonhos, convida o *Joaquinsinho* para uma sessão de atraca» (*A Luta*, de 7 de Agosto de 1913).

Dr. Pedro Chaves (54 anos). Foto de 1934.

A iluminação de Ovar a luz eléctrica
(1 de Dezembro de 1913)

Na sessão camarária de 16 de Setembro de 1903 foi apresentada pelo ovarense Luís Augusto de Lima uma proposta para lhe ser adjudicado o exclusivo do fornecimento de luz eléctrica, dentro de Ovar, para iluminação pública e particular.

A Câmara da presidência do dr. António dos Santos Sobreira decidiu, por maioria, pela substituição do sistema de iluminação a gás acetilene pelo de electricidade, com lâmpadas incandescentes de 16 velas, encarregando o Presidente de elaborar as bases e condições para o concurso respectivo, que foram aprovadas na sessão de 28 de Outubro daquele ano.

Os anos passaram e somente na sessão de 13 de Março de 1907 o cidadão inglês James Searle propôs à Câmara iluminar Ovar, comprometendo-se a apresentar as bases do contrato no prazo de 6 meses.

A 24 de Julho do mesmo ano a Câmara abre concurso por espaço de 30 dias para adjudicação do exclusivo da iluminação pública e particular, por meio de electricidade, concurso que fica deserto e outro, cujo prazo terminava a 9 de Setembro, fica também sem concorrentes; na sessão de 27 de Novembro abre-se novo concurso por 20 dias.

Na sessão extraordinária de 28 de Dezembro ainda de 1907 foi apenas apresentada uma proposta feita em carta fechada – a de James Searle, negociante, residente na Ribeira de Ovar. A Câmara da presidência do dr. Joaquim Soares Pinto deliberou fazer a adjudicação ao proponente, designando o prazo de 8 dias para a elaboração do contrato; na sessão de 2 de Janeiro de 1908 concedeu àquele James Searle mais um mês de prazo, além dos 8 dias fixados, para a celebração do contrato.

A 21 de Junho deste ano o *Jornal de Ovar* informava que «o sr. Mageon, engenheiro inglês, e representante da companhia de luz eléctrica desta vila denominada *Ovar Electric Suply Co.* deu princípio, na sexta-feira passada, aos trabalhos do levantamento da planta para os postes e cabos para a luz eléctrica».

Mas na sessão de 28 de Outubro James Searle requereu nova prorrogação – 70 dias –; a 13 de Janeiro de 1909 outra de 3 meses; a 14 de Abril ainda outra de 3 meses e a 4 de Agosto, finalmente, outra de um mês.

Tudo desilusões! Não se firmará o contrato para o fornecimento de luz eléctrica em Ovar com o único concorrente James Searle.

Veio a República e a iluminação de Ovar não correspondia às suas necessidades. A 3 de Maio de 1911 o Presidente dr. Pedro Chaves (a quem se deve o melhoramento, segundo o dr. Zagalo dos Santos) publicou edital abrindo concurso, pelo espaço de 20 dias, para o fornecimento de energia eléctrica para iluminação pública e particular da vila e assentamento da tracção mecânica de Ovar para o Furadouro; e na sessão de 29 de Maio apresentou as condições para o concurso, que foram aprovadas por unanimidade.

A Comissão Municipal Administrativa reuniu-se, extraordinariamente, a 24 de Junho de 1911, para proceder à abertura das propostas apresentadas que foram em número de três:

– *uma*, de Francisco de Matos, negociante da Praça da República, de Ovar, que se obrigava a fornecer a iluminação pública e particular pelo preço de 7$900 reis cada lâmpada de 25 velas, que foi posta de parte por ser excessivamente caro o preço;
– *outra*, de Luís de Brissac Neves Ferreira, proprietário, da Rua Maria Andrade, 36, da cidade de Lisboa, que se obrigava aos dois exclusivos, iluminação e tracção, sendo o preço da iluminação pública de 7$500 reis cada lâmpada de 25 velas, e o da particular, por meio de contador, de 170 reis o kilowatt-hora;
– e *ainda outra*, da firma comercial Soares de Almeida & C.ª, com sede na Rua Mousinho da Silveira, n.os 201 a 205, da cidade do Porto, que se obrigava ao fornecimento da iluminação pública e particular, pelo preço de 7$150 reis cada lâmpada de 25 velas, fazendo, respectivamente, os descontos de 5% e 10% nos preços de iluminação pública, logo que a média anual da energia fornecida diariamente, isto é, durante 24 horas, fosse superior a 150 ou atingisse 200 kilowatts-hora.

Tinhamos, assim, os seguintes preços para a iluminação pública:

Francisco de Matos	7$900 reis
Luís de Brissac	7$500 reis
Soares de Almeida & C.ª	7$150 reis (com descontos possíveis)

Estudadas as duas últimas propostas, a Câmara, por unanimidade, autorizou a presidência, na sessão de 30 de Junho de 1911, a outorgar o contrato de adjudicação com Luís de Brissac Neves Ferreira, dado que estabelecia também a tracção mecânica e favorecia os particulares no preço de iluminação, muito menor que o proposto pela firma do Porto.

No dia 1 de Julho lavrou-se a escritura de adjudicação dos exclusivos do fornecimento de luz eléctrica e estabelecimento de tracção mecânica de Ovar à costa do Furadouro, por 40 anos, entre a Câmara e o concessionário, e, na sessão do dia 3 do mesmo mês, a Câmara resolve submeter à aprovação do governo esse contrato.

Entretanto, é constituída em Lisboa a *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar*, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o objecto de «explorar as concessões dos exclusivos de iluminação eléctrica e tracção mecânica na vila de Ovar, dadas pela Câmara Municipal da referida vila a Luís de Brissac Neves Ferreira por escritura de 1 de Julho de 1911, lavrada na secretaria da referida câmara».

Com sede em Lisboa e com o capital de 10.200$000 reis, em acções de 5$000 reis cada uma, era administrada por «uma direcção composta de cinco membros, eleitos trienalmente pela assembleia geral, podendo ser reeleitos».

Foram nomeados membros da 1.ª direcção os cidadãos Luís de Brissac Neves Ferreira, dr. José Álvaro da Silva Pessanha, Carlos de Brissac Neves Ferreira, António Artur Ferreira da Silva e Joaquim Augusto Ferreira da Silva, estes dois últimos de

Ovar. A sociedade foi constituída por escritura de 3 de Agosto de 1911, outorgada perante o notário da capital José Peres de Noronha Galvão.

A 17 de Julho o concessionário Luís de Brissac pede autorização à câmara para ceder todos os direitos e obrigações adquiridos, em virtude do contrato celebrado com a Câmara, a favor da *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar.*

A sociedade não deu os resultados esperados «porque a sede da Companhia era em Lisboa e só dois dos cinco directores eram desta terra, entrou a mala-pata e não aparecia quem quisesse o papel» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 1/12/ /1949).

Até que no início de 1912 se reorganizou a companhia somente com ovarenses, cedendo o primitivo concessionário Luís de Brissac Neves Ferreira todos os seus direitos. A direcção ficou constituída por José de Oliveira Lopes, o maior accionista, Afonso José Martins e dr. António Baptista Zagalo dos Santos, mas, em Abril daquele ano, numa reunião agitadíssima foi nomeada nova direcção composta pelos cidadãos Afonso José Martins, José da Silva Ribeiro e dr. António Baptista Zagalo dos Santos.

No mesmo ano de 1912 surgem duas más notícias: o governo não aprova a adjudicação e Jorge Dias Valdez acciona a companhia. E mesmo em Ovar há quem queira mal à sociedade. *A Pátria* (de 7 de Março de 1912) é contundente: - «*Tartufos*. - Podemos afirmar que *alguém* tenta desviar quem deseja subscrever (acção para a instalação da luz eléctrica), levando o seu patriotismo até ao ponto de querer conseguir que *quem já subscreveu* volte atrás com a sua palavra».

Porém, a 14 de Julho de 1912 reuniu-se no edifício dos Paços do Concelho a assembleia geral dos accionistas que aprovaram os *estatutos* da *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar*, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Ovar, com o capital de 10.200$000 reis (a quantia de 2.000$000 reis achava-se representada pelo direito de aquisição de 1.500 m^2 de terreno feita a António Artur Ferreira da Silva e Joaquim Augusto Ferreira da Silva pela sociedade para edificações, mediante a entrega de 400 acções inteiramente liberadas) e com a administração «confiada a uma direcção composta de cinco membros efectivos (Afonso José Martins, dr. António Baptista Zagalo dos Santos, João Ferreira Coelho, dr. António dos Santos Sobreira e José da Silva Ribeiro) e de três substitutos, eleitos trienalmente pela assembleia geral, podendo ser reeleitos».

A 22 de Julho lavrou-se uma escritura de *alteração do contrato* de adjudicação dos exclusivos do fornecimento de luz eléctrica e estabelecimento da tracção mecânica de Ovar à costa do Furadouro; em Setembro a direcção da companhia assinou o contrato de aquisição de 3.922,62 m^{2}de terreno pertencente a António Artur e Joaquim Augusto Ferreira da Silva, da quinta da Rua Gomes Freire (nos quais se compreendiam os 1.500 m^2 da primitiva concessão); a 25 do mesmo mês, na secretaria da Câmara, lavrou-se a escritura de concessão dos exclusivos do fornecimento de luz eléctrica e estabelecimento de tracção mecânica de Ovar à costa do Furadouro, concessão feita pelo prazo de 20 anos, a contar da data da aprovação do contrato pelo governo, podendo então a Câmara tomar posse da sua exploração adquirindo-a pelo valor que tiver. Por decreto de 2 de Novembro de 1912 foi aprovado pelo governo o contrato.

Instalando a rede de luz eléctrica nas ruas de Ovar. Foto de Ricardo Ribeiro. In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1914*

Em 1913 a companhia contrata com a Siemens, de Lisboa, o fornecimento de máquinas e material eléctrico, e a fábrica de energia eléctrica, situada na Rua Gomes Freire, torna-se uma realidade.

A 17 de Outubro de 1913, fizeram-se as primeiras experiências dentro do edifício da central eléctrica, onde se viu pela 1.ª vez em Ovar a luz eléctrica; cerca das 20 horas do dia 18 fez-se a experiência nas ruas que da central ligam à Praça – Ruas Gomes Freire, Elias Garcia, Largo Serpa Pinto e Praça da Repúblicano –; a 22 fez-se a experiência de luz em toda a rede.

Fábrica da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar, na 2.ª década do século xx.
In: *Ângela Castro,* Memórias da urbe

A 3 de Novembro foram aprovadas pela Câmara as condições de fornecimento de energia eléctrica para iluminação particular.

A 1 de Dezembro é inaugurada a iluminação em Ovar. O Presidente da Câmara, dr. Pedro Chaves, e o juiz da comarca, dr. Gaspar Teixeira de Queirós Coelho de Castro e Vasconcelos, ligaram a corrente na casa das máquinas repleta de gente, tendo discursado os drs. Pedro Chaves e António dos Santos Sobreira. Organizou-se, depois, uma marcha *aux flambeaux* que, partindo da central, percorreu várias ruas de Ovar terminando na Praça da República onde, assomando à varanda dos Paços do Concelho, o dr. Pedro Chaves falou ao povo que enchia a praça.

Gastaram-se 10 anos (1903-1913) em propostas, concursos desertos, prorrogações de prazos, combinações, contas, relatórios e escrituras!

A 1.ª distribuição pública de electricidade para iluminação foi montada nos Estados Unidos em 1882. Só 31 anos depois chegou a Ovar! Porém, mesmo assim, o acontecimento só teve paralelo em Espinho, dado que só mais tarde Aveiro e as restantes povoações do distrito tiveram tal benefício.

A instalação tão cedo da luz eléctrica em Ovar foi obra dos republicanos locais que souberam criar um movimento bairrista que, recebido com entusiasmo, não tardou a obter o capital necessário para o fim em vista, contra a vontade de alguns.

Para *A Pátria* (de 8/5/1919) foi feita uma guerra infame à companhia com o fim de a aniquilar, pelos republicanos sidonistas: o mesmo semanário, com orgulho, afirmava em 1919 que Ovar tinha a melhor luz do País! Para *O Povo de Ovar* (de 1/ /12/1932) só alguns monárquicos contrariaram a obra feita «quase que meramente com capitais vareiros, em que entraram muitas modestas bolsas».

A companhia duraria até 1933, isto é, os 20 anos fixados no contrato, e os accionistas não receberiam um ceitil de remuneração do capital que arriscaram!

Desde Agosto de 1931, a povoação de Ovar principiou a ser fornecida de energia pela União Eléctrica Portuguesa (Lindoso), e não por maquinismos da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar.

O *João Semana* (1 de Janeiro de 1914), e *O Ideal Vareiro* (1 de Junho de 1916 - 1918, e 1933)

A 1 de Janeiro de 1914 surgiu em Ovar o primeiro jornal católico – o *João Semana* –, fundado pelos padres Manuel Rodrigues Lírio e José Ribeiro de Araújo, «uma pequena folha noticiosa e doutrinária, que nada tem nem quer ter com a política e os senhores políticos».

Para o órgão local republicano, *A Pátria* (de 15 de Janeiro), «encetou a sua publicação nesta vila, um jornal católico chamado *João Semana*. Vem abençoado pelo bispo do Porto e promete não entrar em questões políticas. Não acreditamos. Mas até ver, bom acolhemento».

Deste jornal, impresso em Viseu até 1974 e na Imprensa Pátria desde o ano seguinte, e que se publicou do 1.º ao 7.º número quinzenalmente, passando daí até 1 de Fevereiro de 1975 a semanal, e desta data novamente a quinzenário, foram seus directores:

Anno I | Ovar, 1 de Janeiro de 1914 | Numero 1

Director e editor: *J. M. Maia de Rezende*

Proprietario e administrador: *M. Ferreira Regalado*

JOÃO SEMANA

PUBLICAÇÃO QUINZENAL

Redacção e administração: Largo de S. Miguel—Ovar.

Toda a correspondencia deve ser dirigida á redacção do «João Semana»

Approvado e abençoado por S. Ex.ª Rev.ma, o Sr. D. Antonio Barroso, venerando Bispo do Porto

PREÇO DE ASSIGNATURA: Assignantes bemfeitores 500 reis. Assignatura annual ordinaria 240 reis. -- Numero avulso 10 reis.

Composto e impresso na typographia a vapor do Padre Villela & Irmão — Braga

Apresentação

Modesto, sem vaidades, se apresenta o nosso jornal. A sua corpulencia que perfeitamente se mede com dois palmos, está por sua vez a indicar que elle não nasceu para grandes tarefas nem com intuitos de revolucionar o mundo ou travar lucta com gigantes. Não traz desejos desordenados de combate. Não cinge a espada de Cavalleiro andante nem lhe formigam pruridos de estatelar Golias.

Não é guerreira a sua attitude.

João Semana é uma pequena folha noticiosa e doutrinaria, que nada tem nem quer ter com a politica e os senhores politicos, para professar unicamente o ideal da cruz, que deve ser o ideal de todos os homens, dessa cruz de quem um grande classico portuguez disse ser «mais formosa que todas as estrellas, mais forte que todos os exercitos, triumphadora de todos os inimigos, poderosa sem ser derribada nem vencida.» Por isso os seus amores serão o homem, a verdade e Deus e assim viverá alheada de tudo que possa dividir e indispôr os homens uns com os outros, com a verdade e com Deus.

Amiga do homem não esquecerá a sua essencia, o seu composto de corpo e alma, nem o seu fim social e eterno.

Amiga da verdade seguir-lhe-ha os passos, confessando-a deante dos homens sem se envergonhar d'ella, deffendendo-a onde a vir atacada, recordando-a e tornando-a amada onde a vir esquecida, odiada ou despresada.

Amiga de Deus rende-lhe todo o culto do seu amor e enfileira no pequeno, reduzado numero dos obreiros da sua copiosa messe.

Que Elle nos ajude e abençõe os nossos esforços, tornando-os fecundos em beneficios e fructos dignos da recompensa das suas promessas e não permitta que nos affastamos um apice do caminho proposto.

E ávante, sempre fieis no lemma que é tambem um corollario da doutrina que todos nós, os catholicos, deffendemos, e professamos e está nas palavras d'um grande doutor da Egreja: **Amar os homens e combater o erro.**

João Semana

Não é este um nome desconhecido em Ovar, nem, posto no frontispicio d'um jornal, pode ser achado como um nome de guerra. Deve pelo contrario despertar simpathia e amor em todo o leitor vareiro por evocar um vulto prestadio e bom que viveu entre nós e preparar no seu animo a melhor disposição para com a nossa gazeta. Porque se alguma coisa do titulo d'este jornal tem a passar para as sua columnas, será aquelle espirito de bemfazer que foi o melhor ornamento de *João Semana* e aquella sua aversão, quanto a nós em materia religiosa, que elle professava pelas innovações em questões de mediano. A nossa fé vem dos apostolos e aos apostolos se reporta. E tudo o que d'elles não vier directamente ou pela tradicção e a elles se não reportar, será posto fóra d'estas columnas e do ambito dos amores de *João Semana*.

—Mas então quem era o *João Semana?* perguntará alguem.

E' um nome litterario, dizemos nós, dos mais attrahentes que se leem nas paginas dos romances portuguezes. Mas não é só um nome litterario, o nome d'uma sombra entrevista na phantasia d'um escriptor imaginoso. E' nome d'uma figura d'homem corporeo, real, existente. Ouçam o que diz o *Almanaque d'Ovar para 1913*. «E' esta uma das figuras mais simpathicas e mais fielmente copiadas do natural que appareceu no lindo poema em prosa que todos ahi conhecem sob o nome de *Pupillas do Sr. Reitor*.

Julio Diniz, o suave paysagista das lindas aldeias do norte de Portugal, o terno colorista das bellezas rusticas d'esses povoados humildes, o que mais tem encarnado no romance a feição sentimental da genuina alma popular portugueza, achou um dia em Ovar esse typo, que elle retratou em tamanho natural, em corpo e alma, fielmente.

João Semana, que todos os amantes de boa leitura, tanto devem ter amado e admirado nas paginas das *Pupillas*, obra prima da nossa litteratura; essa bondosa e popular figura de medico, que os seus doentes consultavam sem ceremonia, na rua, ao vel-o passar-lhes á porta; que se commovia ante a pobreza e a miseria e occultava debaixo d'umas apparencias d'homem brusco e rude a mais adoravel delicadesa de sentimento, existiu ahi...

D'esta rudeza franca e d'esta delicadeza d'alma que são apanagio dos bons e dos sinceros, é que nós queremos seja espelho o nosso humilde semanario, alliados á intransigencia anti-modernista de *João Semana*.

Curiosidades

A Imagem de N. Senhora da Graça d'Ovar

Frei Agostinho de Santa Maria refere no seu *Marial* uma interessante lenda ácerca da Imagem de N. Senhora da Graça. Diz elle que na villa d'Ovar de cima, bispado do Porto, logo abaixo da Egreja Matriz, entre dois regatos, junto da ponte onde estes se encorpóram, appareceu uma imagem de Maria Santissima a que deram o nome de Senhora da Graça. Apparecera a imagem entre espessa moita d'arvores, sobre um penedo. Aos pés tinha uma inscripção em que se lia que a Senhora ordenava que naquelle mesmo sitio lhe edificassem um templo, que ella em paga livraria o povo d'Ovar da peste que então grassava no paiz. Os moradores da villa muito contentes, foram ter com o parocho, contar-lhe o que viram e este resolveu que a imagem fôsse conduzida para a Egreja matriz. Assim fizeram. Mas no dia seguinte a imagem tornava a apparecer entre as arvores junto á ponte. Aconteceu isto por diversas vezes. Convenceu-se então toda a população da villa que Nossa Senhora desejava effectivamente que sua imagem ficasse ali e trataram de lhe construir uma capella. Ali começou a Santissima Virgem a ser venerada com grande devoção e amor. A capella era muito linda. Toda guarnecida interiormente de azullejo, tinha o tecto decorado com bellos quadros biblicos de bom pincel, em sola. Os dois altares lateraes bem como o principal eram de talha rica, que ainda hoje se conserva na nova capella edificada ha poucos annos no sitio onde existiu a outra que por esse tempo da nova edificação foi demolida. A imagem lá está ainda linda e perfeita não obstante ter sido em tempos despojada de certos adornos que o povo tirava e levava como reliquias.

João Semana, de 1 de Janeiro 1914.

1. Padre José Maria Maia de Resende	1/01/1914-1917
2. Padre Manuel Rodrigues Lírio	14/10/1917-1952
3. Padre Agostinho de Oliveira Félix	3/12/1953-1974
4. dr. Urgel de Oliveira Militão	1/02/1975-1976
5. José Manuel Ferreira Casaca	15/02/1976-2000
6. Padre dr. Manuel Pires Bastos	15/05/2000-

Foi seu administrador Manuel Ferreira Regalado, seu editor José Soares Ribeiro e é actualmente propriedade da paróquia de Ovar, tendo a sua redacção na Avenida do Bom Reitor.

O semanário em breve se tornou o órgão dos católicos intransigentemente monárquicos, afastando-se mesmo dos *calolaicos*, isto é, dos católicos ovarenses que aderiram à República. As polémicas com *A Pátria* não tardaram a surgir...

Segundo *A Pátria* (de 24 de Junho de 1915), «publica-se em Viseu um jornal jesuítico que tomando em cada terra um nome diverso, conforme as necessidades, vai assim espalhando o veneno por toda a parte».

O *João Semana* foi *suspenso* pela autoridade administrativa de Ovar a 24 de Dezembro de 1916, reaparecendo a 14 de Janeiro de 1917. Nesse interregno foi substituído por um jornal de ocasião – o *Mensageiro Paroquial* – de que saíram dois exemplares.

O motivo da suspensão do «jornalzinho politicamente inocente, meramente religioso» (*Mensageiro Paroquial*, de 31/12/1916), foi «o ter o senhor administrador do concelho (*de Ovar*) informado para a 5.ª divisão o seguinte: 1.° – que o *João Semana*, tendo a sua sede da Redacção, em Ovar, não se apresentava à censura; 2.° – que era um jornal desafecto ao regime».

Mas para o órgão católico local (*João Semana*, de 21 de Janeiro de 1917), «devemos, porém, dizer a quem parece ignorá-lo, que a lei que estabeleceu a *censura prévia*, determinou que os jornais podiam ser apresentados à censura na terra onde se imprimissem; segundo que um jornal meramente religioso não tem nem deixa de ter afeição ou desafeição aos regimes».

A censura prévia foi estabelecida pela lei n.° 495, de 28 de Março de 1916, aos periódicos enquanto durasse o estado de guerra, o que já vigorava em todos os países aliados. *O Ideal Vareiro*, que a 1 de Janeiro de 1917 lastimava a suspensão do *João Semana*, queixa-se da censura a 20 de Junho de 1917 e a 24 de Abril de 1918.

Num artigo publicado a 15 de Abril de 1917 no *João Semana*, que era impresso nas oficinas da *Revista Católica* de Viseu, o padre Maximiano de Almeida, sob a epígrafe – *O casamento civil e o casamento religioso* –, afirma que o casamento civil não é sacramento e que por isso os católicos casados só civilmente não estavam à face da igreja e da consciência católica validamente casados, estavam amancebados.

O Administrador do Concelho de Ovar, Isaac Júlio Fonseca da Silveira, pelo facto do artigo contender com a Lei da Separação, participou-o às autoridades, originando dois processos – um judicial e outro disciplinar – contra o autor do mesmo, que foi castigado pelo Ministro da Justiça com um ano de proibição de viver no concelho de Viseu e limítrofes.

tor—P.e Maximiano d'Almeida
Administrador e proprietario
Alfredo Paes Pereira dos Santos

EDITOR
P.e Manuel d'Almeida de Jesus

Redacção, administração, typographia e impressão—RUA SILVA GAYO, N.os 42 a 4
VIZEU

O EVANGELHO

ningo dentro da oitava do Natal

N'aquelle tempo estavam o pae
não de Jesus admirados d'aquel-
oisas que se diziam do Meni-

E Simeão os abençoou e disse
Maria, sua mãe: Eis aqui
posto este Menino para
e para salvação de mui-
m Israel e para ser o al-
o qual atire a contradic-
e uma espada trespassa-
tua mesma alma, para que
n revelados os pensamen-
e muitos corações.
Havia tambem uma pro-
sa chamada Anna, filha de
uel, da tribu de Aser: es-
via chegado a uma eda-
vançada e tinha vivido
annos com seu marido
e a sua virgindade.
E achava-se viuva, de eda-
e oitenta e quatro annos;
al não se apartava do tem-
ervindo a Deus de noite
dia em jejuns e orações.
Esta, pois, sobrevindo na
na occasião, louvava ao
hor e fallava do Menino a
s os que esperavam a re-
pção de Israel.
E depois que elles cum-
n todas as coisas segun-
lei do Senhor, voltaram a Ga-
para a sua cidade de Nazareth.
Entretanto o Menino crescia e
ortificava cheio de sabedoria, e
aça de Deus estava com elle.

(Do cap. III de S. Lucas).

REFLEXÕES

osé não tivera parte nenhuma na
ão humana de Jesus, pois o Ver-
ivino incarnou no seio virginal de
a por obra do Espirito Santo:
et virtus Altissimi obumbrabit tibi, como o Anjo annunciou á Virgem de Nazareth. Todavia S. José é chamado *pae* de Jesus, porque foi elle que durante a infancia o alimentou, porque assim era considerado e porque, tendo Jesus nascido de sua esposa, em legitimo casamento, d'algum modo lhe pertencia o titulo e a auctoridade de pae.

—José e Maria admiraram não se

Nossa Senhora e o Menino

o que no Templo de Jerusalem o velho Simeão dizia do Menino, mas tudo o que desde a Annunciação do Archanjo se tinha passado. Uma virgem concebe; Isabel, esteril, gera; Zacharias, mudo, falla; a mesma Isabel prophetisa; João salta de contente no ventre materno; os magos véem a Belem; a prophetisa Anna reconhece-o; Simeão espera-o. Que admiraveis prodigios! Como não se sentiria cheia de jubilo a alma de Maria Santissima e a de S. José?

Mas eis que o velho Simeão, diri-

te futuro: *Este menino está post(o) para ruina e resurreição de muito(s) em Israel e será alvo de contradic(ções) e a vossa alma, ó Maria, ser(á) atravessada por uma espada (de) dôr)*...

Sim, Jesus que vem para a todo(s) salvar, será para muitos occasião d(e) eterna desgraça. Porque uns, orgulho(s)os, não quererão crer na sua doutr(ina) sublime; outros se recusarão a ob(servar) a sua lei santissima; ou(tros) desprezarão os meios eff(i)cacissimos de salvação que E(l)le nos deixará na sua Egreja.

Ah! são infelizmente muito(s) aquelles para quem a doutrina, exemplos e morte de Jesus sã(o) inuteis ou, antes, motivo de con(demnação)! Elles não poderã(o) allegar ignorancia, porque nã(o) faltou quem lhes ensinasse doutrina christã; não poderã(o) allegar falta de meios de salva(ção), porque elles abundam n(a) Santa Egreja.

Mas alguns não só despre(za)zem essa doutrina e esses meios mas erguem-se contra o Senhor dizendo horriveis blasphemias, heresias e calumnias, perseguin(do) o Salvador na sua Egreja (e) nos seus ministros, arrancando a fé ás almas que o seguem, es(candalisando) os innocentes.

Oh! como atravez dos secu(los) se vem realisando a prophe(cia) de Simeão: «Elle será *signum cui contradicetur*, alvo de con(tradições)!

Foi-o na sua vida mortal (e) continúa a sê-lo, apezar de j(á) terem decorrido dezenove secu(los). Legiões d'amigos téem d(ado) a vida por Elle; legiões d(e) inimigos o tem combatido.

Mas emquanto aquelles téem en(contrado) na morte a eterna gloria, es(tes) téem descido á eterna desgraça.

Quem, d'entre os mortos e d'entre os vivos, é objecto de tão vivo amor e do odio tão feroz, como Jesus Christo?

Ninguem, por certo.

Ah! Quando tantos inimigos o perseguem e tantos maus christãos o abandonam, redobremos nós de amor e zelo, defendamo-lo com coragem, profe...

Mensageiro Paroquial, de 31 de Dezembro de 1916.

Ironicamente, o órgão republicano local (*A Pátria*, de 26 de Abril de 1917) ripostou ao artigo publicado no *João Semana*:

Definições. «Boas almas que por aí vivem, afirmaram que o casamento civil é uma mancebia. Ora vejam lá! Agora esperemos a continuação das definições porque eles prometeram dizer o que é aquela situação de certos reverendos com as nédias e anafadas governantas. Esse por certo é que é um casamento... *sagrado* dada a qualidade do noivo. Que sacratíssimos... *homens de bem*!».

A comissão *ad hoc* para a imprensa, rádio, televisão, cinema e teatro, decidiu punir com a pena de *suspensão* por 60 dias o *João Semana*, pela publicação a 2 de Novembro de 1974 dos artigos intitulados «Foice e martelo, símbolo sinistro» e «Para nos vermos livres do comunismo», considerando que o semanário, fazendo tábua rasa de declarações de responsáveis pelo regime instaurado a 25 de Abril, procurou «implicitamente dar uma visão dos acontecimentos tendenciosa e alarmista que, de forma alguma, corresponde à situação objectiva vivida no País».

A 9 de Novembro de 1974 o *João Semana* comunicou aos seus leitores que os artigos em causa não eram da autoria do seu director, nem da sua responsabilidade directa. É que «há já bastantes anos que, por motivos económicos, este jornal é composto e impresso juntamente com outros semanários, em Viseu. A primeira e segunda páginas desses jornais são portanto comuns».

O *Notícias de Ovar* (de 12 de Dezembro) lamentou a suspensão, considerando-a injusta.

O *João Semana* foi, entretanto, citado como exemplo de panfleto reaccionário no Relatório de 11 de Março.

Ora impresso em Ovar, primeiramente na Imprensa *Pátria* (até 15/3/1997), e, posteriormente, na Tipografia *Ideal Ovarense, Limitada*, o *João Semana* reapareceu, como quinzenário, a 1 de Fevereiro de 1975 e a 1 de Julho este jornal afirmava-se católico, apartidário, não enfeudado a qualquer ideologia política.

A 1 de Junho de 1916 começou a sua publicação quinzenal *O Ideal Vareiro*, tendo como director e editor até 1 de Novembro Alfredo Fonseca Santos.

Elucida-nos o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962) que «a partir desta data, substituiu-o o senhor Dr. António Gonçalves Santiago, distinto advogado e notário da comarca, que se formara em Coimbra em 1912, tendo sido, anteriormente, auditor administrativo em Leiria. Em 15 de Janeiro de 1917, sendo administrador e editor o senhor José Augusto Lopes Fidalgo, escrivão de direito, o corpo redactorial foi constituído pelos senhores Dr. Santiago e Alfredo F. Santos. Em 28 de Fevereiro passou a publicar-se semanalmente, às quartas-feiras.

A partir de 23 de Janeiro de 1918, a direcção ficou exclusivamente nas mãos do Sr. Dr. Santiago, que somente a deixou em 5 de Junho, quando suspendeu a sua publicação».

O *Ideal Vareiro* veio a reaparecer a 1 de Janeiro de 1933, mas teve a vida efémera, dado que viveu apenas até 15 de Abril desse ano.

Ainda segundo o dr. ZAGALO DOS SANTOS, «apresentou-se com dois directores, os senhores doutor António Rasgado Rodrigues, médico pela Escola Médica de Lisboa, e Mário Brandão, industrial, e um corpo redactorial tão numeroso como brilhante e

cheio de possibilidades realizadoras e fé para criar e manter um bom jornal, assim constituída: Dr. António Augusto Baptista Fragoso, médico pela Escola Médica do Porto, poeta mimoso, Fernando Novais, contabilista, Bernardino Silva, empregado de cartório e poeta, e Mário da Cruz Almeida, habilíssimo fotógrafo, a quem incumbia a parte artística. O editor foi o senhor Manuel Gomes Pinto».

ANO I — Ovar, 1 de Junho de 1916 — N.º 1

O IDEAL VAREIRO

QUINZENARIO LITERARIO E BAIRRISTA

Dirétor e Editor — Alfredo Fonseca Santos

Propriedade da Empreza de O IDEAL VAREIRO

Comp. e imp. — Imprensa Patria — R. Antero do Quental

Redáção e Administração

Rua de Antero do Quental, 36 — Ovar

Expediente

Todos os individuos, especialmente os nossos conterraneos que receberem o 1.º numero e não o devolverem, são considerados, **ipso facto** *assinantes, o que muito penhoradamente agradecemos.*

E desde já uma boa nova lhes damos: é que se o favor dos presados assinantes corresponder ao nosso esforço, esperamos, dentro em breve, tornar o jornal semanario.

A Empreza.

"O Ideal Vareiro"

Sem apresentações, desprezando todas as prolixidades superfluas, desadorando mesmo os principios vigentes da boa pratica jornalistica, aparece «O Ideal Vareiro», o mais humilde quinzenario de todos os que circulam nesta abençoada terra.

Não possuindo uma colaboração esmerada, tendo simplesmente a seu lado um grupo inexperiente de rapazes ainda mal exercitados no trato das lettras, «O Ideal» não surgirá comtudo sisudo e circumspecto, pitadeando judiciosamente os principios racionaes da philosophia cartesiana, avincando a fronte já meio rugosa, numa inducção «á priori» da existencia do absoluto.

Não será tambem um idealista, um louco visionario, que se arrebate em lances vertiginosos d'alta critica, por essas regiões estonteantes de Nepheli...

* * *

Acolhe-lo-ha com certeza a boa vontade de todos os nossos conterraneos. Demais, elle é essencialmente bairrista, pugna tão sómente pela prosperidade da nossa querida terra.

Idéas politicas, não as tem. Prescindindo mesmo d'um certo aticismo, d'uma encantadora graça aristophanica, o nosso quinzenario reserva-se o direito de criticar os factos como lhe parecer, e não como lhe convier. Porque, julgamos nós, um jornal não deve sair dos prelos para agradar sómente ao meio em que vive, mas tambem para cumprir o fim a que se destina.

E dadas estas instrucções passageiras, estes prolegomenos rudes, como rude e ignorante é o cerebro que os dita, lancemos mãos á obra e comecemos esperançosos o nosso humilde trabalho.

AMAR-SE

Quais são os homens mais sympathicos uns aos outros?

São os cultivadores, porque *«s'ment beaucoup»* (semeiam muito) e *«s'aiment beaucoup»* (amam-se muito).

Parnaso vareiro

ANELOS

Nesta vida de lagrimas e dôr,
Em brandas illusões adormecido,
Quizera ter sómente o teu amor
E comtigo viver sempre esquecido:

Quizera ser a luz que te alumia,
Ou a flôr que ao teu peito vai sonhar e
sonhar esse perfume que inebria
Os meus delicados sonhos côr de rosa;

Quizera ser as pedras do caminho,
E ao perpassar's risonha, anjo adorado,
Osculando os teus pés dizer baixinho:
«Como é dificil amar sem ser amado!»

Quizera finalmente — ó que ventura!
Ser o teu coração, viver doirando
Num effluvio de amor e de candura
As illusões que fosses desfolhando...

Tomé da Povoa.

Quinzena vareira

Flôr pisada

«Caiu do céu uma estrela
Sobre a lama duma estrada
E a Sorte fez logo della
Uma mulher desgraçada.»

D. N.

Ao contrario de quasi toda a gente, passo mal os domingos...

As horas da manhã principalmente, rolam, por sobre mim, pesadas como monolitos, hirtas como cadaveres, funereas como ciprestes... E porque?

Porque *a* vejo todos os domingos, pela manhã, atravessar a Praça, onde deixo correr uns fugazes minutos, como *mirone* atediado...

Logo que *ela* me aparece e passa á minha beira, andrajosamente coberta com umas roupas negras e esquálidas, agarrando-se a um pequeno pau e com elo escorando a anatomia devastada... eu fico pensando scismadoramente, alheiado de tudo e de todos, nesta enorme e envincilhada teia da vida, cheia de malhas tão traiçoeiras e fatais que a creatura enrodilhada nelas, jámais trilhará outra vereda que não seja a do crime ou a do vicio, com toda uma comitiva entenebrecida de miserias, dôres, soberanamente indiziveis, quasi infinitas...

Ela passa... Eu, fatidicamente imanizado, poiso demoradamente os olhares sobre esse cadaver andante, simulacro de vida, esfinge vagamente animada...

Sigo-a, por momentos, com os olhos, e vou soletrando o arrasamento, a excavação, que o vicio fez naquele corpo torvamente animado.

Como que num arranco de desafio á morte, soergue, quasi altiva a grimpa da figura, amarelecida e desalinhada... E naquele *rictus*, que é toda a sua expressão pictural, paira sobre a camada dum imbecil torpor, o raio fulminante dum anatema!...

Anatema contra quem a vendeu, anatema contra todos os que a compraram, a conspurcaram e a pisaram, e por ultimo, ou a desprezam como um trapo inutil, ou a lastimam farisaicamente, sem se condoerem da Sorte da Desgraçada com uma esmola... não já para a gosar, flôr pisada, mas para lhe quebrar alguns espinhos que enchem, hirsutos, o curto caminho que percorrerá, já agora, té á sepultura!...

Continuo a soletrar... Cavados no rosto, uns olhos mor-

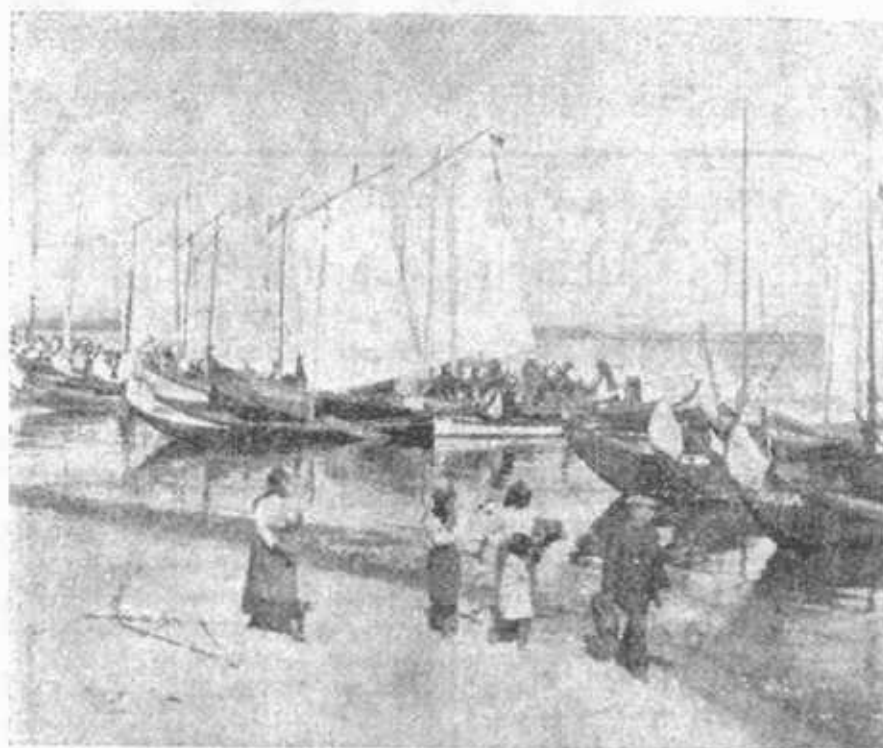
O Ideal Vareiro, de 1 de Junho de 1916.

O IDEAL VAREIRO

(2.ª Fase) — Ano I - N.º 1

Semanário ilustrado de informação
— e propaganda regionais —

1 de JANEIRO de 1933

Ao reaparecer, "O IDEAL" abraça, na mesma aüdação entusiástica, os seus antigos colaboradores, a Região e a Imprensa.

ASPECTO DA RIA DE AVEIRO

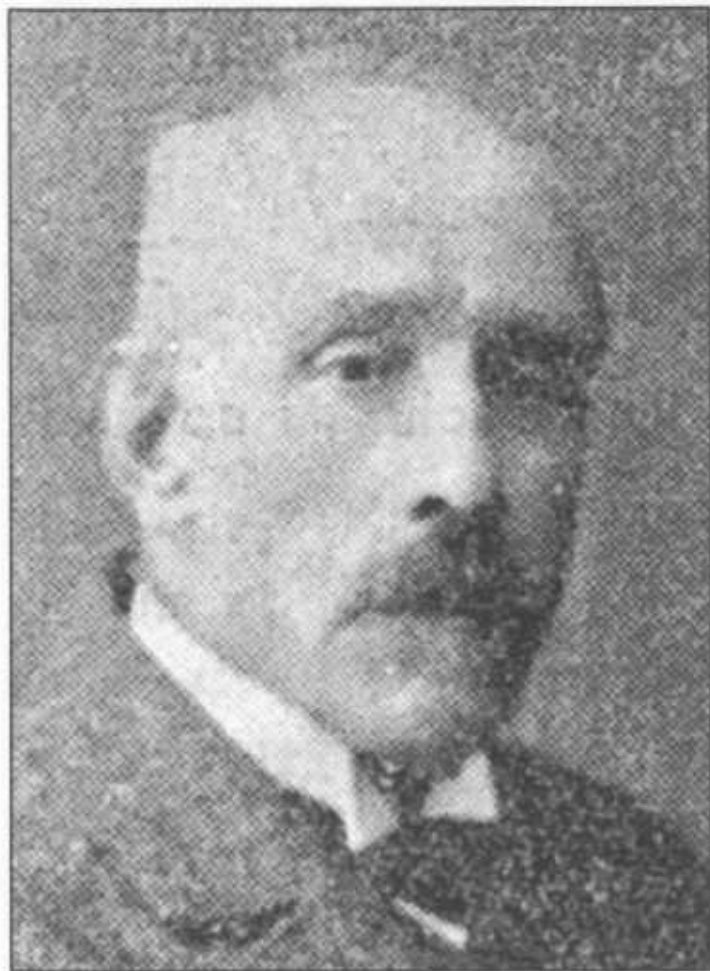
UM TRECHO MARGINAL DA RIA DE AVEIRO

(Cliché Ricardo Ribeiro — Ovar)

O Ideal Vareiro, de 1 de Janeiro de 1933.

O Presidente da Câmara Celestino Soares de Almeida e a segunda Câmara democrática (2 de Janeiro de 1914 a 24 de Abril de 1915, e 16 de Maio de 1915 a 2 de Janeiro de 1917). O Presidente da Comissão Executiva António Valente de Almeida (2 de Janeiro de 1914 - 2 de Janeiro de 1918) – Relação dos Presidentes das Comissões Executivas da Câmara Municipal (1914-1926). O matadouro (1 de Agosto de 1914), e o revestimento das ruas de Ovar a paralelepípedos (1914-1964) . O Secretário da Câmara Municipal Manuel Augusto Nunes Branco (13 de Julho de 1915-1945)

Eleita a 30 de Novembro de 1913 para o triénio de 1914-1916, a Câmara *democrática* presidida por Celestino Soares de Almeida tomou posse a 2 de Janeiro de 1914, tendo sido dissolvida na ditadura do general Pimenta de Castro, com base no decreto n.º 1.488, de 9 de Abril de 1915.

A 24 de Maio de 1915, o decreto n.º 1.578 declarava írrito o decreto n.º 1.488 e reintegrava nas suas funções os corpos administrativos dissolvidos, isto é, aquela Câmara *democrática*, que voltou a governar o concelho de Ovar de 16 de Maio de 1915 a 2 de Janeiro de 1917.

Celestino Soares de Almeida.

Capitalista, natural de Ovar, filho do alfaiate André Miguel Soares de Almeida e de Maria Bernarda Valente, naturais do Porto, Celestino Soares de Almeida esteve na infância no Rio de Janeiro e aí assistiu à implantação da República no Brasil.

Foi fundador do partido republicano local, a 16 de Janeiro de 1907, efectivo da sua 1.ª Comissão Municipal neste ano, e vereador efectivo na lista republicana às eleições camarárias de 1908.

Vice-presidente na 1.ª Câmara *democrática* da presidência do dr. Pedro Chaves, de 10 de Outubro de 1910 a 1913, foi eleito Presidente com 53 anos, tendo sido expulso deste cargo pelo Governador Civil de Aveiro, nos termos do decreto da ditadura do general Pimenta de Castro que autorizava a dissolução dos corpos administrativos que não cumprissem os decretos do governo ou incitassem o povo à rebelião.

Reassumiu as suas funções a 16 de Maio de 1915 e nestas se manteve até 2 de Janeiro de 1917; tendo, então, sido adiadas *sine die* as eleições dos corpos administrativos, pelo decreto de 2 de Novembro de 1916, foi Presidente da Câmara ainda de 2 de Janeiro de 1917 a 2 de Janeiro de 1918.

Faleceu, solteiro, com 76 anos, na Rua Visconde de Ovar, a 14 de Janeiro de 1937, tendo tomado parte no seu funeral os drs. Domingos Lopes Fidalgo e José Eduardo de Sousa Lamy.

Pela lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, a Câmara Municipal de Ovar compõe-se de 24 vereadores!, eleitos directamente pelos cidadãos inscritos no recenseamento, e que servem por três anos civis, a contar de 2 de Janeiro imediato à eleição ordinária.

João José Alves Cerqueira foi o vice-presidente desta Câmara *democrática*, constituída por:

capitalistas	1
comerciantes	11
farmacêutico	1
industrial	1
lavradores	3
militares	1
proprietários	5
ourives	1

Entre os vereadores destacavam-se o padre António Pereira de Resende, de Arada; o deputado e comerciante António Valente de Almeida; o capitão do Ultramar Belmiro Ernesto Duarte Silva; o farmacêutico Ernesto Augusto Zagalo de Lima; o comerciante Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*; o comerciante José Gomes da Silva Bonifácio; o capitalista de Válega José de Oliveira Lopes; o industrial Lino Coelho Brandão; o proprietário Manuel André de Oliveira Júnior; o comerciante Manuel Augusto de Oliveira Salvador; e o ourives Manuel Dias de Carvalho.

No concelho passou a funcionar uma *comissão executiva*, delegada do respectivo corpo administrativo, composta de 7 vereadores. Como poder executivo do município tinha esta comissão as atribuições de executar e fazer executar todas as deliberações da Câmara; administrar todos os bens e estabelecimentos municipais; dirigir todas as obras e serviços a cargo da Câmara; organizar e submeter ao exame e aprovação da Câmara o orçamento municipal, etc.

A *1.ª comissão executiva da Câmara Municipal* ficou assim constituída:

Presidente	António Valente de Almeida
Vice-Presidente	Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva (de 10 de Outubro de 1914, José de Oliveira Lopes).
Vereadores	Ernesto Augusto Zagalo de Lima
	Francisco da Silva Brandão, comerciante
	Joaquim Augusto Ferreira da Silva, comerciante
	José de Oliveira Lopes
	Manuel Augusto de Oliveira Salvador

Relação dos Presidentes das Comissões Executivas da Câmara (1914-1926)

1. *António Valente de Almeida* (2/2/1914-2/1/1918)
2. *José de Oliveira Lopes* (2 a 26/1/1918)

1.ª presidência.

3. *Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares* (12/8/1919)
1.ª presidência.
4. *José Maria Cabral* (2/1-4/5/1923)
5. *José de Oliveira Lopes* (2/1-25/10/1924)
2.ª presidência.
6. *Manuel André de Oliveira Júnior* (2/1/1925)
7. *Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares* (1926)
2.ª presidência.

Em 1908 *A Pátria* apontava a necessidade urgente dum novo matadouro, dada a pequenez e o pouco asseio do existente – armazém com cerca de 60 anos que já não correspondia às necessidades da população e não satisfazia aos mais rudimentares princípios de higiene. Porém, só na sessão camarária de 12 de Dezembro de 1910 o dr. Pedro Chaves, a quem se deve o matadouro, conseguiu a aprovação, por unanimidade, duma proposta nesse sentido.

Na sessão de 13 de Maio de 1912 discutiu-se a localização do novo matadouro: no terreno que a Câmara possuía no Areeiro, com insuficiente ventilação, má exposição e sempre inundado, ou no terreno situado no Casal e pertença do dr. José Nogueira Dias de Almeida, que aceitava trocá-lo pelo da Câmara recebendo a diferença de valor deles em dinheiro?

A câmara aprovou, por unanimidade, esta última solução e na sua sessão extraordinária de 24 de Maio de 1912 acordou em receber do dr. Nogueira de Almeida 15.238 m² de terreno no Casal, dando-lhe em troca 9.279 m² de terreno do areal no Areeiro.

Na sessão de 29 de Junho é aprovado o projecto e orçamento no valor de 6.450$000 reis; a 18 de Agosto é lavrada a escritura de permuta de terrenos entre a Câmara e o dr. Nogueira de Almeida; e a 15 de Setembro a construção é adjudicada ao empreiteiro de obras públicas Joaquim Ferreira de Azevedo, de S. Tiago de Riba Ul, por 5.939$000 reis, com a estipulação de que o edifício devia estar concluído no prazo de um ano.

O matadouro municipal. 1914-1990 | Foto de Ricardo Ribeiro.
In*:* Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1915*

Na sessão plenária de 24 de Abril de 1914 é aprovado o *Regulamento do Matadouro de Ovar e da Polícia e Fiscalização das carnes e açougues.*

O novo matadouro municipal é inaugurado a 1 de Agosto de 1914, sendo facultativa a matança nele aos particulares; a 28 de Maio de 1917 é vendido o antigo edifício, na Várzea, por 600$00; na sessão de 7 de Março de 1956 a Câmara da presidência do dr. José Eduardo de Sousa Lamy aprova o novo *Regulamento do Matadouro Municipal de Ovar*; a 28 de Abril de 1969 é lavrado o contrato de fornecimento, entre a Câmara e a Sociedade Comercial Tasso de Sousa, Limitada, de um veículo automóvel para transporte de carnes.

Pelo decreto-lei n.º 661/74, de 26 de Novembro, o matadouro municipal foi transferido para o património da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, e veio a encerrar as suas portas a 12 de Abril de 1990.

Matadouros de Ovar

Até 1850	casas arrendadas pela Câmara Municipal
1850-1914	Matadouro da Várzea (64 anos)
1914-1990	Matadouro no Casal (76 anos)

Em Julho ou Agosto de 1914 foi feita, a título experimental, a primeira tarefa de calçada a paralelepípedos defronte do passo da Praça. Os republicanos levaram a cabo o calcetamento a paralelepípedos das principais artérias de Ovar até 1919. As Ruas das Luzes e dos Pelames só o tiveram em 1957.

Mestre de escola, escrevente de cartório, ajudante de notário, jornalista, industrial de tipografia, director de periódicos e funcionário público, Manuel Augusto Nunes Branco nasceu a 28 de Agosto de 1876, tendo casado (1911) com Glória Ferreira Dias Nunes Branco (†1965, com 80 anos).

Foi secretário da comissão instaladora da Associação dos Socorros Mútuos Ovarense (1905), administrador do semanário regenerador, *A Discussão* (1907), o que não impediu de ser um dos fundadores do partido *republicano* local (16 de Janeiro de 1907), membro efectivo das Comissões Republicanas de 1908 a 1910 e em 1912, um dos 68 fundadores da Misericórdia (1910), director do semanário republicano *A Pátria* (1912-1920), fundador da *Imprensa Pátria* (1914), director do semanário *O Povo de Ovar* (1929-1937) e o iniciador da campanha para a Casa dos Pobres (1931).

Em 1915 foi despachado para o lugar de escrivão de direito do 1.º ofício da comarca de Murça, mas, entretanto, os seus correligionários nomeavam-no, *interinamente*, Secretário da Câmara Municipal de Ovar, na sessão de 30 de Março desse ano. A 28 de Abril era exonerado desse cargo, pela Comissão Administrativa presidida pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente, e substituído pelo amanuense Manuel Maria Fernandes Guimarães.

Com o regresso ao poder dos democráticos, estes deliberaram a 17 de Maio de 1915 ter-se por não escrita a resolução, daquela Comissão Administrativa, de anulação ou exoneração do secretário interino e a 12 de Julho do mesmo ano elegeram-no como secretário *efectivo.*

Foi *maçónico* (Iniciação em Águeda, na *Loja Tenacidade*, com o nome simbólico de Garibaldi, a 9 de Maio de 1910), e, nunca abdicando dos seus ideais, fez parte, em 1949, da comissão concelhia do candidato à presidência da República, general Norton de Matos, e, em 1951, da comissão de apoio ao almirante Quintão Meireles.

Deixando de exercer as suas funções na Câmara Municipal em 1945, veio a falecer, com 80 anos, a 6 de Novembro de 1956, na sua casa da Rua Antero de Quental.

Filhos do casal Manuel Augusto/Glória: – João Dias Nunes Branco, que casou com Maria Natália Tavares de Carvalho; Manuel Dias Nunes Branco (1914-1985), industrial de tipografia, que casou com Lúcia Pais Soares; e Maria Gonçalina Nunes Branco Correia Dias, que casou com Manuel Belo Correia Dias, comerciante, grande jogador de futebol.

Manuel Augusto Nunes Branco. 1876-1956

A Imprensa Pátria (1914). Imprensas e jornais

Em 1914 existiam em Ovar três tipografias: a *Imprensa Pátria*, fundada neste ano por Manuel Augusto Nunes Branco; a *Tipografia Ovarense*, na Rua Elias Garcia, de Plácido Augusto Veiga; e a *Tipografia Liberal*, de Virgílio Cordeiro, na Rua Coronel Galhardo. A segunda sucedera à d'*O Povo de Ovar*, que datava de 1886; e a terceira instalou-se em Ovar por volta de 1911, vinda de Santa Maria da Feira.

Quando da *traulitânia* (1919), a Imprensa Pátria, então redacção do semanário republicano local *A Pátria*, foi assaltada duas vezes pelos monárquicos, que lhe danificaram utensílios tipográficos, empastelando todo o tipo, e lhe destruíram o mobiliário e artigos de papelaria, e lhe roubaram livros.

As tipografias locais estiveram ligadas à maioria dos jornais ovarenses. *O Povo de Ovar* nasceu (1886) na tipografia do mesmo nome; na *Imprensa Pátria*, de Manuel

Augusto Nunes Branco e, posteriormente, de seu filho Manuel Dias Nunes Branco, nasceram o segundo *Povo de Ovar* (1929) e o *Notícias de Ovar* (1948), e aí foi impressa, durante a maior parte da sua existência, *A Pátria* e foi composto, a partir de 1975, o *João Semana*; na tipografia *Ovarense*, de Plácido Augusto Veiga, foram impressos *O Ovarense* (na maior parte da sua vida), *O Charadista* (1908), *A Pérola* (1909), o *Regenerador Liberal* (1909, nos seus primeiros tempos), e *O Cristianismo* (1910); na tipografia *Liberal* foi impresso *O Correio de Ovar* (1912); e na tipografia *Ideal Ovarense, Limitada*, foi composto o *Terras do Var* (1983), o *Notícias de Ovar* (este, desde 1983) e o *João Semana* (desde 1/4/1997).

Dois jornais estiveram entrelaçados com as tipografias onde eram compostos e impressos: o segundo *Povo de Ovar* e a *Imprensa Pátria*; *O Ovarense*, na sua segunda fase, e a tipografia *Ovarense*, de Plácido Augusto Veiga.

O primeiro licenciado em ciências-engenharia (1914)

O eng.º Domingos Arala Pinto é o mais antigo licenciado em ciências-engenharia natural de Ovar de que temos notícia.

Filho do desembargador dr. Francisco António Pinto e de Júlia Estevão Arala, nasceu em 1885 e tirou o seu curso de engenheiro agrónomo em 1914.

Relação (**não exaustiva**) ***das formaturas em ciências-engenharia nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar desde 1914 até 1974***

1. *Na Primeira República* (1910-1926)
1914 – Domingos Arala Pinto (eng.º agrónomo)
1922 – António Arala Pinto (eng.º silvicultor)

2. *No Estado Novo* (1926-1974)
1933 – Alberto Manuel Arala Chaves
1940 – Duílio João Coelho Marques (eng.º agrónomo)
1941 – Gustavo Jorge Cunha de Araújo Sobreira
1948 – David Martins Lopes Vinga
1950 – Amadeu de Matos
1952 – José Saramago Bonifácio
1952 – Manuel Eugénio Coelho Bonifácio
1952 – Maria José Tarújo de Almeida
1954 – Maria Soares da Cruz Almeida
1955 – Maria Josá Duarte Pereira Gomes
1959 – Doutor Manuel Leite Arala Chaves
1959 – Mário Fernando Cerqueira Correia
1962 – Manuel Carlos de Oliveira da Graça
1963 – Maria da Silva Matos Ferreira
1967 – Amarildo Gracilino Vinga Martins

1967 – Ana Maria Coentro Soares Sécia
1968 – Maria do Carmo Marques de Oliveira
1970 – Cândido Dias Gaspar
1973 – João Mário Soares Vinagre
1973 – Maria Arminda Monteiro Polónia
1974 – José Armando Pinto e Castro
1974 – Mário José Saramago de Araújo Sobreiro

Lavadeiras

As lavadeiras eram muitas em Ovar na Primeira República e nos inícios do Estado Novo.

Lavadeiras lavando junto à Ponte da Peixoto.
In: Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1914*

O dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 22/10/1987) refere que eram ainda em número elevado por volta de 1937. «Os locais da lavagem estendiam-se pelo Casal, junto ao açude, nos sítios das duas pontes principais, nas levadas de águas da Ponte Reada, das Luzes, dos Pelames e em tantos outros percursos dos dois rios que juntam as suas águas nas proximidades do Casal». E «neste meio século passado, as lavadeiras de Ovar e arredores atingiam uma boas dezenas bem contadas e recrutavam-se no Salgueiral, com a Ti Ana Morgada, em lugar de destaque, no lugar de S. João de Ovar, com as Ti Maria Bicho, a Margarida Moleiro, a Ti Felicidade, além de outras, no Sobral, em Ovar, com a conhecida Ti Garoupa, a Ti Maria Denízia, a Ti Maria do Espírito Santo, a Glória do Rato e mais outras».

Refere ainda o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA que «grande parte das famílias vareiras, por esse tempo, tinham as suas lavadeiras ajustadas e certas, recrutadas no Salgueiral, Sobral, S. João, Ovar e outros arredores vareiros».

ROSA D'ASSUNÇÃO (*in*: *Os Reis*, 1993) recordou-nos, por sua vez, algumas lavadeiras do Rio dos Pelames: Emília, Adelaide da Locádia, Palmira do *Santinho*, Ana, Rosa Correia.

Lavadeiras no açude dos Pelames.
In*:* Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1917*

Ovar e a Grande Guerra (1914-1918)

A 28 de Junho de 1914 são assassinados, por um estudante, em Sarajevo, capital da Bósnia, o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro presuntivo da coroa da Áustria, e sua mulher. Foi a causa próxima da Grande Guerra.

Em Portugal, os partidos políticos dividiram-se quanto à necessidade do País entrar no conflito: o *democrático* era abertamente favorável à intervenção; o *evolucionista* cindiu-se em duas facções, a maior, favorável, a menor, hostil; o *unionista* hostil, bem como a *extrema-direita* (monárquica) e a *esquerda* (sindicalistas e agitadores operários).

Em Ovar, o órgão católico (*João Semana*, de 11 de Outubro de 1914) tomou posição: – «Dizem os jornais diários que o governo trata de mobilizar alguns corpos do exército, para os remeter, em reforço dos aliados, para França. Se assim é, oxalá que os nossos compatriotas, a quem isso couber em sorte, voltem vitoriosos; mas não deixaremos de lamentar que se não tenha evitado submeter aos perigos certos da guerra quem a não armou nem nos parece esteja obrigado, por qualquer tratado, a interferir nela».

Na sessão camarária de 8 de Agosto de 1914, é aprovada por aclamação, entre gritos à pátria e ao exército, a seguinte moção apresentada pelo vice-presidente João José Alves Cerqueira:

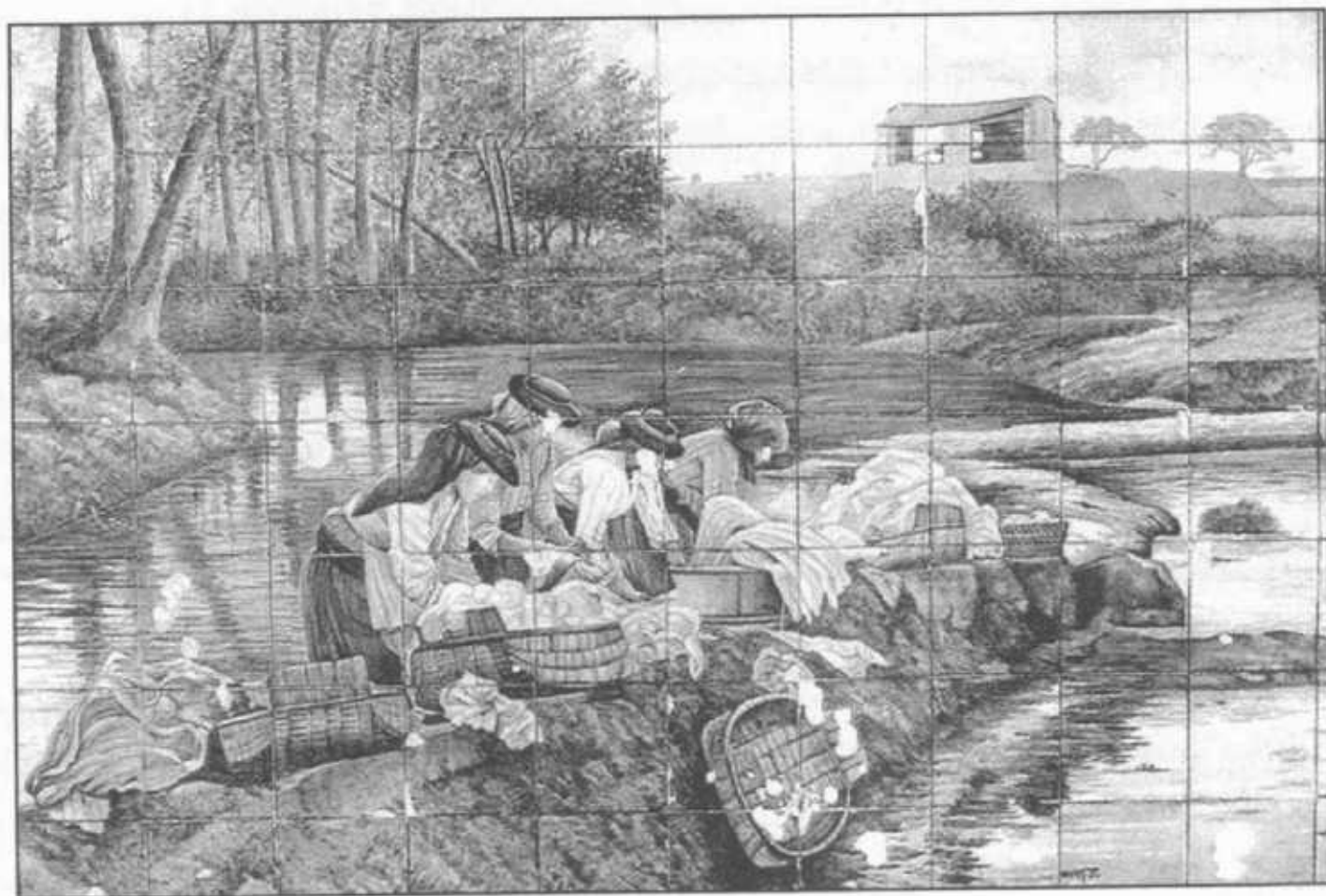
> «Considerando que em face do estado de guerra em que se encontra envolvida quase toda a Europa, todas as Nações deste continente são atingidas por grandes crises económicas, nas quais não pode deixar de estar incluída a República Portuguesa;
>
> Delibera a Câmara Municipal de Ovar recomendar a todos os seus munícipes, inteira serenidade», e, «confiada na seriedade do comércio deste concelho, espera esta Câmara, que o mesmo, nesta data difícil, venda os géneros da primeira necessidade com um lucro mínimo, não explorando o público».

Desde 9 de Agosto de 1914 a luz eléctrica, pública e particular, passou a ser cortada à meia-noite, transitoriamente, invocando-se como razão a presumível falta de carvão na hipótese de se prolongar a guerra. Porém, a 1 de Outubro desse mesmo ano voltou novamente a haver luz toda a noite.

Entretanto, a corrente intervencionista ganhava e a 23 de Fevereiro de 1916 o governo português requisitava e tomava posse dos navios alemães fundeados nos portos nacionais; a 9 de Março desse ano o ministro alemão em Lisboa, Barão de Rosens, entregava no ministério do negócios estrangeiros a nota de declaração de guerra. Portugal estava em guerra com a Alemanha e ia enfileirar abertamente ao lado das nações aliadas pela causa da liberdade e do direito.

A 15 de Março de 1916 era nomeado o ministério da *União Sagrada*, presidido pelo dr. António José de Almeida e tendo como Ministro da Finanças o dr. Afonso Costa. *A Discussão* (de 16/4/1916 e 29/7/1917) refere-se ao general ovarense Francisco Rodrigues da Silva.

A municipalidade de Ovar vota, na sessão de 13 de Março de 1916 da *comissão executiva*, uma moção patriótica apresentada pelo Presidente António Valente de Almeida. Em Setembro desse ano o titular da pasta da guerra major Norton de Matos, ao passar na estação da vila que se encontrava apinhada de povo, teve uma ruidosa e entusiástica recepção, recebendo cumprimentos das entidades oficiais e sendo acompanhado até Espinho pelo dr. Pedro Chaves.

A 3 de Junho de 1917 é celebrada pelo pároco de Ovar, dr. Alberto de Oliveira e Cunha, uma missa patriótica implorando a Deus o triunfo das armas portuguesas e a protecção para os nossos soldados no campo de batalha, na igreja paroquial com muito povo, que a enchia literalmente, e com representações do corpo judicial, Câmara

Lavadeiras no Lopo.
Painel de azulejos na Estação de Ovar – desenho de Licínio Pinto sobre fotografia de Ricardo Ribeiro.

Municipal, quartel do 3.º Batalhão de Infantaria 24, corporações administrativas e irmandades, tendo pregado o padre Donaciano de Abreu Freire, do Bunheiro.

No *João Semana* foi aberta uma subscrição para os capelães que ocorriam à assistência religiosa dos militares nos campos de batalha, subscrição que foi encerrada no final de 1917 e que rendeu 85$630 reis, quantia entregue ao Bispo do Porto D. António Barroso. Foi o Ministro da Guerra Norton de Matos quem tomou a iniciativa de publicar em Maio de 1916 um decreto concedendo a assistência religiosa aos militares em campanha. Dado que os capelães militares eram voluntários, os católicos viram-se forçados a concorrer para as suas despesas.

Em 1917 foi torpedeado, afundando-se no golfo da Gasconha, o vapor ex-alemão *Ovar*, quando da Inglaterra regressava com carvão. Nesse mesmo ano foram promovidos a capitães médicos militares os drs. Alberto Augusto da Silva Tavares, Domingos Lopes Fidalgo, José Delfim de Sousa Lamy e Salviano Pereira da Cunha.

Ovar no Pimentismo – os conservadores no poder. O Presidente da Câmara dr. António Joaquim de Oliveira Valente e a Comissão Administrativa na ditadura de Pimenta de Castro (24 de Abril a 16 de Maio de 1915). O Administrador do Concelho Augusto da Costa e Pinho (10 de Abril de 1915), e a demolição da capela do Mártir S. Sebastião

Em Janeiro de 1915 verificou-se um movimento militar – o *movimento das espadas* – que levou ao poder um ministério de feição militar, republicano conservador e politicamente misto, da presidência do general Joaquim Pereira Pimenta de Castro. Este governo, efémera ditadura, durou de 28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915 e teve como epílogo a revolta sangrenta e violenta do *Catorze de Maio*.

O governo, que foi imediatamente combatido por todos os partidos, com excepção do evolucionista de António José de Almeida e da facção Machado dos Santos, iniciou uma perseguição ao partido democrático, encerrando o Parlamento onde este partido tinha a maioria.

Todos estes acontecimentos se reflectiram em Ovar, vila dominada pelos democráticos. O órgão democrático local, *A Pátria* (de 11 de Março) não viu a ditadura de bons olhos: – *Suprema Afronta*. «O Governo do General Castro perpetrou a maior afronta contra o Povo, fechando as portas do Parlamento aos seus legítimos representantes. Abaixo a ditadura!Abaixo o Governo! Viva a República!».

Em Ovar os evolucionistas acompanharam inicialmente também a ditadura e a 7 de Março *A Discussão*, ex-órgão local regenerador, adere a esse partido, deixando Isaac Júlio Fonseca da Silveira os lugares de director e proprietário desse semanário para tomar posse do cargo de Administrador do Concelho.

Na sessão da *comissão executiva* de 8 de Março foi lida uma moção votada pela Câmara Municipal de Lisboa e aprovada, por unanimidade, a moção do seguinte teor:

«A Comissão Executiva da Câmara do Concelho de Ovar, afirmando o seu respeito pelos princípios fundamentais da República, resolve protestar contra tudo que represente atropelo à Constituição, que deve ser mantida íntegra e pura».

Este protesto deu lugar a que a Câmara de Ovar fosse acusada de se haver tornado solidária com deliberações da Câmara da capital em que se desacatava o poder executivo e os seus decretos. Defendendo-se da intimação que sofrera, a Comissão Executiva pela voz do seu Presidente António Valente de Almeida, na sessão plenária da Câmara de 14 de Abril, procurou demonstrar que a acusação era absolutamente infundada dado que «nem na forma nem na essência nada havia nela (*moção*) que pudesse tomar-se como incitamento à insubordinação contra o Poder Executivo ou desacato às leis».

Ameaçada de dissolução, fundamentada pelo decreto n.º 1.488, de 9 de Abril de 1915, a Câmara enviou telegrama, aprovado na sessão plenária de 16 de Abril, ao Presidente do ministério. Nada conseguiu.

Aquele decreto dispunha no *artigo 1.º* que eram dissolvidos os corpos administrativos que tomassem deliberações ou praticassem factos que representassem insubordinação contra o poder executivo; pelo seu *§ único* o artigo era «aplicável aos corpos administrativos que tenham praticado os factos nele comunicados». O *artigo 2.º* permitia aos Governadores Civis dissolver os corpos administrativos e o *artigo 3.º* declara que «dissolvido o corpo administrativo, será nomeada uma comissão administrativa, pelo Ministro do Interior, sob proposta do Governador Civil».

Na sessão extraordinária de 23 de Abril a Comissão Executiva limitou-se a lavrar o mais veemente protesto ao tomar conhecimento pelos jornais desse dia que tinha sido dissolvida (decreto de 21 de Abril).

A segunda Câmara *democrática* do município de Ovar, da presidência de Celestino Soares de Almeida, foi assim dissolvida por ter desobedecido aos decretos ditatoriais do governo e substituída, pelo Governador Civil de Aveiro, por uma Comissão Administrativa de individualidades quase na sua totalidade retintamente monárquicas. O seu mentor teria sido o Conde de Águeda, velho chefe do ex-partido progressista no distrito. O Administrador do Concelho deu posse, a 24 de Abril de 1915, desta Comissão Administrativa, tendo assinado o auto 91 cidadãos, incluindo os 7 vogais.

***Comissão administrativa na ditadura de Pimenta de Castro* (e que durou 22 dias)**

Presidente	Dr. António Joaquim de Oliveira Valente
Vice-Presidente	Silvério Lopes Bastos
Vogais	Padre António José Valente
	António Maria Gonçalves Santiago
	José Maria Rodrigues Figueiredo
	Lino Pereira Leça
	Manuel José da Silva

O dr. António Joaquim de Oliveira Valente ocupava pela 2.ª vez a presidência da Câmara. Na Monarquia, de 1893 a 1898, fora Presidente duma Câmara *incolor* (1893--1895) e duma Câmara *progressista* (1896-1898). Em 1911, de 19 de Outubro a 24 de Dezembro, tinha estado preso aquando do *complot* monárquico de Ovar.

O vice-presidente Silvério Lopes Bastos, negociante da Praça da República, tinha

também estado preso, de 19 de Outubro a Novembro de 1911, acusado naquele *complot* monárquico.

O vogal José Maria Rodrigues Figueiredo, um dos fundadores do partido republicano local, também tinha sido preso no *complot* de Ovar, de 19 de Outubro a 24 de Dezembro de 1911.

Por último, o vogal Lino Pereira Leça, abastado proprietário e importante influente político em Esmoriz, era um monárquico ex-progressista.

Na Administração do Concelho foi colocado, primeiramente, um monárquico ligado ao dr. Joaquim Soares Pinto – o tenente de artilharia António Bernardino Ferreira, de Estarreja – que tomou posse a 26 de Março, substituindo o evolucionista Isaac Júlio Fonseca da Silveira; depois, foi nomeado Augusto da Costa e Pinho, que tinha sido preso, de 30 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912, como conspirador no *complot* de Ovar e que tomaria posse, como interino, a 10 de Abril.

Augusto da Costa e Pinho e Maria Preciosa de Pinho. Foto de 1927 – Arquivo da Família

Monárquico, filho de José Maria da Costa e Pinho e de Margarida de Oliveira Gomes, Augusto da Costa e Pinho nasceu a 5 de Agosto de 1883, tendo casado com Maria Preciosa de Pinho. Foi director, editor e proprietário do *Jornal de Ovar*, de 13 de Maio de 1906 a 21 de Julho de 1912.

Administrador do Concelho *interino*, deu liberdade de toque de sinos a qualquer hora e permitiu ao clero o uso de hábitos talares.

Em 1928 foi testemunha a favor do padre Teófilo de Andrade na célebre questão da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, e de 15 de Setembro a 1 de Outubro de 1934 foi vogal-Administrador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Faleceu, com 80 anos, a 2 de Fevereiro de 1964 na Rua Alexandre Herculano.

Augusto da Costa e Pinho dirigindo os Reis em 1917. No 3.º plano, da esquerda para a direita, o 5.º cidadão é o industrial Francisco Ramada.
In: Reis *de 1985*

A *limpeza*, feita pelos conservadores, na Câmara e na Administração do Concelho aos democráticos foi vivamente criticada pela evolucionista *Discussão*, que tinha acompanhado o governo de Pimenta de Castro, e pela *Pátria* que se interrogou sobre a razão de se terem nomeado monárquicos para gerir o concelho podendo-se ter escolhido individualidades republicanas não democráticas.

Porque não chamaram ao poder – interrogava o semanário democrático – os evolucionistas Isaac Júlio Fonseca da Silveira e Major José Pires, ou os republicanos não filiados como o dr. Domingos Lopes Fidalgo, ou os unionistas como o dr. José Duarte Pereira do Amaral, ou ainda os estranhos ao partido mas que não o hostilizavam como os drs. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e José António de Almeida?

A Comissão Administrativa esteve no poder somente 22 dias, de 24 de Abril a 16 de Maio de 1915. Nesse curto espaço de tempo deliberou suspender os trabalhos da pavimentação a paralelepípedos da Praça à Igreja, tomou medidas contra a companhia da luz eléctrica, impediu a construção do jardim-escola mantendo a capela do Mártir S. Sebastião, cuja demolição não tinha levantado o menor protesto nos meios católicos, demitiu o chefe interino e o condutor das obras municipais – ambos velhos republicanos –, e exonerou Manuel Augusto Nunes Branco do cargo de Secretário *interino* da Câmara.

No dia 13 de Maio é assassinado na cidade do Porto o republicano ovarense Manuel Augusto de Oliveira Ramos, industrial estabelecido na Rua Formosa. Foi atingido, barbaramente, à queima-roupa por um tiro de um polícia quando dos recontros entre o povo e a força pública.

No dia seguinte, pela revolução armada de Lisboa que custou centenas de mortos e feridos, é derrubada a ditadura do general Pimenta de Castro e alguns populares manifestam-se entusiasticamente no centro de Ovar, com aclamações à pátria e à república, queimando girândolas de foguetes. O 3.º Batalhão de Infantaria 24, aquartelado na vila, seguiu nessa altura para Aveiro, sob o comando do tenente Manuel Ro-

drigues Leite, incorporando-se no respectivo regimento para marchar rumo ao Entroncamento.

A Câmara intrusa foi, então, expulsa sem o menor incidente e no dia 15 grupos de civis pretenderam guardar o edifício dos Paços do Concelho para evitar qualquer assalto dos monárquicos à secretaria da Câmara; esse serviço, porém, por oferta do major José Pires, foi feito por uma força do batalhão que se conservou até ao dia 17 de manhã.

Na noite de 15 para 16 de Maio sujaram-se os muros da capela do Calvário, quebraram-se os vidros da capela do Mártir e danificou-se o edifício da redacção d'*O Ovarense*.

No dia 16 de Maio de 1915, por volta das 12 horas, reassumiu a vereação democrática o seu lugar na Câmara Municipal de que violentamente fora esbulhada. No meio do maior entusiasmo, os vereadores ocuparam os seus lugares nas cadeiras do senado, no salão das sessões camarárias, entre aclamações do povo que o enchia literalmente, tendo lugar uma sessão em que discursaram António Valente de Almeida, Celestino Soares de Almeida, major José Pires e dr. Pedro Chaves. À tarde tomou posse novamente de Administrador do Concelho o cidadão Isaac Júlio Fonseca da Silveira, que também havido sido destituído pela ditadura.

Na sessão da *comissão executiva* de 17 de Maio foi deliberado, por unanimidade, terem-se como não escritas certas resoluções da Comissão Administrativa: rescisão do contrato de arrematação da capela do Mártir, exoneração do Secretário *interino* Manuel Augusto Nunes Branco e sua substituição, supressão dos lugares dos zeladores Gonçalves Alves e António Marques Branco, supressão do lugar de condutor de obras municipais, e nomeação de fiscais.

Na sessão plenária da Câmara de 26 de Maio o Presidente da Comissão Executiva congratulou-se, juntamente com a Câmara, pela publicação do decreto n.º 1.578, de 24 desse mês, que declarava írrito o decreto n.º 1.488 e reintegrava nas suas funções os corpos administrativos dissolvidos, declarando nulos os castigos disciplinares impostos desde 20 de Janeiro, o que veio confirmar a vontade do povo ovarense que já tinha colocado na Câmara os vereadores anteriores.

Os republicanos locais, que tinham conseguido da Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus a construção dum *jardim-escola* em Ovar, pediram em 1914 ao Ministro da Justiça, para a sua implantação, a parte do terreno ocupada pela capela do Mártir S. Sebastião, no Largo de Almeida Garrett, o que lhes foi concedido por decreto publicado no *Diário do Governo*.

Para *A Pátria*, a capela não embelezava o melhor largo de Ovar, onde estava mal colocada, ao abandono, e era inútil dado que raríssimas vezes nela se exercia o culto e se situava a cerca de 150 metros da Igreja Matriz.

Solicitada a demolição da capela, cedida esta à Câmara pelo governo, feita a arrematação da demolição, nenhum padre ou católico reclamou. A 24 de Janeiro de 1915 foram retiradas as imagens da capela e conduzidas processionalmente para a de Santo António, incorporando-se no préstito a filarmónica Boa União; a 19 de Abril foi vendido em hasta pública o material da capela.

Porém, a 24 de Abril tomou posse a Câmara conservadora presidida pelo dr. An-

tónio Joaquim de Oliveira Valente, no ministério do general Pimenta de Castro, e logo a 26 recebe uma reclamação assinada por 157 ovarenses pedindo a rescisão do contrato de arrematação da capela do Mártir e a manutenção desta por a sua demolição constituir um atentado contra os sentimentos e tradições do povo de Ovar. Na sessão de 28 foi lida essa representação e um requerimento de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, da Rua Elias Garcia, declarando que, em virtude da reclamação, estava pronto a rescindir o contrato de arrematação dos materiais da capela que fizera com a Câmara *democrática*, desde que recebesse a importância que pagara e o depósito para garantia do contrato que efectuara. A câmara deliberou, por unanimidade, atender àquela reclamação e aceitou a proposta de rescisão do respectivo contrato, autorizando o Presidente a rescindi-lo.

Entretanto, o ministério Pimenta de Castro é derrubado e os democráticos voltam ao poder em Ovar a 16 de Maio de 1915 e na sessão plenária da Câmara de 22 desse mês dão como não escrita, na acta de 28 de Abril – única sessão da Comissão Administrativa –, a rescisão do contrato de arrematação, iniciando-se a demolição da capela a 20 de Maio.

O jardim-escola, infelizmente, nunca foi erecto e a capela, que tinha pouco mais de 10 anos – fora construída pela *Varina* em 1905, como já se referiu – e jogava, segundo o padre Manuel Lírio, com a paisagem local, não prejudicando a estética do Largo de Almeida Garrett nem as comodidades públicas, desapareceu do rol dos monumentos religiosos de Ovar.

O futebol – o Foot-Ball Club de Ovar (20 de Junho de 1915). Os grupos de futebol ovarenses

O 1.º jogo público de futebol realizado no País data de 1888, mas este desporto só principiou em Ovar, a 20 de Junho de 1915, com o nascimento do *Foot-Ball Club de Ovar*.

O mais antigo grupo de futebol de Ovar foi instalado na Rua Elias Garcia, no prédio n.º 154 de Manuel Augusto de Oliveira Salvador, tendo 16 sócios fundadores: Afonso Cardoso, Augusto Campos, Augusto Fidalgo, sargento Careca, Eduardo Vila, Jaime Pérola, José Bonifácio, José Marcelino, José Luzes, José Sousa, Manuel António Lopes, Manuel Bonifácio, Manuel Polónia, Mário Laranjeira, Plácido Veiga e Sérgio Polónia.

Em 1915 foram eleitos presidentes da direcção e da assembleia geral, respectivamente, Amadeu Soares Pereira e tenente Manuel Rodrigues Leite.

O primeiro jogo de futebol, com jogadores estranhos a Ovar, realizou-se a 20 de Junho de 1915 na praia do Furadouro, no campo fronteiro ao chalet Pereira Dias. Bateram-se o *Foot-Ball Club de Ovar* e o *Sport Club Raúl Dória*, turma dos alunos da Escola Prática e Comercial Raúl Dória. Em reservas venceu o Raúl Dória, tendo dado o pontapé de saída a professora Palmira Freire de Liz; nos grupos de honra a Escola venceu, também, dando o pontapé de saída o dr. Alberto Tavares.

O 1.º jogo de *futebol de salão* efectuou-se em Outubro de 1966, entre o F. Ra-

1.º desafio com jogadores estranhos a Ovar, entre a Escola Raúl Dória, do Porto, e o Futebol Club de Ovar, de camisola branca.
Foto de Ricardo Ribeiro | In: Almanaque de Ovar *para 1916*

mada e o Clube Asas de Matozinhos, vencendo aquele por 4-3; o 1.º jogo de *futebol de salão feminino* teve lugar, no pavilhão gimnodesportivo da A.D.O., a 14 de Dezembro de 1975.

O 1.º jogo de senhoras realizou-se a 18 de Março de 1973, no Parque Marques da Silva, entre o C. F. União de Coimbra e o Boavista F. C., do Porto. No mesmo ano, o *Vitória Clube de Ovar* organizou o 1.º torneio infantil de futebol de Ovar, ganho pela Oliveirinha.

Na freguesia de Ovar (as actuais freguesias de S. Cristóvão e de S. João) jogou--se em vários locais: no adro da Igreja; por detrás da cadeia; na estrada do Furadouro

«Foot-ball» Club de Ovar. A professora Palmira Freire de Liz dando o primeiro pontapé na bola no dia da inauguração do campo do Furadouro, a 20/6/1915.
Foto de Ricardo Ribeiro, de Ovar | In: Ilustração Portuguesa, *de 19/7/1915*

(no prédio de Guilherme Gama, campo do Estrela Foot-Ball Club); no Largo dos Campos (em 1919, a Câmara ordenou a proibição de qualquer jogo neste largo); no Largo de S. Miguel; na Oliveirinha; na Ponte Nova (um pouco a nascente da Mãe de Água, na estrada de Ovar ao lugar do Sobral); e no Furadouro (no campo fronteiro ao *chalet* Pereira Dias, e na Avenida Tomás Ribeiro).

Entre os clubes do concelho de Ovar merecem referência o *Estrela Foot-Ball Club* (1918-1954); a *Associação Desportiva Ovarense*, a popular A.D.O. (1921); o *Aliança Foot-Ball Club* (1922); o *Futebol Club de Cortegaça* (1923-1935, e desde 1970); e o *Sporting Club de Esmoriz* (1932).

Entre os jogadores ovarenses de futebol que atingiram fama nacional destacaram-se: – drs. Salviano Rui de Carvalho e Cunha (1912-1996), Mário Pereira de Carvalho e Cunha (1915-1989), e Daniel José de Oliveira, o *Malícia* (Arada, 1930), todos jogadores da Associação Académica de Coimbra; Manuel Belo Correia Dias (1919-1987), Manuel Pinto dos Santos, o *Sanfins*, e José Orlando Vinha Rocha Semedo (1965-), todos jogadores do F. C. do Porto.

Semedo.
In: *Eduardo Lamy Laranjeira,* O futebol vareiro, *1996*

Jogador de futebol internacional, José Orlando Vinha Rocha Semedo nasceu em Ovar, a 5 de Março de 1965, filho de Orlando da Rocha Semedo (que nasceu em Cabo Verde, em 1929, e foi jogador da Associação Desportiva Ovarense) e de Julieta Maria da Vinha, e casou (1991) com Cristina Filipe Barbosa da Silva Figueiredo Semedo.

Iniciou a sua carreira futebolística no Sporting Clube de Esmoriz (1978), transferiu-se para o Feirense, e, na época de 1980/1981, ingressou no F. C. do Porto (neste, fez o primeiro jogo a 18 de Setembro de 1985).

Actualmente, joga no popular Salgueiros, da cidade Invicta.

Relação dos grupos de futebol que existiram ou existem em Ovar

– *Foot-Ball Club de Ovar* (20 de Junho de 1915)

– *Foot-Ball Club União* (1916)

Constituído, na maioria, por estudantes, teve como presidente Artur Lopes da Silva. Os seus estatutos estipulavam que «os treinos oficiais far-se-ão ao domingo, às 17 horas. À semana só será cedida a bola aos associados desde que sejam em número de 6. Menos deste número não se poderão utilizar dela. Os associados que se utilizem da bola, responsabilizar-se-ão por ela». E «desde que seja escolhido o uniforme, serão obrigados todos os associados a mandá-lo fazer; sem isso não se poderá jogar em desafio algum oficial».

- *Infantil Foot-Ball Club de Ovar* (finais de 1916 ou princípios de 1917)
Na assembleia geral, de 29 de Dezembro de 1918, foi deliberado que passasse a ser designado por *Ovarense Sporting Club*, dado que «mal estava parecendo, o Club continuar a ostentar o nome de *Infantil*».
Teve a sua sede na Rua Trindade Coelho, n.º 1, no Casal.
- *União Sport Club* (1916)
- *Sporting Club de Ovar* (1918)
- *União Desportiva Ovarense* (1918)
José da Silva Bonifácio (sobrinho), Manuel Bonifácio (filho) e Guilherme Lopes, foram, respectivamente, os primeiros presidentes da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal deste clube, eleitos para 1919. O 1.º capitão do grupo de futebol foi Eduardo Sousa.
- *Ovarense Sporting Club* (1919)
O Infantil Foot-Ball Club de Ovar resolveu, a 29 de Dezembro de 1918, quando era presidente Guilherme de Oliveira Santos, mudar o seu nome para Ovarense Sporting Club.
- *Associação Desportiva Ovarense* (19 de Dezembro de 1921)
A A.D.O.
- *Aviz Foot-Ball Club* (1921-1924)
Criado pelos estudantes do Colégio Ovarense e da Escola Primária Superior, teve a sua sede no lugar da Ponte Nova. Em fins de 1924 foi aglutinado pelo *Cruz Vermelha*, agrupamento desportivo dos ferroviários da C.P. de Ovar.
- *Ovar Sporting Club* (1921)
Sucedeu à União Desportiva Ovarense. A 8 de Outubro de 1921, a convite da comissão organizadora, reuniram-se os seus associados na sede do Orfeão Ovarense, tendo sido eleitos os primeiros corpos gerentes. Benjamim Jaime de Almeida, José Augusto Fidalgo e Guilherme Lopes foram, respectivamente, os primeiros presidentes da direcção, da assembleia geral e do conselho fiscal.
Era «usufrutuário de um modesto campo de areia, no bairro de S. José, por detrás das prisões comarcãs, terreno que fora cedido à Câmara pela sua antepassada, a União Desportiva Ovarense, e aquela emprestara a requerimento do Sr. Manuel Bonifácio, filho, em Março de 1919» (ZAGALO DOS SANTOS, no *Notícias de Ovar*, de 18/9/1958).
- *Sport Club de Ovar* (1921)
Teve, provisoriamente, a sede na Rua da Estação e, em 1924, abriu nova sede na Rua Elias Garcia, n.º 100, 1.º andar. Foi seu 1.º presidente da direcção Francisco Artur Borges, seguindo-se-lhe José Ferreira Brandão (1923-1924), e Amadeu Peixoto Pinto Ferreira (1925-1926). De 1923 a 1925, pelo menos, foi presidente da assembleia geral António Augusto Freire de Liz.
A 2 de Novembro de 1926 um violento incêndio, no prédio onde se achava instalada a sua sede, junto à Capela de N.ª Sr.ª da Graça (no local onde esteve o Banco Borges & Irmão, em prédio pertencente a Abel Guedes de Pinho), reduziu a cinzas o esforço de cinco anos de existência.

– *Aliança Foot-Ball Club* (Janeiro de 1922)
– *Artístico Foot-Ball Club* (1922-1926)
Com sede na Arruela, nos inícios da Rua Visconde de Ovar, à direita.
– *Onze Negro* (1922)
– *Team militar do 3.º Batalhão de Infantaria 24* (1923)
– *Sporting Club de Ovar* (Sportezinhos, 1926)
– *Estrela Foot-Ball Club* (1927-1954)
– *Onze Verdes* (1927)
Designação adoptada pela A.D.O., em 1927, em consequência do castigo de interdição imposto pela Associação de Futebol de Aveiro ao grupo ovarense durante dois anos (Eduardo Lamy Laranjeira, *O Futebol Vareiro*, 1996).

Em 1927, em Junho, «o grupo vareiro recebeu a visita do seu grande rival aveirense, o Galitos F. C. Existia uma grande rivalidade entre os dois agrupamentos desportivos, pois no domingo anterior a Ovarense, em Aveiro, tinha sido mal recebida, registando-se distúrbios entre os jogadores e assistentes. Em Ovar gerou-se um clima de animosidade. Logo aos 10 minutos iniciais, uma violenta entrada do defesa vareiro sobre um avançado contrário foi o rastilho para o despertar de agressões entre os jogadores e o público que invadiu o recinto de jogo. Trocaram-se tiros ... e o encontro terminou no meio de grande balbúrdia. A Associação de Futebol de Aveiro, no limite da sua competência, castigou a A.D.O., muito severamente, com a interdição da actividade futebolística durante dois anos.

Para obviar ao castigo, a Ovarense passou a designar-se por *Onze Verdes*» (Eduardo Lamy Laranjeira, *ob. cit.*).

– *Império Foot-Ball Club de Ovar* (1929)
– *Obras Metálicas Foot-Ball Club* (1933)
– *União Desportiva «Os Águias»* (1940 ou 1941)
– *Grupo Desportivo da «Siol»* (por volta de 1942)
Em 1942 entrou na Légua de Ovar.
– *Grupo Desportivo «Onze Verdes»* (por volta de 1948/1949)
Em 1949 e em 1962 entrou na Légua de Ovar.

«O Grupo Desportivo *Onze Verdes* não tinha sede e, em norma, os responsáveis reuniam-se na barbearia do Carlos da Palmira, na Rua Cândido dos Reis, rés-do-chão da Ovarense. Após o violento incêndio que destruiu por completo o imóvel, a barbearia instalou-se na rua Dr. Manuel Arala, frente ao BNU» (Eduardo Lamy Laranjeira, *ob. cit.*).

– *Grupo Desportivo da «Rabor»* (1948)
– *Vareiro, Cultura e Desporto* – S. João (por volta de 1948)
– *Mocidade Desportiva da Praça* (1950)
– *Ovar Sport Clube* – Ponte Nova (1950)
– *S. Miguel Desportivo Clube* (1950)
Posteriormente, *S. Miguel Futebol Clube.*
– *Esperança Foot-Ball Clube* (1957)
No Brejo.

- *Grupo Atlético Vareiro – G.A.V.* (2 de Abril de 1956)
- *Esperança Foot-Ball Clube* (1957)
No Brejo.
- *Sport Lisboa e Ovar* (1957)
- *Victória Clube de Ovar* (9 de Dezembro de 1960)
Também conhecido por *Club Recretativo Racing*, foi oficializado a 21 de Outubro de 1965.
- *Clube Desportivo do Furadouro – C.D.F.* (22 de Novembro de 1972)
- *Clube Desportivo do Bairro de S. José* (1977)

Para o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA (*O futebol Vareiro*, 1996) o decano dos grupos de futebol em Ovar não foi o mencionado *Foot-Ball Club de Ovar* (1915), mas o *Foot-Balll Club Ovarense*, nato em 1913.

No período de 1930/1936, Ovar foi a sede provisória da AFA – Associação de Futebol de Aveiro.

O dr. Fernando Raimundo Rodrigues foi vice-presidente (1984/1986) e presidente (1986/1988) da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Futebol.

Em 1933, da esquerda para a direita: os primeiros grupos de honra do Aliança F. C., Associação Desportiva Ovarense e Estrela Foot-Ball Club.
In: Turismo Magazine, *de Janeiro de 1933*

O *chalet* do Matos. A Família Matos

O *chalet* do Matos, localizado entre o palheiro da Família Palavra, a norte, e o palheiro da companha da Senhora do Socorro (1887-1961), ou do Valente, a sul, foi o maior palheiro da praia do Furadouro, tendo sido construído por António Valente de Almeida e Manuel Maria de Matos, dois republicanos *históricos*.

No *chalet*, enorme palheiro, de rés-do-chão e dois andares, situado ao sul do Furadouro, serviram-se lautas ceias, nos tempos da Primeira República, às quais nunca faltava o melhor, o mais saboroso peixe – não fossem os seus proprietários e a maioria dos convidados os patrões de companhas da praia do Furadouro!

É que os *republicanos históricos*, na melhor tradição das lutas entre monárquicos *progressistas* (ou *limonadas*) e monárquicos *regeneradores* (ou *cachingós* ou *aralistas*), fundaram igualmente companhas na praia do Furadouro para terem os seus eleitores certos e seguros – os pescadores e suas famílias.

Chalet *do Matos (a frente poente, virada ao mar).*
Na varanda, o último à esquerda, Manuel Maria de Matos,
tem ao seu lado o seu sobrinho dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

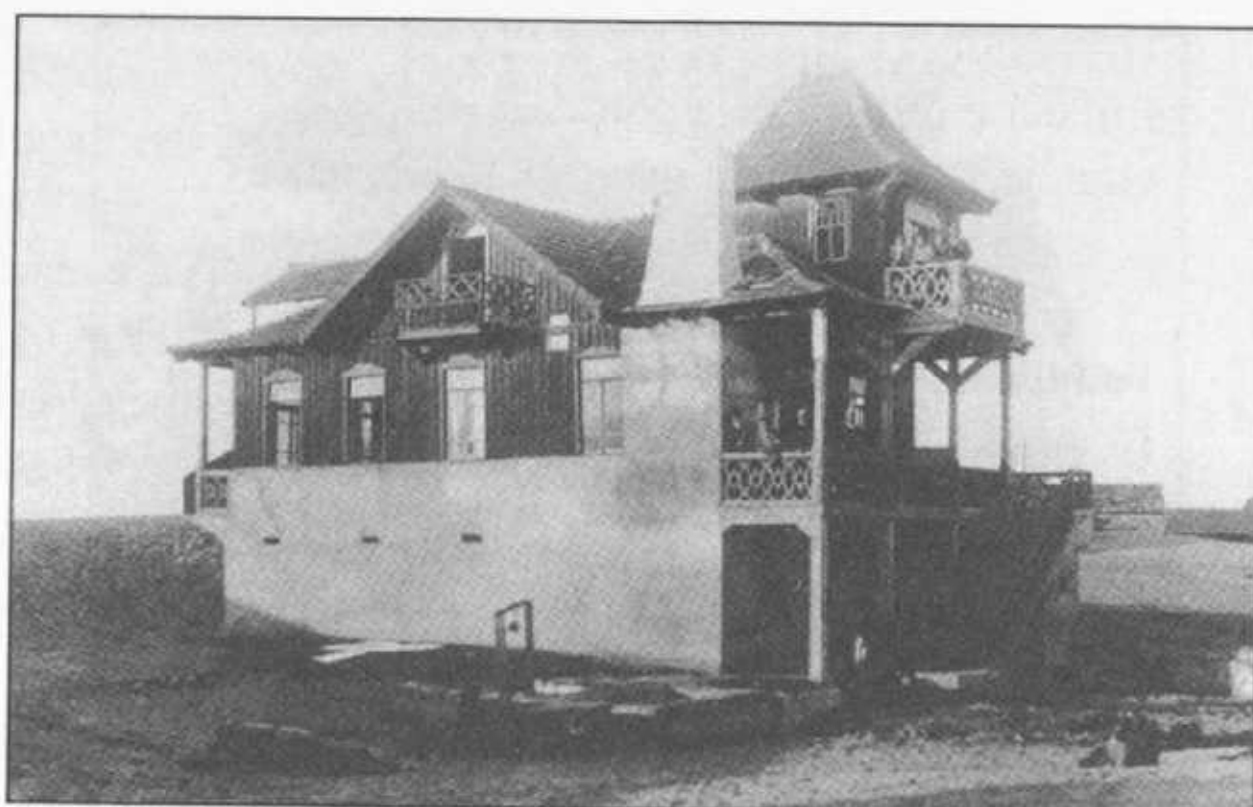
De 1911 a 1928 labutou no Furadouro a companha *República*, e, pela escritura de 11 de Março de 1922, verifica-se que, entre os seus sócios, se achavam o dr. João Baptista Nunes da Silva (*republicano liberal*), Manuel Maria de Matos (*republicano histórico*), Celestino Soares de Almeida (*republicano democrático*), Presidente da Câmara Municipal (1914-1918), e Francisco de Oliveira Gomes Ramada, criador da *F. Ramada*.

No *chalet*, que serviu de esconderijo aquando das lutas entre republicanos e monárquicos, designadamente «nas horas críticas, para os republicanos, da insurreição monárquica do norte e noutras emergências semelhantes da vida da República», reuniram os proprietários os seus amigos politicos e gastronómicos mais próximos. Aí se juntavam, com Manuel Matos e Valente de Almeida, entre outros, aquele médico dr. João Baptista Nunes da Silva, o farmacêutico Manuel Joaquim Rodrigues e Manuel Augusto Nunes Branco, que foi Secretário da Câmara Municipal (1915-1945).

Dado que o palheiro necessitava de obras e Valente de Almeida não estava interessado nelas, o *chalet* foi posto à venda (1929) e veio a ficar pertença exclusiva de Manuel Matos. O palheiro tinha no 2.° andar 4 quartos, os virados a nascente e a poente com varandas; no 1.° andar uma enorme sala comum, com varanda para o mar em toda a sua extensão e 6 janelas amplas, 3 quartos e cozinha; no rés-do-chão localizavam-se ainda outras dependências.

À morte de Manuel Matos, o palheiro ficou a pertencer a seus sobrinhos, filhos de seu irmão Francisco de Matos – Maria Celeste Matos de Sousa Lamy, Maria Fausta Fragateiro Matos Malaquias e José Fragateiro Matos.

Em Dezembro de 1964 e Janeiro de 1965, avançando mais uma vez o mar no Furadouro, foi destruído completamente o palheiro da Família Palavra e desmoronou-se grande parte do *chalet* da Família Matos. Cinco anos depois, nos princípios de Dezembro de 1969, foi derrubada a parte que restava do *chalet*.

Manuel Maria de Matos, que foi proprietário do referido *chalet*, que tomou o seu

Chalet *do Matos (lado sul e frente nascente).*

nome, filho de José de Matos e de Margarida Correia dos Santos, faleceu solteiro, a 16 de Junho de 1937, com 60 anos.

Republicano *histórico*, foi vereador substituto da 1.ª Comissão Municipal Republicana (1910), e ocupou, ainda, o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Ovar (1914).

Homem tolerante, simples, duma bondade inexcedível, de princípios liberais e republicanos, ligado às actividades de pesca do Furadouro – foi sócio das companhas Boa Esperança e República, Lda. –, Manuel Matos foi também um *notável* e apreciadíssimo cozinheiro na sociedade gastronómica ovarense republicana da época.

Manuel Maria de Matos
In: O Povo de Ovar, *de 30/5/1939*

ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA (*Terra e gente das dunas*, 1955) dedicou-lhe a seguinte poesia:

Grande casa era a tua
Em dar e repartir pela pobreza;
Grande, – mais que a maior –, tua lhaneza;
E o teu corpanzil enchia a rua.

Famosas, sem favor,
Eram tuas caldeiradas:
– O que nas redes vinha de melhor,
E um sol eram as tuas gargalhadas.

E as tuas mãos papudas
Nunca as vi, de ira ameaçar,
Fazer o gesto mau de maltratar,
Nem em cóleras mudas.

Arruivado e com olhos pequeninos
Dançavas, belamente, antes da gota;
E chamavam por ti, Mães e meninos,
Quando vinhas à lota.

Esquecido estarás,
Dos viventes, na tua sepultura;
Mas da tua memória algo perdura;
Homem bom, caridoso, dorme em paz:

Que os Ritos da traineira,
Esses, por tua alma reparão;
Lembrados que à tua cálida lareira
Comiam, enxugavam o gabão!

A *Família Matos*, de comerciantes e industriais, descende de Manuel Rodrigues, que casou com Domingas de Matos, da freguesia do Bunheiro.

O filho deste casal, Domingos de Matos, casou com Leocádia Nunes, da Rua Nova da Ruela, filha de Francisco Rodrigues Grade e de Trindade Nunes.

Filhos do casal Domingos/Leocádia:

– Manuel de Matos, que casou com Rosa Correia dos Santos, filha de António Ferreira e de Joana Correia dos Santos, da Rua da Praça, e faleceu, com 49 anos, a 14 de Julho de 1864.

– Francisco de Matos, que casou (1831) com Joana Nunes, filha de António Francisco Bornas e de Maria Nunes.

O filho deste casal Francisco/Joana, José de Matos, casou (1857) com Margarida Correia dos Santos, filha de Francisco Ferreira Torres e de Maria Correia dos Santos, e veio a falecer em 1907, com 71 anos.

Filhos do casal José/Margarida:

– Joaquim de Matos (†1904)

– Manuel Maria de Matos (†1937, com 60 anos), republicano *histórico*, 1.º Presidente da Junta de Freguesia de Ovar na Primeira República, proprietário do *chalet Matos*, situado ao sul da praia do Furadouro.

-Maria dos Santos Matos, que casou com Manuel Bernardino de Oliveira Gomes (o filho deste Manuel Bernardino, Francisco de Oliveira Gomes Ramada, nasceu em 1888, casou, em 1910, com Palmira Gomes Pinto e faleceu, com 89 anos, em 1978).

– Rosa Correia dos Santos (†1886)

– Francisco de Matos, industrial e comerciante, que nasceu a 7 de Setembro de 1869, casou (1900) com Rosa dos Santos Fragateiro Matos, filha de José Fragateiro de Pinho Branco e de Maria Rosa Correia dos Santos, e veio a falecer, a 29 de Março de 1962, com 92 anos.

Filhos do casal Francisco/Rosa:

– José Fragateiro Matos (1907-1953, com 45 anos).

– Maria Fausta Fragateiro Matos (1916-1991), que casou (1945) com Carlos Soares Ferreira Malaquias.

– Maria Celeste Matos de Sousa Lamy (1905--1969, com 64 anos), que casou (1926) com o médico dr. José Eduardo de Sousa Lamy, que foi *Presidente da Câmara Municipal de Ovar* (1954--1959).

Francisco de Matos.
1869-1962

O filho do casal Maria Celeste/José Eduardo, dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy, advogado, nasceu a 19 de Novembro de 1934, tendo casado (1963) com Rosa Maria Matos Lemos da Veiga Gil Carneiro Lamy, natural de Refojos, concelho de Santo Tirso.

Os banheiros do Furadouro

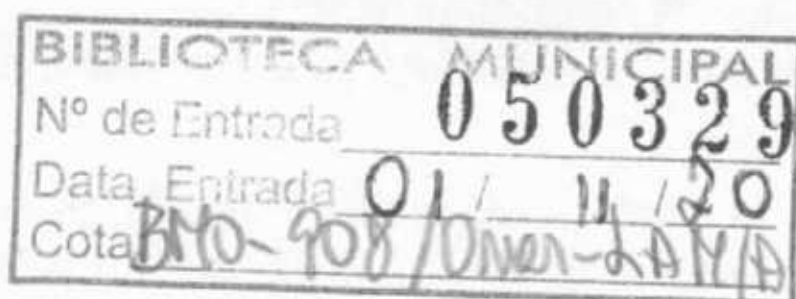
A praia do Furadouro tinha, em 1982, quatro banheiros – Francisco Marques *Nacum*, Maria Ascensão *Nacum*, António Maganinho e Conceição Rodrigues *Reguila*, com um total de 785 barracas.

Entre os banheiros devem ser citados – Francisco de Oliveira Manarte (bisavô), o mais antigo de que temos notícia; Francisco de Oliveira Manarte (avô); Francisco de Oliveira Manarte (filho, 1864-1956), o *Ti Francisco Nacum*; Francisco de Oliveira Manarte (neto, 1911-1990), o *Xico Nacum.*

E ainda João António Costa Lavrador (*Reguila*), e seu filho Manuel Lavrador (*Reguila*), proprietario do Café Náutico (cfr. do dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, *O Furadouro*, 1984).

Ti Francisco Nacum.
1864-1956

A Festa da plantação da árvore *(9 de Março de 1913).*
O Presidente da Câmara, dr. Pedro Chaves, falando às crianças,
diante o dr. Alberto Tavares, Administrador do Concelho.
Foto de Ricardo Ribeiro | In: Ilustração Portuguesa, *n.º 370, de 24 de Março de 1913*

A 1 de Dezembro de 1913, o director da Companhia de Iluminação e Tracção de Ovar lendo o auto de inauguração da luz eléctrica perante grande assistência (1. O Administrador do Concelho dr. Alberto Tavares; 2. Lopes do Cadaval, o maior accionista da companhia; 3. O delegado do Procurador da República dr. Alberto David; 4. O juiz da comarca dr. Gaspar Teixeira de Queirós Coelho de Castro e Vasconcelos).
Foto de Ricardo Ribeiro
In: Ilustração Portuguesa, *n.º 409, de 22/12/1913*

ÍNDICE

Capítulo XVI

O ARALISMO REFORMISTA
1865-1876

O Presidente da Câmara dr. Manuel Arala (1866-1887). A Família Arala e Costa. Os caciques / Mudança da corrente do ribeiro das Luzes (estio de 1866). A Rua da Estação (2/7/1866). O calcetamento das ruas a macadame (por volta de 1866). A reconstrução da ponte da Ruela (1867) / Uma Semana Santa agitada – gritaria e espancamentos na Igreja! (1867) / Ovar no distrito do Douro (1867-1868). O partido reformista (1867-1876). As eleições de deputados – o primeiro mandato do dr. Manuel Arala (1868); as eleições dos rijões (1869) e de 13 de Março de 1870 e o deputado Assis Pereira de Melo; as eleições de 18 de Setembro de 1870 e o deputado dr. Marques Pires; as eleições de 1871 e o deputado Assis Pereira de Melo; o deputado Pereira da Costa (1874) / A escola do Conde de Ferreira (1868-1960) / *Memórias e datas para a história da vila de Ovar* (1868), do dr. João Frederico Teixeira de Pinho. A Família Teixeira de Pinho. Historiadores de Ovar. Monografias / Bordados e rendas. Os esteireiros / A estrada de Ovar ao Furadouro (1869-1871). Diligências e *char-à-bancs*. As quatro estradas do mar. A estrada de Ovar a S. Vicente (1869-1875) / A Guarda Fiscal (1869) / O levantamento contra as medidas tributárias – a carnificina de Ovar (1870). O administrador do concelho dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro (1868-1870 e 1871) / O dr. Francisco António Pinto e o despotismo religioso em Ovar (por volta de 1870). Os «enterridos», com os «senhoricos» e a «irmandade do capote». A canalha e as novenas do Infante. As Capelas de Santa Joana e da Senhora da Conceição (1873) / As brutalidades escolares por volta de 1870. O ensino primário (1844-1877) / O mercado (1871) / João Rodrigues de Oliveira Santos – a fábrica de chapéus de S. Vicente de Pereira (1873-1877) / O Secretário da Câmara dr. Eduardo Augusto Chaves (1874-1887) / A iluminação (1874). Os largos ensaibrados / A primeira sociedade anónima (1874) / O «Pai Ramos» n'*O Primeiro de Janeiro* (1874). O capitão Oliveira Ramos, professor do Príncipe Real D. Luís Filipe (1907) / O alargamento da comarca (1875). Ovar comarca de primeira classe (1884), com a consequente mudança do juiz Macedo / O teatro (1875) / O telégrafo (1876) 9

Capítulo XVII

O ARALISMO REGENERADOR
1876-1886

O pacto da Granja (1876). O partido regenerador (1876-1910) / A expropriação da casa da família Teixeira de Pinho (1876-1880). O abastecimento de águas a Ovar (1877-1966) / O censo de 1878. A numeração das portas das casas de Ovar (24 de Janeiro de 1878) / As eleições de deputados – o segundo mandato do dr. Manuel Arala (1878). O conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, Presidente da Câmara dos Deputados (1879). O terceiro (1879) e o quarto mandato (1881) do dr. Manuel Arala / O padre Gomes Ferrer (1825-1878). As escolas do padre Ferrer (1883 e 1889) / A Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração. A Capela dos Santos Mártires de Marrocos (1878) / O Administrador do Concelho dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala (1878-1879 e 1881-1885) / Rosa Brites na Exposição Universal de Paris (1878). Ovar na Exposição Industrial de Aveiro (1882) / O alargamento do concelho (1879). A estrada de Baixo (1879-1886) / Dr. João Maria Lopes, contador da comarca (1881-1887 e 1890-1929) / O incêndio do Furadouro (1881) / Visconde de São Bernardo (1881) / A Conservatória do Registo Predial (1882) – o 1.º conservador, o dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia / O primeiro semanário – *O Ovarense* (1883-1921). A imprensa em Ovar. Jornalistas / A questão médica (1883-1903) – o dr. Nogueira de Almeida / A Assembleia do Furadouro (1883) / As eleições de deputados – o quinto mandato do dr. Manuel Arala (1884). O partido progressista (1884-1910). As eleições da Irmandade dos Passos (31 de Maio de1885). A reunião do Carril (3 de Junho de 1885). As eleições camarárias (1 de Novembro de 1885). O dr. José Lopes Godinho de Figueiredo (1880-1885) / A pesca – a tracção animal (1884-1968), os boieiros das companhas. O porto do Furadouro em 1886 / Hotel Cerveira (1886) – a Família Cerveira. Os primeiros postais ilustrados (1904). A hotelaria em Ovar e no Furadouro / Ângelo Ferreira e *A Bolha* (1886) / Os progressistas apoderam-se do recenseamento (12 de Abril de 1886). *O Povo de Ovar* (1886-1893) – as polémicas, as folhas de combate. «Cachingós» e «limonadas» – as alcunhas ovarenses. O pacto de Cabanões (9 de Outubro de 1886). Distúrbios em Ovar (Outubro e Novembro de 1886). As eleições camarárias de14 de Novembro de 1886 – a missa de réquiem e as forcas. As eleições aralistas 57

Capítulo XVIII

OS PROGRESSISTAS NO PODER
1887-1900

A eleição dos 40 maiores contribuintes (7 de Janeiro de 1887) / A câmara progressista (2/2/1887-1889) – o Presidente da Câmara dr. António Pereira da Cunha e Costa. A Família Cunha e Costa. O compositor Ravel em Ovar. Perseguições aos re-

generadores. O Rei D. Luís I e a Rainha D. Maria Pia de Sabóia na estação de Ovar (1887) / O primeiro mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (6 de Março de 1887). A interpelação de Pinheiro Chagas na Câmara dos Deputados (6 de Agosto de 1887). O julgamento dos 13 progressistas (6 de Dezembro de 1887). O júri criminal. Uma pateada ao juiz da comarca e a interpelação de João Arroio (30 de Abril de 1888). Ovar no Parlamento. O segundo mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (1889). O «Cesto de Santo António» e o terceiro mandato do dr. Barbosa de Magalhães (1892) / O Regimento de Infantaria n.º 2 (9 de Março de 1887) – um regimento no papel! As substituições militares. Ovar e os militares / Os incêndios do Furadouro (1887 e 1892) / As crises económicas (1887) – a decadência das indústrias dos calafates e dos fragateiros. A emigração. Emigrantes célebres / O jornalista «Chico Carrelhas» / O mais antigo café (1888). Os cafés de Ovar e do Furadouro / A Sociedade Musical Boa União (1889). De como surgiram os Músicos Novos. Músicos Novos contra Músicos Velhos. Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1906). Bodas de Ouro (1939). A inauguração da sede (1986). O 1.º Centenário (1889-1989). Maestros da Música Nova. Os beneméritos – a Família Malaquias / Toponímia de Ovar na Monarquia Absoluta (1834-1910) / O Presidente da Câmara António Soares Pinto (1890-1892). A Família Soares Pinto. Regozijo regenerador pela queda do ministério progressista (1890). O sexto mandato do deputado dr. Manuel Arala / Trindade Coelho delegado do procurador régio em Ovar (1890) / A Capela Nova do Mar (1890--1958) / Inquérito industrial de 1890 – os portos do concelho de Ovar, a pesca na ria. A feira dos suínos (1890). A fábrica de tecidos «Ferreira & Bastos» (1892). Os têxteis / O recenseamento de 1890 / Fol e Gaita (1891), e Gaita e Fol (1899) / O Secretário da Câmara Municipal dr. Francisco Ferreira de Araújo (1891-1901) / Ovar no Exército Ultramarino – o capitão Belmiro Duarte Silva na Guiné (1891) / Capela de São Luís Gonzaga (1892) / A «Photo Amador» (1892) de Ricardo Ribeiro. O artista Mário da Cruz Almeida / *A Folha de Ovar* (1892-1895). A primeira suspensão condicional de pena (1893) / Os Reis (1892?, 1893? ou 1894?). João José Alves Cerqueira – a Família Cerqueira. A revista *Os Reis* (1967) / A Câmara dos «incolores» (1893--1895) – O Presidente da Câmara dr. António Joaquim de Oliveira Valente Baldaia (1893-1898). A Família Baldaia (ramo do dr. Valente). A tragédia do Rabaçal (1893). O Rei D. Carlos na Estação de Ovar (1893, 1895 e 1906). As eleições camarárias de 1895 / O dr. Francisco Fragateiro (1893-1895) – a venda do pinhal de Ovar (1893--1946), os Paços do Concelho (1893-1900), o Tribunal (1893-1899), a Repartição de Finanças (1899), e a Cadeia em Pereira Jusã (1893-1910). A Família Fragateiro / O quarto mandato do deputado dr. Barbosa de Magalhães (1894) – o ataque às casas da Família Fragateiro, e os tumultos na Igreja de Válega. Os progressistas votam nos regeneradores para «O Solar dos Barrigas» (1895). As eleições de 1897 – o deputado Corte-Real. As eleições de 1899 – o deputado Ressano Garcia. As eleições de 1900 – o deputado Teixeira Gomes / Os colégios – O Internato Particular (1894), da professora Maria do Carmo Josefa Isidora Duarte Silva / *A Discussão* (1895-1919) / O médico dr. António Rodrigues Pinto e as Quintas do Carregal (1895) – a Família Colares Pinto / A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1896) – os Antecedentes (a bomba de incêndios, de 1869 a 1896; os incêndios do Furadouro, em

1881, 1887 e 1892; o incêndio na casa do «Domingos Marinhão», em 1896); – a Fundação (a reunião em casa de João José Alves Cerqueira, a 19 de Abril de 1896; os 14 sócios fundadores; o primeiro médico – dr. João Maria Lopes; o primeiro comandante – dr. Joaquim Soares Pinto; o incêndio no Furadouro de 1896; o hino; o primeiro capelão – padre José Maria Maia de Resende; a inauguração solene da casa do material do incêndio, em 1897; a bomba Metz e o respectivo «break»; o primeiro exercício geral; a estreia; toques de incêndio; o primeiro aniversário, em 1898, e a bandeira); – a Primeira Sede, de 1900 a 1929 (a inauguração solene da sede – D. Luís Filipe, Presidente Honorário dos Bombeiros; a visita de Guilherme Gomes Fernandes, em Junho de 1900). Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção. Os comandantes. Os beneméritos / A firma Malaquias (1896). A Família Malaquias / Monsenhor José dos Santos Ala (1896) / O Abade dr. Alberto de Oliveira e Cunha (1897-1936) / O padre João de Oliveira Saborino – o Colégio-Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria (1897-1900), A Capela do Colégio das Doroteias (1909-1910). A congregação Mariana (1899) / O Padre Manuel Baptista Ramos, Superior (desde 1897), e 1.º Prior (1922-1925) de Singeverga / O primeiro automóvel em Ovar (15 de Junho de 1898) / A indústria moageira. O descasque de arroz / Augusto de Oliveira Gomes, 1.º Administrador do Concelho de Espinho (17 de Setembro de 1899) / A terceira capela da Senhora da Graça (29 de Novembro de 1899) / O estudante Pepulim e *O Nível* (1899). Estudantes do Porto em Ovar (1900) / As oficinas do caminho-de-ferro / O Grémio Familiar (1900) / Os notários (14 de Janeiro de 1900) / O eclipse do Sol e a visita do Príncipe Real D. Luís Filipe e do Infante D. Manuel (28 de Maio de 1900) / O Administrador do Concelho dr. José António de Almeida (7 de Julho de 1900-1904) / Ovar – uma vila eminentemente comercial 133

Capítulo XIX

O ROTATIVISMO EM OVAR
1900-1910

A dissolução da Câmara Municipal (12 de Novembro de 1900). O Presidente da Câmara Francisco Joaquim Barbosa de Quadros (1900-1901), o vice-presidente dr. Gonçalo Huet de Bacelar Sotto-Mayor Pinto Guedes, e o vereador padre Francisco Marques da Silva. A Família Rifa da Gama / As eleições de deputados de 1900 – o dr. Albino Moreira e António José Gomes Neto. As eleições de 1901, 1904, 1905 e 1906 / O recenseamento de 1900 / O dr. Pedro Chaves e os «neo-aralistas» (1901-1910) / A fábrica de conservas (1901-1939) – «A Varina». A fábrica de telha francesa, a vapor, da firma «Ribeiro & Peixoto» (1904) / O Secretário da Câmara Municipal Abel Augusto de Sousa e Pinho (1901-1915). A Família Pinho / O Presidente da Câmara dr. António dos Santos Sobreira (1902-1904). A Família Sobreira / A Feira dos 12 (1902) / A Capela da Senhora da Ajuda (1903), em S. Donato / A iluminação pública a acetilene (1903-1905) / A estrada da Marinha (1903) / Postais (1904) / As visitas do dr. Afonso Costa (1904 e 1907) / A Escola de Tiro (1904) / Uma pateada des-

pede a câmara regeneradora (11 de Dezembro de 1904). O Presidente da Câmara dr. Joaquim Soares Pinto (1905-1907), e o vereador João Marques Cantinho. Uma representação da câmara ao rei (13 de Junho de 1907) / A dissidência progressista (1905) / A Associação de Socorros Mútuos Ovarense (1905-1941) / O ciclismo – o Velo Club Ovarense (13 de Agosto de 1905) / O presépio de Teixeira Lopes. A visita de D. António Barroso, Bispo do Porto (Novembro de 1905). A Capela Nova do Mártir S. Sebastião (1905-1915) / A Comissão de Beneficência Escolar (3 de Fevereiro de 1906). A Escola Conde de Sucena (13 de Janeiro de 1907). A Missão das Escolas Móveis (23 de Novembro de 1908) / O dr. José d'Arruela e a revolta do Vasco da Gama (Abril de 1906) / A pesca no Furadouro – a sociedade por quotas Boa Esperança (2 de Maio de 1906) e o regresso a um único barco. A Família Valente de Almeida. O «banho santo» / *Jornal de Ovar* (13 de Maio de 1906 - 21 de Julho de 1912) / A primeira greve em Ovar (21 de Setembro de 1906) / Teixeira Lopes e a «Mariquinhas de Ovar» (1906). A monarquia contestada – o partido republicano (14 de Janeiro de 1907). A propaganda republicana e o dr. António Luís Gomes – as eleições de 5 de Abril de 1908 (monárquicos contra republicanos). *A Pátria* (30 de Abril de 1908 - 1928). As eleições camarárias de 1 de Novembro de 1908. A questão religiosa – a morte de Ferrer (13 de Outubro de 1909). Republicanos revolucionários em Ovar (1909-1910) – o coronel Manuel Rodrigues Leite. A Família Leite / Os franquistas – o Presidente da Câmara Municipal Abade Caetano Fernandes (2 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1908). O *Regenerador Liberal* (1909-1910) / Ovar no Exército Ultramarino – homenagem ao major Antero de Magalhães (17 de Fevereiro de 1909) / A Caixa Económica (26 de Dezembro de 1909) / Tertúlias de Ovar / A Santa Casa da Misericórdia de Ovar (29 de Janeiro de 1910) – a Misericórdia e o dr. Francisco Zagalo (1908-1910), a Família Zagalo. Provedores e Presidentes das Comissões Administrativas. Beneméritos / O jornal religioso *O Cristianismo* (6 de Março a 6 de Junho de 1910) / O Administrador do Concelho Isaac Júlio Fonseca da Silveira (Julho de 1910) / A primeira sociedade cooperativa (1 de Agosto de 1910). Hugo Colares Pinto e Manuel Regueira Leite / As eleições de 1910 e o declínio do partido republicano. A lista da vila idealizada pelo *Regenerador Liberal* (1910) / As Escolas Oliveira Lopes (2 de Outubro de 1910) – os irmãos José e Manuel José de Oliveira Lopes / O torreão da Praça das Galinhas – A Família Martins. A maçonaria na monarquia liberal / Vareiros precursores da República 285

Capítulo XX

DA REPÚBLICA À ENTRADA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA
1910-1916

A implantação da República em Ovar (6 de Outubro de 1910). Os ferroviários. Os republicanos tomam conta da câmara (10 de Outubro). O Presidente da Câmara Municipal dr. Pedro Chaves (1910-1913) – a Família Chaves. Manuel Pereira Dias. A adesivagem. Presidentes da Câmara Municipal na Primeira República (1910-1926) /

A cadeia (13 de Outubro de 1910 - 1973 / Toponímia de Ovar na Primeira República (1910-1926) / *Revista de Ovar* (17 de Novembro de 1910). O *Jornal de Ovar* ataca o dr. Pedro Chaves (1910-1912) / A cedência à Misericórdia do hospital municipal – o Hospital da Santa Casa no Largo de S. Pedro (2 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1911). A cedência à Misericórdia do Colégio das Doroteias (28 de Janeiro) / As greves na Primeira República (11 de Janeiro de 1911) / O administrador do concelho dr. Alberto Augusto da Silva Tavares (16 de Fevereiro de 1911 - 1915). Os administradores do concelho na Primeira República (1910-1926) / O primeiro Conservador do Registo Civil (7 de Março de 1911) / O feriado municipal (17 de Março de 1911) / Bombas (24 de Março de 1911) / A religião e a República – a lei da separação da Igreja e do Estado (20 de Abril de 1911). As procissões. O viático. Os toques de sino. A campainha. O arrolamento e inventário dos bens da igreja (22 de Junho). A proibição do uso de vestes talares (Julho de 1911-1921). As cultuais (30 de Dezembro de 1911). Padres perseguidos (1911-1914) e igrejas assaltadas (1912-1920). A venda das imagens da Capela do Colégio das Doroteias (16 de Junho de 1912). A venda do Passal (23 de Setembro de 1912). A Conferência (masculina) de S. Vicente de Paulo (1912) / A supressão arbitrária de semanários ovarenses – *Revista de Ovar* (a 20 de Abril de 1911), *Semana de Ovar* (27 de Abril), *Semanário de Ovar* (a 4 de Maio), e *A Liberdade* (a 1 de Junho) / As eleições de 19 de Maio de 1911 – os deputados José de Oliveira Gomes e António Valente de Almeida. A Família Valente de Almeida. O Largo 19 de Junho. Os círculos na Primeira República (1910-1926). Deputados ovarenses na Primeira República (1911-1926) / A planta da vila (28 de Agosto de 1911) / O quartel e o Batalhão de Ovar (30 de Agosto de 1911-1926). A Família Sena Lopes / Os Colégios Júlio Dinis feminino (10 de Outubro de 1911-1916) e masculino (1912-1918) / O *complot* monárquico de Ovar (13 de Novembro de 1911) – monárquicos ovarenses presos em Aveiro (1911-1912). O comerciante e industrial Francisco Peixoto Pinto Ferreira. A Família Peixoto / O recenseamento de 1911 / A divisão do Partido Republicano – a hegemonia do Partido Democrático (a ditadura dos democráticos), os evolucionistas (1912), a União Republicana e o dr. José Duarte Pereira do Amaral / O avanço do mar (2 de Fevereiro de 1912) / A política atinge os Bombeiros Voluntários (17 de Fevereiro de 1912-1913) / O eclipse do Sol (17 de Abril de 1912) / O dr. Domingos Lopes Fidalgo Governador Civil dos distritos de Leiria (1912-1913), de Aveiro (1915), e de Lisboa (1916-1917). Dois ataques injustos ao dr. Lopes Fidalgo – o d'*O Mundo*, em 1911; e o de Alexandre Braga, em 1917. O Governador Civil de Coimbra (1920) tenente-coronel José de Oliveira Gomes / O Cinematógrafo Olímpico (6 de Outubro de 1912) e o Cinema High-Life (1912) / O *Correio de Ovar* (25 de Dezembro de 1912 a 12 de Maio de 1913) / As estradas (1912) / O comércio (1912) / A agricultura (1912) – a pequena propriedade, as formas de exploração do solo, a população agrícola e a deserção dos campos, uma família agrícola ovarense em 1912, o milho e os espigueiros, outros cereais, o feijão e outros legumes, o vinho, as culturas pratense, pomícola e hortense, o gado bovino e a atrelagem dos bois no concelho. A apicultura / A festa da plantação da árvore (9 de Março de 1913) / A carreira de tiro militar (26 de Março de 1913). Tiro civil (1913-1949) / Primeiro hospital da Misericórdia (até Maio de 1965), no terreno das Doroteias. Directores clínicos (24 de Abril de 1913 a

1976). O enfermeiro David dos Santos / O primeiro (16 de Novembro de 1913) e o segundo (13 de Junho de 1915) mandatos do deputado dr. Pedro Chaves / A iluminação de Ovar a luz eléctrica (1 de Dezembro de 1913) / O *João Semana* (1 de Janeiro de 1914), e *O Ideal Vareiro* (1 de Junho de 1916-1918, e 1933) / O Presidente da Câmara Celestino Soares de Almeida e a segunda Câmara democrática (2 de Janeiro de 1914 a 24 de Abril de 1915, e 16 de Maio de 1915 a 2 de Janeiro de 1917). O Presidente da Comissão Executiva António Valente de Almeida (2 de Janeiro de 1914 - 2 de Janeiro de 1918) – Relação dos Presidentes das Comissões Executivas da Câmara Municipal (1914-1926). O matadouro (1 de Agosto de 1914), e o revestimento das ruas de Ovar a paralelepípedos (1914-1964). O Secretário da Câmara Municipal Manuel Augusto Nunes Branco (13 de Julho de 1915 - 1945) / A Imprensa Pátria (1914). Imprensas e jornais / O primeiro licenciado em ciências-engenharia (1914) / Lavadeiras / Ovar e a Grande Guerra (1914-1918) / Ovar no Pimentismo – os conservadores no poder. O Presidente da Câmara dr. António Joaquim de Oliveira Valente e a Comissão Administrativa na ditadura de Pimenta de Castro (24 de Abril a 16 de Maio de 1915). O Administrador do Concelho Augusto da Costa e Pinho (10 de Abril de 1915), e a demolição da capela do Mártir S. Sebastião / O futebol – o Foot-Ball Club de Ovar (20 de Junho de 1915). Os grupos de futebol ovarenses / O *chalet* do Matos. A Família Matos / Os banheiros do Furadouro 385